

Helena Bender

Crônica sobre o fracionamento dos setores centrais do Plano Piloto de Brasília, 1957-1974

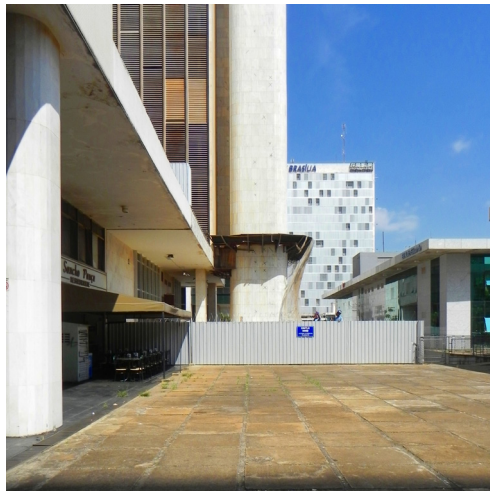
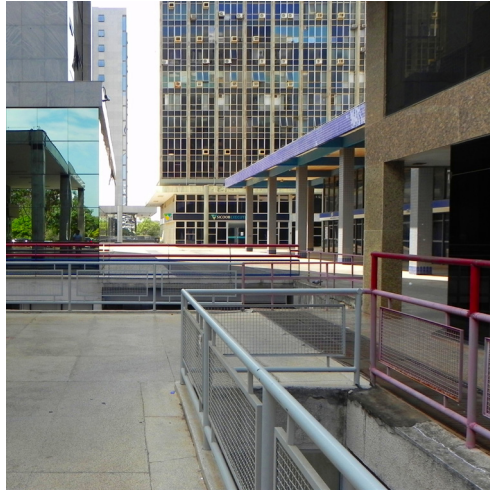
Tese apresentada ao Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Arquitetura.

Área de concentração: Teoria, História e Crítica da Arquitetura

Orientadora: Prof. Dr^a. Cláudia Piantá Costa Cabral

Porto Alegre

Dezembro 2020



“Lote, s. *m.* (1459): 1. parte de um
todo que se reparte”.

(Dicionário de Português licenciado para
Oxford University Press).

Bender, Helena

Crônica sobre o fracionamento dos setores centrais do Plano Piloto de Brasília, 1957-1974 / Helena Bender. -- 2020.

330 f.

Orientadora: Cláudia Piantá Costa Cabral.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Centros urbanos. 2. Plano Piloto. 3. Brasília. 4. Cidade da arquitetura moderna. 5. Arquitetura moderna. I. Piantá Costa Cabral, Cláudia, orient. II. Título.

Sumário

Introdução, 15

Revisão. Centro de Brasília. Método. Estrutura.

Definição de uma área indivisível, 39

Retângulo. Triângulo. Área indivisível. Concurso. Plano Piloto. Setores centrais. Fracionamento.

Setor que reparte a área, 1957-1960, 75

Sobre a implantação do plano. Maquete para o setor bancário. Correspondências entre Niemeyer e Giedion. Venda de lotes ou terrenos. Desejo por unidade urbana. Setor Bancário Norte. Banco do Brasil. Críticas. Setor Comercial Sul. Panair. Inauguração. Normas.

Quadra que reparte o setor, 1966-1968, 127

Nota sobre a instabilidade política. Cantanhede, "terra-a-terra". Um polígono e três quadras. Estação Telefônica Centro. Código. Gomide. Setor Comercial Norte. Passagem.

Lote que reparte a quadra, 1972-1974, 173

Ano X. Atualização. Palácios. Extensão. Caixa Econômica Federal. Metamorfose. Explicação. Exemplos. Terracap. Extensões. Revisão. Seminário.

Descrição de uma área dividida, 231

Setor Bancário Sul. Setor Comercial Sul. Setor Bancário Norte. Setor Comercial Norte

Conclusões, 251

O lote na cidade da arquitetura moderna. A cidade da arquitetura moderna no lote. O lote nos setores centrais de Brasília. Lote, política, economia. Sobreposição de planos e tempos.

Arquivos pesquisados, 267

Fonte das figuras, 269

Bibliografia, 283

Anexos, 305

Explicação

Esta tese começou em 2015, como continuação do Mestrado. Havia estudado três trabalhos de Antonio Bonet Castellana para Buenos Aires que questionavam a quadra portenha frente às possibilidades técnicas e formais da cidade pensada pela arquitetura moderna. Pretendia fazer uma comparação entre Barrio Sur, projeto de Bonet para uma área central de Buenos Aires, com a superquadra Brasília. Ideias cruzadas e publicadas nas revistas *Mirador*, editada por Bonet, e *Módulo*, dirigida por Oscar Niemeyer, pareciam organizar um contexto que justificava a análise.

Em 2016, com a oportunidade de uma bolsa de estudos para Zurique, abandonei a ideia. Das pesquisas sobre Bonet e Niemeyer, Barrio Sur e Brasília, percebi a pouca literatura sobre a atuação dos membros CIAM na América Latina, e, sendo Zurique a cidade-repositório dos arquivos da organização, decidi, por bem, mudar. Queria fazer um atlas: uma coleção de pedaços de cidades CIAM latino-americanas não construídas e ainda desconhecidas. Mas uma conversa com Carlos Eduardo Dias Comas me fez voltar para Brasília. Desta vez, foram os setores centrais da cidade que apareceram com todo interesse de pesquisa. Juntei CIAM com Brasília e minha qualificação virou um *pot-pourri* de ideias conhecidas.

Em 2017, já em Zurique, comecei de novo. No país onde se criou o CIAM me senti brasileira e o assunto suíço já não mais me cabia. Utilizei o tempo para revisar arquivos e depurar a bibliografia. Assessoramentos com Stanislaus von Moos me fizeram perceber o problema da “unidade urbana” para a cidade da arquitetura moderna.

Em 2018, voltei ao Brasil e comecei a desenhar os planos que tinha. Viajei para a capital. Fotografei os setores centrais. Me assustei com o material. O entusiasmo de José Rosas Vera me fez seguir adiante.

No início de 2019 pensava que estava escrevendo um atlas. Viajei para Brasília mais uma vez.

No início de 2020, lendo tardiamente *Delirious New York*, de Rem Koolhaas, percebi que o que escrevia era, na verdade, uma crônica - uma crônica sobre os setores centrais do Plano Piloto de Brasília e seu processo de fracionamento.

Agradecimentos

À Cláudia Piantá Costa Cabral pela orientação desta tese, e, sobretudo, por haver me introduzido na pesquisa em arquitetura e guiado minha formação até aqui.

A Stanislaus von Moos por me receber em Zurique com tanta generosidade.

A Tristan Weddigen por me acolher em seu grupo de pesquisa no Kunsthistorisches Institut, Universität Zürich.

A Carlos Eduardo Dias Comas e a José Rosas Vera pelas conversas fundamentais que ajudaram a definir o tema desta tese.

A Andrey Rosenthal Schlee por me orientar sobre os locais de pesquisa em Brasília.

À equipe dos arquivos do Institut für Geschichte und Theorie der Architektur, Eidgenössische Technische Hochschule Zürich, principalmente Bruno Maurer, Filine Wagner e Muriel Pérez.

Aos professores, colegas e funcionários do Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, à Universität Zürich, e à Eidgenössische Technische Hochschule Zürich, pelo suporte institucional.

Aos amigos de Porto Alegre, Brasília e Zurique que fizeram o processo de escrita desta tese mais fácil.

Aos meus pais, Luiz Gustavo Bender e Dalva Jorginha Balz Bender, pelo apoio incondicional.

Esta tese foi financiada com recursos disponibilizados pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Ministério da Educação, Governo Brasileiro.

Resumo

Este texto conta a história do fracionamento dos setores para bancos, comércio e escritórios do Plano Piloto de Brasília, localizados em torno do cruzamento dos eixos que estruturam a cidade. Para escrevê-la, fez-se necessário examinar plantas urbanas, elaborar mapas, ordenar fotografias e comparar evidências gráficas com fatos relatados por matérias de jornal e de revista. Tal processo revelou um enredo de ações descontínuas empreendidas por diferentes personagens. Também esclareceu esses setores como configurados por uma sucessão de planos sobrepostos, a partir dos quais o lote emerge como estrutura latente, problematizando a ideia de Brasília como cidade de planejamento estanque e unitário.

Abstract

This text tells the subdivision history of the sectors for banks, commerce, and offices of the Brasilia Pilot Plan, arranged around the city's structural crossing of axis. A history possible through the examination of blueprints, images, map drawing, and the comparison of graphic evidence to facts reported in newspaper and magazine articles. Such a process revealed a plot of discontinuous actions made by different characters. It also disclosed such sectors as organized by a sequence of overlapping plans, from where the lot emerges as a latent structure, problematizing the idea of Brasilia as a city of unitary planning.



Introdução

Ao reeditar o livro *Geographie des villes* (1959), publicado pela primeira vez em 1936, Pierre Lavedan expandiu o terceiro capítulo com um desenho e uma nota sobre Brasília, a nova capital brasileira.

“Construída para a era do avião, a que seu autor deu a forma geral de um avião”,¹ escreveu.

Mas, antes de mencionar a cidade, o geógrafo francês desenvolveu a tese de que quer se trate de uma cidade espontânea ou de uma cidade criada, o traçado de seu plano, sobretudo o desenho de suas ruas, não é deixado ao azar. Seja de forma consciente ou inconsciente, o desenho do plano resulta de um elemento gerador - e esse elemento gerador corresponde ao que ele chamou de “elemento de crescimento” da cidade.² Lavedan explicou, porém, que essa geratriz do plano é difícil de identificar.³ Acostumado com os tempos longos das cidades européias, escreveu que “os séculos têm costurado, uns sobre os outros, um certo número de peças, cada uma delas oferecendo, considerando-as em si mesmas, uma organização relativamente simples”, mas que, somadas, fazem com que o plano geral se torne uma “justaposição por vezes confusa de vários planos particulares”.⁴ Dali, desenvolveu a ideia de que os elementos geradores de um plano podem ser tanto materiais, ou resultantes das particularidades de um sítio, como a situação de golfo que fez o Rio de Janeiro crescer de forma espalhada à beira-mar,⁵ quanto intelectuais, a exemplo do traçado ortogonal da cidade argentina La Plata.⁶

A menção a Brasília veio no fim, em uma categoria à parte. Afinal, a cidade era exemplo daqueles “casos muito particulares” de planos desenhados.⁷

De fato. O plano que o arquiteto brasileiro Lucio Costa⁸ entregou ao concurso para a nova capital em março de 1957, não foi planejado para crescer por extensão ao longo de vias e rios, nem organizado por um traçado ortogonal. Entre texto e desenho, Costa estruturou sua proposta de cidade com dois eixos que se cruzam em ângulo reto. Em um deles, que chamou de “eixo monumental”, distribuiu edifícios em setores especiais, montando uma sequência de episódios urbanos que fariam de Brasília cidade-capital.⁹ No outro, que chamou de “eixo rodoviário-residencial”, ordenou quadras

agigantadas destinadas à habitação, repetidas ao longo de uma via de trânsito rápido.¹⁰ No eixo monumental não haveria elemento de crescimento - a cidade feita de monumentos foi pensada para não crescer, nem mudar; já no eixo rodoviário-residencial, a cidade cresceria a cada quadra, ou a cada edifício implantado na quadra. Apesar da diferença de ritmo, Costa organizou em ambos uma cidade através de edifícios e suas relações no espaço-tempo,¹¹ excluindo o lote, parcela, ou fração,¹² em uma lógica própria da cidade pensada pela arquitetura moderna.

Mas há uma parte da cidade que parece escapar dessas duas lógicas definidas.

Os setores que Costa organizou em torno do cruzamento dos eixos do Plano Piloto, e que juntam a parte excepcional da cidade com aquela cotidiana, não parecem se encaixar nesses modelos. Além da forma esconsa, quem caminha por ali percebe uma variedade de edifícios para bancos, comércio e escritórios, que não tem base na coleção de objetos do eixo monumental, nem parecem orientados pela repetição do eixo rodoviário-residencial.

Este texto conta a história desses setores do Plano Piloto de Brasília. O faz, sobretudo, através do exame de desenhos. Exame que recomendou limitar a investigação aos setores de bancos, comércio e escritórios, organizou a narrativa em períodos, e demandou incorporar diferentes escalas para contemplar a cidade desde a arquitetura. Diferentemente de afirmar a cidade pensada pela arquitetura moderna como de planejamento estanque, este texto investiga a hipótese dos setores centrais do Plano Piloto de Brasília serem configurados por uma sucessão de planos sobrepostos - a partir dos quais se percebe que o fracionamento corresponde ao elemento de crescimento, e o lote emerge como estrutura latente.

Revisão

Inerente à hipótese levantada é o problema que o Plano Piloto de Brasília coloca frente ao tempo, à construção, ou às formas de crescimento da cidade pensada pela arquitetura moderna. Uma breve consulta às histórias gerais, por exemplo, revela a cidade como derivada de um plano unitário e estático, contra o qual se contrapôs o desenvolvimento não planejado de cidades-satélites.

Essa interpretação aparece, ao menos, desde a narrativa de Leonardo Benevolo em *História da arquitetura moderna* (Storia dell'architettura moderna, 1960). Publicada no contexto de inauguração de Brasília, Benevolo argumentou que o principal problema da

cidade era o de estar desenhada como uma figura simétrica e fechada.¹³ O historiador colocou que

[...] enquanto, com efeito, a cidade concebida por Costa tomou forma sobre o terreno, muitas construções situaram-se em outras partes, ocupando quase que por inteiro as margens do lago artificial. Assim a figura simétrica desejada pelo arquiteto já não corresponde à totalidade do organismo urbano, mas apenas a um pequeno núcleo, em torno do qual está crescendo uma periferia, tal como ocorre em relação aos centros antigos definidos por uma forma fechada.¹⁴

As histórias de Kenneth Frampton, *História crítica da arquitetura moderna* (Modern Architecture: a critical view, 1980), e William J. R. Curtis, *Modern Architecture since 1900* (1981), ampliaram a interpretação de Benevolo, estendendo o contraste de forma à comparação social. Para Frampton, “Brasília emergiu como duas cidades: a cidade dos negócios, para a qual os burocratas se deslocavam a partir do Rio por via aérea, e a ‘cidade dos barracos’, ou das favelas, cujos habitantes serviam ao ‘esplendor’ da cidade alta”.¹⁵ Já Curtis escreveu que Brasília e cidades-satélites resultavam de um “conceito de planejamento diagramático”, distante das realidades sociais brasileiras.¹⁶

Jean Luis Cohen recuperou a discussão no recente *O futuro da arquitetura desde 1889* (The Future of Architecture since 1889, 2012). Para o francês, “o Plano Piloto de Lucio Costa é uma versão distorcida da Ville Radieuse, de Le Corbusier, cujos elementos, condensados ou estirados conforme o caso, foram rearranjados em uma figura de base que lembra um pássaro”.¹⁷ Finalizou escrevendo que, “com o tempo, o que deveria ser uma cidade completa e autônoma se tornou centro administrativo e bairro privilegiado de uma grande e espalhada aglomeração urbana”.¹⁸

Um outro exame, desta vez pelas histórias gerais da arquitetura moderna brasileira, demonstra que o contraste entre a Brasília estática do Plano Piloto e certo dinamismo das cidades-satélites se repete em parte. Um exemplo é *Arquiteturas no Brasil, 1900-1990* (1998). Ali, Hugo Segawa explicou que, com o Plano Piloto, Costa organizou uma situação regional onde

Às rígidas normas urbanísticas no plano-piloto opõem-se a liberdade construtiva nas cidades-satélites: estas, cidades de desenho tradicional, de certa maneira “informais” (embora com regras definidas de ocupação, são convencionais em seu conteúdo), cresceram muito mais e são maiores que a cidade inovadora, a cidade “formal”, por assim dizer.¹⁹

Mas essa interpretação não é consenso. Antes, em *Arquitetura*

Contemporânea no Brasil (L'architecture contemporaine au Brésil, 1981), Yves Bruand já havia defendido que o “rigor do esquema geral de modo algum exclui uma certa flexibilidade de aplicação”, e, para ele, o debate do Plano Piloto de Brasília como “plano fechado” era acadêmico, ou sem efeito prático.²⁰ Depois, em *Brasil: arquiteturas após 1950* (2011), Maria Alice Junqueira Bastos e Ruth Verde Zein enfatizaram que, se por um lado, a cidade significou uma “ampliação da ideia da obra de arte total completa e unitária, em escala urbana realizada em esforço concentrado”, por outro, não pode seguir sendo avaliada segundo critérios e fotografias de 1960.²¹

Já nas histórias mais específicas sobre Brasília, e que examinam a cidade a partir da arquitetura, a ideia do Plano Piloto como plano unitário e imutável foi questionada frente ao desenvolvimento da cidade desde a década de 1970.

Norma Evenson, por exemplo, reconheceu variabilidades no esquema de Costa em *Two Brazilian Capitals: Architecture and Urbanism in Rio de Janeiro and Brasília* (1973). Ali, a historiadora explicou que as circunstâncias especiais desde onde Brasília foi criada fizeram da “concepção da cidade como arquitetura” essencial para sua existência.²² Contudo, depois de uma década de implantação, ressaltou adaptações do plano desenhado à realidade construída, e que acomodaram funções originalmente não previstas. Para Evenson, além das cidades-satélites adjacentes, o Plano Piloto recebeu acréscimo de setores a oeste e sofreu parcelamento de áreas a leste, e

[...] aparece hoje como uma justaposição peculiar de um desenho simétrico e estrito com um arranjo solto e virtualmente sem plano. Embora o plano de Costa tenha compreendido um esboço satisfatório para iniciar a cidade, está claro que aquele esquema requeria elaboração cuidadosa para providenciar a variedade necessária de funções urbanas e um uso ordenado da terra urbana.²³

Além de variações na forma geral do plano, Evenson também descreveu alterações pelo eixo rodoviário-residencial. Comentou que, se no eixo monumental, Niemeyer desenvolveu os edifícios tais como definidos pelo plano de Costa, as partes componentes do eixo rodoviário-residencial foram submetidas à venda, e consequentemente projetadas e construídas por diferentes atores. Assim, ainda que “o planejamento interno das superquadras tendeu a seguir o desenho esquemático inicial de Costa”, logo “um sistema de venda da terra foi desenvolvido para permitir aquisição tanto de uma superquadra inteira quanto da projeção de um edifício dentro de uma quadra”.²⁴ E, se “Brasília se tornou conhecida como uma

imagem arquitetônica”,²⁵ a expansão da cidade pelas superquadras já revelavam variações importantes no arranjo e na forma dos edifícios.

Charles Wright e Benamy Turckienicz também problematizaram a ideia de plano unitário, mas frente à inclusão de Brasília na lista de sítios preservados da Unesco em 1988.²⁶ No texto “Brasília and the Aging of Modernism” (1988), publicado na revista *Cities*, (e que aparece em meio a republicações do Plano Piloto e catálogos que reforçavam a relação entre Brasília e seu autor²⁷) discutiram que era incerto o que haveria de ser preservado na cidade. Afinal, assim como Evenson, ressaltaram que o plano sofreu alterações desde 1957, e evoluiu com novas relações tanto entre edifícios quanto entre eles e o sistema viário. Por fim, confrontando a realidade projetada com aquela efetivamente construída, concluíram que “o Plano Piloto está em um estado permanente de transformação”.²⁸

Turkienicz e Carlos Eduardo Comas retomaram essa observação no texto “Brasilia. História y análisis” (1992), publicado na revista *Arquitectura Panamericana*. Ali, os arquitetos reiteraram a explicação da cidade como embasada na tensão entre o eixo monumental retilíneo e o eixo rodoviário-residencial arqueado. Um modelo de cidade, onde

Ainda que as edificações previstas sejam em sua maioria isoladas umas das outras, duas estratégias básicas se insinuam úteis para assegurar um mínimo de unidade formal nos diferentes setores urbanos propostos. A mais óbvia é a resolução do projeto de todo um setor por um único arquiteto. A outra é a predefinição rígida da volumetria das edificações através de dimensões e projeções obrigatórias.²⁹

Para eles, a primeira estratégia é clara no eixo monumental através do trabalho de Niemeyer e do primeiro impulso de construção da cidade, enquanto a segunda prevalece no eixo rodoviário-residencial, pela ação localizada e dispersa de diferentes atores. Frente a esses dois tipos de ocupação, Turkienicz e Comas problematizaram que, no setor monumental, idealmente unitário, “a expansão da burocracia se manifesta visivelmente na sucessão de anexos dos ministérios e palácios governamentais”,³⁰ e que “nem em condições excepcionais foi possível a construção sincrônica da superquadra por uma única companhia”.³¹ Concluíram que não se pode dizer que a estrutura formal de Brasília se manteve “absolutamente estática desde sua primeira concepção”.³² No início da década de 1990, explicaram que o modelo de cidade aplicado em Brasília “gerou um forte debate internacional que dá conta da contradição ainda não resolvida entre o urbanismo do modernismo e a múltipla realidade econômica e sócio-cultural a que se aplica”.³³

Francisco das Chagas Leitão insistiu nesta contradição ao examinar as transformações do Plano Piloto através dos desenhos produzidos para a cidade na dissertação *Do risco à cidade: as plantas urbanísticas de Brasília, 1957-1964* (2003). Estudando a cidade por inteiro, Leitão escreveu que, “até hoje, pôsteres e folders de eventos, capas de livros e periódicos relacionados a Brasília são ilustrados com maior frequência com o risco inicial do que com plantas ou fotografias da cidade de fato construída”.³⁴ Da listagem e comparação de plantas, concluiu que não foi possível identificar um momento histórico concreto em que o plano de Costa possa ser considerado acabado, ou “definitivo”, defendendo a Brasília implantada como resultante de um processo empreendido por diferentes arquitetos e técnicos.³⁵

Neste mesmo sentido, o crítico de arte Richard J. Williams também prosseguiu na avaliação da cidade depois de 1960 na revisão “Brasília after Brasília” (2007). No texto, escrito para a revista *Progress in Planning*, Williams argumentou que muitos dos estudos “se mantêm fixados no momento de inauguração, e insistem na excentricidade da cidade”.³⁶ Sua revisão procurava inserir Brasília em um contexto de debates mais amplo sobre cidades globais, reconhecendo a Brasília “em desenvolvimento” em vez daquela “congelada no tempo”.³⁷

A diferença entre imagem e realidade construída de Brasília também foi tema para a exposição *Twilight of the Plan: Chandigarh and Brasília* (2007), realizada na Escola de Arquitetura de Mendrisio. No catálogo daquela exposição, o diretor da escola, Josep Acebillo, interpretou Brasília como resultante “de um projeto, não de um plano”.³⁸ Para ele, tanto Brasília quanto Chandigarh, “satisfizeram amplamente as expectativas colocadas sobre elas”, mas, sobretudo, “têm se suavizado gradualmente para incorporar as características da arquitetura popular, até em sua versão mais *kitsch* - o que não é uma coisa ruim”.³⁹ Os curadores da exposição, Maristella Casciato e Stanislaus von Moos, ressaltaram que um dos objetivos do trabalho era, justamente, mostrar, “de um lado, as lacunas que existem entre os projetos como eles são planejados e construídos, e de outro como eles têm sido ocupados, usados ou redefinidos”.⁴⁰

Não demorou para que estudos específicos sobre o eixo monumental e o eixo-rodoviário residencial surgissem, identificando palácios e superquadras como palavras-chave de pesquisa, documentando a ocupação no interior do Plano Piloto de Brasília para validá-la ou criticá-la, conforme o caso.

Comas e Marcos Leite Almeida, por exemplo, criticaram as transformações dos setores do eixo monumental ao longo

do tempo no artigo “Brasília cinquentenária: a paixão de uma monumentalidade nova” (2010), publicado na revista *Arquitextos*.⁴¹ Os arquitetos detalharam a evolução no desenho do eixo desde as ideias de Costa à interpretação de Niemeyer, até seu completamento em 1970, mas questionaram a posterior continuação dos trabalhos por Niemeyer e por outros arquitetos, que, preenchendo os espaços vazios com o acréscimo de edifícios e monumentos, desqualificaram a condição unitária do eixo.

Já Farès el-Dahdah organizou a compilação *Lucio Costa: Brasília's superquadra* (2005) para, justamente, validar a evolução da ocupação do eixo rodoviário-residencial. Ali, el-Dahdah reuniu uma série de textos que discutiram desde as configurações iniciais da superquadra a intervenções em uma superquadra ainda vazia.⁴² Entre eles, o texto de Sylvia Ficher, Francisco Leitão, Geraldo Nogueira Batista e Dionísio Alves de França, “The Residential Building Slab in the Superquadra”, organizou um panorama sobre a evolução dos edifícios residenciais segundo os diferentes códigos de edificação elaborados para a cidade. Ali, explicaram que, se nos primeiros tempos as superquadras foram construídas pelo governo, e muitos dos arranjos e edifícios foram simplesmente reproduzidos em diferentes superquadras, os códigos permitiram uma progressiva flexibilização. Esclareceram que

Quando se tratou de dividir o terreno em lotes e arrendar edifícios, o código de construção introduziu um artifício sem precedentes na legislação urbanística brasileira e que ainda permanece em uso: ‘a projeção’.

Uma ‘projeção’ demarca a área de um edifício em adição a qualquer protusão que possa existir acima do nível do solo, isto é, o perímetro máximo no qual as fachadas dos edifícios devem ser contidas. No caso dos edifícios residenciais da superquadra, o código de 1960 garantiu àqueles que fossem donos de projeções - em oposição aos donos de lote - o direito de construir apenas acima do nível do solo, o qual permaneceria desobstruído para permitir o direito de passagem pública.⁴³

O código de 1960 validou a subdivisão da superquadra através da invenção da “projeção”, e ao mesmo tempo, incentivou a manutenção de certas características formais através de normas. Contudo, nos códigos que se sucederam, as normativas foram se flexibilizando, permitindo uma maior variedade de arranjos e formas, que se percebe desde a densidade construtiva das superquadras ao desenho dos pilotis.

A revisão de textos revela que se os setores do eixo monumental e as superquadras perfiladas pelo eixo rodoviário-residencial são

assuntos estabelecidos de pesquisa, existe uma opacidade quanto aos setores desenvolvidos em torno do cruzamento dos eixos. Esses setores, pensados para acomodar bancos, comércio e escritórios, pouco aparecem como objeto de pesquisa sistemática, e menos ainda se sabe sobre como se configuraram. Afinal, pertencem a uma parte da cidade que demorou a acontecer. Diferentemente das cidades do passado, “construídas em torno de um centro que, com muita frequência, era o fator determinante de suas formas”,⁴⁴ os setores centrais do Plano Piloto de Brasília se organizaram depois, determinados pelo desenvolvimento da própria cidade, passando a integrar o que se chamou de “centro de Brasília”.

Centro de Brasília

Isso explica porque, mesmo que Costa tenha escrito “parte central”, “setores centrais”, “centro da cidade”, ou ainda “centro urbano”, no relatório do Plano Piloto, e usado estas expressões para assinalar algo diferente do setor residencial, ele não as utilizou para definir com precisão que setores ou elementos comporiam esse “centro de Brasília”.⁴⁵ Em entrevistas e textos posteriores, como os publicados no *Correio da manhã* (1960) e no *Jornal do Brasil* (1961), as diferentes versões de “O urbanista defende a sua cidade” (1965-1970), as cartas enviadas ao senado na década de 1970, “Considerações entorno do Plano-Piloto de Brasília” (1974), e “Brasília revisitada 1985/87” (1987), o arquiteto adicionou ainda outras expressões à ideia de centro: “atmosfera gregária”, “escala gregária”, “coração da cidade”, “core”, “foco de convergência”.⁴⁶ Expressões que, se tentaram melhor definir a posição e configuração do centro, surgiram em meio a debates, entrevistas e artigos de jornal – misturadas à construção da cidade e, sobretudo, à interpretação de jornalistas, críticos e historiadores ao longo do tempo.

A expressão “centro de Brasília” não deixa de ser, assim, uma construção historiográfica.

Mas, antes de avançar nessa construção, cabe explicar melhor como Costa se referiu ao centro no texto do Plano Piloto de 1957. A primeira menção aparece quando ele descreveu o ponto de encontro dos eixos, equipado pela plataforma rodoviária, como “parte central” da cidade.⁴⁷ Em seguida, o arquiteto trocou “parte central” por “setores centrais”, para dizer que naqueles setores implantados em torno da plataforma o trânsito veicular se daria de forma livre e desimpedida.⁴⁸ Tanto “parte central”, quanto “setores centrais”, foram expressões que Costa utilizou como sinônimos,

em oposição a “setores residenciais”, sugerindo que ali a cidade se daria de forma diferente. Adiante no texto, o arquiteto não retomou esses termos, mas adicionou “centro da cidade” quando destacou que “o hotel principal” de Brasília estaria implantado em suas proximidades.⁴⁹ Pelo texto do Plano Piloto, o centro se situaria em algum lugar entre o cruzamento e os arredores dos eixos que estruturam a cidade.

Uma melhor definição viria na própria diferenciação que Costa fez entre os eixos e seu cruzamento, quando respondeu às críticas sobre Brasília publicadas no *Correio da manhã* em fevereiro de 1960.⁵⁰ Ali o arquiteto descreveu a cidade como estruturada em “três partes devidamente entrosadas”: o eixo-monumental, com os edifícios governamentais, o eixo rodoviário-residencial, organizado pelas quadras residenciais, e “que conduz ao centro da cidade”, e a plataforma, no ponto de cruzamento desses eixos. Utilizando cruzamento dos eixos e “centro da cidade” como sinônimos, Costa comentou que ali foram organizados “o centro social de diversões e a estação rodoviária interurbana, conjunto esse articulado aos setores comercial e bancário, ao setor cultural e ao setor destinado às competições esportivas”. O arquiteto enfatizou ainda que nessa área “o espaço foi deliberadamente concentrado”, prevendo que sua “atmosfera será gregária e acolhedora”.⁵¹

Reportagens sobre a cidade publicadas em maio de 1960, ainda pertencentes ao contexto de inauguração de Brasília, logo associaram esse espaço concentrado e articulado a diferentes setores com a ideia de centro pelo agrupamento de atividades burocráticas e de serviços. “No centro da capital estão situadas as zonas culturais, bancárias, hotéis”, publicou *Arquitectura Cuba*.⁵² “Onde os eixos se cruzam serão agrupados os setores centrais que fazem uma cidade moderna: os hotéis e os bairros de comércio, bancos, cultura e recreação”, descreveu *National Geographic*.⁵³ De um texto para outro, o centro de Brasília foi identificado com comércio, bancos, hotéis, e equipamentos para cultura e lazer, que esboçaram uma área de abrangência em torno dos eixos. Área, em parte inferida pela memória, desenhos, e pelo próprio desenvolvimento do Plano Piloto.

Ao mesmo tempo em que as reportagens entenderam esse espaço concentrado como centro, o arquiteto Jorge Wilhelm o vinculou à expressão “coração da cidade” debatida nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM).⁵⁴ Sobre tudo porque este espaço concentrado não foi pensado para acomodar edifícios governamentais, comuns nas áreas centrais, caracterizando-se muito mais como um “lugar de encontro de pessoas” do que centro político.⁵⁵ Em sua análise sobre Brasília, publicada em uma edição

especial da revista *Acrópole* em 1960, o arquiteto salientou que “a Praça dos Três Poderes não é o coração da cidade”.⁵⁶ Wilhelm associou “coração da cidade” com o cruzamento dos eixos, com “o lugar em que as pessoas se encontram”, projetado em uma escala ajustada e “inteiramente diferente da do eixo monumental”.⁵⁷

Já Costa retomou a explicação sobre Brasília e o cruzamento dos eixos como espaço gregário na entrevista que concedeu para o *Jornal do Brasil* em 1961. Mas em vez de “atmosfera gregária”, o arquiteto descreveu o ponto de encontro dos eixos como “escala gregária”. Expressão que combinada à “escala residencial” e “escala monumental” classificaria diferenças na ocupação do território de Brasília.⁵⁸ Mais sintética que a explicação para o *Correio da manhã*, com “escala gregária”, Costa se referiu à plataforma e aos setores de diversão adjacentes, ainda que de forma implícita:

Finalmente a escala Gregária, onde as dimensões e o espaço são deliberadamente reduzidos e concentrados a fim de criar clima propício ao agrupamento, tanto no sentido exterior da tradição mediterrânea, como no sentido nórdico do convívio interior. As áreas destinadas a esta terceira escala são contíguas à Plataforma, onde se cruzam os eixos da cidade. As vias são estreitas, com pequenas lojas, galerias e praças privativas dos pedestres: os cafés, restaurantes, cinemas e teatros serão enquadrados por cinco pisos de escritórios para o comércio e as profissões liberais.⁵⁹

Cabe destacar que, por “escala gregária”, Costa não mencionou “centro de Brasília”, nem os setores bancários e comerciais, hoteleiros, culturais e esportivos, como havia feito em 1960. “Escala gregária” é expressão que não serve para definir o centro como a totalidade desses setores. Afinal, como o arquiteto Jayme Zettel contou depois, o centro da cidade “foi sempre um projeto polêmico, porque nunca ficou claro o que eram as chamadas ‘escalas gregárias’”.⁶⁰

O próprio processo de construção da cidade também não ajudou a entender o encontro dos eixos como centro, ou como “escala gregária”. Afinal, o ritmo de construção rápido, empreendido durante o mandato de Kubitschek, estagnou nos governos de Jânio Quadros e de João Goulart.⁶¹ A paralização retraiu a ocupação em torno dos eixos e fomentou o surgimento de um centro em outro ponto. Em um texto para a *Architectural Review*, o arquiteto David Crease colocou que, em 1962, Brasília era “metade cidade real e metade cidade irreal”, e mesmo que o “centro da cidade”, pouco construído, estivesse ali, “em contraste com a monumentalidade dos edifícios nacionais e com o recinto das superquadras”, um centro alternativo surgiu em um trecho de uma via secundária, a

W3 sul.⁶² Crease escreveu que ali foram construídas acomodações para os primeiros engenheiros que vieram a Brasília, e que logo se somaram a comércios e bancos, organizando um “centro da cidade em desenvolvimento” deslocado do encontro dos eixos.⁶³ Da mesma maneira, Mário Barata enfatizou, escrevendo na revista *Zodiak* um ano depois, que frente ao surgimento de atividades gregárias naquela via, inicialmente pensada para acomodar o trânsito de caminhões,⁶⁴ “existem grandes edifícios bancários inteiramente construídos, que se acham vazios”.⁶⁵ Situação que fez o geógrafo David Snyder questionar em 1964 o “quão rápida e efetivamente a abertura da área comercial central poderá superar a inércia deste desenvolvimento comercial perifericamente localizado na W3”, em um artigo para a *Economic Geography*.⁶⁶

Enquanto o centro da cidade efetivamente funcionava deslocado do encontro dos eixos, o *Código de Edificações de Brasília e Regulamentos*, publicado em 1967, estabelecia como “zona central” um conjunto de setores distribuídos, justamente, pelo cruzamento dos eixos. No documento, tal conjunto reunia “setores destinados à realização de atividades administrativas, comerciais e de diversões, características de centro urbano”,⁶⁷ e se definia pelos setores comerciais, bancários, de hotéis e de diversões, além daqueles para autarquias, serviços médico-hospitalares, e para rádio e televisão.⁶⁸ Tais setores foram criados ainda antes da inauguração da cidade,⁶⁹ produzindo assimetrias nos arredores dos eixos que o código corrigiu com a criação de “áreas de reserva”, destinadas à “expansão dos setores que lhe são contíguos”.⁷⁰

Ao mesmo tempo, Costa retomava sua explicação de “escala gregária”, e sua correspondência com a ideia de centro, como coincidente com o ponto de encontro dos eixos.⁷¹ No texto “O urbanista defende a sua capital” ou “O urbanista defende a sua cidade”, publicado em diferentes versões nas revistas *Arquitetura*, *Architecture*, *Formes et Fonctions*, *Acrópole*, e *Revista do Clube de Engenharia*, entre 1968 e 1970, o arquiteto reiterou a via W3 como pertencente ao sistema de circulação secundário,⁷² e descreveu Brasília como cidade incompleta, sobretudo em relação ao centro, “que não existe”.⁷³ Problema que Costa insistiu na sequência de cartas que enviou para o senado no início da década de 1970, e que resultaram em uma conferência apresentada no *I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília* (1974).⁷⁴ Ali, Costa enfatizou que “a cidade continuará anômala e claudicante, enquanto não for feito o centro urbano no lugar onde foi especificamente determinado”.⁷⁵ O assunto foi destacado como o “principal problema a ser abordado” no desenvolvimento de Brasília, segundo a reportagem que a revista *Arquiteto* fez sobre o seminário.⁷⁶

Durante a década de 1970, a crítica especializada reproduziu diferentes definições para centro de Brasília. Se revistas sobre arquitetura, como *Acrópole*, ou dedicadas à geografia, como *The Canadian Geographical Journal*,⁷⁷ e alguns livros, a exemplo de *Babylon to Brasília: The Challenge of City Planning* (1972), de Carl Hiller,⁷⁸ seguiram Costa e compreenderam o centro como “escala gregária”, ou o conjunto formado pela plataforma e os setores de diversão, outros, como Evenson, entenderam que o centro da cidade era o “centro comercial” formado pelos edifícios utilitários dos setores bancários, comerciais e hoteleiros.⁷⁹

Foi só em 1975 que a ideia de centro em Brasília foi problematizada através de uma monografia. No texto *O centro urbano de Brasília* (1975), o arquiteto Frederico de Holanda destacou que o próprio desenvolvimento da cidade fez surgir outros centros em lugares não planejados. Além do “centro linear” da via W3, edifícios para fins culturais, educacionais, administrativos, ou para saúde e culto, organizaram centros alternativos e dispersos pelo Plano Piloto.⁸⁰ Mais ainda, o arquiteto descreveu as cidades-satélites como sub-centros de uma grande Brasília, que fez do “centro urbano do Plano Piloto” se transformar em um “centro metropolitano”.⁸¹ Para Holanda esse “centro metropolitano” se expandia ao longo do eixo monumental, formado pelos “setores de diversões, hoteleiros, comerciais, bancários, de autarquias, hospitalares, de rádio e televisão, culturais, pela Esplanada dos Ministérios e pela Praça dos Três Poderes”.⁸² Centro que Holanda subdividiu, mais tarde, como “Centro de Estado” e “Centro da Sociedade Civil”, a leste e oeste do eixo rodoviário-residencial.⁸³

Em 1980, uma nova publicação do *Código de Edificações* retomou o termo “zona central”, bem como os setores em torno dos eixos estipulados pelo código de 1967.⁸⁴ Setores que foram afirmados no relatório *Brasília 57-85* (1985). Ali, os arquitetos Adeildo Viegas de Lima e Maria Elisa Costa, que participaram da construção da cidade, preferiram a expressão “centro urbano” em vez de “zona central” ou mesmo “escala gregária”. Comparando o relatório e os desenhos de Costa com a realidade construída, os arquitetos explicaram que

Embora no plano-piloto o centro da cidade fosse constituído por apenas quatro grandes quarteirões, interligados pela Plataforma Rodoviária e pelos Setores de Diversões (além dos setores hoteleiros contíguos ao eixo monumental), já na primeira fase do desenvolvimento este núcleo foi envolvido por novos setores e áreas adicionais, destinadas inclusive a absorver expansão futura.⁸⁵

Assim, o documento interpretou como centro inicial de Brasília

a área configurada pelos itens 10 e 11 da memória do Plano Piloto,⁸⁶ ou pela Plataforma Rodoviária e pelos setores para diversões, comércio, bancos e escritórios. Mas como “centro urbano” da Brasília 1985, o relatório incluiu, além desses setores, os setores hoteleiros, médico-hospitalares, de rádio e televisão, e de autarquias, estipulados pelos códigos. Junto da definição do relatório, os arquitetos também explicaram em um artigo para a revista *Módulo*, que no “centro urbano” existiria um “adensamento em altura, como se o conjunto eclodisse em torno do cruzamento dos dois eixos”,⁸⁷ reproduzindo as impressões da década de 1960, embasadas em maquetes e desenhos.

Mas a descrição do centro de Brasília como escala gregária foi retomada pelo decreto 10.829 e pelo texto de Costa, “Brasília revisitada 1985/87”, ambos publicados no *Diário Oficial do Distrito Federal* em 1987. Tais documentos reconheceram a cidade como patrimônio frente ao governo local, concomitante com o processo de proteção empreendido pela UNESCO. Diferentemente de considerar apenas a plataforma e os setores de diversões como escala gregária, o decreto e o texto do arquiteto incorporaram os setores indicados pelos códigos e reforçados em *Brasília 57-85*.⁸⁸ Além disso, Costa continuou a salientar a incompletude do centro frente à densidade de uso imaginada,⁸⁹ apontando a necessidade de se

reexaminar os projetos dos setores centrais, sobretudo os ainda pouco edificados, no sentido de propiciar a efetiva existência da escala gregária - além da Rodoviária e dos dois Setores de Diversões - prevendo percursos contínuos e animados para pedestres e circulação de veículos dentro dos vários quarteirões, cuja ocupação deve, em princípio, voltar-se mais para as vias internas do que para as periféricas.⁹⁰

A questão foi retomada por Maria Elisa em entrevista para a revista *Projeto* em 1995. Reiterando a preocupação com a consolidação do centro e explicando que, no caso de Brasília, “era impossível esperar que o centro urbano estivesse pronto e resolvido antes de a população começar a usá-lo”, Maria Elisa colocou que era “preciso introduzir, dentro daqueles enormes quarteirões, elementos agregadores internos”.⁹¹ Afinal,

No relatório original do plano o centro limitava-se a quatro quadras ao redor da rodoviária. Isso foi ampliado quando da implantação, o que envolveria pensar novos acessos, etc. Mas na época as pessoas não se deram conta disso, foi tudo muito rápido. O que complicou algo que na verdade é muito simples.⁹²

Desde a inscrição da cidade como patrimônio, a definição atribuída

para o centro de Brasília se estabilizou como escala gregária. Centro passou a ser efetivamente descrito como sinônimo de maiores densidades construtivas e usos, reunindo um conjunto de 14 setores em torno dos eixos, além da Plataforma Rodoviária.

A partir deste ponto, as descrições do centro misturaram a falta de completude com críticas a sua ocupação. Para visitantes estrangeiros, como o francês Jean Rolin, o centro de Brasília é pedaço de cidade qualquer, que, em 1997, decepcionava por sua semelhança com Bagnolet ou Vélizy.⁹³ Para Holston e Williams, que examinaram a cidade em 2004 e 2007, a área pouco corresponde ao Plano Piloto de Costa⁹⁴ ou à imagem de modernidade esperada para Brasília.⁹⁵ Maria Elaine Kohlsdorf, Gunter Kohlsdorf e Holanda no texto “Brasília: Permanence and Transformations”, que escreveram para a compilação *Contemporary Urbanism in Brazil* (2009), argumentaram que o centro da cidade, apesar de ainda incompleto, é mesmo diferente do resto do Plano Piloto, sobretudo pela configuração do espaço público e do uso da terra feita pelos diferentes edifícios.⁹⁶ Por fim, os setores centrais assinalam, como descreveram Maurício Goulart e Francisco Leitão em *Brasília 1960 2010* (2009), que “a escala gregária é a que menos corresponde à configuração pretendida por Lucio Costa” no Plano Piloto. Ali, a ocupação é diversa e descontínua, com separação entre veículos e pedestres inconsistente, e trechos que se assemelham a parcelamentos urbanos tradicionais.⁹⁷

Mas é precisamente essa semelhança com parcelamentos urbanos tradicionais, encontrada no centro de uma cidade pensada pela arquitetura moderna, que este texto pretende explicar. Como antes citado, este texto examina a hipótese de que a configuração dos setores centrais do Plano Piloto de Brasília tenha se dado a partir de uma sequência de planos sobrepostos, que, como a própria definição do termo “centro”, foi desenvolvida ao longo do tempo. É a partir desta sequência de planos que se percebe o surgimento do lote como estrutura latente - capaz de organizar o território, incluir diferentes atores, e problematizar a ideia de Brasília como cidade de planejamento estanque e unitário.

Método

Se a revisão bibliográfica sugeriu o problema a ser investigado pela tese, não explicou como se deu o processo de projeto dos setores centrais do Plano Piloto de Brasília. Ao contrário, da leitura dos textos sobre o tema, surge a impressão de que esse processo foi um erro, que a construção intermitente dos setores centrais, por fim, não deu certo. Para verificar essa interpretação, fez-se necessário

buscar os registros gráficos que descrevessem esse processo, ordená-los cronologicamente, para então contrastá-los com a bibliografia existente.

Os registros gráficos que foram encontrados fazem parte de uma coleção de plantas urbanas arquivadas no Arquivo Público do Distrito Federal e disponibilizadas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Governo do Distrito Federal (SEDUH-GDF). Da coleção, que reúne desenhos parciais, levantamentos topográficos e gabaritos, foi identificada uma série de desenhos que descrevia de forma geral os setores para bancos, escritórios e comércio do Plano Piloto de Brasília. Esta série tem início em 1959, com um conjunto de plantas desenhado para o Setor Bancário Norte, e fim em 1974, com uma planta de extensão feita para o Setor Bancário Sul.⁹⁸

Depois de selecionados os desenhos pertinentes, a depuração do material revelou que a série de plantas não estava completa e que nem todas as pranchas eram originais. A organização dessas plantas em tabelas informou falhas na numeração; e, enquanto alguns desenhos correspondiam à data assinada e revelavam informações importantes sobre o período e o processo de desenvolvimento dos setores centrais do Plano Piloto de Brasília, outras eram reproduções.⁹⁹ O conjunto tampouco era homogêneo em termos de períodos, gestões, escalas, nomenclaturas; bem como não veio acompanhado de mais do que breves anotações em vez de memórias descritivas. O que a pesquisa documental esclareceu é que a coleção de plantas urbanas descrevia a evolução das ideias de projeto para os setores centrais do Plano Piloto de Brasília através de fragmentos.

Frente ao material desconexo, parecia fazer sentido ordenar as plantas por data e juntá-las por cima do mapa atual da cidade. O procedimento demandou redesenhar as plantas em uma mesma escala e com as mesmas notações gráficas.¹⁰⁰ Desenhos que foram, em seguida, sobrepostos à Ortofotocarta de Brasília, feita em 2009, e disponibilizada pela SEDUH-GDF. Redesenhando cada uma das plantas encontradas, montou-se uma sequência de três mapas, cada um representando os desenhos desenvolvidos em um mesmo período. Esses mapas ilustram ideias para os setores centrais do Plano Piloto de Brasília que não se realizaram: estados ideais que só podem ser aproximados;¹⁰¹ ou hipóteses de ocupação que, talvez, nunca existam como no desenho.¹⁰² Mesmo assim, o procedimento revelou determinadas lógicas comuns de organização do território e sugeriu a periodização da maior parte da narrativa em três momentos: de 1957 a 1960, de 1966 a 1968, e de 1972 a 1974.

O uso de desenho como ferramenta para explorar realidades que não são percebidas senão a partir de um raciocínio visual enfatiza que a montagem da tese se deu antes sobre os materiais produzidos pela arquitetura do que aqueles derivados de outras disciplinas. Afinal, Brasília é paradigma para o projeto da cidade da arquitetura moderna, e uma análise embasada nos instrumentos produzidos pela própria disciplina pareceu fundamental para acessá-la. O procedimento permitiu relacionar, talvez pela primeira vez, o conjunto das plantas produzidas para os setores centrais do Plano Piloto de Brasília em desenhos equivalentes.

Mas não só. A observação das plantas gerou uma periodização que, quando confrontada com outros documentos - como fotografias, matérias de jornal e de revista, plantas de edifícios - dispersos em repositórios tão distintos (como o da Administração Regional do Plano Piloto ou do Arquivo Público do Distrito Federal), quanto afastados pela geografia (a exemplo do Institut für Geschichte und Theorie der Architektur, em Zurique, e da Fundação Oscar Niemeyer, no Rio de Janeiro), demonstraram um contexto complexo de ações políticas e econômicas descontínuas. Da análise dos documentos surgiram edifícios e atores distintos, como arquitetos e políticos, que contestavam ou reforçavam as tendências mostradas nos desenhos.

Ainda assim, os momentos identificados nos desenhos organizaram um contexto temporal entre 1957 e 1974 que se relaciona com determinados episódios balizadores como o desenho do Plano Piloto e sua avaliação no I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília, ou com a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, a Novacap, e seu desmembramento em Terracap, ou Companhia Imobiliária de Brasília.

Daí o uso da “crônica” como jeito de investigar a configuração dos setores centrais do Plano Piloto de Brasília. Da consulta em um dicionário, tem-se como crônica a “compilação de fatos históricos apresentados segundo a ordem de sucessão no tempo”.¹⁰³ É através de uma compilação de fatos, possibilitados pelos desenhos avaliados e produzidos, que se pretende examinar o problema que o fracionamento impõe à ideia de cidade pensada pela arquitetura moderna.

Estrutura

Este texto se divide em cinco capítulos que, arranjados cronologicamente, descrevem Brasília desde a definição do território do Distrito Federal até o surgimento do lote bidimensional como

instrumento de gestão de seus setores centrais.

O primeiro capítulo, “Definição de uma área indivisível”, introduz o tema e trata da definição e demarcação do Distrito Federal e de sua configuração como área unificada. A narrativa atravessa o desenho do território enquanto retângulo, triângulo, inclui as discussões sobre unificação de terras, e os acontecimentos em torno ao concurso do Plano Piloto. Finaliza com a descrição do plano de Costa, vencedor do concurso, e reporta o problema de como dispor o terreno dos setores centrais ao capital particular, colocado pelo arquiteto.

O segundo, “Setor que reparte a área, 1957-1960”, explica os primeiros documentos preparados para os setores centrais de Brasília e a ideia de unidade desejada e própria da cidade da arquitetura moderna. Inicia com a descrição da maquete feita para o Setor Bancário Sul, associada ao contexto dos projetos produzidos para o eixo monumental, e o problema de como conciliar unidade com a oferta do setor ao capital particular. A narrativa evolui descrevendo as plantas para o Setor Bancário Norte e para o Setor Comercial Sul e os primeiros projetos de edifícios produzidos para estes setores. Termina situando a crítica, que associou esses setores a episódios urbanos sem perceber a variedade de atores envolvidos.

O terceiro, “Quadra que reparte o setor, 1966-1968”, transpõe os anos de 1961 e 1965, em que nenhum plano geral para os setores centrais do Plano Piloto de Brasília foi produzido, e avança para 1966 e 1968, descrevendo o processo de fracionamento dos setores centrais em quadras através do desenho de arruamento. O capítulo documenta o contexto de instabilidade política e construtiva, desde onde foram projetados e construídos edifícios desconexos, como a Estação Telefônica Centro, e a contrapartida de códigos que visavam manter certa unidade de conjunto. O capítulo também descreve as plantas para o Setor Comercial Norte e o projeto da passagem subterrânea entre o Setor Bancário Sul e o Setor Comercial Sul. Em um, o desenho de arruamento reparte o setor, enquanto no outro o desenho é manifestação expressa da lógica do setor.

O quarto capítulo, “Lote que reparte a quadra, 1972-1974”, identifica o aparecimento do lote como estrutura bidimensional e que, por fim, reparte as quadras organizadas dentro dos setores centrais. Junto do lote, surgem normas abstratas que dificultam o controle formal e suprimem de vez a unidade de conjunto. A narrativa explora a crescente tensão entre políticos e arquitetos, bem como a simultaneidade de propostas diversas, como a construção do

Palácio do Comércio e do Palácio das Indústrias no Setor Bancário Norte, e o projeto para a Caixa Econômica Federal, no Setor Bancário Sul.

O quinto capítulo, “Descrição de uma área dividida”, situa a crítica posterior aos planos e descreve a situação atual dos setores centrais.

Com exceção do primeiro, os capítulos são introduzidos pelas ações de políticos, arquitetos, técnicos, atuantes em cada período correspondente, problematizando os atores envolvidos no processo de projeto e construção dos setores centrais.

Com exceção do último, os capítulos foram internamente organizados de acordo com o surgimento dos fatos, que, por vezes, interrompem e retomam narrativas, interpelam ou reforçam argumentos.¹⁰⁴ A aparente desordem de discurso demonstra as complexidades internas da construção de uma cidade pensada pela arquitetura moderna, e, pela própria forma, rejeita o discurso de Brasília enquanto cidade integralmente planejada.

O texto finaliza com uma discussão sobre o lote na cidade pensada pela arquitetura moderna, problematizando o surgimento do lote nos setores centrais do Plano Piloto, e salientando as relações entre lote, política e economia, demonstradas pela narrativa.

Notas

- 1 LAVEDAN, Pierre. *Géographie des Villes*. 2. ed. Paris: Gallimard, 1959, p. 123, tradução nossa.
- 2 Ibid., p. 91-92.
- 3 Ibid., p. 92, tradução nossa.
- 4 Ibid., p. 93, tradução nossa.
- 5 Ibid., p. 98.
- 6 Ibid., p. 119.
- 7 Ibid., p. 123.
- 8 Lucio Marçal Ferreira Ribeiro de Lima Costa (Toulon, França, 1902 - Rio de Janeiro, Brasil, 1998), arquiteto, urbanista e professor. Para seu nome, seguimos a fundação Casa de Lucio Costa e utilizamos "Lucio" em vez de "Lúcio", conforme registro. Ver: CERTIDÃO de nascimento expedida por Mario Loureiro Dias Costa, Cônsul Geral do Brasil em Marselha. Acervo Lucio Costa, Instituto Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro, II A 03-00911. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/1226>>. Acesso em: 03 jul. 2019.
- 9 Ver: COSTA, Lucio. Plano Piloto de Brasília, 1957. Documento datilografado. Acervo Lucio Costa, Instituto Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro, III B 02-03364. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/3580>>. Acesso em: 29 dez. 2017.
- 10 Ibid.
- 11 Ver: GIEDION, Sigfried. *Space, Time and Architecture: the Growth of a New Tradition*. 3rd. ed. Cambridge; London: Harvard University Press, 1959, p. 725-726.
- 12 Ver: SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil, 1900-1990*. São Paulo: Edusp, 2010, p. 125.
- 13 BENEVOLO, Leonardo. *História da Arquitetura Moderna*. Trad. Ana M. Goldberger. 4a. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012, p. 718.
- 14 Ibid.
- 15 FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da arquitetura moderna*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p. 312.
- 16 CURTIS, William J. R. *Modern Architecture since 1900*. 3a. ed. London: Phaidon, 2005, p. 501, tradução nossa.
- 17 COHEN, Jean-Louis. *O futuro da arquitetura desde 1889: uma história mundial*. Trad. Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Cosacnaify, 2013, p. 334.
- 18 Ibid., p. 335.
- 19 SEGAWA., 2010, p. 127.
- 20 BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. Trad. Ana M. Goldberger. 4a. ed. 1a reimp. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.
- 21 BASTOS, Maria Alice Junqueira; ZEIN, Ruth Verde. *Brasil: arquiteturas após 1950*. 1a reimp. São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 107.
- 22 EVENSON, Norma. *Two Brazilian Capitals. Architecture and Urbanism in Rio de Janeiro and Brasília*. New Haven; London: Yale University Press, 1973, p. 153, tradução nossa. Ver também: EVENSON, Norma. The symbolism of Brasília. *Landscape*, Berkeley, n. 18, p. 18-28, 1969.
- 23 *The plan of Brasília appears today as a peculiar juxtaposition of strict symmetrical design and loose, virtually planless layout. Although the Costa plan may have comprised a satisfactory outline for the initiation of the city, it is clear that the scheme*

required careful elaboration to provide for the necessary range of urban functions and the orderly use of urban land. Ibid., p. 172, tradução nossa.

24 Ibid., 169, tradução nossa.

25 Ibid., 183, tradução nossa.

26 Ver: REPORT of the World Heritage Committee. Paris, 1988. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. World Heritage Center. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/archive/repcom88.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

27 Para um exemplo, ver: LÚCIO Costa: Brasília. Rio de Janeiro. Livroarte, 1986.

28 WRIGHT, Charles L.; TURKINICZ, Benamy. Brasília and the ageing of modernism. *Cities*, Washington, v. 5, n. 4, 1988, p. 358-359.

29 *Aunque las edificaciones previstas sean en su mayoría aisladas unas de las otras, dos estrategias básicas se insinúan útiles para asegurar un mínimo de unidad formal en los diferentes sectores urbanos propuestos. La más obvia es la resolución del proyecto de todo un sector por un único arquitecto. La otra es la predefinición rígida de la volumetría de las edificaciones, a través de dimensiones y proyecciones obligatorias.* TURKINICZ, Benamy; COMAS, Carlos Eduardo Dias. *Brasília: historia y análisis (1957 hasta la actualidad). Arquitectura panamericana*, Santiago de Chile, n. 1, 1992, p. 120, tradução nossa.

30 Ibid., p. 125, tradução nossa.

31 Ibid., p. 126, tradução nossa.

32 Ibid., p. 125-126, tradução nossa.

33 Ibid., p. 118, tradução nossa.

34 LEITÃO, Francisco das Chagas. *Do risco à cidade: as plantas urbanísticas de Brasília*. 2003. 164 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)– Universidade de Brasília, Brasília, 2003, p. 6. Disponível em: <<https://documomobsb.files.wordpress.com/2015/03/leitao-2003-doriscoacidade.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

35 Ibid., p. 152.

36 WILLIAMS, Richard J. Review: Brasília after Brasília. *Progress in Planning*, Edinburgh, n. 67, 2007, p. 305, tradução nossa.

37 Ibid., p. 306, tradução nossa.

38 ACEBILLO, Josep. Chandigarh & Brasília: The Twilight of the Urban Plan? In: CASCIATO, MARISTELA; VON MOOS, Stanislaus (Ed.). *Twilight of the Plan: Chandigarh and Brasília*. Lugano; Mendrisio: Università della Svizzera Italiana; Accademia di Architettura, 2007. p. 17, tradução nossa. Essa observação é semelhante à de Maria Elisa Costa: “isso é um detalhe importantíssimo agora o que eu vou dizer pra você gravar. Brasília é o seguinte. Ela é um projeto, ela não é um plano, ela é um projeto urbano”. Ver: COSTA, Maria Elisa Modesto Guimarães. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1991, p. 10-11.

39 Ibid., p. 17, tradução nossa.

40 VON MOOS, Stanislaus. Vers une “Grille ChaBra”. Notes on the Exhibition. In: CASCIATO; VON MOOS, 2007, p. 40.

41 Uma versão anterior a este texto pode ser encontrada em: COMAS, Carlos Eduardo Dias; ALMEIDA, Marcos Leite. Brasília quadragenária: a paixão de uma monumentalidade nova. In: IX SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 2006, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2006. Disponível em: <<http://unhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1150/1125>>. Acesso em: 21 abril 2015.

- 42 Hoje, nesta superquadra, existe o Parque Curicaca. Ver: PARQUE Curicaca, Brasília. Google Maps. <Disponível em: <https://goo.gl/maps/svC8jbmD5PGCHUMW7>>. Acesso em: 08 out. 2020.
- 43 *When it came to dividing land into lots and leasing buildings, the building code introduced an unprecedented artifice in Brazilian urbanistic legislation that remains in use: the 'projection'.*
- A 'projection' demarcates a building's footprint in addition to any protrusions it might have above ground level, that is, the maximum perimeter in which building elevations should be contained. In the case of superquadra residential slab buildings, the 1960 code granted those who owned projections - as opposed to lot owners - the right to build only above the ground floor, which was to remain unobstructed to allow for public right of way.* FICHER, Sylvia et al. *The Residential Building Slab in the Superquadra*. In: EL-DAHDAH, Farès (Ed.). *Case: Lucio Costa Brasília's Superquadra*. Munich: Prestel, 2005, p. 50-51, tradução nossa.
- 44 SERT, José Luis. Centres of Community Life. In: TYRWHITT, Jacqueline; SERT, José Luis; ROGERS, Ernesto Natan (Eds.). *The Heart of the City: towards the Humanisation of Urban Life*. Londres: Lund Humphries, 1952, p. 6, tradução nossa.
- 45 Ver: COSTA, 1957, p. 4; 5; 13.
- 46 Ver: LÚCIO Costa (pesaroso e irritado) sintetiza Brasília para Callado. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, 2o caderno, sem página, 28 fev. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/2160>. Acesso em: 24 jan. 2019; L. C.: Brasília foi feita para o homem com fé num Brasil e num mundo melhores. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 2 de nov. 1961, Caderno B, p. 3. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/23400>. Acesso em: 24 jan. 2019; COSTA, Lucio. Brasília. *Arquitetura: revista do Instituto de Arquitetos do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 78, 1968a, p. 35; COSTA, Lucio. L'urbaniste défend sa capitale. *Architecture, Formes et Fonctions*. Lausanne, 1968b, p. 21; COSTA, Lucio. O urbanista defende a sua cidade. *Revista do Clube de Engenharia*, Rio de Janeiro, março de 1970a, p. 32. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/3095>>. Acesso em: 13 mar. 2018; COSTA, Lucio. O urbanista defende a sua capital. *Acrópole*, julho de 1970b, p. 7. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/375>>. Acesso em: 25 mai. 2018; COSTA, Lucio. O urbanista defende sua cidade (1967). In: *Registro de uma vivência*, 2a ed., p. 301-3. São Paulo: Empresa das Artes, 1995, p. 302; "Considerações em torno do Plano-Piloto de Brasília". In: *I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília: Estudos e Debates*. Brasília: Senado Federal, 1974, p. 24; 27; COSTA, Lucio. Brasília revisitada 1985/87. Complementação, preservação, adensamento e expansão urbana. *Diário Oficial do Distrito Federal*, 1987, p. 9.
- 47 COSTA, 1957, p. 4.
- 48 Ibid., p. 5.
- 49 Ibid., p. 13.
- 50 Texto também publicado como "Monumentalidade e gente" na compilação *Sobre arquitetura*. Ver: COSTA, 1962, p. 304-307.
- 51 LÚCIO..., 1960.
- 52 ACOSTA, Silvio. Brasília. *Arquitectura Cuba*, Habana, v. 28, n. 322, 1960, p. 258, tradução nossa.
- 53 TAVARES DE SÁ, Hernane. Metropolis made to order: Brasília. *National Geographic Magazine*, Washington, v. 117, n. 5, 1960, p. 722, tradução nossa.
- 54 Para discussões sobre CIAM e "coração da cidade", ver: DOMHARDT, Konstanze Sylva. *The Heart of the City. Die Stadt in den transatlantischen Debatten der CIAM 1933-1951*. Zürich: gta Verlag, 2012.
- 55 "Designing a Core for a village or town, neighbourhood or city, is not the same thing as designing a group of civic buildings together with their related open spaces."

The Civic Centre - that monumental group of buildings standing in isolated grandeur - is not what is meant by the Core. The Core is not the seat of civic dignity: the Core is the gathering place of the people". TYRWHITT, Jacqueline. Cores within the Urban Constellation. In: TYRWHITT, Jacqueline; SERT, José Luis; ROGERS, Ernesto Natan (Eds.). *The Heart of the City: Towards the Humanization of Urban Life*. London: Lund Humphries, 1952, p. 103. Diferente de Vera Cruz, em que o centro comercial foi pensado junto do centro cívico. Ver: SILVA, Ernesto. O lago de Brasília e sua origem, *Correio Braziliense*, Brasília, capa, segundo caderno, 20 set. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/15758>. Acesso em: 29 jul. 2020.

56 WILHEIM, Jorge. Brasília 1960. Uma interpretação. *Acrópole*, São Paulo, v. 22, n. 256-257, 1960, p. 34. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/256>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

57 Ibid., p. 35.

58 às escalas gregária, residencial e monumental, Costa também adicionou a "escala bucólica": "Poderemos ainda acrescentar mais uma quarta escala, a escala *bucólica*, das áreas cobertas destinadas a fins de semana lacustres ou campestres". L. C...., 1961. O texto foi também publicado como "Sobre a construção de Brasília" em *Sobre arquitetura*. Ver: COSTA, 1962, p. 342-347. Ver também: "This notion of a city made up of various urban scales is implicit in the competition entry brief, yet it was made explicit only in an interview given four years later". EL-DAHDAH, Farès. The Brasília Project. In: *Oscar 102 / Brasília 50: Eight Cases in Brazil's Architectural Modernity*. Houston: Rice University, 2010, p. 19.

59 L. C.: BRASÍLIA..., 1961, Caderno B, p. 3.

60 ZETTEL, Jayme. *Depoimento - programa de história oral*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1989, p. 7.

61 Ver: DUBUGRAS, Elvin Donald Mackay. *Depoimento - programa de história oral*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1993, p. 8-9. Ver também: BARATA, Mario. Brasília revisitada/Brasília três anos depois: como problemática de cidade viva. *Zodiac. Rivista internazionale d'architettura contemporanea*, Milano, n. 11, 1963, p. 40.

62 CREASE, David. Progress in Brasília. *Architectural Review*, London, n. 131, 1962, p. 257; 262.

63 Ibid., p. 262; Ver também: GARCIA, Cláudia da Conceição et al. Passado, presente e futuro de uma avenida moderna: W-3, Brasília. In: HOLANDA, Frederico de (Org.). *Arquitetura e urbanidade*. São Paulo: PróEditores, 2003, p. 63.

64 Costa escreveu no relatório do plano piloto que "para o tráfego de caminhões estabeleceu-se um sistema secundário autônomo com cruzamentos sinalizados [...]". COSTA, 1957, p. 4. Ver também: COSTA, Lucio. Brasília. *Arquitetura: revista do Instituto de Arquitetos do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 78, 1968, p. 36.

65 BARATA, 1963, p. 40; 44.

66 SNYDER, D. E. Alternate perspectives on Brasília. *Economic Geography*, Worcester, v. 40, n. 1, 1964, p. 44, tradução nossa. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/142172>>. Acesso em: 30 out. 2017.

67 COORDENAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS. *Código de Edificações de Brasília e Regulamentos*. Brasília: Prefeitura do Distrito Federal, 1967, p. 10.

68 Ibid., p. 10-12.

69 GOULART, Maurício G.; LEITÃO, Francisco das Chagas. Escala gregária. In: LEITÃO, Francisco (Org.). *Brasília 1960 2010: passado, presente e futuro*. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009, p. 138. Ver também: LEITÃO, 2003, p. 55.

70 COORDENAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS, 1967, p. 12.

71 COSTA, 1968a, p. 35; COSTA, 1968b, p. 18; COSTA, 1970a, p. 32; COSTA, 1970,

p. 7.

72 COSTA, 1968, p. 36; Ver também: COSTA, Lucio. Primeira carta dirigida ao Senador Cattete Pinheiro pelo Dr. Lúcio Costa e mencionada na missiva lida na sessão de encerramento do seminário. In: SENADO FEDERAL. *I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília: Estudos e Debates*. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1974, p. 291.

73 COSTA, 1968a, p. 36; COSTA, 1968b, p. 21; COSTA, 1970a, p. 33; COSTA, 1970b, p. 8.

74 A sequência de cartas foi publicada nos anais do seminário. Ver: SENADO FEDERAL. *I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília: Estudos e Debates*. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1974, p. 279-281; 289-292; 299-302.

75 COSTA, 1974, p. 27.

76 A VOLTA de Lúcio Costa a Brasília. *Arquiteto*, São Paulo, v. 2, n. 17, 1973, p. 17.

77 Ver: GOMES, Cláudio. Brasília 1960-1970. *Acrópole*, São Paulo, v. 32, n. 375/376, 1970, p. . Disponível em: <http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/375>. Acesso em: 29 jun. 2017; HOWES, Helen Claire. Brasília, not yet a home for its people. *Canadian Geographical Journal*, Ottawa, v. 90, n. 4, 1975, p. 34.

78 Ver: HILLER, Carl E. *Babylon to Brasilia: the challenge of city planning*. Boston: Little Brown & Co, 1972, p. 55; EPSTEIN, David C. *Brasília, Plan and Reality: a Study of Planned and Spontaneous Urban Development*. Berkeley: University of California Press, 1973, p. 59.

79 EVENSON, 1973, p. 188-189.

80 HOLANDA, 1975, p. 19-20.

81 Ibid., p. 19.

82 Ibid.

83 HOLANDA, Frederico de. A morfologia interna da capital. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *Brasília, ideologia e realidade/espço urbano em questão*. São Paulo: Projeto, 1985, p. 137.

84 Além de decretos incorporados, uma diferença na definição de centro entre o código de 1967 e 1980 foi a adição da Galeria dos Estados, que passou a conectar em subsolo os setores bancário e comercial ao sul do eixo monumental. SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS. *Código de edificações do Distrito Federal (R.A. 1) e normas complementares*. Brasília: Artway, 1980, p. 19-22.

85 LIMA, Adeildo Viegas; COSTA Maria Elisa. *Brasília 57-85: do plano piloto ao Plano Piloto*. Brasília: Terracap, 1985, p. 57.

86 Ibid., p. 54-56. Ver também: COSTA, 1991, p. 9; ENTREVISTA: Maria Elisa Costa. Brasília, 35 anos. Do plano piloto a hoje, a trajetória de uma cidade capital. *Projeto*, São Paulo, n. 184, 1995, p. 83.

87 LIMA, Adeildo Viegas de; COSTA, Maria Elisa. Brasília 57-85: conclusão. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, n. 89-90, 1986, p. 83.

88 “A escala gregária com que foi concebido o centro de Brasília, em torno da intersecção dos Eixos Monumental e Rodoviário, fica configurada na Plataforma Rodoviária e nos Setores de Diversões, Comerciais, Bancários, Hoteleiros, Médico-Hospitais, de Autarquia e de Rádio e Televisão Sul e Norte”. DECRETO n. 10.829 de 14 de outubro de 1987. *Diário Oficial do Distrito Federal*, 1987, p. 2. “A escala gregária surge, logicamente, em torno da intersecção dos dois eixos, a Plataforma Rodoviária, elemento de vital importância na concepção da cidade e que se tornou, além do mais o ponto de ligação de Brasília com as cidades-satélites. No centro urbano, a densidade de ocupação se previu maior e os gabaritos mais altos, à

exceção dos dois Setores de Diversões". COSTA, 1987, p. 9.

89 "A escala gregária, prevista para o centro da cidade - até hoje ainda em grande parte desocupado - teve a intenção de criar um espaço urbano mais densamente utilizado e propício ao encontro". COSTA, 1987, p. 8.

90 Ibid., p. 25.

91 COSTA, Maria Elisa. In: ENTREVISTA..., 1995, p. 83.

92 Ibid.

93 "From the balcony of room 1023, on the tenth floor of the Kubitschek Plaza hotel, the new arrival strives to find in the broken landscape he discovers something of what made the reputation of Brasília among the nations. The high façade of the Manhattan Flats hotel hampers his efforts". "All in all the Conjunto contains nothing out of the ordinary, everything is 'worldish': you'd think you were at Bagnolet or Vélizy. More like Bagnolet, even so." ROLIN, Jean. Le secret de la grande pyramide. *Architecture d'aujourd'hui*, Paris, n. 313, 1997, p. 85.

94 "[...] o crescimento do setor hoteleiro norte não corresponde ao Plano Piloto de Lucio Costa, não segue a lógica da competição de mercado nem constitui um novo experimento de planejamento. Antes, é um desenvolvimento caótico e corrompido". HOLSTON, James. O espírito de Brasília: modernidade como experimento e risco. In: NOBRE, Ana Luiza et al (Orgs.). *Um modo de ser moderno: Lucio Costa e a crítica contemporânea*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p. 175.

95 "Up until now however, the greatest impact on the Pilot Plan has been from private developers rather than the state, who have built extensively in the Hotel Sectors either side of the Monumental Axis near the bus station. These sectors are now dominated by such development, very little of which - bar the survival of such relics as the Hotel Nacional (Nauro Esteves, 1960) - corresponds to the modernism of the original plan". WILLIAMS, 2007, p. 329-330.

96 KOHLSDORF, Maria Elaine; KOHLSDORF, Gunter; HOLANDA, Frederico de. Brasília: Permanence and Transformations. In: *Contemporary Urbanism in Brazil: beyond Brasília*. Gainesville: University Press of Florida, 2009, p. 43; 57-58.

97 GOULART; LEITÃO, 2009, p. 139; 142-143.

98 Da análise dos desenhos, aqueles produzidos depois de 1974 não apresentaram avanços à hipótese levantada, por isso foram excluídos da narrativa. Eles podem ser encontrados redesenhados em "Anexos", na página 305.

99 Como explicou Francisco das Chagas Leitão, parte do acervo foi redesenhado na década de 1980, numa tentativa de preservar informações de desenhos deteriorados. Ver: LEITÃO, 2009, p. 30.

100 Ver: "Anexos", na página 305.

101 KOOLHAAS, Rem. *Delirious New York: A Retroactive Manifesto for Manhattan*. New York: The Monacelli Press, 1994, p. 11.

102 Como comentaram Germán Hidalgo, José Rosas, e Wren Strabucchi: "dibujar un plano del pasado supone entonces construir una hipótesis de algo improbable". HIDALGO, Germán; ROSAS, José; STRABUCCHI, Wren. Santiago de Chile en torno a 1850. El plano de planta urbana como instrumento revelador de su forma general. *ARQ*, Santiago, n. 96, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4067/S0717-69962017000200108>>. Acesso em: 15 maio. 2020.

103 CRÔNICA. In: *Dicionário de Português licenciado para Oxford University Press*. São Paulo: Objetiva, 2012.

104 De forma semelhante, Koolhaas organizou o texto *Delirious New York*, justificando que "in terms of structure, this book is a simulacrum of Manhattan's Grid: a collection of blocks whose proximity and juxtaposition reinforce their separate meanings". Cf. KOOLHAAS, 1994, p. 11.

Definição de uma área indivisível



1.01

O desejo de transferir a capital federal para o centro do Brasil existia desde a metade do século 18 e atravessou debates políticos até ser inserido na *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, em 1891.

Aquela constituição reivindicou “uma zona de 14.400 quilômetros quadrados” no meio do Planalto Central como pertencente ao governo brasileiro.¹ Área que seria “oportunamente demarcada” e politicamente definida por uma nova capital.²

Um ano depois, o astrônomo Luiz Cruls chefiou um grupo de geólogos, médicos, botânicos. Aquele grupo, ou Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil, viajou para o centro do país a fim de validar a constituição.

Retângulo

Da viagem, resultou um relatório e, também, um atlas. Ali, Cruls explicou os achados da expedição com uma coleção de desenhos

Figura 1.01. Planta topográfica, feita pela Comissão de Localização da Nova Capital em 1955, e guardada por Costa. O documento descreve a área indivisível da futura capital.

sobre os trajetos percorridos. Através de plantas e elevações, sintetizou as diferenças de relevo e os trechos de vegetação densa. Com perspectivas, registrou as vistas apreendidas desde lagoas e serras. Desenhando plantas urbanas, catalogou povoados já estabelecidos. Por fim, em um mapa geral, o astrônomo resumiu as características observadas: com linhas vermelhas, assinalou caminhos levantados entre cidades como Goiás, Uberaba e Formosa; com linhas azuis, descreveu percursos de córregos e rios, detalhando os afluentes do Corumbá, São Bartolomeu e Monteiro; com uma série de pontos, indicou jazidas de ouro, diamante e ferro. Mas, por cima desse detalhamento, imprimiu um retângulo de cerca de 160 por 90 quilômetros de lado, posicionado entre os paralelos Sul 15°20' e 16°08'35'' e meridianos Oeste 5°80' e 4°20' (fig. 1.02). Cruls interpretou a área de 14.400 quilômetros quadrados, prescrita pela constituição, como um “quadrilátero esferoídeo”³. No relatório, ele explicou que, em vez de se ater a forma irregular dos sistemas orográficos e hidrográficos do território, cuja demarcação poderia demorar, a comissão seguiu o exemplo estado-unidense de divisão, adotando o desenho de um “quadrilátero limitado por arcos de meridiano e de paralelo, cujas respectivas longitudes e latitudes são conhecidas”.⁴ Recurso intelectual que, para atender a constituição, fracionou o território do Planalto Central independentemente de sua geografia.

Aquele retângulo apareceu no atlas *Nouvelle Géographie Universelle* (1894), foi incluído na *Carta da Viação Férrea do Brasil* (1910), orientou o lançamento da pedra fundamental da nova capital em 1922, motivou a viagem de Le Corbusier para o Brasil em 1929,⁵ mas retornou contestado no fim do Estado Novo. Com a deposição de Getúlio Vargas, e a eleição de Eurico Gaspar Dutra, o debate sobre a transferência da capital ressurgiu em 1946, durante a elaboração da nova *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*. O assunto dividiu opiniões na assembléia. Além dos defensores do retângulo desenhado por Cruls, o deputado João Café Filho sustentava Goiânia como nova capital, enquanto o governador exonerado de Minas Gerais, Benedito Valadares, argumentava por um ponto no Triângulo Mineiro.⁶ Por fim, no texto aprovado, o consenso foi de que “a Capital da União será transferida para o Planalto Central do país”, e que uma comissão técnica seria estabelecida pelo presidente para a avaliação do caso.⁷ Com a constituição publicada, Dutra cumpriu o dispositivo e organizou a Comissão de Estudos para a Localização da Nova Capital do Brasil, nomeando Djalma Polli Coelho à frente dos trabalhos.

Polli Coelho era diretor do Serviço Geográfico do Exército e utilizou seus conhecimentos geopolíticos para revisar o retângulo de Cruls. Entregou um relatório em 1948. Observou que, se por um lado,

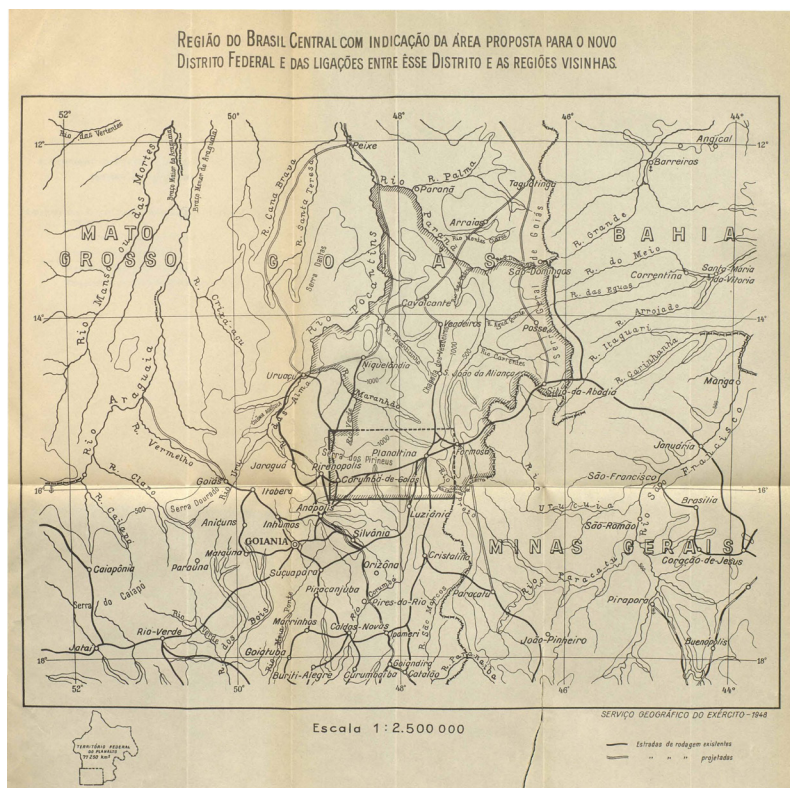


Figura 1.03. Polli Coelho estendeu a área do futuro distrito federal para o norte, preferindo “limites já demarcados pela natureza” ao retângulo proposto por Cruls.



a constituição de 1946 definiu o Planalto Central como região da nova capital, por outro não retomou a área de 14.400 quilômetros quadrados determinada em 1891.⁸ O general entendeu o ajuste no texto como necessidade de ampliação,⁹ e publicou um mapa em que o retângulo foi estendido até alcançar o Rio Tocantins, o Rio Paraná, e a linha da Serra Geral de Goiás (fig. 1.03). Ali, a área foi desenhada pela geografia e sobreposta a um estudo de estradas existentes e projetadas. Um esquema gráfico, no rodapé do mapa, indicou a nova área com 77.250 quilômetros quadrados. Para o general, a dimensão avantajada garantiria autossuficiência à implantação da nova capital e o uso de “uma série de trechos fluviais” lhe daria “limites já demarcados pela natureza”, simplificando “o problema da passagem das terras à jurisdição do governo federal”.¹⁰

Vargas retornou ao governo como presidente eleito em 1951, e em 1953, o Congresso Nacional concordou com a necessidade de expandir o retângulo de Cruls, mas descartou a revisão geográfica de Polli Coelho. Determinaram como área de estudos uma “região do Planalto Central, compreendida entre os paralelos sul 15°30' e 17° e meridianos a W de Gr. 46°30' e 49°13'”.¹¹ Um novo retângulo de 52.000 quilômetros quadrados, estendido entre os estados de Goiás e Minas Gerais. A área para a nova capital seria escolhida dentro daquela geometria, e dali se procederia à marcação definitiva do distrito federal. Vargas nomeou Aguinaldo Caiado de Castro, que trabalhava como chefe do gabinete militar da presidência, para coordenar a Comissão de Localização da Capital Federal. Caiado de Castro contratou a empresa Cruzeiro do Sul para realizar um levantamento aerofotogramétrico preliminar que ficou pronto no início de 1954. Em seguida, autorizou a empresa norte-americana Donald J. Belcher and Associates a aprofundar os estudos da área e depurar os melhores sítios em relatório.¹²

Triângulo

As tensões políticas do período resultaram no suicídio de Vargas em agosto de 1954,¹³ o que retirou Caiado de Castro do cargo mas não interrompeu os estudos da área. O então vice-presidente, João Café Filho, assumiu o país e nomeou José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque como chefe da comissão, que retomou o contrato com a empresa americana. Em fevereiro de 1955 o relatório ficou pronto. Com fotografias e cálculos, os americanos elencaram cinco sítios – o amarelo, o azul, o verde, o vermelho e o castanho – como válidos para a implantação da nova capital. Em texto, analisaram cada sítio, e entenderam que o sítio amarelo ainda que próximo de Anápolis, era muito ondulado e o desenho da nova cidade teria

que se adaptar a acidentes topográficos. O azul era bom para agricultura, e por isso caro para implantar uma cidade. Já o verde era um vale entremeado por rio, mas cortado por serras altas; e o vermelho, apesar de plano e grande, estava longe das estradas consolidadas. Por fim, o sítio castanho tinha geografia “inteiramente diferente da dos outros quatro”.¹⁴ O principal detalhe era “um domo de forma triangular definido pelo Córrego Fundo e o Ribeirão do Bananal”.¹⁵ Para os técnicos, “a extensa planície” era própria “ao desenvolvimento de uma grande cidade”, que ficaria próxima da principal estrada entre Planaltina e Anápolis (fig. 1.05; fig. 1.06).¹⁶

Apesar da sugestão, o relatório não definiu nenhum sítio para implantar a nova capital. Diante dos documentos produzidos, os técnicos apenas identificaram que, qualquer que fosse o escolhido, a nova cidade deveria ser projetada para crescer “em estágios”.¹⁷ A escolha definitiva da área só aconteceu depois das avaliações da comissão.¹⁸ Das cinco opções levantadas dentro do retângulo, os membros escolheram, por unanimidade, o triângulo do sítio castanho. Segundo José Pessoa, aquela área apresentava “perfeita unidade topográfica, encerrando um chapadão de forma triangular, de cerca de 1.000 quilômetros quadrados e de várias cotas até 1.200 metros acima do nível do mar”.¹⁹ A área tinha bom clima, grande quantidade de água, e era próxima de cidades importantes como Luziânia, Planaltina, Formosa e Anápolis. Além dessas justificativas, o marechal recorreu à história, consultou Cruls, e afirmou que aquele sítio já havia despertado o interesse dos naturalistas franceses Augustin de Saint Hilaire e Francis Castelnau.²⁰

Depois da escolha, a comissão atendeu a lei aprovada pelo congresso em 1953 e demarcou o retângulo definitivo (fig. 1.07):

Começa no ponto de Lat. 15°30'S e Long. 48°12'W – Green. Desse ponto segue para Leste pelo paralelo de 15°30' até encontrar o meridiano de 47°25'W Green., desse ponto segue o mesmo meridiano de 47°25'W Green. para o sul até o *Talweg* do Córrego S. Rita, afluente da margem direita do Rio Preto. Daí pelo *Talweg* do citado córrego S. Rita até a confluência deste com o Rio Preto, logo a jusante da Lagoa Feia. Da confluência do córrego S. Rita com o Rio Preto, segue pelo *Talweg* deste último na direção sul até cruzar o paralelo de 16°03' na direção Oeste, até encontrar o *Talweg* do Rio Descoberto. Daí para o Norte, pelo *Talweg* do Rio Descoberto até encontrar o meridiano de 48°12'W Green. Daí para o Norte pelo meridiano de 48°12'W Green., até encontrar o paralelo de 15°30' Sul, fechando o perímetro.²¹

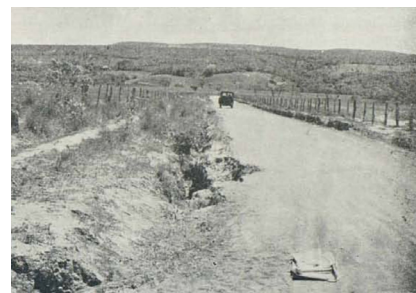
Com o retângulo demarcado, a comissão expropriou terras, implementou uma pista de pouso no triângulo, e seguiu os

Figuras 1.05 e 1.06. Trechos de estradas percorridos pelos americanos, e publicados no relatório. A primeira foto corresponde à estrada para Anápolis.

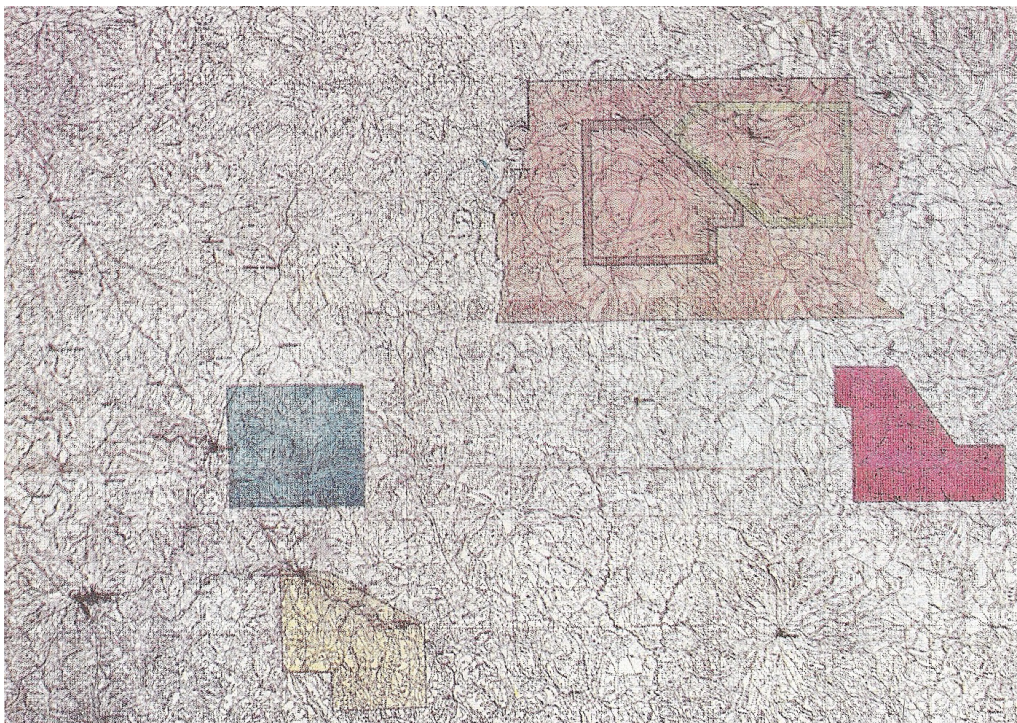
Figura 1.07. Mapa do retângulo definido pelo Congresso em 1953, com a sobreposição dos sítios amarelo, azul, verde, vermelho e castanho destacados pelo relatório da empresa Donald J. Belcher and Associates. Neste esquema é possível ver também a área do distrito federal, enfim, demarcada, envolvendo os sítios castanho e verde.



1.05



1.06



1.07

trabalhos de vinculação daquele sítio com o restante do país. Uma subcomissão de comunicações elaborou um plano rodoferroviário integrado no Plano de Viação Nacional, prevendo a extensão da rodovia BR-14, a duplicação da Estrada de Ferro Goiás, além do alargamento do trecho ferroviário entre as cidades de Pirapora e Formosa. Ao mesmo tempo, uma subcomissão de planejamento urbanístico esboçou um plano para a futura capital. Projetada pelos engenheiros-arquitetos Raul Penna Firme, Roberto Lacombe e José de Oliveira Reis,²² aquela cidade se chamaria Vera Cruz. O nome era incerto,²³ mas o desenho previa uma cidade estruturada em duas avenidas cruzadas em ângulo reto. Seu centro se dava justaposto ao ponto de encontro dessas avenidas, em torno de uma “grande praça central”, e misturava edifícios para comércio, culto e lazer, com edifícios cívicos.²⁴

Área indivisível

A transferência da capital para o triângulo no Planalto Central se encaixou na campanha política do médico mineiro Juscelino Kubitschek. A ideia era conhecida. Enquanto deputado pelo Partido Social Democrático de Minas Gerais, Kubitschek acompanhou as definições da constituição de 1946 e apoiou o projeto de Valadares que defendia a capital para o Triângulo Mineiro.²⁵ Durante seu mandato como governador de Minas Gerais, recebeu um pedido de ajuda de José Pessoa na construção daquele trecho ferroviário entre Pirapora e Formosa, que garantiria acesso “à região, a fim de escolher o sítio onde será erguida a futura Capital”.²⁶ Nos comícios da campanha presidencial de 1955, quando questionado se iria cumprir integralmente a constituição, incluindo a transferência da capital para o meio do planalto, Kubitschek entendeu a emergência de se fazer a nova capital.²⁷ Pleiteou a presidência e venceu. No mandato 1956-1961, transformou a execução da nova cidade na metassíntese de seu programa de desenvolvimento econômico.²⁸

Kubitschek reinstalou a comissão para continuar os trabalhos na área demarcada. José Pessoa, que estava à frente do sítio castanho, pediu demissão. O presidente não aceitou. Em abril, solicitou a Francisco Clementino de San Tiago Dantas, seu colaborador e amigo desde os tempos de Belo Horizonte,²⁹ que escrevesse uma lei autorizando a transferência da capital para o Planalto Central. A ideia do presidente era de que essa lei também permitisse a criação de um órgão de “poderes amplos”, que pudesse executar todos os trâmites relativos a nova cidade sem interferências do congresso.³⁰

Segundo o presidente, o documento escrito por San Tiago Dantas

“era perfeito”.³¹ No primeiro artigo, retomou a localização e dimensões do Distrito Federal atendendo à constituição de 1946 e validando as decisões de 1953. No segundo, constituiu a sociedade Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, a Novacap. No terceiro, estabeleceu que caberia à companhia o “planejamento e execução do serviço de localização, urbanização e construção da futura capital diretamente ou através de órgãos da administração federal, estadual e municipal, ou de empresas idôneas com as quais contratar”.³² No quarto, afirmou que caberia ao presidente a definição de seus representantes.

Em seguida, o jurista detalhou o capital social da companhia, fez observações sobre como se daria a administração e fiscalização de seus trabalhos, além de suas obrigações legais. Nas “disposições gerais e finais”, escreveu que dentro do retângulo se tornariam “indivisíveis os lotes de terras urbanas do futuro Distrito Federal”.³³ San Tiago Dantas enfatizou que essas terras, assim que expropriadas, passariam a ser propriedade da companhia, ficando proibida a transferência “das demais áreas de terras do mencionado Distrito a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado”.³⁴

Por fim, a criação da companhia extinguiu a Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, incorporou seu acervo de documentos, e determinou “o nome de ‘Brasília’ à nova Capital Federal”.³⁵

José Pessoa pediu demissão, de novo, em maio. Desta vez, “em caráter irrevogável”.³⁶ Para Kubitschek, o afastamento de Pessoa resultou de divergências quanto à maneira como a nova cidade deveria ser construída. Segundo ele,

[...] o marechal, talvez influenciado pelo relatório da firma J. Belcher, julgava que a capital deveria ser construída “por etapas”, prolongando-se através de sucessivos governos. Recordei-lhe a tradicional falta de continuidade administrativa, que era uma característica do Brasil. Quase todos os governos, que se iniciavam, logo revelavam a preocupação de paralisar ou de alterar as iniciativas tomadas por seus antecessores. Brasília era um assunto sério demais para ficar sujeito a oscilações de tendências personalistas. Sendo assim, eu iria construir a nova capital e inaugurá-la, só deixando, para quem viesse depois, a incumbência de ampliá-la e melhorar-lhe os serviços.³⁷

Em junho, Kubitschek nomeou Ernesto Silva como presidente da comissão e descontinuou Vera Cruz. Silva havia sido secretário de Pessoa e estava informado sobre os procedimentos da transferência. Prosseguiu com os trabalhos de desapropriação

de terras e demarcação de fronteiras junto ao governo de Goiás. Também organizou um grupo de técnicos para estudar a política territorial da nova capital. O grupo, formado por Seabra Fagundes, Américo Werneck Júnior, Odilon Benévolo, Caio Brito Guerra e Augusto Luiz Duprat estudou alternativas e concluiu que a adoção de um sistema de arrendamento das terras em vez da venda de suas partes à iniciativa privada era a melhor solução para a nova capital. Em relatório, demonstraram as “desvantagens da venda de terras, ora desapropriadas, fazendo ressaltar as vantagens advindas do arrendamento”.³⁸ Tomaram como base o sistema rivadaviano aplicado em Canberra, na Austrália.³⁹ Tornando o Distrito Federal área indivisível, pretendiam evitar a futura especulação imobiliária:

Não esqueçamos de que, à medida que cresce a cidade, aumenta o valor dos terrenos. Tal valorização, real e independente da variação do poder aquisitivo da moeda, se deverá exclusivamente ao esforço coletivo; no entanto, apenas os compradores de terrenos, individualmente, gozariam deste benefício, pois que a terra seria sua. Cada “proprietário” poderia vender a sua ou as suas parcelas de terra por um múltiplo do preço de aquisição, pagando, é verdade, imposto sobre o suposto “lucro imobiliário”, que, afinal, só serve para aumentar o preço da terra sem valorizá-la. Teríamos, então, a corrida imobiliária, como se verifica nas nossas grandes cidades, visando terra, não para seu beneficiamento e sua utilização, mas como objeto de especulação, no mais egoístico proveito, frente àqueles que dela realmente necessitam, seja para a edificação da própria habitação familiar, seja para o desenvolvimento de suas atividades produtivas.⁴⁰

Paralelo a esses trabalhos, Silva estava em negociações com o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), que demandava participação da classe nos trabalhos da nova capital.⁴¹ Por aquela época, os arquitetos Ary Garcia Roza e Oscar Niemeyer ocupavam a presidência do instituto. Antes, haviam sido colegas do curso de arquitetura na Escola Nacional de Belas Artes e coincidido no concurso para a nova sede do Banco do Brasil, no centro do Rio de Janeiro.⁴² Roza conheceu Kubitschek através de Niemeyer. Já Niemeyer havia conhecido o presidente quando ele ocupava a prefeitura de Belo Horizonte, em 1940.⁴³ Como prefeito, Kubitschek pretendia construir um centro turístico na Pampulha, no subúrbio da capital mineira, e Niemeyer projetou um conjunto que abrilhantou sua carreira política. O presidente esperava repetir o sucesso com Brasília. Ofereceu ao arquiteto o projeto de toda a cidade. Niemeyer opinou que um concurso seria solução mais justa.⁴⁴ Decidido pelo concurso, Silva, mais Niemeyer, Roza, arquitetos filiados ao IAB, além de Penna Firme e Lacombe, autores de Vera Cruz, trabalharam em um edital que instalaria o certame.

Ao mesmo tempo, Kubitschek tramitava com a lei da criação da Novacap. Depois de percorrer a Câmara dos Deputados e o Senado, conseguiu sancioná-la em setembro. Naquele mesmo mês, nomeou Israel Pinheiro, então chefe da comissão de finanças da Câmara dos Deputados, como presidente da Novacap. Ernesto Silva, Bernardo Sayão, que era governador de Goiás, e Iris Meinberg, deputado pela União Democrática Nacional e representante da oposição, ficaram como diretores. Ainda em setembro, o presidente convidou Niemeyer para chefiar o Departamento de Urbanismo e Arquitetura (DUA) da companhia. Ao mesmo tempo, Silva teve suas ideias sobre arrendamento recusadas por Pinheiro, transferindo a responsabilidade do manejo de terras para os concorrentes do concurso.

Figura 1.12. Edital para o concurso nacional do plano piloto da nova capital do Brasil, tal como publicado no *Diário de Notícias*.

Concurso

O edital previa um plano piloto de cidade governamental (fig. 1.12). A participação seria limitada a profissionais brasileiros. Cada um dos concorrentes, “domiciliados no país e devidamente registrados no Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura”, deveria apresentar um “traçado básico da cidade, indicando a disposição dos principais elementos da estrutura urbana”, e um relatório justificativo.⁴⁵ Se quisessem, poderiam complementar o material exigido com esquemas cartográficos do território, cálculos prevendo os abastecimentos de energia, água, transportes, e estudos sobre o desenvolvimento da cidade, incluindo “os elementos técnicos necessários para serem utilizados na elaboração de uma lei reguladora da utilização da terra”, além de previsões que garantissem “a aplicação dos investimentos no mais breve espaço de tempo”.⁴⁶ Como dados, o edital disponibilizava acesso a fotografias aéreas do retângulo, relatórios, além de um conjunto de mapas topográficos do triângulo do sítio castanho nas escalas 1:25.000, 1:5.000 e 1:2.000.⁴⁷ Por fim, situava que o concurso seria julgado por uma comissão integrada por dois representantes da Novacap, um do IAB, um do Clube de Engenharia, e mais dois urbanistas estrangeiros.⁴⁸

O *Diário de notícias* achou “falho o edital que abriu o concurso do Plano-Piloto da futura capital” (fig. 1.12).⁴⁹ Para o *Correio da manhã*, o edital foi publicado com conteúdo diferente daquele estudado pelo IAB (fig. 1.13). O colunista Jayme Maurício argumentou que o documento

[...] não traz nenhum programa político-administrativo; não contém dados mínimos indispensáveis à execução de um Plano Piloto e seu julgamento posterior; não exige dos

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DA CONSTRUÇÃO E DA MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL

Edital Para Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil

A COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DA CONSTRUÇÃO E DA MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL, com sede na avenida Presidente Wilson, 210, salas 306 e 307, nesta Capital, torna público a abertura do concurso nacional do Plano Piloto da nova Capital do Brasil, sob as normas e condições estabelecidas no presente Edital.

I — INSCRIÇÃO

1. Poderão participar do concurso as pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, regularmente habilitadas para o exercício da engenharia, da arquitetura e do urbanismo.

2. As inscrições dos concorrentes estarão abertas dentro de 10 (dez) dias a partir da data da publicação do presente Edital no "Diário Oficial" da União e serão feitas mediante requerimento dirigido ao Presidente da Comissão, pelo prazo de 15 dias, contado da abertura das inscrições.

3. O Plano Piloto deverá abranger:

a) traçado básico da cidade, indicando a disposição dos principais elementos da estrutura urbana, a localização e interligação dos diversos setores, centros, instalações e serviços, distribuição dos espaços livres e vias de comunicação (escala 1:25.000);

b) relatório justificativo.

4. Os concorrentes poderão apresentar, dentro de suas possibilidades, os elementos que servirão de base ou que comprovem as razões fundamentais de seus planos, como sejam:

a) Esquema cartográfico da utilização prevista para a área do Distrito Federal, com a localização aproximada das zonas de produção agrícola, urbana, industrial, de preservação dos recursos naturais — inclusive florestas, caça e pesca, controle de erosão e proteção de mananciais e das redes de comunicação (escala 1:50.000);

b) cálculo do abastecimento de energia elétrica, de água e de transporte, necessários à vida da população urbana;

c) esquema do programa de desenvolvimento da cidade, indicando a progressão por etapas e a duração provável de cada uma;

d) elementos técnicos para serem utilizados na elaboração de uma lei reguladora da utilização da terra e dos recursos naturais da região;

e) previsão do abastecimento de energia elétrica, de água, de transporte e dos demais elementos essenciais à vida da população urbana;

f) equilíbrio e estabilidade econômica da região, sendo previstas oportunidades de trabalho para toda a população e remuneração para os investimentos planejados;

g) previsão de um desenvolvimento progressivo equilibrado, assegurando a aplicação dos investimentos no mais breve espaço de tempo e a existência dos abastecimentos e serviços necessários à população em cada etapa do programa;

h) distribuição conveniente da população nas aglomerações urbanas e nas zonas de produção agrícola, de modo a criar condições adequadas de conveniência social.

5. Só poderão participar deste concurso equipes dirigidas por arquitetos, engenheiros ou urbanistas, domiciliados no país e devidamente registrados no Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura.

6. O Plano Piloto deverá ser executado à tinta, cópia helio-

fundo branco e trazer a assinatura dos seus autores, sendo vedada a apresentação de variantes, podendo, entretanto, o candidato apresentar mais de um projeto.

7. Os relatórios devem ser apresentados em sete vias.

8. O Juri, presidido pelo Presidente da Cia. Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, composto de: dois representantes da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, um do Instituto de Arquitetos do Brasil, um do Clube de Engenharia e dois urbanistas estrangeiros.

9. Os trabalhos deverão ser entregues dentro de 120 dias a partir da data da abertura das inscrições.

10. O Juri iniciará seu trabalho dentro de cinco dias a contar da data do encerramento do concurso e o resultado será publicado logo após a conclusão do julgamento.

11. Os concorrentes, quando convocados, farão defesa oral de seus respectivos projetos perante o Juri.

12. A decisão do Juri será fundamentada, não cabendo recurso.

13. Após a publicação do resultado do julgamento, a Cia. Urbanizadora da Nova Capital do Brasil poderá expor os trabalhos em lugar acessível ao público.

14. Os autores do Plano Piloto, classificados em primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto lugares, receberão os prêmios de: Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), Cr\$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros), Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) e Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), respectivamente.

15. — Desde que haja perfeito acordo entre os autores classificados em primeiro lugar e a Cia. Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, terão aqueles a preferência para o desenvolvimento do projeto.

16. — O Juri não será obrigado a classificar os cinco melhores trabalhos e consequentemente a designar concorrentes que devam ser premiados, se, a seu juízo, não houver trabalhos merecedores de todos ou de alguns dos prêmios estipulados.

17. — Todo trabalho premiado passará a ser propriedade da Cia. Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, após o pagamento do prêmio estipulado, podendo dele fazer o uso que achar conveniente.

18. — A Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal coloca à disposição dos concorrentes, para consulta, os seguintes elementos:

a) — mosaico aerofotográfico, na escala de 1:50.000, com curvas de forma de 20 em 20 metros (apoiados em pontos de altura determinados no terreno por altímetro ou de previsão Wallace & Tiernan) de todo o Distrito Federal;

b) — mapas de drenagem de todo o Distrito Federal;

c) — mapas de Geologia de todo o Distrito Federal;

d) mapas de solos para obras de engenharia de todo o Distrito Federal;

e) — mapas de solos para agricultura de todo o Distrito Federal;

f) — mapas de utilização atual da terra de todo o Distrito Federal;

g) — mapa de conjunto, indicando locais para perfuração de poços, exploração de pedreiras, instalações de usinas hidrelétricas, áreas para cultura, áreas para criação de gado, áreas para recreação, locais para aeroporto, etc, etc.

h) — mapa topográfico re-

gular, na escala de 1:25.000, com curvas de nível de 5 em 5 metros, executados por aerofotogrametria, cobrindo todo o sítio da Capital Federal de 1.000 km² e mais uma área de 1.000 km² a Leste do sítio da capital, abrangendo a cidade de Planaltina e grande parte do vale do rio São Bartolomeu;

i) — ampliação fotográfica dos mapas do sítio da capital (200 km²) para a escala de 1:5.000, com curvas de nível de 5 em 5 metros

j) — mapas detalhados de drenagem, geologia, solos para engenharia, áreas para agricultura e utilização da terra do sítio da cidade (1.000 km²) e mais ... 1.000 km² a Leste deste sítio;

k) — mapas topográficos regulares, na escala de 1:2.000, com curvas de nível de metro em metro e de dois em dois metros, da área de 150 km², indicada como ideal para a localização da zona urbana da Capital Federal;

l) — relatório minucioso relativo aos estudos do solo e do subsolo, do macro clima, do micro clima, das águas superficiais e subterrâneas, das possibilidades agrícolas e pecuárias, etc, etc.

19. — Caberá aos concorrentes providenciar as cópias heliográficas, fotográficas, etc., que julgarem indispensáveis à elaboração dos projetos, sendo que, para esse fim, serão fornecidos os seguintes elementos:

a) — mapas topográficos regulares em 1:25.000, com curvas de 5 em 5 metros, do sítio da Capital;

b) — mapas ampliados para a escala de 1:50.000, de 200 km² do sítio da Capital;

c) — mapas topográficos regulares, na escala de 1:2.000, com curvas de nível de metro em metro e de dois em dois metros da área de 150 km², indicada como ideal para a localização da zona urbana da Capital Federal.

20. — A Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal facilitará aos concorrentes visita ao local da futura Capital, para melhor conhecimento da região.

21. — Qualquer consulta ou pedido de esclarecimento sobre o presente concurso deverá ser feito por escrito, sendo que as respostas respectivas serão remetidas a todos os demais concorrentes.

22. — As publicações relativas ao concurso serão inseridas no "Diário Oficial da União" e em outros jornais de grande circulação no Distrito Federal e nas principais Capitais Estaduais.

23. — A Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, considerando que o planejamento de edifícios escapa ao âmbito deste concurso, decidiu que os projetos das futuras edificações públicas serão objeto de deliberações posteriores, a critério desta Comissão.

24. — A participação neste concurso importa, da parte dos concorrentes, em integral concordância com os termos deste edital.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1958. Ernesto Silva, presidente.

Prof. Dr. J. Alves Garcia
N.º 100-000
Rua do Rio, 135 - 1.º andar
- Tel. 82-7559.

BRAGA

SAPATEIRO ORTOPÉDICO —
RUA DA GLÓRIA, 10 —
Tel.: 42-1298



AO sr. José de Oliveira Fialho, diretor do Departamento de Urbanismo da PDF, afirmou que é falho o edital do concurso para o Plano-Piloto da futura capital.

Exercícios de tiro no litoral carioca

Será interdita a prática da pesca à arco compreendida entre os alinhamentos Ilha de Cotunduba — Ilha do Fajá, dia 16 do corrente, das 15 às 18 horas. Igualmente, serão interditas as áreas compreendidas entre a Ilha Santa e a Ilha do Ilhó e entre os alinhamentos Ilha de Cotunduba — Ilha do Fajá, dia 17, das 11 às 14 horas e das 13 às 18 horas, respectivamente.

Nesses locais serão realizados exercícios de tiro. Para os entendimentos pessoais urgentes poderão ser usados os telefones: Niterói — 4401 e Macaé — 36.

Falho o Edital Que Abriu Concurso do Plano-Piloto da Futura Capital

FALA O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO DA PDF

VIMOS focalizando em reportagens sucessivas, com base em ponderações de arquitetos e urbanistas, o caráter pouco prático, e mesmo demagógico, da iniciativa governamental que visa à transferência da capital, estamos certos de que ela-tem, ovimos o sr. José de Oliveira Reis, diretor do Departamento de Urbanismo da PDF, o qual também ratificou o que publicamos a respeito da matéria.

Edital falho

afirmou um pouco de precipitação declarou-nos o sr. José Reis, na fixação do prazo para a elaboração do Plano-Piloto. Quatro meses não são suficientes para a preparação de um trabalho de planejamento urbanístico, como o que se exige dos concorrentes. Ademais, não foram fornecidos os dados necessários para basear o trabalho. Antes de mais nada, é preciso que se forneçam os elementos essenciais, tais como as necessidades do governo, a finalidade da futura capital, enfim a definição urbanística pa-

tal do país para o Planalto Central antes de termos condições para isso, com a preterição de medidas essenciais e indispensáveis a entendimento de tal envergadura. Não combatemos a interferência da capital federal por orientação dos concorrentes. O edital nesse particular é falho. Isto sem entrar no mérito propriamente da questão técnica de planejamento da parte urbana, que inclusive deveria ser definida.

Planejamento regional

Disse ainda o diretor do Departamento de Urbanismo da PDF:

Por outro lado, o planejamento da nova capital deve partir da periferia para o centro e não do centro para a periferia. Explico melhor: do planejamento regional para o planejamento urbano. É evidente que, para qualquer deles, exigem-se dados precisos. (Conclui na 2.ª página).

COTAÇÃO DE ONTEM DO DÓLAR E DA LIBRA

Ontem os bancos particulares vendiam o dólar no mercado de câmbio livre de Cr\$ 68,80 a Cr\$ 67,00 e compravam de Cr\$ 64,80 a 65,00.

A libra regulou para venda a Cr\$ 184,00 e para compra a Cr\$ 178,00.

Diário de Notícias

Quarta-feira, 16 de Outubro de 1956

1.13

Desentendimentos no concurso para a nova capital

Dividem-se os arquitetos em torno do edital do concurso para a nova capital — A maioria é contrária e ameaça não comparecer — Niemeyer e Saldanha os únicos favoráveis ao governo, não estariam coerentes com o manifesto que assinaram — O governo não elaborou programa político-administrativo nem nada, facultando a apresentação do que é indispensável — O vencedor não tem garantia — Depoimentos de Affonso E. Reidy e Marcelo Roberto

OPINA AFFONSO EDUARDO REIDY

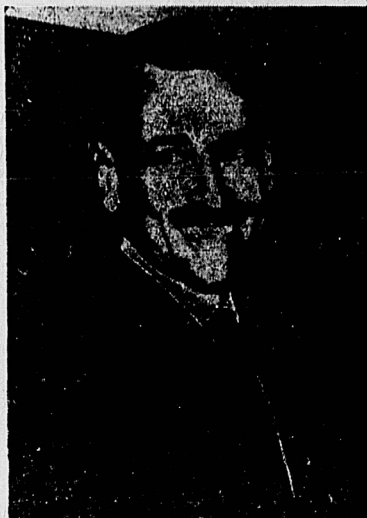
Conforme havíamos previsto quando dos primeiros passos para a transferência da Capital da República, sem a presença de uma figura de prestígio, capacidade e experiência como força aglutinadora dos esforços brasileiros, para composição de uma grande equipe de trabalho na realização do importante plano, seria difícil, muito difícil mesmo, a marcha dos trabalhos sem choque entre arquitetos, engenheiros e urbanistas locais. É o que agora sucede, culminando com o pedido de demissão de Oscar Niemeyer, do cargo de vice-presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, por discordar do ponto de vista do presidente, sr. Ary Garcia Rosa, e do Conselho Fiscal, no que diz respeito às condições impostas pelo governo para realização do concurso do Plano Piloto para a nova Capital.

Avençou-se a idéia, inicialmente, da vinda do Le Corbusier para ordenar os trabalhos — e foi um pálio geral. A idéia, mal esboçada, realizou o milagre de unir gregos e troianos e quase que o Urbanismo virou nascer, reuniões, protestos, demarches, entrevistas, manifestos públicos, etc. Uma classe da população dos nossos arquitetos teria, obvio, de ser atendida. E foi. O chefe do governo recusou a proposta de Corbusier e outras tentativas foram cortadas, entregando-se ao Instituto de Arquitetos do Brasil a organização do concurso.

Nessa altura houve grande interesse na reeleição da diretoria da entidade de classe, um grande movimento de grupos, mas Ary Garcia Rosa foi reeleito e Oscar Niemeyer, eleito vice-presidente, tendo-se a organização do concurso para a nova Capital, com a participação da grande maioria dos profissionais, num espírito de fidelidade ao manifesto que assinaram. Outro, aliás, não poderia ter sido orientação. Redigidas as condições básicas, foram os mesmos entraves ao governo. Acostuma, porém, que na publicação do edital de concorrência, no "Diário Oficial", eles saíram com alterações consideráveis gravíssimas, resultando num protesto geral da classe, com recusa dos arquitetos Oscar Niemeyer e Firmino F. Saldanha, que assinaram o Edital satisfatório, embora tivessem colaborado da reunião apresentada pelo Instituto e assinado o manifesto, cuja redação, aliás, teria sido do próprio Saldanha.

Nesse manifesto os arquitetos pedem, entre outras coisas, a integração do Plano dentro das diretrizes que resultem no equilíbrio Território-População-Economia; apresentação da estrutura dos procedimentos necessários à elaboração do programa a ser seguido no planejamento; apresentação gráfica sob a forma de esboço, baseado em uma estruturação, as propostas preconizadas para a integração dos setores físico-econômico-sociais e político-administrativo do futuro aglomerado humano e que servirá de base para orientação dos trabalhos posteriores.

O edital não traz nenhum programa político-administrativo; não tem dados mínimos indispensáveis à execução de um Plano Piloto; seu julgamento posterior; não exige dos concorrentes a apresentação de dados que comprovem estudos básicos indispensáveis à solução dos problemas; não fala das obrigações do júri de modo a permitir a análise da obra dentro dos princípios atuais de urbanismo; não dá garantias ao vencedor acerca do desenvolvimento de seu trabalho, no se definitivo, nem fala também de remuneração, deixando, entun-



— Não se trata de saber se é ou não difícil ao governo apresentar um programa político-administrativo. É DEVE tê-lo, sem o que não cogitaria da mudança da capital. Ninguém poderá projetar sem um ponto de partida — declara o arquiteto Affonso Eduardo Reidy, olhando tudo com a sua proverbial calma e bom humor.

1.14

concorrentes a apresentação de dados que comprovem estudos básicos indispensáveis à solução dos problemas.⁵⁰

Depois de comentar que as alterações no texto provocaram um “protesto geral da classe”, recorreu à opinião de Affonso Eduardo Reidy, arquiteto “autor do pedregulho”, e de Marcelo Roberto, sócio da firma MMM Roberto.⁵¹ Reidy julgou que o edital mereceria “correções e complementação”.⁵² Para ele, o governo errou em não incluir um programa político administrativo e em considerar o estudo do território como facultativo. Afinal, Brasília “deve ser uma decorrência do planejamento regional”.⁵³ Roberto discordou. Colocou que o edital “poderia ser aceito assim como está redigido. Até o prazo, teoricamente impossível, admitiríamos, já que compreendemos a pressa do governo”, mas reforçou que o documento só seria validado se fosse garantido ao vencedor do concurso o desenvolvimento do trabalho.⁵⁴

A confusão fez Niemeyer sair do IAB. Cartas trocadas entre o instituto e a Novacap esclareceram pontos polêmicos. De um lado, Roza encaminhou a reivindicação de Roberto: “qual a garantia a ser dada pela Companhia ao vencedor do concurso, para que lhe seja assegurado o direito de desenvolvimento do projeto?”⁵⁵ De outro, Pinheiro explicou que os autores classificados em primeiro lugar ficariam encarregados do desenvolvimento da nova capital, desde que houvesse acordo entre eles e a companhia.⁵⁶ Niemeyer, já afastado do IAB, mas à frente do Departamento de Urbanismo e Arquitetura da Novacap, adicionou elementos faltantes no texto. Em carta para Roza, comentou que cada plano piloto deveria prever duas estradas, uma de ferro e outra de rodagem, ligando Brasília a Anápolis ou Vianópolis; que os participantes precisariam considerar a existência de uma represa de água (à cota 997 metros), além de um hotel e um palácio, que já estavam em construção e que ficariam “situados de acordo com a planta já fixada e à disposição dos concorrentes”.⁵⁷ Questões sobre “loteamento e propriedade” aguardariam “sugestões do plano piloto”.⁵⁸ Além disso, cada plano piloto deveria estimar uma cidade com população “para 500 mil habitantes no máximo”.⁵⁹

Os membros do júri foram definidos em sequência. O arquiteto Paulo Antunes Ribeiro foi o membro escolhido para representar o IAB, enquanto o engenheiro Luiz Hildebrando Horta Barbosa foi o nome indicado pelo Clube de Engenharia. Niemeyer e o grego Stamo Papadaki⁶⁰ foram os nomes apontados pelo governo. O francês André Sive e o inglês William Holford foram os estrangeiros confirmados entre janeiro e fevereiro.⁶¹

Em março de 1957 se instalou o concurso com 26 propostas entregues no edifício do Ministério da Educação e Cultura. O júri

Figura 1.13. Para o *Diário de notícias*, a mudança de capital era precipitada e personalista, de interesse “político-eleitoral”. Segundo o diretor de urbanismo da Prefeitura do Distrito Federal, José de Oliveira Reis, “o planejamento da nova capital deve partir da periferia para o centro e não do centro para a periferia. Explico melhor: do planejamento regional para o planejamento urbano”.

Figura 1.14. Já o *Correio da manhã* reuniu Affonso Eduardo Reidy e Marcelo Roberto para discutir o caso.

destacou sete delas entre os cinco primeiros lugares.

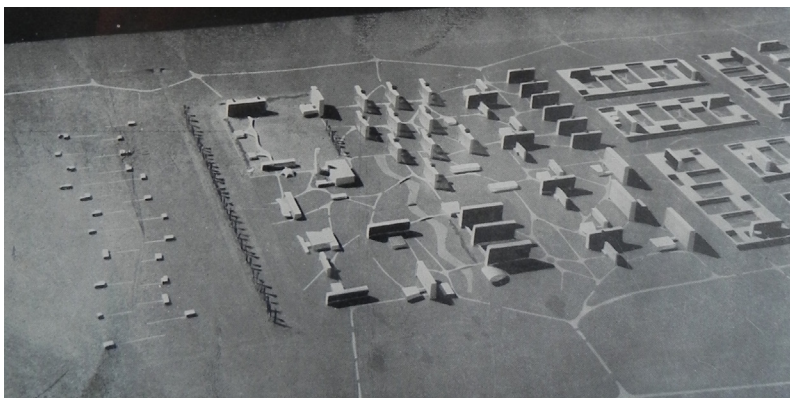
A proposta da firma Construtécnica,⁶² a da equipe de Carlos Cascaldi e João Vilanova Artigas,⁶³ e a de Henrique Mindlin e Giancarlo Palanti⁶⁴ dividiram o quinto lugar. A da Construtécnica defendeu Brasília como cidade pequena, de crescimento limitado, com solo de propriedade pública e “arrendado aos interessados”.⁶⁵ O centro cívico, misturado com comércio e lazer, ocuparia o ponto mais alto do terreno (fig. 1.15). A cidade não alcançaria mais do que 80 ou 150 mil habitantes, distribuídos em casas isoladas construídas em lotes de 480 metros quadrados de área. Já a proposta de Cascaldi e Vilanova Artigas partiu de um plano regional, com áreas agrícolas de cultivo intensivo e extensivo, centralizado em uma cidade de 550 mil habitantes, espalhada pela baixa densidade. Imaginavam o centro cívico ao lado do centro comercial, e a população organizada em zonas que dividiriam o terreno do triângulo em unidades de 2 mil por 1,2 mil metros de lado fracionadas em lotes (fig. 1.16). Junto do plano previram um sistema de arrendamento do solo para evitar a especulação imobiliária e a contínua subdivisão de terrenos. O projeto da equipe de Henrique Mindlin e Giancarlo Palanti calculou uma cidade de 500 mil habitantes, mas extensível, que pretendia evitar a construção de cidades-satélites afastadas dos locais de trabalho. Ali, o centro cívico, implantado no ponto topográfico mais alto, foi separado do centro comercial, desenvolvido em faixa norte-sul. Para habitação, desenharam quadras de 350 metros de lado, que poderiam conter desde casas a blocos de apartamentos (fig. 1.17). A equipe era contra o arrendamento, defendendo o direito à propriedade privada, regulado através de legislação e possibilitado pela venda de quotas de propriedade.

A Brasília de MMM Roberto⁶⁶ dividiu o quarto e o terceiro lugar com a nova capital da equipe de Rino Levi, Roberto Cerqueira César e L. R. Carvalho Franco. Na proposta dos Roberto, Brasília cresceria por unidades circulares e finitas, sendo cada unidade uma cidade completa de 72 mil habitantes (fig. 1.18). O esquema inicial previa sete unidades, cujo centro abrigaria funções especializadas, como administração ou cultura, além de escritórios e comércio. Os edifícios do governo organizariam um conjunto fora das unidades, junto do palácio presidencial em construção. Cada unidade seria subdividida em setores com casas e edifícios de altura variada, construídos pela iniciativa privada. Já a ideia da equipe liderada por Rino Levi era construir uma cidade para 500 mil habitantes com 18 “superblocos” de 300 metros de altura (fig. 1.19). O centro se localizaria entre esses blocos, à margem do lago, equipado com os serviços do governo, comércio, cultura e diversão. O “superbloco” era megaestrutura que poderia abrigar até 16 mil habitantes,

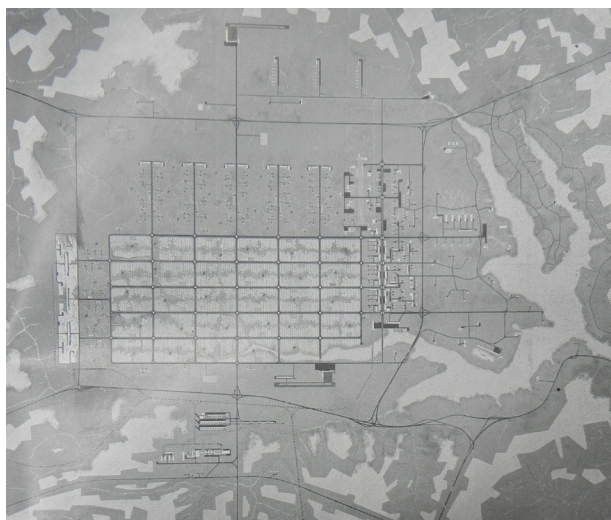
Figura 1.15. Na proposta da firma Construtécnica, a área destinada à habitação de baixa densidade (esquerda) contrastava com os edifícios altos do centro da cidade.

Figura 1.16. A maior parte da Brasília da equipe de Artigas e Cascaldi foi pensada como uma malha de 2 mil por 1,2 mil metros quadrados subdivididas em lotes. O centro cívico e o centro comercial ocupariam uma faixa próxima do lago.

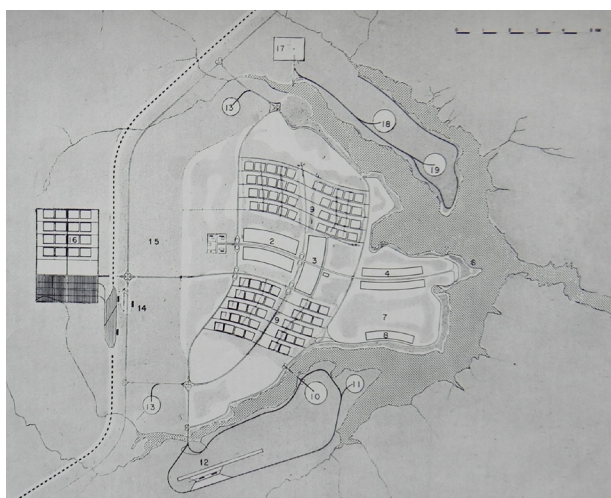
Figura 1.17. A Brasília de Mindlin e Palanti foi organizada pela interação de dois eixos. Um, em sentido leste-oeste, se desenvolveria desde o palácio presidencial até alcançar o centro de governo, e outro, em sentido norte-sul, a habitação se repetiria interrompida por um núcleo comercial ao centro.



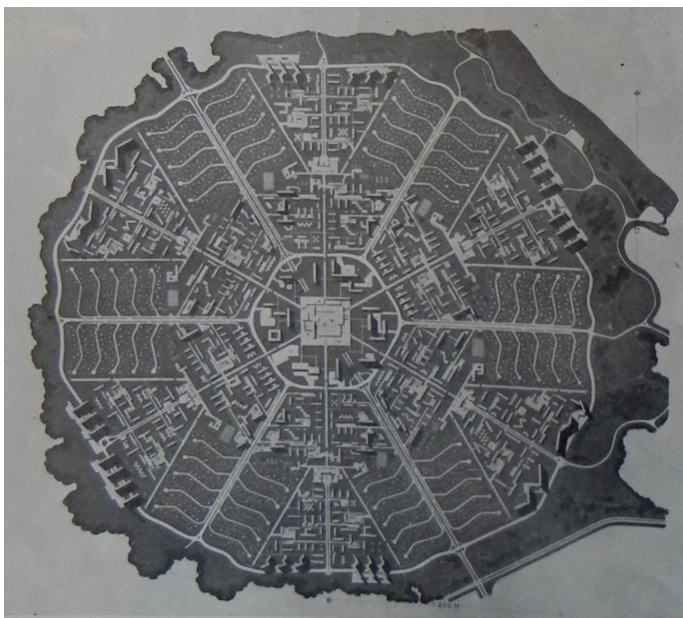
1.15



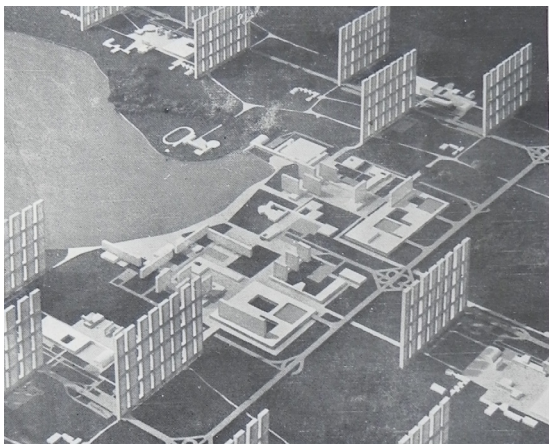
1.16



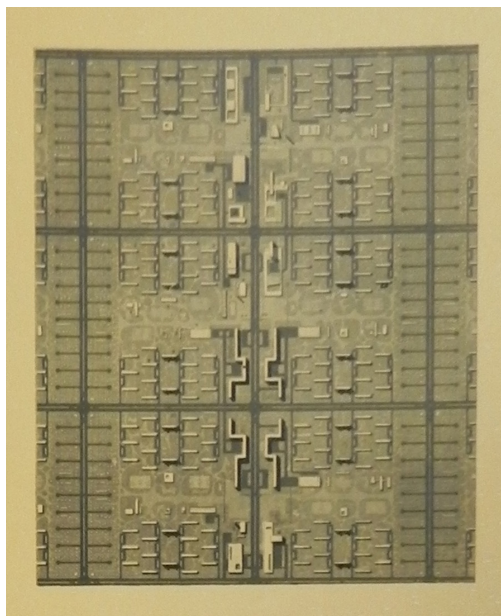
1.17



1.18



1.19



1.20

organizando uma cidade toda controlada pela arquitetura.

A equipe de Boruch Milman, João Henrique Rocha e Ney Fontes Gonçalves, ficou com o segundo lugar.⁶⁷ A proposta determinava uma cidade governamental, de crescimento limitado, complementada por “satélites urbanos”, que poderiam se desenvolver e compor a região metropolitana. No centro da cidade, a equipe distribuiu os edifícios para as atividades públicas e culturais, organizando o centro comercial entre as zonas de residência. Estas zonas seriam subdivididas em “células” de 800 metros de lado, compostas por casas e edifícios de três e 12 pavimentos (fig. 1.20). Defendiam que todo o território da cidade deveria ser mantido pelo governo.

Das conclusões do júri, as propostas das equipes de Boruch Milman, Rino Levi, e da firma MMM Roberto satisfizeram em função e forma.⁶⁸ O trabalho de Milman havia acertado na densidade, o de Rino Levi tinha “boa aparência e orientação”, e o da firma MMM Roberto, era o melhor estudo de utilização da terra, com um programa para construção “prático e realista”.⁶⁹ Mas, apesar dos predicados, a competição não escolheu estas opções. Premiou a de Lucio Costa. Para o júri, o plano do arquiteto e ex-diretor da Escola Nacional de Belas Artes, foi o mais acertado frente ao caráter de nova capital,⁷⁰ bem como à urgência subentendida de sua construção.⁷¹

Plano Piloto

Costa apresentou sua versão de plano piloto para Brasília “como uma solução possível que não foi procurada mas surgiu, por assim dizer, já pronta”, em 17 páginas de texto e sete pranchas de desenho. O arquiteto explicou que, caso sua ideia fosse escolhida, não pretendia desenvolvê-la, “senão eventualmente, na qualidade de mero consultor”.⁷² Diferentemente da opinião de Reidy, ou mesmo das ideias propostas pela equipe de Vilanova Artigas, Costa defendeu que Brasília seria a causa, e não consequência, de um planejamento regional. Por isso, concentrou suas ideias na “concepção urbanística da cidade propriamente dita”.⁷³

Entre texto e desenho, o arquiteto apresentou sua ideia para a nova capital como uma história, iniciada na delimitação de dois eixos, desenvolvida na adaptação destes eixos ao terreno, e finalizada na especificação programática de suas partes componentes.

O arquiteto resumiu essa história em três esquemas (fig. 1.21). No primeiro deles, desenhou Brasília como ideia abstrata: dois eixos, potencialmente infinitos, que se cruzam em ângulo reto. No

Figura 1.18. A Brasília dos Roberto foi elogiada pelos críticos da época. A revista *Habitat* descreveu a unidade pensada pelos arquitetos como “urbanismo em três dimensões”.

Figura 1.19. Da mesma maneira, na Brasília da equipe de Rino Levi, a forma urbana seria controlada pela arquitetura: a cidade cresceria através de “superblocos” de 300 metros de altura destinados à habitação.

Figura 1.20. Na proposta da equipe de Boruch Milman, a cidade cresceria através da associação de células.

segundo, limitou esses eixos inserindo as características do lugar, ajustando-os à topografia do terreno, e ao “triângulo equilátero que define a área urbanizada”.⁷⁴ Dentro daquela geometria, o eixo horizontal, implantado a norte-sul, se tornou curvo, e o vertical, traçado a leste-oeste, terminou em uma das pontas, limitado pelo desenho do lago Paranoá. No terceiro esquema, Costa repetiu a borda do lago, mas suprimiu os limites do triângulo equilátero. Com um traço sinuoso acima dos eixos, assinalou que a nova cidade seria caminho que ligaria Anápolis a Planaltina.⁷⁵ Com figuras geométricas, preencheu os eixos com conteúdo: o arqueado foi alargado com duas faixas laterais; o vertical foi preenchido por triângulos, retângulos, trapézios.

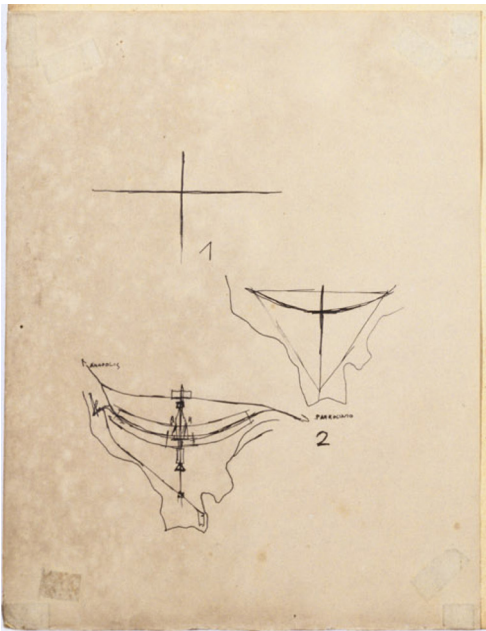
Depois dos esquemas, Costa detalhou a composição de cada eixo (fig. 1.22). Ilustrou um trecho do eixo arqueado em escala ampliada e explicou que ali, “houve o propósito de aplicar os princípios francos da técnica rodoviária – inclusive a eliminação dos cruzamentos – à técnica urbanística” para acomodar tanto “pistas centrais de alta velocidade” quanto o “grosso dos setores residenciais”.⁷⁶ Depois, representou todo o eixo transversal em uma escala distante. Aquele desenho começa com um triângulo na ponta e se desenvolve em um sistema binário de geometrias que terminam em uma figura na forma de “T”. Distribuídos naquelas formas estariam “os centros cívico e administrativo, o setor cultural, o centro de diversões, o centro esportivo, o setor administrativo municipal, os quartéis, as zonas destinadas à armazenagem, ao abastecimento e às pequenas indústrias”, além da estação ferroviária, que ocuparia o “T”.⁷⁷ Através da técnica, circulação rápida e habitação coexistiriam no eixo arqueado, ou “eixo rodoviário-residencial”, compatibilizadas por um esquema de desaceleração veicular, representado com setas e giros. Através do arranjo de diferentes setores e equipamentos especiais, Costa fez do eixo transversal “o eixo monumental do sistema”.⁷⁸

O arquiteto explicou que o cruzamento desses dois eixos, de cotas e funções diferentes, foi resolvido com o desenho de “uma grande plataforma” (fig. 1.23).⁷⁹ No nível superior daquela estrutura, o trânsito veloz do eixo rodoviário-residencial desaceleraria para entrar no “centro de diversões da cidade, com os cinemas, os teatros, os restaurantes”.⁸⁰ No nível inferior, pistas de alta velocidade mergulhariam e seguiriam subterrâneas, enquanto aquelas do eixo monumental continuariam em nível, organizadas em um sistema binário de fluxos. O nível inferior também abrigaria a praça de embarque da “estação rodoviária interurbana” da cidade, “acessível aos passageiros pelo nível superior da plataforma”.⁸¹ Por fim, Costa recuperou o desenho geral da cidade para esclarecer que, com o arranjo de vias elevadas e rebaixadas, o trânsito se daria “tanto

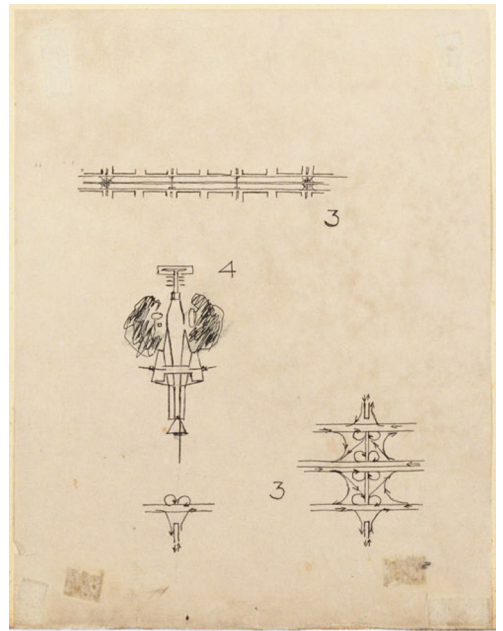
Figura 1.21. Com três esquemas, Costa sintetizou a evolução de sua ideia de cidade: desde dois eixos abstratos à adaptação deles às demandas do lugar e do programa.

Figura 1.22. Pormenores da composição de cada eixo, com esquemas de circulação e arranjo de setores.

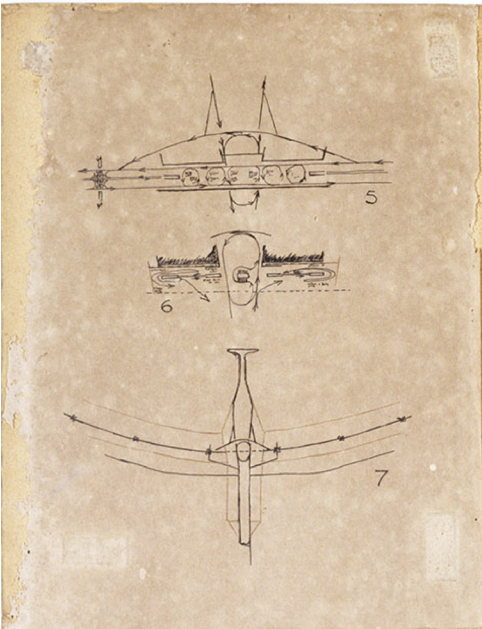
Figura 1.23. Costa resolveu o ponto de cruzamento dos eixos com um nó rodoviário. Ali distribuiu o trânsito veicular em diferentes níveis ao mesmo tempo em que acomodou a estação rodoviária da cidade.



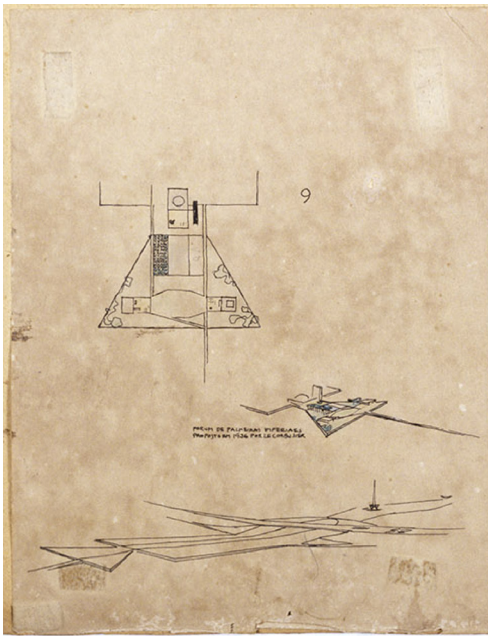
1.21



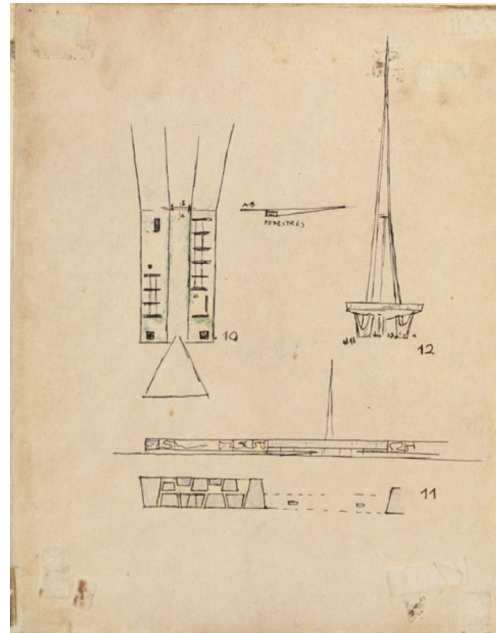
1.22



1.23



1.24



1.25

1.26



na parte central quanto nos setores residenciais sem qualquer cruzamento”.⁸²

Costa detalhou a configuração do eixo monumental e do eixo rodoviário-residencial em seguida.

O arquiteto examinou o eixo monumental como uma sequência de terraplenos que demarcariam na área indivisível do Distrito Federal os setores necessários ao funcionamento da capital (fig. 1.24). No triângulo que ocupa a ponta do eixo, o arquiteto localizou os edifícios para os poderes fundamentais: o Legislativo ocuparia o vértice e o Judiciário e o Executivo ocupariam a base da “Praça dos Três Poderes”.⁸³ Nesses desenhos, o triângulo aparece recortado da área, examinado tanto em planta quanto em vista voo-de-pássaro colorida, e definido por um terraplino “com arrimo de pedra à vista, sobrelevado na campina circunvizinha”.⁸⁴ Costa desenhou depois aquela geometria como parte do eixo, anexa a uma esplanada, “disposta num segundo terraplino, de forma retangular e nível mais alto, de acordo com a topografia local, igualmente arrimado de pedras em todo o seu perímetro”.⁸⁵

Costa também esboçou os elementos arquitetônicos que julgou essenciais na composição desses terraplenos (fig. 1.25). Em planta, estudou a configuração da esplanada, desenhando duas fileiras de blocos retangulares para ministérios e autarquias, separadas por vias e área gramada. Ali, o ministério das Relações Exteriores e o da Justiça ocupariam dois volumes quadrados e grandes, dispostos simetricamente ao Congresso Nacional. A catedral ocuparia um pequeno retângulo junto de praça à esquerda, perto da plataforma. O arquiteto também desenhou um trecho do centro de diversões, posicionado na frente da plataforma, em escala ampliada. Em planta, representou dois volumes para cinemas e teatros, que, organizados um de cada lado do eixo monumental, formariam um “corpo arquitetônico contínuo, com galeria, amplas calçadas, terraços e cafés, servindo as respectivas fachadas em toda a altura de campo livre para a instalação de painéis luminosos de reclame”.⁸⁶ Esses painéis aparecem insinuados no desenho da fachada daquela estrutura, bem como o pináculo da “torre rádio-emissora”, posicionada entre os dois volumes, e “tratada como elemento plástico integrado na composição geral”.⁸⁷ Com uma perspectiva detalhada daquela torre, Costa finalizou a prancha com o elemento que encerraria os setores de importância nacional do eixo monumental. A precisão do desenho reflete a precisão do texto: “a torre rádio-emissora [...] se prevê de planta triangular com embasamento monumental de concreto aparente até o piso dos ‘studios’ e mais instalações, e superestrutura metálica com mirante localizado a meia altura”.⁸⁸ Desde aquela estrutura, o eixo

Figura 1.24. Costa desenhou o eixo monumental como uma sequência de terraplenos que destacam os setores destinados ao funcionamento da capital da área indivisível do distrito federal.

Figura 1.25. Além de delimitar os setores do eixo monumental com terraplenos, Costa definiu a ocupação de cada setor através da arquitetura.

Figura 1.26. Estudos para a o eixo monumental que não foram incluídos na apresentação do plano piloto.

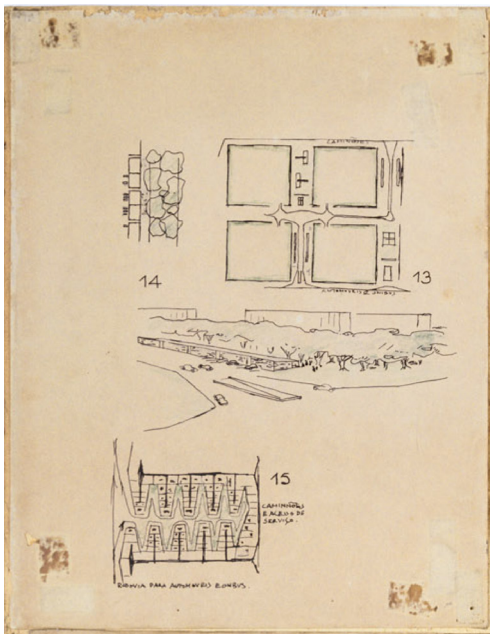
monumental poderia ser apreciado em vista frontal, bem como as grandes áreas verdes dispostas em ambos lados, com estádio, hipódromo, jardim botânico e jardim zoológico.

Por fim, Costa descreveu a organização do eixo rodoviário-residencial (fig. 1.27). No texto, explicou que, para resolver o “problema residencial, ocorreu a solução de criar-se uma sequência contínua de grandes quadras dispostas, em ordem dupla ou singela, de ambos os lados da faixa rodoviária”.⁸⁹ No desenho, representou um trecho daquele eixo, com quatro quadrados unidos por equipamentos comuns, como “igreja, as escolas secundárias, o cinema e o varejo do bairro”.⁹⁰ Nesses quadrados, Costa não desenhou edifícios. O arquiteto explicou que dentro destas “super-quadras” os blocos residenciais poderiam “dispor-se da maneira mais variada, obedecendo porém a dois princípios gerais: gabarito máximo uniforme, talvez seis pavimentos e pilotis, e separação do tráfego de veículos do trânsito de pedestres”.⁹¹ Com uma perspectiva, insinuou que cada quadra não teria alinhamento definido por edifícios, mas por “uma larga cinta densamente arborizada”.⁹² Organização que apresentaria, segundo o arquiteto, a “vantagem de garantir ordenação urbanística mesmo quando varie a densidade, categoria, padrão ou qualidade arquitetônica dos edifícios” a serem construídos.⁹³ O arquiteto complementou a organização do eixo rodoviário-residencial por um esquema de loteamento em cremalheira, representando “os setores ilhados, cercados de arvoredo e de campo” e que seriam “destinados a loteamento para casas individuais”, implantados entre o eixo rodoviário-residencial e o lago.⁹⁴

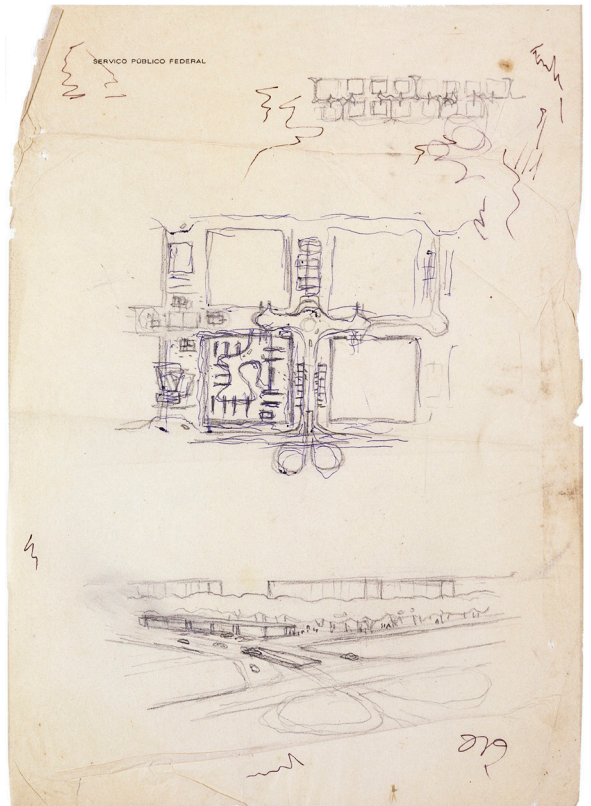
Ao longo do relatório, Costa reforçou que os eixos monumental e rodoviário-residencial seriam organizados através de edifícios, explorando as relações compositivas entre estes edifícios e o espaço-tempo.⁹⁵ Mas um exame mais detalhado do texto e dos desenhos do arquiteto reforçam que os eixos diferem no modo como seus edifícios foram estruturados. No eixo monumental, Costa explicou que a “unidade do traçado” não excluiria variedade, e cada setor valeria “por si como organismo plasticamente autônomo”, definindo uma sequência de episódios urbanos projetados e construídos a partir de uma lógica espacial e temporal unitária. As quadras arranjadas ao longo do eixo rodoviário-residencial também configurariam porções delimitadas de terreno, mas tanto o projeto quanto a construção de seus edifícios não seriam, de pronto, determinados. Assim, se no eixo monumental os edifícios pertenceriam à porção da cidade com início e fim declarados, projetada por arquiteto, e resultante de vontade política, no eixo rodoviário-residencial configurariam uma cidade que se faria através do tempo, por diferentes atores, potencialmente motivada

Figura 1.27. Já na organização do eixo rodoviário-residencial, prevaleceu a definição das quadras através de renques de árvores. Ali, a cidade também seria definida pela arquitetura, mas antes, seria condicionada por um sistema intelectual de ocupação do território.

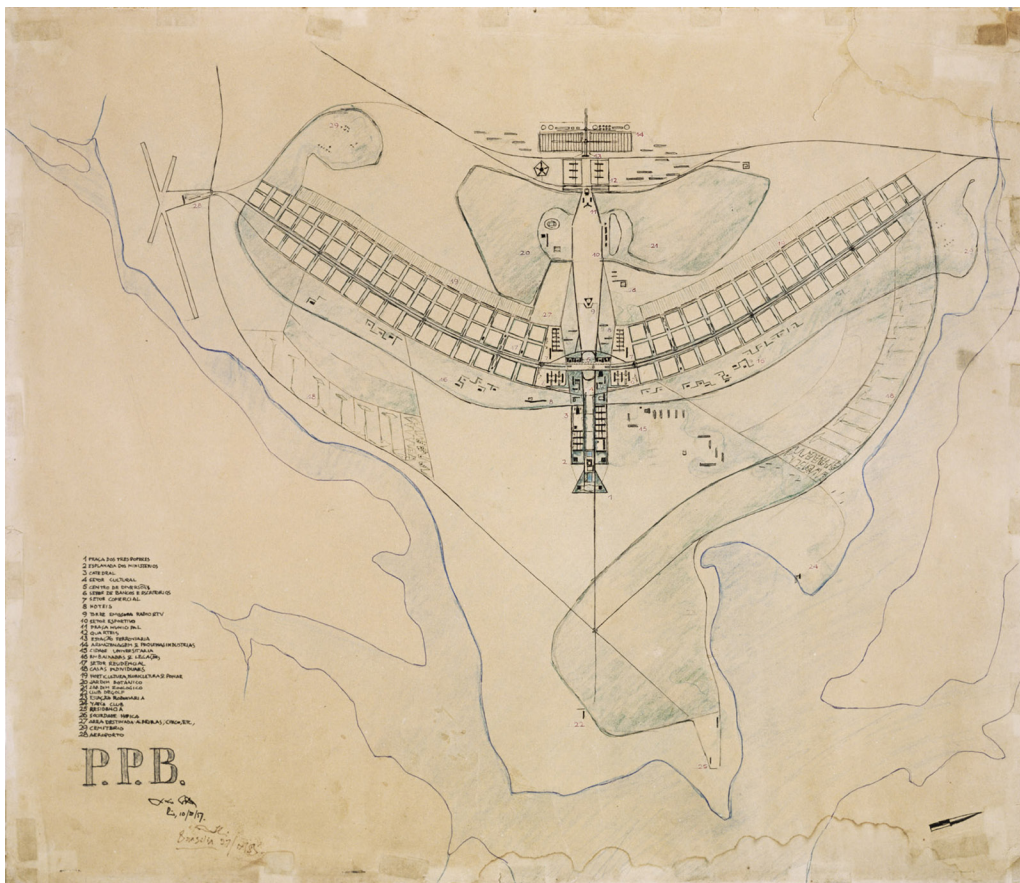
Figura 1.28. Costa testou esse sistema de ocupação do território com um possível arranjo de edifícios em um desenho que, por fim, não foi adicionado no relatório.



1.27



1.28



1.29

por vontade econômica. Essa diferença entre os eixos é clara no traçado básico da cidade (fig. 1.29). Ali, Costa desenhou, com detalhe, os edifícios que comporiam o eixo monumental, enquanto no eixo rodoviário-residencial, apenas esboçou uma série de quadras - um sistema intelectual que se materializaria em cidade com o tempo.

Setores centrais

Cabe colocar que, ao traçar os eixos geradores do plano piloto de Brasília, Costa inevitavelmente repartiu o centro geométrico da nova capital em quatro quadrantes. Esses quadrantes já aparecem nos primeiros desenhos que explicam a estrutura da cidade. Em um desses desenhos, o arquiteto integrou os quadrantes no conjunto de terraplenos do eixo monumental e das superquadras do eixo rodoviário-residencial. Em outro, ampliou a escala, excluiu as superquadras, e esclareceu que eles fariam parte da sequência de áreas definidas pela Praça dos Três Poderes, ministérios, setores culturais, hoteleiros, de armazenagem e pequenas indústrias. Costa explicou que os quadrantes abrigariam o setor bancário e comercial, o setor dos escritórios de empresas e profissionais liberais, e os setores do varejo comercial. Setores que, embora laterais “à intersecção dos eixos”, participariam “funcionalmente e em termos de composição urbanística do eixo monumental”.⁹⁶

De fato. No texto do plano piloto, o arquiteto descreveu esses quadrantes como parte da narrativa do eixo monumental. Situou-os depois da Plataforma Rodoviária e dos setores de diversões, mas antes dos setores esportivos, da Praça da Municipalidade e da torre radio-emissora. Explicou que ali,

Lateralmente a esse setor central de diversões, e articulados a ele, encontram-se dois grandes núcleos destinados exclusivamente ao comércio – lojas e “magasins”[sic], e dois setores distintos, o bancário-comercial, e o dos escritórios para profissões liberais, representações e empresas, onde foram localizados, respectivamente, o Banco do Brasil e a sede dos Correios e Telégrafos. Estes núcleos e setores são acessíveis aos automóveis diretamente das respectivas pistas, e aos pedestres por calçadas sem cruzamento, e dispõem de auto-portos para estacionamento em dois níveis, e de acesso de serviço pelo subsolo correspondente ao piso inferior da plataforma central. No setor dos bancos tal como no dos escritórios, previram-se três blocos altos e quatro de menor altura, ligados entre si por extensa ala térrea com sobreloja de modo a permitir intercomunicação coberta e amplo espaço para instalação de agências bancárias, agências de empresas, cafés, restaurantes, etc. Em cada

Figura 1.29. Se no eixo monumental, Costa representou os diferentes setores através de edifícios, no eixo rodoviário-residencial apenas esboçou uma série de quadras. Em uma parte, a cidade foi definida pela arquitetura, em outra, organizada por um sistema intelectual.

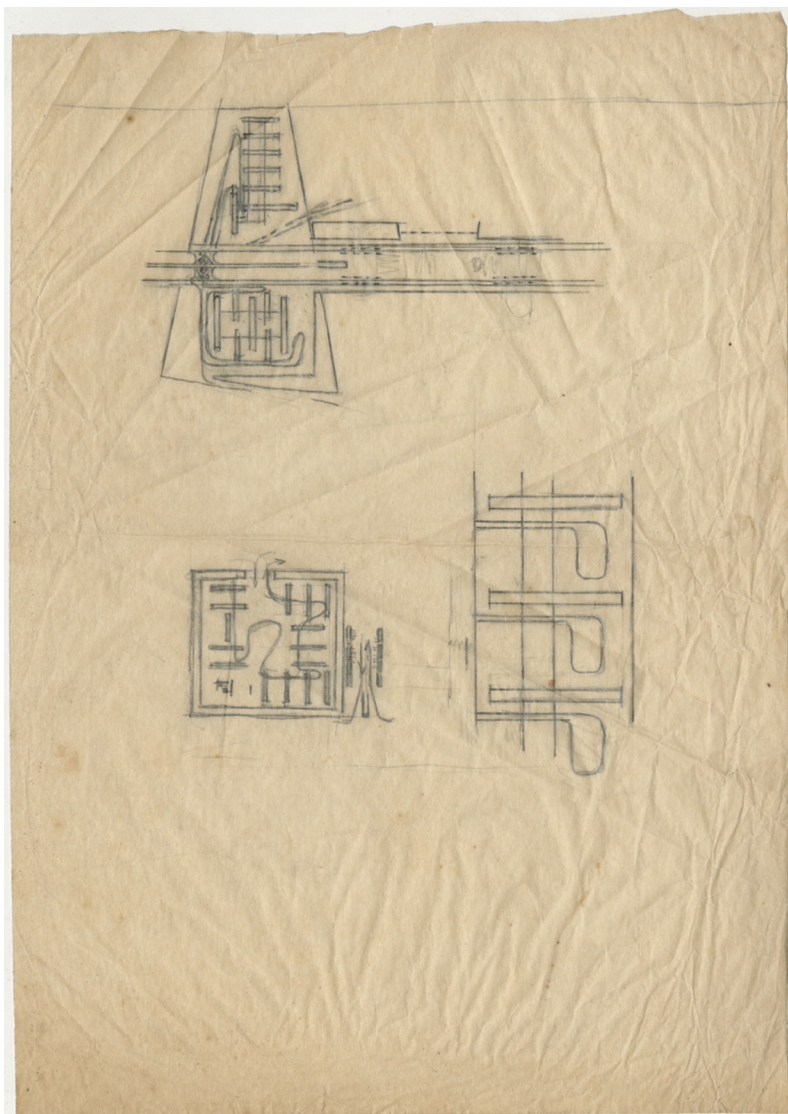


Figura 1.30.
Rascunho da
prancha que Costa
entregou junto do
relatório do plano
piloto. Nele o
arquiteto examinou
três partes
componentes da
nova cidade: um
trecho do setor
de ministérios, um
trecho de setor
residencial, e
dois dois quatros
setores em torno
dos eixos.

1.30

núcleo comercial propõe-se uma sequência ordenada de blocos baixos e alongados e um maior, de igual altura dos anteriores, todos interligados por um amplo corpo térreo com lojas, sobrelojas e galerias. Dois braços elevados da pista de contorno permitem, também aqui, acesso franco aos pedestres.⁹⁷

No traçado básico da cidade, Costa representou os quadrantes ocupados por edifícios, como nos demais setores do eixo monumental. Nos setores dos bancos e dos escritórios, desenhou os três blocos altos como barras alongadas, intercalados por quatro blocos baixos, e unificados por uma marquise retangular. Nos setores comerciais, desenhou a sequência de seis blocos baixos e alongados, unidos por corpo térreo, assessorados por um edifício comprido, que implantou lateralmente.

No relatório, o arquiteto examinou com detalhe a composição desses quadrantes, colocando dois deles junto de uma superquadra e de um trecho da sequência de ministérios pensada para a esplanada (fig. 1.29). O arquiteto utilizou o desenho para explicar que implementaria, “tanto nos setores centrais quanto nos setores residenciais, tramas autônomas para o trânsito local dos pedestres a fim de garantir-lhes o uso livre do chão”,⁹⁸ com uma separação ajustada entre veículos e pedestres.

Fracionamento

Mas, apesar do texto e dos desenhos, os setores centrais não operariam como os demais setores do eixo monumental.

Ao final do relatório do plano piloto, Costa colocou que, por fim, “resta o problema de como dispor do terreno e torná-lo acessível ao capital particular”.⁹⁹ Ali, não mencionou o eixo monumental. Sobre o eixo rodoviário-residencial, o arquiteto entendeu que as quadras não deveriam ser loteadas, sugerindo “em vez da venda de lotes a venda de quotas de terreno, cujo valor dependerá do setor em causa e do gabarito, a fim de não entravar o planejamento atual e possíveis remodelações futuras no delineamento interno das quadras”.¹⁰⁰ Para ele, seria importante que o planejamento das quadras antecederesse a venda de quotas, mas nada impediria que “compradores de um número substancial de quotas submetam à aprovação da companhia projeto próprio de urbanização de uma determinada quadra”.¹⁰¹

Sobre os setores para comércio, bancos e escritórios, o arquiteto escreveu que, semelhantes às quadras do eixo rodoviário-residencial,

[...] deveriam ser projetados previamente de modo a se poderem fracionar em subsetores e unidades autônomas, sem prejuízo de integridade arquitetônica, e assim se submeterem parceladamente à venda no mercado imobiliário, podendo a construção propriamente dita, ou parte dela, correr por conta dos interessados ou da companhia, ou ainda, conjuntamente.¹⁰²

Contudo, o arquiteto não solucionou graficamente como se daria esse fracionamento. Nos desenhos apresentados ao concurso, Costa definiu os setores para bancos, escritórios e comércio como polígonos. Polígonos que conteriam um conjunto de edifícios, e estes edifícios é que organizariam a forma urbana. Mas o fracionamento desses setores em torno dos eixos ficou no texto. O problema ficou para ser resolvido no desenvolvimento do plano piloto.

Notas

- 1 BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil* (1891). Art. 3º das Disposições Preliminares. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 4 nov. 2019.
- 2 Ibid.
- 3 CRULS, Luiz. *Atlas dos itinerários, perfis longitudinais e da zona demarcada*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & C., 1894, p. 6. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/174485>>. Acesso em: 4 nov. 2019.
- 4 CRULS, Luiz. *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & C., 1894, p. 31-32. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182911>>. Acesso em: 5 nov. 2019.
- 5 “O interesse de Le Corbusier pelo Brasil despertara em 1926, quando seus amigos Cendrars e Léger lhe dão a notícia da iminência de projeto para uma nova capital no interior, em Planaltina”. COMAS, Carlos Eduardo Dias. *Precisões Brasileiras. Sobre um estado passado da arquitetura e urbanismo modernos a partir dos projetos e obras de Lucio Costa, Oscar Niemeyer, MMM Roberto, Affonso Reidy, Jorge Moreira & cia., 1936-45*. 2002. 334 f. Tese (Doutorado)–Universidade de Paris VIII, Paris, 2002, p. 58. Ver também: BENTON, Tim. A introduction to Precisions. In: LE CORBUSIER. *Precisions on the Present State of Architecture and City Planning*. Zürich: Park Books; Fondation Le Corbusier, 2015, p. A10.
- 6 VIDAL, Laurent. *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX e XX)*. Trad. Florence Marie Dravet. Brasília: Universidade de Brasília, 2009, p. 162-163. Benedito Valadares era apoiador de Vargas e foi afastado do cargo de governador com a deposição do governo em 1945. Ver: BENEDITO Valadares. In: Dicionário histórico biográfico brasileiro pós 1930. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/benedito_valadares. Acesso em 12 jun. 2020.
- 7 BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil* (1946). Art. 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 22 nov. 2019.
- 8 POLLI COELHO, Djalma. *Relatório técnico*. Rio de Janeiro: Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil, 1948, v. 1, p. 16. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/185568>>. Acesso em: 4 nov. 2019.
- 9 Ibid.
- 10 Ibid., p. 4.
- 11 BRASIL. Lei n. 1.803, de 5 de janeiro de 1953. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L1803.htm>. Acesso em: 01 abril 2020.
- 12 SILVA, Ernesto. *História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade*. Brasília: Senado Federal, 1985, p. 75-76.
- 13 A crescente campanha antigetulista feita, sobretudo, por membros da União Democrática Nacional (UDN), combinada a um atentado contra Carlos Lacerda (um dos principais opositores de Vargas), e que acertou, por fim, um major da Aeronáutica, resultou em um grande movimento pela renúncia de Vargas. O presidente respondeu com suicídio e uma “carta-testamento”. Ver: FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 1. reimpr. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 229-231.
- 14 DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO. *O relatório técnico sobre a nova Capital da República*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1957, p. 248.
- 15 Ibid., p. 249.

16 Ibid., p. 249; 250.

17 Ibid., p. 17.

18 TAVARES, Jeferson. *Projetos para Brasília: 1927-1957*. Brasília: Iphan, 2014, p. 90.

19 ALBUQUERQUE, José Pessoa Cavalcanti de. *Relatório anual. Comissão de Localização da Nova Capital Federal*. Rio de Janeiro, 1955, p. 51. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182975>>. Acesso em: 5 nov. 2019.

20 Ibid., p. 50; Cf. CRULS, 1894, p. 52. Ver também: SCHLEE, Andrey; FICHER, Sylvia. Vera Cruz, futura capital do Brasil, 1955. In: IX SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO 2006, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2006, p. 4. Disponível em: <<http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1089>>. Acesso em: 13 abril 2015.

21 Ibid., p. 2.

22 Ver: SILVA, 1985; SCHLEE; FICHER, 2006; TAVARES, 2014, p. 220-227; COMAS, Carlos Eduardo Dias. Brasília: Lucio Costa. In: LEATHERBARROW, David; EISENSCHMIDT, Alexander (Eds.). *The Companions to the History of Architecture, Twentieth-Century Architecture*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2017, v. IV, p. 2.

23 Ao se deparar com o nome “Vera Cruz” para a nova capital, o Coronel Julio Américo dos Reis, secretário técnico da comissão, sugeriu “que o nome da futura Capital fosse escolhido ou pelo Congresso Nacional ou por votação popular”. ALBUQUERQUE, 1955, p. 47. Ver também: KUBITSCHKE, Juscelino. *Porque construí Brasília*. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 32. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1039>>. Acesso em: 30 out. 2017.

24 FIRME, Raul Penna; LACOMBE, Roberto; REIS, José Oliveira. Memorial do Estudo Preliminar para a cidade de Vera Cruz, futura capital do Brasil. In: ALBUQUERQUE, 1955, p. 77.

25 Na verdade, o projeto foi proposto pelo engenheiro, e então chefe da Secretaria de Viação e Obras de Minas Gerais, Lucas Lopes. Benedito Valadares apoiou o projeto, mas, em 1946, estava afastado do cargo de governador. Cf. VIDAL, 2009, p. 163; BOJUNGA, Claudio. *JK: o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010, p. 517. Ver também: LUCAS Lopes. In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2a ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/lucas_lopes. Acesso em: 09 jun. 2020.

26 CARTA de Albuquerque para Kubitschek. In: ALBUQUERQUE, 1955, p. 19.

27 A estratégia da campanha de Kubitschek privilegiou comícios no interior em vez de grandes capitais. Esses comícios se organizavam por discursos seguidos de apertes. Foi no comício de Jataí, no interior de Goiás, que Antônio Carvalho Soares, conhecido como “Toniquinho”, questionou se Kubitschek pretendia cumprir integralmente a constituição, inclusive a transferência da capital. KUBITSCHKE, 2000. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1039>>. Acesso em: 30 out. 2017, p. 5-7. Ver também: BOJUNGA, 2010, p. 370.

28 KUBITSCHKE, 2000, p. 5-7; 105-109.

29 Kubitschek conheceu San Tiago Dantas quando dividiu uma pensão em Belo Horizonte, na época em que cursava medicina. BOJUNGA, 2010, p. 76.

30 Ibid., p. 45

31 KUBITSCHKE, 2000, p. 8.

32 APROVADO pela câmara o projeto da mudança da Capital da República. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, p. 1; 11, 24 ago. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/65837>. Acesso em: 31 maio. 2019.

33 Ibid.

34 Ibid.

- 35 Ibid.
- 36 SILVA, 1985, p. 121.
- 37 KUBITSCHKEK, 2000, p. 46. Cf. SCHLEE; FICHER, op. cit., p. 6.
- 38 SILVA, 1985, p. 128.
- 39 Ibid.
- 40 SILVA, 1985, p. 128.
- 41 ROZA, Ary Garcia. *Depoimento - programa de história oral*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1989, p. 5-6.
- 42 Ibid., p. 1; 3.
- 43 NIEMEYER, Oscar. *As curvas do tempo: memórias*. Rio de Janeiro: Revan, 1998, p. 93. Cf. COMAS, 2002, p. 212.
- 44 NIEMEYER, Oscar. *Minha experiência em Brasília*. 4a. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006, p. 9. Seguindo a tese de livre docência de Júlio Katinsky, Guilherme Wisnik sugere que Niemeyer indicou Costa para Kubitschek, como nome para elaborar o plano da cidade, e que, quando consultado, Costa sugeriu a montagem de um concurso. Ver: WISNIK, Guilherme. Apresentação. *Brasília 50 anos: trilha torta por linhas certas*. In: BRAGA, Milton. *O concurso de Brasília: sete projetos para uma capital*. São Paulo: Cosac & Naify, 2010, p. 16.
- 45 COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DA CONSTRUÇÃO E DA MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL. Edital para Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil. *Diário de notícias*, Rio de Janeiro, p. 5, 20 set. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/53778>. Acesso em: 28 jan. 2020.
- 46 Ibid.
- 47 Ibid.
- 48 Ibid.
- 49 FALHO o edital que abriu concurso do Plano-Piloto da futura capital. *Diário de notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 16 out. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/54560>. Acesso em: 28 jan. 2020.
- 50 MAURÍCIO, Jayme. Desentendimentos no concurso para a nova capital. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, p. 14, 4 out. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/67485>. Acesso em: 28 jan. 2020.
- 51 Ibid.
- 52 Ibid.
- 53 Ibid.
- 54 Ibid.
- 55 CARTA de Ary Garcia Rosa a Israel Pinheiro. In: BRAGA, 2010, p. 42.
- 56 Ibid.
- 57 CARTA de Oscar Niemeyer para Ary Garcia Roza. In: BRAGA, 2010, p. 43.
- 58 Ibid.
- 59 Ibid.
- 60 Stamo Papadaki foi delegado do braço grego do CIAM, e ajudou a organizar o quarto congresso a bordo do navio Patris II e na Universidade Politécnica de Atenas. GIEDION, Sigfried. Introduction. In: SERT, José Luis. *Can our cities survive? An ABC of urban problems, their analysis, their solutions*. Cambridge: The Harvard University Press, 1947, p. X. Ver também: BENDER, Helena. Buenos Aires de Bonet. Antonio Bonet Castellana, habitação coletiva e o projeto da cidade moderna, 1943-1956. 2014. 247 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura)– Universidade Federal do Rio

Grande do Sul, Porto Alegre, 2014, p. 35-41.

61 MAURÍCIO, Jayme. Júri do Plano Piloto de Brasília. *Correio da manhã*, Brasília, 30 jan. 1957, p. 12. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/72276>. Acesso em: 28 jan. 2020; NOTÍCIAS de Brasília: Halford e Sive virão ao Rio. *Diário de notícias*, Rio de Janeiro, página 2, segunda seção, 6 fev. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/57816>. Acesso em: 28 jan. 2020.

62 A equipe da firma Construtécnica era formada por Milton C. Ghiraldini, Clovis Felipe Olga, Nestor Lindenberg, Wilson Maria Fina, Milton A. Peixoto e Rubens Genuari, além da colaboração de Cid Afonso Rodrigues, Wanda de Barros Brisolla, Tanaka Kumiko, Helio Chiossi, Claudio Cianciarullo, Domingos Boaventura Borghese. Ver: PLANO Piloto, n. 26 - 5o prêmio. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, 1957, p. 84.

63 Mário Wagner Vieira da Cunha e Paulo de Camargo e Almeida também fizeram parte da equipe de Cascaldi e Vilanova Artigas, além de Heitor Ferreira de Souza, Julio Roberto Katinsky, Mario Alfredo Reginato e Ubirajara Gilioli, que atuaram como colaboradores. A equipe também contou com o aconselhamento de Catulo Branco, Dirceu Lino de Mattos, Flavio Motta, José Calil, Lauro Mueller Bueno, Maria José Garcia Werebe Odair Pacheco Pedroso, Otacilio Pousa Sene e Rodolfo dos Santos Mascarenhas. Ver: PLANO Piloto n. 1 - 5o Prêmio. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, 1957, p. 77.

64 A equipe de Mindlin e Palanti contou com a colaboração de Waldir Lima Amaral, Marc Demetre Foundoukas, Anny Sirakoff, Olga Verjovsry, Gilson Mendes Lages e André Gonçalves. Ver: PLANO Piloto n. 24 - 5o prêmio. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, 1957, p. 72.

65 BRAGA, 2010, p. 47.

66 A equipe dos Roberto também foi formada por Antônio A. Dias, Elida Engert, Paulo Novaes, Fernando Segadas Vianna, além da colaboração de Estephania R. Paixão, Marcello Campello, Marcello Fragelli, Sérgio A. Rocha, H. J. P. Linnemann, Ivo Magalhães, J. M. Azevedo Neto, J. R. Rêgo Monteiro, N. A. Gaspar, Antônio A. Teixeira de Freitas, João Lyra Madeira e Alfredo Ceschiatti. Ver: PLANO Piloto n. 8 - 3o lugar. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, 1957, p. 63.

67 Também fizeram parte da equipe os colaboradores Antônio José da Silva, Carlos Fonseca de Castro, Cerise Baeta Pinheiro, Elias Kaufmann, José Luis Ribeiro, Milton de Barros, Renato Lima e Yvanildo Silva Gusmão. Ver: PLANO Piloto n. 2 - 2o lugar. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, 1957, p. 49.

68 O JULGAMENTO do concurso de Brasília. *Habitat: revista brasileira de arquitetura, decoração, artes plásticas e artesanato*, São Paulo, v. 7, n. 40-41, 1957, p. 2. Ver também: BRAGA, 2010, p. 180.

69 RESUMO das apreciações do júri. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, 1957, p. 14; 15.

70 O JULGAMENTO..., 1957, p. 2; BRAGA, 2010, p. 180.

71 WILHEIM, Jorge. Brasília 1960. Uma interpretação. *Acrópole*, São Paulo, v. 22, n. 256-257, 1960, p. 31. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/256>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

72 COSTA, 1957, p. 1.

73 Ibid., p. 2.

74 Ibid., p. 3.

75 No desenho de Costa, o nome da cidade não está legível, mas é possível que o arquiteto tenha escrito "Planaltina", já que a cidade, onde ficava a pedra fundamental

de 1922, era ponto estratégico para o desenvolvimento do sistema rodoviário da região. Ver: KUBITSCHKE, 2000, p. 50.

76 COSTA, 1957, p. 3.

77 Ibid.

78 Ibid.

79 Ibid., p. 4.

80 Ibid.

81 Ibid.

82 Ibid.

83 Ibid., p. 6.

84 Ibid., p. 5.

85 Ibid., p. 6.

86 Ibid., p. 7.

87 Ibid., p. 8.

88 Ibid., p. 10.

89 Ibid., p. 11.

90 Ibid., p. 12.

91 Ibid., p. 11.

92 Ibid.

93 Ibid.

94 Ibid., p. 14.

95 Ver: GIEDION, 1959, p. 725-726.

96 COSTA, 1957, p. 3-4.

97 Ibid., p. 9.

98 Ibid., p. 5.

99 Ibid., p. 15.

100 Ibid.

101 Ibid.

102 Ibid., p. 16.

Setor que reparte a área, 1957-1960



2.01

Kubitschek tinha pressa, mas enfrentava resistência política à mudança da capital. Afinal, apesar do volume de obras, Brasília ainda era dúvida na metade de seu governo. Enquanto a imprensa carioca registrava manifestações para suspender ou adiar a inauguração de Brasília,¹ *Brasília*, a revista da Novacap, respondia com depoimentos para convencer a opinião pública da mudança.² A medida fez parte de uma política para promover a nova capital, que incluiu exposições (fig. 2.01), conferências, além de um congresso realizado na cidade em obras pela Associação Internacional de Críticos de Arte.³ Mas se tais iniciativas divulgaram Brasília no Brasil e no exterior, também ampliaram o debate de sua pertinência entre especialistas.⁴ No meio de discussões teóricas e políticas, e de um período de economia inflacionária,⁵ Kubitschek queria disponibilizar moradia para os primeiros funcionários, concluir palácios e o sistema viário principal.⁶ O presidente precisava inaugurar a cidade em 21 de abril de 1960 para cumprir a lei aprovada pela oposição.⁷

Enquanto Kubitschek resolvia articulações políticas, Niemeyer já estava em Brasília desde 1958.⁸ O arquiteto, então funcionário da

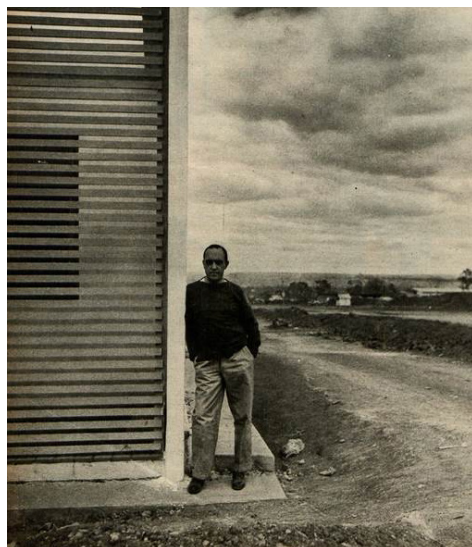
Figura 2.01. Costa explicando as maquetes de diferentes setores de Brasília para o arquiteto alemão Ludwig Mies van der Rohe. As maquetes integravam a exposição permanente sobre a nova capital organizada no Ministério de Educação e Cultura, no centro do Rio de Janeiro.

I

Amigo
Lucio.

Como me o teu irmão, lhe explicou,
fui obrigado a mudar para Brasília.
Como v. sabe, o prazo para a
terminação das construções, é muito
curto - acho mesmo difícil realizá-lo
dentro do período previsto - e isso
começou a me inquietar.

Por outro lado o Sr. Varad não
tem podido suprir as obras devida-
mente (ferro, concreto, etc) provocando
interrupções e atrasos que muitos
vãos nos são atribuídos (falta
de detalhes de arquitetura).
No caso do Congresso, o problema
assumiu então caráter mais sério,
fora sem a conclusão dessa obra
não houvera possibilidade de mudança.
Desse caso preocupando muito o
governo, que apelou para a minha
ida para Brasília, afim de que
cessassem as dúvidas, as consultas e
as viagens de esclarecimento, que
faziam atrasos continuos e irreparáveis
para as construções.



2.03

2.02

2.04



Novacap, havia fechado o escritório particular de Copacabana em 1956 para se dedicar aos trabalhos da nova capital (fig. 2.02).⁹ Ele se mudou para o planalto assim que terminadas as casas para funcionários implantadas no trecho sul da via W3 (fig. 2.03). Pretendia acompanhar a finalização das obras do palácio presidencial e hotel, além da execução de seus projetos para o Congresso Nacional, renque de ministérios, e da Capela Nossa Senhora de Fátima. Já em Brasília, desenvolveu a Praça dos Três Poderes, com o Palácio do Planalto e do Supremo Tribunal, começou a Catedral na lateral do eixo monumental, e a superquadra para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários.¹⁰

Diferentemente de Niemeyer, Costa ficou no Rio de Janeiro (fig. 2.04). Na condição de conselheiro do Plano Piloto, o arquiteto assessorou seu desenvolvimento à distância.¹¹ Havia visitado o sítio em 1957, na viagem que inaugurou as instalações do novo aeroporto,¹² mas se recusou a participar do congresso de críticos de arte em 1959 por considerar a iniciativa precipitada.¹³ O arquiteto também negou a sala que seria preparada em sua homenagem na V Bienal de São Paulo.¹⁴ Antes, ele havia apresentado o Plano Piloto para a Sociedade Americana de Urbanistas em Washington, intercalando a viagem com o acompanhamento das obras para a Casa do Brasil em Paris.¹⁵ Desde o Rio de Janeiro, Costa se concentrou em orientar as alterações de desenho recomendadas pelo júri do concurso, além de defender a execução de obras essenciais, como os movimentos de terra necessários para implantar a Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes.¹⁶

Depois do concurso, o Departamento de Urbanismo e Arquitetura continuou coordenado por Niemeyer, mas recebeu Costa como conselheiro, e passou a ser operado por duas equipes distintas: a Divisão de Arquitetura, chefiada por Nauro Jorge Esteves, e a Divisão de Urbanismo,¹⁷ dirigida por Augusto Guimarães Filho. Esteves havia conhecido Niemeyer em 1949, em um concurso para estudantes enquanto concluía o curso na Faculdade Nacional de Arquitetura. Guimarães, engenheiro formado pela Escola Politécnica de São Paulo, havia se encontrado com Costa, por acaso, durante a construção dos edifícios no Parque Eduardo Guinle em 1940. Esteves foi trabalhar com Niemeyer assim que se formou, e se envolveu com Brasília como consequência das atividades do escritório.¹⁸ Já Guimarães desenvolvia o projeto do Banco Aliança quando Costa o convidou para trabalhar no Plano Piloto.¹⁹ A equipe de Esteves contava com os trabalhos de Artur Lício Marques Pontual, Sabino Barroso, Italo Campofiorito, Adeildo Viegas de Lima, Glauco de Oliveira Campelo, Gauss Estelita e José de Souza Reis.²⁰ A equipe de Guimarães operava com a colaboração de Maurício Dias da Silva, Salomão Tandeta, Noel Saldanha Marinho, Sérgio

Figura 2.02.
Em carta para Costa, Niemeyer justificou: "Amigo Lucio, conforme o Guimarães lhe explicará, fui obrigado a mudar para Brasília. Como v. sabe, o prazo para a terminação das construções é muito curto - acho mesmo difícil de acabá-los dentro do período previsto - e isso começou a me inquietar".

Figura 2.03.
Niemeyer em Brasília, ao lado da sequência de casas para funcionários construídas no trecho sul da via W3.

Figura 2.04.
Costa, Niemeyer e equipe de técnicos no edifício do Ministério da Educação e Saúde, no Rio de Janeiro. Pelos painéis, é possível que a foto tenha sido tirada durante a montagem da exposição sobre Brasília.

Porto, Jayme Zettel, José de Anchieta Leal, Jorge Ribeiro Laclete e Fernando Luiz de Coni Campos.²¹ O grupo conduzido por Esteves se mudou para Brasília com Niemeyer, em 1958.²² Já os técnicos orientados por Guimarães visitavam a cidade a cada 15 dias, permanecendo com escritório no Rio de Janeiro para ficar perto de Costa.²³

Sobre a implantação do plano

Antes de descrever o desenvolvimento dos setores centrais, importa mencionar que, por causa do concurso, o Plano Piloto teve sua implantação deslocada para leste. A sugestão de ajuste foi do jurado inglês William Holford, que entendeu a área vazia entre a cidade e o lago como vulnerável a ocupações imprevistas.²⁴ Guimarães, desde o Rio de Janeiro, orientou a locação da “estaca zero”, o ponto de encontro dos eixos, deslocado do ponto desenhado em 1957. Em entrevista para o Arquivo Público do Distrito Federal, comentou que calculou as coordenadas definitivas para o então chefe de topografia, o engenheiro Joffre Mozart Parada, demarcar o terreno em Brasília (fig. 2.05; fig. 2.06; fig. 2.07).²⁵ Como consequência, os lotes de casas individuais foram transferidos para a outra margem do lago Paranoá. O eixo monumental ficou mais longo e manipulou o terreno; o rodoviário-residencial, mais curto, arqueado, e adaptado ao terreno. Os setores centrais foram submetidos a um embate de cotas diferentes que desnivelou o platô: os setores para bancos, comércio e escritórios ficaram em cotas mais baixas que os setores para o varejo comercial, bem como os setores do norte em relação aos do sul.²⁶

Maquete para o setor bancário

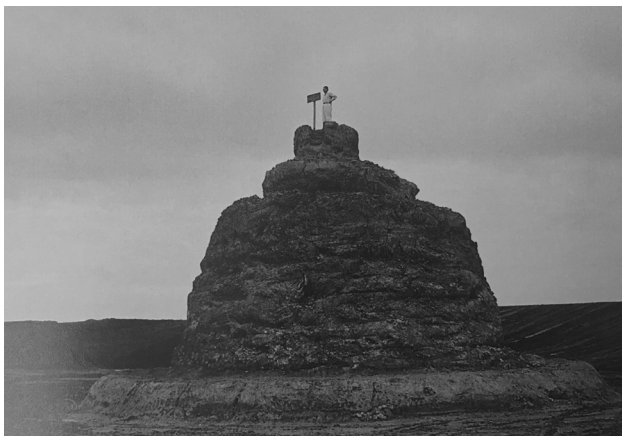
Assim, o projeto dos setores centrais pareceu ter começado por estes setores desnivelados: entre os primeiros documentos que descrevem esses setores estão fotografias de uma maquete feita para o setor bancário, publicadas, pela primeira vez, na edição de novembro de 1957 da revista *Brasília*. Aquela revista abre com o depoimento do então presidente da Confederação Nacional da Indústria, Lídio Lunardi, que comenta sobre o avanço das obras e compara a nova capital com Washington e Canberra: “temos diante dos olhos exemplos edificantes, que demonstram como foi decisivo na evolução de vários povos o ato de mudar a sua Capital”.²⁷ Um texto do diplomata Raul Bopp complementa: “a mudança da capital para o planalto mexe com a história. Põe o

Figuras. 2.05 e 2.06. Demarcação da “estaca zero” e escavação do terreno na posição determinada por Guimarães.

Figura 2.07. Movimentação de terra para adequação do terreno aos eixos projetados no Plano Piloto. Ao centro, a “estaca zero”; à direita, a área destinada ao setor bancário e comercial determinado pelo plano.



2.05



2.06

2.07



Brasil em novas bases. Encerra o ciclo político do litoral com o seu passivo de imprevidência e vícios de administração”.²⁸ O número se preenche com um boletim que reúne fotografias com máquinas, operários, montes de brita e areia, e acusa: “as obras da Novacap, em Brasília, prosseguem em ritmo constante”, o “Palácio da Alvorada já se encontra com os trabalhos muito adiantados”, no Hotel de Turismo foi “concluída a montagem da estrutura metálica e executado todo o serviço de alvenaria”, enquanto as obras da Praça dos Três Poderes começavam com as fundações do Congresso Nacional.²⁹ As fotografias da maquete aparecem na capa (fig. 2.08), contracapa (fig. 2.09) e no meio daquela revista (fig. 2.10), ilustrando a reportagem “o setor bancário e comercial do plano de Lucio Costa”.³⁰

Essas fotografias, tiradas pelo fotógrafo piauiense Mário Fontenelle, contrastam com a realidade das obras, e apresentam o setor com o rigor de uma representação técnica. Simulam vistas de topo, frente, e uma perspectiva isométrica. Nelas aparecem 17 edifícios distribuídos por cima de uma plataforma trapezoidal, que reparte um setor da área indivisível e ajeita o desnível. O arranjo ora vincula esses edifícios a uma marquise quadrada, ora os organiza como parte de uma calçada coberta. Mas, tanto de um jeito quanto de outro, os edifícios foram montados de maneira idêntica: blocos retangulares sustentados por pilares robustos, em que as fachadas menores são cegas, e as maiores definidas pela transparência das aberturas. A diferença é que os blocos implantados por cima da marquise têm 17 pavimentos de altura e orientação perpendicular em relação aos demais, que apresentam entre 17 e 20. Ao centro, um edifício mais alto se destaca. Um braço de marquise passa pela frente e une os conjuntos. Automóveis colados nas bordas da maquete sugerem circulação veicular separada da de pedestres, e limitada à periferia.

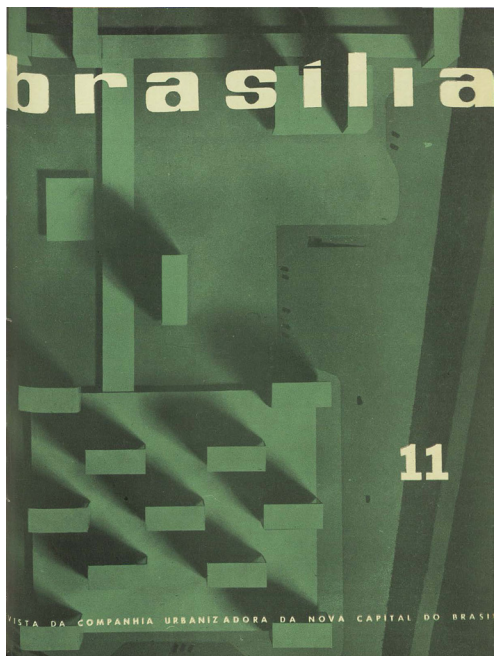
A partir das fotografias, a reportagem explica:

Enquanto Brasília vai tomando forma e já se percebem nitidamente os primeiros sintomas do Plano Piloto de Lucio Costa, como os dois eixos cruzando-se em ângulo reto, as amplas avenidas sem cruzamentos, o eixo arqueado, pistas centrais e laterais, os centros cívicos e administrativo e todos os demais setores (cultural, bancário, comercial, etc.) e, principalmente, o terrapleno triangular, sobrelevado na campina circunvizinha, destinado à Praça dos Três Poderes, no Departamento de Arquitetura da Novacap vão sendo projetados os edifícios básicos que darão unidade e estilo arquitetônico ao conjunto destinado aos poderes públicos. Publicando neste número alguns aspectos do setor bancário-comercial, grupo de edifícios, rampas e subsolos de Oscar Niemeyer, transcrevemos também a parte do relatório de

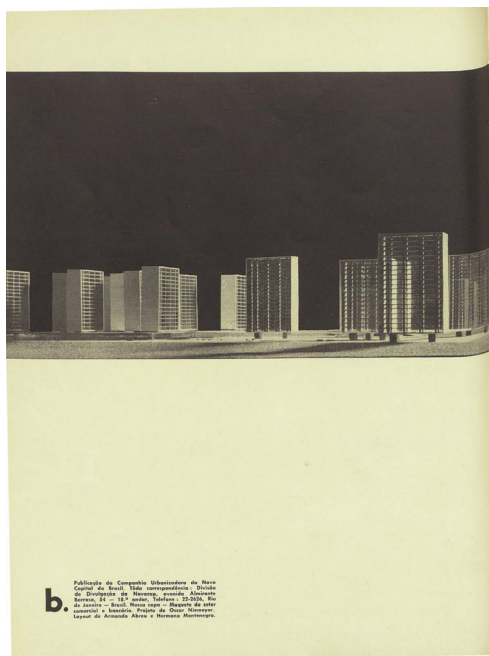
Figura. 2.08. Capa da edição de novembro da revista *Brasília*. Fontenelle fotografou a maquete como vista de topo. A cor ficou por conta do layout de Armando Abreu e Hermano Montenegro.

Figura. 2.09. Na contracapa da revista, a maquete aparece em vista frontal. Os edifícios se acumulam uns sobre os outros. A altura elevada sugere densidade construtiva.

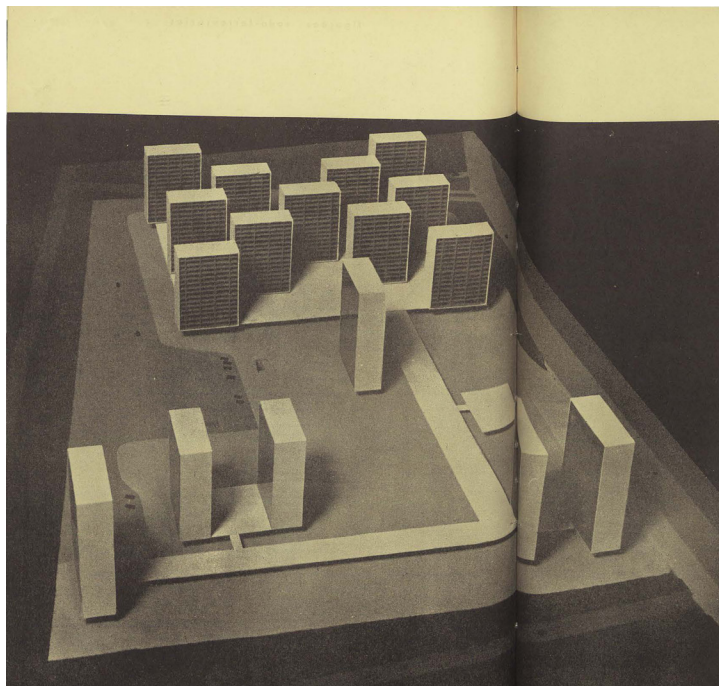
Figura 2.10. Na fotografia que ilustra a reportagem “o setor bancário e comercial do plano de Lucio Costa”, o fundo preto dissimula a localização do conjunto: o setor aparece à parte do território que modifica.



2.08



2.09



2.10

arquitetura e urbanismo

O setor bancário e comercial do plano de Lúcia Costa

Enquanto Brasília vai tomando forma e já se percebem nitidamente os primeiros sintomas do Plano Piloto de Lúcia Costa, como os dois eixos cruzando-se em ângulo reto, as amplas avenidas sem cruzamentos, o eixo arqueado, pontas centrais e laterais, os centros cívicos e administrativos e todos os demais setores: cultural, bancário, comercial, etc., e, por fim, o setor residencial, o setor comercial, identificado na planta como o setor comercial, destinado à Praça dos Três Poderes, no Departamento de Arquitetura da Escola de Arquitetura de Brasília, onde se encontram os edifícios básicos que dão unidade e sentido arquitetônico ao conjunto, destinado aos poderes públicos.

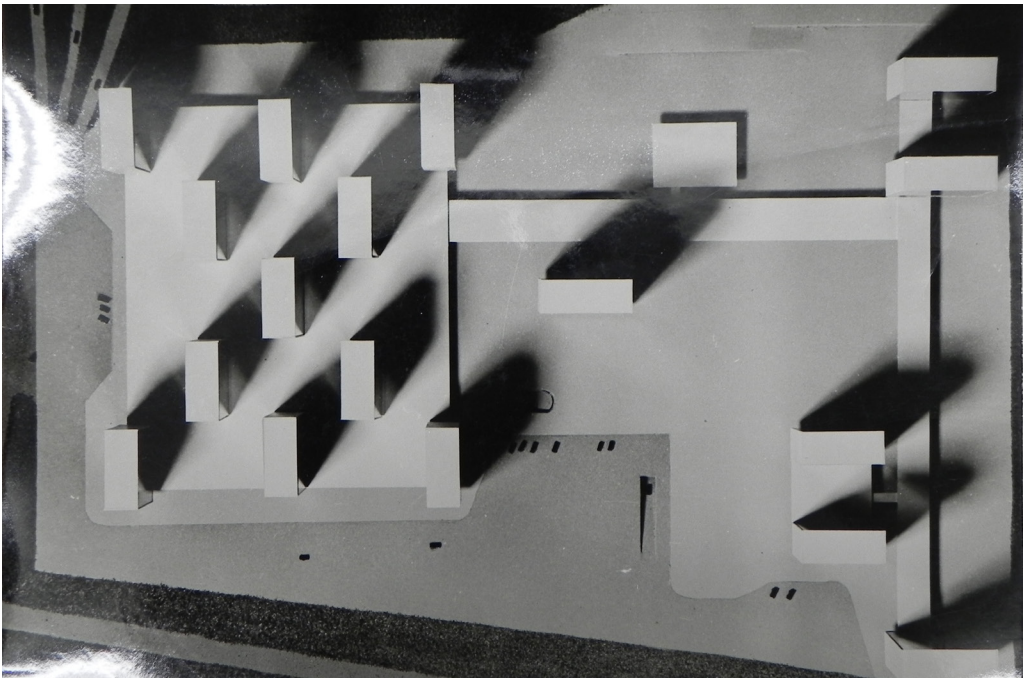
Publicando neste número alguns aspectos do setor bancário-comercial, grupo de edifícios, rampas e subterrâneos de Oscar Niemeyer, transcurremos também a parte do relatório de Lúcia Costa que trata desse setor.

"11. — Lateralmente a esse setor central de diversos e articulados e, ele, encontram-se dois grandes núcleos destinados exclusivamente ao comércio — lojas e "magazines", e dois setores distintos, o bancário-comercial, e o dos escritórios para profissões liberais, representações e empresas, onde foram localizados, respectivamente, o Banco do Brasil e a sede dos Correios e Telégrafos. Entre os núcleos e setores são previstos dois automóveis diretamente das respectivas passagens e dois pedestres por calçada sem cruzamento, e diâmetros de auto-estradas para estacionamento em dois níveis, e de acesso de serviço pelo sub-solo correspondente ao piso inferior da plataforma central. No setor dos bancos, tal como no dos escritórios, prevalece o bloco alto e o quarto de menor altura, ligados entre si por externa ala térrea com vitórias, de modo a permitir comunicação coberta e amplo espaço para instalação de agências bancárias, agências de empresas, cafés, restaurantes, etc. Em cada núcleo comercial, propõe-se uma seqüência ordenada de blocos baixos e alongados e um maior, de igual altura dos anteriores, todo interligado por um amplo corpo térreo com lojas, vitórias e galerias. Dois braços elevados da pista de contorno permitem, também aqui, acesso franco aos pedestres."

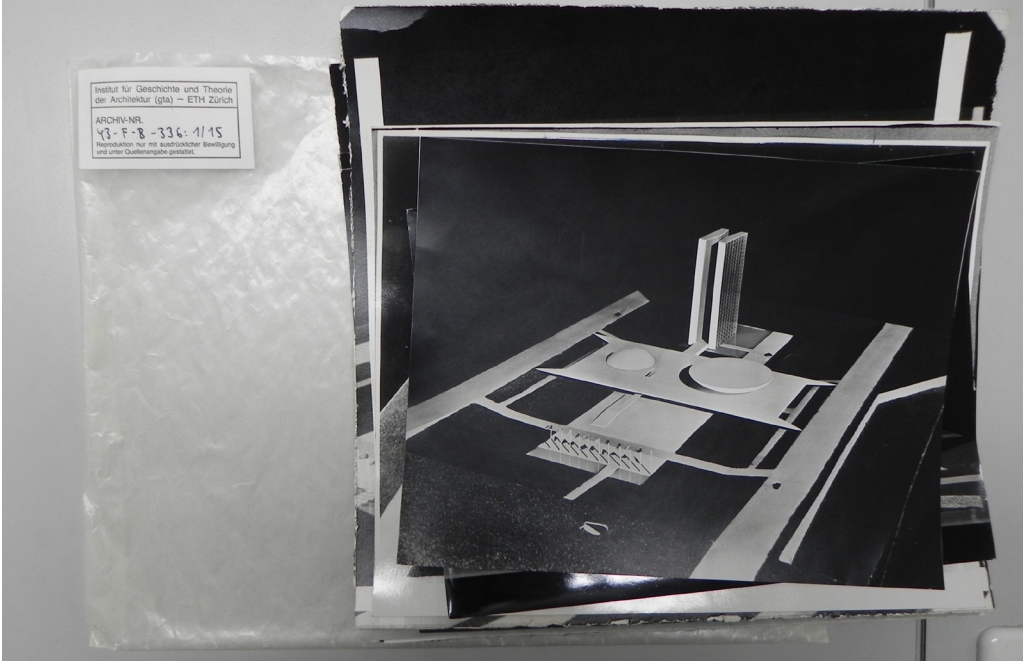
10

10. Detalhe do setor comercial e bancário, no desenvolvimento do plano urbanístico de Lúcia Costa. (Foto de M. Fontenelle).

81



2.11



2.12

Comparando com o esquema desenhado por Costa em março de 1957, o setor bancário e comercial proposto por Niemeyer teria maior número de elementos, mas ao mesmo tempo, seria mais airado e excepcional. Norma Evenson até descreveu o arranjo modificado como espaçoso e monumental.³² Por um lado, marquise e conjunto de edifícios, edifício central, e os edifícios mais altos, organizavam três situações distintas que relacionavam a densidade construtiva imaginada para as superquadras com a ocupação dispersa do eixo monumental. Por outro, a implantação de um edifício maior, mais alto e ao centro, impunha uma hierarquia interna não prevista pelos desenhos de Costa.

Correspondências entre Niemeyer e Giedion

Em 1958, Niemeyer enviou as fotografias da maquete para Sigfried Giedion através da embaixada do Brasil em Berna (fig. 2.11). Nos arquivos do historiador, professor e ex-secretário geral do CIAM,³³ essas fotografias se juntaram às das maquetes preparadas para o Congresso Nacional, para os palácios da Alvorada, do Planalto, e da Justiça, e para a Capela Nossa Senhora de Fátima (fig. 2.12). Niemeyer também mandou o rascunho de um texto que havia escrito sobre sua produção arquitetônica, intitulado “Témoignage”, publicado como “Depoimento” na edição de fevereiro de 1958 da revista *Módulo*.³⁴ Ali explicou que os trabalhos de Brasília definiam uma nova etapa de sua carreira profissional.³⁵ Estava mais interessado nas “soluções compactas, simples e geométricas”, e, para a nova cidade, havia se concentrado no problema do edifício isolado com o Palácio da Alvorada, no do edifício monumental com o Congresso Nacional, e no da “solução de conjunto”, que demandava “harmonia e unidade”, como nos palácios da Praça dos Três Poderes.³⁶

Junto das fotografias, Giedion também guardou dois folhetos da exposição *Brasília*, preparada pela Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores (fig. 2.13). Por aquela época, a exposição acontecia em Bruxelas, Milão, Genebra, Berlim e Munique. Também ocorria em Zurique, mediada por Raul Bopp, que trabalhava como embaixador do Brasil na Suíça.³⁷ Da mesma maneira que a revista *Brasília* de 1957, os panfletos organizavam uma narrativa sobre a cidade que atravessava as justificativas da mudança, o Plano Piloto de Costa, além do conjunto de trabalhos produzidos por Niemeyer e sua equipe. O destaque foi dado para as fotografias das maquetes dos palácios do eixo monumental, publicadas em sequência. As da maquete do setor bancário foram arranjadas logo depois da Praça

Figura 2.11. Uma das fotografias guardadas por Giedion apresenta a maquete do setor bancário em uma vista de topo.

Figura 2.12. Com o passar do tempo, Giedion acumulou diversas fotografias das maquetes preparadas para Brasília, bem como fotografias da cidade em construção, catálogos e livros.

dos Três Poderes, como fim dos projetos do arquiteto. Abaixo da fotografia, uma nota em francês explicava que “o setor bancário de Brasília terá um grupo de edifícios de mesmo gabarito”; a em inglês colocava que “os edifícios terão desenho parecido”.³⁸

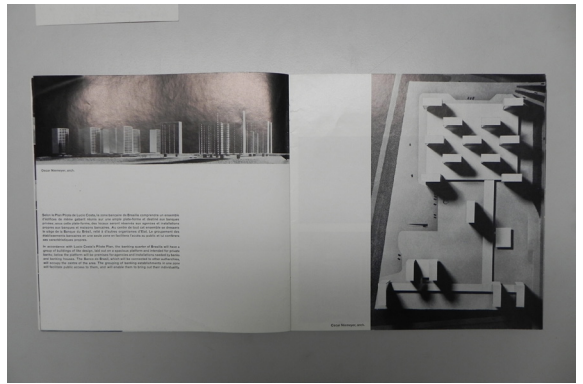
O material sobre Brasília era interessante para Giedion. Em 1958, o historiador se dividia entre Zurique e os seminários que ministrava em Harvard e que debatiam o tema da escala humana na composição da cidade da arquitetura moderna.³⁹ Antes disso, ele já havia utilizado Brasília como assunto central da segunda edição do seminário. Nas atas, Giedion e os estudantes descreveram a cidade a partir do cruzamento dos eixos monumental e rodoviário-residencial, onde “bancos, corporações financeiras, grandes edifícios de negócios, escritórios profissionais e amplos centros de compras” foram agrupados.⁴⁰ Elaboraram análises comparativas, especulando a relação entre os tamanhos do eixo monumental e o *mall* de Washington, entre o eixo rodoviário-residencial e a 5ª avenida de Manhattan, entre a superquadra e a unidade de habitação que Le Corbusier projetou e construiu em Marselha. Além disso, se estenderam em discussões sobre Brasília e Chandigarh.⁴¹ Argumentaram que, no caso de Brasília, a cidade era melhor explicada pelo desenho que pelo texto, embora “um plano desenhado de forma acurada” não estivesse disponível no momento (fig. 2.14).⁴² Reconheceram que, com o material de que dispunham, não conseguiriam responder perguntas relacionadas a desenvolvimentos futuros do interior do plano, nem das áreas circundantes, nem mesmo sobre a “adaptação do plano aos diversos conjuntos de interesse” que configuram uma cidade.⁴³ Ainda assim, concluíram que Brasília era um esquema. Um dos estudantes se opôs a uma abordagem de projeto que concentra tudo em torno da intersecção de dois eixos.⁴⁴ Outro colocou que a cidade “desmorona se não construída toda de uma vez”.⁴⁵

Giedion respondeu para Niemeyer em outubro, agradecendo “as fotografias e planos e panfletos” enviados, e comentando que “o problema do plano de Brasília” o interessava desde quando viu, pela primeira vez, os desenhos de Costa.⁴⁶ Elogiou o palácio da Alvorada, que era simples e forte, “distante das complicações que se pode observar ultimamente nos edifícios representativos deste tipo”.⁴⁷ Mas criticou o plano de Costa. Escreveu que não compreendia porque o arquiteto havia montado a cidade em dois eixos, criando dificuldades em vez de soluções. Giedion não comentou sobre o setor bancário. Frente aos documentos enviados, e depois das discussões do seminário, o historiador explicou para Niemeyer que entendia a cidade como conjunto unificado, projetada em escala desajustada, e estruturada por um esquema que “leva a um romantismo da técnica”.⁴⁸ No fim, recomendou:

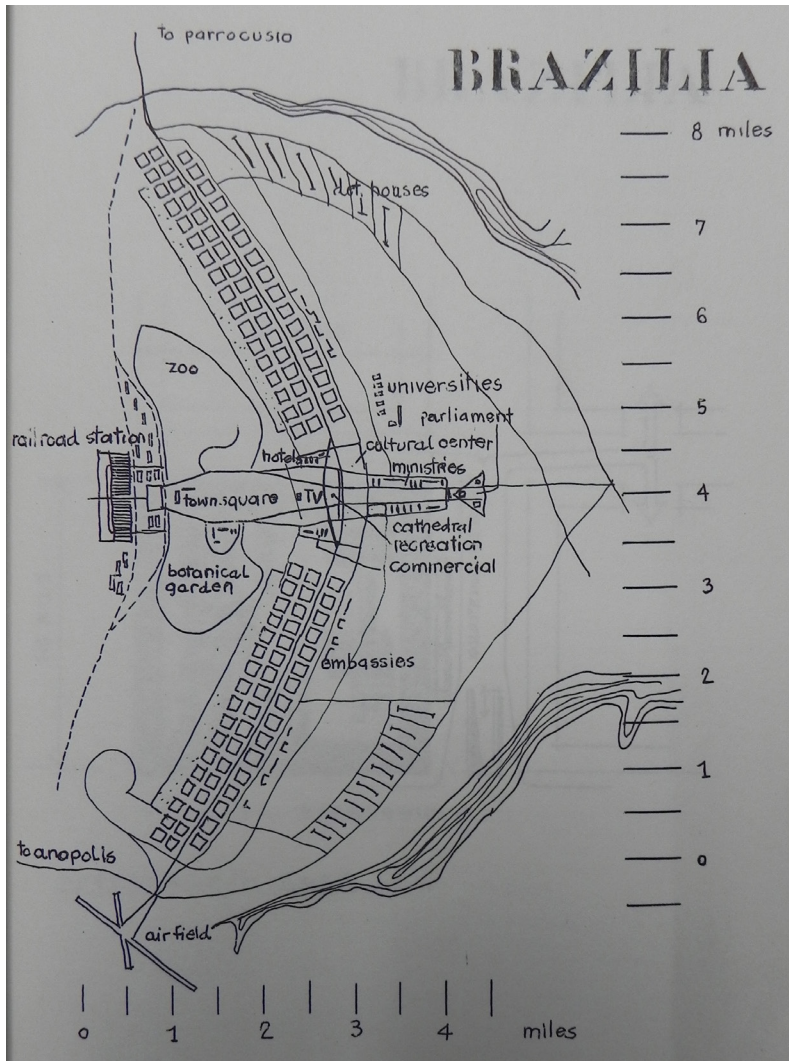
Figura 2.13. A fotografia da maquete preparada para o setor aparece nos dois folhetos guardados por Giedion. Em ambos, foi inserida ao final da sequência de palácios desenvolvidos para o eixo monumental.

Figura 2.14. Os estudantes de Giedion redesenharam o Plano Piloto de Brasília para compará-lo com Chandigarh e com trechos de cidades, como a 5ª avenida de Manhattan, Nova Iorque, e o *mall* de Washington.

2.13



2.14



Change, change the plan ! It is still possible. Make a human city out of an ornament.

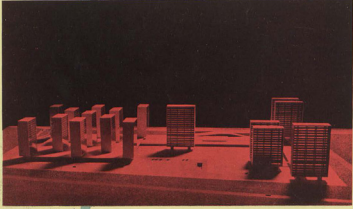
Please take these hints as a friendly warning to beware Brasil before an urbanistic failure.

Please give my best compliments also to Lucio Costa, whom I never had the chance to meet personally neither in Rio nor in Paris.

2.15

ADQUIRA SEU TERRENO EM BRASÍLIA

**NOS SETORES RESIDENCIAIS, COMERCIAIS
BANCÁRIOS E NA ZONA HOTELEIRA.**



**INFORMAÇÕES NA SEDE DA NOVACAP EM BRASÍLIA
E NOS ESCRITÓRIOS REGIONAIS DA COMPANHIA.**

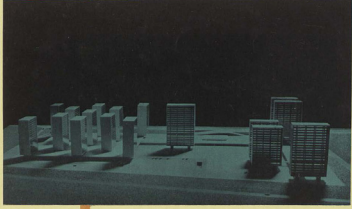
Seriado Federal
SEN00170588

RIO: AV. ALMIRANTE BARROSO, 54 - 12.º AND.
S. PAULO: LARGO DO CAFÉ, 14 - 2.º AND. - 5/4
B. HORIZONTE: R. ESPER. SANTO, 495 - 5/803
GOIÂNIA: AV. ANHANGUERA, 104 - 1.º AND.
ANÁPOLIS: RUA JOAQUIM INACIO, 417

2.16

ADQUIRA SEU TERRENO EM BRASÍLIA

**NOS SETORES RESIDENCIAIS, COMERCIAIS
BANCÁRIOS E NA ZONA HOTELEIRA.**



**INFORMAÇÕES NA SEDE DA NOVACAP EM BRASÍLIA
E NOS ESCRITÓRIOS REGIONAIS DA COMPANHIA.**

RIO: AV. ALMIRANTE BARROSO, 54 - 12.º AND.
S. PAULO: LARGO DO CAFÉ, 14 - 2.º AND. - 5/4
B. HORIZONTE: R. ESPER. SANTO, 495 - 5/803
GOIÂNIA: AVENIDA GOIÁS, 57 - 4.º AND.
ANÁPOLIS: RUA JOAQUIM INACIO, 417

2.17

ADQUIRA SEU TERRENO EM BRASÍLIA



**JÁ SE ACHAM DISPOSTOS À VENDA,
NOS ESCRITÓRIOS DA NOVACAP,
OS TERRENOS DE BRASÍLIA,
NAS ZONAS COMERCIAIS E RESIDENCIAIS.**

Seriado Federal
SEN00170583

edifício Brasil S. A. - 1961

2.18

“Mude, mude o plano! Ainda é possível. Faça uma cidade humana de um ornamento. Por favor, tome essas observações como um aviso amigável para o Brasil ter cuidado antes de um fracasso urbanístico” (fig. 2.15).⁴⁹ Pedido que, se por um lado, parecia querer garantir o não envolvimento do CIAM, por outro, reconhecia o plano de Costa como demonstração e vitrine potencial das ideias da organização.

Venda de lotes ou terrenos

Enquanto Giedion e Niemeyer trocavam correspondências, as fotografias da maquete para o setor bancário reapareciam no verso das edições de Junho a Novembro de 1958 da revista *Brasília*, impressas em versões coloridas (fig. 2.16; fig. 2.17). Arranjadas no centro da página, elas ilustravam o texto: “Adquira seu terreno em Brasília. Nos setores residenciais, comerciais, bancários e na zona hoteleira. Informações na sede da Novacap em Brasília e nos escritórios regionais da companhia”. Antes delas, a revista utilizava um mapa parcial do Plano Piloto (fig. 2.18), que suprimia os edifícios do eixo monumental e apresentava as quadras do eixo rodoviário-residencial, assim como o setor bancário da maquete, como áreas disponíveis para venda. As fotografias coloridas vieram em seguida, para propagandear a comercialização dessas áreas.

A venda de áreas era uma tentativa da Novacap de autofinanciar a construção de Brasília, mas também maneira de incluir a participação da iniciativa privada na construção da cidade. No relatório de 1957, Costa era contra lotear as quadras do eixo rodoviário-residencial, mas favorável ao fracionamento em “sub-setores e unidades autônomas” dos setores bancários e comerciais, desde que projetados previamente.⁵⁰ O fracionamento e venda de áreas centrais aconteceram nos anos que se sucederam. Mas não estava claro a quê corresponderam as unidades comercializadas. Os noticiários e boletins da companhia acusavam vendas de “lotes”, de acordo com um “compromisso de compra e venda de lotes urbanos em Brasília”, aprovado em setembro de 1957.⁵¹ Em outros momentos, a venda que se fazia era de “terrenos”, como colocou uma das reuniões do conselho administrativo da companhia.⁵² De toda forma, Kubitschek festejou quando escreveu em suas memórias que a comercialização de áreas da cidade, mesmo antes de sua inauguração, “despertava o maior interesse”:

Em fins de 1958, já haviam sido adquiridos oitocentos e doze terrenos comerciais, onze para edifícios de apartamentos, excluídos os cento e quarenta e três destinados aos institutos e caixas; trinta e um para edifícios bancários; além de várias

Figura 2.15. Giedion fechou a carta com felicitações a Lucio Costa, “quem ele nunca teve a chance de conhecer pessoalmente nem no Rio nem em Paris”.

Figuras 2.16 e 2.17. Verso das edições da revista *Brasília*. A fotografia da maquete aparece colorida, como publicidade para venda de partes de Brasília à iniciativa privada.

Figura 2.18. É significativo que, antes da foto da maquete, o desenho do Plano Piloto tenha sido utilizado. Ali, o eixo monumental aparece apenas esboçado e indisponível, enquanto os setores centrais figuram com a mesma representação das superquadras.

áreas para escolas e colégios. A receita prevista era de cerca de vinte bilhões de cruzeiros, mais que suficientes para as obrigações da Novacap, tornando-se Brasília, assim, um empreendimento cujos gastos seriam perfeitamente cobertos com a venda de suas áreas disponíveis.⁵³

Figuras 2.19 e 2.20. Capa e página da edição de 1959 de *Space, Time and Architecture*. No livro, Giedion juntou gravura com seção e elevação da *Rue de Rivoli*, projetada por Charles Percier e Pierre Fontaine.

Desejo por unidade urbana

Preocupado com o vulto das vendas, ou com o controle da intervenção particular na construção da cidade, é que Niemeyer publicou o artigo “Unidade urbana” na edição de fevereiro de 1959 da revista *Módulo*. Ali, o arquiteto escreveu que um dos grandes problemas do urbanismo de então era garantir “unidade arquitetônica”, sobretudo frente às múltiplas possibilidades compositivas permitidas pelos avanços da técnica.⁵⁴ Como exemplo citou as “ruas do centro urbano” das “velhas cidades da Europa”, em que os edifícios, mesmo “construídos sem um plano de conjunto preestabelecido, tão bem se completam”.⁵⁵ E como crítica, escreveu que,

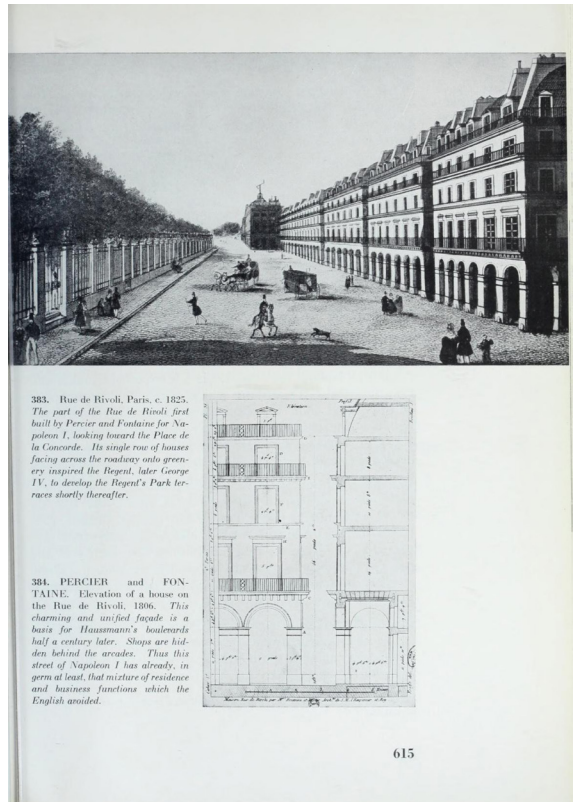
Nas cidades modernas, a arquitetura contemporânea – seduzida pela técnica que tudo permite realizar – perdeu essa condição inicial que a recomendava, para se reduzir nos setores urbanos a um aglomerado de prédios – alguns de alto nível se considerados isoladamente – que, nada tendo de comum entre si, provocam deplorável aspecto de confusão e desarmonia.

São edifícios de alturas e volumes diferentes, erguidos uns contra os outros, constituindo verdadeiras cortinas de concreto, de formas indefinidas e recortadas, sobre as quais se destacam outras construções, destinadas à caixa d’água, elevadores, etc. Mas a desordem arquitetônica começa mesmo no pavimento térreo, pela variedade incrível de formas, volumes e revestimentos como pedra, mosaicos, murais, etc. E continua depois no próprio corpo das fachadas, destacadas do conjunto pela mesma variedade de tratamento.⁵⁶

Cabe notar que Giedion havia desenvolvido um argumento parecido em *Space, Time and Architecture* (1959) (fig. 2.19).⁵⁷ Naquele livro, o historiador escreveu que “períodos incapazes de produzir uma visão consistente do mundo também são incapazes de elaborar um tipo de planejamento urbano que vai além de mero *patchwork*”.⁵⁸ Ele se referia à cidade construída pela abordagem especializada do século XIX, e defendia que, contra ela, uma “nova visão universal” era necessária.⁵⁹ Argumentou que “nos tempos em que uma visão universal descansa em uma tradição longa e sólida



2.19



2.20

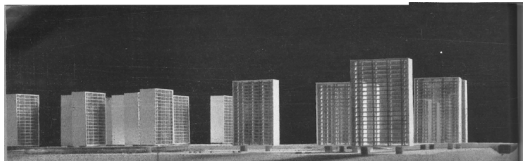
o planejamento urbano se encaminha” e produz “trabalhos de qualidade surpreendente” mesmo entre arquitetos desconhecidos e especuladores.⁶⁰ Como exemplo, voltou-se para o tardo-barroco. Citou o projeto da *Rue de Rivoli*, em Paris, dos arquitetos Charles Percier e Pierre Fontaine, que, encomendado por Napoleão I, complementava intervenções na margem direita do Rio Sena, como o Jardim das Tulherias, implantado por Luís XIV, e a Praça da Concórdia, construída por Luís XV. A rua demandava o projeto de casas e comércio, com vistas para o jardim. Os arquitetos resolveram o problema desenhando um conjunto de edifícios de cinco pavimentos de altura, estendido ao longo do comprimento do parque. Apartamentos ocupariam os pisos superiores enquanto comércio preencheria os usos do térreo. Ali, arcadas contínuas garantiriam proteção ao clima, mas, sobretudo, unidade frente à diversidade das lojas. Gravura, seção e elevação acompanhavam a descrição do projeto (fig. 2.20; fig. 2.21).

Niemeyer incluiu a gravura da *Rue de Rivoli* publicada por Giedion, assim como uma fotografia da maquete do setor bancário de Brasília para ilustrar sua tese (fig. 2.22; fig. 2.23). No artigo, elas compunham uma sequência de imagens que contrastavam a unidade urbana desejada com a desordem das “cidades modernas”. Juntou a gravura da *Rue de Rivoli*, com uma da Praça do Rossio, em Lisboa, para comentar que, se na primeira, a unidade urbana foi decisão deliberada de projeto, na segunda, foi alcançada pela cultura de seus construtores. Dali, trouxe a comparação para o Brasil com duas fotografias de ruas antigas do centro do Rio de Janeiro contra uma vista aérea daquela mesma parte da cidade, em que a unidade havia se perdido com a evolução do tempo e das técnicas. Por fim, retomou a fotografia da maquete do setor bancário para expressar o desejo de que Brasília poderia ser diferente. A cidade poderia servir como influência disciplinadora, “fixando volumes e espaços livres e, principalmente, restabelecendo entre os arquitetos a preocupação da unidade”.⁶¹

O número seguinte da *Módulo* exemplificou o argumento do arquiteto (fig. 2.24). Ao lado das fotografias da maquete para o setor bancário, a publicação destacou que “o centro comercial de Brasília divide-se em quatro setores, em torno da Plataforma Central”, e informou que “o setor cujo desenvolvimento foi feito por Oscar Niemeyer e que se vê em seguida é o SE, dito Bancário, em virtude da ‘dominância’ caber às atividades dos estabelecimentos de crédito”.⁶² Dali, a revista explicou o setor como “um conjunto de edifícios interligados por marquises”, que pelas “condições topográficas”, se deu por cima de uma plataforma nivelada com o eixo rodoviário-residencial e sobrelevada “ao resto do terreno circundante, marcando com um terrapleno sua

Figura 2.21. Giedion utilizou a gravura rua para ilustrar sua defesa da unidade como guia para o planejamento urbano.

Figuras 2.22 e 2.23. Já Niemeyer ilustrou seu artigo, com uma sequência de imagens variadas, que incluem desde a gravura da *Rue de Rivoli* à fotografia do setor bancário de Brasília. Cabe notar o cabeçalho preparado, em que o arquiteto contrastou a unidade de uma rua dos tempos de colônia com a desordem das grandes cidades brasileiras da época.



Setor Bancário de Brasília The Banking District of Brasília

urbanismo - city planning Lucio Costa
arquitetura - architecture Oscar Niemeyer

O Centro Comercial de Brasília desenvolve-se em quatro setores, em torno da Pátio Central. O primeiro setor é o mais alto, situado à direita do Pátio Central, e é formado por edifícios de 15, 20, 25 e 30 andares, com uma altura máxima de 100 metros.

O setor mais desenvolvido, no lado sul, é o Setor Bancário, que se desenvolve em torno do Pátio Central. Este setor é formado por edifícios de 15, 20, 25 e 30 andares, com uma altura máxima de 100 metros.

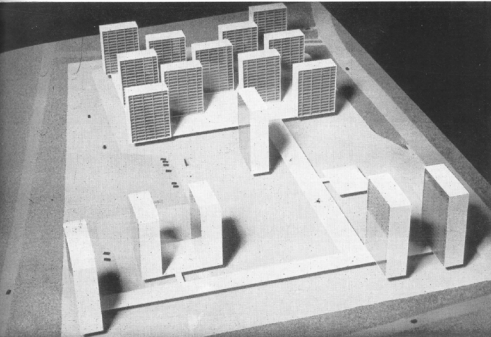
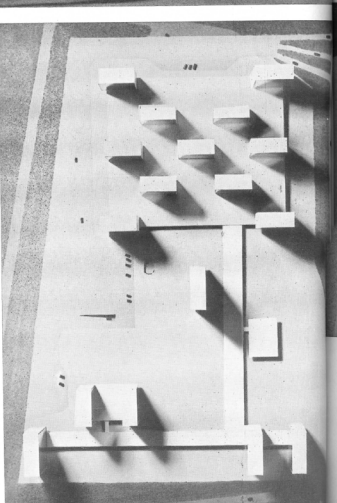
O setor mais desenvolvido, no lado sul, é o Setor Bancário, que se desenvolve em torno do Pátio Central. Este setor é formado por edifícios de 15, 20, 25 e 30 andares, com uma altura máxima de 100 metros.

O setor mais desenvolvido, no lado sul, é o Setor Bancário, que se desenvolve em torno do Pátio Central. Este setor é formado por edifícios de 15, 20, 25 e 30 andares, com uma altura máxima de 100 metros.

O setor mais desenvolvido, no lado sul, é o Setor Bancário, que se desenvolve em torno do Pátio Central. Este setor é formado por edifícios de 15, 20, 25 e 30 andares, com uma altura máxima de 100 metros.

O setor mais desenvolvido, no lado sul, é o Setor Bancário, que se desenvolve em torno do Pátio Central. Este setor é formado por edifícios de 15, 20, 25 e 30 andares, com uma altura máxima de 100 metros.

O setor mais desenvolvido, no lado sul, é o Setor Bancário, que se desenvolve em torno do Pátio Central. Este setor é formado por edifícios de 15, 20, 25 e 30 andares, com uma altura máxima de 100 metros.



In one of the top of the land it was found possible to locate the group of buildings at the head of the banking which leads into it and raise it above the surrounding terrain, disregarding it within the city layout by means of embankments, as provided for in the Pilot Plan.

This allowed for an extreme underground zone, with public equipment, here, was located in the banking structure, which was also disposed below in the form of the whole complex and extensive equipment of the modern buildings proper, as well as, air-conditioning plants, etc. This also made it possible to

design a ground floor with greater freedom for development or, in other words, with greater freedom and greater variety.

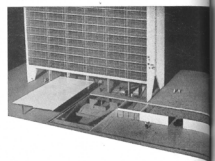
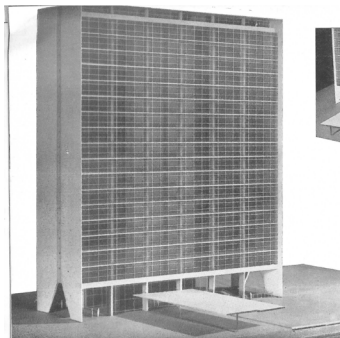
The buildings intended for official bodies stand out from the ground by their size and position, capturing the attention of the public which, according to the Pilot Plan, was intended to be the main attraction of the banking district.

Under the banking there are other meeting the requirements of a modern center, including restaurants, restaurants, shops and so on. The main arrangement is provided by the new urban principle of separation of pedestrian from vehicles, as a matter of fact, the only traffic entering into the banking center is

on foot, as the Pilot Plan provides for the separation of vehicles which are actually going to stop in the center, and the whole district is entered from through traffic and commercial traffic, which is directed to a river plane, leaving a large underground parking space and

provision for private property in the future, the district is entered from the ground, as provided for in the Pilot Plan, and the arrangement is also made so as to enhance the view from the square. The housing unit is a unit of the whole unit, being in the center of social and cultural life, the square of the banking and the Praça dos Três Poderes, as far as the lake and the banking area.

2.24



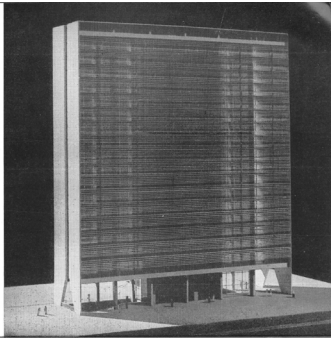
Palácio do Comércio The Palace of Trade

Edição: Renato de Mello e Carlos J. Sena
arquitetos - architects

urbanismo, concreto armado:
urbanism, reinforced concrete:

Eng. Arthur Lucio Pires

instalações - installation of building:
Eng. Romero Vieira Lopes



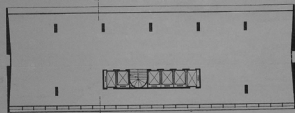
O edifício está localizado no Setor Bancário de Brasília. A construção é formada por um conjunto de edifícios de 15, 20, 25 e 30 andares, com uma altura máxima de 100 metros.

O edifício está localizado no Setor Bancário de Brasília. A construção é formada por um conjunto de edifícios de 15, 20, 25 e 30 andares, com uma altura máxima de 100 metros.

O edifício está localizado no Setor Bancário de Brasília. A construção é formada por um conjunto de edifícios de 15, 20, 25 e 30 andares, com uma altura máxima de 100 metros.

O edifício está localizado no Setor Bancário de Brasília. A construção é formada por um conjunto de edifícios de 15, 20, 25 e 30 andares, com uma altura máxima de 100 metros.

O edifício está localizado no Setor Bancário de Brasília. A construção é formada por um conjunto de edifícios de 15, 20, 25 e 30 andares, com uma altura máxima de 100 metros.



autor: arquiteto

10

11

2.25

definição urbanística, conforme o Plano Piloto previra”.⁶³ Debaixo da plataforma, o subsolo teria entrada pública e se completaria por garagens, maquinário, caixas-fortes, cofres. No térreo, o desenvolvimento seria mais livre, e, debaixo das marquises projetadas, lojas complementariam “as necessidades de uma zona de trabalho”, com “restaurante, papelaria, etc.”.⁶⁴

Em sequência, a revista publicou o projeto de três edifícios: o Palácio do Comércio (fig. 2.25), o Edifício Seguradoras (fig. 2.26), e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (fig. 2.27). Esses edifícios foram projetados por arquitetos afastados dos trabalhos oficiais de Brasília, e demonstrados pela revista junto com textos descritivos. Ali, Eduardo Kneese de Mello e Carlos J. Sena explicaram que o Palácio do Comércio foi encomendado pela Confederação Nacional do Comércio, e projetado com economia na variedade de materiais e formas: as paredes laterais seriam de “mármore branco picotado”, as “colunas e o corpo dos elevadores, de mármore preto”, e a laje de cobertura não teria “corpos salientes”,⁶⁵ de acordo com a crítica de Niemeyer. Antônio Pedro Souza e Silva, que desenhou o Edifício Seguradoras para o Instituto de Resseguros do Brasil, escreveu que “a grande sobriedade de linhas” era a característica principal daquele projeto.⁶⁶ Já Alcides da Rocha Miranda, Elvin Mackay Dubugras e Fernando Cabral Pinto colocaram que a sede do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico foi resolvida somente tendo em vista a necessidade burocrática de pequenos escritórios.⁶⁷

Fotografias de maquetes, plantas e cortes complementaram as informações dos textos. Naqueles documentos, o Palácio do Comércio foi representado como um edifício de 45 metros de comprimento, 16 de largura, desenvolvido em 17 pavimentos-tipo, térreo, subsolo e cobertura, e encaixado em uma marquise. O pavimento-tipo foi desenhado como planta livre enquanto auditório, depósitos e garagens, preencheriam a planta de subsolo. Já o Edifício Seguradoras teria 35 metros de comprimento, 16 de largura e 12 pavimentos-tipo e cobertura, por cima de um térreo de planta quadrada. O pavimento-tipo era recortado e burocrático, mas a cobertura seria fantástica: ocupada por jardins, restaurante, bar e auditório. Por fim, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico foi desenhado com 50 metros de comprimento, 16 de largura, e 18 pavimentos-tipo, mais térreo, sobreloja, subsolo e cobertura. O acesso principal daquele edifício seria destacado por um espelho d’água, embaixo do qual os arquitetos desenharam um auditório, em corte semelhante ao do Palácio do Comércio.

Aqueles edifícios pareciam organizar um dossiê de ocupação do setor bancário: a sequência de artigos publicados faz pensar

Figura 2.24. A organização da revista retomou o argumento de “Unidade urbana”, apresentando uma matéria sobre o setor bancário depois de uma reportagem sobre a cidade histórica de Parati, no estado do Rio de Janeiro.

Figura 2.25. No Palácio do Comércio, Kneese de Mello e Sena desenharam um auditório como parte do subsolo, e incorporaram a casa de máquinas no volume do edifício. O resultado é um volume retangular homogêneo, encaixado em uma marquise.

que eles preencheriam os volumes determinados pela maquete. Nesta interpretação, cada volume funcionaria como “subsetor” ou “unidade autônoma”, de acordo com a recomendação de Costa. Coincidiriam com os “lotes” ou “terrenos” comercializados pela Novacap. Contudo, nem fotografias, plantas, cortes ou texto esclareceram, de fato, cada volume como unidade, ou mesmo explicaram a localização desses edifícios no interior do setor bancário. Com exceção de Miranda, Dubugras e Pinto, que escreveram que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico ocuparia o “lote 30 do Setor Bancário Sul”,⁶⁸ Souza Silva não comentou nada sobre a implantação do Edifício Seguradoras. Kneese de Mello e Sena apenas situaram que o Palácio do Comércio estaria localizado em algum lugar do “Setor Bancário Norte de Brasília”.⁶⁹

Setor Bancário Norte

Cabe notar que, entre os desenhos arquivados na mapoteca da Secretaria de Gestão do Território e da Habitação de Brasília, não aparece nenhum plano de “setor bancário SE” feito entre 1957 e 1959. O que aparece são dois desenhos para um “Setor Bancário Norte”: uma planta de térreo, com a sigla “SBN 1 2-4” (fig. 2.28), e outra de subsolo, a “SBN 1 3-5” (fig. 2.29), desenhadas em abril e junho de 1959. Ao que tudo indica, a publicação do Palácio do Comércio não precedeu o projeto para o Setor Bancário Norte, mas aconteceu ao mesmo tempo. E enquanto Niemeyer explicava sua preocupação com a unidade morfológica dos edifícios de Brasília, os técnicos da Divisão de Arquitetura transformavam o setor dos “escritórios para profissões liberais, representações e empresas”⁷⁰ do Plano Piloto em uma cópia quase idêntica à maquete amplamente publicada.

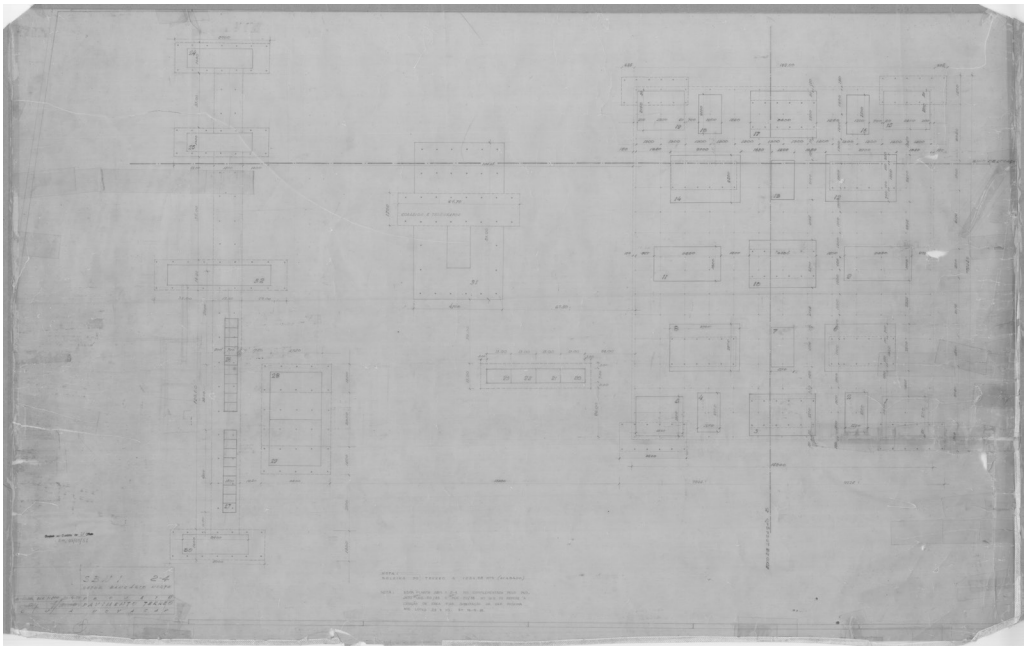
Esteves, chefe da Divisão de Arquitetura, assinou aqueles desenhos. Em entrevista para o Arquivo Público do Distrito Federal, explicou que, nos primeiros tempos, Niemeyer fazia todos os projetos. Depois, com o aumento do volume de trabalhos, foi delegando desenhos para colaboradores. O procedimento era o seguinte: o “Oscar fazia um projeto, passava pra mim, eu não tinha dúvida nenhuma, eu armava aquele negócio, desenvolvia e passava para os desenhistas”.⁷¹

Assim, naquelas plantas de 1959, Esteves e os desenhistas planejaram a maquete de Niemeyer.

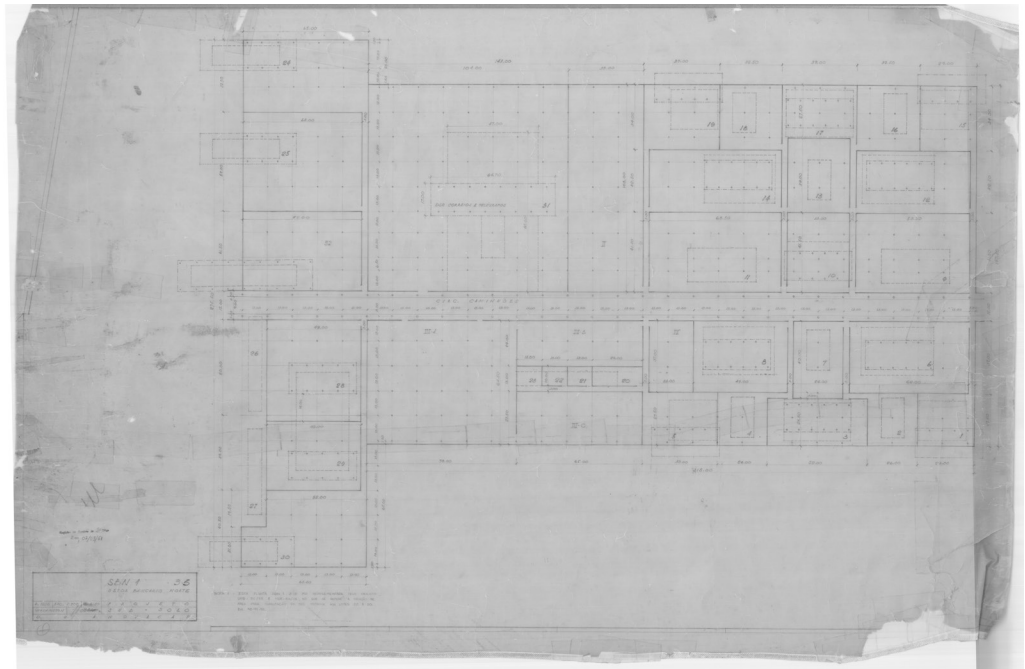
Na planta do térreo, eles desenharam o sistema de movimentos pedestres abrigados debaixo de duas marquises. De um lado,

Figura 2.26. Já a estratégia de Souza e Silva para o Edifício Seguradoras foi a de desenvolver o programa especial na cobertura, em vez de subsolo. O auditório ocuparia dois níveis, sem alterações na fachada.

Figura 2.27. No Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, Miranda, Dubugras e Pinto também desenvolveram auditório em subsolo. A diferença é que os arquitetos desenharam aquela estrutura embaixo de um espelho d’água que ambientaria o térreo da plataforma.



2.28



2.29

projetaram uma marquise retangular com 159 por 187,5 metros de lado, sustentada por pilares espaçados a cada 11 metros, e preenchida com 19 retângulos homogeneamente distribuídos e de dimensões variadas. De outro, complementaram com uma marquise mais estreita, de 15 metros de largura e mais de 200 metros de comprimento. Por cima destas estruturas, os técnicos desenharam 11 volumes associados à marquise retangular, e quatro vinculados à marquise estreita. No primeiro grupo, a equipe desenhcou os volumes com planta de 35 por 15 metros de lado, enquanto, no segundo, desenhcou três volumes de 50 por 16 metros de lado, e outro, de mesma largura, mas com 70 metros de comprimento. Por fim, um volume central, maior, desenhado por cima de base, foi implantado no centro do conjunto, finalizando a composição, como na maquete.

Contudo, o arranjo desenhado na planta do térreo apresentou algumas alterações frente à maquete. Ali, não há a marquise contínua que, na maquete, atravessava o setor, integrando diferentes volumes. Sem aquela ligação, a equipe apenas desenhcou um volume estreito, de 13 metros de lado, implantado no meio do setor. Além disso, o grupo de volumes por cima da marquise quadrada foi desenhado com mesma orientação que os demais, enquanto, na maquete, a orientação é perpendicular à maior dimensão do setor. Por fim, os volumes vinculados à marquise estreita, que na maquete eram três, nos desenhos do Setor Bancário Norte passaram a ser quatro.

Com a planta de subsolo, a equipe de Esteves ampliou as informações da maquete, desenhando uma circulação de 15 metros de largura que atravessa todo o comprimento do setor. Aquela circulação, pensada para acomodar o trânsito de caminhões,⁷² percorreria cerca de 390 metros e se ramificaria em corredores estreitos, de três metros de largura, projetados para o escoamento de cargas. Ali, o setor foi subdividido em porções menores, que acomodariam áreas para depósitos, garagens, e maquinário dos diferentes edifícios a serem construídos.

Por fim, tanto na planta do térreo quanto na do subsolo, os técnicos numeraram os volumes desenhados de 1 a 32. A sequência não segue uma ordem lógica: a numeração começa no conjunto de volumes unificados pela marquise quadrada, avança para o volume estreito implantado no meio do setor, vai para o conjunto do eixo monumental e termina com o volume central. Ainda assim, insinua que cada geometria numerada de fato corresponderia a uma unidade de construção disponível para venda, como implícito na revista *Módulo*. O único volume determinado foi o central, de número 31, reservado para a sede dos “Correios e Telégrafos”,

Figuras 2.28 e 2.29. Planta do térreo e do subsolo do “Setor Bancário Norte”. Não há, nestes desenhos, referência ao entorno de projeto: os técnicos da Novacap desenharam o setor como um grande edifício, planificando a maquete de Niemeyer.

conforme prescrito no Plano Piloto. A sede dos Correios faria simetria com o Banco do Brasil, implantado no setor projetado por Niemeyer.

Banco do Brasil

O Banco do Brasil foi, justamente, um dos primeiros edifícios a iniciar suas obras de construção. Ary Garcia Roza, do IAB, estava à frente dos trabalhos (fig. 2.30; fig. 2.31). Havia vencido o concurso para a nova sede do banco na Praça XV, no centro do Rio de Janeiro, desenvolvendo um edifício em forma de torre chanfrada por cima de base.⁷³ Com Brasília, transformou aqueles estudos em novos desenhos. Organizou uma equipe com os arquitetos Ivo de Azevedo Penna, Aldo Garcia Roza e Renato Ferreira de Sá.⁷⁴ Durante os trâmites do projeto, Roza contou que Sebastião Paes de Almeida, presidente do banco, apesar de amigo de Kubitschek, criou dificuldades.⁷⁵ Ele se opunha às dimensões avantajadas do volume determinado. Queria alterar a prescrição do Plano Piloto e as medidas da maquete. Pensava em “fazer uma agência de um pavimento, coisa pequena”.⁷⁶ Somente com a interferência de Niemeyer e do engenheiro Juca Chaves, encarregado de erguer o edifício pela Construtora Rabello, é que o projeto avançou.⁷⁷ Em abril de 1959, Almeida apresentou para Kubitschek os desenhos preliminares de Roza, que, por fim, se integrariam “harmoniosamente no conjunto urbanístico do setor bancário” do Plano Piloto de Brasília.⁷⁸ Segundo o *Correio da Manhã*, aquele edifício, de proporções enormes,

Contará com dois grandes blocos, um no sentido horizontal medindo 55 x 100 com duas partes acima da plataforma e onde funcionará a Agência Central do Banco, tendo ainda dois subsolos destinados aos serviços gerais; o segundo bloco, no sentido vertical, medindo 20 x 55 metros com 22 partes onde funcionará a direção geral do estabelecimento.⁷⁹

As obras estavam planejadas para iniciar em junho, mas começaram em outubro de 1959.⁸⁰ No mesmo mês, a revista *Módulo* fez uma matéria especial sobre o projeto. Fotografias da maquete mostravam que a base, ou bloco baixo, seria um volume transparente e recuado (fig. 2.32; fig. 2.33). A transparência seria garantida por blocos de vidro e aberturas, ressaltando a cobertura de concreto sustentada por uma sequência de colunas. O recuo percorreria todo o perímetro da base, mas seria maior nos lados menores, como que organizando dois pátios alpendrados. Junto das fotos, um corte transversal esclarecia o edifício como parte indissociável da plataforma, inclusive em subsolo: a circulação de cargas foi desenhada como componente da base (fig. 2.34). Uma

Figuras 2.30 e 2.31. Ary Garcia Roza, fotografado pelo *Correio da manhã*. Para o jornal, o arquiteto precisava “mostrar, ao menos a fachada do projeto”.

Figuras 2.32 e 2.33. Os desenhos de Roza se fizeram conhecidos pela revista *Módulo*. Lá, fotografias de uma maquete descreviam um volume enorme: uma base de 100 por 55 metros de lado e dois pavimentos de altura, que sustentava um corpo de 20 por 55 metros e um total de 22 pavimentos de altura.



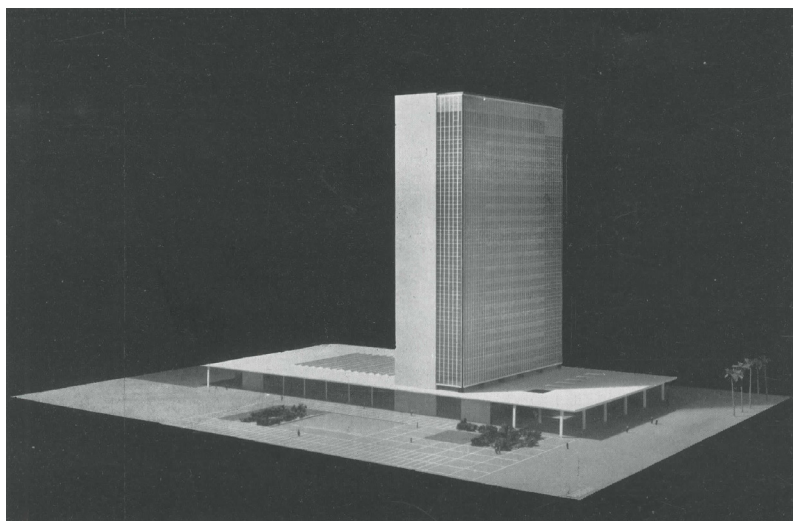
ARY GARCIA ROZA: Sede do Banco do Brasil em Brasília, depois de vencer o concurso para a que seria construída no Rio. Está de parabéns o presidente do Instituto, mas precisa mostrar ao menos a fachada do projeto.

2.30

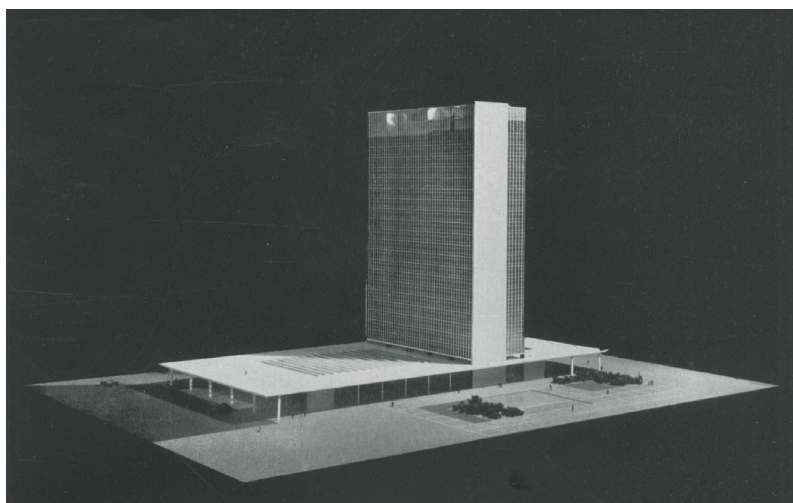
2.31

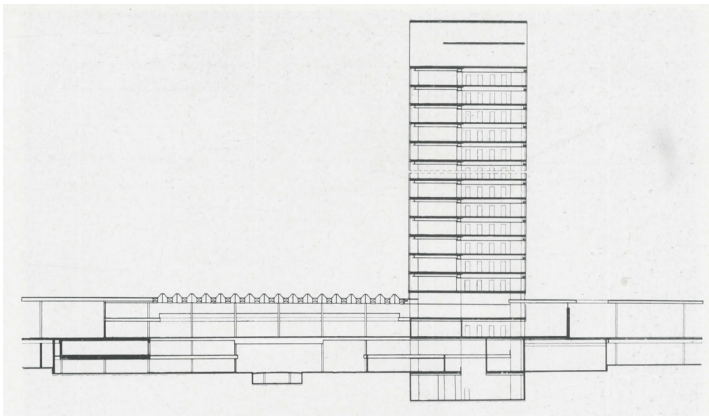
JK APRECIA PROJETO DO BANCO DO BRASIL EM BRASÍLIA

2.32

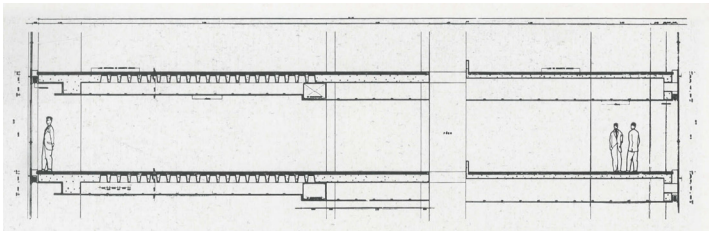


2.33



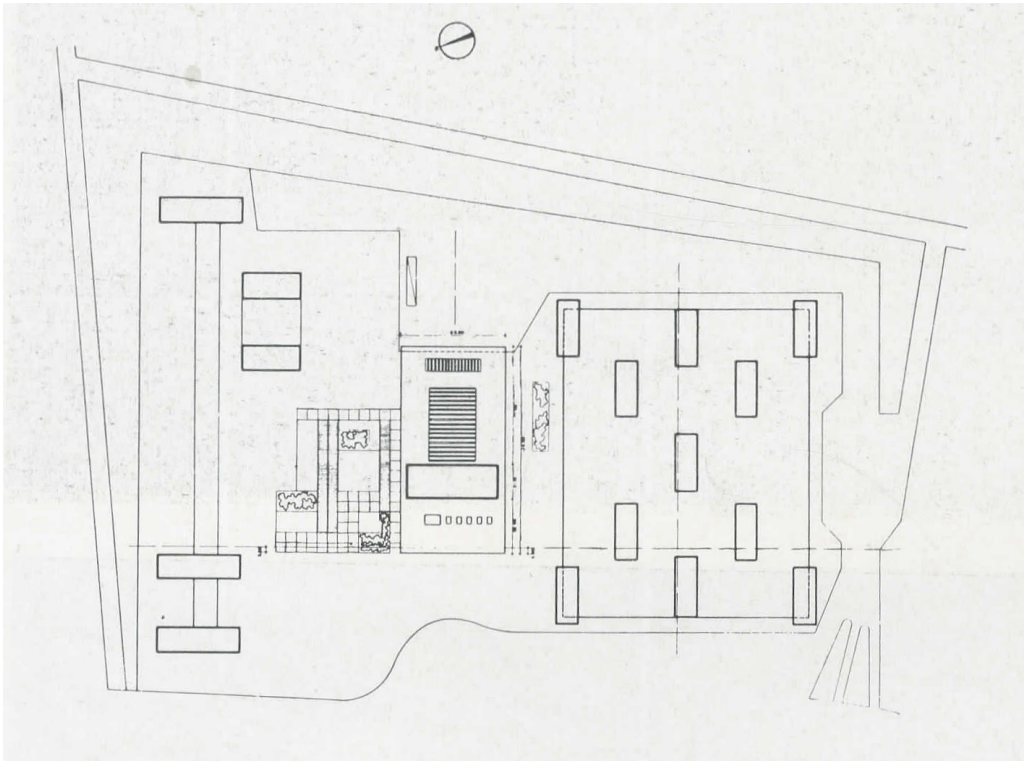


2.34



2.35

2.36



seção ampliada explicava que o bloco alto do Banco do Brasil seria estruturado por lajes nervuradas, e as esquadrias em metal e vidro seguiriam “sem qualquer elemento de alvenaria”⁸¹ para interromper a paginação (fig. 2.35). A planta do térreo indicava que o acesso ao edifício se daria por um dos alpendres, aquele vinculado à marquise, desde onde se desenvolveriam os serviços de atendimento ao público realizados pelo banco. Escritórios de funcionários ocupariam o corpo elevado, desenhado com banheiros, circulações, e depósitos agrupados ao centro. As salas foram dispostas na fachada voltada para o eixo rodoviário-residencial, enquanto um corredor atravessaria aquela voltada para a Esplanada dos Ministérios.

Roza explicou depois que o projeto do Banco do Brasil “tinha que ser feito com um dimensionamento preciso, porque tinha que caber no lugar certo”.⁸² Afinal, o banco “não era um palácio, era uma máquina funcional” que ele havia projetado “dentro do plano previsto”, respeitando o “gabarito, dimensionamento, tudo”.⁸³ Ainda assim, junto dos desenhos publicados na revista, aparece uma planta de situação, que localiza o edifício no conjunto do setor (fig. 2.36). Ali o projeto de Roza não ocupa apenas o volume predeterminado, mas se expande para a lateral, com o desenho de jardins, espalhados por cima da plataforma.

Críticas

Em 1959, James Maude Richards, diretor da *Architectural Review*, desembarcou na cidade para fazer uma reportagem descritiva sobre a nova capital. Publicou em fevereiro. Relatou para os ingleses que, em Brasília, “a atividade construtiva está concentrada agora em apenas dois sítios, algo entre duas milhas e meia de distância”.⁸⁴ Um correspondia aos principais edifícios do governo no eixo monumental, e o outro, a onze quadras habitacionais, no eixo rodoviário-residencial (fig. 2.37). Fora isso, “o chão ainda está coberto com sua vegetação original, um arbusto baixo e esparsos com algumas árvores pequenas e retorcidas não suficientemente grandes para esconder a terra vermelha”.⁸⁵ Richard descreveu o hotel e o palácio presidencial, já completos, e imaginou o resto a partir das maquetes (fig. 2.38; fig. 2.39). Destacou que “os únicos edifícios da área central até então projetados são para a zona de negócios, onde bancos, empresas de seguros e outros terão seus escritórios”.⁸⁶

Pouco depois, Richards escreveu outro texto e enviou para a *Módulo*. Era uma crítica. Comentou com os brasileiros que, para o visitante europeu, a construção de Brasília era um “fenômeno

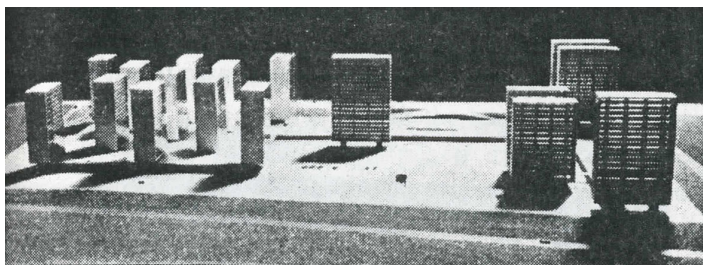
Figura 2.34. Ao projetar o banco, Roza incorporou a circulação de carga do setor como parte do corte do edifício.

Figura 2.35. A seção ampliada do edifício exaltava os avanços técnicos: a fachada não seria interrompida pela estrutura.

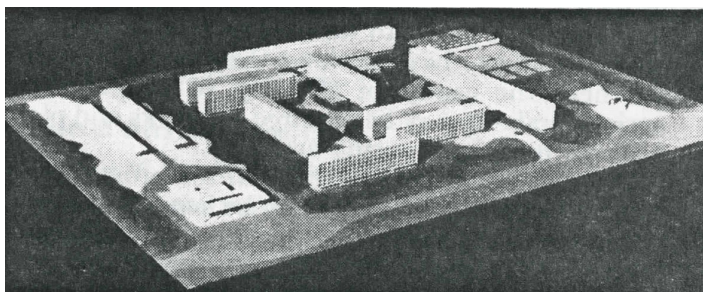
Figura 2.36. A revista incluiu ainda um desenho que situava o edifício no contexto do setor. Ali, o Banco do Brasil, além de ocupar o volume central, se espalhou para a lateral com o desenho de jardins. Roza projetou o banco como parte indissociável da plataforma, extravasando o volume determinado pela maquete de Niemeyer.



2.37



2.38



2.39

extraordinário”.⁸⁷ Explicou que, na Europa, os projetos urbanos, mesmo quando menores e menos complexos que Brasília, são invariavelmente “obstruídos por restrições de caráter legal e administrativo, pelos interesses em conflito pela posse de cada nesga livre de terra”.⁸⁸ Entendeu que Brasília não enfrentava esse tipo de problema, mas enfrentava problemas de cidade planificada. Alguns relacionados à escala: “as dimensões serão provavelmente demasiado grandes para que a vista humana possa captar o padrão de que depende a sua coesão”.⁸⁹ Outros relativos ao tempo e à evolução urbana como variáveis de projeto:

Cumprir adicionar ainda que esse plano é do tipo que só se tornará totalmente eficaz quando estiver completamente terminado e poderá decorrer um longo período de tempo até que uma parte suficientemente grande dele esteja construída, para que o plano em si adquira a sua plenitude visual integral.

[...]

O modelo um tanto rígido do plano não se presta facilmente a uma adaptação condizente com as exigências da cidade, em constante crescimento, e nem permite que a aparência física da mesma evolua, gradualmente, no futuro, à medida que os habitantes forem contribuindo individualmente para o seu desenvolvimento.⁹⁰

Para Richards, os problemas de escala, tempo e evolução se acentuavam nos setores centrais da cidade:

No centro, naturalmente, a silhueta da cidade não seria constituída de árvores mas sim de edifícios, sendo um dos méritos do plano possibilitar que grupos de edifícios, altos, identifiquem, desde longe, as principais zonas da cidade, diferenciando-se e imprimindo a cada uma delas o seu caráter particular. É lícito esperar que, uma vez completados, os espaços entre os edifícios não pareçam demasiado grandes, o que viria destruir, para o observador, a consciência de inter-relações arquitetônicas necessárias à vitalidade urbana. É um erro bastante difundido crer que a concentração demasiado densa de edifícios altos, de cunho urbano, origine o defeito denominado “a desumanização da paisagem citadina”, ao contrário, nota-se que é mais frequente o defeito originado por uma distribuição de espaços demasiado generosa, dentro dos quais o ser humano perde o senso de íntima integração no todo que é uma metrópole.

A forma dos edifícios que definem, assim, o local e atestam o cunho nitidamente urbano das várias partes da cidade começará a surgir em breve, mas até agora o visitante é

Figura 2.37.
Fotografia área de Brasília publicada no artigo de Richards. A terra revolvida aponta as primeiras obras.

Figura 2.38.
Fotografia da maquete para o setor bancário.

Figura 2.39.
Fotografia da maquete para uma das superquadras.

obrigado a julgar por modelos que – especialmente os modelos em diagrama expostos para ilustrar a zona bancária – não podem transmitir as características da boa arquitetura. Não há substituto possível para a experiência real, vivida, que nos dá a arquitetura em si e se bem que os modelos do Congresso, de Oscar Niemeyer, dêem uma impressão clara da pureza geométrica de suas formas e expressem uma parte da esplêndida concepção nela enfeixada. Nenhum modelo poderia causar o mesmo efeito que um edifício como elemento integrado numa cidade e visto em suas proporções naturais, isto é: de baixo para cima, pelo observador.⁹¹

Figuras 2.40, 2.41 e 2.42. Chegada de críticos a Brasília. O congresso previu três dias com palestras e visitas nas obras da nova capital.

Por fim, reforçou que, entre os problemas mais difíceis que a Brasília planejada irá enfrentar no futuro, estarão os de natureza arquitetônica: “quando a cidade começar a desenvolver-se tão rapidamente que o projeto de cada edifício não possa constituir a tarefa pessoal de um só arquiteto, questões relacionadas com a maneira de manter os padrões arquitetônicos atuais surgirão”.⁹² Recomendou a aplicação de um “severo sistema de controle, principalmente devido ao fato inerente ao crescimento em bases comerciais (do qual dependerá Brasília, até um certo ponto, a fim de progredir rapidamente) de serem ignorados os princípios de um bom planejamento urbano”.⁹³

Richards antecipou um tema importante discutido no Congresso Internacional de Críticos de Arte, realizado em setembro daquele ano (fig. 2.40; fig. 2.41; fig. 2.42). O congresso havia sido organizado por José Osvaldo de Meira Penna, ministro das relações exteriores, e por Mário Pedrosa, vice-presidente da Associação Internacional de Críticos de Arte. Era o complemento nacional do trabalho expositivo realizado pelas embaixadas brasileiras no exterior. O congresso se deu com três dias em Brasília, três em São Paulo, e mais três no Rio de Janeiro, reunindo 83 críticos de diversos países.⁹⁴ O tema geral a ser debatido era o da “cidade nova, síntese das artes”, que permeava as discussões do CIAM como questão ainda não resolvida pela arquitetura moderna.⁹⁵ Contudo, o problema de Brasília como cidade planejada persistiu em diferentes opiniões.

Das conferências e visitas, a francesa Françoise Choay enxergou a nova capital como experiência de planificação urbanística e oportunidade para refletir sobre problemas “que surgem no mundo atual, quando em todo lugar, e de maneira menos notável, e na sombra de cidades antigas, cidades novas estão sendo criadas”.⁹⁶ Dali, concluiu para a revista *L’Oeil* que Brasília era uma capital pré-fabricada, feita por cima de uma “verdadeira tabula rasa, como imaginaram utopias científicas e filosóficas” (fig. 2.43).⁹⁷

A alemã Sibyl Moholy-Nagy escreveu para *Progressive Architecture*

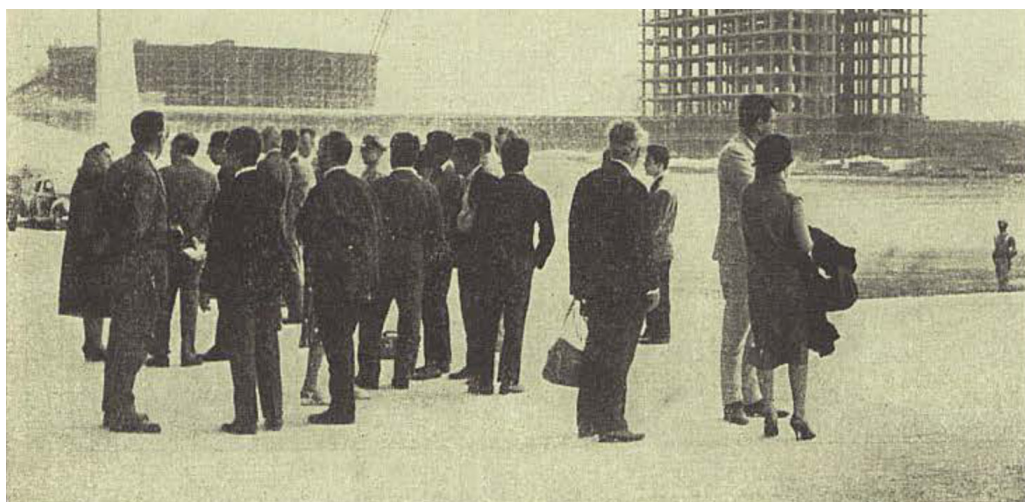


2.40

2.41



2.42



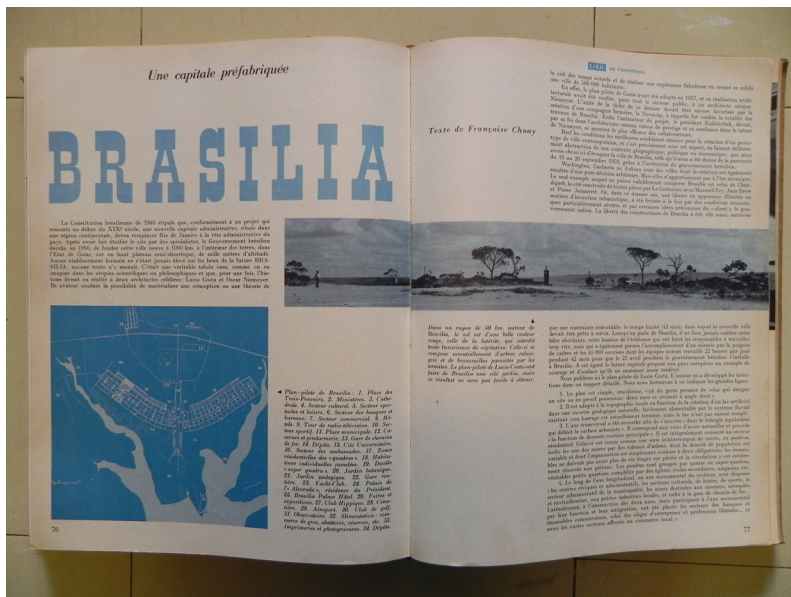
que Brasília era reprodução tardia de ideias já descartadas por Le Corbusier: “os esqueletos rígidos dos ministérios sobem à esquerda e à direita do eixo triunfal como sombras atrasadas da ‘Cidade para três milhões de habitantes’ de 1922”.⁹⁸ Sobretudo nos setores centrais. Indicando a figura da maquete de Niemeyer (fig. 2.44), colocou:

Este problema fica ainda mais flagrante no distrito de bancos e escritórios, no momento, conhecido apenas nas maquetes de Niemeyer. Os renques seriados de idênticas caixas de vidro de 16 pavimentos em palafitas enfrentam uns aos outros através da explanada axial, alargada aqui a quase 3.000 pés. Uma das acusações levantadas sobre o Rio é que “ele tenta imitar a Europa e acha difícil de o fazê-lo em um clima tropical”. Quão profético isso soa aos desenhos importados de Brasília!⁹⁹

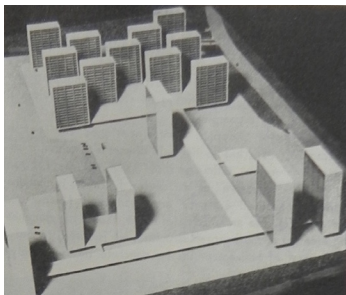
Figuras 2.43, 2.44 e 2.45. *L’Oeil, Progressive Architecture e Architettura, cronache e storia*, fizeram circular as principais críticas depois do congresso de 1959.

Já o italiano Bruno Zevi problematizou: “quanto ao plano piloto de Brasília é ele aberto ou fechado? Ou terá as inconveniências de ambos os métodos?”¹⁰⁰ O editor da revista *Architettura, cronache e storia* (fig. 2.45) explicou que a estrutura em cruz era o início e o fim do plano, produzindo um “centro fechado, estrangulado” pelos eixos.¹⁰¹ Concluiu que ou a nova capital “é uma cidade que será abandonada (o que é pouco provável), ou, se for vital, romperá o esquema estático, simétrico, de um plano regulador que permaneceu no estado da primeira ideia”.¹⁰² Transgressão que, segundo ele, já se realizava com o surgimento da “Cidade Livre”. Explicou que, pouco distante de Brasília, um assentamento de operários organizava um “cenário pitoresco e sedutor, que fez algum arquiteto americano exclamar: esta é a cidade de verdade”.¹⁰³

Nas páginas anteriores a crítica, Zevi adicionou um boletim informativo sobre “a morte do CIAM e o nascimento do Instituto Nacional de Arquitetura”.¹⁰⁴ Afinal, no mesmo mês do congresso de Brasília, o CIAM celebrou o que seria seu último encontro, em Otterlo, na Holanda.¹⁰⁵ Para Zevi, o fim daquela organização apontou o fim da vanguarda, o “esgotamento da luta das minorias, por anos validada pela liderança cultural”.¹⁰⁶ Argumentou que “novos tempos requerem diferentes tipos de organizações culturais”, e que a crise da arquitetura moderna, da qual “as evasões estruturalísticas de Brasília” são exemplo, “deriva da incapacidade das minorias de se colocarem à frente de todo o ciclo de produção da arquitetura”.¹⁰⁷ Com a morte do CIAM e o surgimento do instituto, os italianos abririam caminho para participação de “todas as forças econômicas e intelectuais envolvidas no ciclo da produção arquitetônica”.¹⁰⁸ Segundo Zevi, o instituto visava atuar como mediador “entre economia e



2.44



▼ These pages are dedicated to Lucio Costa and Oscar Niemeyer, the generous protagonists of the Brasília venture. Their work is strongly criticized here, but on the premise that the shortcomings of Brasília depend on the failure of its entire neo-modernist and architectural culture. Why is Brasília unsuccessful? For six reasons: 1) it is the product of a political decision, of a paternalistic view, and risks to become not a city but a stage setting very expensive and of little use; 2) the town plan has the defects both of the contemporary « super » plan of the XIX Century's « closed » plan: its base is a cross, which strangles the growth of the urban center; 3) the residential communities are well-defined and clear figurative articulations; 4) the pattern of the city center is a classically antiquated one, so that all buildings become « monuments »; 5) the functional organization is cold and anonymous; 6) that of the public buildings is theatrical and expensive with its current structures and a total lack of space quality. Brasília is a « Rascasse » city, the paradise of bureaucrats. If life will enter it, the town plan will be disrupted and the pseudo-modern monumentalism destroyed.

▼ Ces pages sont consacrées à Lucio Costa et Oscar Niemeyer, les généreux protagonistes de l'entreprise de Brasília. Leur œuvre est ici l'objet de critiques radicales mais avec la réserve préliminaire que les défauts de Brasília dépendent des fautes de la culture urbanistique et architecturale dans tout le monde. Pourquoi Brasília ne parvient-elle pas? Pour six raisons: 1) elle n'est qu'une volonté politique, d'un point paternaliste, et risque d'être non une ville mais une scénographie urbaine très coûteuse et de peu d'utilité; 2) le plan urbain a les défauts des plans « super » et « fermé » du XIXe siècle. Il part d'une croix déformant le centre de la ville; 3) les communautés résidentielles sont bien définies, n'ont pas une articulation figurative évidente; 4) le schéma du centre urbain est classiquement antiqué, de sorte que tous les édifices deviennent « monuments »; 5) l'architecture fonctionnelle est froide et anonyme; 6) elle représente une théâtralité et une expensivité dans ses structures sans formes adaptées et le manque de toute pensée spatiale. Brasília est une ville Rascasse, un paradis de bureaucrates. Si la vie y entre, elle bouleversera le plan urbain et détruira les monumentalismes pseudo-modernes.

Inchiesta su Brasilia

Sei? sulla nuova capitale sudamericana

▼ Diese Seiten sind gewidmet Lucio Costa und Oscar Niemeyer, den großzügigen Hauptpersonen des Bauens von Brasília. Ihre Arbeit wird hier scharf kritisiert, aber auf der Voraussetzung, dass die Mängel Brasílias von den Mängeln unserer gesamten urbanistischen und architektonischen Kultur abhängen. Warum ist Brasília gescheitert? Aus sechs Gründen: 1) es handelt sich um politischen Willen, um einen paternalistischen Akt heraus, und läuft Gefahr, nicht eine Stadt, sondern eine kostspielige und wenig nützliche Inszenierung zu werden; 2) der Plan hat die Defizite des « offenen » und des « geschlossenen » Plans aus dem 19. Jhd.; Grundriss ist ein Kreuz, das die Entwicklung des Stadtkerns unmöglich macht; 3) die Wohnkomplexe sind nicht differenzierbar und ihre Gliederung ist figurativ nicht ablesbar; 4) der Aufbau des städtischen Zentrums ist klassizistisch, sodass alle Gebäude zu « Denkmälern » werden; 5) die funktionale Architektur ist kalt und anonym; 6) die funktionale Architektur ist theatralem und teurem Strukturen mit abstrakten Formen und im Feld der städtebaulichen Gestaltung. Brasília ist eine Stadt Rascasse, ein Paradies der Bürokraten. Wenn Leben in sie kommt, wird alles umgeworfen werden.

▼ Diese páginas están dedicadas a Lucio Costa y Oscar Niemeyer, los generosos protagonistas de la empresa de Brasília. Su obra es aquí objeto de radicales críticas, pero con la salvedad de que los defectos de Brasília dependen de las fautas de toda nuestra cultura urbanística y arquitectónica. ¿Por qué Brasília no convence? Por seis razones: 1) es una voluntad política, de un punto paternalista, y corre el peligro de ser no una ciudad sino una escenografía urbana muy costosa y de poca utilidad; 2) el plan urbano tiene los defectos del plan « abierto » y del plan « cerrado » del siglo pasado. Parte desde una cruz, estrangulando el desarrollo del centro urbano; 3) los complejos residenciales son perfectamente definidos, pero sin una articulación figurativa evidente; 4) el enfoque del centro urbano es clasicista, de modo que todos los edificios se convierten en « monumentos »; 5) la arquitectura funcional es fría y anónima; 6) la arquitectura funcional es teatral y costosa con sus estructuras de formas abstractas y sin la más mínima concepción espacial. Brasília es una ciudad Rascasse, el paraíso de los burocratas. Si la vida entra allí, trastornará el plan urbano y destruirá los monumentalismos pseudo-modernos.

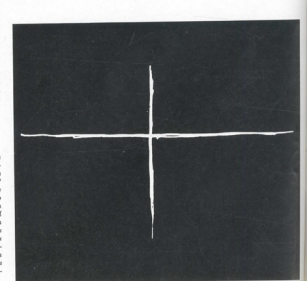
L'Espresso 698

2.45



Queste pagine di frasca, esplicita critica sono dedicate a Lucio Costa e Oscar Niemeyer, protagonisti della grande impresa di Brasília. Il loro appassionato lavoro incute rispetto e ammirazione a tutti i riflettori, in ogni parte del mondo. E anche chi, come noi, disorienta radicalmente dalle solazioni adottate, ha il dovere di premettere alle critiche il pieno riconoscimento del valore umano di due uomini che, tra mille difficoltà e contro il loro diritto interesse professionale, affrontano un'esaltante avventura.

I difetti di Brasília non possono essere ascritti, se non in minima parte, a Lucio Costa e Oscar Niemeyer. Essi riflettono, in larga misura, le carenze, i problemi insoluti della nostra cultura urbanistica e architettonica. Perciò anche noi, impegnati nella critica, di questi difetti ci sentiamo responsabili.



cultura”, capaz de preencher o vazio entre plano diretor e atividade arquitetônica.¹⁰⁹

Setor Comercial Sul

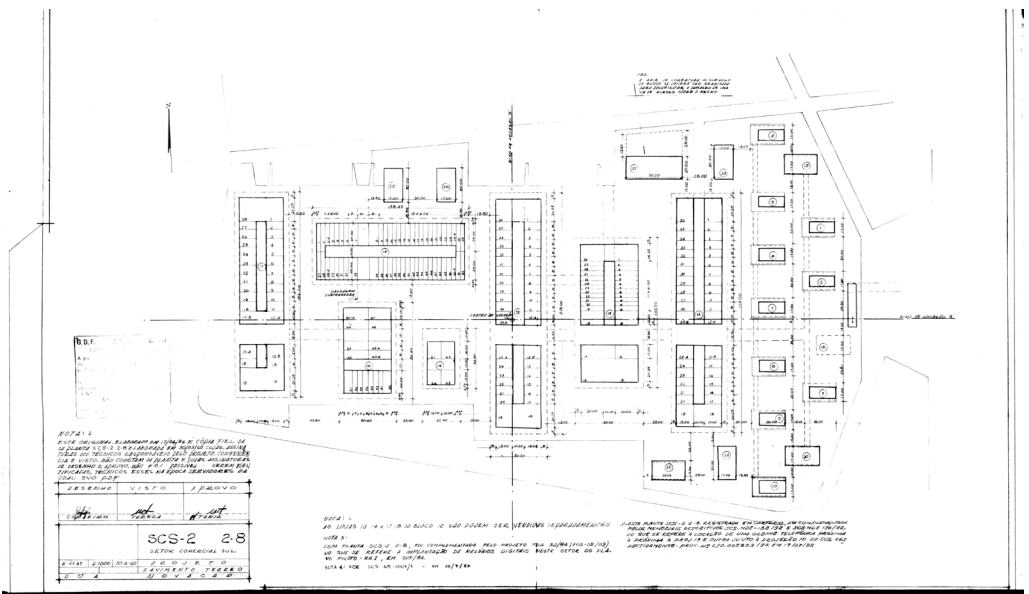
Depois das críticas, mas antes da inauguração da cidade, os desenhistas da Novacap projetaram o Setor Comercial Sul. Desenharam duas plantas, a “SCS-2 2.8” (fig. 2.46) e a “SCS-2 3.10” (fig. 2.47), que ilustravam o setor em seus pavimentos térreo e tipo, com data de 30 e 31 de março de 1960. Apesar da data anotada, essas plantas não são originais. São cópias feitas entre abril de 1984 e setembro de 1985, e que fizeram parte de uma tentativa da administração da cidade de preservar informações de desenhos deteriorados.¹¹⁰ Neste sentido, não é possível saber em que medida informações foram perdidas ou adicionadas. De toda forma, elas representam um setor limitado pelas vias de tráfego e mais densamente ocupado que os setores bancários.¹¹¹

Nessas plantas, os desenhistas converteram a sequência de blocos articulados por corpo baixo, sugerida por Costa no Plano Piloto, em 25 volumes de tamanhos e formatos variados.

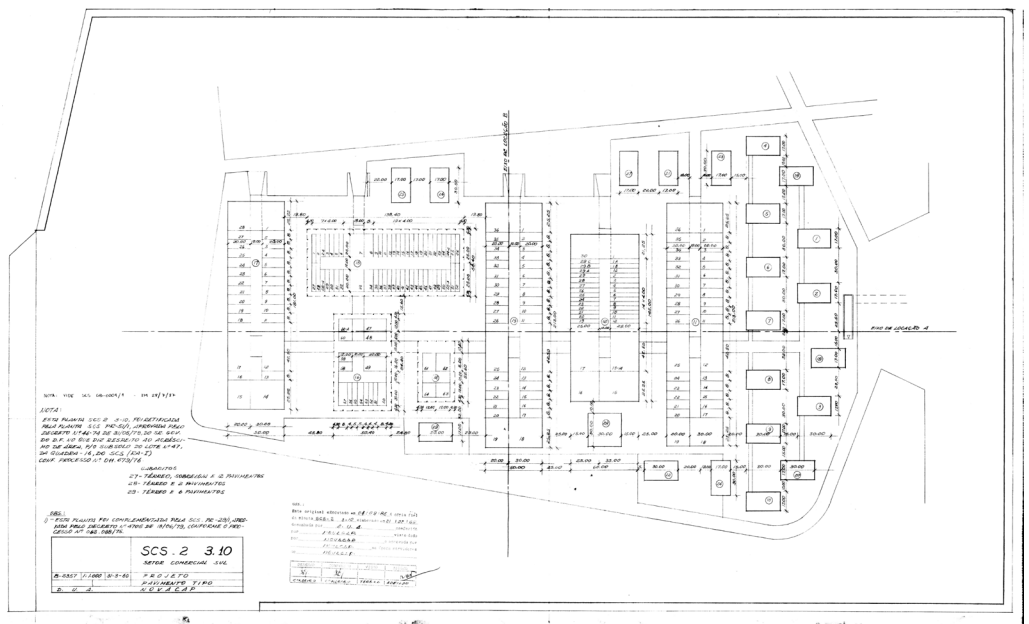
Junto do eixo rodoviário-residencial, eles implantaram duas fileiras de volumes retangulares de 30 por 17 metros de lado. Esses volumes foram desenhados perpendiculares em relação ao eixo. A primeira fileira é dentilhada, e acompanha o traçado do setor. A segunda, é reta e ordena a composição. Os desenhistas implantaram esses volumes de forma intercalada, organizando uma massa a ser construída compatível com a escala do automóvel em movimento, demandada pelo eixo. Dali, esquematizaram uma sequência de três volumes retangulares distribuídos na maior dimensão do setor. Esses volumes têm 30 metros de lado, miolo perfurado, e comprimento que varia de 180 a 210 metros. Os desenhistas complementaram o desenho com volumes menores e esparsos, retangulares ou quadrados, ora implantados em paralelo à sequência, ora perpendiculares, organizando um espaço aberto recortado.

Esteves contou que esses volumes seriam atravessados por “calçadas cobertas”, ou “passarelas”,¹¹² representadas com traços pontilhados e cheios nas plantas do térreo e do tipo. Os técnicos projetaram essas estruturas ortogonalmente às maiores dimensões do terreno, sendo duas paralelas e próximas ao eixo rodoviário-residencial, envolvendo a sequência de volumes retangulares, e uma ao longo do comprimento do setor, integrando os outros volumes. Essas calçadas acomodariam o trânsito pedestre,

Figuras 2.46 e 2.47. Plantas do “pavimento térreo” e do “pavimento tipo” do Setor Comercial Sul. O esquema é diferente daquele apresentado por Costa em 1957. As barras unidas por corpo térreo, concentradas ao centro do setor, foram convertidas em uma sequência de volumes altos e baixos, dispersos pela área projetada. Um esquema de passarelas cobertas articularia os diferentes volumes do setor.



2.46



separando-o do de veículos, que circularia nos limites do setor, penetrando apenas em cinco acessos para abastecimento de carga, em subsolo. Diferentemente das marquises dos setores bancários, essas calçadas, com largura entre cinco e dez metros, não acomodariam outros usos; mas unificariam os componentes desenhados para o setor em uma rede. A permanência dessas estruturas nos planos era, entretanto, incerta. Esteves explicou que, naqueles edifícios junto do eixo “a ideia era ter o bloco no chão”, só que, por fim, “criou-se aquela ideia de fazer: ‘não, a gente faz a passarela ligando os blocos, as pessoas podem ir ao abrigo da chuva’”.¹¹³

Significativo nestes desenhos é a sequência numérica que identifica os volumes e os organiza para comercialização. Nos volumes retangulares, justapostos ao eixo, numeração e volume coincidem, repetindo a lógica da maquete do Setor Bancário Sul e dos planos para o Setor Bancário Norte. Ali, cada edifício a ser construído corresponderia a uma unidade administrativa. Mas nos volumes retangulares a numeração é dupla: um número identifica o volume, e outros identificam porções menores. É que os técnicos fracionaram esses volumes em partes com quatro, oito, 20 e 40 metros de largura. Ali, em vez de um grande edifício unitário, o desenho reproduziu a lógica da quadra e do lote. O esquema sugere diferentes possibilidades de venda e combinação, como na cidade tradicional.

Panair

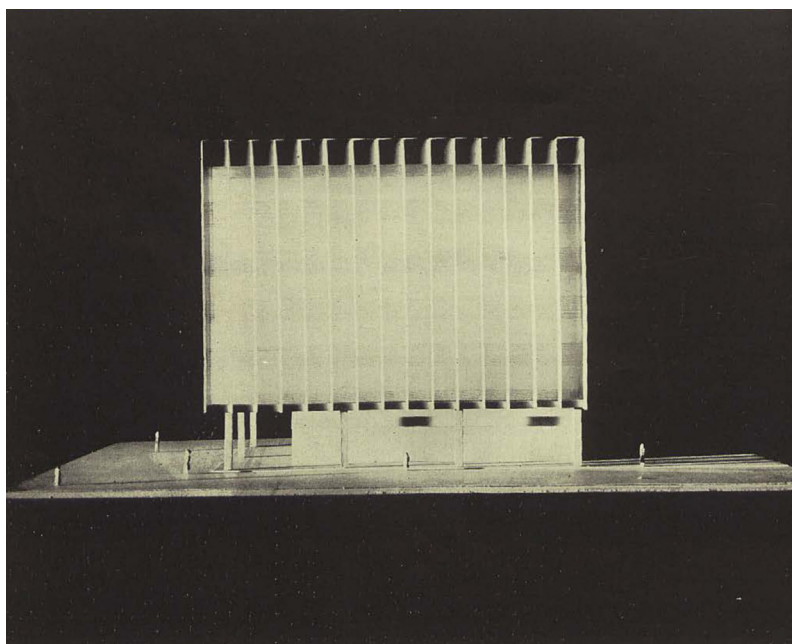
Um exemplo de edifício projetado para esses volumes retangulares e fracionados do Setor Comercial Sul é o da sede para a companhia aérea Panair do Brasil, feito por Elias Kaufman e Maria Elisa Costa, ainda no início de 1960 (fig. 2.48). Tanto a companhia aérea, quanto os arquitetos, estavam envolvidos com os trabalhos de Brasília. Enquanto a companhia realizava voos de carga com materiais de construção, e estava entre as primeiras a montar escritório no aeroporto improvisado da cidade,¹¹⁴ Kaufman havia participado do concurso para o plano piloto junto da equipe premiada de Boruch e Milman, e Maria Elisa, filha de Costa, trabalhava como funcionária da Divisão de Urbanismo da Novacap. A partir de 1960 a companhia precisava se fixar na nova capital para apoiar as vendas de passagens dos voos de seus aviões *Constellation* que, a partir de fevereiro, começariam a fazer rota diária e direta entre Rio de Janeiro e Brasília.¹¹⁵

Kaufman e Costa projetaram um prédio de “esquina”, que ocuparia a ponta de um daqueles volumes. Desenharam uma planta quase

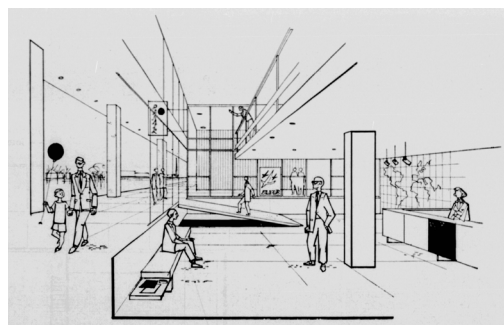
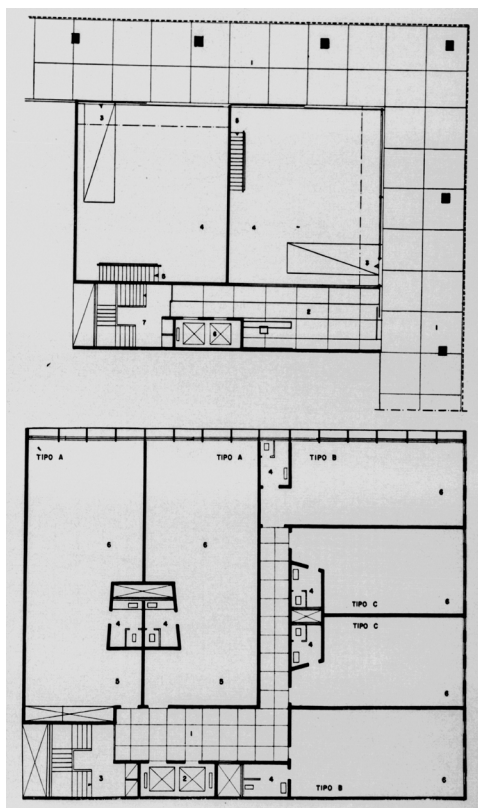
Figura 2.48. A sede da Panair foi um dos primeiros edifícios projetados para ocupar os volumes retangulares. A fotografia da maquete apresenta o edifício solto, em contraste com um fundo preto, mas na verdade o edifício ocuparia a “esquina”, seria contíguo a outros, e preencheria o volume retangular da mesma maneira que um lote em uma quadra.

Figura 2.49. Como no lote, a posição urbana do edifício da Panair se percebe através dos desenhos do térreo e do pavimento tipo. Existem duas fachadas úteis, com aberturas e acessos, e duas fachadas opacas, como que voltadas para o interior da quadra.

Figura 2.50. Kaufmann e Maria Elisa imaginavam o térreo do edifício transparente, como uma continuação da arcada pedestre que percorreria a borda do volume retangular.

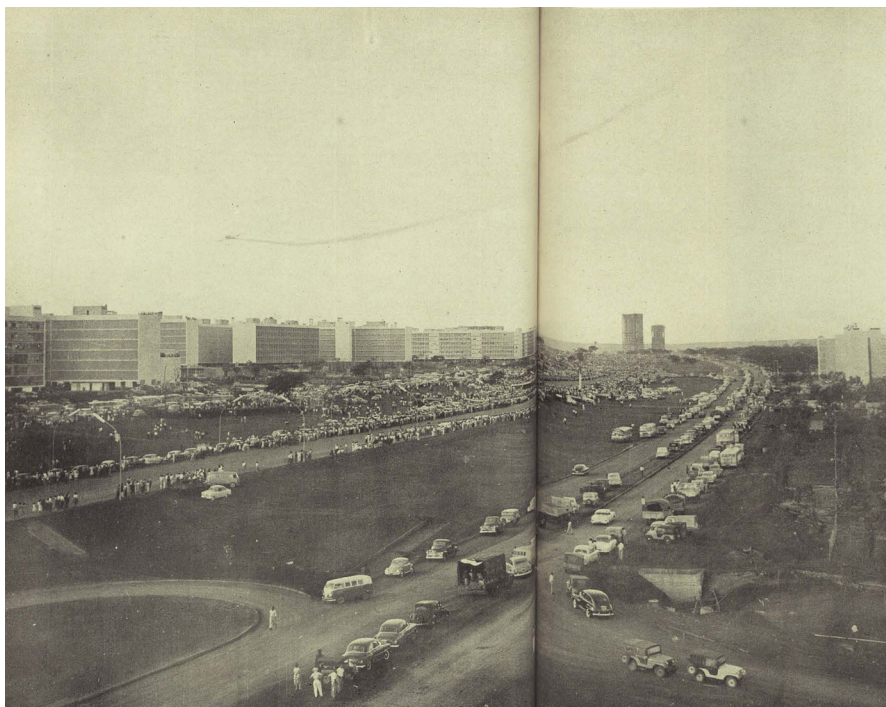


2.48



2.50

2.49



2.51

2.52



quadrada, de 20,25 por 25 metros de lado, desenvolvida em seis pavimentos de altura, que previa um edifício com duas fachadas de frente e duas fachadas de fundos (fig. 2.49). O térreo seria ocupado por duas lojas com sobreloja destinadas à Panair, projetadas em um nível mais baixo que a rua e abertas para as fachadas públicas do edifício (fig. 2.50). Os demais pavimentos seriam organizados por seis escritórios para aluguel, enquanto um restaurante preencheria o uso do terraço. O acesso às lojas se faria diretamente pela rua, a partir de uma rampa. Os demais pavimentos teriam ingresso por um *hall* lateral e independente do movimento das lojas. Um corredor em forma de “L” distribuiria o fluxo pedestre entre os escritórios.

Inauguração

A inauguração de Brasília aconteceu na data prevista, com entrega de chave, festa e missa. As comemorações duraram três dias e as solenidades se concentraram na Praça dos Três Poderes. Kubitschek, o ministro Barros Barreto, e o vice-presidente João Goulart acionaram os poderes de forma simultânea no Palácio do Planalto, no da Justiça, e no Congresso Nacional. Um desfile de operários, complementado por exposições da aeronáutica, percorreu o eixo monumental da cidade (fig. 2.51).¹¹⁶ Costa não apareceu na festa, mas guardou fotografias daquele momento. Em uma delas, no meio de carros e aviões, os setores centrais pareciam existir apenas pelas construções do Banco do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, no Setor Bancário Sul. (fig. 2.52).

Normas

Em maio, Israel Pinheiro deixou a presidência da Novacap para assumir a recém-criada prefeitura de Brasília.¹¹⁷ Em junho, aprovou e fez circular no *Diário Oficial* as “Normas para construções em Brasília”. Niemeyer justificou a criação do documento:

Com relação aos outros prédios – os prédios urbanos – desejava estabelecer uma disciplina que preservasse a unidade dos conjuntos, fixando para os mesmos normas e princípios, com o objetivo de evitar, entre outros inconvenientes, as tendências formalistas que vêm desvirtuando a arquitetura brasileira. Com essa intenção, organizamos, mais tarde, um serviço especial de aprovação de plantas, onde, intransigentemente, mantivemos esse critério, recusando as soluções que pudessem comprometer a arquitetura da cidade e estabelecer precedentes lamentáveis, pela repetição de formas características dos prédios governamentais ou outras que se revelassem

Figura 2.51. A revista *Brasília* documentou a comemoração: “explêndida vista panorâmica do Eixo Rodoviário Sul, vendo-se um dos aviões da esquadrilha da fumaça”.

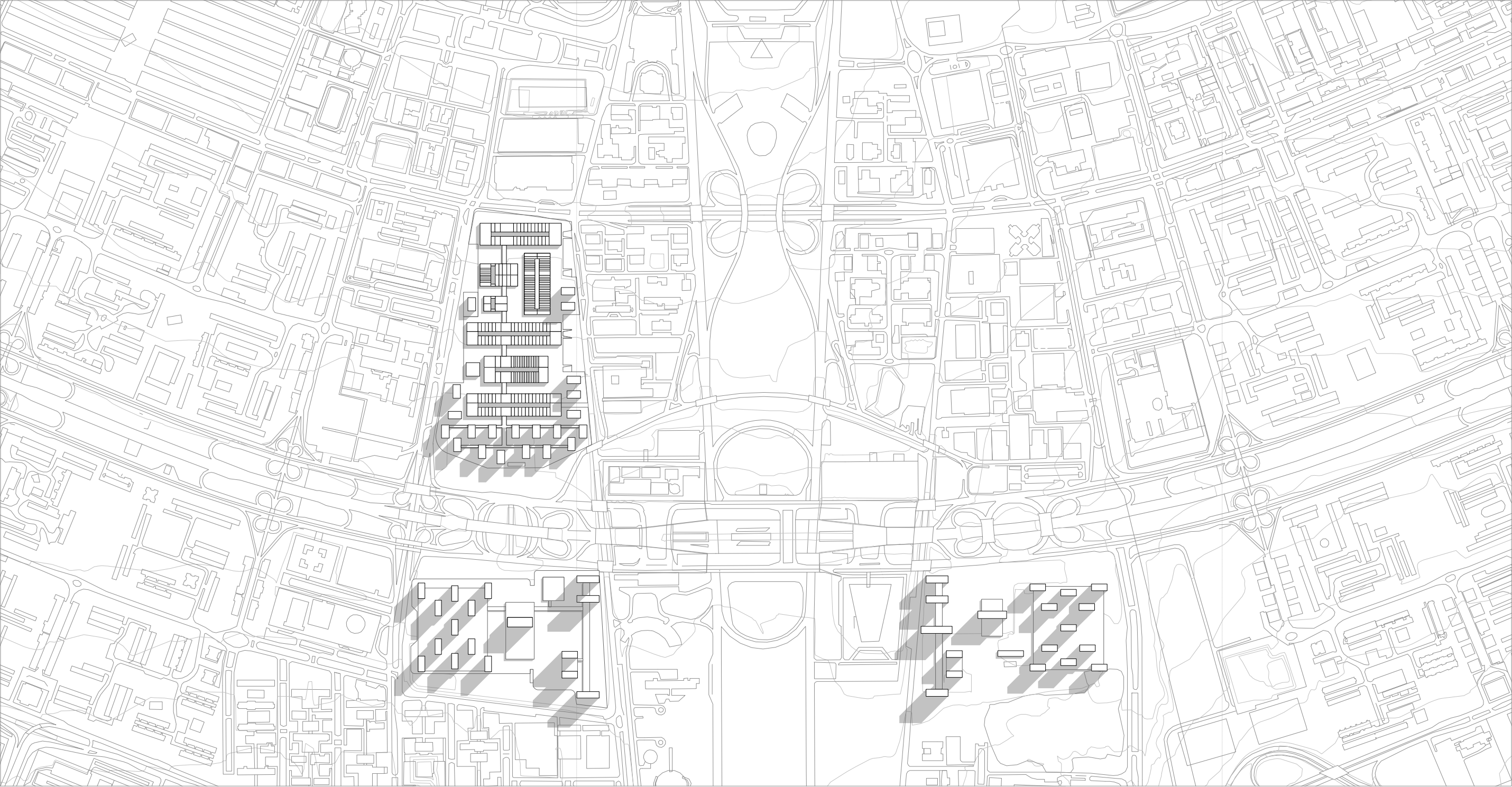
Figura 2.52. Entre as fotografias guardadas por Costa, existe esta, em que as obras do Banco do Brasil e do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico aparecem como plano de fundo para a exibição aérea.

Nas normas, os técnicos da prefeitura enfatizaram que “nenhuma construção, reconstrução, aumento, reforma ou demolição será iniciada na cidade de Brasília sem a prévia licença da prefeitura”, acrescentando que “as formas adotadas nos prédios oficiais ou simplesmente nos prédios de vulto, não poderão ser repetidas em outros edifícios”.¹¹⁹ Naquele documento, os técnicos também estabeleceram o zoneamento oficial da cidade, agrupando os setores determinados no Plano Piloto. A Praça dos Três Poderes e a Esplanada dos Ministérios, por exemplo, fariam parte dos Setores Administrativos, enquanto o conjunto de superquadras do eixo rodoviário-residencial formariam o Setor de Habitações Coletivas. Comércio, bancos e hotéis configurariam os Setores Comerciais distribuídos em torno dos eixos.

Mapa 01. Junção de desenhos feitos com base nos mapas consultados do Setor Bancário Norte, Setor Comercial Sul e Setor Bancário Sul. Os desenhos foram sobrepostos à ortofotocarta de 2009, disponibilizada pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação.

Ali, o “Setor Comercial Central”, ou Setor Comercial Sul, começaria nas vias S2MW e SC/01 ao sul e terminaria na W2MW e SC/01 ao norte, em frente aos setores bancários, que se situariam “à altura do cruzamento dos eixos monumental e rodoviário, a oeste deste”.¹²⁰ Nesses setores, os edifícios poderiam alcançar o gabarito de dois a 12 pavimentos para lojas e escritórios e até 25 pavimentos para bancos. Esclareceram que, nestas áreas, o volume seria geometria definida pela combinação de “afastamentos, projeção horizontal e gabarito” determinados pelos desenhos da prefeitura.¹²¹ “Lote” ou “módulo” sem o qual nenhuma construção poderia ser iniciada na cidade.¹²²

O uso do volume como equivalente ao lote foi a primeira resposta encontrada pelos técnicos para o problema de como dispor a área ao capital particular. Segundo Evenson, os volumes desenhados funcionariam como envelopes de altura e orientação controlada, que fariam das edificações do centro da cidade não competitivas com o centro do governo, apesar das dimensões avantajadas.¹²³ A estratégia fica clara quando se organizam os desenhos em um mesmo mapa (mapa 01). Ao sobrepor as plantas produzidas pelo período em um único desenho se percebe que os técnicos concentraram seus trabalhos na definição desses volumes. O traçado de cada setor equivale àquele determinado por Costa, mas o arranjo de volumes é distinto. E se, por um lado, os técnicos rebateram com simetria a organização dos setores bancários em ambos lados do eixo monumental, resolveram apenas um dos setores comerciais, deixando um quadrante vazio para definição posterior. De toda forma, os volumes foram desenhados com precisão, em uma representação que combina com a definição dos demais setores do eixo monumental.

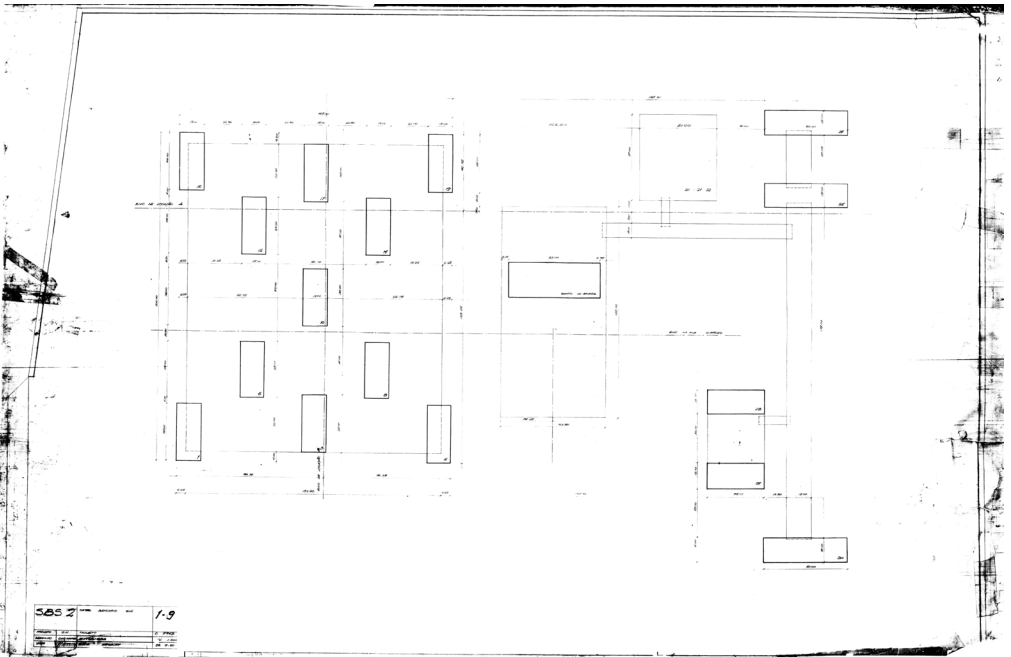


Dali, os técnicos elaboraram os desenhos definitivos para o Setor Bancário da maquete, que passou a ser, de fato, chamado de Setor Bancário Sul. Nas plantas “SBS 2 1-9”, “SBS 2 2-12”, e “SBS 2 3-9”, eles descreveram aquele setor em esplanada, térreo e subsolo, planificando a maquete de Niemeyer, e adicionando a base, ou bloco horizontal, do Banco do Brasil, e uma passagem pedestre que, por baixo do eixo rodoviário-residencial, atravessaria o entroncamento viário até alcançar o Setor Comercial Sul (fig. 2.53; fig. 2.54; fig. 2.55).

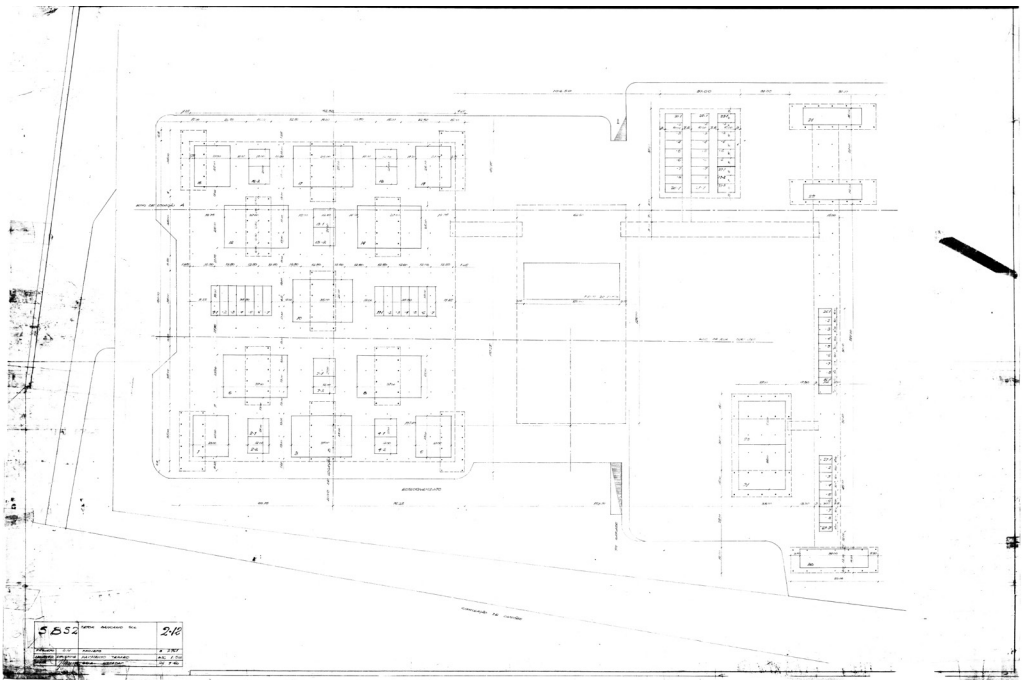
Os técnicos também revisaram os desenhos do Setor Comercial Sul com a planta “SCS-2 2-13” (fig. 2.56). Ali, definiram um esquema de arruamento. Eles distribuíram cinco ruas transversais, de sete metros de largura, iniciadas na via lateral e terminadas em praias de estacionamento. Essas ruas não atravessariam o setor, mas foram desenhadas entre os volumes. Separavam os volumes altos dos baixos, e os baixos entre si, interrompendo circulações pedestres, bem como a integridade daquele setor.

Figuras 2.53, 2.54 e 2.55. Planta da esplanada, térreo, e do subsolo do Setor Bancário Sul. Ao setor divulgado pela maquete, os técnicos adicionaram a base do edifício-sede para o Banco do Brasil. Na planta de subsolo, além do desenho viário necessário para acomodar o Banco do Brasil, os técnicos incorporaram uma passagem pedestre que se daria por baixo do eixo rodoviário-residencial.

Figura 2.56. Por fim, desenhando uma planta de arruamento do Setor Comercial Sul, os técnicos inviabilizaram as passarelas pedestres, bem como a inteireza do setor.



2.53



2.54

Notas

- 1 Ver: PRAZO curto demais para solução dos problemas da mudança da capital. *Correio da manhã*, capa, 16 abr. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/104679>. Acesso em: 19 ago. 2019; O REGIME da pressa. *Correio da manhã*, p. 6, 1o caderno, 9 abril 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_06/104385>. Acesso em: 19 ago. 2019; UDN quer adiar mudança da Capital. *Jornal do Brasil*, p. 5, 8 dez. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_07/109418>. Acesso em: 19 ago. 2019. Ver também: KUBITSCHKE, 2000.
- 2 Ver: MELLO, Manoel Caetano Bandeira de. Brasília incontestada. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, v. 3, n. 25, 1959, p. 1; PINHEIRO, Alves. Brasília não é o capricho de um homem. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 30, 1959, p. 1; GICOVATE, Moisés. Reflexões sobre a mudança da capital. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 33, 1959, p. 1. Ver também: TAMANINI, L. Fernando. *Brasília: memória da construção*. 2a. ed. Brasília: Livraria Suspensa, 2003, p. 265-282.
- 3 Para saber mais, ver: ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. Brasília, 1959: a cidade em obras e o Congresso Internacional Extraordinário dos Críticos de Arte. In: *Anais do 8o Seminário Docomomo Brasil*. Rio de Janeiro: Docomomo-Rio, 2009, p. 13; KIM, Lina; WESELY, Michael. *Arquivo Brasília*. São Paulo: Cosac Naify, 2010, p. 47.
- 4 Ver: BARATA, Mário. Prós e contras a respeito de Brasília. *Diário de notícias*, p. 8, suplemento literário, 11 out. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/86622>. Acesso em: 24 fev. 2019; OPINIÕES dos críticos de arte. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 33, p. 4-7, 1959; OPINIÕES sobre Brasília. *Habitat: revista brasileira de arquitetura, decoração, artes plásticas e artesanato*, São Paulo, v. 11, n. 58, p. 7-8, 1960.
- 5 PROGNÓSTICO sombrio. *Correio da manhã*, página 6, 8 maio 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/105556>. Acesso em: 24 fev. 2019.
- 6 Ver: TAMANINI, 2003, p. 298.
- 7 Kubitschek prometeu validar a constituição, mas não fixou a data. A data de transferência para 21 de abril de 1960 foi sugerida por um membro da oposição e transformada na lei número 3.273, de 01 de outubro de 1957. KUBITSCHKE, 2000, p. 108-109.
- 8 NIEMEYER em Brasília: o criador contempla a criatura. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 334, p. 90-94, 1958. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/004120/24743>>. Acesso em: 20 fev. 2020; NIEMEYER, 2006, p. 11.
- 9 ESTEVES, Nauro Jorge. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1989, p. 2.
- 10 Segundo a sequência de obras em andamento publicadas em *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil* no ano de 1958.
- 11 Mais precisamente, desde o escritório da Novacap montado no edifício do Ministério da Educação e Saúde. Ver: COSTA, Lucio. Considerações em torno do Plano Piloto de Brasília. In: SENADO FEDERAL. *I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília: Estudos e Debates*. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1974, p. 23. Ver também: LIMA, Adeildo Viegas; COSTA, Maria Elisa. *Brasília 57-85: do plano-piloto ao Plano Piloto*. Brasília: Terracap, 1985, p. 20.
- 12 O novo aeroporto substituiu as instalações da pista de pouso de 1955. ENTREGUE ao público o aeroporto de Brasília. *Brasília: revista da Companhia*

Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, 1957, p. 2.

13 COSTA, Lucio. Segunda carta dirigida ao Senador Cattete Pinheiro pelo Dr. Lúcio Costa e mencionada na missiva lida na sessão de encerramento do seminário. In: SENADO FEDERAL. *I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília: Estudos e Debates*. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1974, p. 299.

14 COSTA, Lucio. Sala Lúcio Costa. In: *Sôbre arquitetura*. Porto Alegre: CEUA; Imprensa Universitária, 1961, p. 288-289. A sala seria parte das atividades do congresso de críticos. Ver: ROSSETTI, 2009, p. 13.

15 INTERESSE por Brasília nos Estados Unidos. *Correio da manhã*, p. 10, 6 jun. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/92108>. Acesso em: 9 abr. 2019; REGRESSOU Lucio Costa Niemeyer veio esperá-lo. *Correio da manhã*, página 14, 24 out. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/98005>. Acesso em: 9 abr. 2019. Ver também: COSTA, Lucio. Casa do Brasil em Paris. In: *Sôbre arquitetura*. Porto Alegre: CEUA; Imprensa Universitária, 1962, p. 290-291.

16 Um exemplo é a carta que Costa enviou para Israel Pinheiro, publicada como "Topografia e Urbanismo" em *Sôbre arquitetura*. Ver: COSTA, Lucio. Topografia e Urbanismo. In: *Sôbre arquitetura*. Porto Alegre: CEUA; Imprensa Universitária, 1962, p. 287.

17 A divisão de urbanismo foi criada pela Diretoria da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, após resolução das reuniões de 3, 10, 17 e 24 de abril de 1957. Ver: BOLETIM. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, 1957, p. 19.

18 Esteves conta que os trabalhos de Brasília começaram "antes mesmo da Novacap existir". ESTEVES, 1989, p. 1-2.

19 GUIMARÃES FILHO, Augusto. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1989, p. 1-2.

20 MACHADO, Marília. Escala residencial. Superquadra - pensamento e prática urbanística. In: LEITÃO, Francisco (Ed.). *Brasília 1960 2010: passado, presente e futuro*. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009, p. 122; BRANDÃO, Vera Bonna. Brasília, a cidade patrimônio e sua escala residencial: preservar o quê? E por quê? 2013. 450 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)– Universidade de Brasília, Brasília, 2013, p. 228.

21 GUIMARÃES FILHO, 1989, p. 2.

22 ESTEVES, 1989, p. 7.

23 GUIMARÃES FILHO, 1989, p. 10; LIMA; COSTA, 1985, p. 20.

24 LIMA; COSTA, 1985, p. 27.

25 GUIMARÃES FILHO, 1989, p. 2-3.

26 Ibid. Sobre mais alterações, ver: LEITÃO, 2003, p. 13; BRAGA, 2010, p. 227-258. Sobre um estudo de Brasília e sua adaptação a topografia, ver: OLIVEIRA, Maria Manuel. *"Construída na linha do horizonte": Brasília, o Plano Piloto e a manipulação do chão*. Universidade do Minho, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1822/49039>>. Acesso em: 22 dez 2020.

27 LUNARDI, Lídio. O avanço de Brasília. *Brasília: Revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 11, 1957, p. 1.

28 BOPP, Raul. A mudança da capital. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 11, 1957, p. 15.

29 A MARCHA da construção em Brasília. *Brasília: Revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 11, 1957, p. 3.

30 Ver: O SETOR bancário e comercial do plano de Lúcio Costa. *Brasília: Revista da*

Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, Rio de Janeiro, n. 11, p. 10-13, 1957.

31 O SETOR..., 1957.

32 EVENSON, 1973, p. 189.

33 Giedion deixou de ser secretário geral do CIAM em 1957. Ver: MUMFORD, 2002, p. 276.

34 Ver: NIEMEYER, Oscar. Depoimento. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 9, p. 3-6, 1958.

35 NIEMEYER, Oscar. *Témoignage*, 1958, p. 1. Disponível em: Arquivo Sigfried Giedion, Institut für Geschichte und Theorie der Architektur, Eidgenössische Technische Hochschule Zürich (gta-ETHZ), Zürich, 45-S-4-16. Acesso em: 21 maio 2017.

36 Ibid., p. 3; 4-5, tradução nossa.

37 MAURÍCIO, Jayme. Brasília no exterior. *Brasília: Revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 20, p. 8, 1958.

38 DIVISÃO CULTURAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Brasília*. Berne: Staempfli & Cie, 1958, sem página, tradução nossa.

39 Nos arquivos de Giedion estão guardados brochuras e discursos transcritos, preparados para o seminário ministrado entre 1957 e 1959 na Universidade Harvard. No seminário, a ideia de "escala humana" foi examinada desde estudos sobre proporção a exemplos de projetos urbanos. Para Giedion, "the intention of this seminar is to further the process of regaining sensitivity in architecture, which has been lost", através de exemplos da história da arquitetura e projetos contemporâneos. Ver: GIEDION, Sigfried. *The Urban Design Seminar: The Human Scale*. Cambridge: Spring Term 1957 (discurso transcrito). Arquivo Sigfried Giedion, Institut für Geschichte und Theorie der Architektur, Eidgenössische Technische Hochschule Zürich (gta-ETHZ). Acesso em: 21 maio 2017.

40 SCHABER, Helmut. In: GIEDION, Sigfried; SERT, José Luis; SEKLER, Eduard F. (Orgs.). *The Human Scale. Advanced Seminar for the Master's Class*. Cambridge: 1958, second meeting, p. 3, tradução nossa. Disponível em: Arquivo Sigfried Giedion, Institut für Geschichte und Theorie der Architektur, Eidgenössische Technische Hochschule Zürich (gta-ETHZ). Acesso em: 21 maio 2017.

41 Le Corbusier projetou Chandigarh como capital do Punjab, na Índia, entre 1951 e 1953. A cidade foi idealizada por Jawaharlal Nehru, primeiro ministro da Índia independente, e, num primeiro momento, encarregada ao arquiteto americano Albert Meyer. Depois de uma sucessão de eventos, incluindo a morte de um colaborador, Meyer foi substituído pelo suíço que prometeu organizar um escritório no país para formentar ideias sobre o planejamento moderno entre os indianos. Ver: AVERMAETE, Tom; CASCIATO, Maristella (eds.). *Casablanca Chandigarh: a report on modernization*. Montréal; Zürich: Canadian Centre for Architecture; Park Books, 2014.

42 GIEDION; SERT; SEKLER, 1958, second meeting, p. 2, tradução nossa.

43 Ibid.

44 SPRAGUE, Robert. In: GIEDION; SERT; SEKLER, 1958, fifth meeting, p. 1.

45 ZIMMER, Michael. In: GIEDION; SERT; SEKLER, 1958, fifth meeting, p. 2.

46 CARTA de Sigfried Giedion para Oscar Niemeyer. 8 de out. 1958. Arquivo Sigfried Giedion, Instituts für Geschichte und Theorie der Architektur, Eidgenössische Technische Hochschule Zürich (gta-ETHZ), 43-K-1958-10-08 (G), tradução nossa. Acesso em: 19 jul. 2017. Ver também: MUMFORD, 2002, p. 269.

47 Ibid., tradução nossa.

48 Ibid., tradução nossa.

49 Ibid., tradução nossa.

50 COSTA, 1957, p. 15; 16. Ver cap. 1.

51 BOLETIM. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 10, p. 23-24, 1957, p. 24.

52 SUMÁRIO dos assuntos tratados pelo conselho de administração da NOVACAP em suas reuniões. *Brasília: Revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 22, 1958, p. 19.

53 KUBITSCHEK, 2000, p. 216.

54 NIEMEYER, Oscar. Unidade Urbana. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 12, 1959, p. 3.

55 Ibid.

56 Ibid., p. 4.

57 *Space, time and architecture* havia sido publicado em 1941, mas reeditado e alargado em 1954, e reimpresso em 1959.

58 GIEDION, 1959, p. 610, tradução nossa.

59 Ibid., tradução nossa.

60 Ibid., p. 611, tradução nossa.

61 NIEMEYER, 1959, p. 4-5. A questão foi retomada pelo arquiteto em 1960, ver: NIEMEYER, Oscar. Forma e função na arquitetura. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 21, 1960, p. 3.

62 SETOR bancário de Brasília. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 13, 1959, p. 8.

63 Ibid.

64 Ibid.

65 KNEESE DE MELLO, Eduardo; SENA, Carlos J. Palácio do Comércio. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 13, 1959, p. 10. Colaboraram com os arquitetos os engenheiros Artur Luiz Pitta e Homero Vieira Lopes. Para saber mais sobre o edifício, ver: NOTICIÁRIO: Palácio do Comércio. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 22, 1958, p. 8; KNEESE DE MELLO, Eduardo; SENA, Carlos J. Palácio do comércio. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 30, 1959.

66 SOUZA E SILVA, Antônio Pedro. Edifício “Seguradoras” em Brasília. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 13, 1959, p. 13. Ver também: ARQUITETURA e Urbanismo: Instituto de Resseguros do Brasil - Edifício Seguradoras. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 22, p. 10–11, 1958.

67 MIRANDA, Alcides da Rocha; DUBUGRAS, Elvin Mackay; PINTO, Fernando Cabral. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico em Brasília. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 13, 1959, p. 14. Ver também: MIRANDA, Alcides da Rocha; DUBUGRAS, Elvin Mackay; PINTO, Fernando Cabral. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. *Arquitetura e Engenharia*, Belo Horizonte, v. 11, n. 61–63, p. 104–105, 1961.

68 MIRANDA; DUBUGRAS; PINTO, 1959, p. 14.

69 KNEESE DE MELLO; SENA, 1959, p. 10.

70 COSTA, 1957, p. 4.

71 ESTEVES, 1989, p. 15.

72 Ao centro da rua desenhada aparece escrito “cir. de caminhões”. Ver: SBN 1 3.5.

Setor Bancário Norte. Projeto subsolo. Escala 1:500 (10 jun.1959). Disponível em: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Governo do Distrito Federal. Acesso em: 03 out. 2018.

73 Ver: CARVALHO, Benjamin de A. Porque esta forma? *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 27 abr. 1952. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/16844>. Acesso em: 1 jul. 2020.

74 ROZA, Ary Garcia et al. Banco do Brasil. *Arquitetura e Engenharia*, Belo Horizonte, v. 11, n. 61-63, 1961, p. 138.

75 Para Roza, Almeida se opunha à transferência da capital, embora a socióloga e historiadora Mônica Kornis afirme que o presidente do banco “foi um dos maiores entusiastas da transferência da capital federal para Brasília”. Cf. ROZA, 1989, p. 10; KORNIS, Mônica. Almeida, Sebastião Pais de. In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983*. São Paulo: FGV, 2000. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/almeida-sebastiao-pais-de>>. Acesso em: 01 maio 2020.

76 ROZA, 1989, p. 10.

77 Ibid., p. 10; p. 13.

78 MAURÍCIO, Jayme. JK aprecia projeto do Banco do Brasil em Brasília. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, 4 abr. 1959, p. 12. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/104189>. Acesso em: 30 nov. 2019.

79 Ibid.

80 NOTICIÁRIO: Banco do Brasil. *Brasília: Revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 34, 1959, p. 19.

81 ROZA, Ary Garcia. Banco do Brasil em Brasília. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 15, p. 40, 1959.

82 ROZA, 1989, p. 18.

83 Ibid., p. 18-19.

84 RICHARDS, J. M. Brasília. *Architectural Review*, London, v. 125, n. 745, 1959, p. 95, tradução nossa.

85 Ibid., tradução nossa.

86 Ibid., p. 103, tradução nossa.

87 RICHARDS, J. M. Brasília vista por um inglês. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 14, 1959, p. 3.

88 Ibid.

89 Ibid.

90 Ibid.

91 Ibid., p. 4.

92 Ibid., p. 4-5.

93 Ibid., p. 5.

94 ROSSETTI, 2009. Ver também: SARTORIS, Alberto. *Voyage au Brésil*, 1959. 0172.03.0180. Disponível em: Fonds Alberto Sartoris, Archives de la construction moderne, École polytechnique fédérale de Lausanne (ACM EPFL), Lausanne. Acesso em: 16 nov. 2017.

95 Ver: CAPPELLO, Maria Beatriz Camargo. Congresso Internacional de Críticos de Arte 1959. Difusão nas revistas internacionais e nacionais especializadas. In: *Anais do 8o seminário Docomomo Brasil*. Rio de Janeiro: Docomomo Brasil, 2009. Disponível em: <<http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/080.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

- 96 CHOAY, Françoise. In: OPINIÕES dos críticos de arte. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 33, 1959, p. 4.
- 97 CHOAY, Françoise. Une capitale prefabriquée. *L'Oeil: revue d'art mensuelle*, Paris, v. 1959, n. 59, p. 76, 1959, tradução nossa.
- 98 MOHOLY-NAGY, Sibyl. Brasília: majestic concept or autocratic monument. *Progressive Architecture*, New York, v. 40, n. 10, p. 88, 1959, tradução nossa.
- 99 "This problem becomes even more blatant in the banking and office district, at present known only from Niemeyer's models. The serried ranks of identical 16-story glass boxes on stilts face each other across the axial esplanade, widening here to about 3000 ft. One of the accusations levelled at Rio is that "it tries to imitate Europe and finds it difficult to do so in a tropical climate. How prophetic this sounds about the imported designs of Brasília!". Ibid., p. 88-89, 1959, tradução nossa.
- 100 ZEVI, Bruno. In: OPINIÕES..., p. 4, 1959.
- 101 ZEVI, Bruno. Inchiasta su Brasília. Sei? sulla nuova capitale sudamericana. *Architettura, cronache e storia*, Roma, n. 51, p. 610, 1960, tradução nossa. Ver também: ZEVI, Bruno. *História da arquitetura moderna*. Lisboa: Arcadia, 1973, p. 617-620.
- 102 ZEVI, 1960, p. 611, tradução nossa.
- 103 ZEVI, 1960, p. 613, tradução nossa. Ver também: COMAS, Carlos Eduardo Dias; ALMEIDA, Marcos Leite. Brasília cinquentenária: a paixão de uma monumentalidade nova. *Arquitextos*, São Paulo, v. 10, n. 119.01, 2010, p. 10. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.119/3362>>. Acesso em: 27 out. 2016.
- 104 ZEVI, Bruno. La morte del C.I.A.M. e la nascita dell'Istituto Nazionale di Architettura. *Architettura, cronache e storia*, Roma, v. 5, n. 9, p. 582-583, 1960.
- 105 Na década de 1950, o CIAM, apesar de haver suportado ideias diversas sobre a cidade, enfrentava problemas de coesão. Membros mais jovens, como Peter Smithson, começaram a questionar o próprio movimento. Ver: MUMFORD, 2000, p. 258-265.
- 106 ZEVI, 1960, p. 582, tradução nossa.
- 107 Ibid., tradução nossa.
- 108 Ibid., tradução nossa.
- 109 Ibid., p. 583., tradução nossa.
- 110 Ver: LEITÃO, 2003. p. 30.
- 111 Ver também: EVENSON, 1973, p. 189.
- 112 ESTEVES, 1989, p. 33.
- 113 ESTEVES, 1989, p. 33. Em um esquema afim das discussões defendidas pelo arquiteto, presidente do CIAM entre 1947 e 1956, José Luis Sert, desde a publicação do livro *Can our cities survive? An ABC of urban problems, their analysis, their solutions* (1947).
- 114 Segundo a fotografia publicada em KIM; WESELY, 2010, p. 174.
- 115 Um informe publicitário situava "Rio-Brasília diariamente em quadrimotores 'Constellation' saída do Aeroporto Santos Dumont". Ver: CORREIO da manhã, Rio de Janeiro, p. 5, 11 fev. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/1494>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- 116 Ver: A INAUGURAÇÃO de Brasília. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 41, p. 2-3, 1960.
- 117 PREFEITURA de Brasília. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova*

Capital do Brasil, Rio de Janeiro, v. 4, n. 41, p. 22, 1960.

118 NIEMEYER, Oscar. Minha experiência de Brasília. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 18, 1960, p. 12; Ver também: NIEMEYER, Oscar. Minha experiência de Brasília. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, v. 4, n. 43, 1960, p. 3-4; NIEMEYER, 2006, p. 10. Cf. NIEMEYER, Oscar. Forma e função na arquitetura. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 21, 1960, p. 3; COSTA, Lucio. Código de obras de Brasília. In: XAVIER, Alberto (ed.). *Sobre arquitetura*. Porto Alegre: CEUA; Imprensa Universitária, 1962, p. 324–326.

119 PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. Normas para construções em Brasília. *Diário Oficial*, Brasília, v. 1, n. 3, 1960.

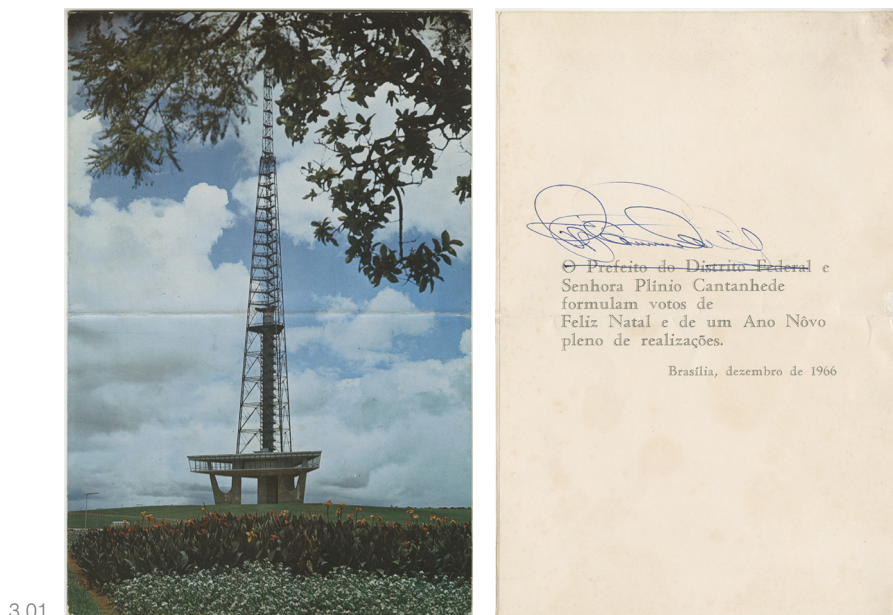
120 Ibid., Art. 2., p. 13.

121 Ibid., Art. 5, p. 15.

122 Ibid., Art. 14, p. 15.

123 "Although the commercial buildings would be greater in scale than many of the government office buildings, their controlled placement and design would, it was anticipated, render them noncompetitive with the government center". EVENSON, 1973, p. 189.

Quadra que reparte o setor, 1966-1968

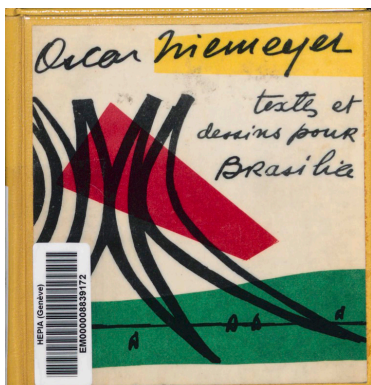


Se Plínio Cantanhede retomou projetos previstos – como o do Palácio do Itamaraty, Teatro Nacional, e o da Torre de Televisão¹ (fig. 3.01) –, Wadjô da Costa Gomide iniciou uma política de controle de custos que cessava investimentos nas obras de Brasília.² O período foi politicamente controverso. Depois do término do governo de Kubitschek, Brasília atravessou a instabilidade política provocada pela renúncia de Jânio Quadros à presidência do país, seguida da inatividade de seu vice de chapa, João Goulart. Neste contexto, Cantanhede assumiu a Prefeitura do Distrito Federal depois que Humberto Castello Branco tomou a presidência no golpe civil-militar de 1964. Já Gomide ficou à frente dos trabalhos em 1967, como consequência da posse de Arthur da Costa e Silva. Os governos sucessórios de Castello Branco e Costa e Silva empreenderam políticas contrárias,³ bem como Cantanhede e Gomide. Cantanhede queria consolidar Brasília, e prosseguiu com a pavimentação dos setores centrais.⁴ Já Gomide, foi do “centro para a periferia”,⁵ consolidando a política descentralizadora das cidades-satélites com a fundação de Guará.

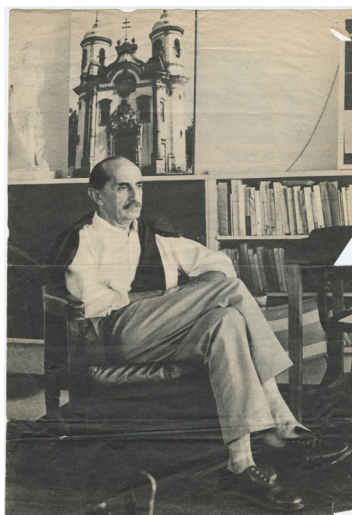
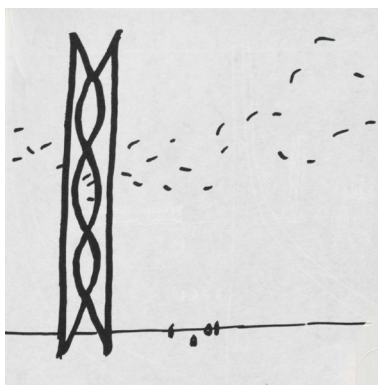
Figura 3.01. Cartão que Cantanhede enviou para Costa em 1966, exibindo a torre de televisão, enfim, completa.



3.02



3.03



3.04



Foi nesse período que Niemeyer viajou para Paris. O arquiteto organizava uma exposição sobre os seus trabalhos de Brasília, viabilizada pela Union Centrale des Arts Décoratifs (fig. 3.02). No catálogo daquela exposição, publicado como *Textes et dessins pour Brasília* (1965), ele reuniu suas obras para o eixo monumental, repetindo a seleção das exposições de 1959, mas com a inclusão do Pombal na Praça dos Três Poderes e do Teatro Nacional e a exclusão de sua contribuição para o setor bancário (fig. 3.03). Junto de Brasília, Niemeyer também mostrou sua produção internacional, que se desenvolvia com obras no Líbano e Israel, desde 1962. Dali, percorreu Portugal, Gana, França. Em entrevista para o *Jornal do Brasil*, o arquiteto explicou que, licenciado da prefeitura de Brasília, havia conduzido sua atividade profissional para o exterior, mas o que não o impedia de atender às solicitações da cidade, quando as julgava convenientes.⁶ Um exemplo era o Palácio da Justiça, “obra que exige o maior apuro tendo em vista a harmonia que deve representar com o Itamaraty”.⁷

Já Costa finalizou seu acompanhamento de Brasília em 1966. Como explicaram Adeildo Viegas de Lima, funcionário da Novacap, e Maria Elisa Costa, daquele ano “em diante não houve mais um acompanhamento regular por parte do autor do plano” que se restringiu a responder “o que – e quando – lhe era perguntado ou a intervir por iniciativa própria em situações excepcionais”.⁸ Entre 1965 e 1968, Costa se limitou a defender Brasília através de artigos. Escreveu para uma revista italiana que a cidade já havia resistido a episódios políticos-militares imprevistos, e que, apesar de preconceitos “de um crítico como Zevi, por exemplo”, era contribuição válida a ser consolidada pelo tempo (fig. 3.04).⁹ Reforçou para uma revista suíça que era natural que Brasília tivesse problemas, refletindo as contradições próprias de um “país ainda em vias de um desenvolvimento não integrado”.¹⁰ Em ambas, explicou que havia concebido a cidade em função de três escalas, a escala coletiva ou monumental, a escala cotidiana ou residencial, e a escala congestionada ou gregária, e que muito ainda estava para ser feito. Na revista italiana, colocou que a escala gregária, correspondente aos setores de diversões da cidade, havia sido “apenas iniciada”.¹¹ Na revista suíça, adicionou que Brasília se tratava “ainda de um arquipélago urbano – o centro da cidade não existe e há vazios por toda parte”.¹²

Depois da inauguração da cidade, Niemeyer e Costa passaram a integrar o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). Seção vinculada à Prefeitura do Distrito Federal e que sucedeu o Departamento de Urbanismo e Arquitetura, administrado pela Novacap. Terminada a ação mais enérgica da companhia, a prefeitura passou a responder pelo desenvolvimento de Brasília,

Figura 3.02. Niemeyer organizou a exposição em Paris com a ajuda de Hans Muller, Guy Dupuis e Jean Petit. Jean Chatelain, Diretor do Louvre, fez a abertura, que contou com a presença da imprensa francesa e do ex-presidente Juscelino Kubitschek.

Figura 3.03. No catálogo da exposição, o Pombal construído na Praça dos Três Poderes aparece entre os primeiros desenhos.

Figura 3.04. Artigo que Costa escreveu para uma revista italiana e guardou em seu arquivo. O arquiteto desenvolveu o texto ao longo da segunda metade da década 1960, publicando uma versão expandida na revista suíça *Architettura, formes et fonctions*, em 1968.

sendo o Conselho de Arquitetura e Urbanismo uma ramificação da Secretaria de Viação e Obras.¹³ Além de Niemeyer e Costa, o conselho contava com Esteves, que passou a coordenar a Assessoria de Arquitetura,¹⁴ e com os trabalhos de Zettel, Campofiorito e Pontual para a área de urbanismo.¹⁵

Nota sobre a instabilidade política

Cabe salientar que de 1961 a 1964, período que correspondeu aos governos de Jânio Quadros e João Goulart, Jânio e Jango, o desenvolvimento de Brasília ficou subordinado ao revezamento de nove prefeitos: Segismundo de Araújo Mello, Bayard Lucas de Lima, Paulo de Tarso Santos, Diogo Lordello de Mello, Ângelo Dário Rizzi, José Sette Câmara Filho, Ivo de Magalhães, Luiz Carlos Victor Pujol, e Ivan de Souza Mendes.¹⁶ Nenhum plano geral foi desenhado para o setores centrais do Plano Piloto de Brasília. A troca frequente de gestão fez Elvin Mackay Dubugras lembrar da pressa dos últimos meses do governo de Kubitschek. Ele contou em entrevista que, enquanto finalizava o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, percebia o Banco de Crédito da Amazônia, do escritório dos Roberto, ser construído com uma “rapidez enorme”,

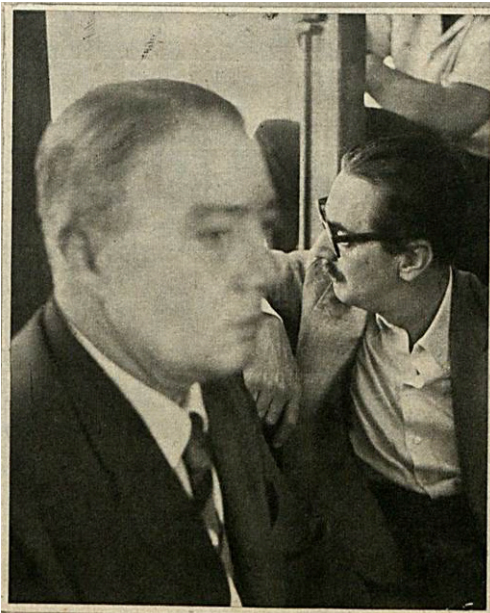
É aquela história, vamos terminar até o fim do governo, porque a notícia que corria naquela época é: “tudo tem que ser terminado até o último governo do Juscelino, que Jânio Quadros não vai fazer nada. Cinco anos em que em Brasília não vai acontecer nada”. Só que não deu cinco anos [...]. Saiu o Jânio, deixou o Jango, que não era exatamente uma figura à altura da época. E aí a coisa foi degringolando, e hoje nós continuamos nisso. [...] O problema de Brasília é que depende fundamentalmente de governo.¹⁷

De fato. Em 1964, uma série de ações de Jango, incluindo intromissões na hierarquia militar e alterações na constituição, agravaram a crise política. O governo havia perdido apoio político e popular (fig. 3.06). Kubitschek, que desejava ganhar a presidência nas eleições de 1965, rompeu publicamente com antigo vice de governo. Neste contexto, o golpe prosperou. Em abril, Castello Branco, então chefe do Estado-Maior do Exército, foi indicado para assumir a presidência até 1965, avalizado por uma nota-manifesto de Kubitschek.¹⁸ Castello Branco deu início a um governo que se autodenominava “governo da revolução”, apoiado por manifestação popular. A revista *Manchete* registrou: “mesmo nos mais largos espaços de Brasília, a posse do novo presidente produziu movimentação e interesse popular ali jamais registrados” (fig. 3.07).¹⁹

Figura 3.05. Jânio Quadros, depois de renunciar à presidência, a bordo do navio “Uruguai Star” com destino a Londres.

Figura 3.06. Na sede do Automóvel Clube, no Rio de Janeiro, Jango recebeu homenagens de militares e realizou um discurso em que defendeu sua interferência na Marinha. O ato impulsionou a reação da Aeronáutica.

Figura 3.07. Em abril de 1964, Humberto Castello Branco assumiu o cargo de presidente. A premissa era a de reestabelecer a ordem para as eleições de 1965.



3.05



3.06



3.07

Cantanhede, “terra-a-terra”

Ainda em 1964, Fernando de Cony Campos, antigo desenhista da Novacap, dirigiu o documentário *Brasília: planejamento urbano*, produzido pelo Instituto do Cinema Educativo do Ministério da Educação e Cultura. Ele e Maria Elisa escreveram o roteiro daquele curta-metragem, contrastando o texto do Plano Piloto com a realidade então construída. O filme iniciava com imagens aéreas do Planalto Central, sobrepondo os desenhos de Costa à geografia. Gráficos explicavam a planificação do território através da manipulação topográfica, enquanto uma sequência de imagens de automóveis, pedestres e placas de trânsito, arranjadas em colagem (e ao som de sirenes e buzinas), justificava a ênfase rodoviária no desenho de Brasília.²⁰ O filme foi eloquente em afirmar que a nova capital não tinha (e não teria) os problemas de congestão do Rio de Janeiro: cenas gravadas desde um automóvel percorriam superquadras e atravessavam anéis rodoviários com fluidez. É que, em 1964, o problema de Brasília era outro: desde o avião, o filme mostrou imagens das escalas ampliadas do eixo rodoviário-residencial e do eixo monumental, sobrevoando, duas vezes, seus setores centrais (fig. 3.08). Ali, o filme exibiu, sem querer, uma das áreas mais incompletas da nova capital.

Fotografias tiradas pela prefeitura complementam as cenas daquele filme. Desde os pavimentos inferior e superior da plataforma rodoviária, ou de cima de edifícios, elas tentaram enquadrar os setores bancário e comercial sul como conjunto, mas revelaram edifícios soltos pelo espaço aberto. Ali, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e o Edifício Seguradoras, publicados na revista *Módulo*,²¹ parecem finalizados, preenchendo o “lote”, ou “módulo”, determinado pelas normas de 1960. Na foto tirada desde um apartamento do Hotel Nacional (fig. 3.09), o Banco do Brasil, em fase de acabamento, aparece ao lado do Banco de Crédito da Amazônia, projetado pelos irmãos Roberto, que, na última laje, arrematava o grupo de edifícios altos e isolados previstos pela maquete e pelos planos. Perto deles, a Casa de São Paulo, de Esteves, aparece como primeiro edifício daquele conjunto unificado por marquise. Na foto do Setor Comercial Sul, tirada desde o Edifício Seguradoras, é possível enxergar um conjunto mais coeso organizado pelos edifícios Darcy Ribeiro, Maristela, JK, Ceará, Barocat, Alvorada, Márcia, e o Gilberto Salomão, ainda em obras (fig. 3.10). Mas, no centro daquela foto, o edifício Oscar Alvarenga, pronto e isolado, antecipava a situação de outros edifícios construídos de forma desarticulada e espalhada.

Tanto o filme quanto as fotografias descreveram o contexto ainda incerto dos setores centrais do Plano Piloto. Por aquela época,

Figura 3.08. os fotogramas do filme *Brasília: planejamento urbano* revelam edifícios em obras e dispersos pelos setores centrais.

Figura 3.09. A incompletude do Setor Bancário Sul é clara na vista desde o Hotel Nacional.

Figura 3.10. No Setor Comercial Sul edifícios, como o edifício baixo Oscar Alvarenga (centro, ao fundo) aparece isolado. A construção do setor se fazia de forma fragmentada.



3.08

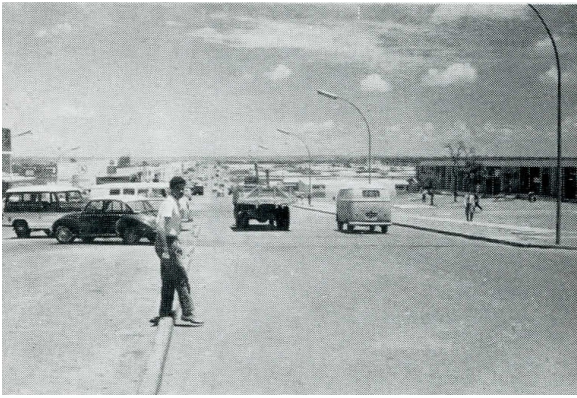


3.09

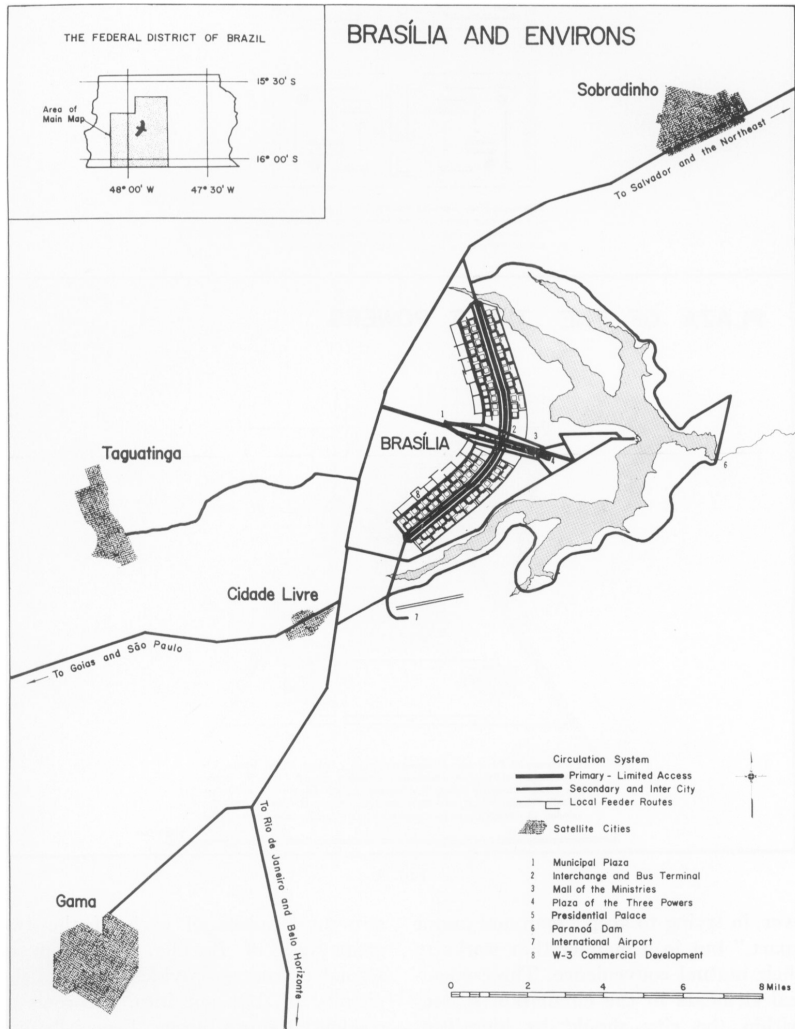


3.10





3.11



3.12

o arquiteto inglês David Crease explicou na *Architecture Review* que, apesar de esses setores estarem ali, “em contraste com a monumentalidade dos edifícios nacionais, e com o caráter de recinto das superquadras”, o desenvolvimento da cidade fez surgir, desde cedo, uma centralidade imprevista na margem sudoeste do eixo rodoviário-residencial, em um trecho da via W3 (fig. 3.11).²² Ali, lojas e agências bancárias, incentivadas pelas Normas de 1960, se acumularam junto das casas que Niemeyer havia projetado e construído para os primeiros técnicos que foram morar em Brasília, e

O que era para ser, no esquema original de Costa, uma rua de serviço sem importância, parte de um sistema secundário e independente para circulação de caminhões e suplementos, tornou-se uma rua comercial movimentada, com lojas de um lado e casas de outro, visualmente monótona e perigosa.²³

As cenas do filme e as imagens das fotografias também contrastavam com o desenvolvimento das cidades-satélites. Em um artigo para a *Economic Geography*, o geógrafo americano David Snyder reportou que o fluxo contínuo de migrantes, rapidamente resolvido pela criação de cidades-satélites “situadas em distâncias de dez a 18 milhas do centro da cidade formal”, criou uma nova geografia para o Planalto Central.²⁴ Enquanto muitas superquadras permaneciam vazias, dependentes de capital privado para serem construídas, a população crescia nas cidades-satélites “relativamente não planejadas”.²⁵ Um mapa reforçou o ponto (fig. 3.12). Ali, Snyder contrastou o Plano Piloto de Brasília, desenhado com seu sistema viário ainda não ocupado, com o cinza cheio e indefinido da “Cidade Livre”, de Taguatinga, Gama e de Sobradinho, que juntas já somavam uma população de 100 mil habitantes, cada vez mais necessitada de serviços de energia, saneamento e transporte.²⁶

O crítico de arte Mário Barata escreveu para *Zodiac* que o fenômeno da W3 era um “surto”, e que o desenvolvimento das cidades-satélites era um problema regional “fracamente formulado”.²⁷ Consequências das incertezas não só frente aos setores centrais, mas em relação à cidade como um todo, já que parlamentares ameaçavam não cumprir a transferência para a nova capital. Um deles utilizou uma palestra na Escola de Arquitetura de Belo Horizonte para manifestar que “Brasília foi um erro”, explicando que “o que o Sr. Juscelino Kubitschek transportou foi a cabeça de cada ministério”.²⁸ Outro, desde o Rio de Janeiro, sustentava na Câmara que “ou o Poder Executivo se transfere efetivamente para Brasília, ou então o Congresso Nacional terá que retornar”.²⁹

Figura 3.11. Para Crease, que vivia e trabalhava em Brasília, a W3 “se tornou rapidamente o centro da cidade em desenvolvimento”.

Figura 3.12. O desenho de Snyder é argumentativo: a “Brasília planejada”, representada com linhas definidas, contrastava em ocupação e forma com as “cidades-satélites não planejadas”, apenas sugeridas por hachuras.

Aí, quando Plínio Cantanhede assumiu a prefeitura em maio de 1964, nomeado por Castello Branco, salientou na cerimônia de posse que, “sem sacrificar a monumentalidade” de Brasília, era “necessário pensar no terra-a-terra das condições humanas de convivência social”.³⁰ Cantanhede se comprometeu com uma reforma administrativa, iniciada no governo de Jango, que criaria secretarias nas cidades-satélites para atender melhor a demandas específicas.³¹ Também retomou as funções da Novacap e as obras paradas da cidade que, segundo o *Correio Braziliense*, somavam “um total de 43 trabalhos”.³² Além daquelas especiais, como o Ministério das Relações Exteriores, o Tribunal de Contas, e a Torre de Televisão, retomadas pelo departamento de edificações, a matéria destacou obras de saneamento, como a estação de abastecimento de água da “Asa Norte”, e de energia, com a expansão da rede elétrica de Brasília. Quanto ao departamento de viação e urbanização, explicava que os trabalhos se concentravam no assentamento de calçadas e acessos, sobretudo no Setor Comercial Sul, “como se poderá observar, em frente ao prédio onde funciona a Caixa Econômica Federal de Brasília, máquinas da Novacap urbanizam os logradouros do edifício”.³³

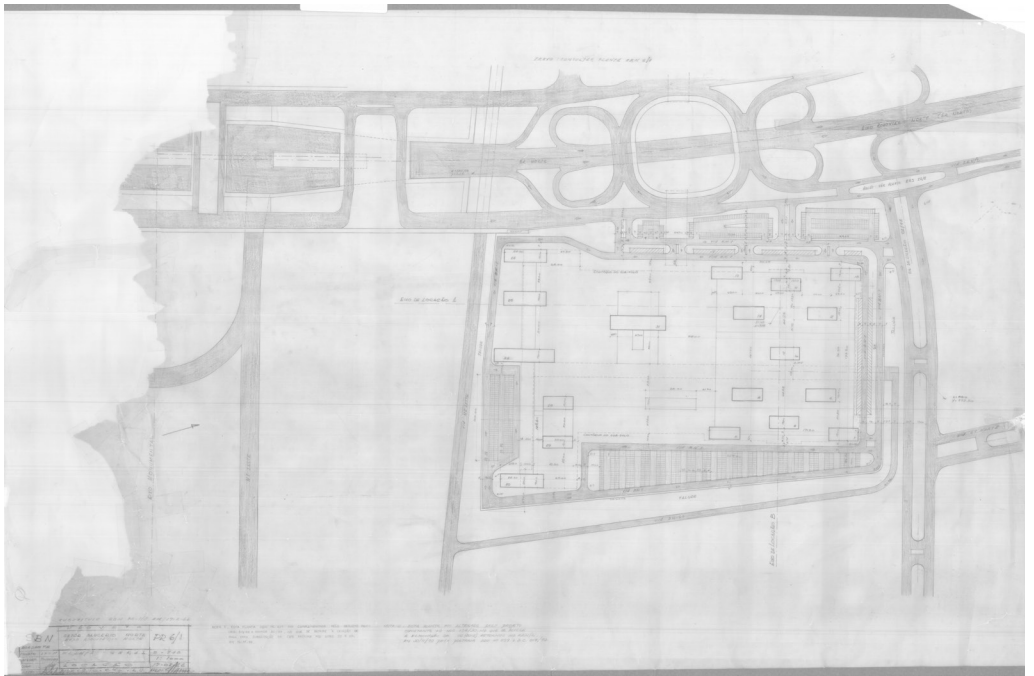
Um polígono e três quadras

Dubugras afirmou que Cantanhede queria “civilizar a cidade”.³⁴ Esteves explicou que o prefeito desejava implantar ruas, calçadas, árvores.³⁵ Em relação aos setores centrais, as intenções do prefeito só se transformaram em desenho em 1966.

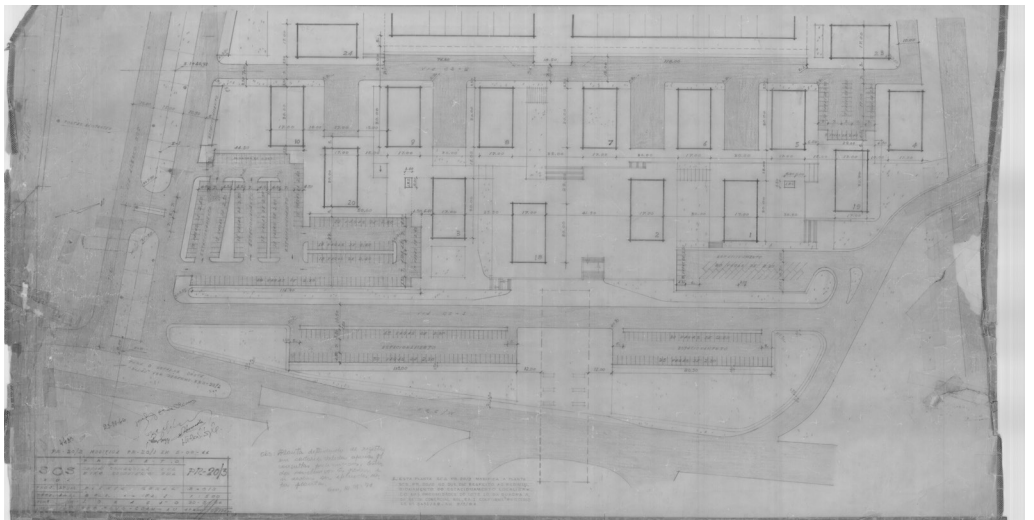
Em fevereiro, Esteves aprovou uma planta geral do Setor Bancário Norte, a “SBN PR 6/1”, que situou, pela primeira vez, aquele setor em contexto (fig. 3.13). Ali, os técnicos da prefeitura detalharam todo o sistema viário circundante, enfim implantado. O conjunto de volumes de 1959 passou a ser inscrito em um polígono formado pelo eixo rodoviário-residencial, pelas vias “N2 leste” e “BN-S1”, e pela “via de ligação SE/NE” e “BN-1”. Essas vias organizaram a circulação de veículos em dois anéis complementares. O anel externo ordenava os acessos ao setor: a partir do eixo monumental, percorria-se a via “N2 leste” e a via “BN-S1” para entrar no subsolo; a partir do eixo rodoviário-residencial, ou da “via de ligação SE/NE”, entrava-se nas praças de estacionamento localizadas no térreo. O anel interno distribuía, pela via “BN-1”, o trânsito veicular entre três praças de estacionamento: uma junto do eixo rodoviário-residencial, cujo desenho acomodava a geometria do setor à curvatura do eixo; outra, do lado oposto, que, em forma de triângulo, organizava-se entre os volumes da marquise quadrada e dos passeios cobertos; e uma menor, implantada entre os volumes dos passeios cobertos.

Figura 3.13. A planta “SBN PR 6/1” foi a primeira a inserir o Setor Bancário Norte em seu contexto, definindo o arruamento. A demora no desenho do esquema viário se relaciona com a incompletude da cidade, que havia começado a ser ocupada pela ala sul.

Figura 3.14. As ruas e calçadas desenhadas na planta “SCS PR 20-3” transformaram a ala de edifícios altos e retangulares do Setor Comercial Sul em uma quadra. A representação fragmentada amplia a escala e os detalhes do desenho, mas não deixa de reforçar o desprendimento do trecho em relação ao setor.



3.13



3.14

Naquele desenho, os técnicos desenharam uma passagem pedestre que, por baixo do eixo rodoviário-residencial, conectaria o setor bancário com o Setor Comercial Norte, como no Setor Bancário Sul.

Em maio, Esteves aprovou outra planta, a “SCS PR-20/3”, preparada para o Setor Comercial Sul (fig. 3.14). Aquela planta retomava os desenhos feitos em 1960, mas em vez de apresentar o setor inteiro, incluiu apenas a porção organizada pelos volumes retangulares dispostos junto do eixo rodoviário-residencial. Ali, os técnicos mantiveram o mesmo arranjo de volumes de 1960, mas definiram melhor o sistema viário com o desenho das vias “CS-1” e “CS-2”. Essas vias estabeleceram uma área de 112,5 metros de largura. A via “CS-1” conectou o setor com o entroncamento do eixo rodoviário-residencial e distribuiu o trânsito veicular em duas praças de estacionamento, ajustando a área ociosa entre o setor e o eixo. Já a via “CS-2”, manejou o trânsito local entre os volumes, que, a partir das vias laterais ao setor, desenvolveram-se em praças para carga e descarga. Estacionamentos junto da “via de acesso” e da via “S2” complementaram o desenho do trecho. Escadas e jardins acomodaram as diferenças de nível entre os volumes já construídos, conduzindo o trânsito pedestre e descartando de vez as passarelas de 1960.

Em junho, a planta “SCS-B PR-1/2” apresentou um trecho de setor com o nome de “Setor Comercial Sul-B” (fig. 3.15). Aquele trecho foi implantado a oeste do Setor Comercial Sul, ocupando a área resultante da criação das quadras 700, feita ainda nos primeiros tempos de Brasília.³⁶ Ali, três volumes alongados ocuparam um quadrilátero de 335 por 227 metros de lado, definido pelas vias transversais “W3” e “W5” e pelas vias longitudinais “acesso 700/701” e “S2”. Estacionamentos para veículos leves foram implantados ao longo da largura, repartindo virtualmente a área em três partes, de acordo com a disposição dos volumes. Cada volume foi desenhado com 160 metros de comprimento, 50 de largura e até 6 pavimentos de altura, implantados em paralelo à menor dimensão do terreno. Tais volumes foram pensados como dois núcleos de 70 por 42 metros, separados 20 metros entre si para acomodar uma passagem pedestre. À parte desses núcleos, os volumes não foram subdivididos em unidades menores. Característica que, somada à organização ajustada entre estacionamentos, fez com que os técnicos chamassem cada volume de “lotes” A, B e C.

Por fim, em novembro, os técnicos desenvolveram a planta “SCS PR-22/2”, detalhando a terminação do Setor Comercial Sul junto da via “W3” e do Setor Comercial Sul-B (fig. 3.16). Tal planta compreende o conjunto de volumes alongados e fracionados, com

Figura 3.15. Com a planta “SCS-B PR 1/2” os técnicos da prefeitura estenderam o Setor Comercial Sul por cima de uma área ociosa, resultante da criação das quadras de moradia para os primeiros técnicos, de Brasília. A organização em três volumes, balizada por estacionamentos, repartiu, ainda que virtualmente, o setor em três “lotes”.

Figura 3.16. O arruamento e os estacionamentos desenhados na planta “SCS PR-22/2” também repartiram o trecho oeste do Setor Comercial Sul em duas porções. A representação fracionada repetiu a estratégia utilizada para definir a ala dos edifícios altos.

implantações e dimensões variadas, além de dois volumes para edifícios retangulares, cuja posição foi revisada. Neste desenho, as vias “CS-5” e “CS-6” conectaram a “via de acesso” com a “S2”, repartindo o trecho em duas porções. Uma delas, compreendeu uma área de 150,5 metros de largura, ajustada a um dos volumes fracionados, implantado em paralelo ao comprimento do setor. A outra, com 100 metros de largura, conteve um único volume baixo, implantado na transversal. Ao atravessar o setor, as vias “CS-5” e “CS-6” definiram estacionamentos periféricos, concentrando a circulação pedestre para o centro de cada área. Essas vias foram intercaladas por outras duas, a “CS-S4” e a “CS-S5”, que em vez de atravessar o setor, conduziriam o trânsito de carga para subsolo, estendendo-se debaixo dos volumes, como nos primeiros desenhos. Praças de estacionamento articulariam o setor junto do trânsito da “W3”, repetindo a solução do encontro entre o setor e o eixo rodoviário-residencial.

Estação Telefônica Centro

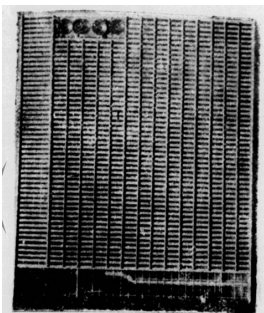
Faltava uma das pranchas para completar o conjunto do Setor Comercial Sul. Mesmo assim, o Departamento de Telefones Urbanos e Interurbanos (DTUI) se antecipou e encomendou um edifício para a área ainda sem novo desenho. Os trâmites para implantar uma estação de telefones, com “capacidade para até 80.000 linhas”, já haviam começado em 1965. Uma matéria do *Correio Braziliense* exaltava que a estação colocaria Brasília “na vanguarda absoluta de toda a América Latina” neste tipo de serviço (fig. 3.17).³⁷ Contudo, o projeto definitivo, feito para o “módulo 21” do setor comercial, só foi entregue em setembro de 1966. O autor do projeto foi Hélio de Ferreira Pinto, com a colaboração de Alaôr Savoi de Sena.

Pinto havia sido professor da Escola de Arquitetura da Universidade de Minas Gerais, e desenvolvia uma carreira concentrada no projeto de grandes edifícios. Contava com uma experiência em projetos tão variados quanto uma fábrica de bebidas em Belo Horizonte ou uma usina termoeletrônica em Palo Seco, Porto Rico.³⁸ Esta experiência também incluía o concurso para o centro cívico de Toronto, no Canadá, onde propôs uma torre romboide de cerca de 30 pavimentos de altura, sustentada por pilares, e complementada por auditório circular (fig. 3.18).³⁹ Também fazia parte do conjunto de seus trabalhos a reforma do Teatro Municipal de Belo Horizonte, que ampliava o programa e alterava os acessos projetados por Niemeyer em 1943 (fig. 3.19).⁴⁰ Na metade da década de 1960, Pinto estendia sua atuação para Brasília, finalizando o Hospital Distrital de Sobradinho e desenvolvendo o Hospital de Taguatinga,

Figura 3.17. Na matéria, o jornal apresenta um projeto que não é não se transformou em definitivo: um bloco de base transparente e corpo envelopado em brise.

Figura 3.18. A solução de Pinto para o centro cívico de Toronto apresentava um grande volume sustentado por pilares curtos, dissociado do contexto. Solução recorrente naquela competição, e que o historiador Sigfried Giedion criticou como exemplo da “incerteza que envolve a maior parte dos arquitetos no momento em que eles tentam inventar novas formas”.

Figura 3.19. A reforma de Pinto foi motivo de desentendimento com Niemeyer: o novo acesso, entre lojas, era, para o arquiteto carioca, coisa “imprópria e inconcebível”.



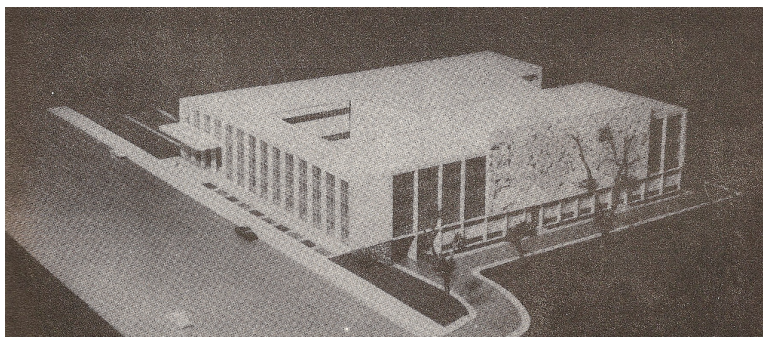
CENTRO TELEFONICO

A construção da Estação Telefônica Centro, com capacidade para 80.000 linhas, Brasília ficará na vanguarda absoluta de toda a América Latina

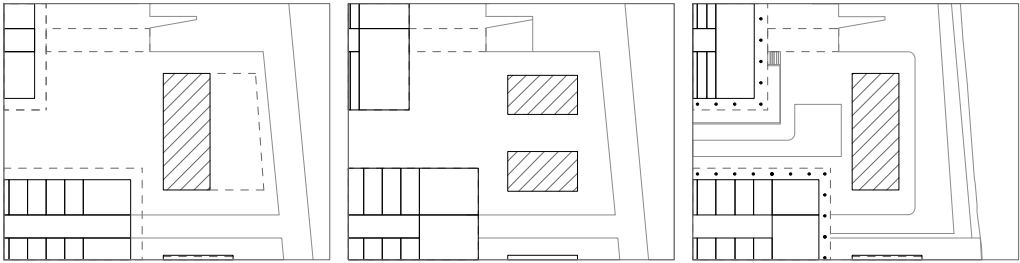
3.17



3.18

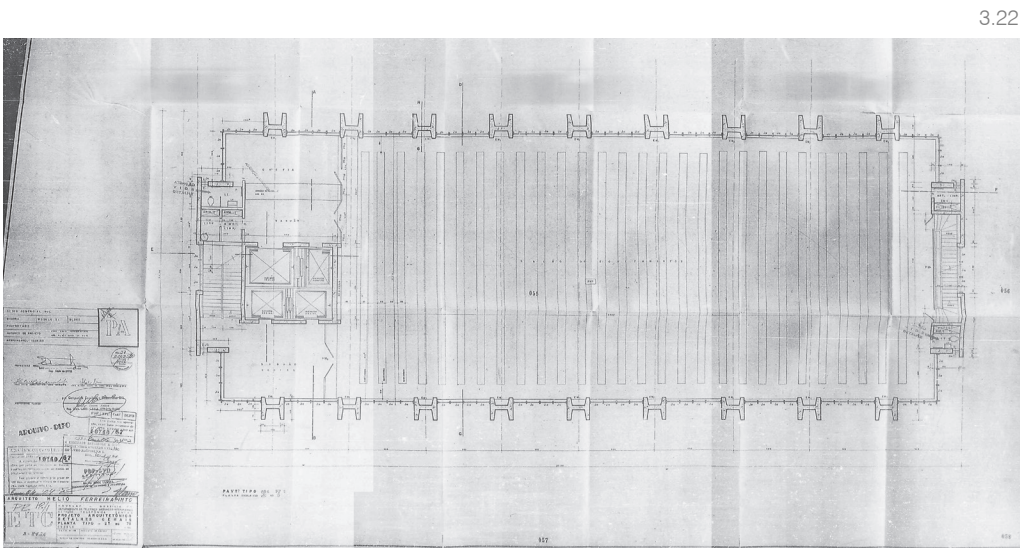
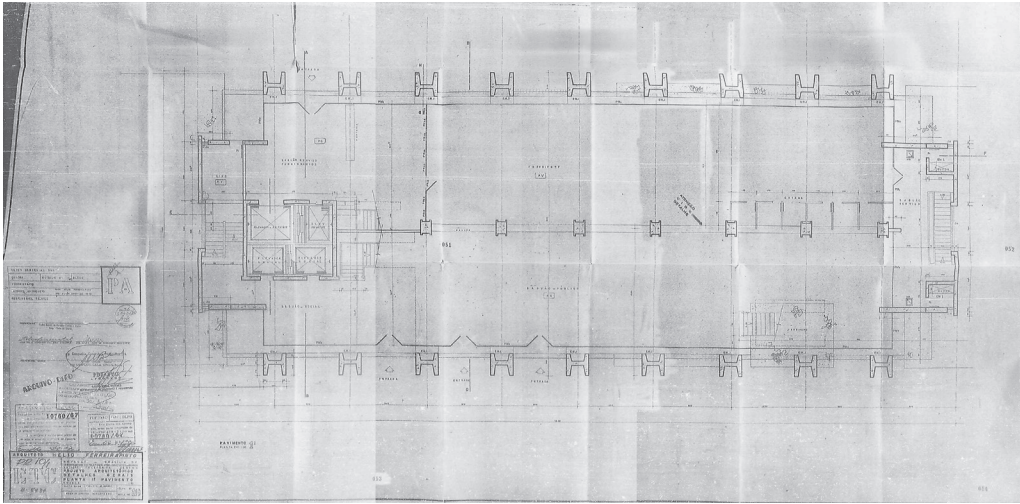


3.19



3.20

3.21



3.22

além de mais dois hospitais nas vias L2 sul e norte.⁴¹

O arquiteto projetou a estação telefônica para uma área em que as orientações de ocupação variaram bastante. A planta “SCS-2 2.8”, de 30 de março de 1960, prescrevia um retângulo de 50 metros de comprimento e 20 de largura, implantado longitudinalmente ao setor, por cima de uma plataforma trapezoidal. O volume se ajustava entre os acessos de estacionamento, e, junto dos edifícios baixos, organizava a frente de uma área vazia, à maneira de praça. Já a planta “SCS-2 3.10”, de 31 de março de 1960, apesar de manter a plataforma, dividiu o retângulo em dois blocos, cada um com 30 metros de comprimento e 17 metros de largura. Esses blocos foram implantados com um afastamento de 22 metros entre si, recuados em 10 metros em relação a plataforma, e orientados de topo para o setor hoteleiro. Por fim, a planta “SCS-2 2-13”, de 3 de novembro de 1960, retomou o retângulo de 50 por 20 metros, mas suprimiu a plataforma trapezoide. Ali, o edifício passou a compor o fundo de uma praça de estacionamentos (fig. 3.20).

Nos desenhos de 1966, Pinto utilizou o retângulo de 50 por 20 metros, mas retomou a base trapezoidal. Desenhou aquela base como uma plataforma meio enterrada, que regularia o desnível do terreno com dois pavimentos. No nível acima, implantou estacionamentos junto do acesso ao edifício. No nível abaixo, ocupou o volume com máquinas para ar-condicionado e geração de energia. O desenho da plataforma organizou as vias em torno do edifício, e montou uma interface entre a plataforma do Hotel Nacional no setor hoteleiro e o setor comercial ainda pouco consolidado. Como consequência, o uso da plataforma destacou, desde cedo, a geometria do sítio da estação de telefones do polígono do resto do setor.

Por cima da plataforma, Pinto desenhou um edifício de 14 pavimentos, marcado pelo desenho estrutural. Ali, nove pilares em forma de “H” definiriam o ritmo de cada uma das fachadas maiores, enquanto escadas, sanitários e depósitos condicionariam o desenho das fachadas menores com dois volumes salientes e opacos. O térreo contaria com saguão de atendimento ao público e área para escritórios (fig. 3.21). Equipamentos ocupariam do segundo ao sétimo pavimento, enquanto os demais seriam destinados aos escritórios do departamento e alas da diretoria (fig. 3.22). Antenas de transmissão coroariam aquele que seria o edifício mais alto do setor.

Ainda em setembro, o *Correio Braziliense* publicou que as obras da Estação Telefônica Centro começariam junto com as comemorações do décimo aniversário da Novacap.⁴² Em outubro,

Figura 3.20.
Quando as plantas “SCS-2 2.8”, “SCS-2 3.10” e “SCS-2 2-13” são colocadas lado a lado, ficam claras as mudanças ocorridas no desenho da área e o retorno da forma do prédio à previsão inicial.

Figuras 3.21 e 3.22.
Plantas do térreo (grifada como “1o pavimento”) e do pavimento tipo, entregues para a prefeitura e aprovadas por Nauro Jorge Esteves.



3.23



3.24

3.25



3.26



o jornal confirmou que a Firma Estacas Franki havia vencido a licitação e faria as fundações.⁴³ Fotografias de agosto de 1967, guardadas pelo Arquivo Público do Distrito Federal, acusavam a participação da Construtora Pederneiras no empreendimento, e ilustravam uma obra que, para além da plataforma, já avançava para o segundo piso (fig. 3.23). Uma foto de abril de 1968 mostrava o edifício com sua estrutura quase finalizada e antecipava que ele não combinaria com os volumes de 12 pavimentos implantados na frente do eixo rodoviário (fig. 3.24). Ele também não compunha com os conjuntos de edifícios de até seis pavimentos distribuídos pelo setor. Pelo contrário, uma fotografia de setembro de 1968 esclareceu que, justaposto àqueles edifícios baixos, o volume da Estação Telefônica Centro criava uma diferença entre formas e alturas só compatível com a paisagem urbana das cidades tradicionais (fig. 3.25). Outra foto, tirada em maio de 1969, revelava o edifício quase acabado, e confirmava o fato (fig. 3.26).

Figuras 3.23, 3.24, 3.25 e 3.26. A sequência de fotografias documenta o processo construtivo da Estação Telefônica Centro e evidencia a desconexão do edifício com o contexto em que se insere.

Código

Essas licenças não deveriam acontecer nos setores centrais do Plano Piloto, e em março de 1967, Cantanhede aprovou o *Código de Edificações de Brasília e Regulamentos*, que atualizava e ampliava as *Normas para Edificações em Brasília* de 1960. O documento foi elaborado pelo engenheiro Geraldo Roberto Orlandi, coordenador de obras e serviços da prefeitura, e pelos arquitetos Fernando Lopes Burmeister, Ruth Neugroschel Leal e José de Anchieta Leal, com a assessoria de Esteves, que continuava no cargo de coordenador de arquitetura e urbanismo. No código, os técnicos elaboraram, pela primeira vez, um documento completo para regular a cidade. Republicaram o texto de Costa para o plano piloto e atualizaram a planta de Brasília, “com indicações de todas as suas zonas, setores, quadras e vias”.⁴⁴ Identificaram que Brasília havia sido “concebida e ordenada em função de dois eixos que se cruzam”.⁴⁵ Mas, por cima dos eixos, aplicaram uma superestrutura que repartiu a cidade em seis zonas. Ali, explicaram a “zona central” depois da “zona administrativa”, e antes da “zona residencial”.⁴⁶ Determinaram que aquela parte da cidade seria organizada pelos “setores destinados à realização de atividades administrativas, comerciais e de diversões características de centro urbano”.⁴⁷

Depois de identificar as características gerais estabelecidas para a zona central, o código regulamentou o Setor Bancário Norte, o Setor Bancário Sul e o Setor Comercial Sul em suas ocupações e morfologias.

A ocupação do Setor Bancário Norte e do Setor Bancário Sul

seria feita por sedes e agências de bancos, casas de câmbio e turismo, escritórios para serviços públicos, além dos serviços de suporte como cafés, bares, restaurantes e bancas de jornais e revistas. Naqueles setores, a atuação da iniciativa privada deveria obedecer “os alinhamentos de pilares indicados nos projetos” elaborados pela prefeitura.⁴⁸ Além disso, seria responsabilidade dos proprietários das áreas comercializadas a construção da esplanada e marquises existentes, até os eixos das linhas de pilares mais próximas dos limites de atuação.⁴⁹ Por fim, caberia à prefeitura completar as partes faltantes.

Já a ocupação do Setor Comercial Sul compreenderia edifícios para lojas e salas, incluindo comércio especializado, escritórios, consultórios, clubes, estabelecimentos para cursos, além de pequenas agências bancárias, órgãos do serviço público, cafés, restaurantes. Diferentemente dos setores bancários, o código não permitia a intervenção da iniciativa privada nos espaços externos às áreas comercializadas. Pelo contrário, no Setor Comercial Sul os espaços internos é que poderiam ser utilizados livremente, desde que “mantidos, externamente, os mesmos elementos geométricos essenciais do conjunto”.⁵⁰

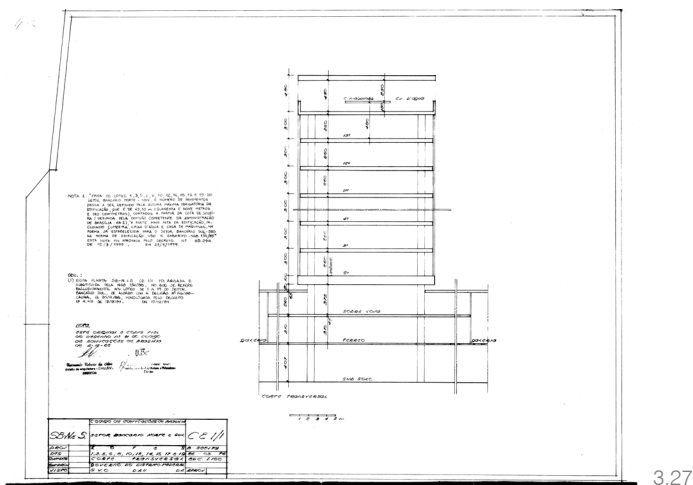
Nos setores da zona central, a forma a ser construída pela iniciativa privada passou a ser, efetivamente, regulada por gabaritos e modelos.

Tanto no Setor Bancário Sul, quanto no Setor Bancário Norte, os técnicos identificaram esses gabaritos e modelos, ou o conjunto de características comuns a cada área comercializada, como “lote”, como que empregando a palavra em seu sentido de agrupamento de itens semelhantes.⁵¹ Assim, os lotes 1, 3, 5, 6, 8, 10, 12, 14, 15, 17 e 19, seriam configurados pelos volumes altos e implantados por cima da marquise, e o limite construído se daria com 13 pavimentos mais cobertura e subsolo, sendo o térreo obrigatoriamente subdividido em loja e sobreloja. Já os lotes 2, 4, 7, 9, 11, 13, 16 e 18, seriam configurados pelos volumes distribuídos nos interiores daquela estrutura, e a construção poderia ser feita com apenas um pavimento, dividido em loja e sobreloja, mais subsolo. Dali, os lotes 24, 25, 28, 29 e 30, foram atribuídos para os volumes altos e próximos do eixo monumental, e o limite construtivo seria de até 18 pavimentos mais cobertura e subsolo, enquanto os lotes 20, 21, 22, 23, 26 e 27, compreenderiam os volumes baixos, especiais e espalhados nos setores, e contariam com apenas um pavimento térreo, com loja e sobreloja, além de subsolo. Em simetria com a sede do Banco do Brasil no Setor Bancário Sul, o “lote 31”, destinado para os Correios e Telégrafos no Setor Bancário Norte, se faria com 21 pavimentos mais cobertura e subsolo.

Já no Setor Comercial Sul, os técnicos utilizaram “projeção” e “lote” para identificar áreas que seriam comercializadas e edificadas de forma diferente. O código diferenciava que as projeções, numeradas de 1 a 10 e aquelas de 18 a 24, seriam destinadas à “construção de edifícios isolados”, reconhecendo o conjunto de volumes altos, espaçados e dispostos junto do eixo rodoviário-residencial. Já as projeções de 11 a 17, foram caracterizadas como os volumes retangulares e alongados, espalhados pelo setor. Contudo, estas projeções seriam subdivididas em lotes, em que os edifícios nelas construídos deveriam formar um “conjunto homogêneo”.⁵² Diferentemente do sentido utilizado nos setores bancários, no Setor Comercial Sul, os técnicos empregaram a palavra “lote” no sentido mesmo de “loteamento”, surgido com o século XX, para explicar o processo ou o plano de fracionamento de determinado terreno em porções menores para posterior venda e construção.⁵³

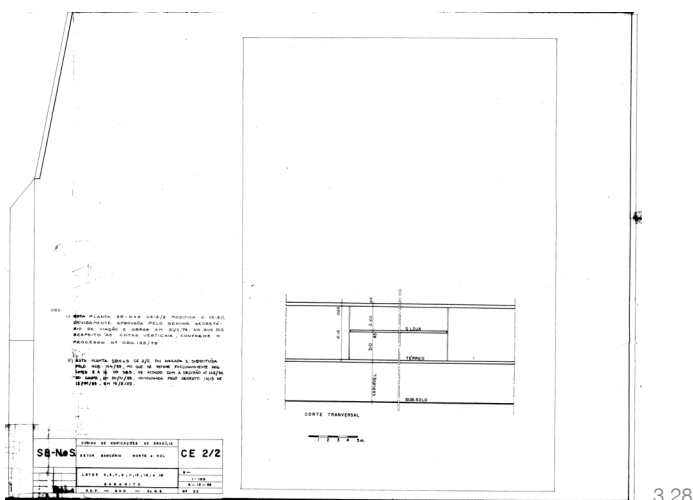
As diretrizes do código foram acompanhadas por desenhos. Em dezembro de 1966, os técnicos produziram um conjunto de 14 pranchas, com cortes e, em alguns casos, plantas, que ilustravam as prescrições dos gabaritos e modelos.

Nos setores bancários, os “lotes” que comporiam a marquise foram ilustrados pelas pranchas de número 21, “SB-N e S CE 1/1” (fig. 3.27), e a de número 22, “SB-N e S CE 2/2” (fig. 3.28), que se referem ao setor do norte e do sul, e explicam, através de cortes transversais, os volumes altos e baixos unificados por marquise, com suas respectivas lojas e sobrelojas. Já as próximas duas pranchas, descrevem as estruturas especiais daqueles setores: a prancha de número 23, a “SB-N CE 3/1” (fig. 3.29), explica o volume solto do Setor Bancário Norte com uma planta de subsolo, uma do térreo (onde o volume aparece fracionado em quatro porções), e um corte longitudinal (que especifica o volume com 4,50 metros de altura); já a prancha de número 24, “SB-S CE 4/1” (fig. 3.30), descreve o volume quadrado do Setor Bancário Sul, e, da mesma maneira, apresenta uma planta (que reparte o volume em três porções menores) e um corte (que especifica o volume com 5,60 metros de altura, ligeiramente mais baixo que os passeios cobertos). As pranchas de número 25, a “SB-N e S 5/1” (fig. 3.31) e número 26, a SB-N e S 6/1” (fig. 3.32) descrevem a seção daqueles volumes mais altos perto do eixo monumental, bem como o corte da cobertura que uniria os volumes, animada por lojas de 6,85 metros de altura. Por fim, a prancha de número 27, a “SB-N e S CE 7/1” (fig. 3.33) descreve a seção daqueles edifícios conjugados por base (desenvolvidos em subsolo, térreo, sobreloja, mais 18 pavimentos e cobertura), comum a ambos setores. A última prancha, de número 28, a “SB-N CE 8/1” (fig. 3.34), especifica o



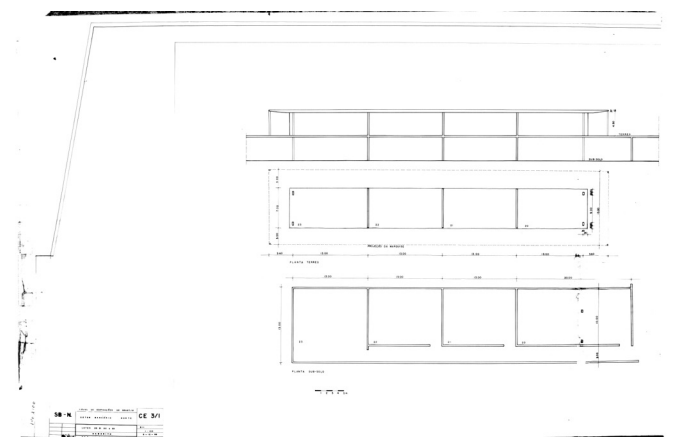
3.27

Figuras 3.27 e 3.28. Duas variações encontradas entre os edifícios que organizam as marquises quadradas dos setores bancários sul e norte. O gabarito "SB-N e S CE 1/1" regula os edifícios altos, enquanto o gabarito "SB-N e S CE 2/2" condiciona o desenho dos equipamentos que animariam o interior dessas estruturas.



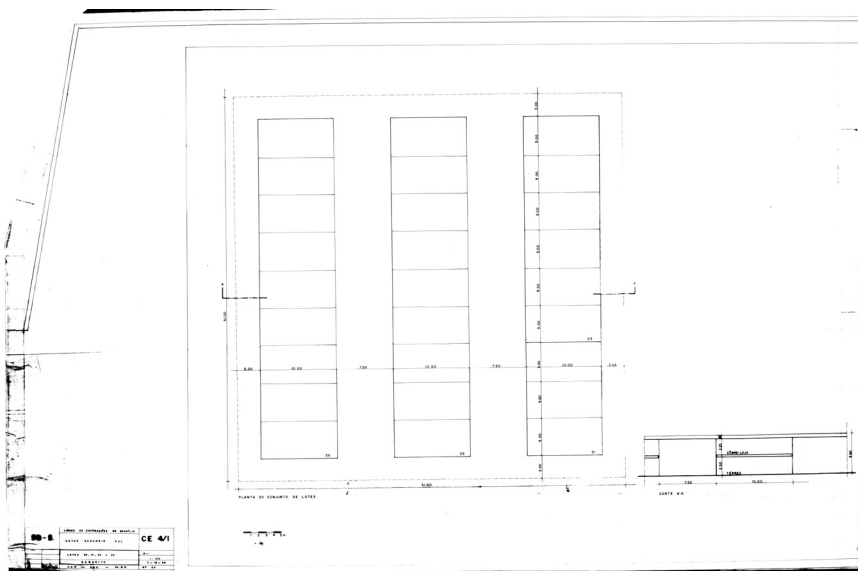
3.28

Figuras 3.29 e 3.30. Estruturas especiais desenhadas para os setores bancários. O gabarito "SB-N CE 3/1" regula o volume baixo implantado no meio do Setor Bancário Norte. O gabarito "SB-S CE 4/1" regula o volume que a revista *Acrópole* chegou a descrever como "bolsa de valores" no Setor Bancário Sul.

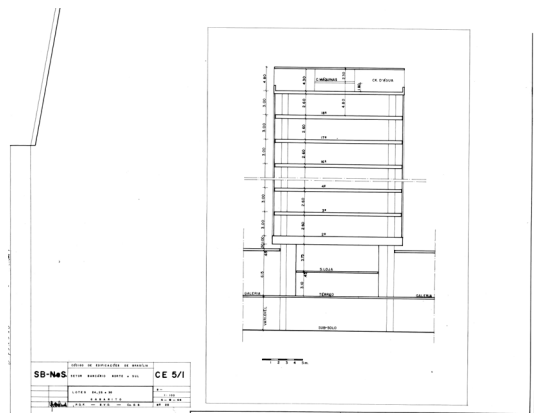


3.29

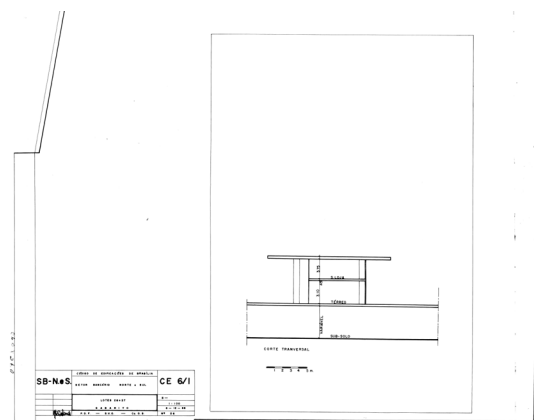
Figuras 3.31 e 3.32. Os gabaritos SB-N e S 5/1 e SB-N e S 6/1 explicam os volumes para edifícios altos dos setores bancários, implantados junto do eixo monumental, e a ocupação da marquise com equipamento necessário ao correto funcionamento do setor.



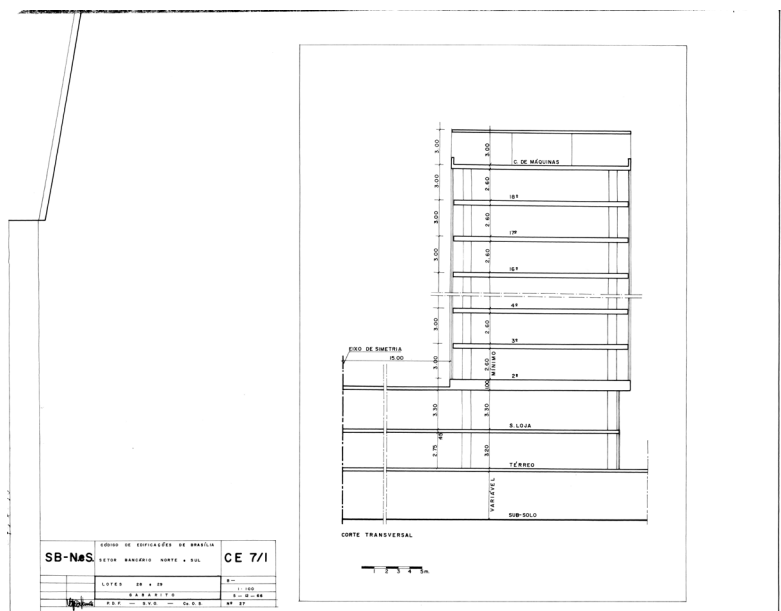
3.30



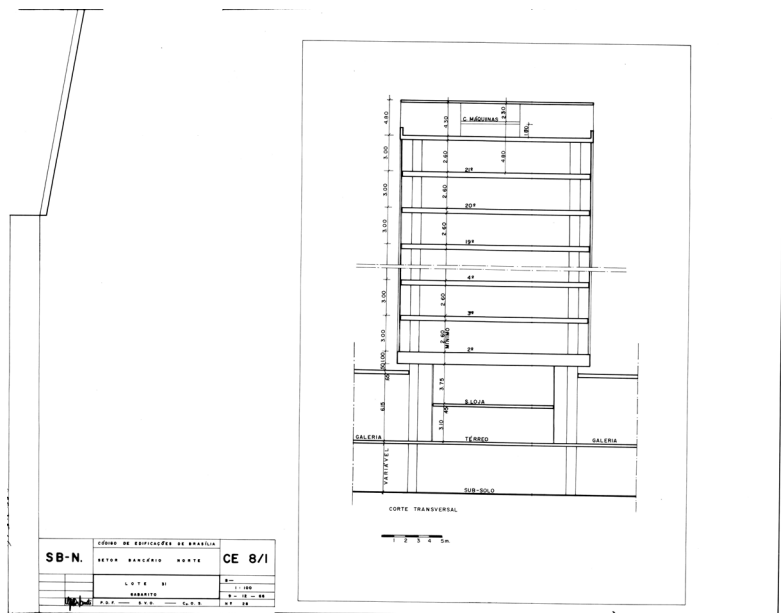
3.31



3.32



3.33



3.34

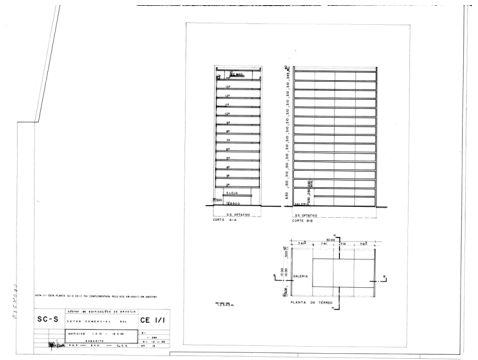
Figura 3.33. O gabarito SB-N e S CE 7/1 descreve os "lotes 28 e 29", pensados para os edifícios conjugados, implantados perto dos volumes altos, e comuns em ambos setores bancários.

Figura 3.34. Por fim, o gabarito SB-N CE 8/1, sugere a seção pensada para o edifício-sede dos Correios e Telégrafos, no Setor Bancário Norte.

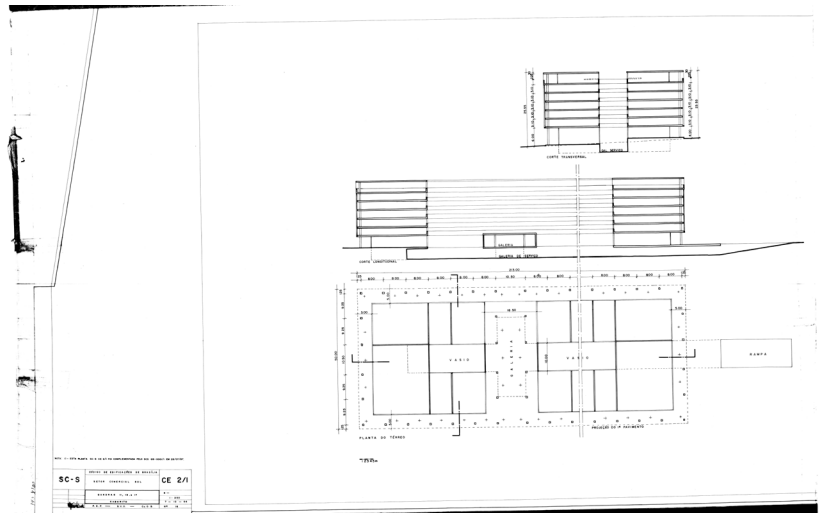
Figura 3.35. Os técnicos não descreveram os volumes altos do Setor Comercial Sul como "lotes", nem como "projeções", conforme o texto do código. No gabarito "SC-S CE 1/1", eles se referiram àqueles volumes como edifícios. Cabe notar que, por aquela época, o trecho era o mais consolidado.

Figuras 3.36 e 3.37. As demais estruturas do setor comercial sul, volumes baixos retangulares ou quadrados, foram desenhadas e descritas como "quadrados" repartidas em "lotes".

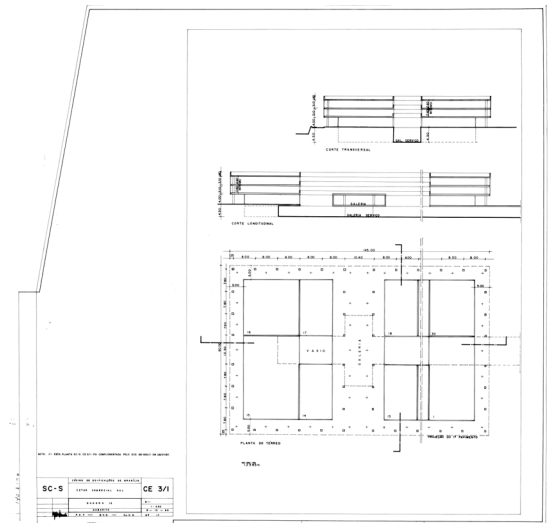
3.35

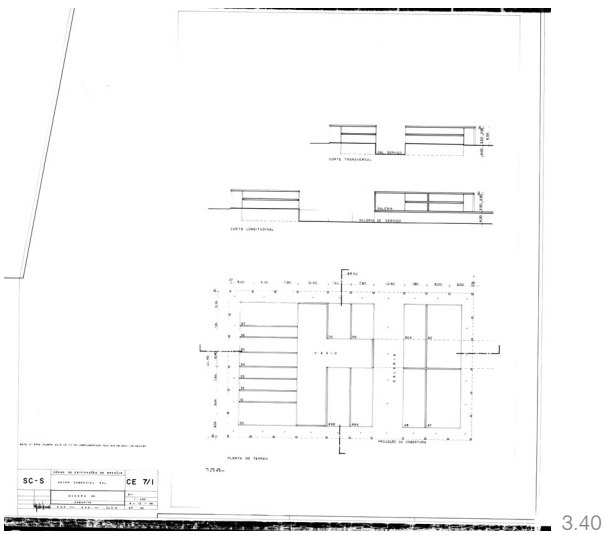
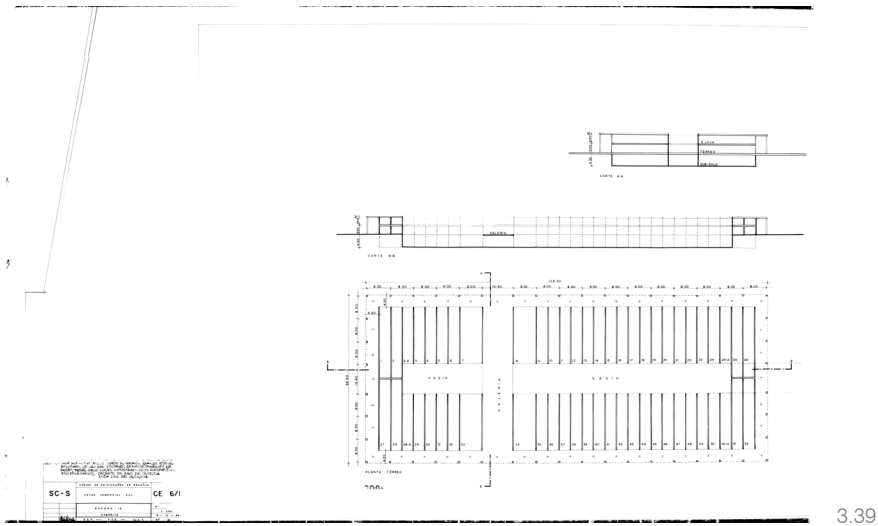
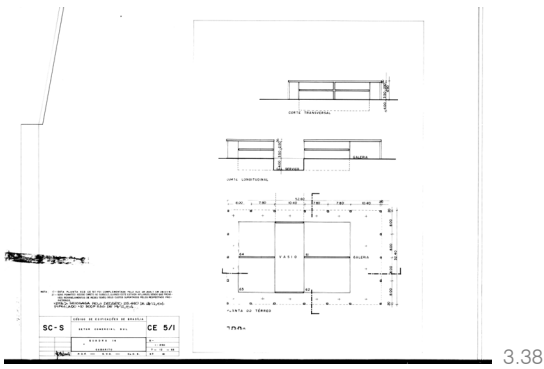


3.36



3.37





corde para a sede dos Correios e Telégrafos.

No Setor Comercial Sul, a prancha de número 15, “SC-S CE 1/1” (fig. 3.35), descreve os volumes junto do eixo rodoviário-residencial não como “projeções”, mas como “edifícios”. Ali, cada edifício a ser construído seria regulado por um conjunto de cortes transversal e longitudinal (que determinavam um volume com subsolo optativo, térreo, sobreloja e 14 pavimentos), e por um trecho de planta, que indica a presença de uma galeria lateral. Nas pranchas restantes – numeradas de 16 a 20, a “SC-S CE 2/1” (fig. 3.36), “SC-S CE 3/1” (fig. 3.37), “SC-S CE 5/1” (fig. 3.38), “SC-S CE 6/1” (fig. 3.39) e a “SC-S 7/1” (fig. 3.40) – cada volume alongado foi apresentado como “quadra” em vez da “projeção” especificada pelo texto do código. Ali, Sejam eles alongados e desenvolvidos em seis pavimentos de altura, ou quadrados e com dois pavimentos de altura, as plantas representam essas “quadras” repartidas em “lotes”.

De um modo geral, o código regulamentava o que já havia sido construído nos setores centrais. No Setor Bancário Sul, por exemplo, a decisão de fazer com que cada proprietário construísse partes da plataforma regulamentava os jardins espalhados do Banco do Brasil. No Setor Comercial Sul, a inclusão da galeria lateral nos desenhos para os volumes junto do eixo validava aqueles edifícios já construídos pela ideia descartada da passarela coberta. Por um lado, o código explicava o desenho e a organização das estruturas pensadas como fracionadas, como as “projeções” ou “quadras” do Setor Comercial Sul. Por outro, legalizava o fracionamento de estruturas idealmente unitárias, como as plataformas e as marquises dos setores bancários, que seriam executadas em pequenas porções até que a prefeitura completasse as partes faltantes.

Gomide

O código foi a última contribuição importante da gestão de Cantanhede.⁵⁴ Na metade de março, o engenheiro deixou a prefeitura, acompanhando o término do governo de Castello Branco.⁵⁵ Ao assumir a presidência, Costa e Silva indicou Wadjô da Costa Gomide para prefeito, nome que foi aprovado em sessão no senado.⁵⁶ Gomide era engenheiro e havia sido funcionário da Novacap em 1960, chefe do Departamento de Edificações em 1961, e trabalhava como superintendente da Sociedade de Habitações de Interesse Social (SHIS) quando aceitou o cargo.⁵⁷ Entre suas promessas de posse, afirmou que governaria “decididamente pela consolidação de Brasília e pela transferência efetiva dos órgãos administrativos para o Distrito Federal”.⁵⁸ Complementou

Figuras 3.38, 3.39, 3.40. Essas “quadras” acomodavam “lotes” de diferentes proporções, que variavam desde “lotes” estreitos com quatro metros de frente e 50 de profundidade, a “lotes” quadrados com dez metros de lado.



3.41

Niemeyer debate com o prefeito o Aeroporto e conclusão da Catedral

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, 3ª-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 1967

3.42

que “as metas e frentes de trabalho previamente fixadas não sofrerão solução de continuidade, acrescentando-se ao plano de administração existente as alterações e acréscimos que se fizerem necessários” (fig. 3.41).⁵⁹

Em abril, Niemeyer encontrou o novo prefeito para discutir a continuação das obras inacabadas, como a urbanização dos arredores da Catedral, incentivada pela campanha de Iolanda Costa e Silva, esposa de Costa e Silva,⁶⁰ e a finalização do Teatro Nacional, com a adição dos relevos de Athos Bulcão nas fachadas rombóides.⁶¹ Gomide também queria concluir o Palácio da Municipalidade que Esteves havia projetado, transferindo a prefeitura de um edifício improvisado no Setor Comercial Sul para a localização definitiva no segundo tramo do eixo monumental. O prefeito aproveitou para comentar sobre a construção do Centro de Diversões, afinal, circulava que o “Sul está todo vendido e depende, agora da iniciativa privada, e o Norte foi vendido todo ao Sr. José Tjours, que se encarregará de sua construção toda de uma vez”⁶². Naquele encontro de abril, Niemeyer e Gomide também discutiram o projeto de uma ponte para ligar as casas do lago à estrutura dos eixos. Por fim, conversaram sobre o aeroporto e decidiram fazer avançar a construção da estação de passageiros (fig. 3.42).⁶³

Niemeyer havia elaborado um novo projeto para a estação de passageiros do aeroporto ainda em 1965, atualizando um esquema feito por Esteves. Segundo o arquiteto, suas ideias haviam sido bem recebidas por Cantanhede e pelo Brigadeiro Itamar Rocha, à frente dos trabalhos no Ministério da Aeronáutica.⁶⁴ Com o passar do tempo, entretanto, o projeto foi recusado e substituído por uma contraproposta elaborada pela Diretoria de Engenharia daquele ministério. Niemeyer, apoiado por arquitetos e estudantes, defendeu seu projeto e se organizou um impasse: de um lado, a Diretoria de Engenharia do Ministério da Aeronáutica recusava o projeto do arquiteto, de outro, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo rejeitava a contraproposta da Força Aérea Brasileira. A Aeronáutica seguiu com os trabalhos, abriu concorrência para a construção da estação em junho,⁶⁵ e iniciou as obras afirmando que se tratava de um aeroporto militar. Niemeyer insistiu que o projeto cabia ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo e a versão militar era uma “ameaça [...] à nova capital: uma estação de aeroporto desatualizada que não corresponde nem ao nível, nem ao espírito de sua arquitetura”.⁶⁶ Gomide acompanhava o impasse. Decidiu pelos militares.⁶⁷ Niemeyer entrou com uma ação na Justiça,⁶⁸ e publicou o caso em seu livro *Quase memórias* (1968).⁶⁹

Durante a discussão do aeroporto, a administração de Gomide remanejava áreas nos arredores de Brasília. De um lado, o

Figura 3.41. De fato, Gomide continuou alguns projetos e obras começados por Cantanhede. Um dos projetos retomados e, por fim, concluídos foi o da própria Estação Telefônica Centro. Na foto, o novo prefeito aparece ao centro, de paletó, óculos e bigode, analisando uma das plantas desenhadas para o Setor Comercial Sul, durante uma visita às obras da Estação.

Figura 3.42. Mesmo com projetos fora do Brasil, Niemeyer insistiu na conclusão e retomada de projetos de Brasília. A troca de prefeitos, gerou uma nova aproximação do arquiteto carioca com a prefeitura de Brasília. Ele tinha esperanças que a gestão de Costa e Silva reestabelece a democracia: “Costa e Silva tomou posse no dia 15 de março passado e um clima diferente, um vento de esperanças parece correr por todo o País”.

prefeito regulamentava desapropriações e vendas de lotes rurais, justificando que o arrendamento daquelas terras havia consistido em “experiência inicial que não correspondeu às expectativas da criação de um centro produtor capaz de suprir as necessidades da capital”.⁷⁰ De outro, Gomide insistia em construir novas cidades-satélites ou mesmo em ampliar as existentes, explicando que o fluxo de migrantes continuava a criar “concentrações excedentes de populações marginalizadas na faixa urbana”.⁷¹ Ele defendia a elaboração de um Plano Diretor Regional, discutido na gestão de Cantanhede, mas que permanecia sem solução.⁷² Enquanto organizava um grupo de trabalho para estudar o caso,⁷³ Rogério de Freitas Cunha, que acumulava os cargos de presidente da Novacap e secretário de viação e obras, realizava a construção do Setor Residencial de Indústria e Abastecimento (SRIA), a cidade-satélite de Guará, desde setembro de 1967.

Setor Comercial Norte

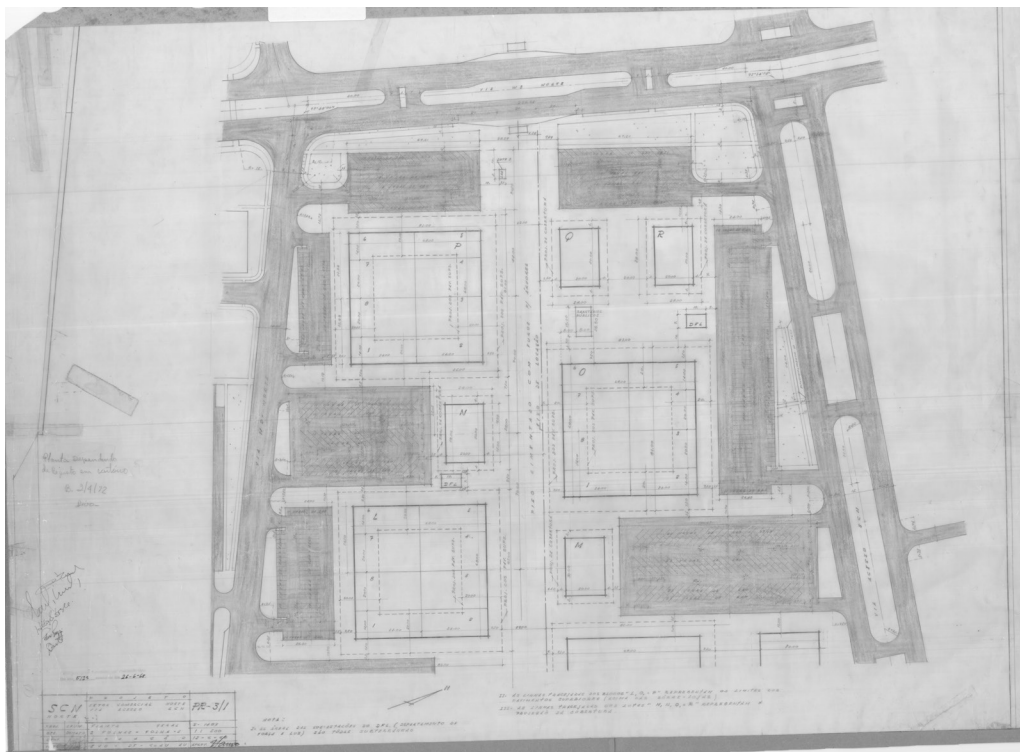
Enquanto aquela cidade se construía por mutirão, a 13 quilômetros dos setores centrais do Plano Piloto,⁷⁴ Esteves aprovou o conjunto de plantas que definiram, pela primeira vez, o Setor Comercial Norte. Antes, os técnicos da prefeitura só haviam estudado a implantação das vias que circulavam aquele setor, desenhando a altimetria “SCN 1/1”, em maio de 1962 (fig. 3.43). O desenho mostrava o setor com o terreno ainda não regularizado, levemente inclinado na direção oeste, e inscrito em uma malha viária projetada, mas pouco definida. No projeto de junho de 1968, os técnicos retificaram a topografia, detalharam o sistema viário circundante, e desenvolveram o setor segundo o esquema fracionado de 1966, repartindo os desenhos em três folhas anexas.

Na primeira delas, os técnicos desenharam a planta “SCN PR-1/1”, definindo um trecho com 12 volumes retangulares e isolados, de frente para o eixo rodoviário-residencial, semelhante ao Setor Comercial Sul (fig. 3.44). Ali, regularizaram a geometria entre o setor e o eixo com o desenho de estacionamentos, traçando, do outro lado, a via “CN-1” para acomodar o trânsito local. A partir desse sistema viário, estacionamentos penetrariam o setor, desenhados como praças intercaladas com os volumes, que com 18 metros de largura por 30 de comprimento, foram implantados em duas fileiras, paralelas à maior dimensão do trecho. No centro, uma área destinada ao convívio pedestre, livre de trânsito veicular, planejada com “piso cimentado com furos para árvores”,⁷⁵ completaria o arranjo.

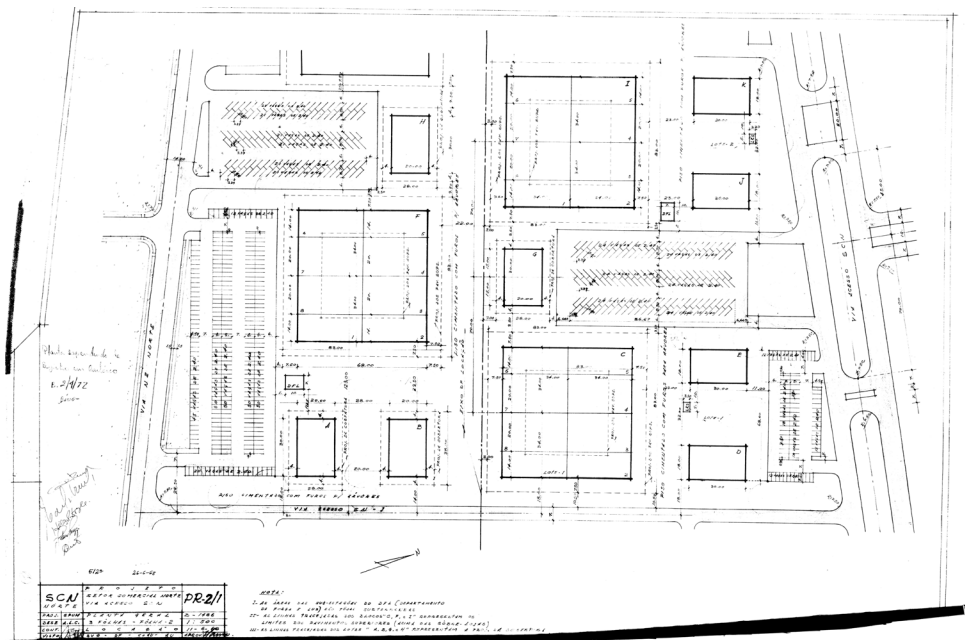
As plantas “SCN PR-2/1” e “SCN PR-3/1”, apesar de separadas

Figura 3.43. O primeiro desenho para o Setor Comercial Norte foi feito ainda em 1962, um levantamento topográfico, provavelmente necessário à implantação das vias da porção norte de Brasília.

Figura 3.44. O projeto para o Setor Comercial Norte foi desenvolvido apenas em junho de 1968. A representação se deu de forma fracionada, em três pranchas anexas, como nos desenhos feitos para o Setor Comercial Sul em 1966. A primeira delas, organizava o conjunto de edifícios altos na frente do eixo rodoviário-residencial.



3.45



3.46

ou mínimas a serem edificadas no setor. Atrasado em relação aos demais setores, as plantas de 1968 não determinavam nenhuma regulamentação para o Setor Comercial Norte.

Passagem

Enquanto o Setor Comercial Norte estava sendo projetado, os setores bancário e comercial sul começavam a ter maiores densidades de ocupação e uso. Lojas e bancos movimentavam pedestres, que cruzavam o eixo rodoviário-residencial num e noutro sentido, reproduzindo o conflito entre trânsitos da cidade tradicional. O problema formava a base das ideias sobre a cidade pensada pela arquitetura moderna. Le Corbusier, por exemplo, reforçou que a separação entre veículos e pedestres era possível através da técnica nas conferências que realizou no Brasil em 1929.⁷⁶ O consenso entre os delegados do CIAM recomendava a separação entre esses trânsitos desde 1933.⁷⁷ Mas, para Costa, carro e pedestre nem sempre representavam um conflito que demandava separação a todo o custo. Um exemplo foi o próprio projeto de cidade universitária elaborada para a Universidade do Brasil em 1936, onde o partido de Le Corbusier separou trânsitos, organizando carros em vias elevadas e pedestres em trama térrea, enquanto o de Costa juntou fluxos em uma grande alameda de palmeiras.⁷⁸ Para Brasília, a ideia do arquiteto era a de que nos setores centrais existissem “tramas autônomas para o trânsito local dos pedestres a fim de garantir-lhes o uso livre do chão”, mas que tais tramas não fossem absolutamente separadas daquelas garantidas ao automóvel, como que resultantes de aplicação sistemática.⁷⁹ Afinal, em 1957, o carro, segundo o arquiteto,

[...] deixou de ser o inimigo inconciliável do homem, domesticou-se, já faz, por assim dizer, parte da família. Ele só se “deshumaniza”, readquirindo *vis-à-vis* do pedestre feição ameaçadora e hostil, quando incorporado à massa anônima do tráfego. Há então que separá-los, mas sem perder de vista que em determinadas condições e para comodidade recíproca, a coexistência se impõe.⁸⁰

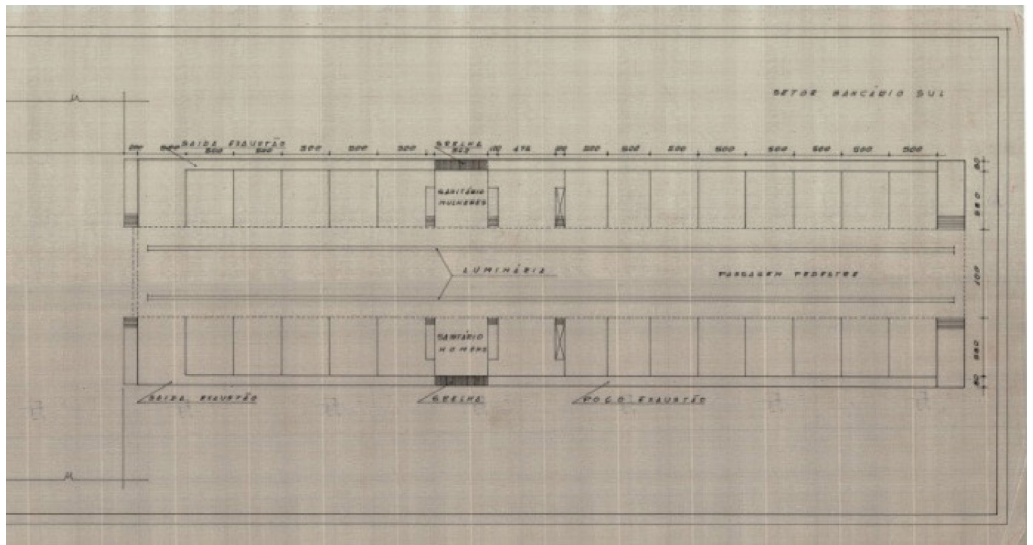
Assim, ao mesmo tempo em que Costa imaginava que carros penetrariam nos setores bancários e comerciais através de vias de aproximação, pensava que a intensa movimentação pedestre entre eles pudesse ser realizada através de praças implantadas entre os setores de diversões e os setores culturais. Ali, o eixo rodoviário-residencial seguiria “ligeiramente sobrelevado” e pedestres atravessariam o trecho de forma livre e desimpedida.⁸¹

Contudo, em 1968, as praças ainda não haviam sido feitas (fig.

Figura 3.48. A fotografia, tirada na frente do Setor Comercial Sul, retrata o contexto e o trânsito em maio de 1967.

Figura 3.49. Segundo a reportagem do *Correio Braziliense*, a passagem “mais importante de todas” é aquela “que liga o Setor Comercial Sul ao Setor Bancário Sul. Neste último já existem as escadarias que dão acesso às entradas subterrâneas e em frente ao Banco do Brasil tudo já está pronto para o uso”.





3.51



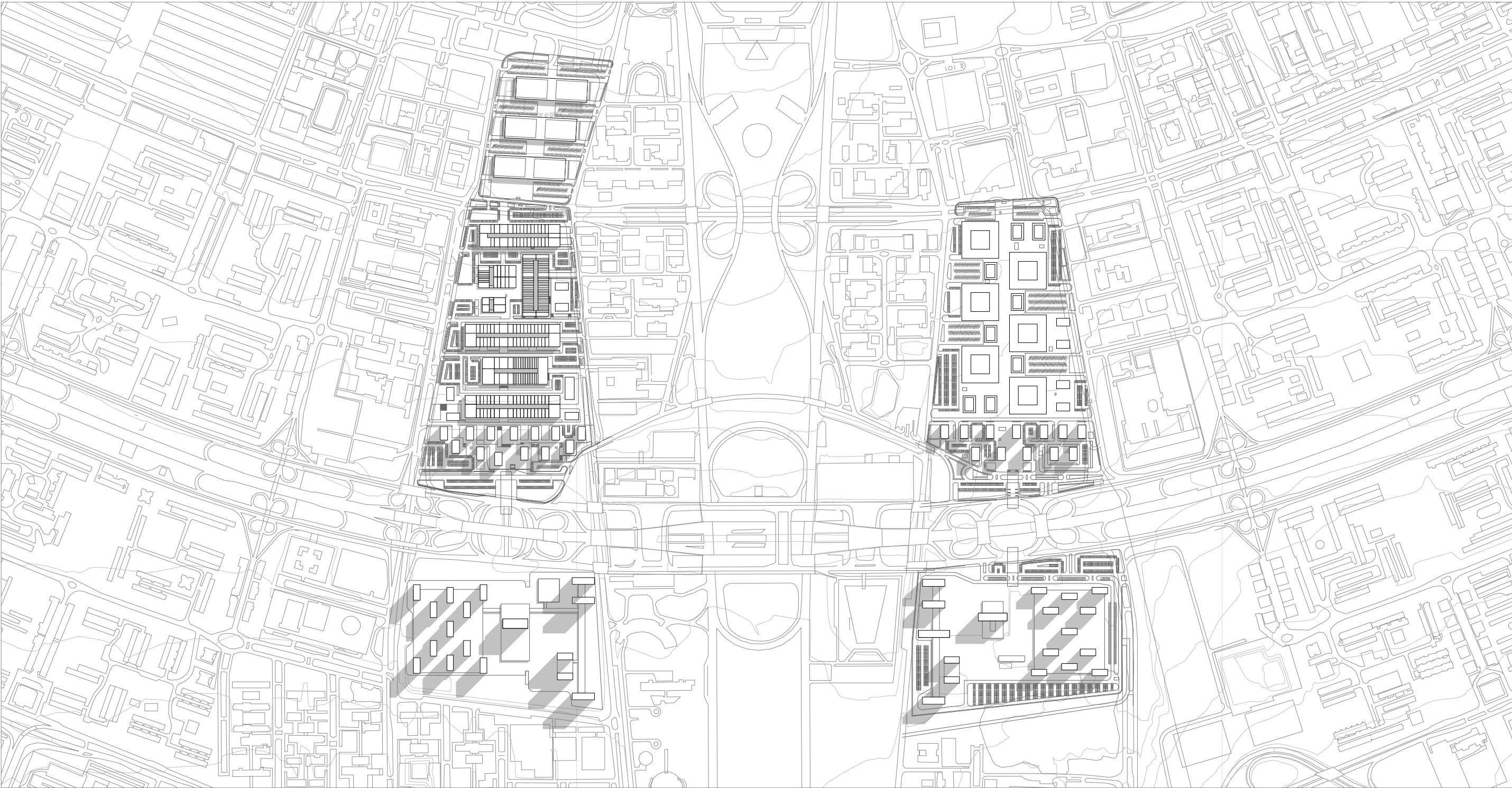
3.52

de Arquitetura e Urbanismo, foi quem completou o projeto da passagem. Ainda estudante da Universidade de Brasília, Cardoso havia sido solidário com Niemeyer sobre o caso do Aeroporto,⁸⁵ e trabalhado com Esteves em projetos importantes, como o da sede para a Agência Nacional.⁸⁶ Assim que se formou em 1967, passou a ser funcionário efetivo da prefeitura. Cardoso desenhou a passagem em dois tramos subterrâneos, interrompidos pelo canteiro da pista principal do eixo rodoviário-residencial (fig. 3.50). Cada tramo previa 28 lojas, de cinco metros de frente, perfiladas pelo comprimento da passagem. A circulação pedestre se faria ao centro, iniciando e terminando em escadarias. Sanitários complementariam o conjunto. Cardoso imaginava que essas lojas, em vez de repartir a passagem em trechos, seriam organizadas como pontos comerciais arrendados a terceiros.⁸⁷ O resultado seria uma estrutura unitária. Um centro comercial concentrado complementado por mapas, que, “como nas cidades que têm metrô”, esclareceriam seu funcionamento.⁸⁸

Em outubro de 1968, os trabalhos para nivelar o terreno avançavam e a prefeitura esperava inaugurar a passagem no final daquele mês.⁸⁹ Uma fotografia, tirada pela Secretaria de Comunicação Social da Prefeitura, revelava, entretanto, que o tramo perto do Banco do Brasil ainda estava todo por fazer (fig. 3.51). Em agosto de 1969, as obras estavam em fase de acabamento e a expectativa era de que a passagem fosse inaugurada de pronto. O *Correio Brasileiro* voltava a explicar a necessidade daquela e de outras passagens: “verdadeiras ruas, onde só o homem tem vez”.⁹⁰ Reforçava a dinâmica de seu funcionamento: tratavam-se de “outras cruzeiras” por cima da “grande cruz de Brasília: enquanto carros cortam as Asas Norte e Sul, em seu sentido horizontal, as estradas subterrâneas cortam os caminhos cobertos de forma transversal”.⁹¹ Contudo, em uma fotografia daquele mesmo mês, tomada desde um dos edifícios do Setor Comercial Sul, os trabalhos seguiam com a montagem dos acessos, revelando mais uma etapa de construção fracionada daquela estrutura unitária (fig. 3.52).

Muito diferente dos primeiros tempos de construção de Brasília, o período que caracterizou as gestões de Cantanhede e Gómea produziram planos, ideias e ações descontínuas. A sobreposição de desenhos em um mesmo mapa faz pensar que se a unidade era a característica destacada nas plantas desenhadas entre 1957 e 1960, os setores bancários e comerciais de Brasília passaram a ser descritos pela fração entre 1966 e 1968 (mapa 02). A ênfase do desenho se deslocou para o sistema viário, que se sobrepôs à lógica de setor e volume de 1960.

Mapa 02. Reunidos em um mesmo mapa, os desenhos produzidos no período revelam um investimento sistemático no desenho de vias e praças de estacionamento. Se nos setores bancários esse desenho preservava a lógica de setor, no Setor Comercial Sul, confirmou a tendência de fracionamento observada em 1960. O Setor Comercial Sul-B apareceu como uma adição, ocupando uma área ociosa desde os primeiros tempos de Brasília. Por fim, o Setor Comercial Norte já surgiu com duas partes distintas: a dos edifícios mais altos junto do eixo, e a da sequência de edifícios quadrados.



SCS/SCN
SBS/SBN



Enquanto esses setores centrais se projetavam e se construíam de forma lenta e desarticulada, Gomide festejou em 1969 o nono aniversário de Brasília inaugurando a cidade-satélite de Guará. O jornalista Ari Cunha celebrou: Gomide foi “o homem que brigou com todo mundo para vender uma ideia de edificar uma cidade-satélite planejada e totalmente financiada mais próxima do Plano Piloto”.⁹² Ainda naquele ano, o prefeito afastou 322 funcionários da prefeitura, incluindo Esteves. Colocou-os “em disponibilidade remunerada” para atender “à determinação do AI-5”, vigente desde dezembro de 1968.⁹³

Notas

- 1 OBRAS da Novacap prosseguem em um total de 43 trabalhos. *Correio Braziliense*, página 8, 28 jul.1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/15141>. Acesso em: 3 mar. 2019; PREFEITO promete concluir dentro de pouco tempo o Teatro Nacional. *Correio Braziliense*, página 8, 2 jun. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/14529>. Acesso em: 6 mar. 2019. Ver também: DUBUGRAS, 1993, p. 8.
- 2 DUBUGRAS, 1993, p. 9.
- 3 O historiador Elio Gaspari explica que o regime militar, apesar de se declarar ordenado, foi composto por governos de inclinações diferentes. No caso de Castello Branco e Costa e Silva, o historiador compara a ordem institucional de um com o radicalismo crescente de outro. Ver: GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 43; 270.
- 4 OBRAS..., 1964, p. 8.
- 5 NOVE bilhões em asfalto BA. *Correio Braziliense*, Brasília, 21 abril 1968. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/33176>. Acesso em: 14 jan. 2020.
- 6 NIEMEYER e a busca da nova forma. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, caderno B, p. 3, 29 jun. 1965. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/70484>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- 7 Ibid.
- 8 LIMA; COSTA, 1985, p. 20.
- 9 COSTA, Lucio. L'architetto difende la "sua" città: Brasília ha cinque anni. 1965, sem página, tradução nossa. Acervo Lucio Costa, Instituto Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro. V B 05-03524. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/3829>>. Acesso em: 24 abr. 2018.
- 10 COSTA, 1968, p. 19, tradução nossa.
- 11 COSTA, 1965, sem página, tradução nossa.
- 12 COSTA, 1968, p. 21, tradução nossa.
- 13 Conforme assinado nos desenhos: SBN PR 6/1. Setor Bancário Norte. Projeto. Planta geral. Escala 1:1000 (17 fev. 1966); SCS PR-20/3. Setor Comercial Sul. Projeto. Planta geral. Folha 1. Escala 1:500 (30 maio 1966); SCS PR-20/3. Setor Comercial Sul. Projeto. Planta geral. Folha 1. Escala 1:500 (30 maio 1966); SCS PR-22/2. Setor Comercial Sul. Projeto. Planta geral. Folha 3. Escala 1:500 (19 nov. 1966); SCS PR-21/3. Setor Comercial Sul. Projeto. Planta geral. Folha 2. Escala 1:500 (11 set. 1968); SCS-B PR-1/2. Setor Comercial Sul-B. Projeto. Planta geral. Escala 1:500 (21 jun. 1966); SCN PR-1/1. Setor Comercial Norte. Projeto. Planta geral. Folha 1. Escala 1:500 (11 jun. 1968); SCN PR-2/1. Setor Comercial Norte. Projeto. Planta geral. Folha 2. Escala 1:500 (11 jun. 1968); SCN PR-3/1. Setor Comercial Norte. Projeto. Planta geral. Folha 3. Escala 1:500 (12 jun. 1968); e SCN PR-4/1. Setor Comercial Norte. Projeto. Planta geral esquemática. Escala 1:2000 (14 ago. 1968). Disponíveis em: Mapoteca da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.
- 14 ESTEVES, 1989. "Assessoria de arquitetura" consta na planta SCS PR-22/2 (1966), já "Assessoria de arquitetura e urbanismo" é o nome publicado nos jornais a partir de 1967.
- 15 BARATA, 1963, p. 41-42; 47.
- 16 Segundo a relação publicada pelo Arquivo Público do Distrito Federal. Ver: GALERIA de Prefeitos e Governadores. Arquivo Público do Distrito Federal, Governo do Distrito Federal, Brasília, 20 set. 2017. Disponível em: <<http://www.arpdf.df.gov.br/galeria-de-prefeitos-e-governadores/>>. Acesso em: 6 fev. 2020.

- 17 DUBUGRAS, 1998, p. 9-10.
- 18 BOJUNGA, 2010, p. 800; 820.
- 19 BRÁSILIA, a posse de Castelo Branco. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 627, 1964. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/004120/56015>>. Acesso em: 22 jun. 2020. Ver também: GASPARI, 2014, p. 85-126.
- 20 A montagem lembra a abertura do filme *Traffic in Towns* (1963) feito com base no relatório homônimo de Colin Buchanan para o Ministério dos Transportes do Reino Unido. Ver: TRAFFIC in Towns. The Buchanan Report. Dirigido por Joe Mendonza. Realist Film Union. United Kingdom, 1963. Disponível em: <<https://youtu.be/53AkuPc-7RI>>. Acesso em: 10 out. 2019. Ver também: BUCHANAN, Colin. *El tráfico en las ciudades*. Trad. Agustín Gil Lasierra. Madrid: Tecnos, 1973.
- 21 Esses edifícios também foram incluídos em números da revista *Brasília* e nas edições especiais de *Acrópole e Arquitetura e Engenharia*.
- 22 CREASE, 1962, p. 262, tradução nossa.
- 23 *What was intended in Costa's original scheme to be a minor service road, part of the independent secondary system for lorries and supplies, has become a busy commercial street with shops on one side and housing on the other, visually monotonous and dangerous.* Ibid., tradução nossa.
- 24 SNYDER, D. E. Alternate perspectives on Brasília. *Economic Geography*, Worcester, v. 40, n. 1, 1964, p. 42-43, tradução nossa. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/142172>>. Acesso em: 30 out. 2017.
- 25 Ibid., p. 41-43, tradução nossa.
- 26 Ibid., p. 42.
- 27 BARATA, 1963, p. 44.
- 28 BRÁSILIA é irreversível. *Correio Braziliense*, Brasília, 2a página, 30 out. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/2105>. Acesso em: 5 fev. 2020.
- 29 CONGRESSO voltará ao Rio se Executivo não for para Brasília, sugere deputado. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, contracapa, 22 nov. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/23792>. Acesso em: 12 jan. 2020.
- 30 PLÍNIO Cantanhede empossa-se na prefeitura e diz que Brasília é uma jóia urbanística. *Correio Braziliense*, Brasília, 8a página, 19 maio 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/14381>. Acesso em: 3 dez. 2019.
- 31 PLÍNIO debate na comissão do DF a reforma administrativa. *Correio Braziliense*, Brasília, capa, 3 jul. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/14866>. Acesso em: 17 jan. 2020.
- 32 OBRAS..., 1964, p. 8.
- 33 Ibid.
- 34 DUBUGRAS, 1998, p. 8.
- 35 ESTEVES, 1998, p. 28.
- 36 O setor de autarquias sul foi desenvolvido como consequência da adição das quadras 400 à trama do Plano Piloto. As quadras 700 correspondiam às casas geminadas construídas para os técnicos da Novacap; as quadras 400, destinavam-se para habitação popular. O setor de autarquias sul foi criado em 1959 no alinhamento das quadras 400. Ver: AU-S-1/1 (09 out. 1959). Ver também: GOULART; LEITÃO, 2009, p. 138; LEITÃO, 2003; LIMA; COSTA, 1985, p. 31.
- 37 CENTRO Telefônico. *Correio Braziliense*, Brasília, 2o caderno, 27 out. 1965. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/20728>. Acesso em: 21 fev. 2020.

38 PINTO, Hélio Ferreira. *Arquitetura expressão social*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UMG, 1962, p. 109; 113.

39 Ibid., p. 104. A torre de Pinto combinava com a crítica de Giedion para o concurso. Segundo o historiador, a maioria dos competidores havia apresentado soluções com paredes curvas ou inclinadas, com grandes volumes sustentados por pilares, aproximando arquitetura e escultura, mas sem a habilidade artística necessária. Giedion também utilizou o concurso de Toronto para criticar o de Brasília: "this is a pleaseant contrast to the procedure adopted in planning the new capital city of Brazil, where the competition was on a strictly national basis, which by no means proved an advantage for the outcome". GIEDION, Sigfried. *City Hall and the Centre*. *The Canadian Architect*, Toronto, n. 4, 1959, p. 49; 50; 52.

40 Em suas memórias, Niemeyer lembrou do projeto quando comentou sobre Belo Horizonte: "Não raro íamos ao Jardim Público, a passear entre as árvores frondosas, pensando no teatro que JK ali queria construir, hoje completamente modificado. Onde estava a sua entrada que projetei dentro do parque, agora substituída por outra, entre lojas, como se um teatro permitisse coisa tão imprópria e inconcebível? Como é fácil, neste país, intervir no trabalho alheio, degradá-lo, sem o respeito que a boa ética exige!". NIEMEYER, 1998, p. 87. Cf. PINTO, 1962, p. 123; MACEDO, Danilo Matoso. *Da matéria à invenção: as obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais, 1938-1955*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008, p. 405.

41 FUTURO hospital de Taguatinga será o mais bonito de Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, 8a página, 28 ago. 2020. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/24634>. Acesso em: 16 mar. 2020; CONCLUÍDAS e entregues as obras do Hospital Distrital de Sobradinho. *Correio Braziliense*, Brasília, 3o caderno, 7a página, 18 dez. 1966. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/26147>. Acesso em: 16 mar. 2020.

42 NOVACAP inaugura viaduto. *Correio Braziliense*, Brasília, verso, 21 set. 1966. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/24966>. Acesso em: 21 fev. 2020.

43 ADMINISTRAÇÃO Pública. *Correio Braziliense*, Brasília, 7a página, 11 out. 1966. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/25223>. Acesso em: 21 fev. 2020.

44 COORDENAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS, 1967, p. 5.

45 Ibid.

46 Seguindo a ordem narrativa do relatório do Plano Piloto. Cf. COSTA, 1957.

47 Ibid., p. 10.

48 Ibid., p.

49 Ibid., p. 19.

50 Ibid., p. 18.

51 Segundo um dicionário de língua portuguesa, o quarto sentido para a palavra "lote" é o de identificar "determinada quantidade de objetos, em geral da mesma natureza", aplicado a um "grupo de unidades de um produto, fabricado em condições idênticas, para fins de inspeção e controle". LOTE. In: DICIONÁRIO de Português licenciado para Oxford University Press. São Paulo: Objetiva, 2012.

52 Ibid., p. 19.

53 Segundo um dicionário de língua portuguesa, "loteamento" significa tanto o "ato, processo ou efeito de lotear; divisão de terreno, imóvel etc. em lotes, geralmente para venda" quanto "o plano, o projeto de divisão de um terreno ou terra". Por extensão, "lote" é "porção de terra autônoma que resulta de loteamento ou desmembramento". LOTEAMENTO. In: DICIONÁRIO..., 2012.

54 CONSTRUÇÕES no DF. *Correio Braziliense*, Brasília, verso, 9 mar. 1967.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/27164>. Acesso em: 6 dez. 2019.

55 O mandato de Castello Branco teria fim em 3 de outubro de 1965, com a realização de eleições diretas, mas foi estendido até março de 1967. Ver: GASPARI, 2014, p. 239.

56 SENADO aprova Wadjô para PDF. *Correio Braziliense*, Brasília, capa, 31 mar. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/27435>. Acesso em: 13 jan. 2020.

57 WADJÔ Gomide indicado para prefeito do D.F. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 2, 28 mar. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/27392>. Acesso em: 13 jan. 2020.

58 SENADO..., capa, 1967.

59 Ibid. Ver também: WADJÔ assume a prefeitura e promete acelerar obras. *Correio Braziliense*, Brasília, capa, 06 abr. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/27529>. Acesso em: 13 jan. 2020.

60 D. IOLANDA à frente da campanha da Catedral. *Correio Braziliense*, Brasília, capa, 23 abr. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/27765>. Acesso em: 13 jan. 2020.

61 ORNAMENTAÇÃO do Teatro Nacional. *Correio Braziliense*, Brasília, capa, 6 maio 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/27919>. Acesso em: 13 jan. 2020.

62 CUNHA, Ari. Visto, lido e ouvido. *Correio Braziliense*, Brasília, 3a página, 26 abr. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/27801>. Acesso em: 13 jan. 2020. Cabe colocar que foi José Tjourn quem encomendou o projeto de um hotel para Niemeyer, no fim da década de 1960, localizado na Praia de São Conrado, Rio de Janeiro. Ver: CABRAL, Cláudia Piantá Costa. Modern Ruins. Life and Decay and Rebirth of the Hotel Nacional. In: *Proceedings of 16th Docomomo International Conference*. Tokyo: Docomomo International, 2020. (no prelo).

63 NIEMEYER debate com o prefeito o Aeroporto e a conclusão da Catedral. *Correio Braziliense*, Brasília, verso, 18 abr. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/27682>. Acesso em: 13 jan. 2020.

64 NIEMEYER, 1968, p. 72.

65 FAB informa sobre construção do Aeroporto. *Correio Braziliense*, Brasília, 2a página, 14 jun. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/28429>. Acesso em: 13 jan. 2020.

66 NIEMEYER defende seu projeto para o aeroporto do DF. *Correio Braziliense*, Brasília, 2a página, 17 jun. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/28479>. Acesso em: 13 jan. 2020.

67 A VERDADE sobre o aeroporto de Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, verso, 22 ago. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/29360>. Acesso em: 13 jan. 2020.

68 NIEMEYER vai a justiça pelo aeroporto. *Correio Braziliense*, Brasília, 2a página, 9 nov. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/30574>. Acesso em: 13 jan. 2020.

69 Ali, Niemeyer incluiu as cartas enviadas ao *Correio Braziliense* e justificativas sobre sua posição. NIEMEYER, Oscar. *Quase memórias: viagens, tempos de entusiasmo e de revolta 1961-1966*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 70-81.

70 LOTES rurais do DF serão vendidos. *Correio Braziliense*, Brasília, capa, 31 ago. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/29484>. Acesso em: 13 jan. 2020.

- 71 PLANO Municipal. *Correio Braziliense*, Brasília, 4a página, 3 ago. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/29089>. Acesso em: 13 jan. 2020.
- 72 Ver: DEFENDIDA criação do Plano Diretor que ordenará progresso de Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, 3a página, 2 jul. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/14856>. Acesso em: 17 jan. 2020.
- 73 SATÉLITES podem resolver crise de habitação. *Correio Braziliense*, Brasília, capa, 1 jun. 1968. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/33857>. Acesso em: 14 jan. 2020.
- 74 VASCONCELOS, José Adirson De. *As cidades satélites de Brasília*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988, p. 290-323.
- 75 SCN PR-1/1. Setor Comercial Norte. Projeto. Planta geral. Folha 1. Escala 1:500 (11 jun. 1968). Disponível em: Mapoteca da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.
- 76 LE CORBUSIER. *Precisions on the Present State of Architecture and City Planning*. Zürich: Park Books; Fondation Le Corbusier, 2015, p. 60-62.
- 77 Nas conclusões do IV CIAM, os delegados sugeriram que "pedestrians and motorcars be provided with separate routes". Ver: CONCLUSIONS... In: ES et al., 2014, p. 439.
- 78 Ver: COMAS, 2002, p. 112-120.
- 79 COSTA, 1957, p. 5.
- 80 Ibid., grifo do autor.
- 81 Ibid., p. 8.
- 82 SEGURANÇA para o pedestre. *Correio Braziliense*, Brasília, capa caderno 2, 6 mar. 1968. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/32398>. Acesso em: 15 jan. 2020.
- 83 Ibid.
- 84 Ibid.
- 85 ARQUITETOS e estudantes da UnB solidários com Niemeyer. *Correio Braziliense*, Brasília, 2a página, 20 jun. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/28515>. Acesso em: 24 fev. 2020.
- 86 AN tem local para construir. *Correio Braziliense*, Brasília, 3a página, 16 dez. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/31163>. Acesso em: 24 fev. 2020.
- 87 POR ONDE anda o homem. *Correio Braziliense*, Brasília, capa caderno 4, 10 ago. 1969. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/43849>. Acesso em: 14 dez. 2019.
- 88 Ibid.
- 89 PASSAGEM de nível. *Correio Braziliense*, Brasília, 2a página, 5 out. 1968. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/36447>. Acesso em: 15 jan. 2020.
- 90 POR ONDE,..., capa caderno 4, 1969.
- 91 Ibid.
- 92 CUNHA, Ari. Visto, lido e ouvido. *Correio Braziliense*, 3a página, 10 jun. 1969. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/42215>. Acesso em: 12 jun. 2019.
- 93 PDF afasta 322 servidores: disponibilidade. *Correio Braziliense*, Brasília, 8a página, 11 jul. 1969. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/43066>. Acesso em: 15 jan. 2020.

Lote que reparte a quadra, 1972-1974



4.01

Hélio Prates da Silveira queria revisar Brasília. Convocando a imprensa para um debate aberto, o primeiro governador do Distrito Federal,¹ apontou falhas no Plano Piloto e criticou projetos oficiais.² Prates administrou a cidade durante o mandato de Emílio Garrastazu Médici, que durou de outubro de 1969 a março de 1974, e consistiu em um período de expansão populacional, concentração econômica e descentralização de instituições. Período que pareceu justificar a remoção de ocupações irregulares no Plano Piloto,³ e a consequente extensão do Distrito Federal com a criação da cidade-satélite de Ceilândia e a ampliação de Brazlândia e Planaltina (fig. 4.01).⁴ Período que também incentivou o desmembramento da Novacap com a criação da Terracap. Companhia que passou a atuar como incorporadora imobiliária⁵ de uma Brasília que já não era mais só o Plano Piloto, mas “cada vez mais o Distrito Federal”.⁶

Se Prates queria revisar a cidade, Niemeyer revisava o modelo das poltronas do plenário da Câmara dos Deputados e a posição de um mastro para a bandeira nacional a ser implantada na frente do Itamaraty.⁷ Com um escritório montado no Rio de Janeiro, e

Figura 4.01.
Em 1974, Costa
desenhou um
mapa relacionando
Brasília e cidades-
satélites. Identificou
a área de Ceilândia
como “lotes
novos”.

outro em Paris, resolvia pendências dos edifícios de Brasília ao mesmo tempo em que avançava sua carreira de arquiteto no Brasil e no exterior. Em 1971, aprontou os anexos para a Câmara dos Deputados e para o Supremo Tribunal Federal de Brasília.⁸ Em 1972, projetou a torre de escritórios da ONU, em La Défense, e a sede da Confederação Geral dos Trabalhadores da França, em Paris.⁹ Niemeyer só se desligou do cargo de funcionário da prefeitura de Brasília em 1972, na viagem que fez para prestigiar a inauguração da reforma do Congresso Nacional.¹⁰ Explicou para a revista *Manchete* que, naquele momento, a cidade era “uma história já lida, uma história que JK escreveu com coragem e idealismo, e que outros agora procuram melhorar, acrescentando adjetivos indispensáveis” (fig. 4.02).¹¹

Para Costa, entretanto, não se tratava de revisar, ou melhorar, e sim completar Brasília. Desde a metade da década de 1960, o arquiteto reclamava a cidade como inacabada, questão que retomou em uma entrevista para a *Revista do Clube de Engenharia*,¹² em carta enviada para Prates,¹³ e, sobretudo, nas correspondências trocadas com o senador Edward Cattete Pinheiro. Como presidente da Comissão do Distrito Federal¹⁴, o senador havia convidado o arquiteto para participar de reuniões e orientar o desenvolvimento da cidade, mas Costa não aceitou, reforçando que não pretendia rever Brasília. O arquiteto escreveu que havia concebido uma cidade em 1957, que se expandiria em cidades-satélites uma vez atingido o limite de 500.000 habitantes. Mas, inversamente ao planejado, a ocupação do território consolidou as cidades-satélites enquanto “o arcabouço da cidade, que ainda é um arquipélago urbano, continua vazio”.¹⁵ Sobre tudo em relação ao centro, que, “não existindo ainda”, deveria ser estimulado.¹⁶

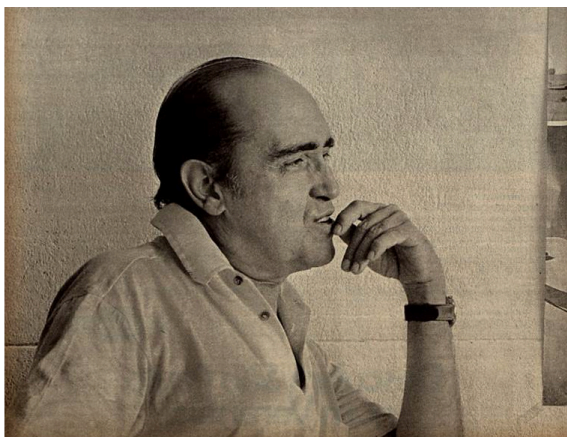
Ainda assim, a Coordenação de Arquitetura e Urbanismo trabalhava em projetos de infraestrutura localizados fora do Plano Piloto. Operando sem Esteves, os técnicos desenhavam equipamentos tão diversos quanto a estação rodoviária e o cemitério de Taguatinga ou o marco do Distrito Federal que seria colocado na entrada de Planaltina.¹⁷

Ano X

Costa escreveu para Prates em dezembro de 1969, um mês depois da posse do governador (fig. 4.04). Ali, felicitou Prates pelo cargo e explicou que Brasília era cidade ainda “em processo de elaboração”.¹⁸ Recomendou ao novo governador que persistisse na sua construção de forma que quem trabalhasse em Brasília, pudesse morar em Brasília, “e não a 20 ou 30 quilômetros nas

Figura 4.02.
Niemeyer
fotografado por
Nicolau Drei para
a revista *Manchete*
em 1973.

Figura 4.03.
Nos arquivos da
Secretaria de
Comunicação
Social da Prefeitura
foram guardadas
fotografias que
ilustram os
setores centrais
em 1970. Não há
anotação de data,
mas é possível
que tenham sido
tiradas em abril.
Afinal, uma faixa
instalada ao longo
da Plataforma
Rodoviária
registra: “Ano
X - Brasília capital
do presente”, em
alusão ao décimo
aniversário da
capital.



4.02

4.03



Prusado Governador
Nélcio Prates da Silveira

A cidade que inventei e que ainda está em processo de elaboração, é agora confiada, pela primeira vez, a um arquiteto, e isto me parece significativo, porque se, para o engenheiro, o homem conta principalmente em função do número, como ser coletivo, o arquiteto é, acima de tudo, como indivíduo, como homem; cabendo então ao urbanista - que é um pouco de cada - a tarefa de fazer de uma coisa com a outra. Daí ressalta a importância do papel desempenhado pelo Coord. de Arquitetura e Urbanismo, em boa hora confiado ao arquiteto - Urbanista Adelmo Viegas de Lima, nomeado Coordenador na NOVACAP, radicando em Brasília desde 1957 (ou seja, do Ano II), velho combatente, portanto, dos problemas metrópoliticos e merecedor da confiança irrestrita do Conselho. As administrações anteriores muito contribuíram para a construção da Capital, mas cabe agora, data venia, realizar certas coisas fundamentais que o plano-piloto recomendava e ainda não foram feitas. Assim, por exemplo, cercar todas as super-quadras com densas cortinas de árvores da parte de terminar o plantio dos dois bosques previstos - "vandalismo pulcres" - nas proximidades da Praça do Governo Local, recentemente construída; providenciar no sentido de permitir a que trabalhe em Brasília, homem em Brasília, e não a 28 ou 30 quilômetros das pseudo "cidades-satélites".

Atenciosamente,
Ass: Lúcio Costa
15/VI/59

4.04

Arquitetos deixam a SVO-GDF

O coordenador de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, sr. Adelmo Viegas de Lima, foi exonerado ontem de seu cargo por decreto do Secretário de Viação e Obras sr. Bernardino Jardim de Oliveira.

4.05



4.06

NIEMEYER ENVIA CARTA A PRATES

Em telegrama e carta dirigidos ao Governador do Distrito Federal, o arquiteto Oscar Niemeyer, membro nato do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, protesta contra "o clima de hostilidade contra os autores da nova Capital, por parte do Superintendente da Novacap".

Tanto a carta quanto o telegrama levam a assinatura também do sr. Lúcio Costa, igualmente membro nato do CAU. Ambos protestam contra a demissão do arquiteto Adelmo Viegas, Coordenador do CAU, dizendo que a ele cabe dirigir o desenvolvimento de todos os projetos concebidos pelos membros natos do Conselho.

Em certo trecho da carta Oscar Niemeyer informa ao governador que sabia em que firmos o superintendente da Novacap se referia à Cidade, ao seu urbanismo e arquitetura, mas "acreditava que tudo decorria de equívoco inicial, de informações maliciosas, de incompreensão honesta de quem vinha de fora da zona de pequena cidade do interior, com a qual Brasília contrasta, com seus palácios e grandes avenidas".

Afirma Niemeyer que tentou sensibilizar o Superintendente, comentando com ele os problemas que uma nova Capital apresenta e lembrando como "seria lamentável se Brasília tivesse sido projetada numa escala provinciana". Pouco depois teria sabido da

demissão do Coordenador Adelmo Viegas e lamenta: "Infelizmente, o Superintendente da Novacap não me compreendeu, não me pôde compreender, pois dias após, sem nenhuma razão válida como para hostilizar-nos, despediu o Coordenador, um velho amigo de Brasília".

Mais adiante, Niemeyer afirma que um clima de provocação se organiza contra eles, declarando: "Nada lhe venho pedir," e esclarece que apenas deseja comunicar que se quer para o Rio, onde aguardar tempos de maior compreensão e boa vontade.

Continuando, Niemeyer promete acompanhar os projetos em execução: Catedral, Ministério da Justiça, Ministério do Exército, residências do Estado Maior, anexos do Supremo Tribunal Federal, da Câmara dos Deputados, e do Palácio do Planalto e a Biblioteca Nacional, enfatizando: "sou arquiteto dessas obras - o direito autoral me protege - e por elas zelarei com a decisão profissional que, felizmente, nunca me faltou."

Finalmente o arquiteto de Brasília afirma que confia na ação do governador, insistindo: "dos nossos contatos, fica-me uma boa lembrança e a impressão de que você, como Governador e arquiteto, compreenderá a responsabilidade que lhe cabe na defesa da nossa Capital".

4.07

pseudo 'cidades-satélites'".¹⁹ Com a carta, o arquiteto aproveitou para ressaltar a importância do trabalho do Coordenador de Arquitetura e Urbanismo, "em boa hora confiado ao arquiteto-urbanista Adeildo Viegas de Lima, nosso colaborador na Novacap, radicado em Brasília desde 1957 (ou seja, do Ano I)".²⁰

Viegas assumiu a posição de Esteves, mas sua gestão durou apenas três meses. Em março de 1970, o arquiteto foi exonerado pelo secretário de viação e obras, o engenheiro Bernardino Jardim de Oliveira. Segundo o *Correio Braziliense*, a demissão provocou uma verdadeira "crise no setor de urbanismo": o coordenador de obras e serviços, Fernando Lopes Burmeister, cinco arquitetos, Caio Mendes de Oliveira, Luiz Henrique Pessina, Paulo Brasil de Matos, Sérgio Andrade Borges, Ricardo Wagner de Medeiros e José Hardi Miranda, além da secretária da repartição, Vera Lúcia Martins, pediram demissão, solidários com a exoneração do coordenador (fig. 4.05).²¹ Niemeyer viajou para Brasília a fim de saber mais do caso e escreveu uma carta para Prates (fig. 4.07). Costa reclamou da "deliberação infeliz" na entrevista para a *Revista do Clube de Engenharia*.

Em abril de 1970, Prates organizou um encontro com a imprensa, convidando também os arquitetos Italo Campofiorito, que havia sido funcionário da Novacap, professor na Universidade de Brasília, e estava trabalhando na cidade pela Construtora Pederneiras, e Dubugras, então presidente do IAB. Prates utilizou o encontro para rebater uma série reportagens que o *Correio Braziliense* estava fazendo sobre os problemas da cidade.²² Mas, segundo o jornal, Prates fez "pesadas críticas aos projetos de Brasília" sem apresentar soluções (fig. 4.06).²³ "A cada palavra ressaltava a sua admiração pelo arquiteto Oscar Niemeyer e pelo urbanista Lucio Costa, mas acrescentava sempre mais uma crítica aos projetos em desenvolvimento".²⁴ O governador reclamava que a Coordenadoria de Arquitetura e Urbanismo não desenvolvia os projetos oficiais, e que este desenvolvimento era parte de suas atribuições. Campofiorito interpelava: foi "o Governo da Revolução quem insistiu isto, contra o voto dos arquitetos".²⁵ E complementava: "o governo desapareceu propositalmente a Coordenação, contra a opinião do Conselho, que protestou quando deram o primeiro projeto para ser desenvolvido por terceiros".²⁶ Prates ignorava e continuava.

O assunto foi retomado por Niemeyer, na edição de Julho-Agosto da revista *Acrópole*, comemorativa do décimo aniversário da cidade. No texto "Brasília 1970", o arquiteto utilizou o espaço da revista para relatar seus serviços prestados à capital "nesses seus dez anos de existência".²⁷ Comentou que, apesar do apoio da sucessão de prefeitos, desde os primeiros tempos de Brasília, algumas decisões

Figura 4.04. Na carta que mandou para Prates, Costa reforçou: "as administrações anteriores muito contribuíram para a consolidação da Capital, mas cabe agora, data venia, realizar certas coisas fundamentais que o plano piloto recomenda e ainda não foram feitas".

Figura 4.05. A demissão de Adeildo Viegas de Lima do cargo de Coordenador de Arquitetura e Urbanismo gerou reação negativa na prefeitura e na imprensa.

Figura 4.06. No encontro com jornalistas, Prates criticou fortemente os projetos em desenvolvimento e provocou Niemeyer, "foi quando lhe perguntei se achava que a W-3 era irreversível e ele me respondeu que não era urbanista".

Figura 4.07. Niemeyer escreveu para Prates lamentando o clima de hostilidade, mas prometendo que acompanharia os projetos em execução: "sou o autor dessas obras - o direito autoral me protege - e por elas zelarei com a decisão profissional que, felizmente, nunca me faltou".

foram tomadas sem consulta, sobretudo a partir de 1964, quando o Departamento de Urbanismo e Arquitetura (DUA) foi subordinado à Coordenação de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e, segundo o arquiteto, reduzido à elaboração de anteprojetos, enquanto

Concorrências administrativas foram estabelecidas pela Novacap para o desenvolvimento dos mesmos. Contra isso nos manifestamos, tendo eu inclusive enviado carta ao prefeito, ponderando a inconveniência do sistema adotado, a impossibilidade de se escolher o arquiteto mais capaz numa simples concorrência de preços que conferia ao trabalho um sentido comercial que só o comprometia. De nada valeu essa intervenção, como posteriormente a tentativa de impedir que o CAU fosse acrescido de novos membros, dando a nossa tarefa um caráter simplesmente opinativo.²⁸

Complementou que:

Apesar da confiança que nos dispensavam, sentíamos qualquer coisa oculta hostilizar-nos, procurando influir nos setores da administração (prefeitura e Novacap), nas suas decisões e atitudes. São os frustrados de sempre que vêem na revolução uma oportunidade para se promoverem, sentindo Brasília não como a capital do seu país, mas como um novo mercado de trabalho, reclamando 'oportunidades', reclamação que os novos prédios construídos em Brasília – sem nosso controle – servem como resposta, pois mostram como Brasília seria vulgar sem o CAU e o DUA, marcada pelo baixo nível arquitetônico desses edifícios.²⁹

Niemeyer finalizou seu depoimento dedicando-o ao governador Prates e ao secretário Bernardino de Oliveira, “para que sintam o ambiente local, compreendam nossos propósitos” e contribuam para a construção de Brasília.³⁰

A revista seguiu com reportagens fotográficas e análises críticas, organizando um balanço da cidade em 1970.

Para ilustrar o Eixo Monumental, os editores publicaram uma sequência de fotos que, partindo da Praça dos Três Poderes, destacou o Palácio da Justiça, “um dos mais recentes projetos de Niemeyer”,³¹ e o Itamaraty, que em abril havia iniciado seus trabalhos de forma definitiva (fig. 4.08).³² Pelas fotos, o Teatro e a Catedral, estavam quase terminados (fig. 4.09, fig. 4.10). A sequência continuou com a Torre de Televisão, a Plataforma Rodoviária, e o Palácio do Buriti, sede do governo do Distrito Federal projetada por Esteves, e que se completava com as obras do bloco administrativo.

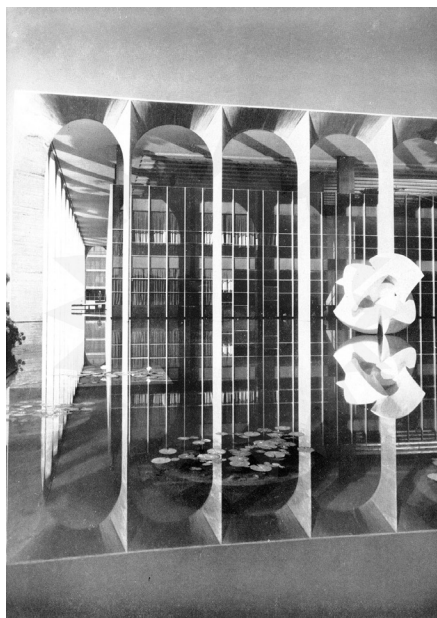
Para descrever o eixo rodoviário-residencial, os editores

Figura 4.08. Com a conclusão do Palácio do Itamaraty, a revista afirmou que estava “encerrada a etapa de implantação” da cidade.

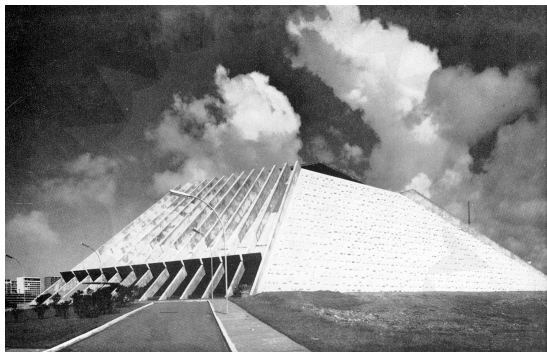
Figura 4.09. Os editores reportaram que o Teatro Nacional ainda não estava completo, apesar de finalizado o trabalho do artista plástico Atos Bulcão, que criou a textura aplicada às fachadas.

Figura 4.10. Já na Catedral, faltava a incorporação do segundo pano de vidro da fachada e o batistério.

Figura 4.11. Sobre o eixo rodoviário-residencial, a revista reclamou: “o escasso acesso ao eixo rodoviário e o atraso na implantação do centro comercial, motivou um aumento de funções à via W-3”. A via aparece ao centro da foto, organizada como avenida.



4.08



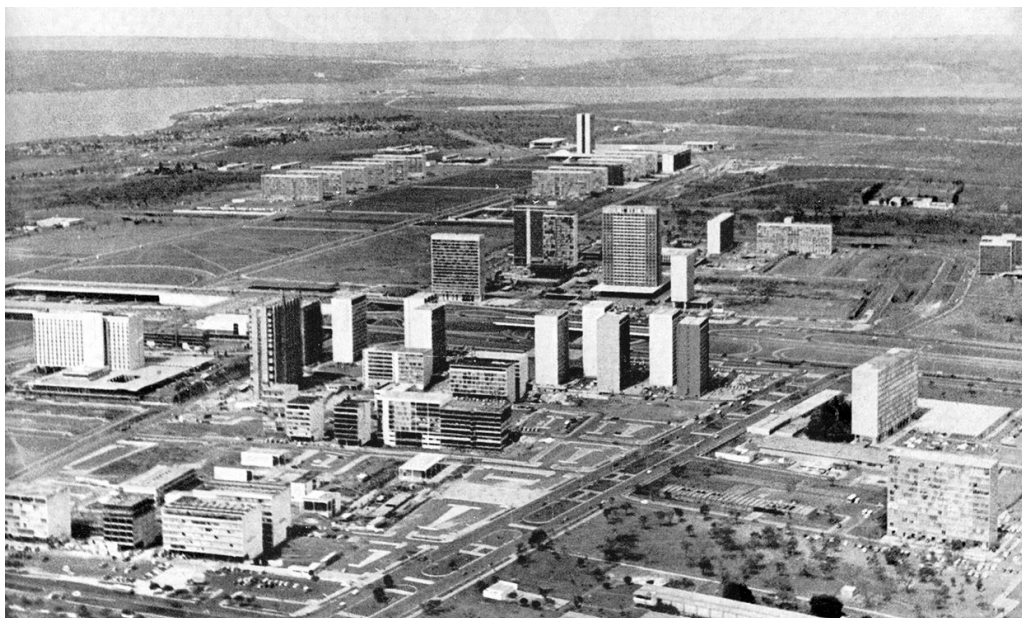
4.09



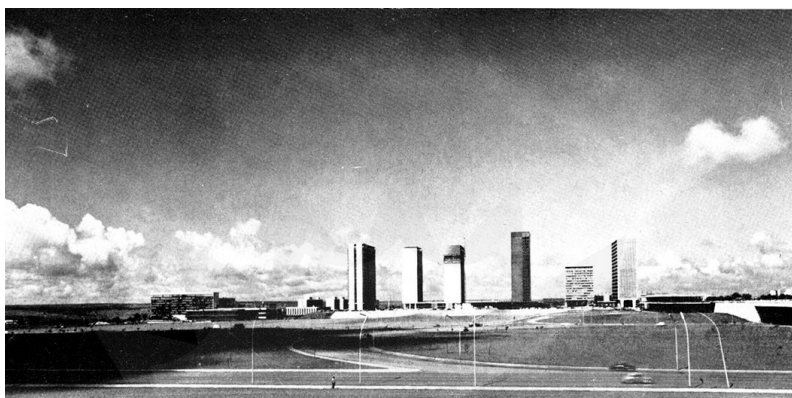
4.10



4.11



4.12



4.13



4.14

selecionaram fotografias áreas para mostrar que a “Asa Sul ‘engordou’ desde o seu primeiro traçado”³³ e estava muito mais preenchida que em 1964 (fig. 4.11). Reforçaram que o atraso na implantação do centro comercial da cidade motivou um “aumento de funções à via W3”, validando as observações da metade da década de que esta era “a mais séria alteração no modelo de ocupação do solo” do Plano Piloto.³⁴

A revista publicou fotografias do “setor comercial e bancário” na sequência. A seção abre com uma foto aérea, em que o Setor Comercial Sul aparece em primeiro plano e o setor bancário ao fundo (fig. 4.12). Ali, em contraste com o adensamento do eixo rodoviário-residencial, a incompletude persistia. Para os editores,

A atividade comercial e bancária da Capital ainda é reduzida e dependente de fatores políticos e subjetivos. Por isso não existe ainda suficiente integração entre os edifícios. No setor bancário ainda não se construiu a laje que proporcionaria grandes áreas abrigadas para pedestres e comércio.³⁵

Na próxima página, a fotografia aérea foi complementada por duas fotos panorâmicas que José Moscardi havia tirado desde o chão. Posicionado no lado norte do eixo monumental para enquadrar o Setor Bancário Sul, o fotógrafo paulista quis mostrar a sequência de volumes montada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Edifício Seguradoras, Banco do Brasil, Caixa de São Paulo, Banco da Amazônia e pelo edifício da Caixa Econômica Federal, que, compondo com o Seguradoras, completava o conjunto de edifícios altos e espaçados (fig. 4.13). Posicionado no lado leste do eixo rodoviário-residencial para enquadrar o Setor Comercial Sul, Moscardi registrou o conjunto de volumes altos formado pelos edifícios União, JK, Antônio Venâncio da Silva, Ceará, Márcia e o Gilberto Salomão, por fim terminado (fig. 4.14). Junto das fotografias, os editores citaram: “escreveu F. L. Wright que o sítio para um arranha-céu é o deserto, pois lá há condições para vê-lo como um objeto isolado, um volume individualizado”.³⁶ Complementaram que “o plano de Brasília permite ‘ver’ os edifícios – cada edifício”, mas reclamaram: “a legislação fixa volume e controla com rigidez os projetos. Esta rigidez tem sido talvez excessiva, impedindo maior variedade nas soluções”.³⁷

Figura 4.12.
Apenas os setores bancário e comercial sul aparecem na fotografia.

Figuras 4.13 e 4.14.
As fotos de José Moscardi revelam esses setores formados por uma coleção de edifícios isolados.

Atualização

Enquanto os arquitetos reclamavam da falta de liberdade para projetar em Brasília, os técnicos da prefeitura atualizavam as plantas para os setores bancários. Dos arquivos restam dois conjuntos de pranchas: aquelas preparadas para o Setor Bancário Sul, cópias

feitas em 1986 e que reproduzem desenhos de subsolo, térreo e esplanada, de maio de 1970; e aquelas elaboradas para o Setor Bancário Norte, originais, de outubro.

Uma das atualizações nos planos para o Setor Bancário Sul e para o Setor Bancário Norte foi transformar em desenho as divisões determinadas pelo código de 1967, delimitando a intervenção dos proprietários dos lotes na construção da plataforma e das marquises. Nas plantas do subsolo de ambos setores, a “SBS PR-1/1” (fig. 4.15) e a “SBN PR-3/1” (fig. 4.16), os técnicos desenharam com linha cheia os contornos das garagens a serem construídas por cada proprietário, repartindo e cotando a plataforma em quadrados e retângulos de tamanhos variados. Nas plantas do térreo, a “SBS PR-5/1” (fig. 4.17) e a “SBN PR-2/1” (fig. 4.18), fracionaram as marquises com linhas traço-ponto, definindo as porções de cobertura que seriam construídas pela iniciativa privada daquelas que seriam executadas pela prefeitura. Assim, embora nas plantas da esplanada, a “SBS PR-6/1” (fig. 4.19) e a “SBN PR-1/1” (fig. 4.20), os técnicos tenham representado as estruturas como unitárias, incorporaram nos demais desenhos uma realidade legislativa que recomendava construção parcelada.

Os técnicos também adicionaram nos desenhos características de projetos já construídos ou aprovados.

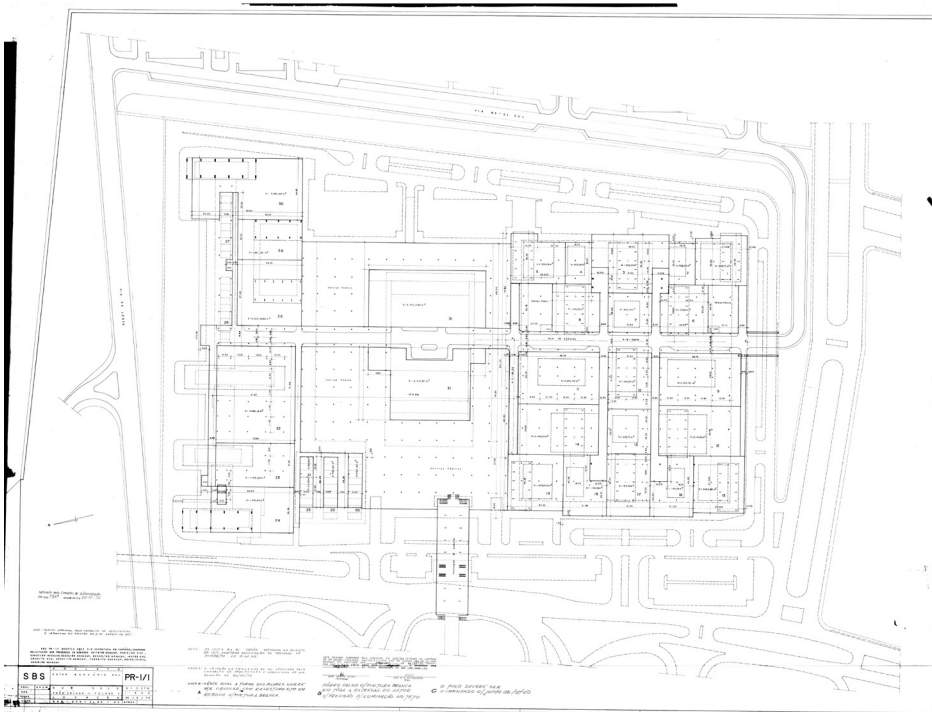
Nas plantas para o Setor Bancário Sul, implantaram a doca de carga e a rampa de acesso veicular, entre subsolo e térreo, previstas para o Banco do Brasil, bem como a passagem pedestre para o Setor Comercial Sul. Também retiraram a cobertura que uniria os lotes do eixo monumental com o conjunto da marquise. Uma novidade nesses desenhos é que os técnicos adicionaram o “lote 32”, entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e o Banco da Amazônia. Representaram o lote como um retângulo de 57 por 17 metros de lado, simétrico ao “lote 32” do Setor Bancário Norte.

Já nas plantas para o Setor Bancário Norte, os técnicos fixaram os elementos projetados em 1966, adicionaram árvores para amenizar áreas de estacionamento, e depuraram o desenho de canteiros e acessos. Desenharam uma rampa pedestre para corrigir o desnível com o eixo rodoviário-residencial, produzido desde a implantação da cidade, e uma passagem pedestre por baixo do eixo, que ligaria o setor ao Setor Comercial Norte, como no Setor Bancário Sul. Por fim, atualizaram os desenhos com a adição dos pilares do Palácio do Desenvolvimento e do Palácio das Indústrias: quatro placas de 1,5 por 5 metros no primeiro, e duas caixas quadradas de 9,2 metros de lado, no segundo.

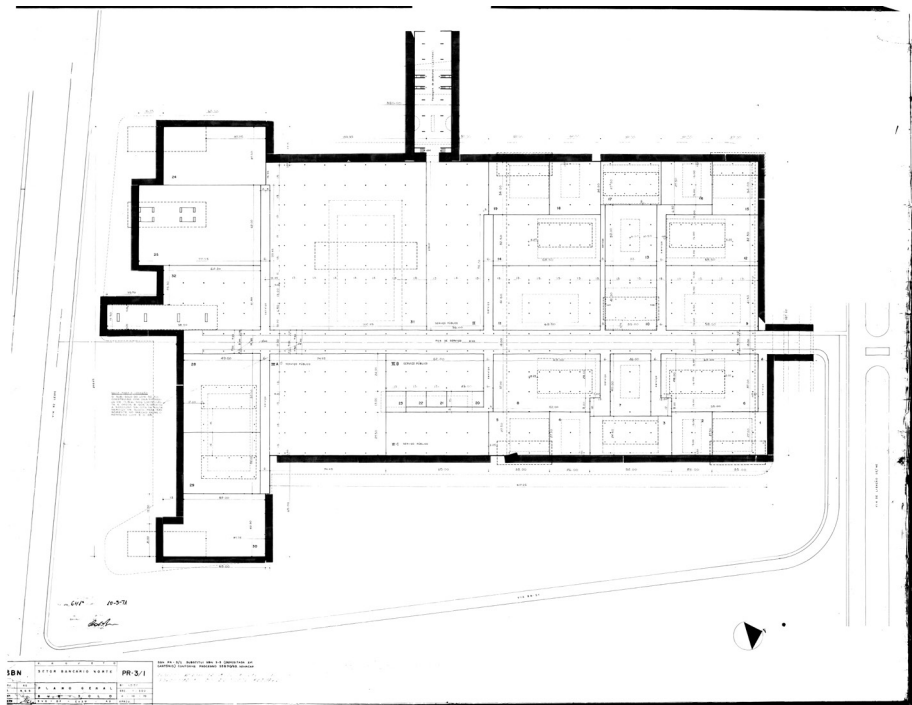
Figuras 4.15 e 4.16. O Setor Bancário Sul e o Setor Bancário Norte foram representados ora situando o eixo rodoviário para baixo, ora para cima. Em todo caso, e excluídas as diferenças formais entre os setores, as plantas de subsolo revelam que essa estrutura, em ambos, foi fracionada. Linhas cheias repartiram os setores em quadrados ou retângulos vinculados aos “lotes” comercializados.

Figuras 4.17 e 4.18. O mesmo se deu nas plantas que ilustram o térreo. Os desenhos revelam as marquises e coberturas de ambos setores foram fracionadas com linhas traço-ponto.

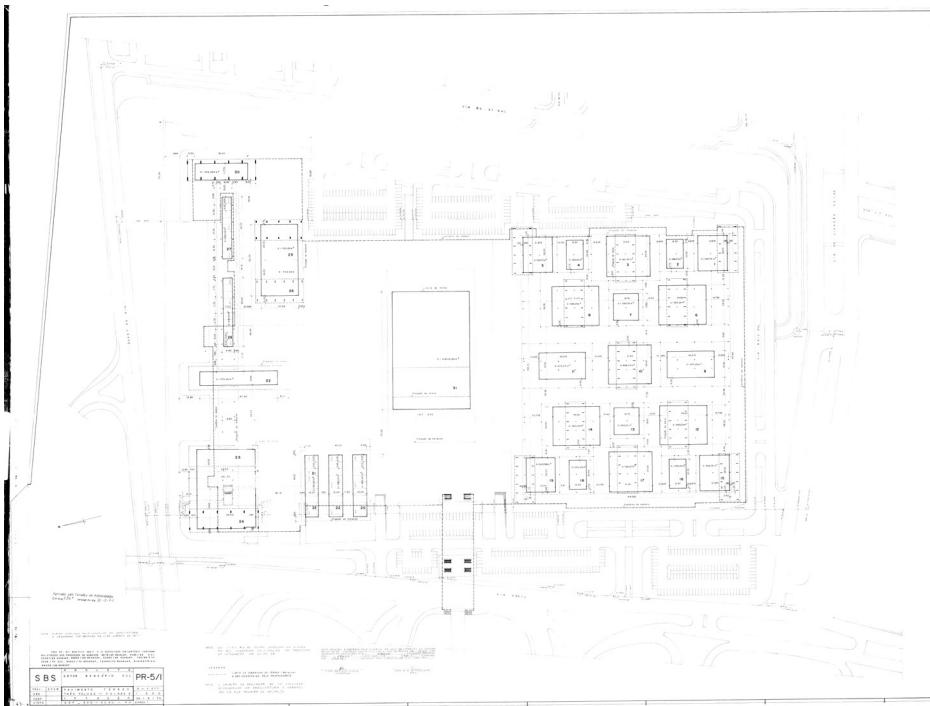
Figuras 4.19 e 4.20. As plantas da esplanada revelam estruturas unitárias apenas aparentes em setores que, na verdade, foram repartidos em porções menores.



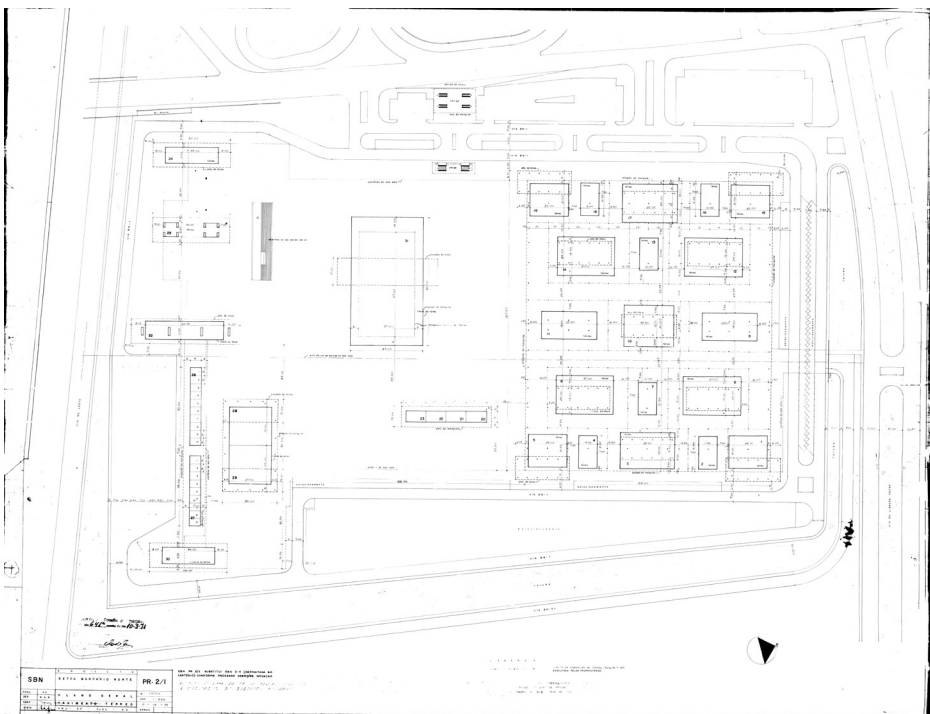
4.15



4.16



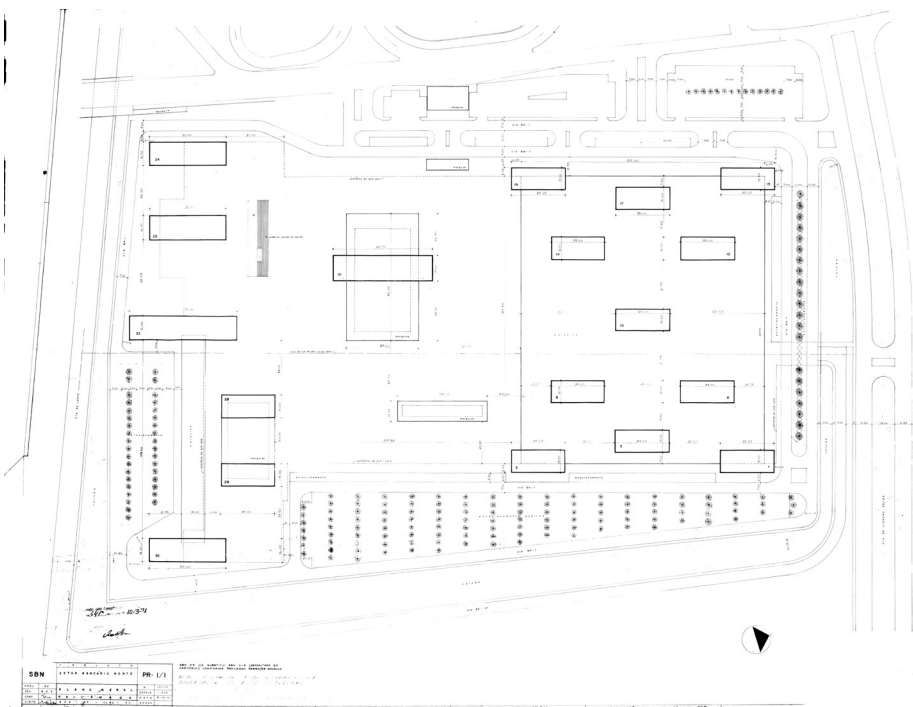
4.17



4.18



4.19



4.20

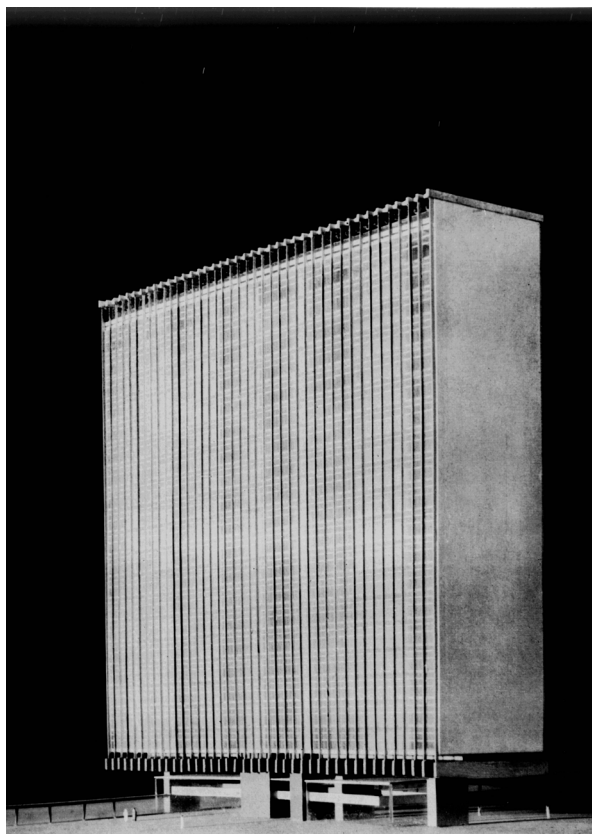
Palácios

Em abril de 1971, a colunista social do *Correio Braziliense*, Katucha, comentou: “pioneira de 1958, não deveria mais impressionar-me com nenhum grande empreendimento e tal aconteceu. Outro dia passeando ‘por aí’ deslumbrei-me com o majestoso Palácio do Desenvolvimento, que ora cresce perto da Asa Norte”.³⁸ É que Niemeyer havia projetado aquele edifício ainda em 1960. Foi Kubitschek quem o encomendou para o “lote 32” do Setor Bancário Norte. A ideia era abrigar a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), presidida pelo seu primo, João Kubitschek de Figueiredo.³⁹ Aquele edifício serviria como manifesto da capacidade técnica da siderurgia brasileira, a ser realizado com estrutura metálica fornecida pela Usina de Volta Redonda. Uma reportagem da época colocava o palácio como “um dos edifícios mais imponentes não só de Brasília como de todo o país”.⁴⁰ Explicava que

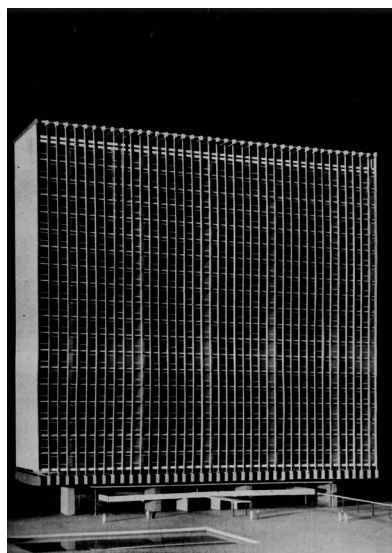
Esse edifício destina-se a prover às companhias siderúrgicas brasileiras estatais ou privadas, bem como outras indústrias básicas, com escritórios, restaurante e facilidades de alojamento, para suas representações permanentes em Brasília, ou para os seus Diretores e servidores quando em serviço na capital federal. Contará com um grande terraço com jardim, hotel de apartamentos, e restaurante, para uso público, com vista sobre a cidade.⁴¹

Ainda em 1960, Niemeyer publicou o projeto na revista *Módulo* (fig. 4.21; fig. 4.22, fig. 4.23).⁴² A maquete e os desenhos esclareciam um edifício de 70 por 16 metros de lado, 20 pavimentos de altura, com térreo subdividido em loja e sobreloja, mais subsolo e cobertura. Desde o subsolo, equipamentos e documentos seriam armazenados em áreas de depósito comunicadas com a rua de cargas do setor (fig. 4.24). Desde o térreo, o acesso se daria por uma caixa transparente e recuada em relação à projeção do volume, equipada por duas áreas para *showroom*, saguão de serviço, além do saguão principal com portaria (fig. 4.25). Escritórios e banheiros ocupariam o piso da sobreloja (fig. 4.26). O arquiteto desenvolveu os demais pavimentos em planta livre, que poderiam ser arranjados em escritórios abertos ou compartimentados conforme a necessidade da Companhia (fig. 4.27). No 18º pavimento, organizou alojamentos para funcionários, com apartamentos de um ou dois cômodos, equipados com banheiro privativo e copa coletiva, úteis nos primeiros tempos de Brasília (fig. 4.28). Nos demais pavimentos do topo, desenhou um restaurante panorâmico, montado com salões e áreas reservadas para reuniões, estar, e extensa cozinha (fig. 4.29, fig. 4.30 e fig. 4.31). Escadas, elevadores e poços de dutos, organizariam um núcleo de circulação e serviço implantado no centro do volume, a

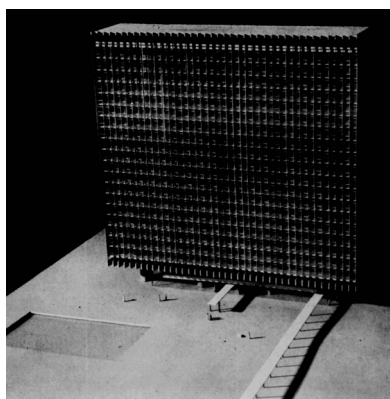
Figuras 4.21, 4.22 e 4.23. Diferentes ângulos da maquete preparada para o Palácio do Desenvolvimento, no Setor Bancário Norte. O edifício, projetado por Niemeyer em 1960, faria parte do conjunto de edifícios altos e próximos do eixo monumental. Nas fotos, vê-se uma marquise esbelta como estrutura que articulava o edifício ao conjunto.



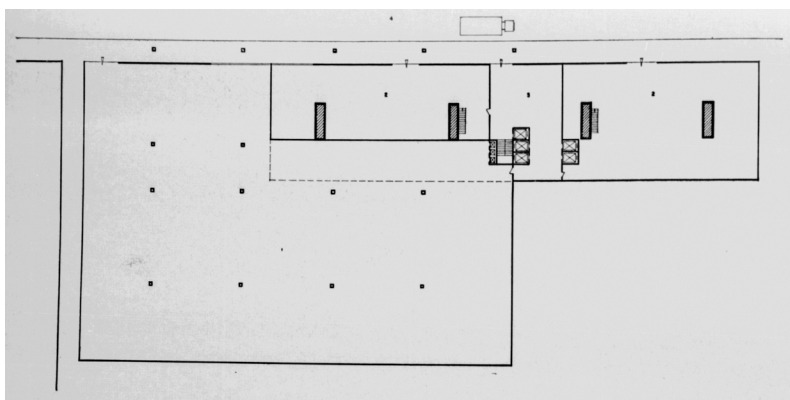
4.21



4.22

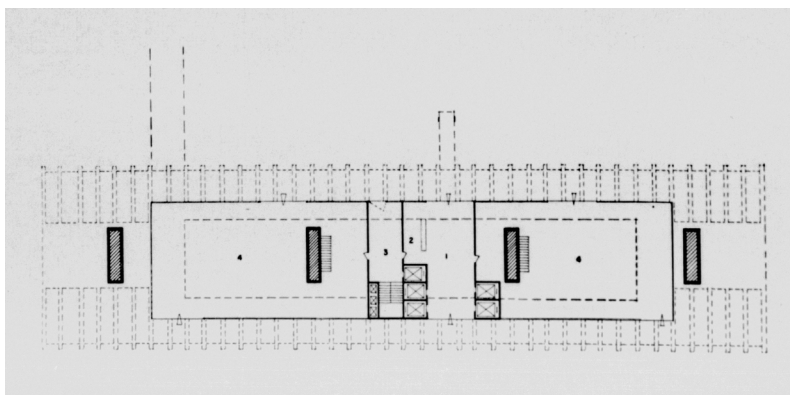


4.23



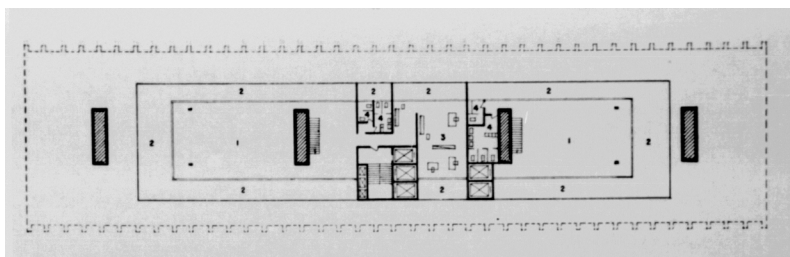
4.24

Figura 4.24. Já em 1960, o desenho de subsolo do Palácio do Desenvolvimento revela a repartição do subsolo do Setor Bancário Norte. Niemeyer desenhou um retângulo, independente da estrutura do setor, como depósito.



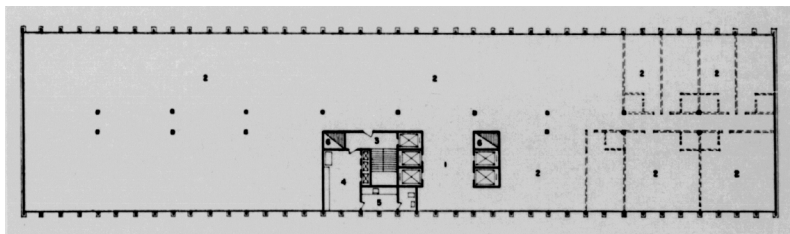
4.25

Figuras 4.25 e 4.26. Quatro pilares retangulares embasariam o edifício. Nas plantas do térreo e da sobreloja, o arquiteto desenhou um volume transparente e recuado, reforçando a visibilidade dos pilares, independente das funções realizadas.

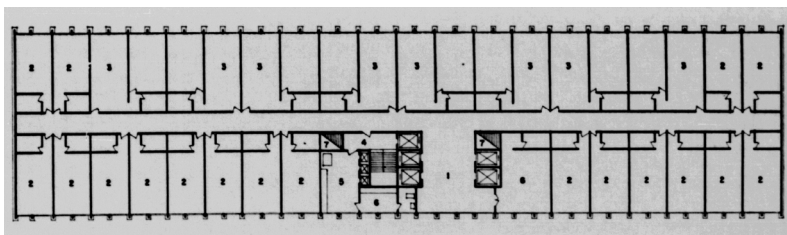


4.26

Figura 4.27. Pavimento tipo a ser ocupado por escritórios, que poderiam ser organizados de forma aberta ou compartimentada, conforme o caso.

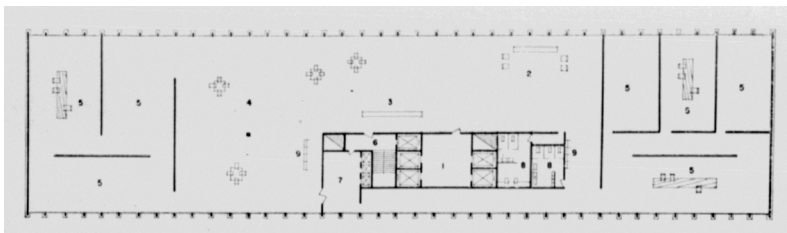


4.27



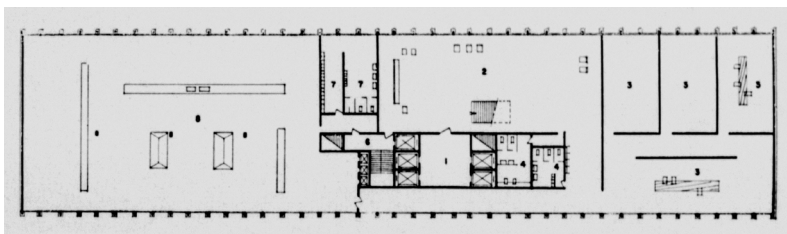
4.28

Figura 4.28. No 18o pavimento, o arquiteto previu alojamento para funcionários, interessante nos primeiros tempos de Brasília. A estratégia também adicionava complexidade funcional ao setor.

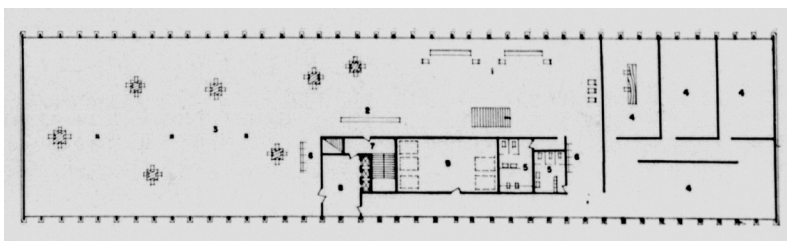


4.29

Figuras 4.29, 4.30 e 4.31. Nos demais pavimentos, Niemeyer organizou um restaurante panorâmico, que serviria tanto aos funcionários e aos alojamentos do edifício quanto ao público externo.



4.30



4.31

três metros da fachada do edifício.

O arquiteto explicou que o Palácio do Desenvolvimento foi projetado para atender ao programa da Companhia e aos problemas técnicos decorrentes. Havia pensado aquele edifício com modulação uniforme de 175 por 177 centímetros e estrutura mista, “de concreto armado no pavimento térreo e metálica nos andares superiores” (fig. 4.32).⁴³ Com desenho e texto, defendeu que

Essa solução visa evitar colunas nas lojas e manter no pavimento térreo o critério dos grandes vãos, indispensável ao sentido de monumentalidade que o Palácio do Desenvolvimento requer. Assim, em vez das 40 colunas previstas nos andares normais apenas quatro serão mantidas no pavimento térreo. O sistema estrutural é simples e lógico. Vigas transversais espaçadas 175 em 175 centímetros suportam as colunas externas dos andares superiores, evitando colunas nas salas de trabalho. Duas vigas mestras longitudinais suportam as colunas junto aos corredores dos mesmos andares, colunas necessárias à economia estrutural e às descidas de águas pluviais, esgotos, etc.⁴⁴

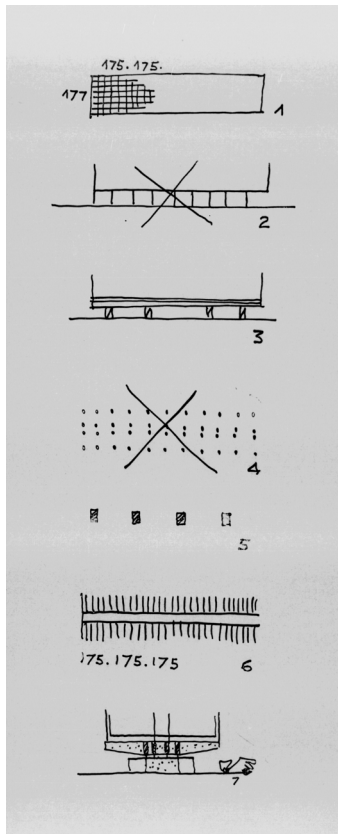
Kubitschek de Figueiredo lançou a pedra fundamental do edifício ainda em maio de 1960 (fig. 4.33).⁴⁵ A Companhia iniciou a construção do palácio, a partir de suas quatro colunas, em 1961. Contudo, em 1962, desistiu da obra.⁴⁶ A Caixa Econômica Federal pleiteou a compra do edifício incompleto, mas a Companhia retomou os trabalhos em 1963.⁴⁷ Parou de novo. O colonista Ari Cunha colocava que aquele edifício “sobre somente quatro colunas”,⁴⁸ apenas “sustentado por quatro pilotis”, precisava ser retomado, afinal, toda a estrutura metálica já estava pronta, armazenada nos galpões de Volta Redonda.⁴⁹ Em 1967, o Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário (INDA) comprou a estrutura,⁵⁰ mas não retomou as obras. O trabalho ficou a cargo do Ministério da Agricultura, que assumiu a construção do edifício em dezembro de 1970.⁵¹

A construção intermitente do edifício produziu erro de locação. As fundações deixaram a rua de subsolo mais estreita. As quatro colunas de seção retangular, implantadas erradas, receberam, enfim, as “vigas mestras” de 2,10 metros de seção, projetadas em 1960. Por fim, Niemeyer completou o corpo do edifício com a estrutura metálica guardada, tal como previsto nos desenhos (fig. 4.32). Quando projetado para a Companhia, o edifício teria as áreas de alojamento e restaurante arrendadas, e suas partes ociosas vendidas para terceiros.⁵² Quando retomado pelo Ministério da Agricultura, passou a abrigar escritórios de instituições diversas criadas pelo governo, como o Banco Nacional de Crédito

Figura 4.32. Niemeyer explicou a concepção do projeto através de uma sequência de esquemas. Destacou o arranjo da estrutura, reduzida a quatro pilares de seção retangular e viga central, que suportaria os pavimentos superiores do edifício.

Figura 4.33. Com papel na mão, à esquerda da foto, o primo de Kubitschek discursou ao lançar a pedra fundamental do edifício ainda em maio de 1960.

Figura 4.34. Ao lado do Teatro Nacional, à esquerda da foto, o Palácio do Desenvolvimento aparece finalizado. A garagem se destaca do resto do setor, ainda vazio.



4.32

LANÇADA ONTEM A PEDRA FUNDAMENTAL DO EDIFÍCIO "PALÁCIO DO DESENVOLVIMENTO"



O presidente da Cia. Siderúrgica Nacional, sr. João Kubitschek de Figueiredo, quando pronunciava seu discurso durante as solenidades de lançamento da pedra fundamental do edifício Palácio do Desenvolvimento.

4.33



4.34

Cooperativo (BNCC), a Comissão de Financiamento da Produção, as companhias brasileiras de alimento (COBAL) e armazenamento (CIBRAZEM), o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), e a Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB).⁵³ Jardins de Roberto Burle Marx completariam o desenho da plataforma até os limites indicados pelas plantas do setor.⁵⁴

Ao lado do Palácio do Desenvolvimento, a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) retomava as obras do Palácio das Indústrias, ou “Edifício Roberto Simonsen”.⁵⁵ Ainda em 1960, o presidente da Confederação, Lídio Lunardi, lançou a pedra fundamental do edifício na nova capital.⁵⁶ Em 1961, o novo presidente, Fernando Gasparian, encarregou “dois arquitetos que têm se destacado nos últimos anos” de “riscar o projeto que servirá de sede à CNI”.⁵⁷ Esses dois arquitetos eram Pedro Paulo de Melo Saraiva e Paulo Mendes da Rocha, que haviam trabalhado juntos no projeto vencedor do concurso para a Assembléia Legislativa de Santa Catarina.⁵⁸ Saraiva também havia participado do concurso para o plano piloto de Brasília, e Mendes da Rocha, vencido o concurso para a sede do Clube Atlético Paulistano, em São Paulo.⁵⁹

Saraiva e Mendes da Rocha projetaram o edifício para o “lote 25” do Setor Bancário Norte, que prescrevia um volume de 50 metros de comprimento por 16 metros de lado, 18 pavimentos, mais térreo e subsolo. Na planta do subsolo, previram três níveis para garagem e depósito, comunicados com o térreo por uma escada lateral. No térreo, imaginaram calçadas de mosaico português, que comporiam a plataforma do setor até o limite construído do subsolo, e desenharam uma praça coberta embaixo do corpo do edifício, a partir da qual se teria acesso aos escritórios (fig. 4.35). Organizaram os pavimentos-tipo com planta livre, reservando os três últimos andares para a diretoria da Confederação. Máquinário e serviços ocupariam a cobertura. Por fim, dois núcleos estruturais, que acomodariam escadas, elevadores, dutos e banheiros, atravessariam todo o edifício (fig. 4.36).

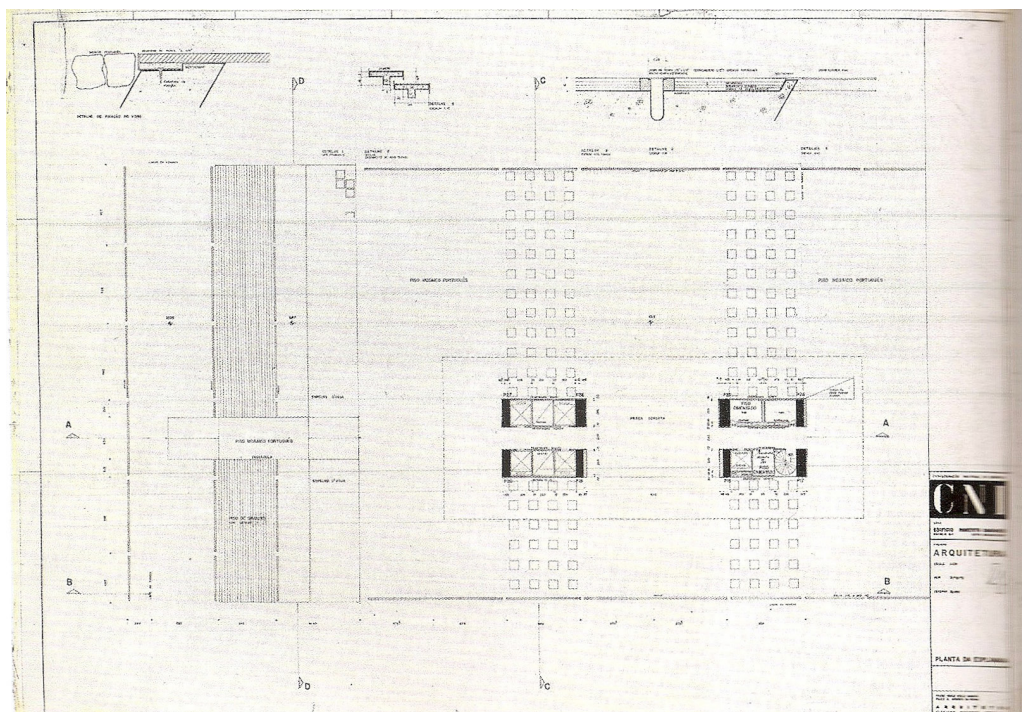
Saraiva explicou que

A projeção máxima permitida naquela quadra era de 16 por 48 metros. Respeitamos a largura com 16, mas com os *brises*, de um metro e meio de cada lado, o prédio ficava com 19 metros. O pessoal da Novacap não queria concordar. “Só se o dr. Oscar aprovar”, disseram. Marcamos um encontro com Niemeyer. Ele viu o desenho e falou: “Eu também queria colocar *brises* nos ministérios. Pode fazer”.⁶⁰

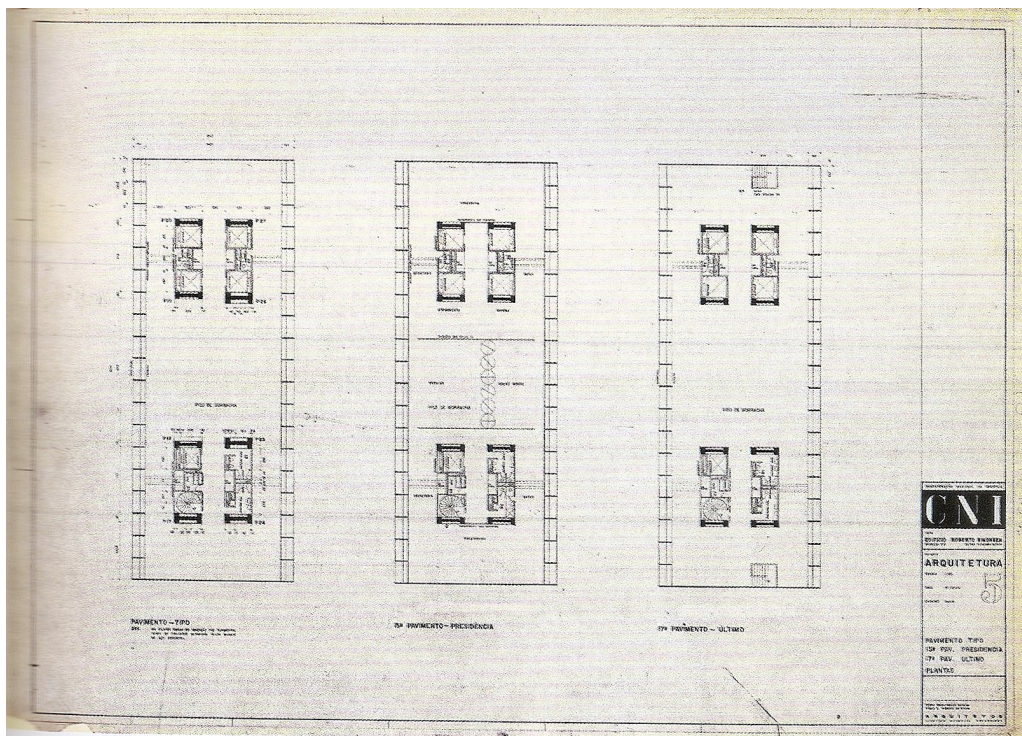
Assim, “à largura máxima regulamentar de 16 metros”, definida para

Figura 4.35. Na planta do térreo, os arquitetos enfatizaram que a plataforma funcionaria ali como uma praça, adornada com piso em mosaico português.

Figura 4.36. Nas demais plantas do edifício, os pilares, dois núcleos expressivos de concreto, acomodariam circulações e serviços.



4.35



4.36

o lote, eles acrescentaram “1,50 metros de *brise-soleils* em cada face, uma transgressão aprovada por Niemeyer”.⁶¹ Além disso, desenharam os dois núcleos estruturais com quatro placas de concreto que, como no Palácio do Desenvolvimento, suprimiriam a tradicional malha de pilares, garantindo ao edifício certo aspecto monumental. Aspecto que, como no edifício de Niemeyer, foi justificado pela liberdade na organização dos escritórios. O crítico Luis Espallargas Gimenez explica que, naquele prédio,

[...] uma lâmina se equilibra em dois maciços correspondentes às escadas e elevadores. Há grandes balanços nos dois sentidos. Essa condição estrutural é a preferida de Saraiva, colocar sempre o mínimo de pilares para que não haja constrangimento funcional.⁶²

Apesar da pedra fundamental lançada, e das fundações iniciadas, a obra não foi adiante. Em 1968, houve rescisão de contrato com a firma Companhia de Construtores Associados (CCA), encarregada do projeto.⁶³ Em 1969, o edifício foi selecionado para compor a primeira bienal de arquitetura organizada pelo IAB de Brasília, mas continuava pertencendo ao conjunto de projetos da nova capital que “ainda não passaram do papel, nem da maquete”.⁶⁴ Em 1973, a Confederação retomou o projeto, levantou as condições existentes e concluiu as fundações do edifício.⁶⁵ Contudo, uma foto de 1974 mostra que as obras do Palácio das Indústrias ainda se concentravam nos dois núcleos estruturais, enquanto o Palácio do Desenvolvimento já estava concluído (fig. 4.34). O edifício só ficou pronto em 1977.⁶⁶

Extensão

Complementar à construção dos palácios do Setor Bancário Norte, foi a planta “SBS PR-14/1”, feita para o Setor Bancário Sul, em julho de 1972 (fig. 4.37). Ali os técnicos estenderam aquele setor pela área da superquadra 201. Aquela área havia ficado ociosa desde os tempos de implantação da cidade. No Plano Piloto de Costa, compunha a última sequência de superquadras implantadas antes dos setores centrais. Depois de 1959, ficou ajustada entre o Setor Médico-Hospitalar Sul e o Setor de Autarquias Sul. O setor médico-hospitalar foi criado pela junção das superquadras 101 e 301, motivada pela implantação do Hospital Distrital de Brasília em outubro de 1958.⁶⁷ O setor de autarquias foi desenvolvido como consequência da adição das quadras 400 à trama do Plano Piloto, em outubro de 1959.⁶⁸ Nos subseqüentes mapas da cidade, a área foi continuamente representada como superquadra residencial encravada entre setores especializados (fig. 4.38; fig. 4.39).⁶⁹

Figura 4.37. Os técnicos da prefeitura estenderam o Setor Bancário Sul por cima da superquadra 201. A área estava ociosa pela implantação dos setores Médico-Hospitalar e o de autarquias. O desenho conta ainda com componentes das superquadras como, por exemplo, a faixa arborizada característica.

Figuras 4.38 e 4.39. Um exemplo é a “Planta da cidade de Brasília” publicada pela Shell em 1960. A área aparece como superquadra sem definição entre desenhos que indicam o “Setor Hospitalar” e o “Setor de Autarquias”.

Planta da Cidade de Brasília

Publicada e distribuida pela Shell Brazil Limited



No desenho de 1972, os técnicos mantiveram a área com as características da antiga superquadra. O quadrado de 240 metros de lado, seguiu emoldurado pela cinta de vegetação lindeira e equipado com setor comercial local. Além disso, vincularam a quadra aos entroncamentos viários circundantes, detalhando o encontro entre o eixo rodoviário-residencial e uma via que ligaria o setor bancário ao setor comercial por baixo do eixo, bem como a via “L-1 Sul”, projetada para abastecer o setor de autarquias.

Mas em vez de ser mantida inteira, dividiram a área pela metade com o desenho de uma via de acesso e duas fitas de estacionamento. Os retângulos resultantes, cada um com cerca de 24 hectares, foram nomeados “lote 33” e “lote 34”, continuando a sequência numérica dos volumes do setor bancário.

Nesses lotes, entretanto, os técnicos não determinaram volumes nem desenharam estruturas pedestres, garagens marquises ou plataformas. Em vez disso, escreveram diretrizes de ocupação na própria planta: dentro dos limites de cada lote deveriam ser previstos “estacionamentos de veículos necessários aos seus atendimentos”, sendo obrigatório o desenho de “garagem nos subsolos”; os volumes, ou “lâminas”, a serem construídos não teriam formato predefinido, mas precisariam “obedecer ao gabarito máximo de 21 pavimentos-tipo, mais térreo com sobreloja, mais cobertura e subsolo”, sem ultrapassar a “altura máxima de até 75 metros a partir do nível do térreo”.⁷⁰

Os técnicos também determinaram que os lotes 33 e 34 seriam diretamente destinados para o Banco Nacional de Habitação e para Caixa Econômica Federal. Estas instituições deveriam apresentar projeto para aprovação e urbanizar a área não edificada. Anotaram na planta: “a destinação da área para a Caixa Econômica Federal fica condicionada à apresentação prévia do programa de ocupação da mesma”; “o Banco Nacional de Habitação e a Caixa Econômica Federal terão a obrigatoriedade de urbanização e respectiva conservação das partes não edificadas das áreas a eles destinadas”.⁷¹ Como confirma um mapa turístico da época, em que as áreas para o Banco Nacional de Habitação e para a Caixa Econômica Federal aparecem indicadas, mas sem edifícios (fig. 4.40; fig. 3.41), a ocupação passou a depender mais das particularidades de cada projeto do que da forma predeterminada por algum volume.

Figuras 4.40 e 4.41. Em um mapa turístico da cidade, a área aparece destinada ao Banco Nacional de Habitação e à Caixa Econômica Federal. Não há desenho de volume ou qualquer outra predeterminação. A forma urbana da área dependeria dos desenhos apresentados pelos bancos.

Caixa Econômica Federal

Essa mudança de modelo ficou clara com o projeto da nova sede



4.40



4.41

para a Caixa Econômica Federal. O banco já ocupava um edifício no Setor Bancário Sul desde 1967. O projeto de Eduardo de Villemor Amaral Negri preenchia o “lote 28” com um volume de 35 metros de comprimento, 15 de largura e 18 pavimentos mais cobertura, e completava o conjunto de blocos geminados iniciado pelo Edifício Seguradoras.⁷² Contudo, a diretoria da instituição ainda permanecia no Rio de Janeiro.⁷³ O número de funcionários que precisavam ser deslocados era grande, e, para realizar a transferência definitiva, era necessário ampliar. Além disso, existia a expectativa por um edifício representativo. Em 1962, a instituição havia tentado comprar, sem sucesso, a obra inacabada do Palácio do Desenvolvimento. Por fim, em 1972, conseguiu a nova área na ampliação do setor bancário, onde o arquiteto João Alfredo Ortigão Tiedemann, pertencente ao quadro de funcionários da própria Caixa, deu entrada num projeto em tudo diferente dos volumes retangulares (fig. 4.42).

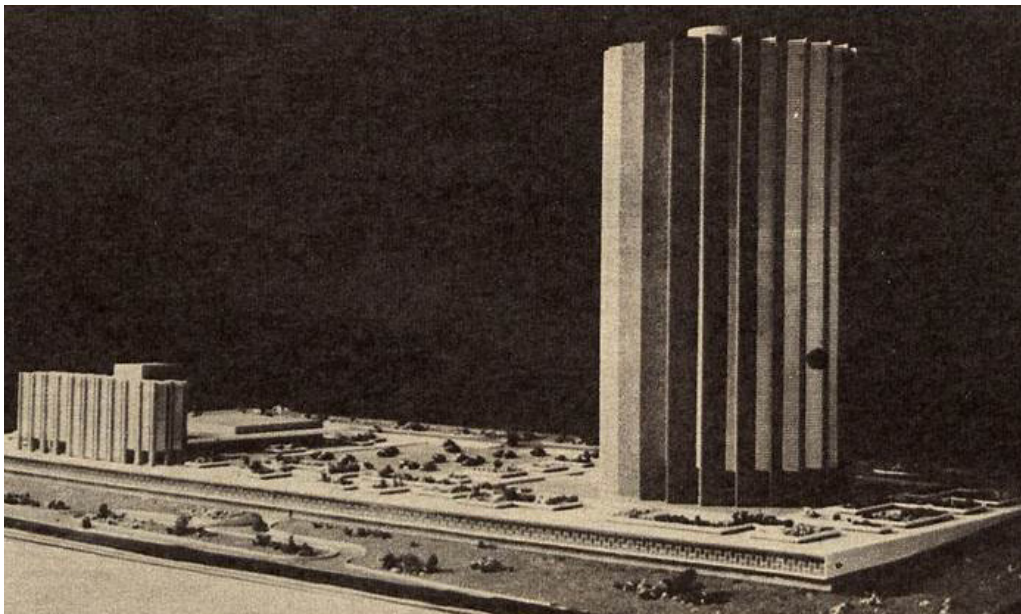
Nas 106 pranchas apresentadas à Secretaria de Viação e Obras, e guardadas nos arquivos da Administração Regional do Distrito Federal, Tiedemann ocupou toda a área do “lote 34” com uma plataforma. No subsolo, acomodou uma garagem para 900 veículos e áreas para depósito e maquinário. No térreo, definiu jardins e uma praça de estacionamento que articulavam três volumes complementares: um bloco quadrado, um bloco baixo retangular, e uma torre alta circular.⁷⁴

O bloco quadrado e o bloco retangular sustentavam programas diferentes, mas foram projetados como volumes complementares. No bloco quadrado, Tiedemann organizou auditório, biblioteca e salas de curso, ajustando o programa especial a um quadrado de 70 por 40 metros de lado e um pavimento de altura (fig. 4.43). O acesso se daria a partir de um saguão coberto. Pelo térreo da plataforma, o visitante ingressaria através das bilheteiras até alcançar a platéia do auditório. Pelo subsolo, funcionários entrariam nas salas de cursos, enquanto atores acessariam os camarins e demais depósitos do palco. Cabines para rádio e televisão completariam os equipamentos da sala de espetáculos, desenhada para acomodar até 320 pessoas. Um jardim interno atenuaria a profundidade do volume e juntaria as duas partes do programa. No segundo, Tiedemann acomodou os escritórios da Loteria Esportiva do banco,⁷⁵ desenhando um volume de 50 por 10 metros de lado e quatro pavimentos de altura. O arquiteto o estruturou com pilares, configurando um térreo pouco ocupado, com acesso através de pórtico. Um volume quadrado e mais alto, organizado para os banheiros, elevadores e escadas, juntaria o térreo do bloco baixo ao edifício quadrado.

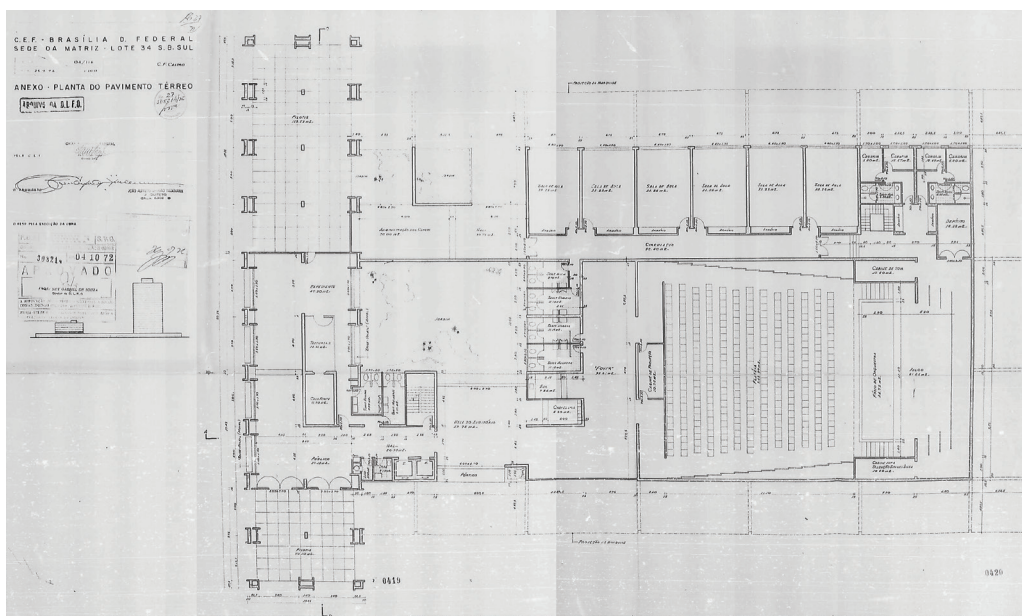
Já na torre, o arquiteto previu pisos de escritório e salas da diretoria,

Figura 4.42. Em 1972, a revista *Manchete* celebrou o “belo projeto” de Tiedemann: uma grande plataforma ambientada por jardins e pontuada por uma torre circular mais dois blocos baixos articulados.

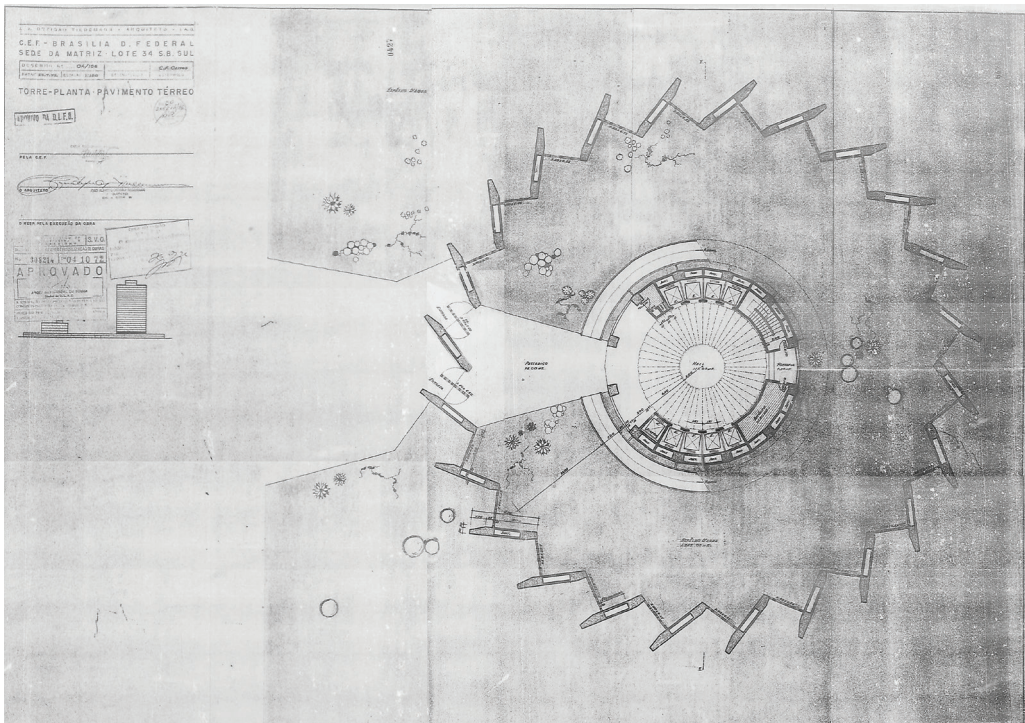
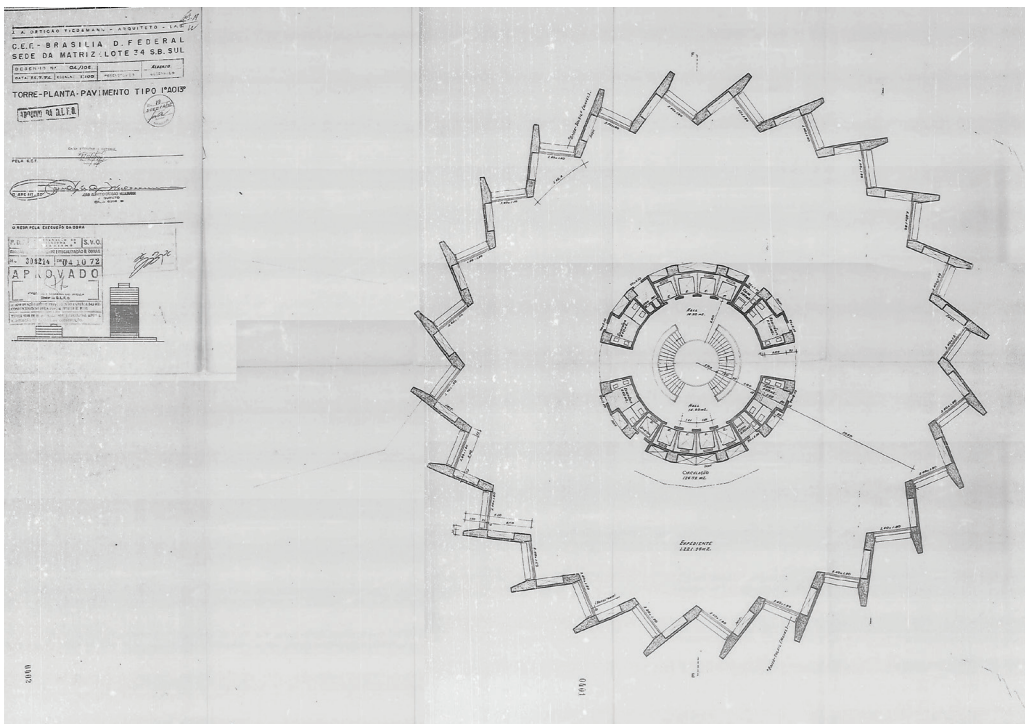
Figura 4.43. A planta é parcial, mas representa metade do térreo do bloco quadrado, tal como projetado por Tiedemann. O edifício abrigaria funções especiais do programa, como um auditório.



4.42



4.43



que poderiam ser compartimentados conforme o caso (fig. 4.44). No térreo, imaginou que visitantes e funcionários acessariam o edifício através de um passadiço, caminhando por cima de um espelho d'água até chegar no *hall* do edifício (fig. 4.45). Na cobertura, desenhou apartamentos. Como nos palácios do Setor Bancário Norte, o arquiteto desenvolveu a torre com um esquema estrutural que permitia liberdade na organização de cada pavimento do banco. O esquema envolvia um núcleo central ao edifício, de dez metros de raio, que além de servir de estrutura, acomodava escadas, elevadores, banheiros e dutos. Também desenhava a fachada como uma sequência de lâminas de concreto espaçadas, sustentando 24 pavimentos de altura à pressão dos ventos.

O esquema estrutural produziu um edifício que, segundo o *Correio Brasileiro* era uma “pesquisa de formas inusitadas”.⁷⁶ Tiedmann colocou que seu projeto procurava “ser atualizado utilizando todas as possibilidades que a técnica moderna permite e entrosado na plástica da arquitetura contemporânea”.⁷⁷ Para ele, a torre circular se integrava “na filosofia de Brasília pelas soluções novas que contém”, mas, ao mesmo tempo, buscava “uma plástica que se destacará na paisagem urbana em que se insere”.⁷⁸ As obras começaram entre 1973 e 1974 e se estenderam até 1979 quando, o prédio, “apelidado de redondo”, foi, por fim, inaugurado.⁷⁹

Metamorfose

Dubugras decidiu se manifestar. Em novembro de 1972, enviou uma carta para Prates, em nome do IAB. Antes, ele havia criado a revista *Cadernos de Arquitetura* para discutir os problemas da cidade, sobretudo “ressaltar diversos aspectos do Plano Piloto que não foram obedecidos como, por exemplo, no Setor Comercial Sul, onde o arquiteto previu edifícios com estacionamentos subterrâneos a exemplo do Setor Bancário Sul” (fig. 4.46; fig. 4.47).⁸⁰ Havia também publicado um manifesto do instituto no *Correio Brasileiro*, criticando a importância da W3 frente ao Setor Comercial Sul e a implantação descuidada das cidades-satélites. Falava pela classe de arquitetos e exigia um “processo integrado de planejamento urbano e regional”: “se, por um lado, somos obrigados a aceitar transformações impostas pelo próprio processo de crescimento da cidade, cumprimos, por outro lado, o dever de lutar pelo controle e o encaminhamento correto das pressões que continuamente exijam atualização do plano de Brasília”.⁸¹ A carta para Prates foi publicada no boletim *Arquiteto*, editado em São Paulo. Ali, Dubugras tentou explicar a importância de Brasília enquanto “expressão viva e concreta das possibilidades que o urbanismo moderno oferece”.⁸²

Figura 4.44. A planta circular da torre de escritórios. foi desenhada com um núcleo de circulação e serviços. No desenho, a organização de escritórios e áreas de trabalho não foi esboçada, mas teria de se subordinar à forma do círculo.

Figura 4.45. Boa parte do térreo da torre seria ocupado por um espelho d'água. Visitantes entrariam no edifício depois de cruzar um passadiço.

Problemas urbanos em debate nos "Cadernos de Arquitetura"

Com o objetivo de colocar em discussão assuntos referentes a problemas da cidade, o Instituto dos Arquitetos do Brasil - Departamento de Brasília - está editando os "Cadernos de Arquitetura", que iniciam assim um programa de publicações de estudos, análises, proposições e projetos "que representem ou reflitam de algum modo a germinação da cidade que se faz necessária para abrigar e ajudar a formar uma sociedade menos brutal, repressiva e alienada - mais justa, livre e humana". Segundo o arquiteto Elvin Mackay Dubugras, presidente do Departamento de Brasília do IAB-DF, qualquer cidade, em qualquer parte do mundo enfrenta hoje uma série de problemas. Os "Cadernos" abordam então os assuntos que podem ser um ponto de partida. É a contribuição do IAB-DF para que um assunto tão atual possa ser discutido, debatido. A publicação do "Caderno 3" abordou o Plano Piloto de Lucio Costa, "que é discutido por muita gente que não o conhece", disse o arquiteto, ao ressaltar diversos aspectos do Plano Piloto que não foram obedecidos como por exemplo, no Setor Comercial Sul, onde o arquiteto previu edifícios com estacionamentos subterrâneos, a exemplo do Setor Bancário Sul. O no. 4 dos "Cadernos" é dedicado a temas de industrialização e urbanização, com trabalhos de Henri Lefebvre e o próximo número trará os projetos de urbanismos feitos por Oscar Niemeyer para o Exterior, dos quais o mais importante é o plano de Argel.

4.46

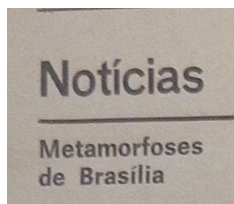


Mackay: "Nascida do plano. Brasília está se estragando por falta de planejamento. E ainda por mesquinharia".

Elvin Mackay Dubugras, 42 anos, arquiteto, carioca. Chegou em 1962.

4.48

4.47



4.49

O arquiteto descreveu a cidade como exemplo experimental das teses modernas de “uso do solo, liberação do espaço, formas mais humanas de morar, espaços com funções melhor definidas”, mas em conflito com a realidade social e econômica brasileira.⁸³ Em seus moldes de cidade moderna,

Brasília revela [...] a incapacidade de os mecanismos tradicionais de produção arquitetônica, subordinados aos padrões rotineiros da especulação imobiliária, darem continuidade a essa experiência no mesmo nível com que foi iniciada, quando sob responsabilidade do poder público. À arquitetura de significação internacional (edifícios públicos mais representativos) se contrapõe a arquitetura medíocre de consumo, que completa a cidade nos seus equipamentos destinados às funções quotidianas (habitação, comércio, lazer). Volta-se esta arquitetura para objetivos imediatistas, puramente comerciais, em detrimento dos valores culturais que a cidade impõe.

O principal problema de Brasília é hoje, de um lado, um crescimento rápido e, de outro, a improvisação do poder público no sentido de fixar mecanismos de controle, frente à ação abusiva e oportunista daqueles que usufruem desta situação explosiva.⁸⁴

Dubugras completou dizendo que “a metamorfose de Brasília é inexorável, mas exige o supremo cuidado na escolha dos caminhos a seguir” (fig. 4.49).⁸⁵ Contou depois que a carta

[...] não deu em nada, não houve retaliação visível, mas durante três anos eu não conseguia chegar perto do serviço, qualquer serviço que tivesse governo no meio, sempre tinha uma desculpa e encerrava-se o assunto. Era óbvio que tinha alguma coisa anotada, alguma ficha que, quando consultada, liquidava qualquer possibilidade.⁸⁶

Explicação

Ainda em 1972, Niemeyer projetava, desde seu escritório de Paris, a sede para o Banco Denasa de Investimento. Foi Kubitschek quem encomendou o edifício.⁸⁷ Desde 1967, o ex-presidente chefiava o conselho administrativo daquele banco, sediado no Rio de Janeiro,⁸⁸ e decidiu transferir a sede para Brasília.⁸⁹ A realização do edifício se deu como empreendimento imobiliário: o banco ocuparia os primeiros e os últimos pavimentos enquanto os demais seriam vendidos para outras empresas. A imprensa propagandeava o banco como “primeiro grande edifício particular” de Niemeyer em Brasília,⁹⁰ “único no gênero já feito pelo arquiteto” (fig. 4.50).⁹¹

Figuras 4.46 e 4.47. Matéria no *Correio Braziliense* e capa dos *Cadernos de Arquitetura*.

Figuras 4.48. Em depoimento para a revista *Realidades*, exaltou que “Brasília está se estragando por falta de planejamento. E ainda por mesquinha”.

Figura 4.49. Carta de Dubugras publicada na revista *Arquiteto*.

Niemeyer desenhou o edifício para a “projeção 5” do Setor Comercial Sul, no conjunto de volumes isolados, implantados perto do eixo rodoviário-residencial. Ali, preencheu o volume de 30 por 17 metros de lado e 14 pavimentos, tal como determinado no código de 1967. No subsolo, arranhou dois níveis de garagem para até 104 vagas. No térreo, desenhou um *hall* de acesso, articulado com uma galeria lateral e uma loja independente, voltada para as fachadas maiores (fig. 4.51). Nos demais pavimentos, distribuiu escritórios que poderiam ser compartimentados ou arranjados livremente (fig. 4.52). Na cobertura, situou sala para reunião, combinada com salão de estar e um auditório para 200 pessoas, reservados para o Clube Empresarial de Brasília (fig. 4.53).⁹² Organizou escadas, elevadores e banheiros no centro da planta. Resolveu a estrutura com empenas laterais e um conjunto de nove pilares. Por fim, desenhou *brises* móveis na fachada norte para resolver a insolação do edifício (fig. 4.54; fig. 4.55).

Na memória do projeto, o arquiteto escreveu a “explicação” de que um edifício ali

[...] não permite muita inovação. O regulamento local fixa as dimensões e altura do bloco, seus recuos laterais no pavimento térreo, uma galeria com 6,50 metros de pé-direito numa das extremidades do edifício e as empenas, fechadas, sem janelas.

O projeto, no caso, se resume em adotar uma solução interna correta, proteger as fachadas insoladas [sic], criar para o térreo aspecto diferente, corrigindo, inclusive, o coroamento do prédio, sempre pobre nas edificações já executadas como se verifica pelas fotografias.⁹³

Por aquela época, o arquiteto projetou ainda outro edifício para o Setor Comercial Sul, também encomendado pelo Banco Denasa. O edifício se implantaria na “projeção 23”, que demandava um volume de 30 por 17 metros e 15 pavimentos de altura, como na “projeção 5”. Frente aos mesmos requisitos, Niemeyer resolveu o novo edifício de forma muito parecida com a do Banco Denasa. Desenhou dois níveis de subsolo com garagem para 120 carros (fig. 4.52), organizou o térreo com área para lojas (fig. 4.53), enquanto escritórios preencheriam o programa dos demais pavimentos (fig. 4.54). A diferença com o Banco Denasa se deu em alguns detalhes na composição do partido. No novo edifício, Niemeyer organizou o núcleo de escadas e elevadores na lateral, em vez da posição central, definiu a estrutura com 18 pilares, em vez de nove, determinou escritórios na cobertura em vez de clube, e manejou a insolação da fachada oeste, em vez de norte (fig. 4.55; fig. 4.56).

Niemeyer escreveu a “explicação necessária” de que

Figura 4.50. Para o público não especializado, o edifício teria fachadas de frente e de fundo, como se projetado para um lote de cidade qualquer. O *Jornal do Brasil* salientou que as inovações seriam técnicas: “a frente do edifício terá vidros fumê e os fundos *plus-soleil* amarelo”.

Figura 4.51. Niemeyer resolveu o térreo do edifício encaixando-o em uma galeria. Essa galeria é resultante dos primeiros desenhos feitos para o setor, ainda no início de 1960.

Figura 4.52. Nos demais pavimentos do edifício, os escritórios vendidos para outras empresas, poderiam configurar andares inteiros ou compartimentados, de acordo com a demanda.

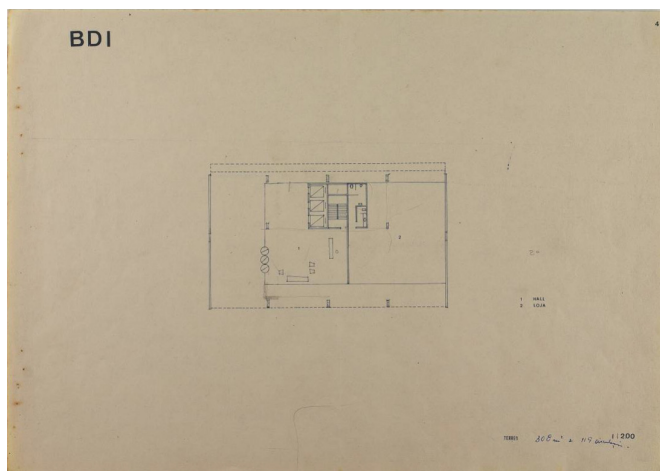
Figura 4.53. Na cobertura, Niemeyer desenhou a sede do Clube Empresarial de Brasília, com sala de reunião, sala de estar, e pequeno auditório.

Brasília tem novo prédio de Niemeyer

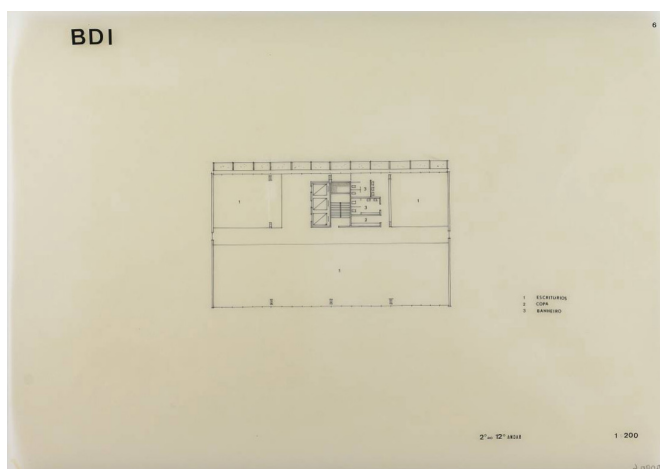
Brasília (Sucursal) — O Denasa, o mais luxuoso edifício comercial de Brasília, com dois subsolos como garagens, todo atapetado e com um clube para todos os grandes empresários em trânsito, será construído, no setor próprio, com projeto de Oscar Niemeyer, o único no gênero já feito pelo arquiteto.

Seis andares inteiros, dos quinze que formam o prédio, estão reservados para grandes empresas. O primeiro andar será destinado ao Banco Denasa; o penúltimo ao escritório e o último à financeira. A frente do edifício terá vidros fumê e os fundos *plus-soleil* amarelo, ambos de cristal japonês. A projeção do terreno é de 510 metros, mas houve um avanço proposital para os subsolos.

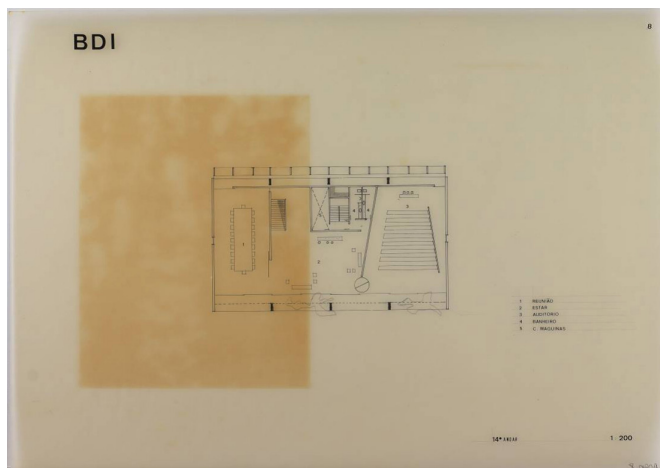
4.50



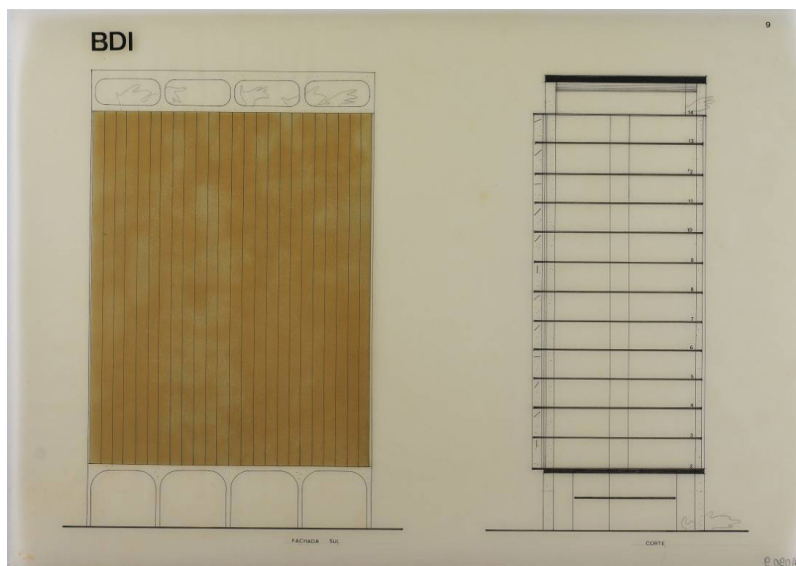
4.51



4.52



4.53



4.54

Figuras 4.54 e 4.55. Fachada sul, corte transversal, e fachadas norte, leste e oeste do Banco Denasa de Investimento. Os desenhos situam a diferença de tratamento das fachadas conforme insolação. A lógica é da cidade pensada pela arquitetura moderna, e não resultante da demanda por representação no contexto urbano.

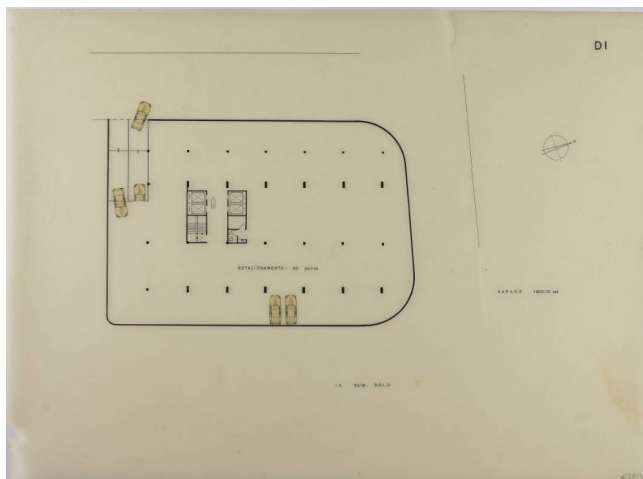


4.55

Figura 4.56. O lançamento do edifício foi em novembro de 1972. Niemeyer compareceu na festa que se deu em Brasília, em um dos salões do Hotel Nacional.

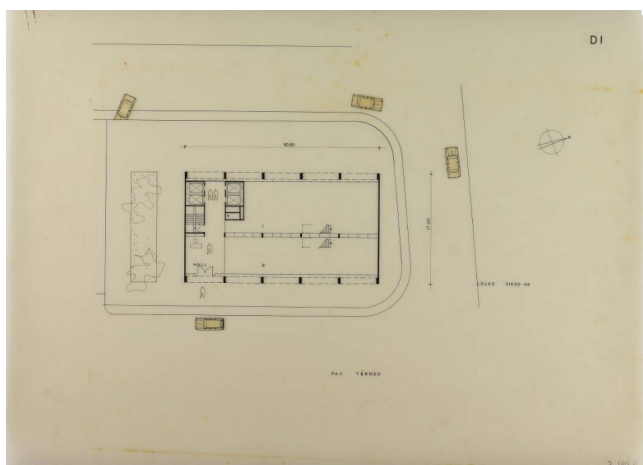


4.56



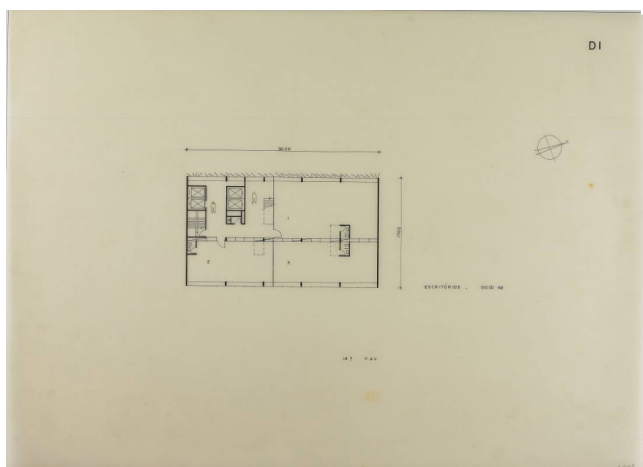
4.57

Figura 4.57.
A posição da "projeção 23" no setor faz da implantação do edifício semelhante a de um lote de esquina. Carros circulariam o edifício e acessariam a garagem desde a via S2, junto do eixo monumental.

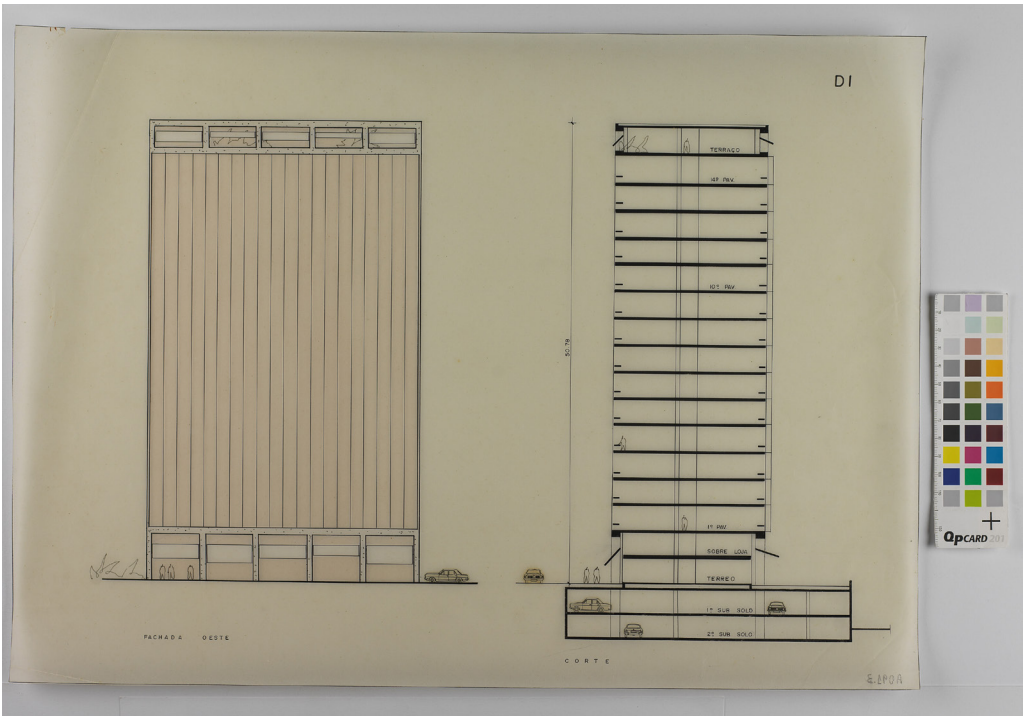


4.58

Figuras 4.58 e 4.59. Niemeyer desenhou o edifício com loja no térreo e escritórios nos demais pavimentos. A estrutura foi simplificada em relação ao Banco Denasa.

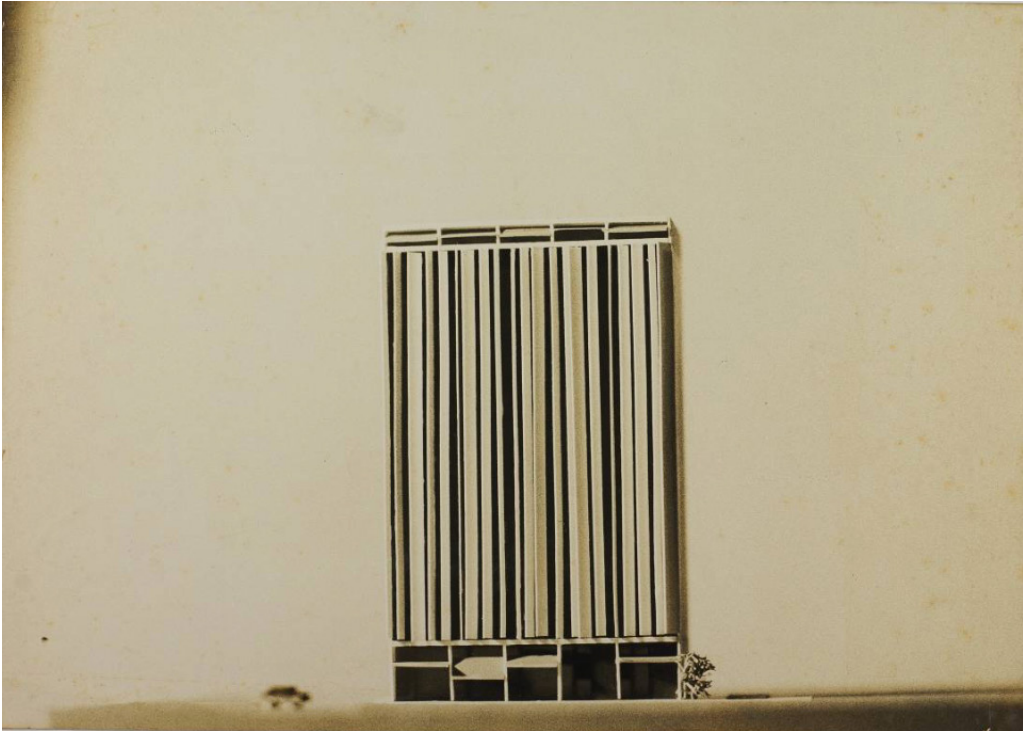


4.59



4.60

4.61



Neste edifício, o problema de economia mereceu nossa principal preocupação, e fazê-lo simples, sóbrio, fácil de construir, nosso objetivo principal. Isso explica a redução dos vãos da estrutura; a exclusão da galeria no pavimento térreo; as empenas construídas com placas de concreto pré-fabricado; os “*brises-soleils*” fixos de concreto em vez de pivotantes; a sugestão de utilizar em todos os pisos – inclusive serviço e sanitários – placas de “*paviflex*” ou material similar, etc.⁹⁴

Figuras 4.60 e 4.61. Niemeyer resolveu a fachada oeste do edifício com brises fixos de concreto, seguindo a ideia de economia pensada para o projeto.

Por fim, repetiu: “trata-se de um prédio correto. Simples e sóbrio como o desejávamos”.⁹⁵

Exemplos

Outros edifícios particulares desenhados no período reforçaram as explicações de Niemeyer. Exemplos são os edifícios Serra Dourada e Anhanguera, projetados por César Barney. Barney era arquiteto colombiano, que havia estudado nos Estados Unidos, mas completado o curso de arquitetura na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Entre 1961 e 1965, trabalhou com Burle Marx e na prefeitura de Brasília.⁹⁶ Depois dali, concentrou seus trabalhos em projetos particulares. Enquanto Niemeyer desenhava os edifícios para o Setor Comercial Sul, a prefeitura aprovava os projetos de Barney para o Serra Dourada e o Anhanguera, ambos encomendados pela Encol Engenharia e Comércio.

Barney projetou o Serra Dourada e o Anhanguera para a “quadra 11” do Setor Comercial Sul. De acordo com as plantas de 1960, 1966, e de 1968, além do código de 1967, aquela “quadra” era um volume composto por lotes contíguos, a serem ocupados ou por edifícios de cinco pavimentos mais térreo e cobertura, ou o total de 25,55 metros de altura. Uma galeria de cinco metros de largura, seis de altura, e estruturada por pilares espaçados em oito metros, deveria ser prevista no térreo e na frente do lote, para acomodar o trânsito pedestre ao longo do perímetro da quadra. Estacionamento em subsolo era opcional, mas, se existente, seria acessado por uma rua comum a todos os lotes, e que atravessaria a quadra ao longo de seu comprimento. Os lotes de meio de quadra deveriam prever uma passagem pedestre no térreo, que permitisse o trânsito transversal à quadra.

Fotografias de 1969, arquivadas pela prefeitura, mostram a quadra 11, bem como as quadras 13 e 17, sendo construídas de forma fracionada e desarticulada, de acordo com a comercialização dos lotes ao longo do tempo (fig. 4.62; fig. 4.63). Provavelmente tiradas desde o Edifício Central, as fotos descrevem edifícios justapostos

Figuras 4.62 e 4.63.
Setor Comercial Sul
em 1969.



4.62

4.63



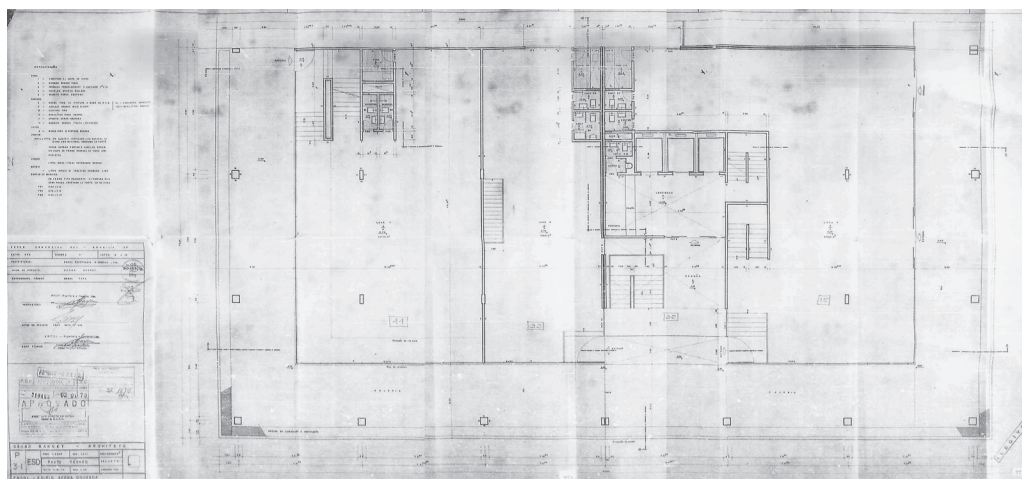
que, além da altura determinada ou da galeria demarcada, nada tinham que ver uns com os outros. Exibiam janelas, brises, planos transparentes e opacos para resolver os mesmos problemas técnicos de insolação. Apresentavam fachadas estreitas e largas, esclarecendo que, pelas normas, os lotes poderiam ser lembrados. Mas, ainda assim, esses edifícios configuravam um conjunto. Dali se pode ver que a quadra 11 já contava com o Edifício São Paulo e o Edifício Vitória, que implantados no meio da quadra, garantiam a passagem pedestre, apesar das diferenças.

Serra Dourada e Anhanguera foram projetos exemplares neste sentido. No edifício Serra Dourada, por exemplo, Barney juntou os lotes 18 e 19 organizando uma das pontas da quadra 11 (fig. 4.64). Ali, desenhou o edifício com uma planta retangular de 50 por 25 metros de lado, repartida com três lojas no térreo, e escritórios nos pavimentos restantes. O arquiteto utilizou a mesma solução para o Anhanguera, juntando os lotes 13, 14, 15, 16 e 17 em um edifício retangular de 40 por 20 metros de lado (fig. 4.65). Lojas ambientariam o térreo, enquanto salas de escritório ocupariam o corpo do volume. Barney determinou tanto para o edifício Serra Dourada, quanto para o Anhanguera, sete pavimentos mais térreo, em vez dos cinco pavimentos, térreo e cobertura definidos pelo código, mas manteve a altura de 25,55 metros. Ambos edifícios foram projetados com escadas e elevadores no centro da planta e diferenças se deram por conta da implantação: o Serra Dourada contava com três fachadas para abertura de vitrines, enquanto o Anhanguera poderia abrir escritórios para a frente e para os fundos do edifício (fig. 4.66). Por fim, como Serra Dourada e Anhanguera eram edifícios eram lindeiros, Barney aproveitou a continuidade para desenhar as fachadas com a mesma proteção de blocos de concreto pré-fabricado, e mesmo desenho de pilares.

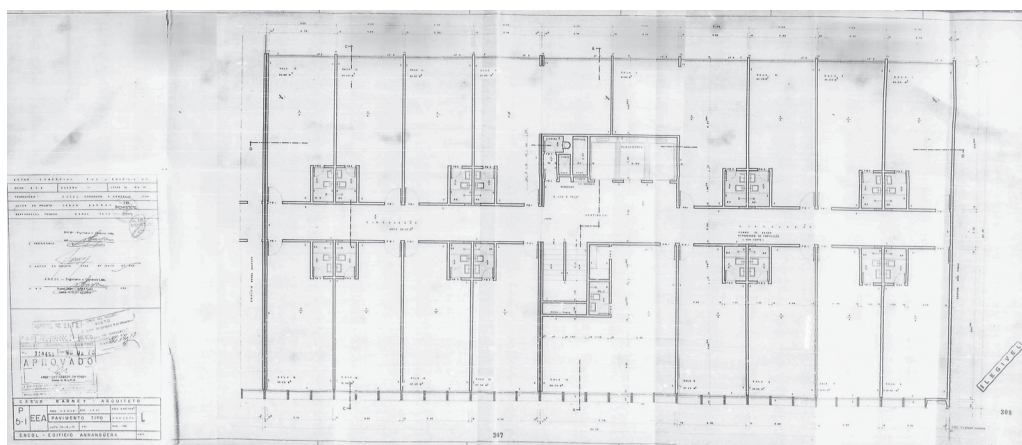
A publicidade da época divulgava aqueles edifícios com uma fotografia da maquete do Serra Dourada, acompanhada de uma planta de situação que localizava o Serra Dourada e o Anhanguera lado a lado na quadra (fig. 4.67). Eram edifícios distintos, mas apresentavam uma unidade de tratamento própria de um conjunto unitário. Afinal, apesar de remembramento de lotes ser operação comum em uma cidade qualquer, era novidade na cidade pensada pela arquitetura moderna.

Terracap

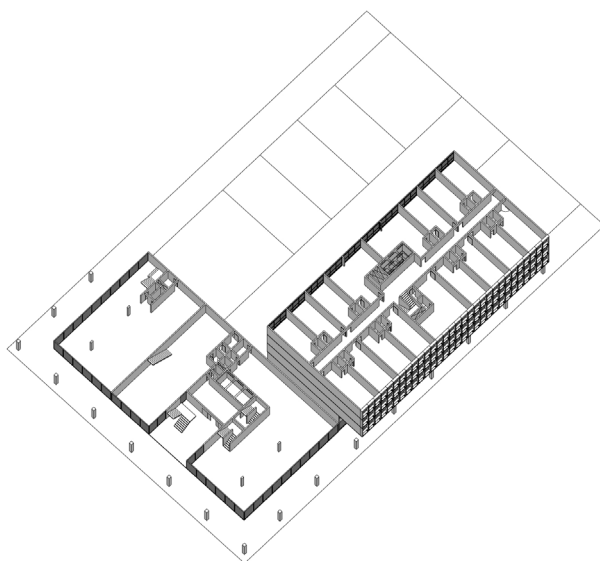
Em dezembro de 1972, Prates repartiu a Novacap pela metade com a criação da Terracap. O assunto estava em discussão desde outubro (fig. 4.68; fig. 4.69). A divisão criava duas empresas: a



4.64



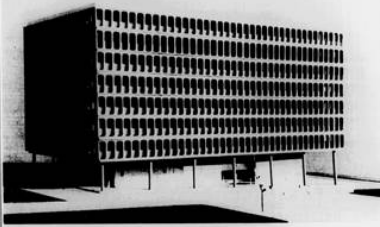
4.65



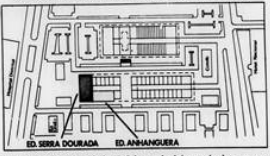
4.66

Figuras 4.64 e 4.65. As plantas do térreo do edifício Serra Dourada e do pavimento tipo do Edifício Anhanguera explicam a dinâmica de projeto e construção fracionada da "quadra 11" do Setor Comercial Sul. Como lotes, configuravam edifícios contíguos, mas independentes, com fachadas de frente para as vias de acesso ao setor, e de fundos para o interior da quadra.

**A Encol acha
que chegou a hora
de você ter
um escritório à altura
dos seus negócios.**




Localizados no melhor ponto do Setor Comercial Sul, a Encol está lançando dois edifícios para você escolher o seu novo escritório. Instalando-se no Edifício Serra Dourada ou no Edifício Anhanguera, você dará à sua empresa o status que ela merece.



EDIFÍCIO SERRA DOURADA EDIFÍCIO ANHANGUEIRA


São sete pavimentos, mais galerias de lojas e sobrelajes e subsolo com garagens. De um projeto arquitetônico especial, a Encol partiu para um fino acabamento, preços excelentes e um prazo de entrega próprio para quem tem pressa: fevereiro de 1974. Preço fixo e irredimível. Decida-se hoje mesmo e adquira o seu conjunto.

Construção e Incorporação:



encol
S.A. Engenharia Comércio e Indústria

Vendas:



Buriti
Engenharia Imobiliária S.A.
RCS-Q. 17-Sul, Presidente-L. 1.130
Tels: 34-0360 e 34-9092

4.67

Figura 4.66. Ao inserir esses edifícios em contexto, como no caso da perspectiva que justapõe o térreo do Serra Dourada ao tipo do Anhanguera, a independência entre eles fica evidente.

Figura 4.67. Publicidade que circulava no *Correio Braziliense*. Os edifícios eram independentes, mas projetados pelo mesmo arquiteto e para o mesmo cliente. A foto da maquete revela o Serra Dourada implantado sem contexto, como um dos primeiros edifícios que seriam construídos naquela parte da quadra.

Novacap seguiria responsável pela execução das obras civis, enquanto a Terracap, ou Companhia Imobiliária de Brasília, trataria dos problemas imobiliários. Também seriam divididos entre as companhias os funcionários e os bens. Segundo o *Jornal do Brasil*,

A Terracap terá entre suas funções, a de realizar operações no setor imobiliário, em moldes rentáveis, através da compra, venda, permuta, locação, arrendamento, incorporação, em geral, de imóveis de Brasília, enquanto que a Novacap continuará existindo, apenas, com a finalidade de executar obras e serviços de urbanização e construção civil de interesse da cidade de Brasília.⁹⁷

A existência de uma estatal operante no mercado imobiliário desagradou construtoras, mas foi aprovada por Médici. Em janeiro de 1973, a Terracap já pretendia dividir em lotes e pôr à venda mais de 2 mil terrenos localizados entre a península sul e próximos das habitações populares do eixo rodoviário-residencial (fig. 4.70).⁹⁸

Extensões

No final de 1973, os técnicos da prefeitura elaboraram novas extensões.

Em setembro, desenvolveram o projeto de ampliação do Setor Comercial Norte, o “Setor Comercial Norte-B”. Esse setor já havia sido previsto em 1968. A planta “SCN PR-4/1” mostrava aquela área vazia entre as vias W3 e W5, “destinada à expansão”, e em simetria com o Setor Comercial Sul-B.⁹⁹ Por fim, na planta “SCN-B PR-1/1”, os técnicos a desenharam com dois quadrados de 120 metros de lado, descritos como “lote A” e “lote B” (fig. 4.71). Esses lotes foram implantados separados por uma praça pedestre, de 45 metros de largura, e acomodados entre estacionamentos paralelos às vias longitudinais ao setor. O desenho resultante é de dois quadrados deslizados. Como na extensão do Setor Bancário Sul, diretrizes escritas na planta organizariam a ocupação: a altura máxima permitida seria de 45 metros (independente do número de pavimentos); a ocupação do subsolo deveria ser feita com garagens (na proporção de duas vagas para cada 100 metros quadrados construídos); e poderia existir algum tipo de comércio em subsolo (desde que a proporção de vagas na garagem fosse respeitada). Por fim, cada lote deveria ser edificado com um “afastamento obrigatório – cinco metros em todas as divisas”.¹⁰⁰

Em novembro, os técnicos retomaram o plano de ampliação elaborado para o Setor Comercial Sul. Com a planta “SCS-B PR-3/1”, revisaram o desenho de 1966, mantendo o conjunto de três

Figura 4.68. Em outubro, o *Correio Braziliense* reportou a intenção do Governo do Distrito Federal em criar uma companhia capaz de operar, de forma autônoma, no mercado imobiliário.

Figura 4.69. Em dezembro, a proposta de criação da Terracap foi encaminhada ao Congresso Nacional.

Figura 4.70. Para o *Jornal do Brasil*, “os novos lotes poderão ser vendidos pela Terracap, empresa que o Governo do Distrito Federal está instalando para atuar no setor imobiliário de Brasília”.

Figura 4.71. O Setor Comercial Norte-B foi configurado por dois lotes quadrados e uma lista de orientações. Não há predefinição de volume, e a forma urbana depende do projeto. Nesta planta, um carimbo remete à Terracap.

4.68

Brasília vai pôr à venda 2 mil lotes

Brasília (Sucursal) — A Novacap está concluindo estudos para demarcar mais 2 mil lotes no setor residencial da Península Sul desta capital, cuja venda aos interessados poderá ocorrer ainda neste semestre. Uma pequena parte dos terrenos será aproveitada na construção de casas para funcionários de alguns Ministérios, a serem transferidos do Rio.

Prélos estudos da Coordenação de Arquitetura e Urbanismo, órgão da Nova cap., serão loteados mais de 3 mil terrenos, mas se prevê que este número caia para 2 mil depois da prelocalização que o Departamento Econômico da Nova cap. vem processando, para conhecer a viabilidade de aproveitamento das áreas a serem demarcadas.

VENDA

Os novos lotes poderão ser vendidos pela Terracap, empresa que o Governo do Distrito Federal está instalando para atuar no setor imobiliário em Brasília.

4.70

O Governo Federal acaba de enviar ao Congresso Nacional projeto de lei desvinculando o desmembramento da NOVACAP da antiga TERRACAP. A Companhia Imobiliária de Brasília, cobrada à primária a execução de obras e serviços de urbanização e construção civil em geral, é a nova empresa operante no setor imobiliário, através da compra, venda, permuta, locação, construção e incorporação de imóveis em geral.

Os imóveis alienados pela NOVACAP ou TERRACAP são fisicamente indivisíveis e no tocante ao pessoal que lhe for distribuído, os cujos direitos são resguardados, a TERRACAP substituirá a NOVACAP de plano dentro nos respectivos relacionamentos.

Sob o aspecto econômico salienta "a necessidade premente de o Distrito Federal incentivar e criar fontes e meios de recursos que lhe permitam maior autonomia financeira, quer seja através do estímulo de atividades econômicas tributáveis, quer

dinamizando e aproveitando integral e

Com relação ao aspecto administrativo

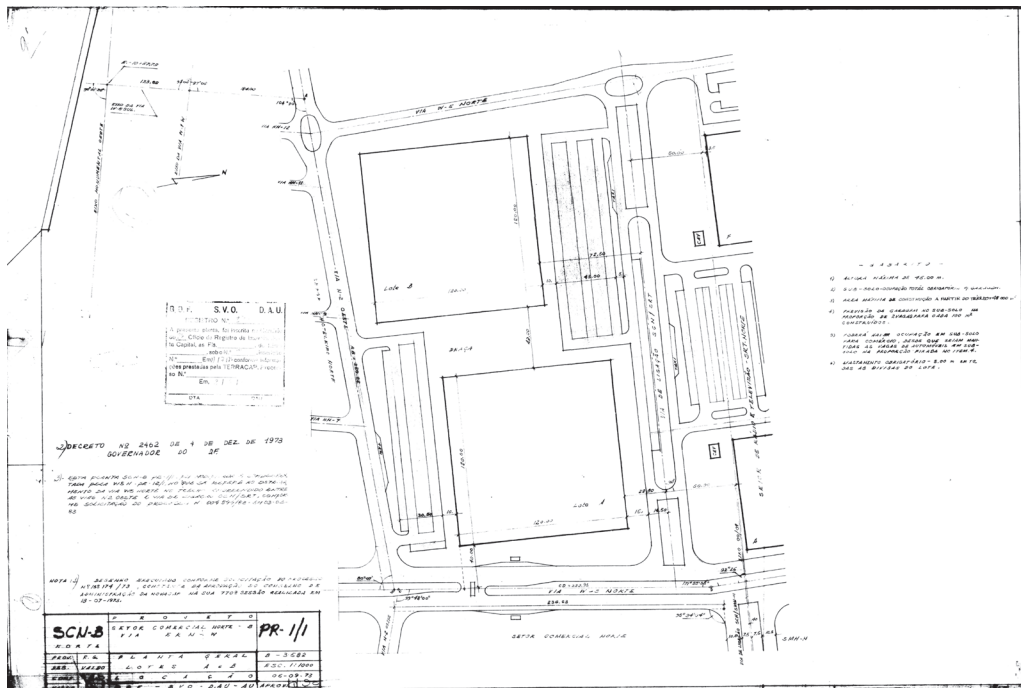
diz que a medida visa dar prosseguimento ao processo de reforma administrativa determinado pela Lei 4.345/64, citando o desmembramento que ocasionou a criação da CAESB, CBI, COTELB, serviços anteriormente entregues à NOVACAP. Neste ponto, ressalta a necessidade do aprimoramento administrativo, através da descentralização de serviços.

Com a criação da TERRACAP, diz, ainda, a exposição de motivos do governador: "A política do Governo do Distrito Federal melhor preparada para a promoção da política de desenvolvimento urbano, onde a terra é um fator de alto relevo e maior preponderância. A criação de um organismo próprio será um dos instrumentos básicos da política imobiliária, estando dentro da mais moderna concepção de desenvolvimento urbano de uma maior racionalização das grandes aglomerações em função do homem".

Por fim, o GDF exalta o papel desempenhado pela NOVACAP, e afirma que o projeto também visa dotar esta Companhia das condições essenciais à manutenção de seus objetivos. (Página 8)

4.69

4.71



volumes, os lotes A, B e C, mas trocando as praças pedestres e estacionamentos por vias que mergulhariam para acessar o subsolo do setor (fig. 4.72). Apesar da ausência de praça pedestre entre os volumes, os técnicos mantiveram a galeria interna ao lote, dividindo cada volume em duas porções, que chamaram de “magazine” e “prédio de escritórios”.¹⁰¹ Como nas ampliações do Setor Bancário Sul e do Setor Comercial Norte, anotaram diretrizes na própria planta: o magazine poderia ter altura de “até 23 metros acima da cota de soleira, com construção de térreo e quatro pavimentos, no máximo”, enquanto o prédio de escritórios poderia alcançar “45 metros acima da quota de soleira”.¹⁰² A ocupação de cada lote não poderia ultrapassar 56.000 metros quadrados. A utilização dos subsolos se faria com estacionamentos, comércio e depósito: três níveis para o lote A, e quatro para os lotes B e C.

Revisão

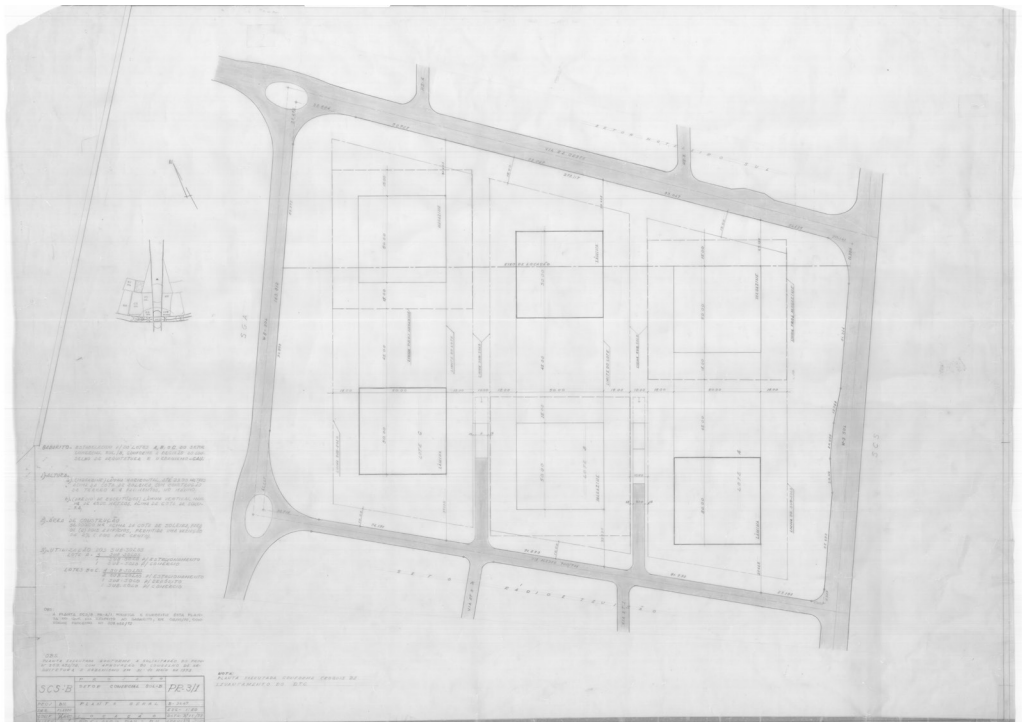
A estas plantas se somou, ainda, a própria revisão do Setor Comercial Norte, feita em janeiro de 1974. Essa revisão, apesar de manter o esquema geral estabelecido em 1968 – com a divisão do setor em duas porções e estacionamentos vinculados à periferia – alterou a lógica de ocupação proposta por aquele desenho. Na planta “SCN PR-7/2”, a área a ser edificada seguiu o esquema dos desenhos da época, e também foi definida por alinhamentos somado a um conjunto de diretrizes (fig. 4.73).

Sete lotes organizariam a área na frente do eixo rodoviário-residencial, indicada no desenho como “CN1”. Seis destes lotes – A, B, C, E, F, e G – foram desenhados com 40 metros de largura e 75 de comprimento, implantados transversalmente à área, limitados pelo eixo rodoviário-residencial e pelo arruamento interno do setor comercial. O sétimo lote – o lote D – foi pensado para acomodar um edifício-garagem, implantado no meio do conjunto, e desenhado com formas maiores, 70 metros de lado e 106 metros de comprimento, envolvendo parte do arruamento interno do setor. A edificação em cada um dos seis lotes seria orientada por um conjunto de diretrizes que prescreviam a “ocupação total do térreo para comércio, acima deste pavimento ocupação de 30% da área total destinada a uma construção com 48 metros de altura para escritórios, total de construção 17.000 metros quadrados conforme localização em planta”.¹⁰³

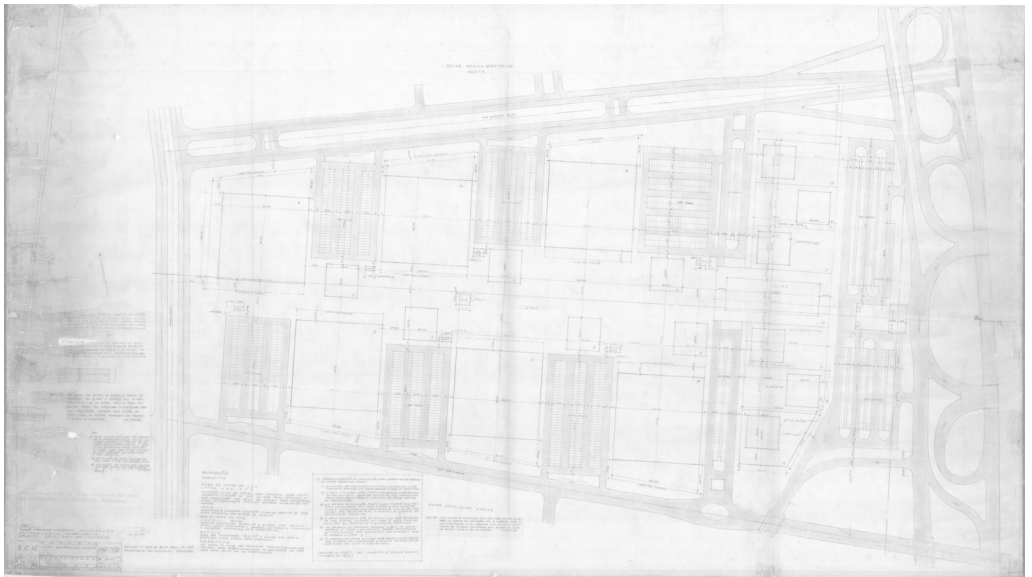
Na área maior, a “CN2”, o desenho sofreu um rearranjo: os lotes maiores foram deslizados para junto das vias e o número de lotes menores diminuiu. A ideia de alameda pedestre, insinuada em 1968, se desorganizou. Os lotes maiores – A, D, F, H, J e L – repetiram

Figura 4.72. Na extensão do Setor Comercial Sul, os técnicos mantiveram os volumes já desenhados nas plantas anteriores, mas suprimiram as praças pedestres e adicionaram orientações, como no Setor Comercial Norte-B.

Figura 4.73. Como nos demais desenhos do período, na revisão do Setor Comercial Norte diretrizes substituem volumes e organizam setores em que a forma urbana depende de cada projeto apresentado à prefeitura.



4.72



4.73

a fórmula dos lotes do Setor Comercial Norte-B: quadrados de 80 metros de lado, com “área de construção 35.000 metros quadrados e altura até 48 metros” e “destinados a comércio no térreo e primeiro pavimento e andares superiores para escritórios”.¹⁰⁴ Já os lotes menores – B, C, E, G, I e K – foram pensados exclusivamente para comércio, com área de construção de 1.800 metros quadrados e altura até 9 metros.

Seminário

A revisão do plano para o Setor Comercial Norte foi a última contribuição da gestão de Prates para o centro do Plano Piloto de Brasília. Ao sair, ele “fez questão de salientar que não havia deturpado o plano da cidade, como se disse, mas que todas as obras tinham merecido a aprovação do Conselho de Arquitetura do Distrito Federal”.¹⁰⁵ Ernesto Geisel assumiu a presidência em março de 1974 nomeando o engenheiro Elmo Serejo Farias como governador. Farias havia trabalhado na Prefeitura Municipal de Salvador e exercia o cargo de prefeito em Aracatu, na Bahia, quando foi nomeado. Era de fora, como Prates. Para políticos de Goiás e Minas, o homem era “um ilustre desconhecido, divorciado dos problemas de Brasília”.¹⁰⁶ Neste contexto, o senador Cattete Pinheiro o convenceu a colaborar na organização de um seminário sobre Brasília. O senador planejava um seminário com a participação de Costa, que conseguiu marcar para agosto.

O então *I Seminário de Estudos sobre os Problemas Urbanos de Brasília* aconteceu no plenário do Senado recém-reformado e que, aos poucos, começava a ser utilizado em sinal de certa abertura democrática. Ali, em sessão lotada, Costa abriu os trabalhos comentando que as cidades-satélites vieram antes da Brasília concluída (fig. 4.74; fig. 4.75). Relembrou os esforços dos primeiros tempos. Reforçou características de Brasília. Salientou que era contra sua reformulação, “não se trata de reformular coisa nenhuma, mas de atualizar, de criar condições para que o plano de Brasília, alcançada a sua plenitude, possa expandir-se, crescer, desenvolver”.¹⁰⁷ Por fim, insistiu que, apesar de “dois terços da população de Brasília” morarem em sua periferia, “a cidade ainda está oca”.¹⁰⁸ A “asa norte” está desocupada. Os setores de diversão estão incompletos. O Setor Comercial Norte ainda não existe.

Os debates prosseguiram com os painéis organizados. José Carlos Coutinho, professor do departamento de arquitetura e urbanismo da Universidade de Brasília, problematizou: “seria mais correto considerar Brasília como uma cidade nova ou Brasília como uma cidade velha”?¹⁰⁹ Defendia a criação de um órgão, de

Figuras 4.74 e 4.75. Costa durante a abertura do seminário.

Figura 4.76. Na última carta que Costa enviou para Cattete Pinheiro, e que foi lida na última sessão do seminário, Costa concluiu: empreendedores imobiliários, arquitetos e urbanistas gostariam de “romper o princípio dos gabaritos preestabelecidos, [...] gostariam, em suma, que a cidade não fosse o que é, e sim outra coisa”.

um “sistema de planejamento”, com “setores técnicos, setores decisórios, setores executivos” e, sobretudo, de consulta frente à população, para combater as ações isoladas.¹¹⁰ Já o economista Dércio Garcia Munhoz reclamou que a classe nunca havia sido consultada, e que o ritmo de crescimento da cidade e do Distrito Federal impediam ações normais de planejamento.¹¹¹ Geraldo Roberto Orlandi, da Secretaria de Viação e Obras, lembrou de seu trabalho para preparar o código de 1966: tentou aplicar conceitos de outras capitais brasileiras, mas concluiu que Brasília exigia algo diferente.¹¹² Os geógrafos Aldo Paviani e Ignez Costa Barbosa Ferreira, defendiam que as cidades-satélites eram cidades-dormitório, que precisavam se tornar independentes de Brasília.¹¹³

Mapa 03. Os desenhos produzidos no período contrastam com os anteriores. Neles, não há definição de volumes, mas sim de alinhamentos. A forma da cidade fica dependente de cada projeto a ser desenvolvido e, eventualmente, aprovado.

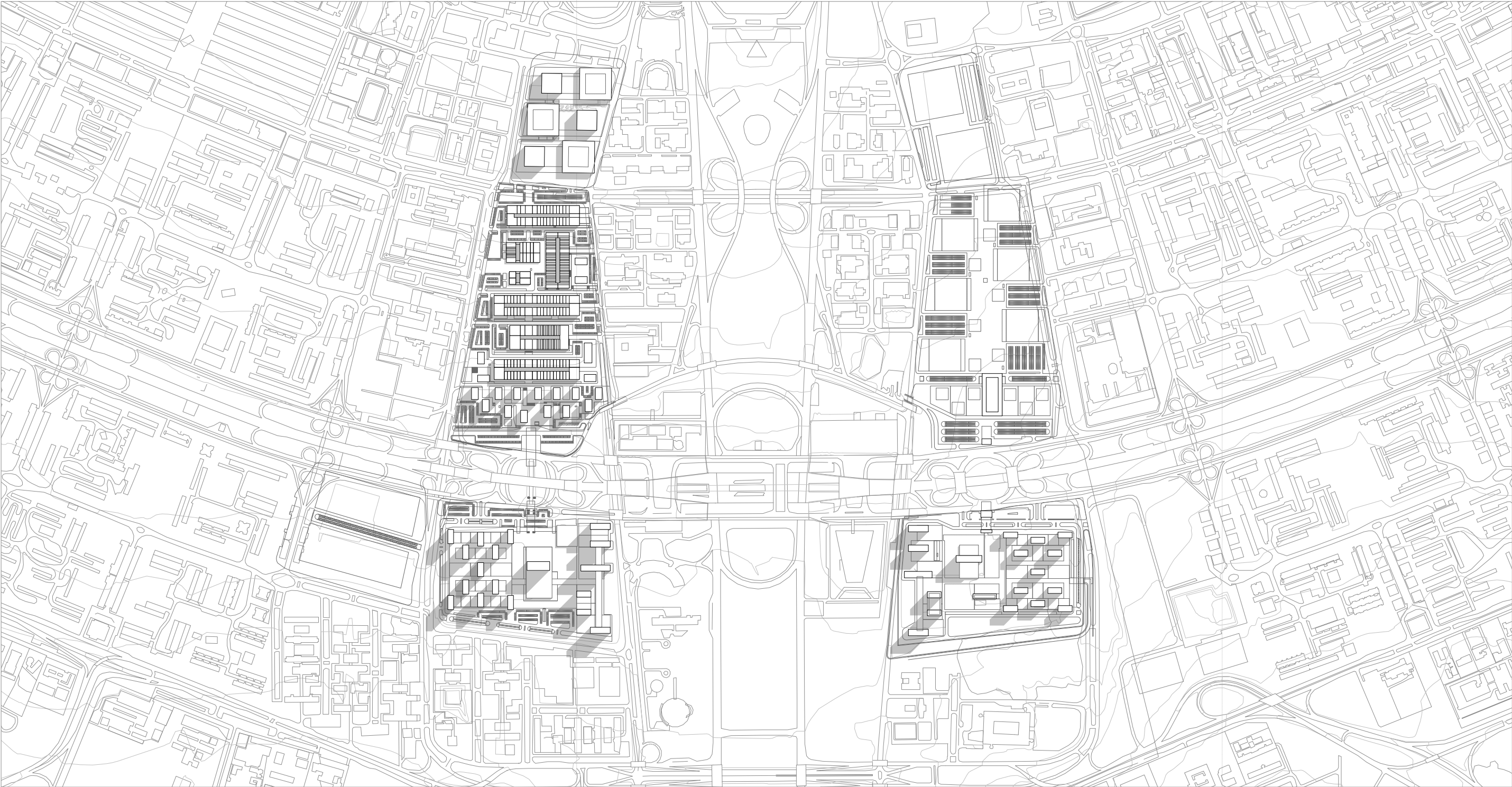
Na sessão de encerramento do seminário, em carta lida pelo próprio Cattete Pinheiro (fig. 4.76), Costa, escrevendo desde o Rio de Janeiro, insistiu:

Pelo o que me foi possível perceber, os anseios de reformulação antecipada da proposição urbanística de Brasília partem principalmente de dois setores que visando embora objetivos opostos, paradoxalmente se encontram. Refiro-me aos empreendedores imobiliários interessados em adensar a cidade com o recurso habitual do aumento dos gabaritos; e aos arquitetos e urbanistas que, reputando “ultrapassados” os princípios que informaram a concepção da Nova Capital e a sua intrínseca disciplina arquitetônica, gostariam também de romper o princípio dos gabaritos preestabelecidos [...], aspirando fazer de Brasília uma cidade de feição mais caprichosa, concentrada e dinâmica, ao gosto das experiências agora em voga pelo mundo, – gostariam, em suma, que a cidade não fosse o que é, e sim outra coisa.

Daí a falsa opção deste dilema: “Brasília, cidade velha, ou Brasília, cidade viva”. Falsa porque, mantidos determinados parâmetros urbanísticos, as restrições impostas não são de molde a impedir as novas formulações arquitetônicas, tal como vem ocorrendo em toda parte na cidade.¹¹⁴

Mas reformulações já estavam em curso. Elas ficam evidentes nos setores centrais do Plano Piloto de Brasília, quando se reúne as plantas desenhadas no período em um mesmo mapa (mapa 03). Ali, o controle que se realizava através de volumes, se sobrepõe à organização bidimensional do lote. Diretrizes anotadas na planta dificultam a previsão das formas a serem construídas. Ali, a área indivisível de Brasília foi, por fim, repartida em retângulos e quadrados, reproduzindo a lógica da cidade tradicional por cima da cidade da arquitetura moderna.

No final de 1974, Hélio Ferreira Pinto, autor da Estação Telefônica Centro, participou do concurso para a sede do Banco Central



do Brasil, mas não venceu. Mesmo assim, a diretoria do banco escolheu seu projeto para a construção do edifício, que seria implantado na extensão do Setor Bancário Sul.¹¹⁵ Ali, o “lote 33” foi repartido pela metade, gerando os lotes 33 e 33A. Na planta “SBS PR 16/1”, os técnicos da prefeitura registraram o procedimento traçando cotas e eixos (fig. 4.77). Por fim, anotaram: “a destinação da área para os lotes 33 e 33A fica condicionada aos seus proprietários a apresentação prévia do programa de ocupação da mesma”.¹¹⁶ No retângulo de 125 por 95,8 metros de lado do lote 33, Pinto desenvolveu um edifício em forma de cruz, transferindo para a planta a grafia do dobrão do império (fig. 4.78).¹¹⁷ Aquele edifício, de 21 pavimentos, foi construído nos anos seguintes.

Figura 4.77. Na planta SBS PR 16/1, os técnicos repartiram o lote 33 em duas partes: o 33 e o 33A.

Figura 4.78. Maquete do Banco Central projetado por Hélio Ferreira Pinto para o lote 33. A forma do edifício remete ao dobrão do império.

Notas

1 Com a constituição de outubro de 1969, o Distrito Federal passou a ser administrado por um governador em vez de prefeito, nomeado pelo Presidente da República. Ver: ANO legislativo terá período único. *Correio Braziliense*, 4a página, 19 out. 1969. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/45558>. Acesso em: 5 set. 2019.

2 GOVERNADOR debate projetos de Brasília. *Correio Braziliense*, 2a página, 15 abr. 1970. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/2063>. Acesso em: 14 mar. 2019; REVISÃO do plano original do DF. *Correio Braziliense*, 3a página, 16 abr. 1970. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/2090>. Acesso em: 14 mar. 2019.

3 VISÃO deformante. *Correio Braziliense*, capa caderno 2, 16 fev. 1973. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/30708>. Acesso em: 15 mar. 2019.

4 MENDES, Ilton Ferreira. *Depoimento - Programa de história oral*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. Ver também: DUBUGRAS, 1993, p. 12-13; O manejo de invasões já ocorria desde 1964, com o Serviço de Remoção de Invasões, executado pela Secretaria de Segurança e Interior. PLANEJAMENTO expulsou invasores da ilha! *Correio Braziliense*, Brasília, 1o caderno, página 6, 26 mar. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/13831>. Acesso em: 8 out. 2020. Ver também: CONTRADIÇÕES de uma cidade nova. Direção de Joaquim Pedro de Andrade. Brasil, 1967. Disponível em: <<https://youtu.be/3Ony7axA-CE>>. Acesso em: 2 out. 2020.

5 TERRACAP: novo órgão em estudo. *Correio Braziliense*, Brasília, 9a página, 6 out. 1972. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/27597>. Acesso em: 23 mar. 2019; GOVERNO desmembra Novacap e cria Terracap para cuidar de imóveis. *Correio Braziliense*, capa; 8a página, 8 nov. 1972. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/28918>. Acesso em: 23 mar. 2019.

6 ARRUDA, Léo. Brasília em tempo de expansão. *Correio Braziliense*, 4a página, 1 abr. 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/10030>. Acesso em: 14 mar. 2019. Ver também: DERNTL, Maria Fernanda. Além do Plano: a construção das cidades-satélites e a dinâmica centro-periferia em Brasília. In: *XIV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. São Carlos: USP-São Carlos, 2016. Disponível em: <<http://www.iau.usp.br/shcu2016/anais/wp-content/uploads/pdfs/37.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2016.

7 PÔSTO de Escuta. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 925, p. 93, 1970. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/004120/102496>>. Acesso em: 20 abr. 2020; PÔSTO de Escuta. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 938, p. 146, 1970. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/004120/104590>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

8 ALVES, Ivan. Oscar Niemeyer: o choque do futuro. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 1020, p. 131, 1971. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/004120/118648>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

9 ALVES, Ivan. Três obras primas em Paris. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 1068, p. 114, 1972. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/004120/127111>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

10 CHAGAS, Carlos. A reforma do congresso. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 1042, p. 16-17, 1972. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/004120/122432>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

11 NIEMEYER, Oscar. In: GUIMARÃES, Irineu. Niemeyer: o pensamento de um gênio. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 1087, p. 54-56, 1973. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/004120/131216>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

- 12 Ver: BRASÍLIA dez anos depois segundo Lúcio Costa. *Revista do Clube de Engenharia*, Rio de Janeiro, n. 386, p. 6–11, 1970. A entrevista também foi publicada pelo Instituto de Arquitetos do Brasil em *Cadernos de Arquitetura*. Ver: BRASÍLIA dez anos depois segundo Lúcio Costa. *Cadernos de arquitetura*, Brasília, n. 3, p. 25-29, 1969/1970.
- 13 CARTA de Lucio Costa para Hélio Prates da Silveira, 15 nov. 1969, Acervo Lucio Costa, Instituto Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro. VI A 01-02675L. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/2998>>. Acesso em: 22 out. 2019.
- 14 A Comissão do Distrito Federal, criada pela Câmara dos Deputados em 1961, e transferida ao Senado Federal em 1962, tinha a função de "opinar sobre as proposições relativas à organização administrativa e judiciária do Distrito Federal, inclusive orçamento, criação e modificação de tributos locais, criação e organização de serviços subordinados à Prefeitura do Distrito Federal e prestação de contas do respectivo Prefeito". PASSOS, Edilenice. Comissão do Distrito Federal. *Senatus: cadernos da Secretaria de Informação e Documentação*, Brasília v. 8, n. 1, p. 122–141, 2010. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/184768>>. Acesso em: 18 jun. 2019.
- 15 COSTA, Lucio. Primeira carta dirigida ao Senador Cattete Pinheiro pelo Dr. Lúcio Costa e mencionada na missiva lida na sessão de encerramento do seminário. In: SENADO FEDERAL. *I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília: Estudos e Debates*. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1974, p. 289-290.
- 16 Ibid., p. 291.
- 17 RODOVIÁRIA para Taguatinga. *Correio Braziliense*, Brasília, 12a página, 30 jul. 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/13395>. Acesso em: 23 abr. 2020; OBRAS em Taguatinga. *Correio Braziliense*, Brasília, 13a página, 29 abr. 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/10765>. Acesso em: 23 abr. 2020; MARCO do DF em Planaltina. *Correio Braziliense*, Brasília, 13 página, 12 jun. 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/11989>. Acesso em: 23 abr. 2020.
- 18 CARTA..., 15 nov. 1969.
- 19 Ibid.
- 20 Ibid.
- 21 ARQUITETOS deixam a SVO-GDF. *Correio Braziliense*, Brasília, 2a página, 21 mar. 1970. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/1458>. Acesso em: 22 abr. 2020.
- 22 A série de reportagens, intitulada "A cidade dos meus sonhos", foi assinada pelo jornalista Carlos Simões e publicada durante o mês de abril de 1970 em sucessivas edições do *Correio Braziliense*.
- 23 GOVERNADOR..., p. 2, 1970.
- 24 Ibid.
- 25 Ibid.
- 26 Ibid.
- 27 NIEMEYER, Oscar. Brasília 70. *Acrópole*, São Paulo, v. 32, n. 375-376, p. 10, 1970. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/375>>. Acesso em: 25 fev. 2017.
- 28 Ibid.
- 29 Ibid., p. 11.
- 30 Ibid.
- 31 PALÁCIO da Justiça. *Acrópole*, São Paulo, v. 32, n. 375-376, p. 24-26, 1970.

Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/375>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

32 MENDES, Manuel. *O cerrado de casaca*. Brasília: Thesaurus, 1995, p. 97.

33 AS SUPERQUADRAS. *Acrópole*, São Paulo, v. 32, n. 375-376, 1970, p. 48.

Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/375>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

34 Ibid.

35 SETOR comercial e bancário. *Acrópole*, São Paulo, v. 32, n. 375-376, 1970, p. 59.

Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/375>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

36 Ibid., p. 60.

37 Ibid.

38 KATUCHA, Sociais de Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, 3a página, 8 abr. 1971.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/10243>. Acesso em: 18 jan. 2020.

39 João Kubitschek de Figueiredo era engenheiro, e foi prefeito de Diamantina em 1934 e governador do Acre em 1952. Ocupava o cargo de vice-presidente da Companhia Siderúrgica Nacional quando assumiu a presidência em 1960. Para saber mais, ver: JOÃO Kubitschek de Figueiredo. In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. FGV, 2000. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/figueiredo-joao-kubitschek-de>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

40 JUSCELINO quer conclusão da Plataforma Rodoviária. *Correio Braziliense*, Brasília, 7a página, 10 maio 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/267>. Acesso em: 2 mar. 2020.

41 Ibid.

42 NIEMEYER, Oscar. Palácio do Desenvolvimento. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 20, p. 16-23, 1960.

43 Ibid., p. 18.

44 Ibid.

45 LANÇADA ontem a pedra fundamental do edifício "Palácio do Desenvolvimento". *Correio Braziliense*, Brasília, 2a página, 28 maio 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/468>. Acesso em: 2 mar. 2020.

46 CUNHA, Ari. Visto, lido e ouvido. *Correio Braziliense*, Brasília, verso, 19 set. 1962. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/8293>. Acesso em: 3 mar. 2020.

47 CUNHA, Ari. Visto, lido e ouvido. *Correio Braziliense*, Brasília, capa 2o caderno, 10 mar. 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/9834>. Acesso em: 3 mar. 2020.

48 CUNHA, Ari. Visto, lido e ouvido. *Correio Braziliense*, Brasília, caderno 2, 17 nov. 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/12436>. Acesso em: 2 mar. 2020.

49 CUNHA, Ari. Visto, lido e ouvido. *Correio Braziliense*, Brasília, 3a página, 3 jul. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/15164>. Acesso em: 2 mar. 2020. Ver também: PALÁCIO com obras paralizadas há mais de 1 ano: Volta Redonda. *Correio Braziliense*, Brasília, página 8, 4 set. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/15579>. Acesso em: 2 mar. 2020.

50 KATUCHA. Sociais de Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, 3a página, 16 mar. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/27261>. Acesso em: 3 mar. 2020.

- 51 AGRICULTURA terá palácio do desenvolvimento no DF. *Correio Braziliense*, Brasília, 2a página, 3 set. 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/14479>. Acesso em: 18 jan. 2020.
- 52 JUSCELINO..., 1960, p. 7.
- 53 PALÁCIO do Desenvolvimento. *Correio Braziliense*, Brasília, 15a página, 24 jul. 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/13216>. Acesso em: 18 jan. 2020.
- 54 KATUCHA. Sociais de Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, 3a página, 25 jan. 1973. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/30170>. Acesso em: 18 jan. 2020.
- 55 Ver: MACEDO, Danilo Matoso et al. (Eds.). *Brasília: roteiro de arquitetura, caderno de notas*. 2a. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2014, G51.
- 56 CASA da Indústria e Serviço Social. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 5, 13 jan. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_15/199>. Acesso em: 3 mar. 2020.
- 57 INDÚSTRIA em Brasília. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 2, 8 dez. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_15/13178>. Acesso em: 3 mar. 2020. Ver também: PÔSTO de escuta. *Manchete*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 504, p. 40, 1961. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/004120/42515>>. Acesso em: 3 mar. 2020.
- 58 ESPALLARGAS GIMENEZ, Luis. *Pedro Paulo de Melo Saraiva: arquiteto*. São Paulo: Romano Guerra, 2016, p. 252.
- 59 Pelo qual havia recebido o grande prêmio da VI Bienal de Arquitetura de São Paulo, junto com João Eduardo de Genaro. Ver: ENTREVISTA com Paulo Mendes da Rocha. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 5 out. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/22429>. Acesso em: 3 mar. 2020.
- 60 SARAIVA, Pedro Paulo de Melo. Edifício-sede da CNI. *Projeto Design*, São Paulo, n. 362, 2010, p. 66.
- 61 SARAIVA, Pedro Paulo de Melo. In: ESPALLARGAS GIMENEZ, 2016, p. 102.
- 62 ESPALLARGAS GIMENEZ, 2016, p. 103.
- 63 CNI aprecia progresso de sua sede em Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, 3a página, 29 mar. 1973. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/31552>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- 64 A BIENAL que inova. *Correio Braziliense*, Brasília, capa caderno 2, 9 dez. 1969. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/46967>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- 65 CNI..., 1973, p. 3.
- 66 EDIFÍCIO-SEDE da CNI fica pronto este ano. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 18, 12 maio 1977. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/88009>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- 67 O Hospital Distrital de Brasília fazia parte da rede de hospitais do Plano Médico-Hospitalar criado para o Distrito Federal. Ver: SILVA, 1985, p. 269-288; KUBITSCHEK, 2000, p. 211. Ver também: GOULART; LEITÃO, 2009, p. 151.
- 68 Ver: AU-S 1/1. Setor Autarquias Sul. Situação. Escala 1:2000 (09 out. 1959). Cópia elaborada por Cordeiro em 09 abr. 1984. Disponível em: Mapoteca da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018. As quadras 400 se destinavam à habitação popular. Ver: "Quadra que reparte o setor, 1966-1968", nota 35.
- 69 Ver, por exemplo, as plantas de Brasília publicadas pela revista *Acrópole* nas edições especiais de 1960 e 1970.

70 SBS PR-14/1. Setor Bancário Sul. Projeto. Área para BNH e CEF. Escala 1:1000 (10 jul. 1972). Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/3467>. Acesso em: 03 out. 2018.

71 Ibid.

72 Ver: MACEDO et al., 2014, G26.

73 CONTRASTES na mudança. *Correio Braziliense*, Brasília, 4a página, 19 jul. 1970. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/3467>. Acesso em: 4 mar. 2020; A TOQUE de caixa. *Correio Braziliense*, Brasília, 4a página, 10 ago. 1971. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/13709>. Acesso em: 4 mar. 2020.

74 SEDE da CEF. *Correio Braziliense*, Brasília, capa, 10 out. 1973. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/39055>. Acesso em: 5 mar. 2020.

75 Ibid.

76 EM 30 meses, mudança da CEF para Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 12, 20 fev. 1975. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/57973>. Acesso em: 7 out. 2020. Ver também: O BRASIL em manchete. *Manchete*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1067, p. 116, 1972. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/004120/126944>>. Acesso em: 4 mar. 2020.

77 TIEDMANN, João Alfredo Ortigão. In: EM 30..., 1975, p. 12.

78 Ibid.

79 AMARAL, Gilberto. Confidencial. *Correio Braziliense*, Brasília, opinião, 3a página, 1 nov. 1979. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/129214>. Acesso em: 5 mar. 2020.

80 PROBLEMAS urbanos em debate nos "Cadernos de Arquitetura". *Correio Braziliense*, Brasília, 15a página, 1 set. 1971. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/028274_02/14432>. Acesso em: 19 jan. 2020.

81 OS ARQUITETOS e a experiência de Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, 15a página, 1 out. 1972. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/27405>. Acesso em: 20 jan. 2020.

82 METAMORFOSES de Brasília. *Arquiteto*, São Paulo, v. 1, n. 5, 1972, p. 14.

83 Ibid.

84 Ibid.

85 Ibid.

86 DUBUGRAS, 1993, p. 29.

87 ZÓZIMO. Movimento. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 3, 7 ago. 1972. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/63604>. Acesso em: 6 mar. 2020.

88 BOJUNGA, 2010, p. 870.

89 Cabe notar que, por aquela época, Kubitschek também gerenciava uma chácara em Luziânia, entre os rios Corumbá e São Bartolomeu. Ver: BOJUNGA, 2010, p. 907.

90 ZÓZIMO, 1972, p. 3.

91 BRÁSILIA tem novo prédio de Niemeyer. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 14, 17 out. 1972. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/69907>. Acesso em: 6 mar. 2020.

92 LANÇADO em Brasília o Edifício Denasa. *Manchete*, Brasília, v. 20, n. 1072, p. 142, 1972. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/004120/127902>>. Acesso em: 5 mar. 2020.

93 NIEMEYER, Oscar. Explicação. Paris, 1972. Coleção Oscar Niemeyer, Fundação

Oscar Niemeyer. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.niemeyer.org.br/obra/pro217>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

94 NIEMEYER, Oscar. Explicação necessária. Paris, 1973. Coleção Oscar Niemeyer, Fundação Oscar Niemeyer. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.niemeyer.org.br/obra/pro218>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

95 Ibid.

96 BARNEY CALDAS, Benjamin. Colômbia em Brasil: el conjunto de la Embajada de Colombia en Brasília, arquitecto Cesar Barney. *Projetos*, São Paulo, v. 11, n. 132.02, 2011. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/11.132/4168>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

97 BRASÍLIA pode criar a Terracap. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 32, 30 nov. 1972. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/73651>. Acesso em: 30 jun. 2020.

98 BRASÍLIA vai pôr à venda 2 mil lotes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 12, 5 jan. 1973. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/76463>. Acesso em: 30 jun. 2020.

99 Ver, no capítulo anterior, o subtítulo "Setor Comercial Norte".

100 SCN-B PR-1/1. Setor Comercial Norte-B. Projeto. Planta geral. Escala 1:1000 (06 set. 1973). Disponível em: Mapoteca da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

101 SCS-B PR-3/1. Setor Comercial Sul-B. Projeto. Planta geral. Escala 1:500 (09 nov. 1973). Disponível em: Mapoteca da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

102 Ibid.

103 SCN PR-7/2. Setor Comercial Norte. Projeto. Planta geral. Escala 1:500 (16 jan. 1974). Disponível em: Mapoteca da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

104 Ibid.

105 ELMO FARIAS assume o governo do DF e promete obedecer o Plano Piloto. *Correio Braziliense*, Brasília, capa, 3 abr. 1974. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/46161>. Acesso em: 21 jan. 2020.

106 AUGUSTO, José. Da cidade para a cidade. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 3, 25 mar. 1974. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/45827>. Acesso em: 21 jan. 2020.

107 COSTA, 1974, p. 25.

108 Ibid., p. 26.

109 COUTINHO, José Carlos. Brasília: cidade nova ou cidade velha? - Alternativa para um futuro melhor. In: SENADO FEDERAL, 1974, p. 33.

110 Ibid., p. 35.

111 MUNHOZ, Dércio Garcia. Brasília - um planejamento que se impõe. In: SENADO FEDERAL, 1974, p. 51-60.

112 ORLANDI, Geraldo Roberto. Brasília - confronto entre o planejamento urbano original e a realidade de hoje - perspectivas para o futuro. In: SENADO FEDERAL, 1974, p. 38.

113 PAVIANI, Aldo; FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. Cidades-satélites: organização do espaço urbano no Distrito Federal. In: SENADO FEDERAL, 1974, p. 41-50.

114 COSTA, Lucio. Carta do Dr. Lúcio Costa ao Senador Cattete Pinheiro reafirmando pontos fundamentais do Plano-Piloto de Brasília. In: SENADO FEDERAL, 1974, p. 280.

115 Em um documentário realizado sobre a história do banco, Ricardo Paiva Martins explicou que o edital do concurso reservava o direito à diretoria de escolher outra proposta participante caso a vencedora não fosse satisfatória. Ver: EDIFÍCIO-SEDE: 35 anos. Brasília: Banco Central do Brasil, 2016. Disponível em: < <https://youtu.be/gaiPLGjngUc> >. Acesso em: 30 mar. 2020.

116 SBS PR 16/1. Setor Bancário Sul. Projeto. Distribuição dos lotes 33 e 33-A. Escala 1:1000 (16 dez.1974). Disponível em: Mapoteca da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

117 Ibid.

Descrição de uma área dividida

Depois de assentados os últimos planos que definiram as características do centro do Plano Piloto de Brasília, críticas questionaram sua existência. Italo Campofiorito, por exemplo, já afastado dos trabalhos na prefeitura, declarou que a própria forma da cidade, montada no cruzamento de dois eixos, tornou a existência de um centro inviável.¹ Sérgio Ferro, ex-professor da Universidade de Brasília, explicou o centro como “não centro” pela falta de funções cívicas.² Crítica afim daquela feita pelo antropólogo americano James Holston, que, depois de visitar a cidade no início da década de 1980, escreveu no *The Modernist City* (1989) que “o centro da cidade [...] está vazio de qualquer outra coisa além de encontros instrumentais”.³ Jayme Zettel concordou: o centro da cidade “nunca vingou”.⁴ Já José de Anchieta Leal preferiu afirmar que “aquela cidade dividida em quadrantes”, não foi “um projeto bom”.⁵

Niemeyer acompanhou a crítica e também concluiu que a área central de Brasília não deu certo. Em uma entrevista para o arquiteto e historiador alemão Carsten Krohn, realizada em 2002, o carioca explicou que se no início existia um plano, “agora a cidade está do jeito que está”.⁶ Afirmou que os tempos de unidade arquitetônica de Brasília, em que “existia uma arquitetura repetindo a si mesma”, já se foram.⁷ Sobre tudo nos setores bancários, onde “os bancos tentam estabelecer uma condição horrível. Não funcionou. Estou desapontado. Anos atrás era uma boa cidade. Existia uma unidade. Agora o que eles constroem é ainda pior”.⁸

Da mesma maneira, Costa não entendeu como a sede do Banco Central do Brasil e o segundo edifício do Banco do Brasil foram construídos. Na entrevista para o jornalista Omar Abbud, publicada no *Jornal do Brasil* em 1984, o arquiteto falou que, se por um lado “a cidade deveria explodir no encontro dos eixos com esses edifícios altos”, por outro, ocorreram

[...] essas duas barbaridades que eu gostaria de denunciar, os edifícios do Banco Central e o segundo prédio do Banco do Brasil, feitos pelo mesmo criminoso. Foi uma coisa inconcebível, aqueles dois edifícios cabeçudos, aquela coisa de pretensão, de uma vulgaridade que ofende a serenidade de Brasília.⁹



5.01



5.02

De fato. Para quem caminha pelas superquadras, desde o trecho sul do eixo rodoviário-residencial, logo percebe o Banco Central do Brasil (fig. 5.01). Ao lado, o edifício da Caixa Econômica Federal também avulta (fig. 5.02). A estrutura desses edifícios se destaca pela forma e altura. No Banco Central, o concreto é bloco maciço alternado com as caixas de vidro das áreas de escritório. Na Caixa Econômica, o concreto aparente configura um edifício em hélice. A escala é da arquitetura moderna. A mesma que Giedion atribuiu para pontes e rodovias, e, desde o chão, é difícil de ser apreendida em uma única vista.¹⁰ A implantação, entretanto, é de cidade tradicional. Afinal, uma via atravessa e separa o Banco Central da Caixa Econômica. Estacionamentos, grades e jardins delimitam o perímetro de ambos. Ali, a idéia de polígono, imposta pela superquadra, deixou de existir com a planta de 1972, e foi definitivamente perdida para os lotes desenhados na planta de 1974. E se a Caixa Econômica ocupou o “lote 34” com escritórios, estacionamento e centro cultural, o edifício do Banco Central ainda divide o “lote 33” com área baldia.

Depois de atravessar esses lotes, e cruzar cercas, canteiros e vagas de estacionamento, a silhueta dos edifícios do Setor Bancário Sul prende a vista. Ao cruzar a via S3, a paisagem em plano aberto logo se transforma em recinto. Debaixo do Edifício Prime, o desenho de piso, combinado com forro e pilar, configura um tipo de arcada unificada, que se torna mais airada embaixo do Cleto Meirelles. O desenho dos pilares e o acabamento das fachadas variam, mas a sensação é de grupo coeso. Afinal, vidro e alumínio, replicados em janelas, beirais e acessos sugerem a unidade pretendida desde 1957.

Mas essa unidade logo se perde na incompletude do setor. Ao lado, um buraco assinala uma projeção ainda por se construir e lembra que a plataforma de Niemeyer nunca vingou. Aquela estrutura, que, como um platô, propunha nivelar toda a área do setor à cota do eixo rodoviário-residencial, organizando um extenso subsolo para cargas e estacionamento, demandava um tempo de construção curto e uma vontade política forte, requisitos que se demonstraram incompatíveis com a realidade de Brasília.

O desacerto, entretanto, sobrepôs níveis, e fez da rua subterrânea parte da perspectiva. A vista parece da “cidade vertical” de Ludwig Hilberseimer. Naquele modelo, o arquiteto alemão imaginou uma cidade estratificada, onde embaixo funcionaria uma “cidade comercial com sua circulação rodada”, e “em cima a cidade-habitação, com sua circulação pedestre”.¹¹ Os trajetos cotidianos

Figuras 5.01 e 5.02 As formas e dimensões dos edifícios do Banco Central e da Caixa Econômica Federal diferem do conjunto e revela que esses edifícios pertencem a um conjunto de valores diferente da modernidade inicial de Brasília.

entre habitação e trabalho se dariam verticalmente, em elevadores, enquanto os fluxos de cargas se desenvolveriam horizontalmente, em grandes avenidas. Pedestres só cruzariam essas avenidas através de pontes. No Setor Bancário Sul de Brasília, a construção ao longo do tempo não misturou habitação e trabalho, mas juntou uma cidade de serviços por cima de uma cidade de abastecimento (fig. 5.03). Em uma, pedestres circulam entre pontes para acessar escritórios e restaurantes. Em outra, carros estacionam e abastecem depósitos e almoxarifados. Elevadores internos aos edifícios viabilizam a distribuição entre os níveis e pilares de dupla altura unem visualmente o conjunto.

Essa característica de cidade em camadas se desfaz ao circular o setor, onde o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico surge isolado (fig. 5.04). Um giro o relaciona com o antigo Banco de Crédito da Amazônia, hoje, Banco Regional de Brasília. As distâncias e dimensões fazem desses edifícios volumes enormes e destacados na paisagem. Parecem peças autônomas. Ali, a maquete de 1959 e as plantas de 1960 previam três grandes volumes perpendiculares ao eixo monumental, unidos por um passeio coberto equipado com comércio. Tal esquema fez com que Alcides da Rocha Miranda, Elvin Mackay Dubugras, Fernando Cabral Pinto, e o escritório dos irmãos Roberto, projetassem, entre 1959 e 1961, trechos daquele passeio engastado aos bancos, a espera de preenchimento e do terceiro volume. Com o tempo, entretanto, a estrutura não se completou: os trechos executados pelos bancos viraram alpendre de acesso; o comércio se converteu em dois edifícios independentes; e o terceiro volume se transformou em agência bancária, quadrada e baixa, que estende o térreo do banco projetado pelos Roberto.

Caminhando por aquelas estruturas, o que surpreende é o edifício anexo do Banco do Brasil. Costa, que enxergou ali uma “barbaridade” cometida, tem razão. Aquele volume de vidro, que aparece ancorado a quatro blocos de serviço, não existia na maquete de 1959, nem nas plantas de 1960. Surgiu em 1970, quando os técnicos da prefeitura atualizaram o setor desenhando a “projeção 32” como um retângulo de 73 metros de comprimento e 17 metros de lado. Naqueles desenhos, os técnicos implantaram a nova área perpendicularmente ao eixo, como os demais edifícios do trecho, numa tentativa de ajustar a simetria com o Palácio do Desenvolvimento que começava a ser construído no Setor Bancário Norte. Contudo, em plantas parciais feitas em dezembro de 1981, aquele edifício aparece rotacionado, posicionado de frente para o eixo.¹² Os desenhos demonstram em térreo, esplanada e subsolo que o novo volume era peça fora de contexto, revelando o estado final de uma progressiva decomposição do conjunto.

Figura 5.03. O fracionamento da plataforma, e a consequente construção intermitente, produziu vistas que não foram imaginadas em 1957, mas lembram ideias anteriores, como a “cidade vertical” de Hilberseimer, de 1927.

Figura 5.04. Perto dali, a paisagem se transforma completamente, a plataforma se recompõe e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico surge entre vagas de estacionamento.



5.03



5.04



5.05



5.06

Entre aqueles edifícios dispersos é difícil não notar a própria sede do Banco do Brasil, implantada no centro do setor (fig. 5.05). Aquele edifício tem proporções enormes. A escala é compatível com a do Ministério da Educação e Saúde.¹³ O corpo por cima de base lembra a Lever House.¹⁴ Guiados pela maquete de Niemeyer, Ary Garcia Roza e seus colaboradores projetaram em 1959 um edifício com jeito de máquina: a estrutura era “absolutamente livre de qualquer tubulação em seu corpo”, as fachadas eram compostas por “estrutura metálica de vidro, modulada e sem qualquer elemento de alvenaria”, as instalações foram “executadas abaixo das lajes e verticalmente em poços”, o sistema de teto era “removível, incombustível, acústico, sem pontos de luz aparente”, as repartições internas foram executadas com um “sistema de paredes divisórias em material pré-fabricado”.¹⁵ Escadas de incêndio, adicionadas depois, somaram peso ao corpo e interromperam a linearidade da base. De longe, a base extensa serve de plataforma para os edifícios distribuídos ao fundo (fig. 5.05). De perto, ela emoldura vistas que, coordenadas com o desenho de piso, lembram alguma pintura de Giorgio de Chirico (fig. 5.06). Ali, a marquise de amarração, que completaria o conjunto, não existe, e o edifício é peça solta, onde a circulação é livre. Percorrendo seu perímetro logo se percebe que aquela construção, feita com os “mais avançados recursos da técnica”¹⁶, está praticamente desocupada. É ruína moderna. Ali, a fachada em bloco de vidro, e esquadria combinada com cobertura e piso, recebe, por fim, novas camadas de cartazes, pichações, adesivos.

Figuras 5.05 e 5.06. Vistas de longe e de perto do edifício-sede do Banco do Brasil.

Setor Comercial Sul

Depois daquele edifício, o percurso segue pela Galeria dos Estados, que tem jeito de centro comercial popular. Lojas se organizam em ambos os lados do percurso e se destacam do conjunto apenas pelas diferenças nos letreiros e no acabamento do gradil. Circulando entre bancas e mesas, a saída se dá por uma escada, e a primeira vista é do edifício Barocat. A empena do Barocat contrasta com as fachadas moduladas que João Filgueiras Lima, o Lelé, desenhou para os edifícios Morro Vermelho e Camargo Corrêa em 1974. Um próximo passo o contrapõe à sequência de fachadas coloridas dos edifícios baixos, distribuídos ao fundo (fig. 5.07). Ali, o Barocat é figura no meio de recinto. Pontua entre edifícios. Aqui, debaixo da marquise de acesso à galeria, aparece além. A implantação afastada daquele edifício garante profundidade ao recinto. Sua posição elevada reforça a escala de desenho agigantada e comum na arquitetura moderna. A partir do Barocat, o recinto se preenche de jardins, e os olhos se prendem na cobertura

que atravessa a vista e junta os edifícios de Filgueiras Lima.

Uma vez embaixo daquela cobertura, o Barcat desaparece atrás de um tipo de moldura. Ali as vistas da área são parciais: os acessos ao Morro Vermelho e ao Camargo Corrêa ocupam o primeiro plano, e a marquise da galeria fica evidente (fig. 5.08). Debaixo da cobertura o recinto perde escala e configura vistas que não se repetem. Afinal, aquela estrutura retomou na década de 1970 ideias de um plano elaborado, mas abandonado, entre março e novembro de 1960. O Lelé até explicou que aquela estrutura, ligando os edifícios, foi feita “conforme previa inicialmente o plano do setor”.¹⁷ E foi mesmo. O plano previa coberturas para juntar edifícios, garantindo circulação pedestre apesar do clima, afim das especulações de Sert em *Can our cities survive?* (1947) amadurecidas no CIAM de 1951.¹⁸ Mas, como se viu, o plano não foi adiante. Retomando a explicação de Esteves, as coberturas não foram feitas na “época por questão de economia, porque os prédios não estavam todos prontos”.¹⁹ Apesar do descarte, elas persistiram em parte. Uma caminhada pela área revela um trecho engastado entre os edifícios JK e Maristela, enquanto outro pedaço articula o Márcia com o Alvorada.

A falta de cobertura não atrapalhou o corredor pedestre que se estabeleceu entre os acessos aos edifícios altos. Desenhados com pé-direito duplo, esses acessos enquadram perspectivas. Murais e letreiros ali colocados fazem parar quem caminha. Se a posição intercalada dos edifícios do primeiro tramo força giros, o alinhamento do segundo impõe a linha. Com o tempo, o percurso assessorado por portarias, estandes, bancas de suco e revista, fomentou um burburinho próprio de centro de cidade. Burburinho que, sem cobertura, não interrompeu as vistas amplas demandadas pela arquitetura moderna.

Essa amplitude espacial, contudo, desaparece na sequência de quadras de edifícios baixos. A agitação se intensifica. A fachada composta, que de longe ordena a paisagem, se converte em sucessão de instantes heterogêneos articulados por galeria (fig. 5.09). Pilares, pisos e propagandas sobrepõem diferentes tempos e técnicas construtivas. O mármore do Edifício Jockey Club, por exemplo, foi assentado em 1962.²⁰ A fachada extrudada do Anhanguera foi aprovada em 1973.²¹ O letreiro do Edifício OK tem desenho de 1985.²² O tempo de transição entre elementos é curto e lembra o ritmo do lote. A proximidade com estacionamentos e vias é própria da rua comum. A paisagem organizada pela sequência de edifícios altos se perde no plano fechado da galeria, e logo se esquece que se está em Brasília.

Figura 5.07. Quem caminha desde o Setor Bancário Sul, atravessando a Galeria dos Estados, vê a empena do Edifício Barcat se destacar entre os edifícios projetados por Lelé.

Figura 5.08. Embaixo da cobertura que une os edifícios Morro Vermelho e Camargo Corrêa, os edifícios do Setor Bancário Sul aparecem como conjunto ao fundo.



5.07



5.08



5.09



5.10

No segundo conjunto de edifícios baixos a colagem de elementos se repete. A ocupação é mais densa, visível na acumulação de cartazes. O fluxo pedestre, que atravessa a estrutura, desemboca em ponte entre os dois tramos do conjunto (fig. 5.10). Apesar de presente em todos os planos, a passagem é estrutura nova. Não aparece no esquema de “ilha espacial” que Frederico de Holanda desenhou em 1985.²³ Mas a novidade da estrutura revela que os edifícios são estreitos e profundos. Além disso, eles têm frente e fundo. Diferente das fachadas voltadas para as vias, ali as esquadrias são descompostas. Exaustores e máquinas de ar-condicionado proliferam sem controle. No chão, estacionamento lateral e ocasional perturba o trânsito da via de serviços. A adição da passagem tornou obsoleta a Praça do Povo, por onde resistia o fluxo, mas reforçou a continuidade com o próximo conjunto, que abunda de gente e comércio.

Ao atravessar aqueles edifícios, a agitação, de repente, vira jardim. A sequência de planos fechados dos edifícios baixos cessa em pavilhão junto de praça, onde retornam as perspectivas de cidade moderna. Para quem pára debaixo do pavilhão, o tumulto comercial fica para trás, e a vista segue ampla. Para quem se posiciona na praça, o pavilhão é estrutura quase isolada. Pela praça se pode ver o edifício da antiga Estação Telefônica Centro, implantado depois das árvores. Ali, o trajeto se transforma, mais uma vez, em recinto. Adiante a perspectiva, em contraste, fica estreita e indica o caminho. Entre pavilhões, o trânsito pedestre segue em plano fechado até atravessar o Edifício Presidente. Depois de um giro, uma última vista compara a fachada dos edifícios Sônia, Hermes e City Corporate, confirmando a heterogeneidade do setor montada pela seleção do tempo.

Aquele trajeto termina na via W3, de frente para o centro comercial Pátio Brasil. A partir dali a paisagem é organizada por grandes elementos. Não há vista em plano fechado, e a sucessão de tempos não se percebe. O percurso pedestre, que em 1966 atravessaria três grandes núcleos, afim do fluxo anterior, não existe. Ali, calçadas ladeiam vias, mas a animação pedestre é interior. Três grandes centros comerciais coincidem com três quadras distintas, separados por vias que se previam subterrâneas. O ritmo de transição entre elementos é lento e a vista se prende nos volumes do setor hoteleiro.

Setor Bancário Norte

Resta seguir para os setores do norte, atravessando a plataforma rodoviária até o Conjunto Nacional. Para quem pára por ali, ou do

Figura 5.09. Variedade de edifícios na primeira “quadra” de edifícios baixos.

Figura 5.10. Quem se posiciona na ponte que atravessa transversalmente o conjunto, vê a fachada de fundos dos edifícios baixos.

lado do teatro, o desnível separa a plataforma do Setor Bancário Norte. Para quem se posiciona desde o Setor Bancário Norte, as atividades da plataforma é que são intangíveis. Como explicaram Maria Elisa Costa e Adeildo Viegas de Lima, aquele setor foi executado em nível abaixo. No relatório *Brasília 57-85* (1985), os arquitetos comentaram que, como consequência do deslocamento da implantação da cidade para o leste, o Setor Bancário Norte ficou em “quota nitidamente mais baixa que a Plataforma Central”.²⁴ Mas, se o desnível separa, também proporciona um panorama de todo o setor. Desde cima, a vista enquadra o Edifício da Confederação Nacional do Comércio, de Paulo Casé e Luiz Acioli, executado no lugar do Palácio do Comércio, de Eduardo Kneese de Mello e Carlos J. Sena. Desde baixo, é a sede da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, de Antônio Antunes, que domina a cena.

Ali, a simetria com o Banco do Brasil organiza vistas já conhecidas. O grande edifício, repartido em corpo e base, é centro do setor. A diferença é que, no edifício dos Correios, a base é mais larga e o corpo mais frágil. As dimensões avantajadas da base a fazem animada por mural. Já o corpo, é caixa de vidro presa às estruturas que despontam na lateral. O encontro entre edifício e chão é mais elaborado, negociado com espelhos d'água (fig. 5.11), mas a implantação, nem tanto: dali o percurso termina em uma grade que impõe fundo tradicional ao volume moderno (fig. 5.12). A rua de subsolo brota como parte da paisagem. Um giro e uma rua secundária, com estacionamento lateral, integra níveis e separa aquele edifício do conjunto de volumes por cima de plataforma. Do outro lado, transparecem fendas, pontes e declives, demonstrando que a incompletude do Setor Bancário Norte produziu uma ocupação diferente daquela no setor do sul.

Ainda assim, aqueles edifícios que acompanham o eixo monumental têm proporções enormes, como no Setor Bancário Sul. De longe, a fachada em brise do Edifício da Confederação Nacional da Indústria combina com a estrutura do Palácio do Desenvolvimento e contrasta com a cortina de vidro do Palácio da Agricultura. Mas, diferente do setor ao sul, o desnível fez destes edifícios menos monumentais, e, de perto, a vista afunila. A sequência de térreos armada por Pedro Paulo de Melo Saraiva, Paulo Mendes da Rocha, Evandro Pinto Silva, além de Niemeyer, não se relaciona e se perde no desenho de vias, produzindo cenas de cidade tradicional. Ali, a marquise planejada como abrigo virou logo edifício, de onde se revela a vista do subsolo descoberto. Dali o conjunto de edifícios e marquise é tão distante que até parece outro setor.

O acesso àquela parte só se dá através do estacionamento

Figuras 5.11 e 5.12. Quem caminha ao redor da sede da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, encontra duas situações opostas: em uma delas, espelhos d'água viabilizam o encontro da estrutura com a plataforma, o que lembra o solo livre da cidade da arquitetura moderna; em outra, o edifício e a plataforma terminam em grade, materializando o limite do lote.



5.11



5.12



5.13



5.14

implantado junto do eixo rodoviário-residencial. Ali, o térreo de cada edifício produz uma colagem de cenários distintos que se interpenetram por baixo de plataforma. O mural de mármore do Edifício Vale do Rio Doce, por exemplo, contrasta com o vidro especular do Central Brasília. No Edifício CNC, a cobertura perfurada por retângulos responde àquela do Via Capital, que é atravessada por calotas. A marquise deu mais certo que no Setor Bancário Sul, mas ainda sobram vistas de cidade futurista. Alguns trechos organizam eixos com foco para a paisagem desocupada de setores vizinhos, ainda incompletos (fig. 5.13).²⁵ Já outros, a acumulação de níveis distribui circulações e faz o subsolo ser perfurado por vazios, como nos estudos publicados por Colin Buchanan em *Traffic in Towns* (1963) (fig. 5.14).²⁶

Figuras 5.13 e 5.14. Diferentemente do Setor Bancário Sul, no Setor Bancário Norte o conjunto de edifícios articulados por marquise é mais completo. Ainda assim, nem plataforma, nem marquise, foram executadas de forma integral.

Setor Comercial Norte

Dali, a caminhada segue até o Setor Comercial Norte. Mas, para acessar aquele setor desde o setor bancário, não há a travessia pedestre da Galeria dos Estados, e é necessário transpor o eixo rodoviário-residencial no mesmo nível dos carros. Ao cruzar a faixa pedestre, depois de esperar a indicação da sinaleira, a cidade arranjada por cima de plataforma fica para trás, emoldurada pelas estruturas que, pensadas para suportar a Galeria do Trabalhador (simétrica à Galeria dos Estados), foram transformadas em um centro de economia popular, inaugurado em 2017.²⁷ Ali, os lotes do plano de 1974 organizaram um conjunto de edifícios para comércio e escritórios cuja fórmula “base e torre” produziu diferentes formas e relações com o entorno. Em alguns, a torre é inexistente, e o comércio ocupa toda a base que se abre para a calçada. Em outros, a base é que faz falta, e a torre de escritórios se desenvolve sem interface pedestre. O térreo do Edifício Number One, por exemplo, é galeria com circulação desimpedida, desenho que perde sentido justaposto à calçada lateral. Já o edifício-garagem virou sequência de escritórios que atravessa a quadra com restaurantes e jardins, ao mesmo tempo em que converte os tramos da via que o ladeia em ruas *cul-de-sac*.

Aquele setor se desdobra em ruas, estacionamentos, desníveis, obras e edifícios comerciais concentrados que geram uma sequência de cenários recortados, como em uma cidade qualquer. De um lado, guindastes fazem parte da paisagem e acusam que muito no setor ainda está por se construir. De outro, estacionamentos ocupam boa área e estabelecem os limites de shoppings, como o Liberty Mall. Árvores plantadas junto de vias reproduzem a rua suburbana, ao mesmo tempo em que edifícios de formas inusitadas evidenciam o uso do lote e a flexibilidade



5.15



5.16

permitida pelo uso de códigos construtivos como instrumentos de controle. A sequência de volumes baixos, desenhada em 1968, foi fragmentada pelo desenho viário, e a alameda pedestre, impossibilitada pelo remembramento de lotes (fig. 5.15). Ali, o percurso é dominado por uma sucessão de vistas que não se relacionam, e ainda não há lugar para prender a vista (fig. 5.16).

A sensação é de se estar perdido. Uma breve consulta em um serviço de mapas, pelo celular, acusa o caminho e revela que nos setores centrais de Brasília o lote e a quadra não só determinam as características de implantação como também fazem parte do endereço. O Banco do Brasil, por exemplo, ocupa o “lote 31” da “quadra 1” do Setor Bancário Sul, enquanto o edifício redondo da Caixa Econômica Federal fica com os “lotes 3 e 4” da “quadra 4”. No Setor Comercial Sul, o Edifício Anhanguera é o “lote 41” do “bloco C” da “quadra 2”. Já, nos setores do norte, o lote vira bloco, e o Edifício Vale do Rio Doce aparece como “bloco A” da “quadra 2” no setor de bancos, enquanto o Liberty Mall fica com o “bloco D” da “quadra 2” no setor de comércio. Ao que parece, implantação e endereço definem uma área dividida no centro do Plano Piloto de Brasília, onde o fracionamento permitiu desenvolvimento, mas também desfez, enfim, a própria ideia de setor.

Figuras 5.15 e 5.16. A sucessão de vistas que se organiza no Setor Comercial Norte é fragmentada, e não é possível atravessar o setor sem recorrer à calçada junto da via que delimita sua periferia.

1 “O Darcy Ribeiro fala assim: ‘Dizem que Brasília tem a cara do Juscelino. Imagina se tivesse a do Dutra?’. Isso mesmo. Tem a cara do Juscelino, e é uma sorte enorme que o humanismo do Dr. Lucio perpassasse as suas superquadras. Ainda que o cruzamento em dois eixos seja uma coisa artificial – que na minha opinião faz com que o centro ainda seja inviável –, mas isso é minha opinião, não se discute”. CAMPOFIORITO, Ítalo. In: WISNIK, Guilherme (Org.). *O risco, Lucio Costa e a utopia moderna: depoimentos do filme de Geraldo Motta Filho*. Rio de Janeiro: Bang Bang Filmes, 2003, p. 57. Ver também o comentário de Jayme Zettel sobre a crítica de Johnson Marshall: “[...] ele tinha toda uma crítica ao projeto de Brasília, em que ele dizia que Brasília tinha um defeito fundamental era uma cidade cortada pelos eixos e que jamais ela poderia ter o core da cidade [...]”. ZETTEL, 1989, p. 7. Estas posições podem ter sido geradas a partir da crítica de Zevi, para quem o cruzamento dos eixos foi o início e fim do plano, produzindo um “centro chiuso, strozzato”. ZEVI, 1960, p. 610.

2 “[...] talvez o ponto de maior ruptura do urbanismo de Lucio seja aquele centro não centro, que é ao mesmo tempo centro de circulação e de dispersão. Onde se chega, sai, circula. É o coração no sentido do sangue: tudo passa por ali. Mas de maneira nenhuma um coração no sentido mais poético, como um núcleo vivo da cidade, de onde deviam sair as grandes manifestações políticas, as grandes decisões populares”. FERRO, Sérgio. In: WISNIK, 2003, p. 216. Ver também: GOROVITZ, Matheus. A invenção da superquadra. In: FERREIRA; GOROVITZ, 2009, p. 34-35.

3 HOLSTON, James. *A cidade modernista. Uma crítica de Brasília e sua utopia*. Trad. de Marcelo Coelho. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 170.

4 ZETTEL, 1989, p. 7.

5 LEAL, José de Anchieta. *Depoimento - programa de história oral*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1989, p. 6; 28.

6 NIEMEYER, Oscar. In: KROHN, Carsten. Ordnung und Fortschritt. Der Stadtplaner Oscar Niemeyer. In: ANDREAS, Paul; FLAGGE, Ingeborg (Eds.). *Oscar Niemeyer: eine Legende der Moderne*. 2. ed. Frankfurt am Main: Deutsches Architekturmuseum, 2013. p. 41, tradução nossa.

7 Ibid.

8 Ibid.

9 COSTA, Lucio. In: LÚCIO Costa: a realidade maior que o sonho na Brasília de 25 anos depois. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, capa caderno B, 27 nov. 1984. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/89278>. Acesso em: 30 mar. 2020. Também publicada em: NOBRE, Ana Luiza (Ed.). *Lucio Costa*. Rio de Janeiro: Beca do Azougue, 2010. p. 80–89.

10 “How then does it differ from the downtown district – from Wall Street and lower Broadway, which Louis Sullivan regarded as a center of infection, as “a plague spot of American architecture”? The difference lies in one thing only: in the new scale of city planning inherent in Rockefeller Center, which coincides with the scale of modern bridges and parkways”. GIEDION, 1959, p. 756.

11 HILBERSEIMER, Ludwig. *La arquitectura de la gran ciudad*. Trad. Pedro Madrigal Devesa. Barcelona: Gustavo Gili, 1979, p. 17, tradução nossa. A sobreposição de funções em camadas era crítica à cidade setorizada e pensada para três milhões de habitantes que Le Corbusier propôs em 1922. Ver: Ibid., p. 13-17.

12 Ver: SBS PR-42/1. Setor Bancário Sul. Projeto. Térreo projeções 25 e 32. Folha 1. Escala 1:500 (03 dez. 1981); SBS PR-43/1. Setor Bancário Sul. Projeto. Esplanada projeções 25 e 32. Folha 2. Escala 1:500 (03 dez. 1981); e SBS PR 44-1. Setor Bancário Sul. Projeto. Subsolo projeções 25 e 32, CAV 1 e 2. Folha 3. Escala 1:500

(03 dez. 1981). Disponíveis em: Mapoteca da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

13 Projeto de Lucio Costa, Carlos Leão, Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy, Ernani Vasconcelos e Jorge Machado Moreira, construído entre 1937 e 1943, o Ministério da Educação e Saúde ocupa uma quadra inteira no centro do Rio de Janeiro, com cerca de 100 metros de comprimento e 68 metros de largura.

14 Lever House é um edifício projetado e construído entre 1951 e 1952, pelo escritório Skidmore, Owings and Merrill (SOM), em Nova Iorque. Cabe notar que a Lever House ocupa metade da quadra, de 121 por 60 metros de lado, entre a Park Avenue e a Madison Avenue. Já o edifício-sede para o Banco do Brasil ocupa 125 por 63 metros por cima de plataforma.

15 ROZA, 1959, p. 40. Ver também: ROZA, 1961, p. 140.

16 Ibid.

17 FILGUEIRAS LIMA, João. In: FERRAZ, Marcelo; LATORRACA, Giancarlo (Eds.). *João Filgueiras Lima, Lelé: arquitetos brasileiros; brazilian architects*. São Paulo; Lisboa: Instituto Lina Bo e P. M. Bardí; Blau, 1999, p. 68.

18 Primeiro, Sert reconheceu a importância de se projetar trajetos pedestres, retomando as conclusões do CIAM IV. Ver: SERT, 1947, p. 190. Depois, em texto preparado para o CIAM 8, colocou: "in these community centres the pedestrians should be protected from extreme heat or cold. It is curious to note how modern cities have ignored this important consideration. Covered streets, porticos, patios, etc. - all elements of frequent use in cities of the past - seem to have disappeared from our towns and cities, where everybody is expected to use car or bus for the smallest displacement". SERT. *Centres of Community Life*. In: TYRWHITT, Jacqueline; SERT, José Luis; ROGERS, Ernesto Natan (Eds.). *The Heart of the City: towards the Humanisation of Urban Life*. London: Lund Humphries, 1952. p. 11.

19 ESTEVES, 1989, p. 32.

20 Conforme anúncio publicado no CORREIO Braziliense, 26 maio de 1963, 2a página. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/10631>. Acesso em: 30 set. 2019.

21 Ver: P5-1 EEA - Encol Edifício Anhanguera (13 dez. 1972). Mapoteca da Administração Regional do Plano Piloto, Governo do Distrito Federal, Brasília, Rolo 774 SCS QD 11 LT 13 a 19. Acesso em: 25 abr. 2019.

22 Ver: A-4 e A-3 - Renovadora de Pneus OK (maio 1985). Mapoteca da Administração Regional do Plano Piloto, Governo do Distrito Federal, Brasília, Rolo 1172 SCS QD 11 LT 20 e 21. Acesso em: 25 abr. 2019.

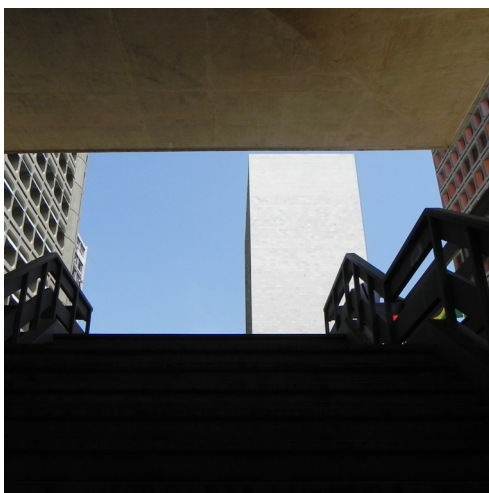
23 HOLANDA, 1985, p. 141.

24 COSTA; LIMA, 1985, p. 27.

25 Sobre estes setores incompletos, Maria Elisa Costa colocou em entrevista: "tem a buraqueira lá ao lado do Setor Bancário Norte, aquilo vai ser um pedaço do centro de Brasília amanhã, não tenha dúvida, amanhã ou depois, quando for. É claro que vai". COSTA, 1991, p. 19.

26 Especialmente aquele feito para um trecho central de Londres. Ver: BUCHANAN, 1973, p. 176. Ver também: TRAFFIC..., 1963.

27 INAUGURAÇÃO do Centro Público de Economia Popular e Solidária. Balanço de Realizações, Governo do Distrito Federal, Brasília, ago. 2017. Disponível em: <<http://www.brasilia.df.gov.br/inauguracao-do-centro-publico-de-economia-popular-e-solidaria/>>. Acesso em: 11 out. 2019.



Conclusões

Ainda em *Geographie de Villes*, Lavedan explicou que “a geografia das cidades tem por objeto um terreno particularmente instável”, já que “as cidades evoluem sem cessar”.¹ Ao defender o estudo do plano para entender essa geografia, o francês enfatizou as formas de crescimento por extensão, produzindo um texto clássico sobre evolução urbana ao categorizar o desenvolvimento das cidades ao longo de vias, pelo curso de rios, ou por envelopamento em torno de monumentos. Mas o que aconteceu nos setores centrais do Plano Piloto de Brasília não foi esse crescimento por extensão. O que aconteceu nesses setores centrais foi crescimento por fracionamento.

O lote na cidade da arquitetura moderna

Neste sentido, o lote, que pode ser entendido como “parte de um todo que se reparte”, mas também “porção de terra autônoma”,² surgiu como produto desse fracionamento, capaz de conciliar demandas econômicas e políticas com a construção dos setores centrais do Plano Piloto de Brasília. Mas se surgiu como produto, não necessariamente apareceu sem controvérsia - como se viu, parte da bibliografia sobre Brasília reporta a evolução desses setores centrais como errática. O que não é surpresa: afinal, a ideia da arquitetura moderna sobre a cidade era, precisamente, suprimir o lote para acomodar um projeto unitário que não dependesse de subdivisão da terra.

O tema foi assunto de base nos debates sobre a cidade da arquitetura moderna.

Le Corbusier, por exemplo, apresentou no Congresso de Urbanismo de Estrasburgo, celebrado em 1923, um desenho que comparava a dimensão entre lotes construídos nos séculos XIV, XVIII e XIX com uma proposta de “loteamento moderno”, onde o parcelamento foi convertido em edifício.³ O suíço incluiu o esquema no livro *Urbanisme* (1924), e ao apresentar seu plano Voisin para o centro de Paris, defendeu que a solução criaria “uma cidade em altura, uma cidade que reuniu suas células dispersas sobre o solo e as dispôs longe deste, no ar e à luz”.⁴

Da mesma maneira, Ludwig Hilberseimer, escreveu em *Großstadt Architektur* (1927) que, no futuro, limites privados de terrenos não haveriam de atrapalhar o desenho das habitações de aluguel, e que juntar várias parcelas em um único edifício era a maneira de oferecer melhor qualidade de serviços.⁵

Mas foram nos CIAM que a discussão sobre a política do solo se desenvolveu.

O debate surgiu formalmente no CIAM III, que discutiu o tema “Rationelle Bauweisen” (divisão racional do lote),⁶ mas se aprofundou no quarto congresso realizado em 1933.⁷ Na *Carta de Atenas* (Chartre d’Athènes, 1943), que reuniu as conclusões do grupo francês sobre aquele congresso (e que foi publicada com dez anos de atraso, e de forma anônima, por Le Corbusier), ainda que a palavra “lote” não apareça, é clara a preocupação com a supressão do fracionamento:

A magnitude da urgente tarefa de renovar as cidades e a excessiva subdivisão de propriedades de terra urbana apresentam duas realidades antagônicas.

Esta contradição contundente coloca um dos mais sérios problemas de nosso tempo: a necessidade premente para regular a disposição da terra em uma base legal igualitária, para então atender às necessidades vitais da comunidade assim como as do indivíduo.⁸

Da mesma maneira, “lote” não fez parte do relatório “Constatations du IV Congrès” publicado na revista grega *Technika Chronika*, no final de 1933. Naquele texto, que foi o primeiro registro oficial do CIAM IV,⁹ o que aparece é a preocupação com um “estado extremamente fragmentado” da propriedade:

O escopo de tarefas a ser urgentemente resolvido na organização das cidades é uma realidade incompatível com o atual estado de propriedade extremamente fragmentado. Essa oposição perigosa coloca um dos desafios mais sérios da era, mais precisamente, a urgente necessidade em regular a distribuição de terra de tal forma que as necessidades vitais de cada indivíduo possam ser completamente alcançadas e, da mesma maneira, as necessidades do coletivo.¹⁰

Já nas conclusões do GATEPAC, braço espanhol do CIAM e que participou da quarta edição do congresso, a frase foi de novo reformulada. No texto publicado na revista *A.C.*, em vez de “estado fragmentado”, o grupo adicionou “parcelamento anárquico” ao trecho:

Por um lado, a grande importância dos trabalhos que devem ser empreendidos para a reorganização urgente das cidades, e por outro, o estado atual das mesmas e o parcelamento anárquico da propriedade, são elementos antagônicos difíceis de harmonizar. Este antagonismo coloca uma questão ainda mais grave de nossa época: a urgência de reorganizar o terreno urbano, de modo que as necessidades da ordem coletiva, assim como as de cada indivíduo, dentro do organismo cidade, possam se satisfazer plenamente.¹¹

A palavra “lote” aparece só depois, quando José Luis Sert, que foi membro do GATEPAC,¹² retomou o texto do CIAM IV. Em *Can our cities survive?* (1942), publicou sua versão das conclusões, onde colocou, de forma mais clara, que

O maior obstáculo a uma drástica revisão do presente sistema de ruas se encontra no fato de que as ruas são identificadas com a divisão da terra em lotes e com a propriedade de terra urbana em seu presente estado subdividida.

Por décadas, e em alguns lugares até por séculos, a terra urbana tem sido dividida em lotes, com a ideia de dar ao edifício em cada lote uma “frente de rua”, ou uma fachada diretamente na rua. Estes lotes, em forma e tamanho, são consequentemente vinculados ao sistema de arreamento presente e dependem de sua continuidade.

Qualquer revisão drástica da atual rede de ruas irá, então, encontrar sérios obstáculos a menos que seja reconhecido que muitos dos casos a situação demanda reagrupamento, ou consolidação, dos lotes atuais. Sem eliminar os direitos de propriedade privada, esta consolidação removeria os limites de propriedade arbitrários de hoje (assim como no estabelecimento das unidades de moradia) e então permitiria o desenvolvimento de uma nova rede de ruas.¹³

Mas a supressão do lote, e essa incompatibilidade, antagonismo, ou obstáculo, entre a ideia de uma cidade unitária, controlada pela arquitetura, capaz de responder aos problemas urbanos observados pelos CIAM, e a realidade política, econômica e social, demandante da participação de diferentes de atores, e que se dá através do tempo, não foi de todo solucionada. Dissolvido o CIAM em 1959, o lote continuou mediando edifício e território. Para Ludovico Quaroni, a manutenção da parcela, combinada às ideias de zoneamento derivadas do CIAM IV, é que gerou os planos volumétricos, que em vez de ser solução, produziram uma cidade desordenada, sem estrutura.¹⁴ Para Carlo Aymonino, o “lote particular de terreno edificado” passou a corresponder à “mercadoria”, ou espaço com “valor de troca”, no desenvolvimento

da cidade contemporânea, “convertido em uma extensão mensurável e expressa em cifras, índices, normas e funções”.¹⁵

Na década de 1970, Philippe Panerai reconheceu o problema do lote, mas enxergou na sua reformulação uma maneira de superar essa oposição entre arquitetura e as exigências da cidade.¹⁶ Junto com Jean Castex e Jean-Charles Depaule, escreveu uma história sobre a dissolução da quadra, e, por consequência, do lote, em *Formes urbaines de l’îlot à la barre* (1977). Interessados na dimensão física da cidade, e em entender os mecanismos de controle e os modelos arquitetônicos dela derivados, examinaram uma sequência de intervenções - a Paris de Haussmann, a ideia de cidade jardim para estender Londres, as expansões de Amsterdã, Frankfurt de Ernst May e, por fim, a Unidade de Habitação de Le Corbusier. Tendo a quadra como unidade de análise, concluíram, através dos exemplos, “que depois de uma resposta, mais ou menos afortunada, a uma exigência ou demanda social, configura-se um novo espaço”.¹⁷ Mas também observaram que “pelo abandono progressivo de suas referências à cidade, a arquitetura comum, a de habitações e a da vida quotidiana, torna-se monumento, objeto”.¹⁸

Para eles, a conversão da arquitetura comum em objeto resultou, justamente da ruptura da relação entre o edifício e o solo,¹⁹ onde a existência da parcela, ou do lote, é fundamental para a ideia de estrutura urbana, ou mesmo de tecido urbano.

Em 1985, na reedição espanhola do livro, Panerai aprofundou essa impressão e adicionou que

Uma primeira conclusão que se extrai de trabalhar sobre tecidos urbanos é a importância capital que tem a divisão parcelaria e as técnicas de parcelamento.

Desde os primitivos bairros de trabalhadores de Tell-Amarna ou das habitações de Babilônia, as cidades se constituem por uma reunião de monumentos, habitações e arredores. Em princípio, as cidades foram sempre quase novas e adotaram com frequência a forma de um parcelamento regular; não tardaram em conhecer o que eram os arredores aos que absorveram progressivamente para os agregar ao centro inicial. Se o tecido que possuem apresentam agora disposições complexas, imbricações e irregularidades, é consequência do sedimento de gerações mais que uma vontade *a priori*. Por tudo, parece um pouco vã a pretensão de recriar *ex-nihilo* a variedade e complexidade dos tecidos antigos.²⁰

Na reedição, Panerai destacou o tempo como dimensão indissociável da organização do espaço. Saverio Muratori já havia

examinado a questão em *Civiltà e territorio* (1967). Naquele livro, o italiano observou que, “na verdade, todos nós sabemos que as estruturas não são fixas no tempo, mas mudam e evoluem. Há um desgaste das estruturas e também dos usos. Os usos e as estruturas não são função apenas do espaço, mas também do tempo”.²¹ E complementou:

Sabemos que as mudanças de uso, ligadas ao ciclo temporal, e de estrutura, ligadas ao ciclo espacial, estão intimamente relacionadas; os estudos históricos da edificação nos mostraram que, sempre que a estrutura não sofre variações, o uso, ou seja, o destino muda mais rapidamente, cada vez que o uso é mantido, a estrutura teve que sofrer evoluções ou modificações substanciais. Isso porque uso e estrutura estão intimamente ligados em uma única realidade social, móvel com a civilização, segundo um processo determinado por fatores estáveis e por fatores móveis, que é cíclico.²²

Assim, “espaço e tempo não são notações equivalentes de um único processo; ao contrário, são manifestações complementares [...]. Essas duas medidas estão, como sempre, co-presentes em todas as fases e momentos, mas com peso e função diferentes”.²³

E foi justamente a importância do tempo que Manuel de Solà-Morales discutiu no artigo “Las formas del crecimiento urbano”, originalmente publicado como “Spazio, tempo e città” (1986) na revista *Lotus International*.²⁴ Ali ele explicou o projeto urbano como um processo dividido entre parcelamento, urbanização e edificação. Cada uma dessas partes responderia a tempos de projeto e construção distintos: “estas três operações não são atos simultâneos nem desencadeados sempre da mesma maneira. Pelo contrário, de suas múltiplas formas de se combinar no tempo e no espaço, origina-se a riqueza morfológica das cidades”.²⁵ O projeto para Haia, feito pelo arquiteto Hendrik Petrus Berlage em 1908, serviu como exemplo para esclarecer o ponto:

Em tudo isso a edificação está presente, mas em um plano segundo, às vezes como um *arrière pensée*, mas em todo caso como aparição fracionada, mais variável e posteriormente flexível, e, talvez, indefinida no tempo. Está clara também a distinção entre o momento unitário, de gestão única e concentrada, da urbanização inicial, e o processo muito mais aberto e fragmentado da edificação, por múltiplas unidades de promoção e de desenho. Assim a força figurativa do projeto se situa no momento do processo onde as decisões estão mais concentradas, no momento inicial e mais permanente: o traçado.²⁶

Para Solà-Morales, o traçado é um “resumo certo e coletivo da

forma construível e construída”,²⁷ e, naqueles desenvolvimentos da arquitetura moderna, “com os polígonos de construção massiva e de projeto unitário, parece desaparecer a noção mesma de traçado urbano”.²⁸ O que prevalece é o edifício e, sobretudo, um único tempo de projeto.

A cidade da arquitetura moderna no lote

Frente a aparente incompatibilidade entre plano e tempo, e aos poucos exemplos efetivamente construídos, muito mais comum foi o ajuste das ideias da cidade pensada pela arquitetura moderna à cidade de quadras e lotes.

Carlos Eduardo Comas, por exemplo, até comentou sobre a possibilidade de se reconhecer uma “cidade figurativa contemporânea” no artigo “Arquitetura urbana” (1993), escrito para a revista *Óculum*. Para ele, era empobrecedor reduzir o debate a opções entre “cidade tradicional” e moderna. Argumentou que, “revisitada, a prática do entreguerras se revela muito mais rica em experiências ainda válidas de renovação do repertório de soluções para a casa e a cidade do que o faria pressupor a fetichização do objeto isolado e do verde coletivo inaugurada em Atenas”.²⁹ Citou exemplos construídos no centro do Rio de Janeiro como a ABI, dos irmãos Roberto, que “não perde em qualidade por respeitar o gabarito e alinhamento haussmanianos do Plano Agache. Uma quadra adiante, o Ministério de Educação aproveita a licença advinda do programa monumental para instituir protótipo de praça edificada”.³⁰

Da mesma maneira, José Rosas Vera, ao examinar o centro da cidade de Santiago do Chile, explicou que, em vez de oposição, “a relativa adaptação de grande parte da arquitetura moderna ao parcelamento e às quadras existentes nos confirma que entre a cidade atual e a passada só existe um princípio de continuidade histórica”.³¹ No texto “La partición de la manzana” (1987), que publicou em *UR: urbanismo revista*, resumiu sua tese doutoral, e reconheceu que a arquitetura moderna introduziu novas operações formais no lote e na quadra. Mas salientou: independente das modificações feitas no parcelamento pelas ideias de cidade da arquitetura moderna, “os resultados morfológicos recentes não são independentes da lógica da trama central e dos cursos assinalados no modelo fundacional”.³² Ao comparar o “centro moderno” de Santiago com o “centro colonial” defendeu que

[...] contrariamente ao que se supõe, a trama urbana da maioria dos centros fundacionais desenvolvidos neste século retomam cursos assinalados na estrutura urbana

inicial. A quadricula como organização geral e a quadra como unidade predial são - além dos elementos definidores da cidade regular e seu processo evolutivo - os eixos de transformação urbana durante o século XX.³³

O lote nos setores centrais de Brasília

Mas o inverso - ajustar o lote à cidade da arquitetura moderna - não é operação usual.

Frente a bibliografia descrita, um exame mais detalhado dos setores centrais do Plano Piloto de Brasília, problematiza a ideia de um único tempo de projeto na cidade da arquitetura moderna e questiona a própria supressão do lote. Afinal, o fracionamento é gesto que persiste desde o retângulo de Cruls e é latente no Plano Piloto entregue em 1957. Naqueles desenhos, Costa, ao dividir a área de Brasília com dois eixos, iniciou um processo que redundaria na aparição do lote. A indefinição do relatório, sobre como dispor do terreno unificado ao capital particular,³⁴ contribuiu para que essa aparição fosse interpretada de diferentes maneiras ao longo do tempo.

Essas diferentes interpretações são percebidas quando se analisa os planos produzidos, enxergando-os em mesma escala e padrões gráficos, através de redesenho.

Desse processo, os primeiros documentos e plantas analisados, incluindo uma maquete, feitos entre 1957 e 1960, representavam setores coesos, determinados pelo desenho de volumes.

A maquete para o Setor Bancário Sul, e os desenhos para o Setor Bancário Norte e para o Setor Comercial Sul datam deste período. Neles é presente a ideia de projeto unitário de solo unificado como recomendavam os debates CIAM, ou mesmo a ideia de polígono, como Solà-Morales classificou depois. Mas se o Setor Bancário Sul tem autoria de Oscar Niemeyer, e contou com maquete fotografada e publicada junto com setores do eixo monumental, discussões sobre unidade urbana, bem como projetos de edifícios desenvolvidos depois, e de forma independente,³⁵ sustentaram uma realidade diversa. Por um lado, esses setores se tratavam de polígonos por serem porções de áreas inteiras delimitadas por vias. Por outro, permitiram a venda de suas partes componentes.

Assim, nos planos feitos para esses setores o lote aparece em forma de volume inteiro, mas também como parte de volume. No primeiro caso, o “lote” funcionava como unidade de um grupo de objetos de mesma natureza: o Palácio do Comércio, de

Eduardo Kneese de Mello e Carlos J. Sena, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, de Alcides da Rocha Miranda, Elvin Mackay Dubugras e Fernando Cabral Pinto, projetados para o Setor Bancário Norte e para o Setor Bancário Sul, responderam a formas análogas. Já no segundo caso, o “lote” repartia volumes pré-estabelecidos, como comprovou o projeto para o edifício da Panair, que Elias Kaufman e Maria Elisa Costa desenharam para uma das frações de edifício baixo no Setor Comercial Sul.

O fracionamento do setor em volumes ou em partes de volumes viabilizava a participação de diferentes atores na construção dos setores centrais do Plano Piloto de Brasília. O procedimento conciliava unidade volumétrica com diferenças de acabamento entre edifícios, e lembra a estratégia de plano volumétrico criticada por Quaroni. O procedimento também viabilizou projeto e construção em tempos diferentes, promovendo uma ocupação dispersa. A publicação de um conjunto de “Normas para construções em Brasília”, tão cedo quanto maio de 1960,³⁶ atestou a necessidade de controle desse fracionamento logo após a inauguração da cidade.

Apesar da unidade orientar os planos do período, no fim de 1960 um desenho de arruamento no Setor Comercial Sul sobrepôs uma malha viária ao setor. Mesmo sem repartir de fato o setor, o desenho de ruas, demandado pela ocupação espalhada, impulsionou um processo de fragmentação que se concretizaria ao longo da década de 1960. A partir daquele plano, os setores passaram a ser representados - e desenvolvidos - de forma fracionada.

A incorporação do novo arruamento no Setor Comercial Sul, a criação do Setor Comercial Sul-B, bem como o projeto para o Setor Comercial Norte, são exemplos desse desenvolvimento por partes realizado, sobretudo, entre 1966 e 1968. Os novos desenhos para o Setor Comercial Sul incorporaram e expandiram o arruamento de 1960, dividindo o setor em seis pedaços menores. Já o plano para o Setor Comercial Sul-B, apesar de manter a área das quadras 700 inteira, foi atravessado por praças de estacionamento. O Setor Comercial Norte, só projetado em 1968, foi dividido em duas partes, mas representado em três.

Mais ainda: a divisão do Setor Comercial Sul fez de cada pedaço parecer uma “quadra”, principalmente aqueles que envolveram os volumes baixos e fracionados. Ali, o arruamento se deu junto ao limite de implantação dos volumes, centralizou a circulação de veículos e pedestres e criou uma força de desenvolvimento dentro do setor que imprimiu outra lógica de ocupação àquela do setor unitário. Outra questão significativa é a relação entre a data de

elaboração dos desenhos e a porção de setor que descreviam: o primeiro deles, que correspondia ao conjunto de volumes junto do eixo rodoviário-residencial, é de maio de 1966, o segundo, que representava o conjunto de volumes junto da W-3, é de novembro de 1966, enquanto o último desenho, que organizava o centro do setor, e não estava relacionado ao eixo rodoviário-residencial, nem à W-3, foi elaborado apenas em setembro de 1968. Pela correspondência entre data e porção elaborada, é certo que as vias fomentaram o desenvolvimento do setor. Como ruas de uma cidade qualquer, as vias determinaram a posição dos melhores “lotes”.

Apesar da ênfase no desenho de arruamento, os “lotes” continuaram sendo volumes inteiros ou partes de volumes, como nos planos anteriores. A diferença é que o Setor Comercial Sul-B e o Setor Comercial Norte receberam novas volumetrias, compatíveis com centros comerciais concentrados. No Setor Comercial Sul-B os técnicos desenharam volumes retangulares, que nomearam “lote A”, “lote B” e “lote C”. No Setor Comercial Norte, representaram quadrados de 84 metros de lado, que chamaram de “blocos”. Mas seja “Lote” ou “bloco”, esses dois tipos de volumes foram representados entre praças de estacionamento e acessos, prevendo a construção de edifícios entre vias.

Por fim, é significativo perceber o esforço dos técnicos em detalhar esse fracionamento na elaboração do *Código de edificações de Brasília e regulamentos* em 1967. Tanto em texto, quanto desenho, as palavras “quadras” e “lotes” surgiram para caracterizar a construção dos setores centrais e determinar os limites de atuação da iniciativa privada. Todos os volumes ou partes de volumes dos setores bancários, por exemplo, foram, de fato, descritos como “lotes” pelo documento. Já no Setor Comercial Sul, os volumes altos implantados junto do eixo rodoviário-residencial, muitos dos quais já haviam sido construídos naquele período, foram indicados como “edifícios” enquanto os volumes baixos foram validados como “quadras”.

Em 1970, a lógica fracionada transpassou o texto do código para ser representada nos planos dos setores bancários. Com linhas que repartiam o subsolo, bem como determinavam os limites de construção das marquises por cada “lote” comercializado, os técnicos documentaram a realidade fracionada desses setores, em parte já construída.

Os últimos planos analisados foram aqueles feitos entre 1972 e 1974, e que, por fim, apresentavam o lote bidimensional como denominador comum. A extensão do Setor Bancário Sul, o Setor Comercial Norte-B, e, até mesmo, a atualização do Setor Comercial

Norte, concluíram um processo de projeto que fracionou de vez a unidade territorial do centro de Brasília.

A extensão do Setor Bancário Sul é, neste sentido, exemplar. Naquele plano, não foram desenhados volumes, mas sim dois grandes retângulos, descritos como “lote 33” e “lote 34”, com cerca de 250 por 95 metros de lado, e divididos por uma via de acesso mais dois renques de estacionamento. Acompanhavam aqueles retângulos indicações de que ali seriam construídos o Banco Nacional de Habitação (BNH) e uma nova sede para a Caixa Econômica Federal. Junto do desenho ainda constava uma nota de que a ocupação de cada retângulo seria condicionada pelos projetos apresentados por essas instituições.

O Setor Comercial Norte-B e o Setor Comercial Norte seguiram essa mesma lógica. No primeiro, dois quadrados de 120 metros de lado, implantados entre praças de estacionamento, e nomeados “lote A” e “lote B”, contavam apenas com a orientação de seis regras de ocupação. No segundo, os volumes organizados junto do eixo rodoviário-residencial foram substituídos pelos lotes “A”, “B”, “C” e “E”, “F”, “G”, que, acompanhados de orientações, sugeriam a ocupação de edifícios do tipo base e torre. Ainda no Setor Comercial Norte, a sobreposição de planos transformou os volumes quadrados e maiores, que antes tinham nome de “bloco”, em “lotes” de 80 metros de lado e incertezas de forma.

Por fim, o “lote 33” da extensão do setor bancário sul sofreu mais uma divisão para acomodar o Banco Central no lugar do Banco Nacional de Habitação. Ação que sinalizava, mais uma vez, o fracionamento como forma de evolução latente do território.

Lote, política, economia

Além de observar as interpretações do lote nos planos, também cabe perceber em que medida elas se relacionaram com as ações políticas e econômicas empreendidas em cada período.

Neste sentido, a unidade dos planos feitos para os setores centrais entre 1957 e 1960 coincidiu com a unidade própria do governo de Juscelino Kubitschek e dos esforços de implantação da cidade.

Os planos desenvolvidos em térreo, subsolo e esplanada, desenhados de forma individualizada, e na escala 1/500, refletem uma cidade pensada por arquitetos e que respondeu à necessidade política de construção rápida. A promoção de Brasília no Brasil e no exterior, com publicações e exposições que juntavam a maquete do setor bancário aos setores do eixo monumental, sugeriu

semelhança por aproximação e garantiu a impressão de unidade à crítica vigente. Tanto foi assim que Giedion entendeu a cidade como decorativa, e seus alunos questionaram se ela seria capaz de responder aos diferentes interesses que configuram os organismos urbanos. Da mesma maneira, os críticos que visitaram a cidade no congresso de 1959, e circularam entre palácios e aterros, avaliando uma documentação consistente de maquetes e desenhos, ratificaram Brasília como cidade unitária, exemplo de realização atrasada de ideias já descartadas.

À primeira vista, a unidade dos planos não parece indicar a demanda econômica da venda de “lotes” ou “terrenos” requisitada pela Novacap desde, ao menos, 1958. Seguindo a crítica, também não se percebe a importância que os setores centrais tiveram para a promoção dessa venda e até de outras partes do Plano Piloto de Brasília. Mas uma análise mais cuidada revela que tanto os planos para os setores bancários quanto aqueles feitos para o setor comercial foram representados com números vinculados aos volumes e às partes de volumes. A publicação do setor bancário junto de edifícios desenvolvidos por outros arquitetos na revista *Módulo* confirma a tentativa da equipe de Niemeyer em conciliar unidade de desenho com a venda para terceiros.

Se os primeiros planos apresentavam a coesão do governo Kubitschek, aqueles feitos entre 1966 e 1968 coincidiram com a dispersão de ações dos primeiros anos de ditadura civil-militar. Sob os governos de Humberto Castello Branco e Artur da Costa e Silva, as gestões dos prefeitos Plínio Cantanhede e Wadjô da Costa Gomide tomaram decisões que impulsionaram o fracionamento do centro de Brasília.

Cantanhede se concentrou em consolidar a cidade, e, nos setores centrais, investiu no desenho de arruamento e de praças de estacionamento. Ainda que planejar e implantar essas estruturas tenha sido a estratégia adotada por seu governo para toda a cidade, foi executada em pedaços nos setores centrais, concentrada perto de vias consolidadas, ou junto de edifícios já construídos. Essa ênfase no desenho de vias foi fundamental para impulsionar o processo de fracionamento, conferindo a elas a função imprevista de ruas. Característica que se percebe, por exemplo, em como se deu a construção posterior no Setor Comercial Sul e no próprio projeto para a Estação Telefônica Centro. Em um, edifícios surgiram concentrados perto de vias causando o movimento de pedestres e carros comum aos centros urbanos; em outro, o edifício alterou os planos anteriores e se inseriu ali desvinculado do setor, feito monumento, limitado entre vias e estacionamentos.

Gomide continuou a estratégia de Cantanhede e finalizou estruturas já iniciadas, mas também deslocou investimentos da prefeitura para o desenho e implantação de cidades-satélites. Exemplos dessa atuação dupla foram tanto o término das obras da Estação Telefônica, quanto a inauguração da cidade-satélite de Guará em 1969. É interessante notar que a gestão de Gomide, orientada pela intenção de finalizar estruturas, sobrepôs lógicas de projeto distintas. O Setor Comercial Norte, por exemplo, foi planejado de forma fracionada em 1968, no mesmo ano em que a Galeria dos Estados, atravessada por baixo do eixo rodoviário-residencial e pensada para juntar o Setor Bancário Sul com o Setor Comercial Sul, foi desenhada como estrutura inteira. Enquanto, no setor, se fracionavam estruturas como “lotes”, “blocos”, vias e estacionamentos, a galeria era parte da ideia de setor unitário, e foi pensada com arredamento em vez da venda de lojas.

Por fim, as plantas desenhadas entre 1972 e 1974, durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, e que inseriram, de fato, o lote bidimensional nos setores centrais, foram produzidas em um contexto de discordância entre arquitetos e políticos. A situação já havia se organizado há algum tempo, com a disputa de Niemeyer pelo aeroporto, além da exoneração de Esteves por determinação do AI-5, mas foi agravada na gestão de Hélio Prates da Silveira. A nomeação e posterior exoneração de Adeildo Viegas de Lima, as reações de Costa e Niemeyer em entrevistas e textos, as reclamações dos arquitetos, os ataques de Prates à imprensa e a resposta de Elvin Mackay Dubugras, do Instituto de Arquitetos do Brasil, são exemplos de um momento de difícil manejo. Neste contexto é que edifícios como a nova sede Caixa Econômica Federal, ou o Banco Central, prosperaram. Muito diferentes dos demais edifícios construídos nos setores centrais, eles evidenciaram que a bidimensionalidade do lote, suprimiu, por fim, as regras tridimensionais da cidade pensada pela arquitetura moderna.

Sobreposição de planos e tempos

Vistos desde hoje, os setores centrais do Plano Piloto de Brasília organizam uma área de formas urbanas complexas, configurada por uma sobreposição de planos que articulam diferentes tempos de construção e valores de modernidade.

A partir dessa interpretação é que se pode entender que se nos planos desenvolvidos até 1960 o lote aparece como volume, e o agente principal da forma urbana é antes um conjunto de edifícios que um instrumento de gestão, nos planos desenvolvidos ou atualizados na década de 1970, o protagonismo, que parece

garantido ao edifício, é, na verdade, do lote. A configuração bidimensional do lote é que deslocou o resultado formal de um volume definido à abstração de códigos ou à especificidade de projetos de determinado tempo de construção. Os edifícios projetados e construídos nas áreas dos planos do período, como a sede da Caixa Econômica Federal, o Banco Central do Brasil, ou mesmo aqueles feitos depois, como o Liberty Mall de 1988, ou o Shopping Brasília de 1997, responderam a um conjunto de valores diferente da modernidade inicial de Brasília. Como artefatos, ou “fatos urbanos”, que “implicam não só uma coisa física na cidade, mas toda a sua história, geografia, estrutura”,³⁷ sobrepujaram uma cultura a outra, como em qualquer cidade.

Notas

1 LAVEDAN, 1959, sem página, tradução nossa.

2 LOTE. In: *Dicionário de Português licenciado para Oxford University Press*. São Paulo: Objetiva, 2012.

3 Ver: LE CORBUSIER. *La ciudad del futuro*. Trad. E. L. Revol. 2a. ed. Buenos Aires: Edições Infinito, 1971, p. 63.

4 Ibid., p. 164, tradução nossa. O arquiteto complementou: "Ya no se trata de las agujas de los campaniles en desorden de un Manhattan alucinante, apretados unos contra otros y quitándose mutuamente el aire y la luz". Cf. KOOLHAAS, 1994.

5 HILBERSEIMER, 1979, p. 22.

6 Segundo Sigfried Giedion, o terceiro congresso "was concerned with the question of how to organize whole groups of dwellings into neighborhood units in such a way that human needs could be satisfied, and with the further question of what legislative changes were necessary to allow workable solutions. The graphic material and the results of this Third Congress were published in *Rationelle Bebauungsweisen* ("Rational Lot-Division"), published in Stuttgart in 1931". GIEDION, Sigfried. Introduction. In: SERT, José Luis. *Can our cities survive? An ABC of urban problems, their analysis, their solutions*. Cambridge: The Harvard University Press, 1947, p. IX. Eric Mumford, entretanto, traduziu o título do congresso como "Rational Site Division", e argumentou que a principal discussão foi "Low-, Mid-, or High-rise Building?", de Walter Gropius. Ver: MUMFORD, Eric. *The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960*. Cambridge: MIT Press, 2002, p. 49.

7 Essa edição do congresso ficou conhecida como "a functionalist turn in urban planning", reduzida à separação esquemática da cidade em quatro funções (habitar, trabalhar, recrear e circular) e, sobretudo, vinculada aos fracassos do planejamento urbano moderno. Ver: WEISS, Daniel; HARBUSCH, Gregor; MAURER, Bruno. *A Major Heritage and an Unpublished Book. Introduction to the Atlas of the Functional City*. In: ES, Evelien Van et al. (eds.). *Atlas of the Functional City: CIAM 4 and Comparative Urban Analysis*. Bussum: THOTH Publishers; gta verlag, 2014. p. 11–24.

8 *The magnitude of the urgent task of renovating the cities, and the excessive subdivision of urban land ownerships present two antagonistic realities.*

This sharp contradiction poses one of the most serious problems of our time: the pressing need to regulate the disposition of land on an equitable and legal basis, so as to meet the vital needs of the community as well as those of the individual. CHARTER of Athens. Trad. Jacqueline Tyrwhitt. Paris, sem página, tradução nossa. Disponível em: <https://www.getty.edu/conservation/publications_resources/research_resources/charters/charter04.html>. Acesso em: 17 set. 2020.

9 Ver: ES et al., 2014, p. 436.

10 *The scope of the tasks to be urgently resolved in the organization of cities is an incompatible reality to that of the currently extremely splintered state of property. This perilous opposition poses one of the most serious challenges of the era, namely the urgent need to regulate the distribution of land in such a manner that the vital needs of every individual may be completely met and likewise the needs of the collective.* CONCLUSIONS of the Fourth Congress. In: ES et al, 2014. p. 440.

11 *Por una parte, la gran importancia de los trabajos que deben emprenderse para la reorganización urgente de las ciudades, y por otra, el estado actual de las mismas y la parcelación anárquica de la propiedad, son dos elementos antagónicos difíciles de armonizar. Este antagonismo plantea la cuestión más grave de nuestra época: la urgencia de reorganizar el terreno urbano, de manera que las necesidades de orden colectivo, así como las de cada individuo, dentro del organismo ciudad, puedan satisfacerse plenamente. Los intereses privados deben siempre someterse a los de*

orden colectivo. GATEPAC. Conclusiones del IV Congreso del CIRPAC sobre la Ciudad Funcional. A. C. *Documentos de Actividad Contemporánea*, Barcelona, n. 12, p. 14, 1933. Disponível em: <<http://issuu.com/faximil/docs/1933-ac-12>>. Acesso em: 10 set. 2020.

12 Sert se tornaria, em 1947, o próprio presidente do CIAM, permanecendo na presidência até 1957. Ver: MUMFORD, Eric. *The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960*. Cambridge: MIT Press, 2002, p. 276.

13 *The chief obstacle to a drastic revision of the present street system is found in the fact that the streets are identified with the division of land into lots and with urban land property in its present subdivided state.*

For decades, and in some places even for centuries, urban land has been divided into lots, with the idea of giving the building on each lot a 'street front', or a façade directly on the street. These lots, in shape and size, are consequently bound to the present street system and depend upon its continuance.

Any drastic revision of the present network of streets will therefore encounter serious obstacles unless it is recognized that in most cases the situation demands regrouping or consolidation, of present lots. Without eliminating private property rights, this consolidation would remove the arbitrary property limits of today (as it would in the establishment of dwelling units) and thus permit the development of a new network of streets. SERT, 1947, p. 194, tradução nossa.

14 QUARONI, Ludovico. *La Torre de Babel*. Barcelona: Marsilio; Gustavo Gili, 1967, p. 54.

15 AYMONINO, Carlo, 1970 apud PANERAI, Philippe; CASTEX, Jean; DEPAULE, Jean-Charles. *Formas urbanas: de la manzana al bloque*. Barcelona: Gustavo Gili, 1986, p. 148, tradução nossa.

16 PANERAI, Philippe. Construir la ciudad. In: PANERAI; CASTEX; DEPAULE, 1986, p. 180; p. 181, tradução nossa.

17 CASTEX, Jean; DEPAULE, Jean-Charles; PANERAI, Philippe. *Formes urbaines: de l'îlot à la barre*. Malakoff: Dunod, 1980, p. 163, tradução nossa.

18 Ibid.

19 Ibid., p. 190.

20 *Una primera conclusión que se extrae de trabajar sobre tejidos urbanos es la importancia capital que tiene la división parcelaria y las técnicas de parcelación.*

Desde los primitivos barrios obreros de Tell-Amarna o los residenciales de Babilonia, las ciudades se constituyen por una reunión de monumentos, viviendas y arrabales. En principio, las ciudades fueron casi siempre nuevas y adoptaron con frecuencia la forma de una parcelación regular; no tardaron en conocer lo que eran los alrededores a los que absorbieron progresivamente para agregarlos al centro inicial. Si el tejido que poseen presenta ahora disposiciones complejas, imbricaciones e irregularidades, es consecuencia del sedimento de generaciones más que una voluntad a priori. Por todo lo cual parece un poco vana la pretensión de recrear ex-nihilo la variedad y complejidad de los antiguos tejidos. PANERAI, Philippe. Construir la ciudad. In: PANERAI, Philippe; CASTEX, Jean; DEPAULE, Jean-Charles. *Formas urbanas: de la manzana al bloque*. Barcelona: Gustavo Gili, 1986, p. 180, tradução nossa.

21 MURATORI, Saverio. *Civiltà e territorio*. Roma: Centro Studi di Storia Urbanistica, 1967, p. 401-402, tradução nossa.

22 *Sappiamo che le mutazioni di fruizione, legate al ciclo temporale, e di struttura, legate al ciclo spaziale, sono tra loro in rapporto stretto; gli studi storici sull'edilizia ci hanno dimostrato che, tutte le volte che la struttura non subisce variazioni, muta più rapidamente la fruizione, cioè la destinazione, tutte le volte che la fruizione è stata mantenuta, la struttura ha dovuto subire evoluzioni o modifiche sostanziali. Ciò appunto perché fruizioni e struttura sono strettamente legate in una realtà sociale unica, mobile*

con la civiltà, secondo un processo determinato da fattori stabili e da fattori mobili, cioè ciclico. Ibid, tradução nossa.

23 Ibid., tradução nossa.

24 Ver: SOLÀ-MORALES, Manuel de. Spazio, tempo e città. *Lotus international: rivista di architettura*, Milano, n. 51, 1986. Também publicado como "Las formas del crecimiento" em: SOLÀ-MORALES I RUBIÓ, Manuel de. *Las formas de crecimiento urbano*. Barcelona: Edicions UPC, 1997, p. 19-22.

25 Ibid., p. 19, tradução nossa.

26 *En todo eso la edificación está presente, pero en un plano segundo, a veces como un arrière pensée, pero en todo caso como aparición fraccionada, más variable y flexible posterior y quizá indefinida en el tiempo. Está clara también la distinción entre el momento unitario, de gestión única y concentrada, de la urbanización inicial, y el proceso mucho más abierto y fragmentario de la edificación, por múltiples unidades de promoción y diseño. Así la fuerza figurativa del proyecto se sitúa en el momento del proceso donde las decisiones están más concentradas, en el momento inicial y más permanente: el trazado.* Ibid., p. 20, tradução nossa.

27 Ibid., p. 22, tradução nossa.

28 Ibid., p. 20-22, tradução nossa.

29 COMAS, Carlos Eduardo Dias. Arquitetura urbana: cidade funcional, cidade figurativa. *Óculum. Revista universitária de arquitetura, urbanismo e cultura*, Campinas, n. 4, 1993, p. 71.

30 Ibid.

31 ROSAS VERA, José. La partición de la manzana. *UR: urbanismo revista*, Barcelona, n. 3, 1985, p. 30, tradução nossa.

32 Ibid., p. 32, tradução nossa.

33 Ibid. p. 30, tradução nossa.

34 Ver capítulo "Definição de uma área indivisível", subtítulo "Fracionamento".

35 Por aquela época, Niemeyer recusou a realização de "projetos particulares" para o Banco do Brasil e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Ver: NIEMEYER, 2006, p. 18.

36 Ver capítulo "Setor que reparte a área", subtítulo "Normas".

37 EISENMANN, Peter; FRAMPTON, Kenneth. In: ROSSI, Aldo. *The Architecture of the City*. Chicago: MIT Press, 1984, p. 22, tradução nossa. Ver também: LAMPUGNANI, Vittorio Magnago. Building and Enduring. In: *Urban Design as Craft: Eleven Conversations and Seven Projects 1999-2011*. Zürich: gta Verlag, 2011. p. 48.

Arquivos pesquisados

	Acervo Lucio Costa, Instituto Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro, Brasil.
	Administração Regional do Plano Piloto, Governo do Distrito Federal, Brasília, Brasil.
Alberto Sartoris ACM EPFL	Alberto Sartoris, Archives de la construction moderne, École polytechnique fédérale de Lausanne, Lausanne, Suíça. Biblioteca digital do Senado Federal, Senado Federal, Brasília, Brasil.
CGW gta-ETHZ	Carola Giedion-Welcker, Institut für Geschichte und Theorie der Architektur, Eidgenössische Technische Hochschule Zürich, Zúrique, Suíça.
CIAM gta-ETHZ	CIAM Archiv, Institut für Geschichte und Theorie der Architektur, Eidgenössische Technische Hochschule Zürich, Zúrique, Suíça. Coleção Oscar Niemeyer, Fundação Oscar Niemeyer, Rio de Janeiro, Brasil.
NOVACAP ArPDF	Fundo Novacap, Arquivo Público do Distrito Federal, Governo do Distrito Federal, Brasília, Brasil.
SCS ArPDF	Fundo Secretaria de Comunicação Social, Arquivo Público do Distrito Federal, Governo do Distrito Federal, Brasília, Brasil.
Hans Marti NSL-ETHZ	Hans Marti, Netzwerk Stadt und Landschaft, Eidgenössische Technische Hochschule Zürich, Zúrique, Suíça. Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil.
JLS gta-ETHZ	José Luis Sert, Institut für Geschichte und Theorie der Architektur, Eidgenössische Technische Hochschule Zürich, Zúrique, Suíça.
SG gta-ETHZ	Sigfried Giedion Archiv, Institut für Geschichte und Theorie der Architektur, Eidgenössische Technische Hochschule Zürich, Zúrique, Suíça.
SEDUH-GDF	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília, Brasil.

Fonte das figuras

As fotografias não numeradas, inseridas entre os elementos pré-texto e antes da conclusão, foram tiradas pela autora nos setores centrais de Brasília em outubro de 2018.

1.01. PLANTA topográfica do sítio da nova capital (1955). Acervo Lucio Costa, Instituto Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro. III B 02-00541. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/798>>. Acesso em: 08 dez 2017.

1.02. CRULS, Luiz. *Atlas dos itinerários, perfis longitudinais e da zona demarcada*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & C., 1894. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/174485>>. Acesso em: 4 nov. 2019.

1.03. POLLI COELHO, Djalma. *Relatório técnico*. Rio de Janeiro: Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil, 1948, v. 1. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/185568>>. Acesso em: 4 nov. 2019.

1.04. POLLI COELHO, Djalma. *Relatório técnico*. Rio de Janeiro: Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil, 1948, v. 2, p. 57, n. 2. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/185568>>. Acesso em: 4 nov. 2019.

1.05. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO. *O relatório técnico sobre a nova Capital da República*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1957, p. 168.

1.06. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO. *O relatório técnico sobre a nova Capital da República*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1957, p. 35.

1.07. SILVA, Ernesto. *História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade*. Brasília: Senado Federal, 1985, p. 93.

1.08. O PRIMEIRO comício do presidente. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 197, 1956. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/004120/13088>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

1.09. O PRIMEIRO comício do presidente. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 197, 1956. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/004120/13088>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

1.10. O PRIMEIRO comício do presidente. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 197, 1956. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/004120/13088>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

1.11. APROVADO pela câmara o projeto da mudança da Capital da República. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, p. 1, 24 ago. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/65837>. Acesso em: 31 maio. 2019.

1.12. COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DA CONSTRUÇÃO E DA MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL. Edital para Concurso Nacional do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil. *Diário de notícias*, Rio de Janeiro, p. 5, 20 set. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/53778>. Acesso em: 28 jan. 2020.

1.13. FALHO o edital que abriu concurso do Plano-Piloto da futura capital. *Diário de notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 16 out. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/54560>. Acesso em: 28 jan. 2020.

- 1.14. MAURÍCIO, Jayme. Desentendimentos no concurso para a nova capital. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, p. 14, 4 out. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/67485>. Acesso em: 28 jan. 2020.
- 1.15. BRASÍLIA - Plano Piloto para a nova capital do Brasil: Milton C. Ghiraldini. *Habitat: revista brasileira de arquitetura, decoração, artes plásticas e artesanato*, São Paulo, v. 7, n. 40-41, 1957, p. 16.
- 1.16. PLANO Piloto n. 1 - 5o Prêmio. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, 1957, p. 78.
- 1.17. PLANO Piloto de Brasília: Henrique E. Mindlin. *Habitat: revista brasileira de arquitetura, decoração, artes plásticas e artesanato*, São Paulo, v. 7, n. 45, 1957, p. 3.
- 1.18. O JULGAMENTO do concurso de Brasília. *Habitat: revista brasileira de arquitetura, decoração, artes plásticas e artesanato*, São Paulo, v. 7, n. 40-41, 1957, p. 2.
- 1.19. PLANO Piloto para Brasília: Rino Levi, Roberto Cerqueira Cesar, L. R. Carvalho Franco. *Habitat: revista brasileira de arquitetura, decoração, artes plásticas e artesanato*, São Paulo, v. 7, n. 40-41, 1957, p. 9.
- 1.20. PLANO Piloto n. 2 - 2o lugar. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, 1957, p. 51.
- 1.21. COSTA, Lucio. Plano Piloto de Brasília, 1957. Acervo Lucio Costa, Instituto Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro. III B 02-03364. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/3580>>. Acesso em: 29. dez. 2017.
- 1.22. COSTA, Lucio. Plano Piloto de Brasília, 1957. Acervo Lucio Costa, Instituto Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro. III B 02-03364. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/3580>>. Acesso em: 29. dez. 2017.
- 1.23. COSTA, Lucio. Plano Piloto de Brasília, 1957. Acervo Lucio Costa, Instituto Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro. III B 02-03364. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/3580>>. Acesso em: 29. dez. 2017.
- 1.24. COSTA, Lucio. Plano Piloto de Brasília, 1957. Acervo Lucio Costa, Instituto Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro. III B 02-03364. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/3580>>. Acesso em: 29. dez. 2017.
- 1.25. COSTA, Lucio. Plano Piloto de Brasília, 1957. Acervo Lucio Costa, Instituto Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro. III B 02-03364. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/3580>>. Acesso em: 29. dez. 2017.
- 1.26. BRASÍLIA, Plano Piloto original, Eixo monumental. Acervo Lucio Costa, Instituto Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro. III B 02-00779. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/1039>>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- 1.27. COSTA, Lucio. Plano Piloto de Brasília, 1957. Acervo Lucio Costa, Instituto Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro. III B 02-03364. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/3580>>. Acesso em: 29. dez. 2017.
- 1.28. BRASÍLIA, Plano Piloto original, Superquadras. Acervo Lucio Costa, Instituto Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro. III B 02-00502. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/1007>>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- 1.29. COSTA, Lucio. Plano Piloto de Brasília, 1957. Acervo Lucio Costa, Instituto Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro. III B 02-03364. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/3580>>. Acesso em: 29. dez. 2017.
- 1.30. BRASÍLIA, Plano Piloto original, Estudos. Acervo Lucio Costa, Instituto Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro. III B 02-00602. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/842>>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- 2.01. Lucio Costa e Mies van der Rohe. Acervo Lucio Costa, Instituto Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro. III B 02-00602. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/>>

handle/2010.3/3884>. Acesso em: 03 jul. 2020.

2.02. CARTA de Oscar Niemeyer para Lucio Costa. Acervo Lucio Costa, Instituto Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro. VII A 02-03740. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/2464>>. Acesso em: 03. jul. 2020.

2.03. NIEMEYER em Brasília: o criador contempla a criatura. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 334, p. 90-94, 1958. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/004120/24743>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

2.04. ARTUR Lício Pontual, Duprat, Lucio Costa e Oscar Niemeyer na sobreloja do Ministério, anos 50-60. Acervo Lucio Costa, Instituto Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro. VII A 02-03740. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/959>>. Acesso em: 03. jul. 2020.

2.05. KIM, Lina; WESELY, Michael. *Arquivo Brasília*. São Paulo: Cosac Naify, 2010, p. 161.

2.06. KIM, Lina; WESELY, Michael. *Arquivo Brasília*. São Paulo: Cosac Naify, 2010, p. 163.

2.07. KIM, Lina; WESELY, Michael. *Arquivo Brasília*. São Paulo: Cosac Naify, 2010, p. 160.

2.08. BRASÍLIA: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, Brasília, n. 11, 1957, capa.

2.09. BRASÍLIA: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, Brasília, n. 11, 1957, contracapa.

2.10. O SETOR bancário e comercial do plano de Lúcio Costa. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Brasília, n. 11, 1957, p. 10-11.

2.11. Arquivo Sigfried Giedion, Institut für Geschichte und Theorie der Architektur, Eidgenössische Technische Hochschule Zürich, Zurique. 43-F-B-336-6 b (G). Acesso em: 16 mai. 2017.

2.12. Arquivo Sigfried Giedion, Instituts für Geschichte und Theorie der Architektur, Eidgenössische Technische Hochschule Zürich, Zurique. 43-F-B-336-1/15. Acesso em: 16 mai. 2017.

2.13. DIVISÃO CULTURAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Brasília*. Berne: Staempfli & Cie, 1958. Arquivo Sigfried Giedion, Instituts für Geschichte und Theorie der Architektur, Eidgenössische Technische Hochschule Zürich. Acesso em: 16 mai. 2017.

2.14. GIEDION, Sigfried; SERT, José Luis; SEKLER, Eduard F. (Orgs.). *The Human Scale*. Advanced Seminar for the Master's Class. Cambridge: 1958. Arquivo Sigfried Giedion, Institut für Geschichte und Theorie der Architektur, Eidgenössische Technische Hochschule Zürich, Zurique. Acesso em: 21 maio 2017.

2.15. CARTA de Sigfried Giedion para Oscar Niemeyer. 8 de out. 1958. Arquivo Sigfried Giedion, Instituts für Geschichte und Theorie der Architektur, Eidgenössische Technische Hochschule Zürich, Zurique. 43-K-1958-10-08 (G). Acesso em: 19 jul. 2017.

2.16. BRASÍLIA: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, Rio de Janeiro, v. 2, n. 18, 1958, verso.

2.17. BRASÍLIA: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, Rio de Janeiro, v. 2, n. 19, 1958, verso.

2.18. BRASÍLIA: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, Rio de Janeiro, v. 2, n. 13, 1958, verso.

2.19. GIEDION, Sigfried. *Space, Time and Architecture: the Growth of a New Tradition*. 3rd. ed. Cambridge; London: Harvard University Press, 1959.

2.20. GIEDION, Sigfried. *Space, Time and Architecture: the Growth of a New Tradition*. 3rd. ed. Cambridge; London: Harvard University Press, 1959, p. 615.

2.21. GIEDION, Sigfried. *Space, Time and Architecture: the Growth of a New Tradition*. 3rd. ed. Cambridge; London: Harvard University Press, 1959, p. 615.

2.22. NIEMEYER, Oscar. Unidade Urbana. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 12, 1959, p. 2-3.

2.23. NIEMEYER, Oscar. Unidade Urbana. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 12, 1959, p. 4-5.

2.24. SETOR bancário de Brasília. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 13, 1959, p. 8-9.

2.25. KNEESE DE MELLO, Eduardo; SENA, Carlos J. Palácio do Comércio. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 13, 1959, p. 10-11.

2.26. SOUZA E SILVA, Antônio Pedro. Edifício “Seguradoras” em Brasília. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 13, 1959, p. 12-13.

2.27. MIRANDA, Alcides da Rocha; DUBUGRAS, Elvin Mackay; PINTO, Fernando Cabral. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico em Brasília. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 13, 1959, p. 14-15.

2.28. SBN 1 2.4. Setor Bancário Norte. Projeto. Pavimento térreo. Escala 1:500 (23 abr. 1959). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

2.29. SBN 1 3.5. Setor Bancário Norte. Projeto. Subsolo. Escala 1:500 (10 jun.1959). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

2.30. MAURÍCIO, Jayme. JK aprecia projeto do Banco do Brasil em Brasília. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, 4 abr. 1959, p. 12. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/104189>. Acesso em: 30 nov. 2019.

2.31. MAURÍCIO, Jayme. JK aprecia projeto do Banco do Brasil em Brasília. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, 4 abr. 1959, p. 12. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/104189>. Acesso em: 30 nov. 2019.

2.32. ROZA, Ary Garcia. Banco do Brasil em Brasília. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 15, 1959, p. 40.

2.33. ROZA, Ary Garcia. Banco do Brasil em Brasília. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 15, 1959, p. 43.

2.34. ROZA, Ary Garcia. Banco do Brasil em Brasília. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 15, 1959, p. 41.

2.35. ROZA, Ary Garcia. Banco do Brasil em Brasília. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 15, 1959, p. 42.

2.36. ROZA, Ary Garcia. Banco do Brasil em Brasília. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 15, 1959, p. 42.

2.37. RICHARDS, J. M. Brasília. *Architectural Review*, London, v. 125, n. 745, 1959, p. 94.

2.38. RICHARDS, J. M. Brasília. *Architectural Review*, London, v. 125, n. 745, 1959, p. 103.

2.39. RICHARDS, J. M. Brasília. *Architectural Review*, London, v. 125, n. 745, 1959, p. 103.

2.40. Arquivo Sigfried Giedion, Instituts für Geschichte und Theorie der Architektur, Eidgenössische Technische Hochschule Zürich, Zurique. 43-F-P-1X 28-29. Acesso em: 16 mai. 2017.

2.41. CONGRESSO Internacional de Críticos de Arte. *Brasília: revista da Companhia*

- Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 33, 1959, p. 4.
- 2.42. OPINIÕES dos críticos de arte. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 33, 1959, p. 6.
- 2.43. CHOAY, Françoise. Une capitale prefabriquée. *L'Oeil: revue d'art mensuelle*, Paris, v. 1959, n. 59, 1959, p. 76-77.
- 2.44. MOHOLY-NAGY, Sibyl. Brasília: majestic concept or autocratic monument. *Progressive Architecture*, New York, v. 40, n. 10, 1959, p. 89.
- 2.45. ZEVI, Bruno. Inchiasta su Brasília. Sei? sulla nuova capitale sudamericana. *Architettura, cronache e storia*, Roma, v. 5, n. 9, 1960, p. 45.
- 2.46. SCS-2 2.8. Setor Comercial Sul. Projeto. Pavimento térreo. Escala 1:1000 (30 mar. 1960). Cópia elaborada em 17 abr. 1984. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.
- 2.47. SCS-2 3.10. Setor Comercial Sul. Projeto. Pavimento tipo. Escala 1:1000 (31 mar. 1960). Cópia elaborada em 04 set. 1985. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.
- 2.48. KAUFMAN, Elias; COSTA, Maria Elisa. Sede da Panair do Brasil. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 42, 1960, p. 6.
- 2.49. EDIFÍCIO sede da Panair em Brasília. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, n. 19, 1960, p. 47. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/006173/1993>>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- 2.50. EDIFÍCIO sede da Panair em Brasília. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, n. 19, 1960, p. 48. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/006173/1993>>. Acesso em: 10 abr. 2020.
- 2.51. BRASÍLIA: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, Rio de Janeiro, v. 4, n. 41, 1960, p. 12-13.
- 2.52. Acervo Lucio Costa, Instituto Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro. III B 02-00961 L-01. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/3580>>. Acesso em: 29. dez. 2017.
- 2.53. SBS 2 1-9. Setor Bancário Sul. Projeto. Esplanada. Escala 1/500 (28 set. 1960). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.
- 2.54. SBS 2 2-12. Setor Bancário Sul. Projeto. Pavimento térreo. Escala 1/500 (26 set. 1960). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.
- 2.55. SBS 2 3-9. Setor Bancário Sul. Projeto. Subsolo. Escala 1/500 (1 out. 1960). Cópia elaborada em 09 abr. 1984. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.
- 2.56. SCS-2 2-13. Setor Comercial Sul. Projeto. Pavimento térreo arruamento. Escala 1/1000 (5 nov. 1960). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.
- 3.01. Acervo Lucio Costa, Instituto Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro. III B 04-03931. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/4195>>. Acesso em: 5 set. 2019.
- 3.02. OSCAR Niemeyer, o arquiteto de Brasília. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 681, 1965, p. 89. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/004120/64273>>. Acesso em: 22 jun. 2020.
- 3.03. NIEMEYER, Oscar. *Textes et dessins pour Brasília*. Paris: Forces Vives, 1965.

- 3.04. COSTA, Lucio. L'architetto difende la "sua" città: Brasília ha cinque anni. 1965. Acervo Lucio Costa, Instituto Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro. V B 05-03524. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/3829>>. Acesso em: 24 abr. 2018.
- 3.05. JÂNIO, eu voltarei. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 490, 1961. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/004120/40850>>. Acesso em: 22 jun. 2020.
- 3.06. JANGO sete dias em março. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 625, 1964. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/004120/55814>>. Acesso em: 22 jun. 2020.
- 3.07. MANCHETE, Rio de Janeiro, n. 627, 1964, capa. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/004120/56015>>. Acesso em: 22 jun. 2020.
- 3.08. BRASÍLIA: planejamento urbano. Dirigido por Fernando Cony Campos. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Cinema Educativo, 1964. Disponível em: <<http://www.bcc.gov.br/filmes/443439>>. Acesso em: 23 fev. 2020.
- 3.09. Fundo Secretaria de Comunicação Social. Arquivo Público do Distrito Federal, Governo do Distrito Federal, Brasília. SCS-DF-7-6-C-4 (248). Acesso em: 8 out. 2018.
- 3.10. Fundo Secretaria de Comunicação Social. Arquivo Público do Distrito Federal, Governo do Distrito Federal, Brasília. SCS-DF-7-6-C-4 (268). Acesso em: 8 out. 2018.
- 3.11. CREASE, David. Progress in Brasília. *Architectural Review*, London, n. 131, 1962, p. 260.
- 3.12. SNYDER, D. E. Alternate perspectives on Brasília. *Economic Geography*, Worcester, v. 40, n. 1, 1964, p. 39. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/142172>>. Acesso em: 30 out. 2017.
- 3.13. SBN PR 6/1. Setor Bancário Norte. Projeto. Planta geral. Escala 1:1000 (17 fev. 1966). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.
- 3.14. SCS PR-20/3. Setor Comercial Sul. Projeto. Planta geral. Folha 1. Escala 1:500 (30 maio 1966). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.
- 3.15. SCS-B PR-1/2. Setor Comercial Sul-B. Projeto. Planta geral. Escala 1:500 (21 jun. 1966). Cópia elaborada pela Codeplan em 27 set. 1985. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.
- 3.16. SCS PR-22/2. Setor Comercial Sul. Projeto. Planta geral. Folha 3. Escala 1:500 (19 nov. 1966). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.
- 3.17. CENTRO Telefônico. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 2o caderno, 1965. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/20728>. Acesso em: 21 fev. 2020.
- 3.18. PINTO, Hélio Ferreira. *Arquitetura expressão social*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UMG, 1962, p. 104.
- 3.19. PINTO, Hélio Ferreira. *Arquitetura expressão social*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UMG, 1962, p. 113.
- 3.20. Desenho da autora com base nas plantas "SCS-2 2.8", "SCS-2 3.10" e "SCS-2 2-13" disponibilizados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.
- 3.21. ETC. Projeto Arquitetônico. Detalhes gerais. Planta 1o pavimento. Escala 1/50 (set. 1966). Administração Regional do Plano Piloto, Governo do Distrito Federal, Brasília. Rolo 770 SCS QD 11 L 21. Acesso em: 25 abr. 2019.
- 3.22. ETC. Projeto Arquitetônico. Detalhes gerais. Planta tipo 2o ao 7o. Escala 1/50 (set. 1966). Administração Regional do Plano Piloto, Governo do Distrito Federal,

Brasília. Rolo 770 SCS QD 11 L 21. Acesso em: 25 abr. 2019.

3.23. Fundo Secretaria de Comunicação Social. Arquivo Público do Distrito Federal, Governo do Distrito Federal, Brasília. SCS-GF-8-4-A-4 (3403). Acesso em: 8 out. 2018.

3.24. Fundo Secretaria de Comunicação Social. Arquivo Público do Distrito Federal, Governo do Distrito Federal, Brasília. SCS-GF-8-4-A-4 (3406). Acesso em: 8 out. 2018.

3.25. Fundo Secretaria de Comunicação Social. Arquivo Público do Distrito Federal, Governo do Distrito Federal, Brasília. SCS-GF-8-4-A-4 (3405). Acesso em: 8 out. 2018.

3.26. Fundo Secretaria de Comunicação Social. Arquivo Público do Distrito Federal, Governo do Distrito Federal, Brasília. SCS-GF-8-4-A-4 (3414). Acesso em: 8 out. 2018.

3.27. SB-N e S CE 1/1. Setor Bancário Norte e Sul. Lotes 1, 3, 5, 6, 8, 10, 12, 14, 15, 17, 19. Corte transversal. Escala 1/100 (25 mar. 1966). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

3.28. SB-N e S CE 2/2. Setor Bancário Norte e Sul. Lotes 2, 4, 7, 9, 11, 13, 16 e 18. Gabarito. Escala 1/100 (6 dez. 1966). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

3.29. SB-N CE 3/1. Setor Bancário Norte. Lotes 20, 21, 22 e 23. Gabarito. Escala 1/100 (06 dez. 1966). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

3.30. SB-S CE 4/1. Setor Bancário Sul. Lotes 20, 21, 22 e 23. Gabarito. Escala 1/100 (7 dez. 1966). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

3.31. SB-N e S CE 5/1. Setor Bancário Norte e Sul. Lotes 24, 25 e 30. Gabarito. Escala 1/100 (5 dez. 1966). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

3.32. SB-N e S CE 6/1. Setor Bancário Norte e Sul. Lotes 26 e 27. Gabarito. Escala 1/100 (6 dez. 1966). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

3.33. SB-N e S CE 7/1. Setor Bancário Norte e Sul. Lotes 28 e 29. Gabarito. Escala 1/100 (5 dez. 1966). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

3.34. SB-N CE 8/1. Setor Bancário Norte. Lote 31. Gabarito. Escala 1/100 (9 dez. 1966). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

3.35. SC-S CE 1/1. Setor Comercial Sul. Edifícios 1 a 10 - 18 a 20. Gabarito. Escala 1/250 (09 dez. 1966). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

3.36. SC-S CE 2/1. Setor Comercial Sul. Quadras 11, 13 e 17. Gabarito. Escala 1/250 (7 dez. 1966). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

3.37. SC-S CE 3/1. Setor Comercial Sul. Quadra 12. Gabarito. Escala 1/250 (8 dez. 1966). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

3.38. SC-S CE 5/1. Setor Comercial Sul. Quadra 14. Gabarito. Escala 1/250 (7 dez. 1966). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

- 3.39. SC-S CE 6/1. Setor Comercial Sul. Quadra 15. Gabarito. Escala 1/250 (8 dez. 1966). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.
- 3.40. SC-S CE 7/1. Setor Comercial Sul. Quadra 20. Gabarito. Escala 1/250 (9 dez. 1966). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.
- 3.41. Fundo Secretaria de Comunicação Social. Arquivo Público do Distrito Federal, Governo do Distrito Federal, Brasília. SCS-GF-8-4-A-4 (3421). Acesso em: 8 out. 2018.
- 3.42. NIEMEYER debate com o prefeito o Aeroporto e a conclusão da Catedral. *Correio Braziliense*, Brasília, 18 abr. 1967, verso. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/27682>. Acesso em: 13 jan. 2020.
- 3.43. SCN 1/1. Setor Comercial Norte. Altimetria. Escala 1/2000 (10 maio 1962). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.
- 3.44. SCN PR-1/1. Setor Comercial Norte. Planta geral. Folha 1. Escala 1/500 (11 jun. 1968). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.
- 3.45. SCN PR-3/1. Setor Comercial Norte. Planta geral. Folha 3. Escala 1/500 (12 jun. 1968). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.
- 3.46. SCN PR-2/1. Setor Comercial Norte. Planta geral. Folha 2. Escala 1/500 (11 jun. 1968). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.
- 3.47. SCN PR-4/1. Setor Comercial Norte. Planta geral esquemática. Escala 1/2000 (14 ago. 1968). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.
- 3.48. Fundo Secretaria de Comunicação Social. Arquivo Público do Distrito Federal, Governo do Distrito Federal, Brasília. SCS-GF-7-6-C-2 (3002). Acesso em: 8 out. 2018.
- 3.49. SEGURANÇA para o pedestre. *Correio Braziliense*, Brasília, 6 mar. 1968, capa caderno 2. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/32398>. Acesso em: 15 jan. 2020.
- 3.50. ARNHOLD, Audrey Luz Nassif. *As passagens subterrâneas de pedestres em Brasília: iluminação e percepção*. 2018. Dissertação (Mestrado em Arquitetura)– Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.
- 3.51. Fundo Secretaria de Comunicação Social. Arquivo Público do Distrito Federal, Governo do Distrito Federal, Brasília. SCS-GF-7-2-A-1 (2566). Acesso em: 8 out. 2018.
- 3.52. Fundo Secretaria de Comunicação Social. Arquivo Público do Distrito Federal, Governo do Distrito Federal, Brasília. SCS-GF-7-2-B-6 (2657). Acesso em: 8 out. 2018.
- 4.01. Acervo Lucio Costa, Instituto Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro. III B 13-02263. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/2524>>. Acesso em: 25. jun. 2019.
- 4.02. GUIMARÃES, Irineu. Niemeyer: o pensamento de um gênio. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 1087, 1973, p. 54. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/004120/131216>>. Acesso em: 22 abr. 2020.
- 4.03. Fundo da Secretaria de Comunicação Social. Arquivo Público do Distrito Federal, Governo do Distrito Federal, Brasília. SCS-HF-7-6-E-1 (33599). Acesso em: 8 out. 2018.

- 4.04. Acervo Lucio Costa, Instituto Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro. VI A 01-02675. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/2998>>. Acesso em: 24. jan. 2018.
- 4.05. ARQUITETOS deixam a SVO-GDF. *Correio Braziliense*, Brasília, 2a página, 21 mar. 1970. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/1458>. Acesso em: 22 abr. 2020.
- 4.06. GOVERNADOR debate projetos de Brasília. *Correio Braziliense*, 2a página, 15 abr. 1970. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/2063>. Acesso em: 14 mar. 2019.
- 4.07. NIEMEYER envia carta a Prates. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 5, 11 out. 1970. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/1966>. Acesso em: 23 abr. 2020.
- 4.08. PALÁCIO dos Arcos. *Acrópole*, São Paulo, v. 32, n. 375-376, 1970, p. 28. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/375>>. Acesso em: 25 fev. 2017.
- 4.09. TEATRO Nacional. *Acrópole*, São Paulo, v. 32, n. 375-376, 1970, p. 32. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/375>>. Acesso em: 25 fev. 2017.
- 4.10. CATEDRAL de Brasília. *Acrópole*, São Paulo, v. 32, n. 375-376, 1970, p. 35. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/375>>. Acesso em: 25 fev. 2017.
- 4.11. AS SUPERQUADRAS. *Acrópole*, São Paulo, v. 32, n. 375-376, 1970, p. 48. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/375>>. Acesso em: 25 fev. 2017.
- 4.12. SETOR comercial e bancário. *Acrópole*, São Paulo, v. 32, n. 375-376, 1970, p. 59. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/375>>. Acesso em: 23 fev. 2017.
- 4.13. SETOR comercial e bancário. *Acrópole*, São Paulo, v. 32, n. 375-376, 1970, p. 60. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/375>>. Acesso em: 23 fev. 2017.
- 4.14. SETOR comercial e bancário. *Acrópole*, São Paulo, v. 32, n. 375-376, 1970, p. 60. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/375>>. Acesso em: 23 fev. 2017.
- 4.15. SBS PR-1/1. Setor Bancário Sul. Projeto. Subsolo. Escala 1/500 (26 maio 1970). Cópia elaborada pela Codeplan em 13 jan. 1986. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.
- 4.16. SBN PR-3/1. Setor Bancário Norte. Projeto. Subsolo. Escala 1/500 (4 out. 1970). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.
- 4.17. SBS PR-5/1. Setor Bancário Sul. Projeto. Pavimento térreo. Escala 1/500 (26 maio 1970). Cópia elaborada pela Codeplan em 10 jan. 1986. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.
- 4.18. SBN PR-2/1. Setor Bancário Norte. Projeto. Pavimento térreo. Escala 1/500 (4 out. 1970). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.
- 4.19. SBS PR-6/1. Setor Bancário Sul. Projeto. Esplanada. Escala 1/500 (26 maio 1970). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.
- 4.20. SBN PR-1/1. Setor Bancário Norte. Projeto. Plano geral. Escala 1/500 (4 out.

1970). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

4.21. NIEMEYER, Oscar. Palácio do Desenvolvimento. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 20, 1960, p. 19.

4.22. NIEMEYER, Oscar. Palácio do Desenvolvimento. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 20, 1960, p. 16.

4.23. NIEMEYER, Oscar. Palácio do Desenvolvimento. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 20, 1960, p. 17.

4.24. NIEMEYER, Oscar. Palácio do Desenvolvimento. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 20, 1960, p. 20.

4.25. NIEMEYER, Oscar. Palácio do Desenvolvimento. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 20, 1960, p. 20.

4.26. NIEMEYER, Oscar. Palácio do Desenvolvimento. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 20, 1960, p. 21.

4.27. NIEMEYER, Oscar. Palácio do Desenvolvimento. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 20, 1960, p. 21.

4.28. NIEMEYER, Oscar. Palácio do Desenvolvimento. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 20, 1960, p. 21.

4.29. NIEMEYER, Oscar. Palácio do Desenvolvimento. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 20, 1960, p. 22.

4.30. NIEMEYER, Oscar. Palácio do Desenvolvimento. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 20, 1960, p. 22.

4.31. NIEMEYER, Oscar. Palácio do Desenvolvimento. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 20, 1960, p. 22.

4.32. NIEMEYER, Oscar. Palácio do Desenvolvimento. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 20, 1960, p. 18.

4.33. LANÇADA ontem a pedra fundamental do edifício "Palácio do Desenvolvimento". *Correio Braziliense*, Brasília, 28 maio 1960, 2a página. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/468>. Acesso em: 2 mar. 2020.

4.34. Fundo da Secretaria de Comunicação Social. Arquivo Público do Distrito Federal, Governo do Distrito Federal, Brasília. SCS-IF-7-6-E-1 (71346). Acesso em: 8 out. 2018.

4.35. ESPALLARGAS GIMENEZ, Luis. *Pedro Paulo de Melo Saraiva: arquiteto*. São Paulo: Romano Guerra, 2016, p. 106.

4.36. ESPALLARGAS GIMENEZ, Luis. *Pedro Paulo de Melo Saraiva: arquiteto*. São Paulo: Romano Guerra, 2016, p. 107.

4.37. SBS PR-14/1. Setor Bancário Sul. Projeto. Área para BNH e CEF. Escala 1:1000 (10 jul. 1972). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

4.38. Acervo Lucio Costa, Instituto Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro. III B 03-03749. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/3896>>. Acesso em: 10 dez 2017.

4.39. Acervo Lucio Costa, Instituto Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro. III B 03-03749. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/3896>>. Acesso em: 10 dez 2017.

4.40. Acervo Lucio Costa, Instituto Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro. III B 13-04118. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/4119>>. Acesso em: 10 dez 2017.

4.41. Acervo Lucio Costa, Instituto Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro. III B 13-

04118. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/4119>>. Acesso em: 10 dez 2017.
- 4.42. O BRASIL em manchete. *Manchete*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1067, 1972, p. 116. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/004120/126944>>. Acesso em: 4 mar. 2020.
- 4.43. CEF. Sede da Matriz, lote 34 S. B. Sul. Anexo - planta do pavimento térreo. Escala 1/100 (25 set. 1972). Administração Regional do Plano Piloto, Governo do Distrito Federal, Brasília. Rolo 2262 SBS LT 34. Acesso em: 25 abr. 2019.
- 4.44. CEF. Sede da Matriz, lote 34 S. B. Sul. Torre - planta pavimento tipo 1o ao 13o. Escala 1/100 (25 set. 1972). Administração Regional do Plano Piloto, Governo do Distrito Federal, Brasília. Rolo 2262 SBS LT 34. Acesso em: 25 abr. 2019.
- 4.45. CEF. Sede da Matriz, lote 34 S. B. Sul. Torre - planta pavimento térreo. Escala 1/100 (25 set. 1972). Administração Regional do Plano Piloto, Governo do Distrito Federal, Brasília. Rolo 2262 SBS LT 34. Acesso em: 25 abr. 2019.
- 4.46. PROBLEMAS urbanos em debate nos "Cadernos de Arquitetura". *Correio Braziliense*, Brasília, 1 set. 1971, 15a página. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/028274_02/14432>. Acesso em: 19 jan. 2020.
- 4.47. CADERNOS de arquitetura, Brasília, n. 3, 1969/1970, capa.
- 4.48. AS OPINIÕES. *Realidade*, São Paulo, n. 74, 1972. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/213659/12818>>. Acesso em: 26 jun. 2020.
- 4.49. METAMORFOSES de Brasília. *Arquiteto*, São Paulo, v. 1, n. 5, 1972, p. 14.
- 4.50. BRASÍLIA tem novo prédio de Niemeyer. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 out. 1972, p. 14. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/69907>. Acesso em: 6 mar. 2020.
- 4.51. BDI. Térreo. Escala 1/200. Coleção Oscar Niemeyer, Fundação Oscar Niemeyer. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.niemeyer.org.br/obra/pro217>>. Acesso em: 28 jul. 2018.
- 4.52. BDI. 2o ao 12o andar. Escala 1/200. Coleção Oscar Niemeyer, Fundação Oscar Niemeyer. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.niemeyer.org.br/obra/pro217>>. Acesso em: 28 jul. 2018.
- 4.53. BDI. 14o andar. Escala 1/200. Coleção Oscar Niemeyer, Fundação Oscar Niemeyer. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.niemeyer.org.br/obra/pro217>>. Acesso em: 28 jul. 2018.
- 4.54. BDI. Fachada sul, corte. Escala 1/200. Coleção Oscar Niemeyer, Fundação Oscar Niemeyer. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.niemeyer.org.br/obra/pro217>>. Acesso em: 28 jul. 2018.
- 4.55. BDI. Fachada norte, fachada lateral. Escala 1/200. Coleção Oscar Niemeyer, Fundação Oscar Niemeyer. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.niemeyer.org.br/obra/pro217>>. Acesso em: 28 jul. 2018.
- 4.56. LANÇADO em Brasília o Edifício Denasa. *Manchete*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1072, nov. 1972, p. 142. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/004120/127902>>. Acesso em: 5 mar. 2020.
- 4.57. DI. 1o subsolo. Coleção Oscar Niemeyer, Fundação Oscar Niemeyer. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.niemeyer.org.br/obra/pro218>>. Acesso em: 27 jun. 2017.
- 4.58. DI. Pavimento térreo. Coleção Oscar Niemeyer, Fundação Oscar Niemeyer. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.niemeyer.org.br/obra/pro218>>. Acesso em: 27 jun. 2017.
- 4.59. DI. 14o pavimento. Coleção Oscar Niemeyer, Fundação Oscar Niemeyer. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.niemeyer.org.br/obra/pro218>>. Acesso em: 27

jun. 2017.

4.60. DI. Fachada oeste, corte. Coleção Oscar Niemeyer, Fundação Oscar Niemeyer. Rio de Janeiro.

4.61. Coleção Oscar Niemeyer, Fundação Oscar Niemeyer. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.niemeyer.org.br/obra/pro218>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

4.62. Fundo da Secretaria de Comunicação Social. Arquivo Público do Distrito Federal, Governo do Distrito Federal, Brasília. SCS-GF-7-6-C-2 (2992). Acesso em: 8 out. 2018.

4.63. Fundo Secretaria de Comunicação Social. Arquivo Público do Distrito Federal, Governo do Distrito Federal, Brasília. SCS-GF-7-6-C-2 (2993). Acesso em: 8 out. 2018.

4.64. Encol - Edifício Serra Dourada. Pavimento térreo. Escala 1/50 (13 dez. 1972). Administração Regional do Plano Piloto, Governo do Distrito Federal, Brasília. Rolo 774 SCS QD 11 LT 13 a 19. Acesso em: 25 abr. 2019.

4.65. Encol - Edifício Anhanguera. Pavimento tipo. Escala 1/50 (13 dez. 1972). Administração Regional do Plano Piloto, Governo do Distrito Federal, Brasília. Rolo 774 SCS QD 11 LT 13 a 19. Acesso em: 25 abr. 2019.

4.66. Desenho da autora com base nas plantas "Encol - Edifício Serra Dourada" e "Encol - Edifício Anhanguera", disponibilizados pela Administração Regional do Plano Piloto, Governo do Distrito Federal, Brasília. Rolo 774 SCS QD 11 LT 13 a 19. Acesso em: 25 abr. 2019.

4.67. INFORME publicitário. *Correio Braziliense*, Brasília, 13 maio 1973. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/32229>. Acesso em: 21 abr. 2020.

4.68. TERRACAP: novo órgão em estudo. *Correio Braziliense*, Brasília, 6 out. 1972, 9a página. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/27597>. Acesso em: 23 mar. 2019.

4.69. GOVERNO desmembra Novacap e cria Terracap para cuidar de imóveis. *Correio Braziliense*, 8 nov. 1972, capa. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/28918>. Acesso em: 23 mar. 2019.

4.70. Brasília vai pôr à venda 2 mil lotes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1973, p. 12. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/76463>. Acesso em: 30 jun. 2020.

4.71. SCN-B PR-1/1. Setor Comercial Norte-B. Projeto. Planta geral. Lotes A e B. Escala 1/1000 (06 set. 1973). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

4.72. SCS-B PR-3/1. Setor Comercial Sul-B. Projeto. Planta geral. Escala 1/50 (2 nov. 1973). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

4.73. SCN PR-7/2. Setor Comercial Norte. Projeto. Planta geral. Escala 1/500 (16 jan. 1974). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

4.74. SENADO FEDERAL. *I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília: Estudos e Debates*. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1974, sem página.

4.75. Acervo Lucio Costa, Instituto Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro. VII A 01-04509. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010>>. Acesso em: 21 abr. 2020.

4.76. SENADO FEDERAL. *I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília: Estudos e Debates*. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1974, p. 283.

4.77. SBS PR 16/1. Setor Bancário Sul. Projeto. Distribuição dos lotes 33 e 33-A.

Escala 1:1000 (16 dez.1974). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

4.78. EDIFÍCIO-SEDE: 35 anos. Brasília: Banco Central do Brasil, 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/gaiPLGjngUc>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

5.01. BENDER, Helena. Banco Central do Brasil, Brasília. 2018.

5.02. BENDER, Helena. Caixa Econômica Federal, Brasília. 2018.

5.03. BENDER, Helena. Setor Bancário Sul, Brasília. 2018.

5.04. BENDER, Helena. Setor Bancário Sul, Brasília. 2018.

5.05. BENDER, Helena. Banco do Brasil, Brasília. 2018.

5.06. BENDER, Helena. Banco do Brasil, Brasília. 2018.

5.07. BENDER, Helena. Setor Comercial Sul, Brasília. 2018.

5.08. BENDER, Helena. Setor Comercial Sul, Brasília. 2018.

5.09. BENDER, Helena. Setor Comercial Sul, Brasília. 2018.

5.10. BENDER, Helena. Setor Comercial Sul, Brasília. 2018.

5.11. BENDER, Helena. Correios e Telégrafos, Brasília. 2018.

5.12. BENDER, Helena. Correios e Telégrafos, Brasília. 2018.

5.13. BENDER, Helena. Setor Bancário Norte, Brasília. 2018.

5.14. BENDER, Helena. Setor Bancário Norte, Brasília. 2018.

5.15. BENDER, Helena. Setor Comercial Norte, Brasília. 2018.

5.16. BENDER, Helena. Setor Comercial Norte, Brasília. 2018.

Mapa 01. Mapa elaborado pela autora com base nas plantas SBN 1 2-4, SBN 13-5, SBS 2-9, SBS 2 2-12, SCS-2 2.8, e SCS 2 3.10, organizadas por cima da ortofotocarta de Brasília, feita em 2009. As plantas urbanas e a ortofotocarta foram disponibilizadas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

Mapa 02. Mapa elaborado pela autora com base nas plantas SBN PR-6/1, SBS 2 1-9, SBS 2 2-12, SCN PR-1/1, SCN PR-2/1, SCN PR-3/1, SCN PR-4/1, SCS-B PR 1/2, SCS PR-20.3, SCS PR-22.2, e SCS PR-21/3, organizadas por cima da ortofotocarta de Brasília, feita em 2009. As plantas urbanas e a ortofotocarta foram disponibilizadas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

Mapa 03. Mapa elaborado pela autora com base nas plantas SBN PR-1/1, SBN PR-2/1, SBS PR-5/1, SBS PR-6/1, SBS PR-14/1, SCN-B PR 1/1, SCN PR-7/2, e SCS-B PR-3/1, organizadas por cima da ortofotocarta de Brasília, feita em 2009. As plantas urbanas e a ortofotocarta foram disponibilizadas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

Bibliografia

- A BIENAL que inova. *Correio Braziliense*, Brasília, capa caderno 2, 9 dez. 1969. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/46967>. Acesso em: 20 jan. 2020.
- A INAUGURAÇÃO de Brasília. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 41, p. 2-3, 1960.
- A MARCHA da construção em Brasília. *Brasília: Revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 11, p. 3-7, 1957.
- A TOQUE de caixa. *Correio Braziliense*, Brasília, 4a página, 10 ago. 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/13709>. Acesso em: 4 mar. 2020.
- A VERDADE sobre o aeroporto de Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, verso, 22 ago. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/29360>. Acesso em: 13 jan. 2020.
- A VOLTA de Lúcio Costa a Brasília. *Arquiteto*, São Paulo, v. 2, n. 17, p. 17, 1973.
- A-4 e A-3 - Renovadora de Pneus OK (maio 1985). Administração Regional do Plano Piloto, Governo do Distrito Federal, Brasília. Rolo 1172 SCS QD 11 LT 20 e 21. Acesso em: 25 abr. 2019.
- ACEBILLO, Josep. Chandigarh & Brasília: The Twilight of the Urban Plan? In: CASCIATO, MARISTELA; VON MOOS, Stanislaus (Ed.). *Twilight of the Plan: Chandigarh and Brasília*. Lugano; Mendrisio: Università della Svizzera Italiana; Accademia di Architettura, 2007, p. 8-17.
- ACOSTA, Silvio. Brasília. *Arquitectura Cuba*, Habana, v. 28, n. 322, p. 256-236, 1960.
- ADMINISTRAÇÃO Pública. *Correio Braziliense*, Brasília, 7a página, 11 out. 1966. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/25223>. Acesso em: 21 fev. 2020.
- AGRICULTURA terá palácio do desenvolvimento no DF. *Correio Braziliense*, Brasília, 2a página, 3 set. 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/14479>. Acesso em: 18 jan. 2020.
- ALBUQUERQUE, José Pessoa Cavalcanti de. *Relatório anual*. Comissão de Localização da Nova Capital Federal. Rio de Janeiro, 1955. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182975>>. Acesso em: 5 nov. 2019.
- ALVES, Ivan. Oscar Niemeyer: o choque do futuro. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 1020, p. 124-132, 1971. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/004120/118648>>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- ALVES, Ivan. Três obras primas em Paris. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 1068, p. 114, 1972. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/004120/127111>>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- AMARAL, Gilberto. Confidencial. *Correio Braziliense*, Brasília, opinião, p. 3, 1 nov. 1979. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/129214>. Acesso em: 5 mar. 2020.
- AN tem local para construir. *Correio Braziliense*, Brasília, 3a página, 16 dez. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/31163>. Acesso em: 24 fev. 2020.

ANO legislativo terá período único. *Correio Braziliense*, 4a página, 19 out. 1969.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/45558>. Acesso em: 5 set. 2019.

APROVADO pela câmara o projeto da mudança da Capital da República. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, p. 1; 11, 24 ago. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/65837>. Acesso em: 31 maio. 2019.

ARQUITETOS deixam a SVO-GDF. *Correio Braziliense*, Brasília, 2a página, 21 mar. 1970. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/1458>. Acesso em: 22 abr. 2020.

ARQUITETOS e estudantes da UnB solidários com Niemeyer. *Correio Braziliense*, Brasília, 2a página, 20 jun. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/28515>. Acesso em: 24 fev. 2020.

ARQUITETURA e Urbanismo: Instituto de Resseguros do Brasil - Edifício Seguradoras. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 22, p. 10-11, 1958.

ARRUDA, Léo. Brasília em tempo de expansão. *Correio Braziliense*, 4a página, 1 abr. 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/10030>. Acesso em: 14 mar. 2019.

AS SUPERQUADRAS. *Acrópole*, São Paulo, v. 32, n. 375-376, p. 48-53, 1970. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/375>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

AU-S 1/1. Setor Autarquias Sul. Situação. Escala 1:2000 (09 out. 1959). Cópia elaborada por Cordeiro em 09 abr. 1984. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

AUGUSTO, José. Da cidade para a cidade. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 3, 25 mar. 1974. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/45827>. Acesso em: 21 jan. 2020.

AVERMAETE, Tom; CASCIATO, Maristella (eds.). *Casablanca Chandigarh: a report on modernization*. Montréal; Zürich: Canadian Centre for Architecture; Park Books, 2014.

BARATA, Mario. Brasília revisitada/Brasília três anos depois: como problemática de cidade viva. *Zodiac. Rivista internazionale d'architettura contemporanea*, Milano, n. 11, p. 36-47, 1963.

BARATA, Mário. Prós e contras a respeito de Brasília. *Diário de notícias*, p. 8, suplemento literário, 11 out. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/86622>. Acesso em: 24 fev. 2019.

BARNEY CALDAS, Benjamin. Colombia en Brasil: el conjunto de la Embajada de Colombia en Brasília, arquitecto Cesar Barney. *Projetos*, São Paulo, v. 11, n. 132.02, 2011. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/11.132/4168>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

BASTOS, Maria Alice Junqueira; ZEIN, Ruth Verde. *Brasil: arquiteturas após 1950*. 1a reimp. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BENDER, Helena. *Buenos Aires de Bonet. Antonio Bonet Castellana, habitação coletiva e o projeto da cidade moderna, 1943-1956*. 2014. 247 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura)– Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BENEDITO Valadares. In: *Dicionário histórico biográfico brasileiro pós 1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AERaVargas1/biografias/benedito_valadares. Acesso em 12 jun. 2020.

BENEVOLO, Leonardo. *História da Arquitetura Moderna*. Trad. Ana M. Goldberger. 4a. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

BENTON, Tim. A introduction to Precisions. In: LE CORBUSIER. *Precisions on the Present State of Architecture and City Planning*. Zürich: Park Books; Fondation Le Corbusier, 2015.

BOJUNGA, Claudio. *JK: o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010, p. 517.

BOLETIM. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, p. 19-20, 1957.

BOLETIM. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 10, p. 23-24, 1957.

BOPP, Raul. A mudança da capital. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 11, p. 15, 1957.

BRAGA, Milton. *O concurso de Brasília: sete projetos para uma capital*. São Paulo: Cosac & Naify, 2010

BRANDÃO, Vera Bonna. *Brasília, a cidade patrimônio e sua escala residencial: preservar o quê? E por quê?* 2013. 450 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)– Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

BRASIL. *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil* (1891). Art. 3º das Disposições Preliminares. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 4 nov. 2019.

BRASIL. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil* (1946). Art. 4º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm>. Acesso em: 22 nov. 2019.

BRASIL. *Lei n. 1.803, de 5 de janeiro de 1953*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L1803.htm>. Acesso em: 01 abril 2020.

BRASÍLIA, a posse de Castelo Branco. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 627, 1964. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/004120/56015>>. Acesso em: 22 jun. 2020.

BRASÍLIA dez anos depois segundo Lúcio Costa. *Revista do Clube de Engenharia*, Rio de Janeiro, n. 386, p. 6-11, 1970.

BRASÍLIA dez anos depois segundo Lúcio Costa. *Cadernos de arquitetura*, Brasília, n. 3, p. 25-29, 1969/1970.

BRASÍLIA é irreversível. *Correio Braziliense*, Brasília, 2a página, 30 out. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/2105>. Acesso em: 5 fev. 2020.

BRASÍLIA pode criar a Terracap. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 32, 30 nov. 1972. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/73651>. Acesso em: 30 jun. 2020.

BRASÍLIA tem novo prédio de Niemeyer. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 14, 17 out. 1972. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/69907>. Acesso em: 6 mar. 2020.

BRASÍLIA vai pôr à venda 2 mil lotes. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 12, 5 jan. 1973. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/76463>. Acesso em: 30 jun. 2020.

BRUAND, Yves. *Arquitetura Contemporânea no Brasil*. Trad. Ana M. Goldberger. 4a. ed. 1a reimp. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003.

BUCHANAN, Colin. *El tráfico en las ciudades*. Trad. Agustin Gil Lasierra. Madrid: Tecnos, 1973.

CABRAL, Cláudia Piantá Costa. Modern Ruins. Life and Decay and Rebirth of the Hotel Nacional. In: 16th DOCOMOMO INTERNATIONAL CONFERENCE 2020, Tokyo,

Proceedings... Tokyo: Docomomo, 2020. (no prelo).

CAMPOFIORITO, Ítalo. In: WISNIK, Guilherme (Org.). *O risco, Lucio Costa e a utopia moderna: depoimentos do filme de Geraldo Motta Filho*. Rio de Janeiro: Bang Bang Filmes, 2003.

CAPPELLO, Maria Beatriz Camargo. Congresso Internacional de Críticos de Arte 1959. Difusão nas revistas internacionais e nacionais especializadas. In: 80 SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 2009, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Docomomo Brasil, 2009. Disponível em: <<http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/080.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2020.

CARTA de Ary Garcia Rosa a Israel Pinheiro. In: BRAGA, Milton. *O concurso de Brasília: sete projetos para uma capital*. São Paulo: Cosac & Naify; Imprensa Oficial do Estado; Museu da Casa Brasileira, 2010.

CARTA de José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque para Juscelino Kubitschek. In: ALBUQUERQUE, José Pessoa Cavalcanti de. *Relatório anual*. Comissão de Localização da Nova Capital Federal. Rio de Janeiro, 1955. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182975>>. Acesso em: 5 nov. 2019.

CARTA de Lucio Costa para Hélio Prates da Silveira, 15 nov. 1969. Acervo Lucio Costa, Instituto Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro. VI A 01-02675L. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/2998>>. Acesso em: 22 out. 2019.

CARTA de Oscar Niemeyer para Ary Garcia Roza. In: BRAGA, Milton. *O concurso de Brasília: sete projetos para uma capital*. São Paulo: Cosac & Naify; Imprensa Oficial do Estado; Museu da Casa Brasileira, 2010, p. 43-44.

CARTA de Sigfried Giedion para Oscar Niemeyer. 8 de out. 1958. Arquivo Sigfried Giedion, Institut für Geschichte und Theorie der Architektur, Eidgenössische Technische Hochschule Zürich, Zürich. 43-K-1958-10-08 (G). Acesso em: 19 jul. 2017.

CARVALHO, Benjamin de A. Porque esta forma? *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, p. 2, 27 abr. 1952. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/16844>. Acesso em: 1 jul. 2020.

CASA da Indústria e Serviço Social. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 5, 13 jan. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_15/199>. Acesso em: 3 mar. 2020.

CASTEX, Jean; DEPAULE, Jean-Charles; PANERAI, Philippe. *Formes urbaines: de l'ilot à la barre*. 2a ed. Malakoff: Dunod, 1980.

CENTRO Telefônico. *Correio Braziliense*, Brasília, 2o caderno, 27 out. 1965. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/20728>. Acesso em: 21 fev. 2020.

CERTIDÃO de nascimento expedida por Mario Loureiro Dias Costa, Cônsul Geral do Brasil em Marselha. Acervo Lucio Costa, Instituto Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro. II A 03-00911. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/1226>>. Acesso em: 03 jul. 2019.

CHAGAS, Carlos. A reforma do congresso. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 1042, p. 16-17, 1972. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/004120/122432>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

CHARTER of Athens. Trad. Jacqueline Tyrwhitt. Paris. Disponível em: <https://www.getty.edu/conservation/publications_resources/research_resources/charters/charter04.html>. Acesso em: 17 set. 2020.

CHOAY, Françoise. In: OPINIÕES dos críticos de arte. *Brasília: Revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4-7, 1959.

CHOAY, Françoise. Une capitale prefabriquée. *L'Oeil: revue d'art mensuelle*, Paris, v. 1959, n. 59, p. 76-83, 1959.

CNI aprecia progresso de sua sede em Brasília. *Correio Braziliense*,

Brasília, 3a página, 29 mar. 1973. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/31552>. Acesso em: 20 jan. 2020.

COHEN, Jean-Louis. *O futuro da arquitetura desde 1889: uma história mundial*. Trad. Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Cosacnaify, 2013.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. Arquitetura urbana: cidade funcional, cidade figurativa. *Óculum. Revista universitária de arquitetura, urbanismo e cultura*, Campinas, n. 4, 1993, p. 68-75.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. Brasília: Lucio Costa. In: LEATHERBARROW, David; EISENSCHMIDT, Alexander (Eds.). *The Companions to the History of Architecture, Twentieth-Century Architecture*. New Jersey: John Wiley & Sons, 2017, v. IV, p. 1–14.

COMAS, Carlos Eduardo Dias. Preciso das Brasileiras. *Sobre um estado passado da arquitetura e urbanismo modernos a partir dos projetos e obras de Lucio Costa, Oscar Niemeyer, MMM Roberto, Affonso Reidy, Jorge Moreira & cia., 1936-45*. 2002. 334 f. Tese (Doutorado)—Universidade de Paris VIII, Paris, 2002.

COMAS, Carlos Eduardo Dias; ALMEIDA, Marcos Leite. Brasília quadragenária: a paixão de uma monumentalidade nova. In: IX SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 2006, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2006. Disponível em: <<http://unuhoospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1150/1125>>. Acesso em: 21 abril 2015.

COMAS, Carlos Eduardo Dias; ALMEIDA, Marcos Leite. Brasília cinquentenária: a paixão de uma monumentalidade nova. *Arquitextos*, São Paulo, v. 10, n. 119.01, 2010. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.119/3362>>. Acesso em: 27 out. 2016.

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO DA CONSTRUÇÃO E DA MUDANÇA DA CAPITAL FEDERAL. Edital para Concurso Nacional do Plano Pilôto da Nova Capital do Brasil. *Diário de notícias*, Rio de Janeiro, p. 5, 20 set. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/53778>. Acesso em: 28 jan. 2020.

CONCLUÍDAS e entregues as obras do Hospital Distrital de Sobradinho. *Correio Braziliense*, Brasília, 3o caderno, 7a página, 18 dez. 1966. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/26147>. Acesso em: 16 mar. 2020.

CONCLUSIONS of the Fourth Congress. In: ES, Evelien Van et al. (eds.). *Atlas of the Functional City: CIAM 4 and Comparative Urban Analysis*. Bussum: THOTH Publishers; gta verlag, 2014.

CONGRESSO voltará ao Rio se Executivo não for para Brasília, sugere deputado. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, contracapa, 22 nov. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/23792>. Acesso em: 12 jan. 2020.

CONSTRUÇÕES no DF. *Correio Braziliense*, Brasília, verso, 9 mar. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/27164>. Acesso em: 6 dez. 2019.

CONTRADIÇÕES de uma cidade nova. Direção de Joaquim Pedro de Andrade. Brasil, 1967. Disponível em: <<https://youtu.be/3Ony7axA-CE>>. Acesso em: 2 out. 2020.

CONTRASTES na mudança. *Correio Braziliense*, Brasília, 4a página, 19 jul. 1970. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/3467>. Acesso em: 4 mar. 2020.

COORDENAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS. *Código de Edificações de Brasília e Regulamentos*. Brasília: Prefeitura do Distrito Federal, 1967.

CORREIO Braziliense, 2a página, 26 maio de 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/10631>. Acesso em: 30 set. 2019.

CORREIO da manhã, Rio de Janeiro, p. 5, 11 fev. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/1494>. Acesso em: 10 abr. 2020.

COSTA, Lucio. Brasília. *Arquitetura: revista do Instituto de Arquitetos do Brasil*, Rio de Janeiro, n. 78, p. 35-36, 1968a.

COSTA, Lucio. Brasília revisitada 1985/87. Complementação, preservação, adensamento e expansão urbana. *Diário Oficial do Distrito Federal*, Brasília, 1987.

COSTA, Lucio. Carta do Dr. Lúcio Costa ao Senador Cattete Pinheiro reafirmando pontos fundamentais do Plano-Piloto de Brasília. In: *I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília: Estudos e Debates*. Brasília: Senado Federal, 1974, p. 279-281.

COSTA, Lucio. Casa do Brasil em Paris. In: XAVIER, Alberto (ed.) *Sobre arquitetura*. Porto Alegre: CEUA; Imprensa Universitária, 1962, p. 290-291.

COSTA, Lucio. Código de obras de Brasília. In: XAVIER, Alberto (ed.) *Sobre arquitetura*. Porto Alegre: CEUA; Imprensa Universitária, 1962, p. 324-326.

COSTA, Lucio. Considerações em torno do Plano Piloto de Brasília. In: SENADO FEDERAL. *I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília: Estudos e Debates*. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1974, p. 21-28.

COSTA, Lucio. L'architetto difende la "sua" città: Brasília ha cinque anni. 1965. Acervo Lucio Costa, Instituto Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro. V B 05-03524. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/3829>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

COSTA, Lucio. L'urbaniste défend sa capitale. *Architecture, Formes et Fonctions*. Lausanne, p. 19-21, 1968b.

COSTA, Lucio. Monumentalidade e gente. In: XAVIER, Alberto (ed.) *Sobre arquitetura*. Porto Alegre: CEUA; Imprensa Universitária, 1962, p. 304-307.

COSTA, Lucio. O urbanista defende sua cidade (1967). In: *Registro de uma vivência*, 2a ed. São Paulo: Empresa das Artes, 1995, p. 301-3.

COSTA, Lucio. O urbanista defende a sua cidade. *Revista do Clube de Engenharia*. Rio de Janeiro, p. 12-13, março de 1970a. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/3095>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

COSTA, Lucio. O urbanista defende a sua capital. *Acrópole*, São Paulo, n. 375/376, p. 7-8, julho de 1970b. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/375>>. Acesso em: 25 mai. 2018

COSTA, Lucio. Plano Piloto de Brasília, 1957. Documento datilografado. Acervo Lucio Costa, Instituto Antônio Carlos Jobim, Rio de Janeiro. III B 02-03364. Disponível em: <<http://www.jobim.org/lucio/handle/2010.3/3580>>. Acesso em: 29. dez. 2017.

COSTA, Lucio. Primeira carta dirigida ao Senador Cattete Pinheiro pelo Dr. Lúcio Costa e mencionada na missiva lida na sessão de encerramento do seminário. In: SENADO FEDERAL. *I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília: Estudos e Debates*. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1974, p. 289-298.

COSTA, Lucio. Sala Lúcio Costa. In: XAVIER, Alberto (ed.) *Sobre arquitetura*. Porto Alegre: CEUA; Imprensa Universitária, 1961, p. 288-289.

COSTA, Lucio. Segunda carta dirigida ao Senador Cattete Pinheiro pelo Dr. Lúcio Costa e mencionada na missiva lida na sessão de encerramento do seminário. In: SENADO FEDERAL. *I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília: Estudos e Debates*. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1974, p. 299-306.

COSTA, Lucio. Sobre a construção de Brasília. In: XAVIER, Alberto (ed.) *Sobre arquitetura*. Porto Alegre: CEUA; Imprensa Universitária, 1962, p. 342-347.

COSTA, Lucio. Topografia e Urbanismo. In: XAVIER, Alberto (ed.) *Sobre arquitetura*. Porto Alegre: CEUA; Imprensa Universitária, 1962, p. 287.

COSTA, Maria Elisa. In: Entrevista: Maria Elisa Costa. Brasília, 35 anos. Do plano piloto a hoje, a trajetória de uma cidade capital. *Projeto*, São Paulo, n. 184, p. 83-84, 1995.

- COSTA, Maria Elisa Modesto Guimarães. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1991.
- COUTINHO, José Carlos. Brasília: cidade nova ou cidade velha? - Alternativa para um futuro melhor. In: SENADO FEDERAL. *I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília: Estudos e Debates*. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1974, p. 33-36.
- CREASE, David. Progress in Brasilia. *Architectural Review*, London, n. 131, p. 256-262, 1962.
- CRÔNICA. In: *Dicionário de Português licenciado para Oxford University Press*. São Paulo: Objetiva, 2012.
- CRULS, Luiz. *Atlas dos itinerários, perfis longitudinais e da zona demarcada*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & C., 1894. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/174485>>. Acesso em: 4 nov. 2019.
- CRULS, Luiz. *Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil*. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & C., 1894. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182911>>. Acesso em: 5 nov. 2019.
- CUNHA, Ari. Visto, lido e ouvido. *Correio Braziliense*, Brasília, verso, 19 set. 1962. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/8293>. Acesso em: 3 mar. 2020.
- CUNHA, Ari. Visto, lido e ouvido. *Correio Braziliense*, Brasília, capa 2o caderno, 10 mar. 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/9834>. Acesso em: 3 mar. 2020.
- CUNHA, Ari. Visto, lido e ouvido. *Correio Braziliense*, Brasília, 3a página, 3 jul. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/15164>. Acesso em: 2 mar. 2020.
- CUNHA, Ari. Visto, lido e ouvido. *Correio Braziliense*, 3a página, 10 jun. 1969. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/42215>. Acesso em: 12 jun. 2019.
- CUNHA, Ari. Visto, lido e ouvido. *Correio Braziliense*, Brasília, caderno 2, 17 nov. 1963. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/12436>. Acesso em: 2 mar. 2020.
- CUNHA, Ari. Visto, lido e ouvido. *Correio Braziliense*, Brasília, 3a página, 26 abr. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/27801>. Acesso em: 13 jan. 2020.
- CURTIS, William J. R. *Modern Architecture since 1900*. 3a. ed. London: Phaidon, 2005.
- D. IOLANDA à frente da campanha da Catedral. *Correio Braziliense*, Brasília, capa, 23 abr. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/27765>. Acesso em: 13 jan. 2020.
- DECRETO n. 10.829 de 14 de outubro de 1987. *Diário Oficial do Distrito Federal*, 1987.
- DEFENDIDA criação do Plano Diretor que ordenará progresso de Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, 3a página, 2 jul. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/14856>. Acesso em: 17 jan. 2020.
- DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO. *O relatório técnico sobre a nova Capital da República*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1957.
- DERNTL, Maria Fernanda. Além do Plano: a construção das cidades-satélites e a dinâmica centro-periferia em Brasília. In: XIV SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 2016, São Carlos. *Anais...* São Paulo: USP-São Carlos, 2016.

Disponível em: <<http://www.iau.usp.br/shcu2016/anais/wp-content/uploads/pdfs/37.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2016.

DIVISÃO CULTURAL DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Brasília*. Berne: Staempfli & Cie, 1958.

DOMHARDT, Konstanze Sylva. *The Heart of the City. Die Stadt in den transatlantischen Debatten der CIAM 1933-1951*. Zürich: gta Verlag, 2012.

DUBUGRAS, Elvin Donald Mackay. *Depoimento - programa de história oral*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1993.

EDIFÍCIO-SEDE da CNI fica pronto este ano. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 18, 12 maio 1977. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/88009>. Acesso em: 20 jan. 2020.

EDIFÍCIO-SEDE: 35 anos. Brasília: Banco Central do Brasil, 2016. Disponível em: <<https://youtu.be/gaiPLGjngUc>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

EISENMANN, Peter; FRAMPTON, Kenneth. In: ROSSI, Aldo. *The Architecture of the City*. Chicago: MIT Press, 1984.

EL-DAHDAH, Farès. The Brasília Project. In: *Oscar 102 / Brasília 50: Eight Cases in Brazil's Architectural Modernity*. Houston: Rice University, 2010.

ELMO Farias assume o governo do DF e promete obedecer o Plano Piloto. *Correio Braziliense*, Brasília, capa, 3 abr. 1974. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/46161>. Acesso em: 21 jan. 2020.

EM 30 meses, mudança da CEF para Brasília. *Correio Braziliense*, 12a página, 20 fev. 1975. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/028274_02/57973>. Acesso em: 20 mar. 2018.

ENTREGUE ao público o aeroporto de Brasília. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, v. 1, n. 4, p. 2-3, 1957.

ENTREVISTA com Paulo Mendes da Rocha. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 4, 5 out. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/22429>. Acesso em: 3 mar. 2020.

ENTREVISTA: Maria Elisa Costa. Brasília, 35 anos. Do plano piloto a hoje, a trajetória de uma cidade capital. *Projeto*, n. 184, 1995, p. 83-84.

EPSTEIN, David C. *Brasília, Plan and Reality: a Study of Planned and Spontaneous Urban Development*. Berkeley: University of California Press, 1973.

ES, Evelien Van et al. (eds.). *Atlas of the Functional City: CIAM 4 and Comparative Urban Analysis*. Bussum: THOTH Publishers; gta verlag, 2014.

ESPALLARGAS GIMENEZ, Luis. *Pedro Paulo de Melo Saraiva: arquiteto*. São Paulo: Romano Guerra, 2016.

ESTEVES, Nauro Jorge. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1989.

EVENSON, Norma. The symbolism of Brasília. *Landscape*, Berkeley, n. 18, p. 18-28, 1969.

EVENSON, Norma. *Two Brazilian Capitals. Architecture and Urbanism in Rio de Janeiro and Brasília*. New Haven; London: Yale University Press, 1973.

FAB informa sobre construção do Aeroporto. *Correio Braziliense*, Brasília, 2a página, 14 jun. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/28429>. Acesso em: 13 jan. 2020.

FALHO o edital que abriu concurso do Plano-Piloto da futura capital. *Diário de notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 16 out. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/54560>. Acesso em: 28 jan. 2020.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 1. reimpr. ed. São Paulo: Editora da

Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FERRO, Sérgio. In: WISNIK, Guilherme (Org.). *O risco, Lucio Costa e a utopia moderna: depoimentos do filme de Geraldo Motta Filho*. Rio de Janeiro: Bang Bang Filmes, 2003.

FICHER, Sylvia et al. The Residential Building Slab in the Superquadra. In: EL-DAHAH, Farès (Ed.). *Case: Lucio Costa Brasília's Superquadra*. Munich: Prestel, 2005.

FILGUEIRAS LIMA, João. In: FERRAZ, Marcelo; LATORRACA, Giancarlo (EDS.). *João Filgueiras Lima, Lelé: arquitetos brasileiros; brazilian architects*. São Paulo; Lisboa: Instituto Lina Bo e P. M. Bardi; Blau, 1999.

FIRME, Raul Penna; LACOMBE, Roberto; REIS, José Oliveira. Memorial do Estudo Preliminar para a cidade de Vera Cruz, futura capital do Brasil. In: ALBUQUERQUE, José Pessoa Cavalcanti de. *Relatório anual*. Comissão de Localização da Nova Capital Federal. Rio de Janeiro, 1955. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182975>>. Acesso em: 5 nov. 2019.

FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da arquitetura moderna*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FUTURO hospital de Taguatinga será o mais bonito de Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, 8a página, 28 ago. 2020. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/24634>. Acesso em: 16 mar. 2020.

GALERIA de Prefeitos e Governadores. Arquivo Público do Distrito Federal, Governo do Distrito Federal, Brasília, 20 set. 2017. Disponível em: <<http://www.arpdf.df.gov.br/galeria-de-prefeitos-e-governadores/>>. Acesso em: 6 fev. 2020.

GARCIA, Cláudia da Conceição et al. Passado, presente e futuro de uma avenida moderna: W-3, Brasília. In: HOLANDA, Frederico de (Org.). *Arquitetura e urbanidade*. São Paulo: PróEditores, 2003, p. 63.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GATEPAC. Conclusiones del IV Congreso del CIRPAC sobre la Ciudad Funcional. A. C. *Documentos de Actividad Contemporánea*, Barcelona, n. 12, p. 14, 1933. Disponível em: <<http://issuu.com/faximil/docs/1933-ac-12>>. Acesso em: 10 set. 2020.

GICOVATE, Moisés. Reflexões sobre a mudança da capital. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, v. 3, n. 33, 1959, p. 1. Ver também:

GIEDION, Sigfried. City Hall and the Centre. *The Canadian Architect*, Toronto, n. 4, 1959, p. 49; 50; 52.

GIEDION, Sigfried. Introduction. In: SERT, José Luis. *Can our cities survive? An ABC of urban problems, their analysis, their solutions*. Cambridge: The Harvard University Press, 1947.

GIEDION, Sigfried. *Space, Time and Architecture: the Growth of a New Tradition*. 3rd. ed. Cambridge; London: Harvard University Press, 1959.

GIEDION, Sigfried. The Urban Design Seminar: The Human Scale. Cambridge: Spring Term 1957 (discurso transcrito). Arquivo Sigfried Giedion, Institut für Geschichte und Theorie der Architektur, Eidgenössische Technische Hochschule Zürich, Zurique. Acesso em: 21 maio 2017.

GIEDION, Sigfried; SERT, José Luis; SEKLER, Eduard F. (Orgs.). The Human Scale. Advanced Seminar for the Master's Class. Cambridge: 1958. Arquivo Sigfried Giedion, Institut für Geschichte und Theorie der Architektur, Eidgenössische Technische Hochschule Zürich, Zurique. Acesso em: 21 maio 2017.

GOMES, Cláudio. Brasília 1960-1970. *Acrópole*, São Paulo, v. 32, n. 375/376, p. 15-

19, julho 1970. Disponível em: <http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/375>. Acesso em: 29 jun. 2017.

GOROVITZ, Matheus. A invenção da superquadra. In: FERREIRA, Marcílio Mendes; GOROVITZ, Matheus (Eds.). *A Invenção da Superquadra. O Conceito de Unidade de Vizinhaça em Brasília*. Brasília: Iphan, 2009, p. 16-39.

GOULART, Maurício G.; LEITÃO, Francisco das Chagas. Escala gregária. In: LEITÃO, Francisco (Org.). *Brasília 1960 2010: passado, presente e futuro*. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009.

GOVERNADOR debate projetos de Brasília. *Correio Braziliense*, 2a página, 15 abr. 1970. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/2063>. Acesso em: 14 mar. 2019.

GOVERNO desmembra Novacap e cria Terracap para cuidar de imóveis. *Correio Braziliense*, capa; 8a página, 8 nov. 1972. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/28918>. Acesso em: 23 mar. 2019.

GUIMARÃES FILHO, Augusto. *Depoimento - Programa de História Oral*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1989.

GUIMARÃES, Irineu. Niemeyer: o pensamento de um gênio. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 1087, p. 54-56, 1973. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/004120/131216>>. Acesso em: 22 abr. 2020.

HIDALGO, Germán; ROSAS, José; STRABUCCHI, Wren. Santiago de Chile en torno a 1850. El plano de planta urbana como instrumento revelador de su forma general. *ARQ*, Santiago, n. 96, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.4067/S0717-69962017000200108>>. Acesso em: 15 maio. 2020.

HILBERSEIMER, Ludwig. *La arquitectura de la gran ciudad*. Trad. Pedro Madrigal Devesa. Barcelona: Gustavo Gili, 1979.

HILLER, Carl E. *Babylon to Brasilia: the challenge of city planning*. Boston: Little Brown & Co, 1972.

HOLANDA, Frederico de. A morfologia interna da capital. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *Brasília, ideologia e realidade/espço urbano em questão*. São Paulo: Projeto, 1985, p. 135-160.

HOLSTON, James. *A cidade modernista. Uma crítica de Brasília e sua utopia*. Trad. Marcelo Coelho. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HOLSTON, James. O espírito de Brasília: modernidade como experimento e risco. In: NOBRE, Ana Luiza et al (Orgs.). *Um modo de ser moderno: Lucio Costa e a crítica contemporânea*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p. 159-177.

HOWES, Helen Claire. Brasília, not yet a home for its people. *Canadian Geographical Journal*, Ottawa, v. 90, n. 4, p. 30-35, abril 1975.

INAUGURAÇÃO do Centro Público de Economia Popular e Solidária. Balanço de Realizações, Governo do Distrito Federal, Brasília, ago. 2017. Disponível em: <<http://www.brasilia.df.gov.br/inauguracao-do-centro-publico-de-economia-popular-e-solidaria/>>. Acesso em: 11 out. 2019.

INDÚSTRIA em Brasília. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, p. 2, 8 dez. 1961. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/364568_15/13178>. Acesso em: 3 mar. 2020.

INTERESSE por Brasília nos Estados Unidos. *Correio da manhã*, p. 10, 6 jun. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/92108>. Acesso em: 9 abr. 2019.

JOÃO Kubitschek de Figueiredo. In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro*. FGV, 2000. Disponível em: <<https://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/figueiredo-joao-kubitschek-de>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

JUSCELINO quer conclusão da Plataforma Rodoviária. *Correio Braziliense*, Brasília, 7a página, 10 maio 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/267>. Acesso em: 2 mar. 2020.

KATUCHA, Sociais de Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, 3a página, 8 abr. 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/10243>. Acesso em: 18 jan. 2020.

KATUCHA. Sociais de Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, 3a página, 25 jan. 1973. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/30170>. Acesso em: 18 jan. 2020.

KATUCHA. Sociais de Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, 3a página, 16 mar. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/27261>. Acesso em: 3 mar. 2020.

KIM, Lina; WESELY, Michael. *Arquivo Brasília*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

KNEESE DE MELLO, Eduardo; SENA, Carlos J. Palácio do Comércio. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 13, p. 10-11, abril 1959.

KNEESE DE MELLO, Eduardo; SENA, Carlos J. Palácio do comércio. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 30, junho 1959.

KOHLSDORF, Maria Elaine; KOHLSDORF, Gunter; HOLANDA, Frederico de. Brasília: Permanence and Transformations. In: DEL RIO, Vicente; SIEMBIEDA, William (Eds.). *Contemporary Urbanism in Brazil: beyond Brasília*. Gainesville: University Press of Florida, 2009, p. 42-64.

KOOLHAAS, Rem. *Delirious New York: A Retroactive Manifesto for Manhattan*. New York: The Monacelli Press, 1994.

KORNIS, Mônica. Almeida, Sebastião Pais de. In: *Dicionário histórico-biográfico brasileiro 1930-1983*. São Paulo: FGV, 2000. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/almeida-sebastiao-pais-de>>. Acesso em: 01 maio 2020.

KROHN, Carsten. Ordnung und Fortschritt. Der Stadtplaner Oscar Niemeyer. In: ANDREAS, Paul; FLAGGE, Ingeborg (Eds.). *Oscar Niemeyer: eine Legende der Moderne*. 2. ed. Frankfurt am Main: Deutsches Architekturmuseum, 2013, p. 37-44.

KUBITSCHEK, Juscelino. Congresso internacional de críticos de arte: discurso presidencial. *Brasília: Revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 33, p. 2-3, set. 1959.

KUBITSCHEK, Juscelino. *Porque construí Brasília*. Brasília: Senado Federal, 2000. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1039>>. Acesso em: 30 out. 2017.

LANÇADA ontem a pedra fundamental do edifício "Palácio do Desenvolvimento". *Correio Braziliense*, Brasília, 2a página, 28 maio 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/468>. Acesso em: 2 mar. 2020.

LANÇADO em Brasília o Edifício Denasa. *Manchete*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1072, p. 142, nov. 1972. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/004120/127902>>. Acesso em: 5 mar. 2020.

LAVEDAN, Pierre. *Géographie des Villes*. 2. ed. Paris: Gallimard, 1959.

LE CORBUSIER. *Precisions on the Present State of Architecture and City Planning*. Zürich: Park Books; Fondation Le Corbusier, 2015.

LEAL, José de Anchieta. *Depoimento - programa de história oral*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1989.

LEITÃO, Francisco das Chagas. *Do risco à cidade: as plantas urbanísticas de Brasília*. 2003. 164 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)– Universidade de

Brasília, Brasília, 2003. Disponível em: <<https://docomomobsb.files.wordpress.com/2015/03/leitao-2003-doriscoacidade.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

LIMA, Adeildo Viegas de; COSTA, Maria Elisa. Brasília 57-85: conclusão. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, n. 89/90, p. 82-83, 1986.

LIMA, Adeildo Viegas; COSTA, Maria Elisa. *Brasília 57-85: do plano-piloto ao Plano Piloto*. Brasília: Terracap, 1985.

LOTE. In: *Dicionário de Português licenciado para Oxford University Press*. São Paulo: Objetiva, 2012.

LOTES rurais do DF serão vendidos. *Correio Braziliense*, Brasília, capa, 31 ago. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/29484>. Acesso em: 13 jan. 2020.

LUCAS Lopes. In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2a ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/lucas_lopes>. Acesso em: 09 jun. 2020.

LÚCIO Costa (pesaroso e irritado) sintetiza Brasília para Callado. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, 2o caderno, 28 fev. 1960. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_07/2160>. Acesso em: 24 jan. 2019.

LÚCIO Costa: a realidade maior que o sonho na Brasília de 25 anos depois. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, capa caderno B, 27 nov. 1984. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_10/89278>. Acesso em: 30 mar. 2020.

LÚCIO Costa: *Brasília*. Rio de Janeiro. Livroarte, 1986.

LUNARDI, Lídio. O avanço de Brasília. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 11, p. 1, 1957.

MACEDO, Danilo Matoso. *Da matéria à invenção: as obras de Oscar Niemeyer em Minas Gerais, 1938-1955*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.

MACEDO, Danilo Matoso et al. (Eds.). *Brasília: roteiro de arquitetura, caderno de notas*. 2a. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

MACHADO, Marília. Escala residencial. Superquadra - pensamento e prática urbanística. In: LEITÃO, Francisco (Ed.). *Brasília 1960 2010: passado, presente e futuro*. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, 2009. p. 117-135.

MARCO do DF em Planaltina. *Correio Braziliense*, Brasília, 13 página, 12 jun. 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/11989>. Acesso em: 23 abr. 2020.

MAURÍCIO, Jayme. Brasília no exterior. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 20, p. 8, 1958.

MAURÍCIO, Jayme. Desentendimentos no concurso para a nova capital. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, p. 14, 4 out. 1956. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/67485>. Acesso em: 28 jan. 2020.

MAURÍCIO, Jayme. JK aprecia projeto do Banco do Brasil em Brasília. *Correio da manhã*, Rio de Janeiro, p. 12, 4 abr. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/104189>. Acesso em: 30 nov. 2019.

MAURÍCIO, Jayme. Júri do Plano Piloto de Brasília. *Correio da manhã*, Brasília, p. 12, 30 jan. 1957. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/72276>. Acesso em: 28 jan. 2020;

MELLO, Manoel Caetano Bandeira de. Brasília incontestada. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, v. 3, n. 25, p. 1, jan. 1959.

MENDES, Ilton Ferreira. *Depoimento - Programa de história oral*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2002.

- MENDES, Manuel. *O cerrado de casaca*. Brasília: Thesaurus, 1995.
- METAMORFOSES de Brasília. *Arquiteto*, São Paulo, v. 1, n. 5, p. 14, 1972.
- MIRANDA, Alcides da Rocha; DUBUGRAS, Elvin Mackay; PINTO, Fernando Cabral. Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. *Arquitetura e Engenharia*, Belo Horizonte, v. 11, n. 61-63, p. 104-105, 1961.
- MIRANDA, Alcides da Rocha; DUBUGRAS, Elvin Mackay; PINTO, Fernando Cabral. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico em Brasília. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 13, p. 14-15, 1959.
- MOHOLY-NAGY, Sibyl. Brasília: majestic concept or autocratic monument. *Progressive Architecture*, New York, v. 40, n. 10, p. 88-89, 1959.
- MUMFORD, Eric. *The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960*. Cambridge: MIT Press, 2002.
- MUNHOZ, Dêrcio Garcia. Brasília - um planejamento que se impõe. In: SENADO FEDERAL. *I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília: Estudos e Debates*. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1974. p. 51-60.
- MURATORI, Saverio. *Civiltà e territorio*. Roma: Centro Studi di Storia Urbanistica, 1967.
- NIEMEYER debate com o prefeito o Aeroporto e a conclusão da Catedral. *Correio Braziliense*, Brasília, verso, 18 abr. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/27682>. Acesso em: 13 jan. 2020.
- NIEMEYER defende seu projeto para o aeroporto do DF. *Correio Braziliense*, Brasília, 2a página, 17 jun. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/28479>. Acesso em: 13 jan. 2020.
- NIEMEYER e a busca da nova forma. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, caderno B, p. 3, 29 jun. 1965. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/70484>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- NIEMEYER em Brasília: o criador contempla a criatura. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 334, p. 90-94, 1958. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/004120/24743>>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- NIEMEYER, Oscar. *As curvas do tempo: memórias*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- NIEMEYER, Oscar. Brasília 70. *Acrópole*, São Paulo, v. 32, n. 375-376, p. 10. 1970. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/375>>. Acesso em: 25 fev. 2017.
- NIEMEYER, Oscar. Depoimento. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 9, p. 3-6, 1958.
- NIEMEYER, Oscar. Explicação necessária. Paris, 1973. Coleção Oscar Niemeyer, Fundação Oscar Niemeyer. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.niemeyer.org.br/obra/pro218>>. Acesso em: 27 jun. 2017.
- NIEMEYER, Oscar. Explicação. Paris, 1972. Coleção Oscar Niemeyer, Fundação Oscar Niemeyer. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.niemeyer.org.br/obra/pro217>>. Acesso em: 28 jul. 2018.
- NIEMEYER, Oscar. Forma e função na arquitetura. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 21, p. 1-7, 1960.
- NIEMEYER, Oscar. *Minha experiência em Brasília*. 4a. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- NIEMEYER, Oscar. Minha experiência de Brasília. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 43, p. 3-4, 1960.
- NIEMEYER, Oscar. Minha experiência de Brasília. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 18, p. 10-27, 1960.
- NIEMEYER, Oscar. Palácio do Desenvolvimento. *Módulo: revista de arquitetura e artes*

plásticas, Rio de Janeiro, v. 4, n. 20, p. 16–23, 1960.

NIEMEYER, Oscar. *Quase memórias: viagens, tempos de entusiasmo e de revolta 1961-1966*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

NIEMEYER, Oscar. Témoignage, 1958. Arquivo Sigfried Giedion. Institut für Geschichte und Theorie der Architektur. Eidgenössische Technische Hochschule Zürich, Zurique. 45-S-4-16. Acesso em: 21 maio 2017.

NIEMEYER, Oscar. Unidade Urbana. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 12, p. 2-5, 1959.

NIEMEYER vai a justiça pelo aeroporto. *Correio Braziliense*, Brasília, 2a página, 9 nov. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/30574>. Acesso em: 13 jan. 2020.

NOBRE, Ana Luíza (Ed.). *Lucio Costa*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2010.

NOTICIÁRIO: Banco do Brasil. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 34, p. 19, 1959.

NOTICIÁRIO: Palácio do Comércio. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 22, p. 8, 1958.

NOTÍCIAS de Brasília: Halford e Sive virão ao Rio. *Diário de notícias*, Rio de Janeiro, página 2, segunda seção, 6 fev. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/093718_03/57816>. Acesso em: 28 jan. 2020.

NOVACAP inaugura viaduto. *Correio Braziliense*, Brasília, verso, 21 set. 1966. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/24966>. Acesso em: 21 fev. 2020.

NOVE bilhões em asfalto BA. *Correio Braziliense*, Brasília, 21 abril 1968. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/33176>. Acesso em: 14 jan. 2020.

O BRASIL em manchete. *Manchete*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1067, p. 116, 1972. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/004120/126944>>. Acesso em: 4 mar. 2020.

O JULGAMENTO do concurso de Brasília. *Habitat: revista brasileira de arquitetura, decoração, artes plásticas e artesanato*, São Paulo, v. 7, n. 40-41, 1957.

O REGIME da prensa. *Correio da manhã*, p. 6, 1o caderno, 9 abril 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/089842_06/104385>. Acesso em: 19 ago. 2019.

O SETOR bancário e comercial do plano de Lúcio Costa. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Brasília, n. 11, p. 10-13, 1957.

OBRAS da Novacap prosseguem em um total de 43 trabalhos. *Correio Braziliense*, página 8, 28 jul. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/15141>. Acesso em: 3 mar. 2019.

OBRAS em Taguatinga. *Correio Braziliense*, Brasília, 13a página, 29 abr. 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/10765>. Acesso em: 23 abr. 2020.

OLIVEIRA, Maria Manuel. “Construída na linha do horizonte”: *Brasília, o Plano Piloto e a manipulação do chão*. Universidade do Minho, 2017. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1822/49039>>. Acesso em: 22 dez 2020.

OPINIÕES dos críticos de arte. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 33, p. 4-7, 1959.

OPINIÕES sobre Brasília. *Habitat: revista brasileira de arquitetura, decoração, artes plásticas e artesanato*, São Paulo, v. 11, n. 58, p. 7-8, 1960.

ORLANDI, Geraldo Roberto. Brasília - confronto entre o planejamento urbano original e a realidade de hoje - perspectivas para o futuro. In: SENADO FEDERAL. *I Seminário*

de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília: Estudos e Debates. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1974, p. 37-39.

ORNAMENTAÇÃO do Teatro Nacional. *Correio Braziliense*, Brasília, capa, 6 maio 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/27919>. Acesso em: 13 jan. 2020.

OS ARQUITETOS e a experiência de Brasília. *Correio Braziliense*, Brasília, 15a página, 1 out. 1972. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/27405>. Acesso em: 20 jan. 2020.

P5-1 EEA - Encol Edifício Anhanguera (13 dez. 1972). Administração Regional do Plano Piloto, Governo do Distrito Federal, Brasília. Rolo 774 SCS QD 11 LT 13 a 19. Acesso em: 25 abr. 2019.

PALÁCIO com obras paralizadas há mais de 1 ano: Volta Redonda. *Correio Braziliense*, Brasília, página 8, 4 set. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/15579>. Acesso em: 2 mar. 2020.

PALÁCIO da Justiça. *Acrópole*, São Paulo, v. 32, n. 375-376, p. 24-26, 1970. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/375>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

PALÁCIO do Desenvolvimento. *Correio Braziliense*, Brasília, 15a página, 24 jul. 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/13216>. Acesso em: 18 jan. 2020.

PANERAI, Philippe. Construir la ciudad. In: PANERAI, Philippe; CASTEX, Jean; DEPAULE, Jean-Charles. *Formas urbanas: de la manzana al bloque*. Barcelona: Gustavo Gili, 1986.

PANERAI, Philippe; CASTEX, Jean; DEPAULE, Jean-Charles. *Formas urbanas: de la manzana al bloque*. Barcelona: Gustavo Gili, 1986.

PARQUE Curicaca, Brasília. Google Maps. <Disponível em: <https://goo.gl/maps/svC8jbmD5PGCHUMW7>>. Acesso em: 08 out. 2020.

PASSAGEM de nível. *Correio Braziliense*, Brasília, 2a página, 5 out. 1968. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/36447>. Acesso em: 15 jan. 2020.

PASSOS, Edilenice. Comissão do Distrito Federal. *Senatus: cadernos da Secretaria de Informação e Documentação*, Brasília, v. 8, n. 1, p. 122-141, 2010. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/184768>>. Acesso em: 18 jun. 2019.

PAVIANI, Aldo; FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. Cidades-satélites: organização do espaço urbano no Distrito Federal. In: SENADO FEDERAL. *I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília: Estudos e Debates*. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1974. p. 41-50.

PDF afasta 322 servidores: disponibilidade. *Correio Braziliense*, Brasília, 8a página, 11 jul. 1969. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/43066>. Acesso em: 15 jan. 2020.

PINHEIRO, Alves. Brasília não é o capricho de um homem. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 30, p. 1, 1959.

PINTO, Hélio Ferreira. *Arquitetura expressão social*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UMG, 1962.

PLANEJAMENTO expulsou invasores da ilha! *Correio Braziliense*, Brasília, 1o caderno, página 6, 26 mar. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/13831>. Acesso em: 8 out. 2020.

PLANO Municipal. *Correio Braziliense*, Brasília, 4a página, 3 ago. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/29089>. Acesso em: 13 jan. 2020.

PLANO Piloto n. 1 - 5o Prêmio. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de

Janeiro, v. 3, n. 8, p. 77-83, 1957.

PLANO Piloto n. 2 - 2o lugar. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, p. 49-55, 1957.

PLANO Piloto n. 24 - 5o prêmio. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, p. 72-76, 1957.

PLANO Piloto, n. 26 - 5o prêmio. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, p. 84-88, 1957.

PLANO Piloto n. 8 - 3o lugar. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, p. 63-71, 1957.

PLÍNIO Cantanhede empossa-se na prefeitura e diz que Brasília é uma jóia urbanística. *Correio Braziliense*, Brasília, 8a página, 19 maio 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/028274_01/14381>. Acesso em: 3 dez. 2019.

PLÍNIO debate na comissão do DF a reforma administrativa. *Correio Braziliense*, Brasília, capa, 3 jul. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/14866>. Acesso em: 17 jan. 2020.

POLLI COELHO, Djalma. *Relatório técnico*. Rio de Janeiro: Comissão de Estudos para Localização da Nova Capital do Brasil, 1948, v. 1. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/185568>>. Acesso em: 4 nov. 2019.

POR ONDE anda o homem. *Correio Braziliense*, Brasília, capa caderno 4, 10 ago. 1969. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/43849>. Acesso em: 14 dez. 2019.

PÔSTO de Escuta. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 938, p. 146, 1970. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/004120/104590>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

PÔSTO de escuta. *Manchete*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 504, p. 40, 1961. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/004120/42515>>. Acesso em: 3 mar. 2020.

PÔSTO de Escuta. *Manchete*, Rio de Janeiro, n. 925, p. 93, 1970. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/004120/102496>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

PRAZO curto demais para solução dos problemas da mudança da capital. *Correio da manhã*, capa, 16 abr. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/104679>. Acesso em: 19 ago. 2019.

PREFEITO promete concluir dentro de pouco tempo o Teatro Nacional. *Correio Braziliense*, página 8, 2 jun. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/14529>. Acesso em: 6 mar. 2019.

PREFEITURA de Brasília. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 41, p. 22-23, 1960.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. *Normas para construções em Brasília*. Diário Oficial, Brasília, v. 1, n. 3, 1960.

PROBLEMAS urbanos em debate nos "Cadernos de Arquitetura". *Correio Braziliense*, Brasília, 15a página, 1 set. 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/028274_02/14432>. Acesso em: 19 jan. 2020.

PROGNÓSTICO sombrio. *Correio da manhã*, página 6, 8 maio 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/105556>. Acesso em: 24 fev. 2019.

QUARONI, Ludovico. *La Torre de Babel*. Barcelona: Marsilio; Gustavo Gili, 1967.

REGRESSOU Lucio Costa Niemeyer veio esperá-lo. *Correio da manhã*, página 14, 24 out. 1958. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/089842_06/98005>. Acesso em: 9 abr. 2019.

REPORT of the World Heritage Committee. Paris, 1988. United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. World Heritage Center. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/archive/repcom88.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

RESUMO das apreciações do júri. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 8, p. 13-16, 1957.

REVISÃO do plano original do DF. *Correio Braziliense*, 3a página, 16 abr. 1970. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/2090>. Acesso em: 14 mar. 2019.

RICHARDS, J. M. Brasília. *Architectural Review*, London, v. 125, n. 745, p. 94-104, 1959.

RICHARDS, J. M. Brasília vista por um inglês. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 14, p. 3-5, 1959.

RODOVIÁRIA para Taguatinga. *Correio Braziliense*, Brasília, 12a página, 30 jul. 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/13395>. Acesso em: 23 abr. 2020.

ROLIN, Jean. Le secret de la grande pyramide. *Architecture d'aujourd'hui*, Paris, n. 313, p. 80-87, 1997.

ROSAS VERA, José. La partición de la manzana. *UR: urbanismo revista*, Barcelona, n. 3, 1985, p. 29-38.

ROSSETTI, Eduardo Pierrotti. Brasília, 1959: a cidade em obras e o Congresso Internacional Extraordinário dos Críticos de Arte. In: 8o SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 2009, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/065-1.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2019.

ROZA, Ary Garcia. Banco do Brasil em Brasília. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 15, p. 40-43, 1959.

ROZA, Ary Garcia. *Depoimento - programa de história oral*. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1989.

ROZA, Ary Garcia et al. Banco do Brasil. *Arquitetura e Engenharia*, Belo Horizonte, v. 11, n. 61-63, p. 138-141, 1961.

SARAIVA, Pedro Paulo de Melo. Edifício-sede da CNI. *Projeto Design*, São Paulo, n. 362, p. 66, 2010.

SARTORIS, Alberto. Voyage au Brésil, 1959. Fonds Alberto Sartoris, Archives de la construction moderne, École polytechnique fédérale de Lausanne (ACM EPFL), Lausanne. 0172.03.0180. Acesso em: 16 nov. 2017.

SATÉLITES podem resolver crise de habitação. *Correio Braziliense*, Brasília, capa, 1 jun. 1968. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/33857>. Acesso em: 14 jan. 2020.

SBN 1 3.5. Setor Bancário Norte. Projeto. Subsolo. Escala 1:500 (10 jun.1959). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação. Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

SBN PR 6/1. Setor Bancário Norte. Projeto. Planta geral. Escala 1:1000 (17 fev. 1966). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

SBN PR-1/1. Setor Bancário Norte. Projeto. Plano Geral. Esplanada. Escala 1/500 (04 out. 1970). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

SBN PR-2/1. Setor Bancário Norte. Projeto. Plano Geral. Pavimento térreo. Escala 1:500 (04 out. 1970). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

SBS PR 16/1. Setor Bancário Sul. Projeto. Distribuição dos lotes 33 e 33-A. Escala 1:1000 (16 dez.1974). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

SBS PR 44-1. Setor Bancário Sul. Projeto. Subsolo projeções 25 e 32, CAV 1 e 2. Folha 3. Escala 1:500 (03 dez. 1981). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

SBS PR-14/1. Setor Bancário Sul. Projeto. Área para BNH e CEF. Escala 1:1000 (10 jul. 1972). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

SBS PR-41/2. Setor Bancário Sul. Projeto. Urbanização junto aos lotes 33, 33A e 34. Escala 1:500 (04 maio 1981). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

SBS PR-42/1. Setor Bancário Sul. Projeto. Térreo projeções 25 e 32. Folha 1. Escala 1:500 (03 dez. 1981). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

SBS PR-43/1. Setor Bancário Sul. Projeto. Esplanada projeções 25 e 32. Folha 2. Escala 1:500 (03 dez. 1981). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

SCHLEE, Andrey; FICHER, Sylvia. Vera Cruz, futura capital do Brasil, 1955. In: IX SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO 2006, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://unuhostpedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1089>>. Acesso em: 13 abril 2015.

SCN PR-1/1. Setor Comercial Norte. Projeto. Planta geral. Folha 1. Escala 1:500 (11 jun. 1968). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

SCN PR-2/1. Setor Comercial Norte. Projeto. Planta geral. Folha 2. Escala 1:500 (11 jun. 1968). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

SCN PR-3/1. Setor Comercial Norte. Projeto. Planta geral. Folha 3. Escala 1:500 (12 jun. 1968). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

SCN PR-4/1. Setor Comercial Norte. Projeto. Planta geral esquemática. Escala 1:2000 (14 ago. 1968). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

SCN PR-7/2. Setor Comercial Norte. Projeto. Planta geral. Escala 1:500 (16 jan. 1974). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

SCN-B PR-1/1. Setor Comercial Norte-B. Projeto. Planta geral. Escala 1:1000 (06 set. 1973). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

SCN-B PR-2/1. Setor Comercial Norte-B. Projeto. Planta geral de urbanização. Escala 1:500 (02 jan. 1978). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

SCN-B PR-66/1. Setor Comercial Norte-B. Projeto. Lotes A e B. Escala 1:1000 (28 jun. 1983). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

SCS PR-20/3. Setor Comercial Sul. Projeto. Planta geral. Folha 1. Escala 1:500 (30 maio 1966). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

SCS PR-21/3. Setor Comercial Sul. Projeto. Planta geral. Folha 2. Escala 1:500 (11 set. 1968). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

SCS PR-22/2. Setor Comercial Sul. Projeto. Planta geral. Folha 3. Escala 1:500 (19 nov. 1966). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo

do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

SCS PR-39/1. Setor Comercial Sul. Projeto. Planta geral situação existente e proposição. Escala 1:500 (05 out. 1977). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

SCS PR-40/2. Setor Comercial Sul. Projeto. Escala ilegível (10 mar. 1978). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

SCS-B PR-1/2. Setor Comercial Sul-B. Projeto. Planta geral. Escala 1:500 (21 jun. 1966). Cópia elaborada pela Codeplan em 27 set. 1985. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

SCS-B PR-3/1. Setor Comercial Sul-B. Projeto. Planta geral. Escala 1:50 (09 nov. 1973). Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação, Governo do Distrito Federal, Brasília. Acesso em: 03 out. 2018.

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS. *Código de edificações do Distrito Federal (R.A. 1) e normas complementares*. Brasília: Artway, 1980.

SEDE da CEF. *Correio Braziliense*, Brasília, capa, 10 out. 1973. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/39055>. Acesso em: 5 mar. 2020.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil, 1900-1990*. São Paulo: Edusp, 2010.

SEGURANÇA para o pedestre. *Correio Braziliense*, Brasília, capa caderno 2, 6 mar. 1968. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/32398>. Acesso em: 15 jan. 2020.

SENADO aprova Wadjo para PDF. *Correio Braziliense*, Brasília, capa, 31 mar. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/27435>. Acesso em: 13 jan. 2020.

SENADO FEDERAL. *I Seminário de Estudos dos Problemas Urbanos de Brasília: Estudos e Debates*. Brasília: Senado Federal Centro Gráfico, 1974.

SERT, José Luis. *Can our cities survive? An ABC of urban problems, their analysis, their solutions*. Cambridge: The Harvard University Press, 1947.

SERT, José Luis. Centres of Community Life. In: TYRWHITT, Jacqueline; SERT, José Luis; ROGERS, Ernesto Natan (Eds.). *The Heart of the City: towards the Humanisation of Urban Life*. Londres: Lund Humphries, 1952.

SERT, José Luis et al. (Orgs.). *Urban Design Seminar: The Human Scale*, Cambridge, Spring term 1957. Arquivo Sigfried Giedion, Institut für Geschichte und Theorie der Architektur, Eidgenössische Technische Hochschule Zürich, Zurique. Acesso em: 21 maio 2017.

SETOR bancário de Brasília. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 13, p. 8-9, 1959.

SETOR comercial e bancário. *Acrópole*, São Paulo, v. 32, n. 375-376, p. 58-60, 1970. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/375>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

SILVA, Ernesto. *História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade*. Brasília: Senado Federal, 1985.

SILVA, Ernesto. O lago de Brasília e sua origem, *Correio Braziliense*, Brasília, capa, segundo caderno, 20 set. 1964. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/15758>. Acesso em: 29 jul. 2020.

SNYDER, D. E. Alternate perspectives on Brasília. *Economic Geography*, Worcester, v. 40, n. 1, p. 34-45, 1964. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/142172>>. Acesso em: 30 out. 2017.

SOLÀ-MORALES I RUBIÓ, Manuel de. *Las formas de crecimiento urbano*. Barcelona: Edicions UPC, 1997.

SOLÀ-MORALES, Manuel de. Spazio, tempo e città. *Lotus international: rivista di architettura*, Milano, n. 51, 1986.

SOUZA E SILVA, Antônio Pedro. Edifício “Seguradoras” em Brasília. *Módulo: revista de arquitetura e artes plásticas*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 13, p. 12-13, 1959.

SUMÁRIO dos assuntos tratados pelo conselho de administração da NOVACAP em suas reuniões. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 22, p. 17–21, 1958.

TAMANINI, L. Fernando. *Brasília: memória da construção*. 2a ed. Brasília: Livraria Suspensa, 2003.

TAVARES DE SÁ, Hernane. Metropolis made to order: Brasília. *National Geographic Magazine*, Washington, v. 117, n. 5, p. 704-724, 1960.

TAVARES, Jeferson. *Projetos para Brasília: 1927-1957*. Brasília: Iphan, 2014.

TERRACAP: novo órgão em estudo. *Correio Braziliense*, Brasília, 9a página, 6 out. 1972. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/27597>. Acesso em: 23 mar. 2019.

TRAFFIC in Towns. The Buchanan Report. Dirigido por Joe Mendonza. Realist Film Union. United Kingdom, 1963. Disponível em: <<https://youtu.be/53AkuPc-7RI>>. Acesso em: 10 out. 2019.

TURKIEICZ, Benamy; COMAS, Carlos Eduardo Dias. Brasília: historia y análisis (1957 hasta la actualidad). *Arquitectura panamericana*, Santiago de Chile, n. 1, p. 118-129, 1992.

TYRWHITT, Jacqueline. Cores within the Urban Constellation. In: TYRWHITT, Jacqueline; SERT, José Luis; ROGERS, Ernesto Natan (Orgs.). *The Heart of the City: Towards the Humanization of Urban Life*. London: Lund Humphries, 1952, p. 103-107.

UDN quer adiar mudança da Capital. *Jornal do Brasil*, p. 5, 8 dez. 1959. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_07/109418>. Acesso em: 19 ago. 2019.

VASCONCELOS, José Adirson De. *As cidades satélites de Brasília*. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.

VIDAL, Laurent. *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX e XX)*. Trad. Florence Marie Dravet. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

VISÃO deformante. *Correio Braziliense*, capa caderno 2, 16 fev. 1973. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_02/30708>. Acesso em: 15 mar. 2019.

VON MOOS, Stanislaus. Vers une “Grille ChaBra”. Notes on the Exhibition. In: CASCiato, MARISTELA; VON MOOS, Stanislaus (Ed.). *Twilight of the Plan: Chandigarh and Brasília*. Lugano; Mendrisio: Università della Svizzera Italiana; Accademia di Architettura, 2007.

WADJÔ assume a prefeitura e promete acelerar obras. *Correio Braziliense*, Brasília, capa, 06 abr. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/27529>. Acesso em: 13 jan. 2020.

WADJÔ Gomide indicado para prefeito do D.F. *Correio Braziliense*, Brasília, p. 2, 28 mar. 1967. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/028274_01/27392>. Acesso em: 13 jan. 2020.

WEISS, Daniel; HARBUSCH, Gregor; MAURER, Bruno. A Major Heritage and an Unpublished Book. Introduction to the Atlas of the Functional City. In: ES, Evelien Van et al. (eds.). *Atlas of the Functional City: CIAM 4 and Comparative Urban Analysis*. Bussum: THOTH Publishers; gta verlag, 2014, p. 11–24.

WILHEIM, Jorge. Brasília 1960. Uma interpretação. *Acrópole*, v. 22, n. 256–257, 1960, p. 19-50. Disponível em: <<http://www.acropole.fau.usp.br/edicao/256>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

WILLIAMS, Richard J. Review: Brasília after Brasília. *Progress in Planning*, Edinburgh, n. 67, p. 301-366, 2007.

WISNIK, Guilherme. Apresentação. Brasília 50 anos: trilha torta por linhas certas. In: BRAGA, Milton. *O concurso de Brasília: sete projetos para uma capital*. São Paulo: Cosac & Naify, 2010, p. 6-27.

WRIGHT, Charles L.; TURKIENICZ, Benamy. Brasília and the ageing of modernism. *Cities*, Washington, v. 5, n. 4, p. 347-364, 1988.

ZETTEL, Jayme. Depoimento - programa de história oral. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1989.

ZEVI, Bruno. *História da arquitetura moderna*. Lisboa: Arcadia, 1973.

ZEVI, Bruno. In: OPINIÕES dos críticos de arte. *Brasília: revista da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil*, Rio de Janeiro, 1959, p. 4-7.

ZEVI, Bruno. Inchiesta su Brasília. Sei? sulla nuova capitale sudamericana. *Architettura, cronache e storia*, Roma, v. 5, n. 9, p. 608-619, 1960.

ZEVI, Bruno. La morte del C.I.A.M. e la nascita dell'Istituto Nazionale di Architettura. *Architettura, cronache e storia*, Roma, v. 5, n. 9, p. 582–583, 1960.

ZÓZIMO. Movimento. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, p. 3, 7 ago. 1972. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/030015_09/63604>. Acesso em: 6 mar. 2020.

Anexos

Para a elaboração dos três mapas gerais que descrevem os setores centrais do Plano Piloto de Brasília ao longo da narrativa, foi necessário redesenhar em mesma escala e notações gráficas o conteúdo das plantas urbanas arquivadas no Arquivo Público do Distrito Federal e disponibilizadas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Governo do Distrito Federal (SEDUH-GDF). Estes desenhos são ordenados a seguir, classificados por setor de acordo com a ordem alfabética e, dentro de cada setor, dispostos cronologicamente. São desenhos de estudo: setores que foram desenvolvidos de forma parcelada foram unidos, e algumas das plantas de cobertura foram criadas a partir das plantas disponíveis. Além disso, os desenhos feitos foram sobrepostos à Ortofocarta do Plano Piloto de Brasília, feita em 2009, e revelam diferenças dimensionais entre a cidade projetada e a atual. Nem todos os desenhos produzidos foram incorporados à narrativa porque nem todos fizeram avançar a hipótese investigada. De toda forma, constituem um conjunto que registra parte do processo que foi necessário à produção deste texto.

Setor Bancário Norte, 306

Anexos 01. Planta de subsolo, 1959. Anexo 02. Planta do térreo, 1959. Anexo 03. Planta de cobertura, 1959. Anexo 04. Planta do térreo, 1966. Anexo 05. Planta de cobertura, 1966. Anexo 06. Planta do térreo, 1970. Anexo 07. Planta de cobertura, 1970.

Setor Bancário Sul, 310

Anexo 08. Planta de subsolo, 1960. Anexo 09. Planta do térreo, 1960. Anexo 10. Planta de cobertura do Setor Bancário Sul, 1960. Anexo 11. Planta do térreo do Setor Bancário Sul, 1970. Anexo 12. Planta de cobertura, 1970.

Extensão Setor Bancário Sul, 313

Anexo 13. Planta de extensão, 1972. Anexo 14. Planta de extensão, 1974. Anexo 15. Planta de extensão, 1981.

Setor Comercial Norte, 315

Anexo 16. Planta do térreo, 1968. Anexo 17. Planta de

cobertura, 1968. Anexo 18, 1974.

Setor Comercial Norte-B, 318

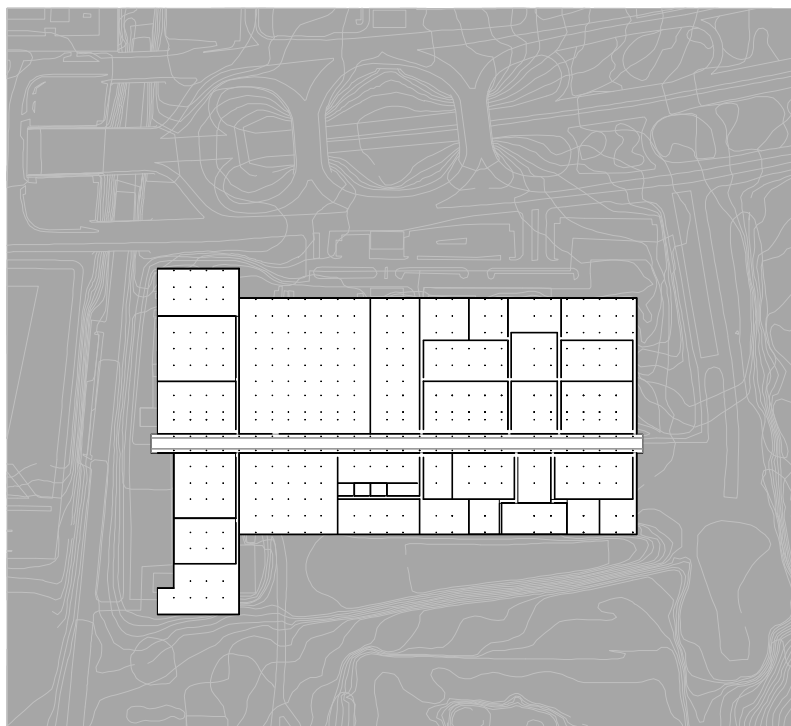
Anexo 19. Planta do Setor Comercial Norte-B, 1973. Anexo 20. Planta do Setor Comercial Norte-B, 1978. Anexo 21. Planta do Setor Comercial Norte-B, 1983.

Setor Comercial Sul, 320

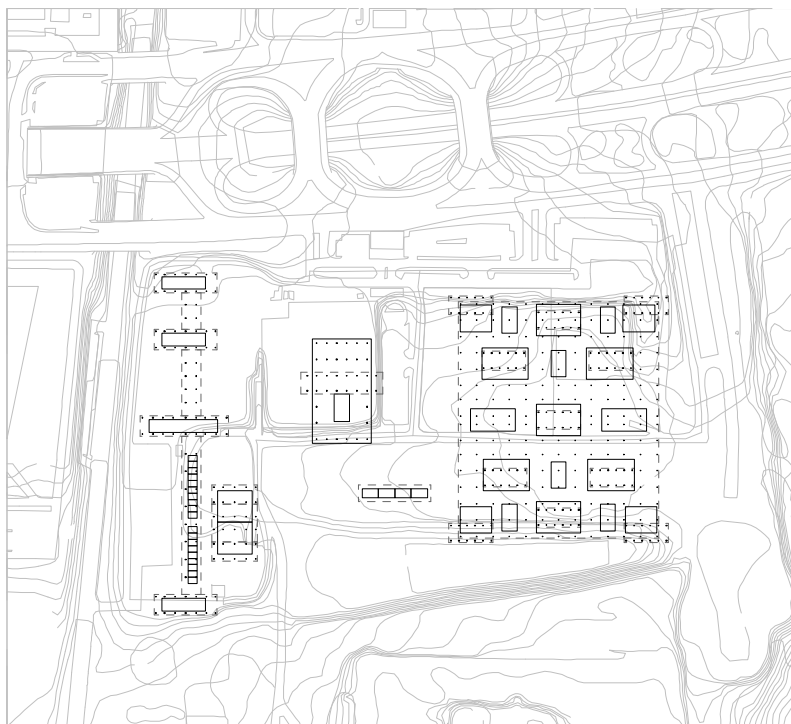
Anexo 22. Planta do térreo, 1960. Anexo 23. Planta tipo, 1960. Anexo 24. Planta de cobertura, 1960. Anexo 25. Planta do térreo, 1960. Anexo 26. Planta do térreo, 1966-1968. Anexo 27. Planta do térreo, 1966-1968. Anexo 28. Planta do térreo, 1978. Anexo 29. Planta de cobertura, 1978.

Setor Comercial Sul-B, 328

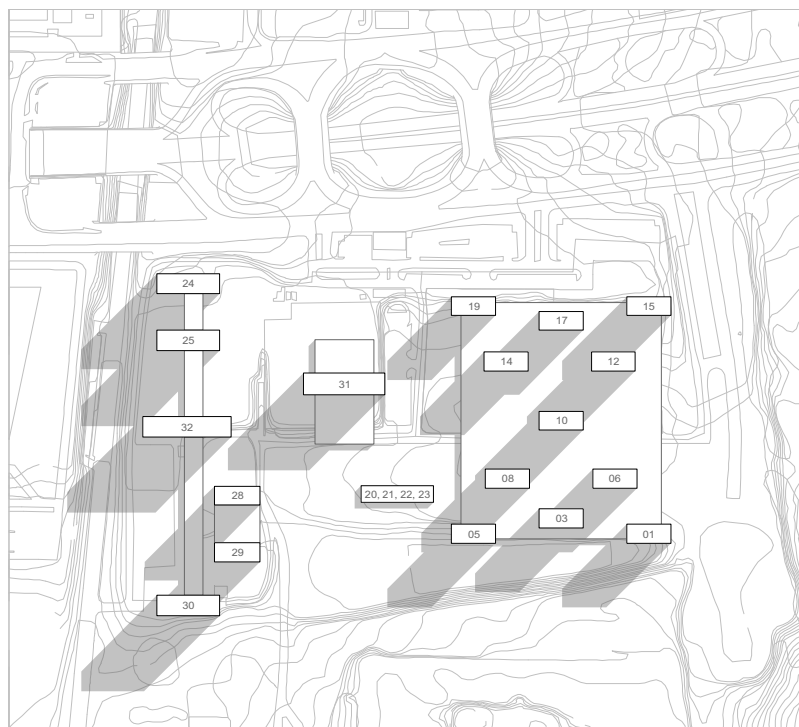
Anexo 30. Planta do Setor Comercial Sul-B, 1966. Anexo 31. Planta do Setor Comercial Sul-B, 1973. Anexo 32. Planta do Setor Comercial Sul-B, 1975.



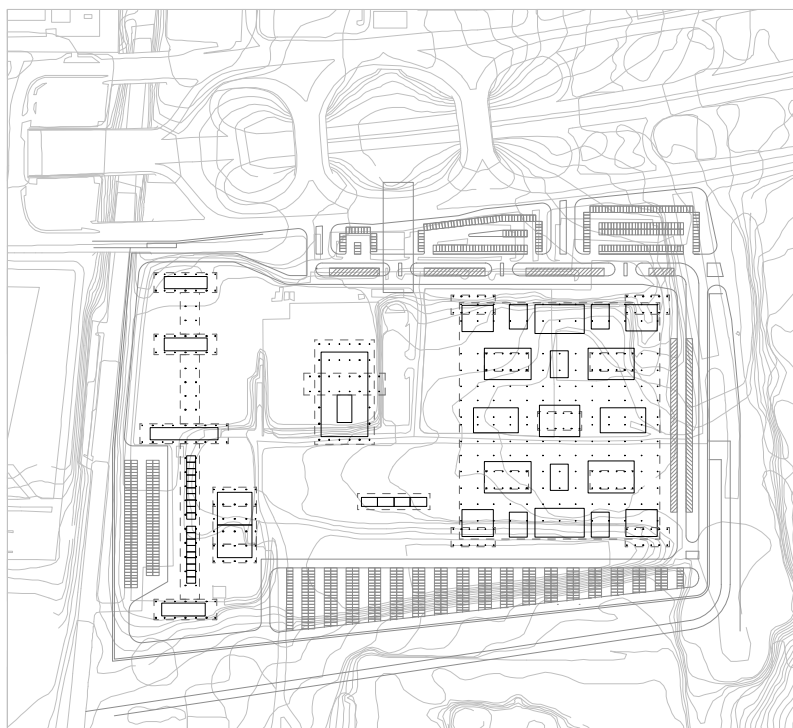
Anexo 01. Planta de subsolo do Setor Bancário Norte, 1959. Redesenho feito com base na planta SBN 1 3-5 (1959).



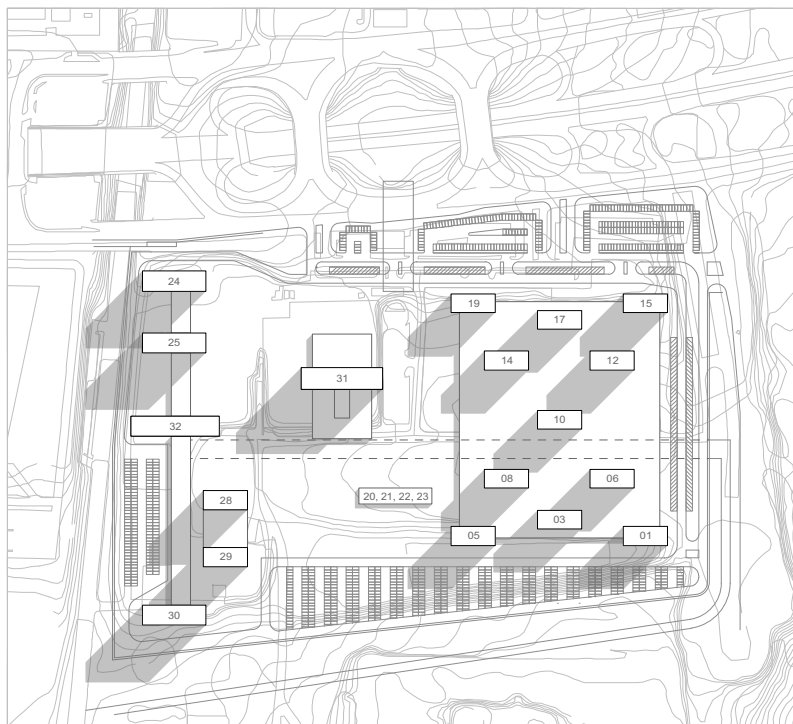
Anexo 02. Planta do térreo do Setor Bancário Norte, 1959. Redesenho feito com base nas plantas SBN 1 2-4 (23 abr. 1959) e SBN 1 3-5 (10 jun. 1959).



Anexo 03. Planta de cobertura do Setor Bancário Norte, 1959. Redesenho feito com base nas plantas SBN 1 2-4 (23 abr. 1959) e SBN 1 3-5 (10 jun. 1959).

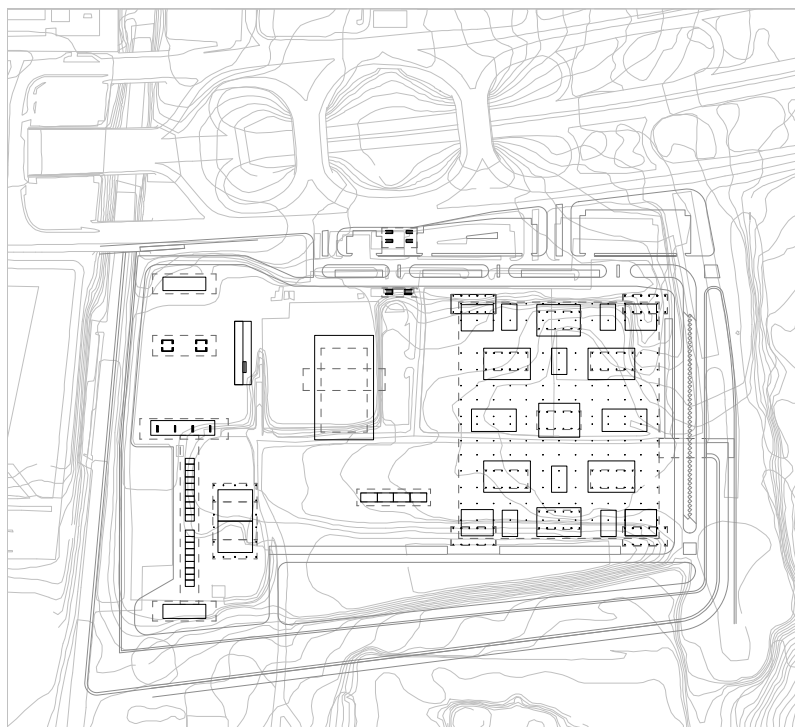


Anexo 04. Planta do térreo do Setor Bancário Norte, 1966. Redesenho feito com base nas plantas SBN PR-6/1 (17 fev. 1966).

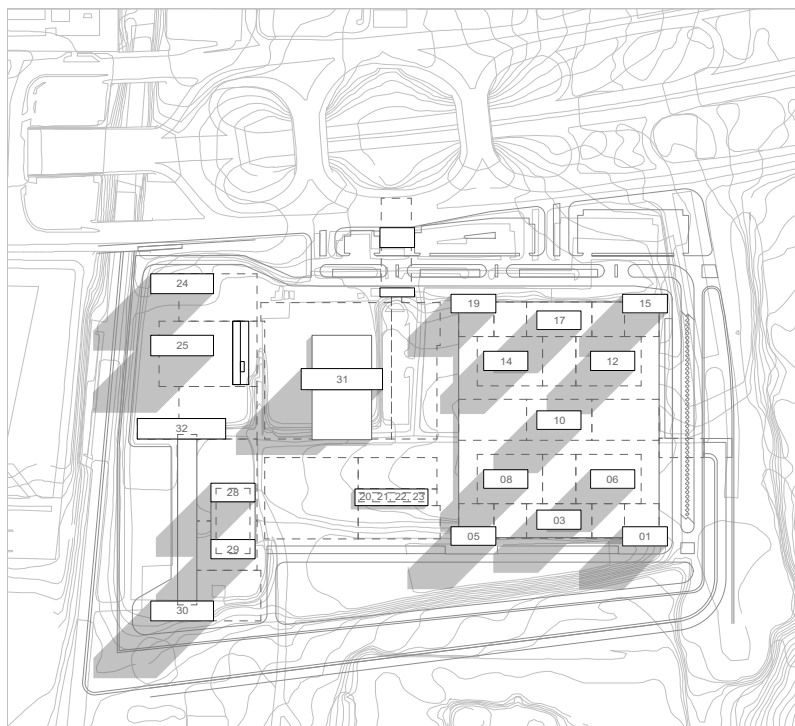


Anexo 05. Planta de cobertura do Setor Bancário Norte, 1966. Redesenho feito com base na planta SBN PR-6/1 (17 fev. 1966).

0 50 150m ►N

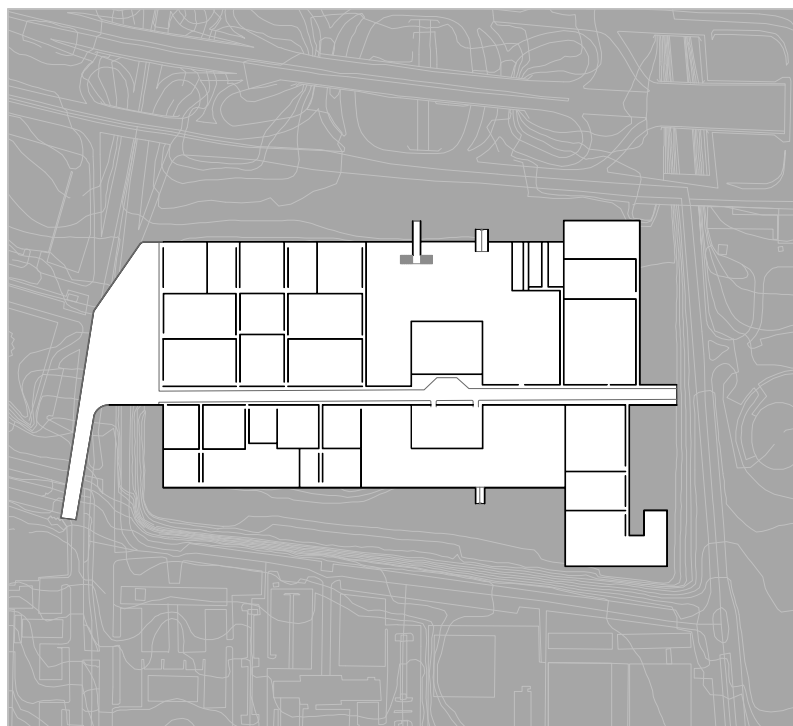


Anexo 06. Planta do térreo do Setor Bancário Norte, 1970. Redesenho feito com base na planta SBN PR-2/1 (04 out. 1970).

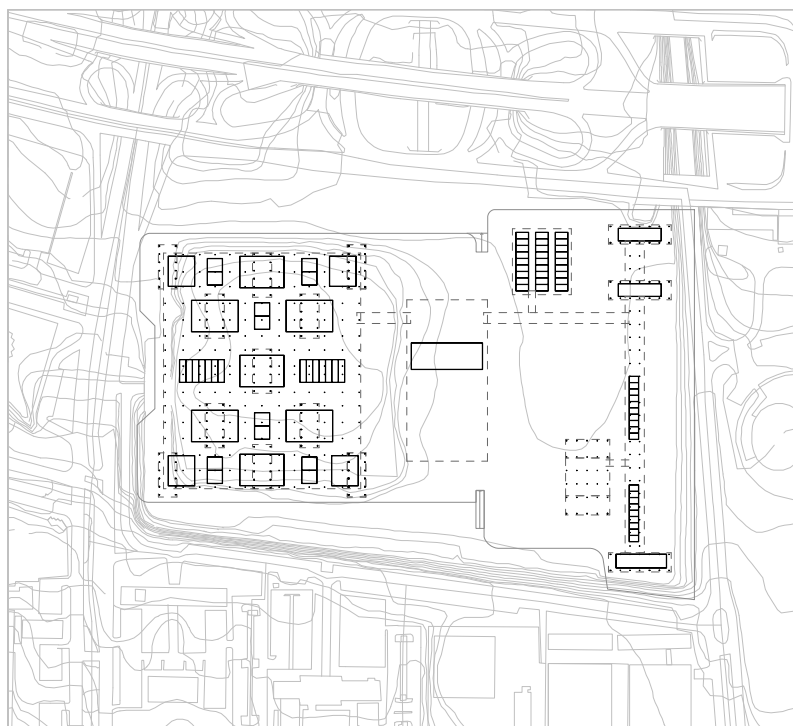


Anexo 07. Planta de cobertura do Setor Bancário Norte, 1970. Redesenho feito com base na planta SBN PR-1/1 (04 out. 1970).

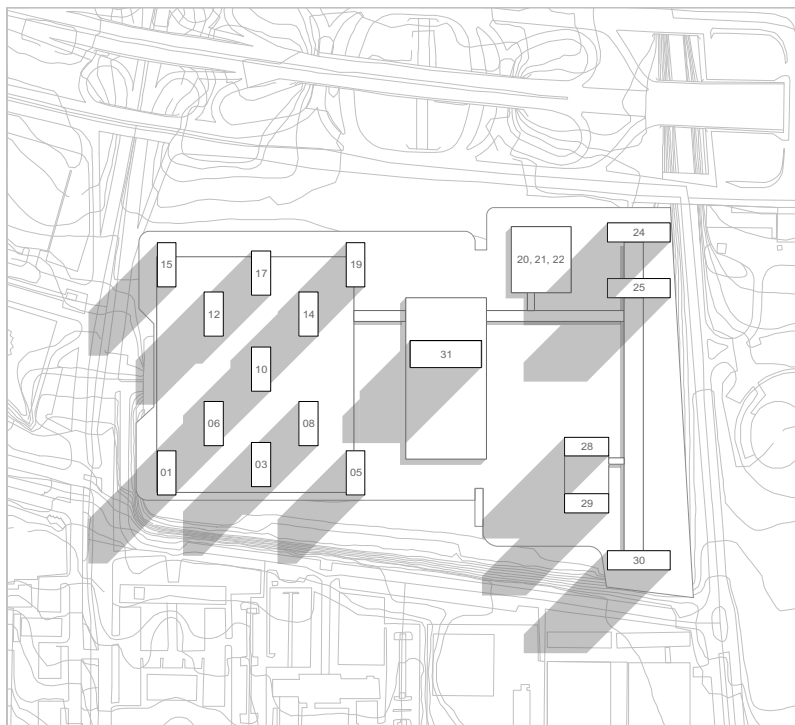
0 50 150m ► N



Anexo 08. Planta de subsolo do Setor Bancário Sul, 1960. Redesenho feito com base na planta SBS 2 3-9 (1 out. 1960).

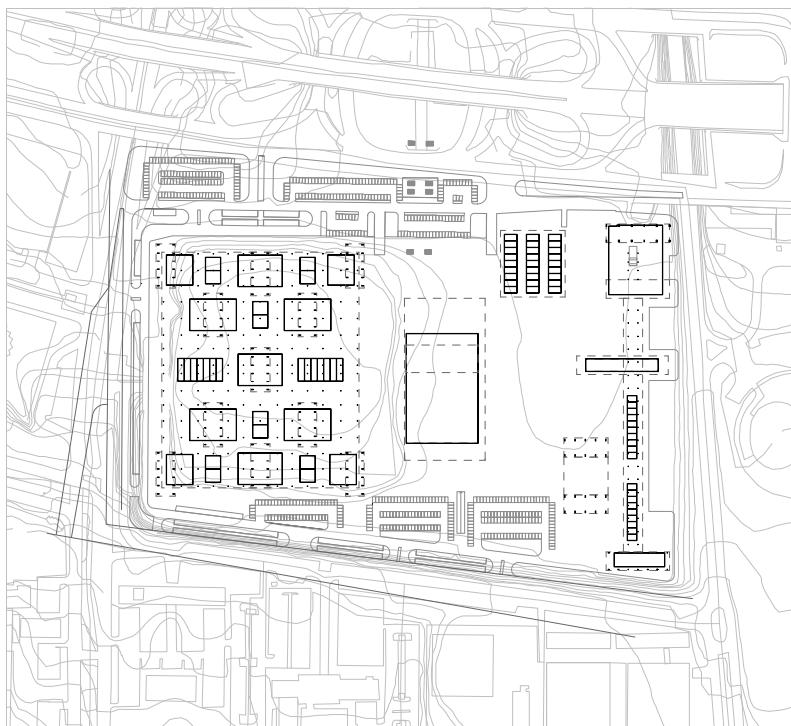


Anexo 09. Planta do térreo do Setor Bancário Sul, 1960. Redesenho feito com base nas plantas SBS 2 2-12 (16 set. 1960).

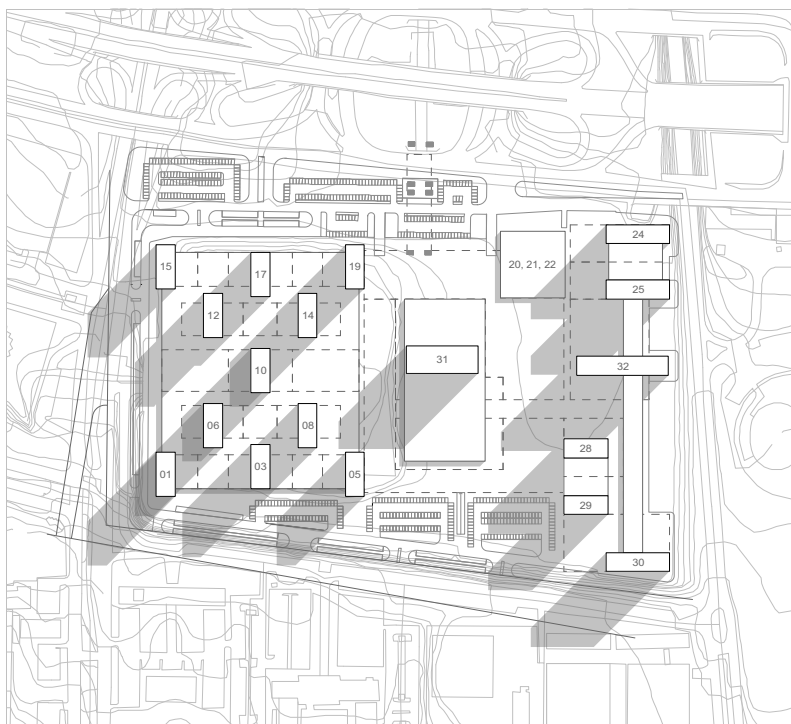


Anexo 10. Planta de cobertura do Setor Bancário Sul, 1960. Redesenho feito com base nas plantas SBS 2-12 (26 set. 1960), SBS 2 1-9 (28 set. 1960) e SBS 2 3-9 (1 out. 1960).

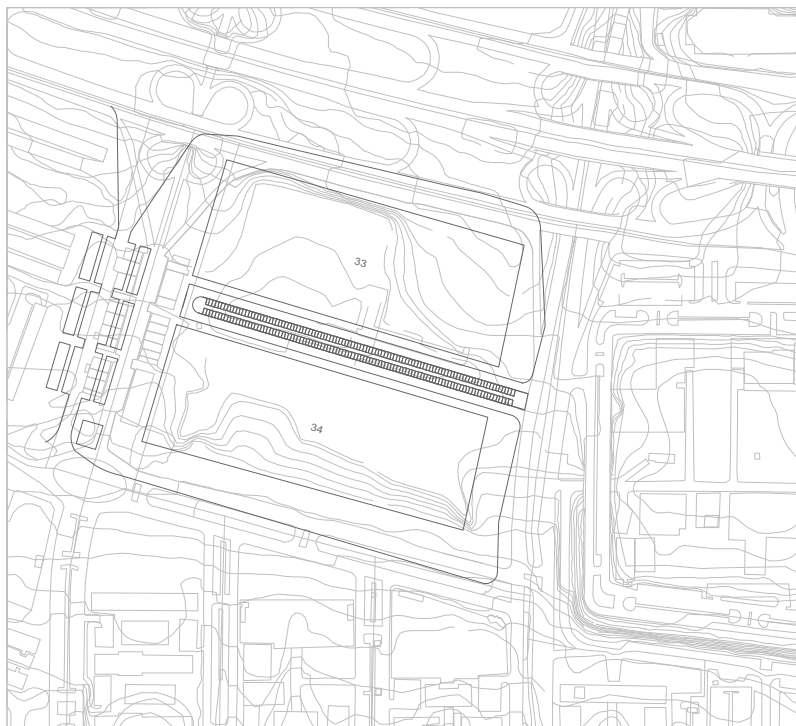
0 50 150m ► N



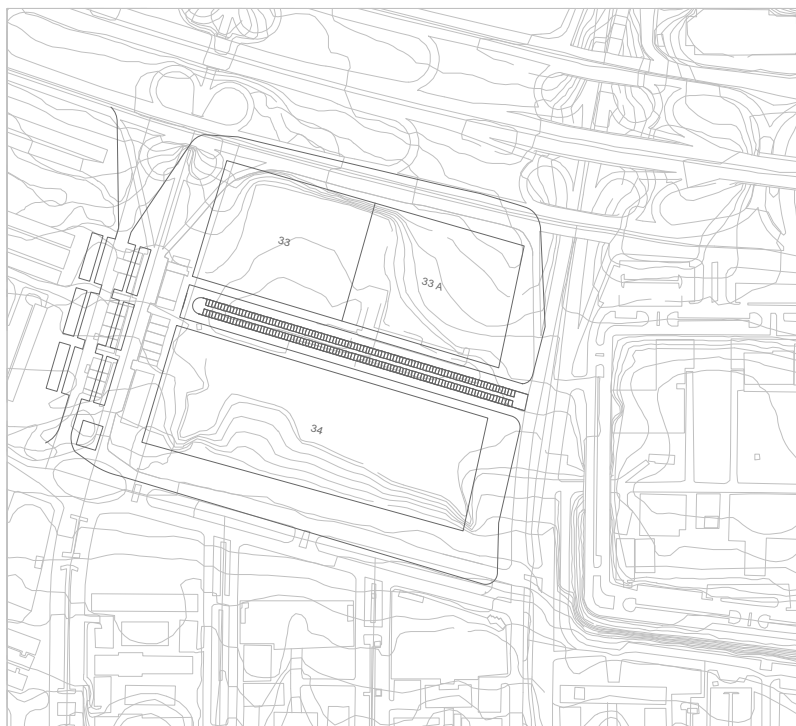
Anexo 11. Planta do térreo do Setor Bancário Sul, 1970. Redesenho feito com base na planta SBS PR-5/1 (16 maio 1970).



Anexo 12. Planta de cobertura do Setor Bancário Sul, 1970. Redesenho feito com base nas plantas SBS PR-5/1 (26 maio 1970) e SBS PR-6/1 (26 maio 1970).

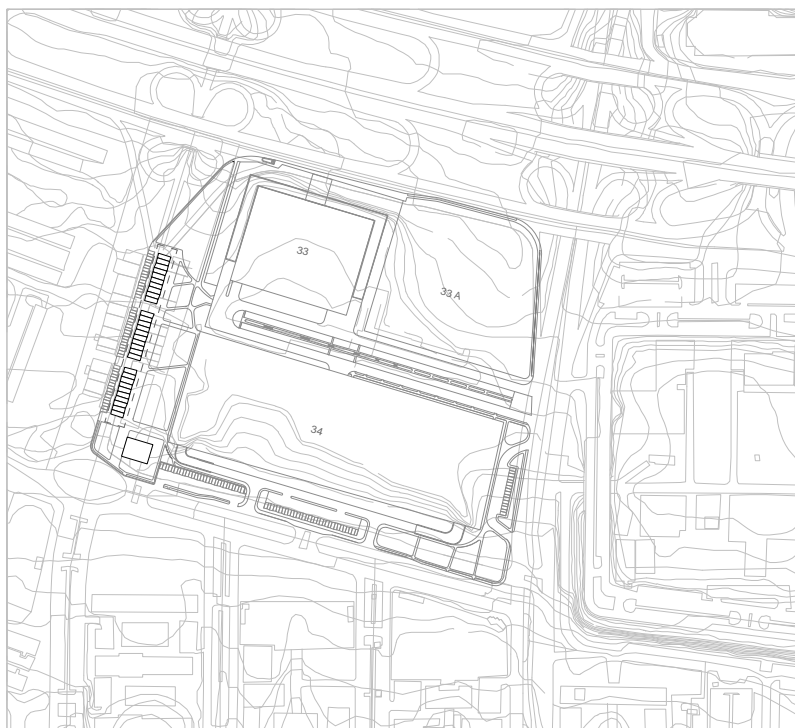


Anexo 13. Planta de extensão do Setor Bancário Sul, 1972. Redesenho feito com base na planta SBS PR-14/1 (10 jul. 1972).



Anexo 14. Planta de extensão do Setor Bancário Sul, 1974. Redesenho feito com base na planta SBS PR-16/1 (16 dez. 1974).

0 50 150m ► N



Anexo 15. Planta de extensão do Setor Bancário Sul, 1981. Redesenho feito com base na planta SBS PR-41/2 (04 maio 1981).

A planta SBS PR-41/2 consolida a planta SBS PR-16/1 com um melhor desenho do sistema viário. Mas, como não adiciona contribuição significativa à hipótese levantada, foi descartada da narrativa deste texto.



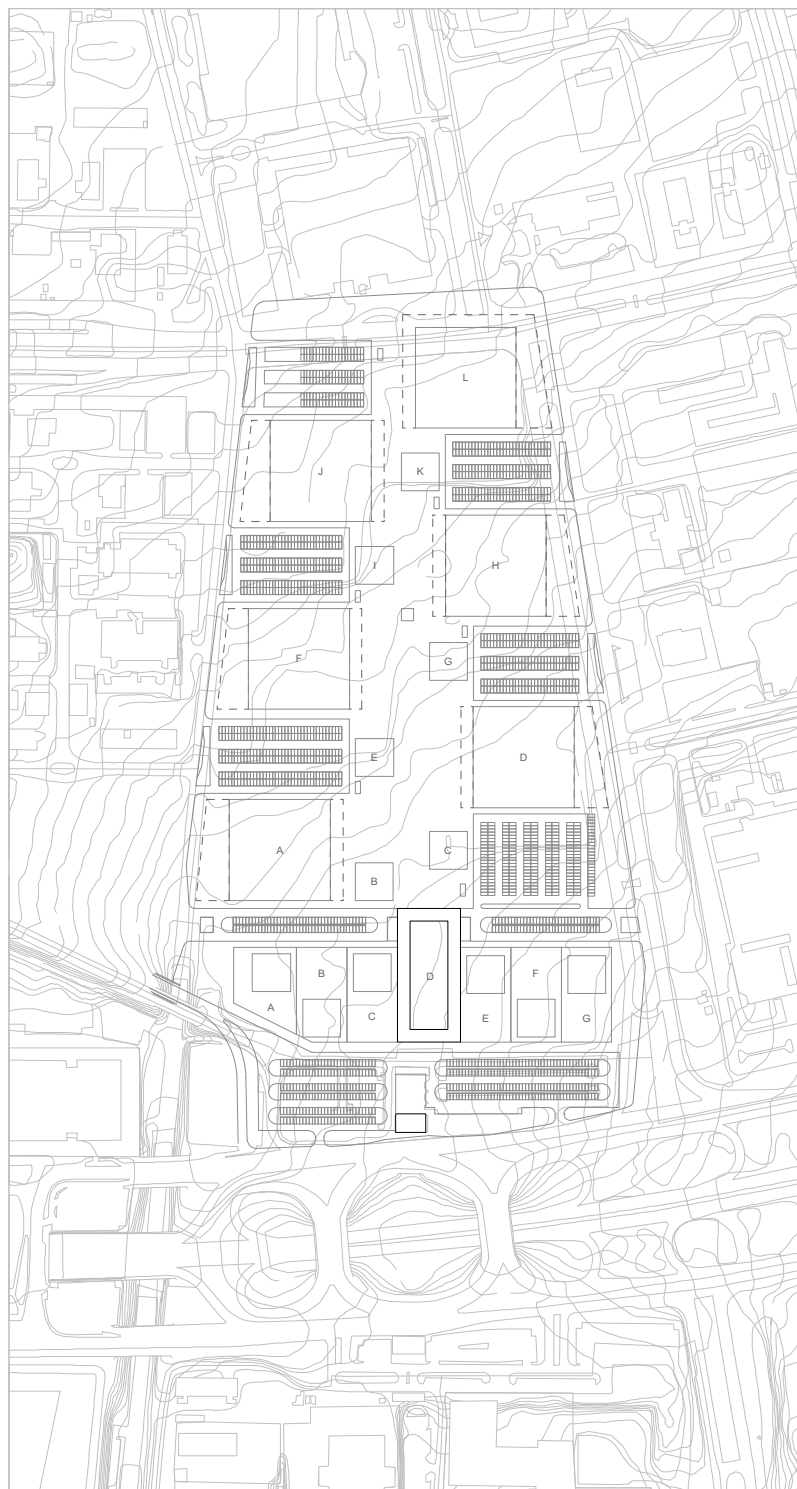
Anexo 16. Planta do terreno do Setor Comercial Norte, 1968. Redesenho feito com base nas plantas SCN PR-1/1 (11 jun. 1968), SCN PR-2/1 (11 jun. 1968), SCN PR-3/1 (12 jun. 1968) e SCN PR-4/1 (14 ago. 1968).

0 50 150m ► N



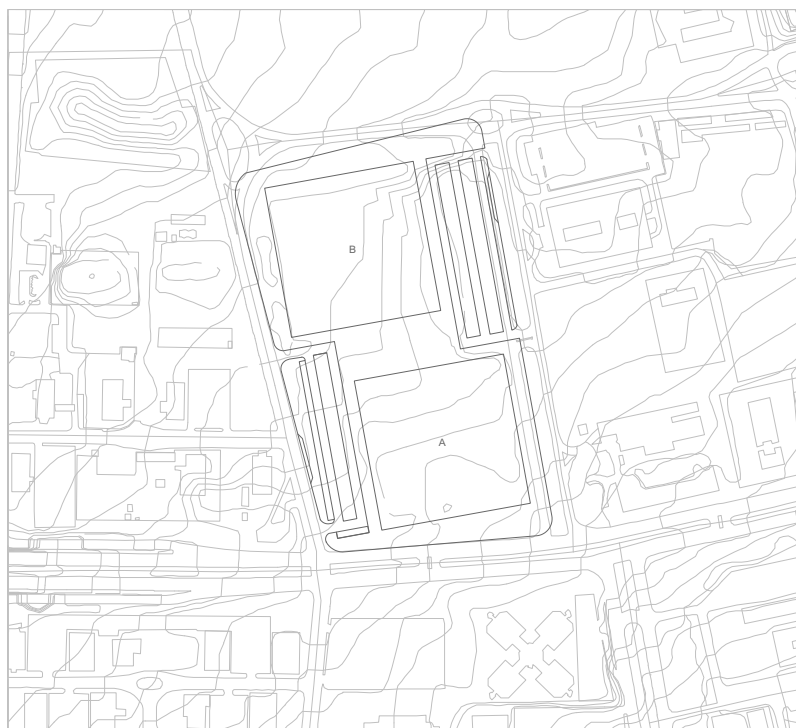
Anexo 17. Planta de cobertura do Setor Comercial Norte, 1968. Redesenho feito com base nas plantas SCN PR-1/1 (11 jun. 1968), SCN PR-2/1 (11 jun. 1968), SCN PR-3/1 (12 jun. 1968) e SCN PR-4/1 (14 ago. 1968).

As plantas para o Setor Comercial Norte, feitas em 1968, foram desenhadas de forma fracionada e, talvez, pela primeira vez unidas em um único desenho.



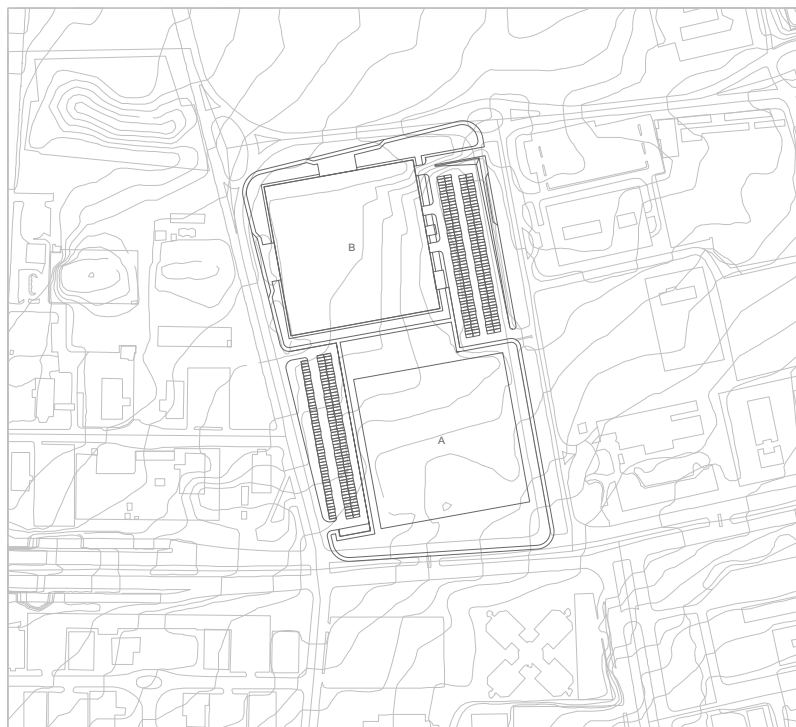
Anexo 18. Planta do Setor Comercial Norte, 1974. Redesenho feito com base na planta PR-7/2 (16 jan. 1974).

0 50 150m ► N

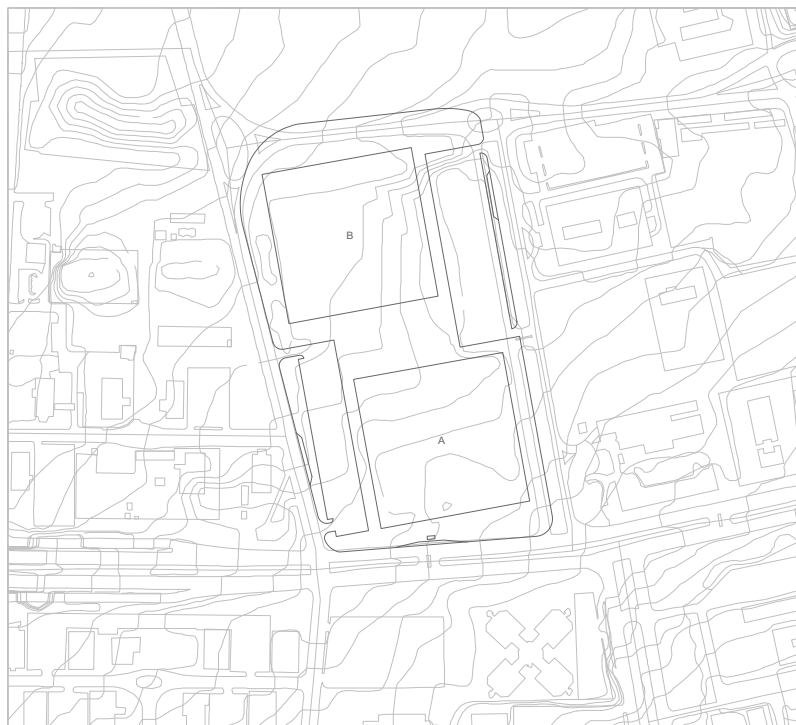


0 50 150m ► N

Anexo 19. Planta do Setor Comercial Norte-B, 1973. Redesenho feito com base na planta SCN-B PR-1/1 (06 set. 1973).



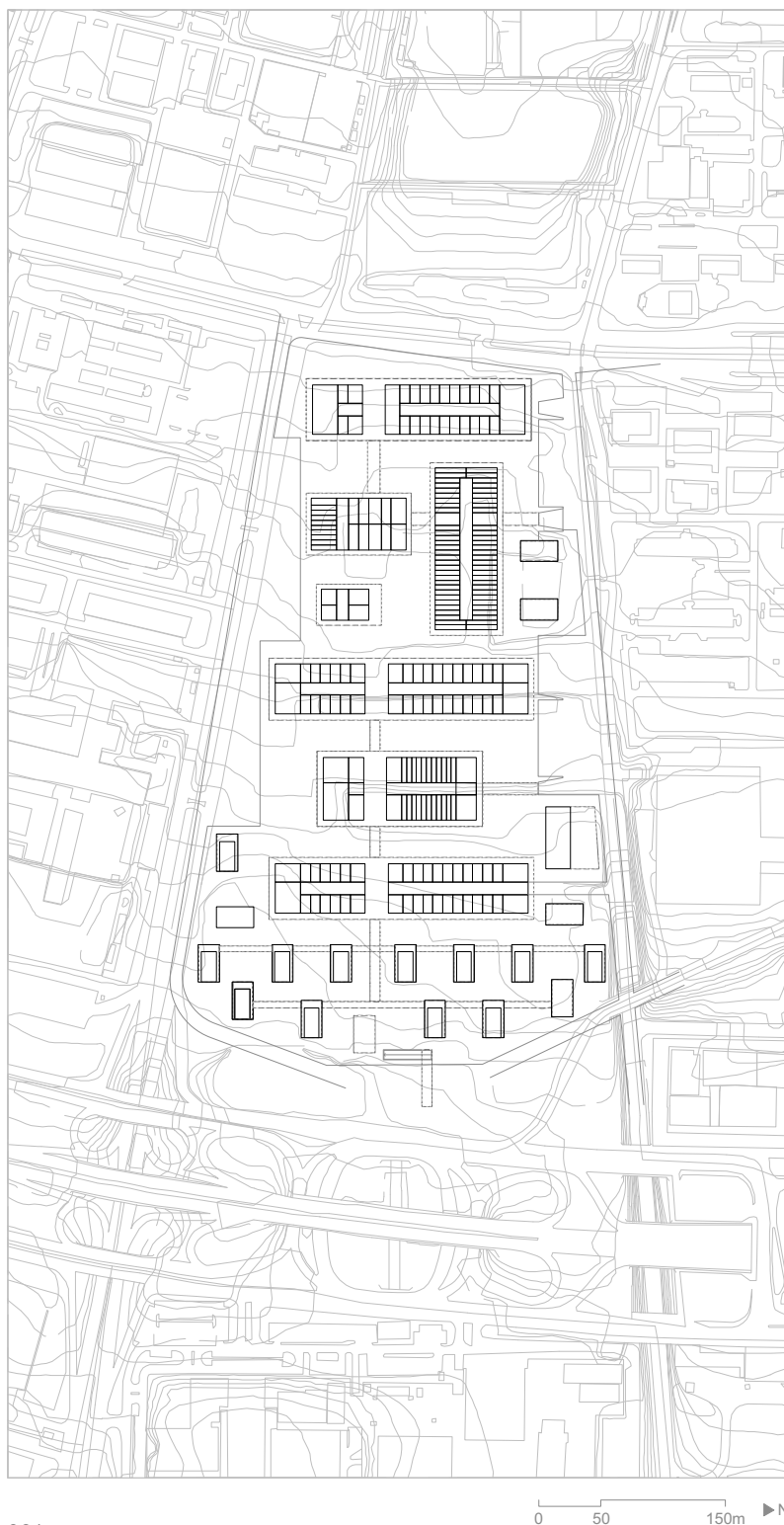
Anexo 20. Planta do Setor Comercial Norte-B, 1978. Redesenho feito com base na planta SCN-B PR-2/1 (02 jan. 1978).

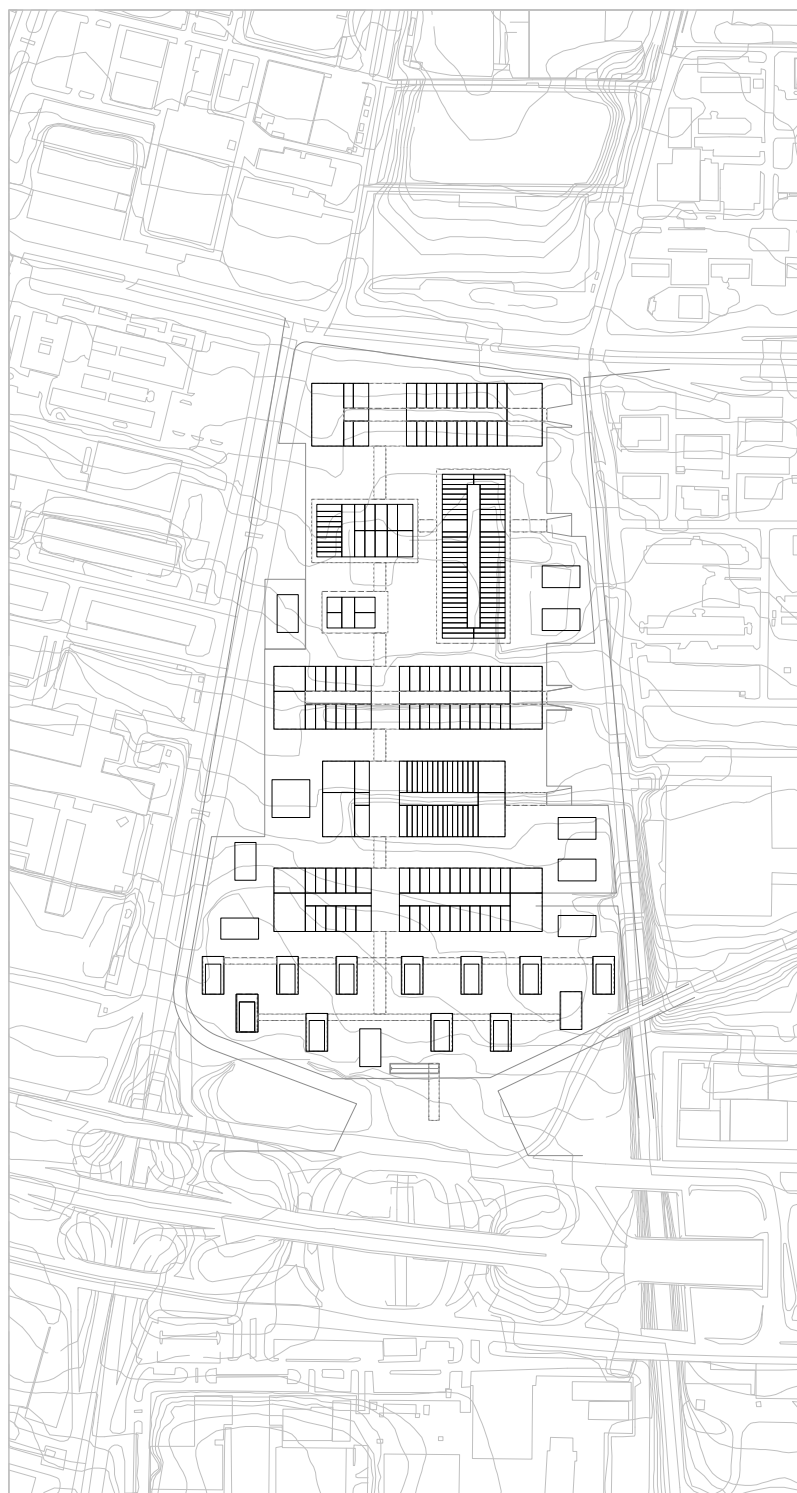


Anexo 21. Planta do Setor Comercial Norte-B, 1983. Redesenho feito com base na planta SCN-B PR-66/1 (28 jun. 1983).

As plantas SCN-B PR-2/1 e SCN-B PR-2/1 consolidam o desenho da planta SCN-B PR-1/1, mas não apresentam variações significativas. Por isso, foram descartadas da narrativa deste texto.

Anexo 22. Planta do terreno do Setor Comercial Sul, 1960. Redesenho feito com base na planta SCS-2 2.8 (30 mar. 1960).

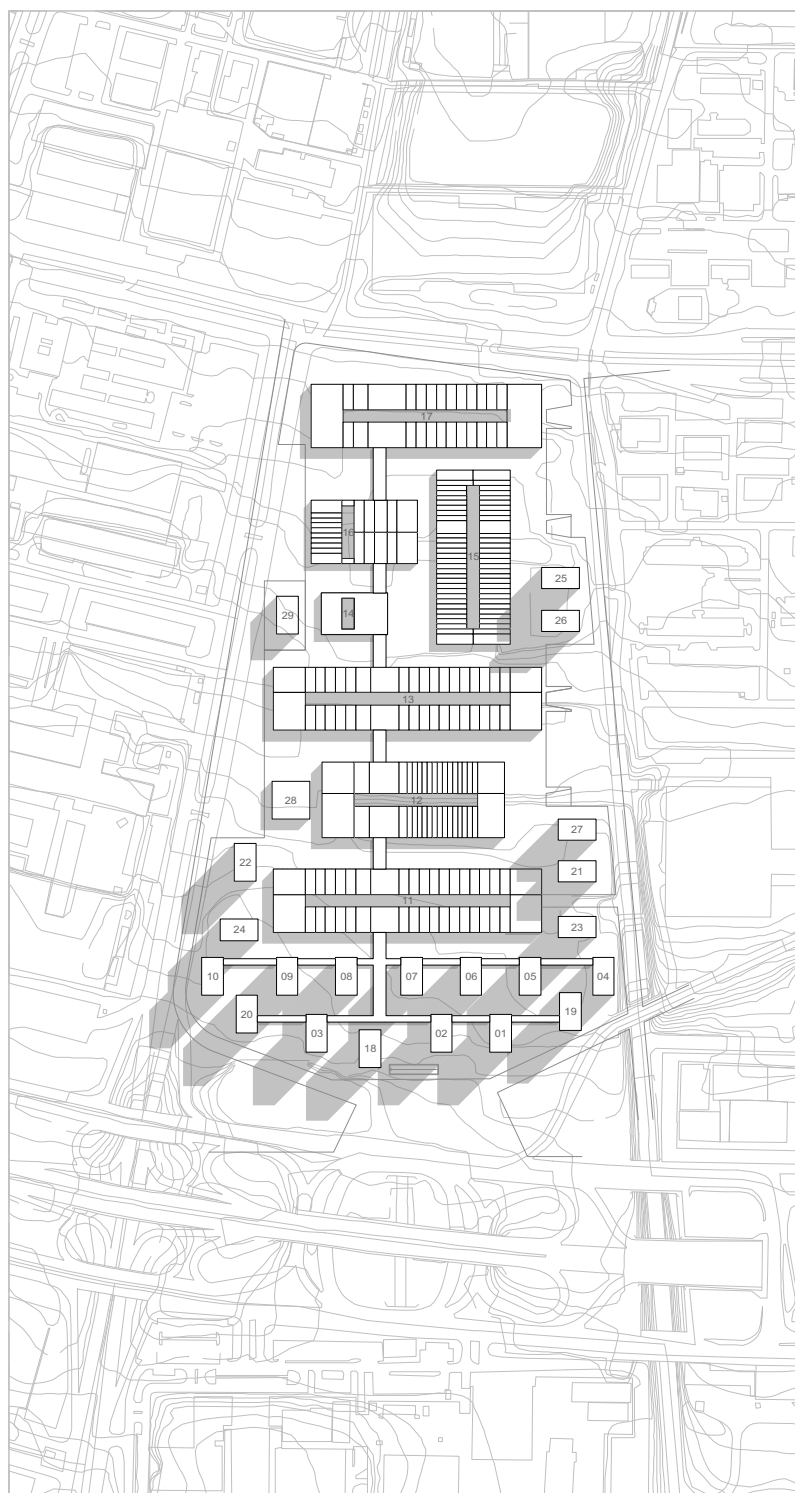




Anexo 23. Planta
tipo do Setor
Comercial Sul,
1960. Redesenho
feito com base na
planta SCS 2 3.10
(31 mar. 1960).

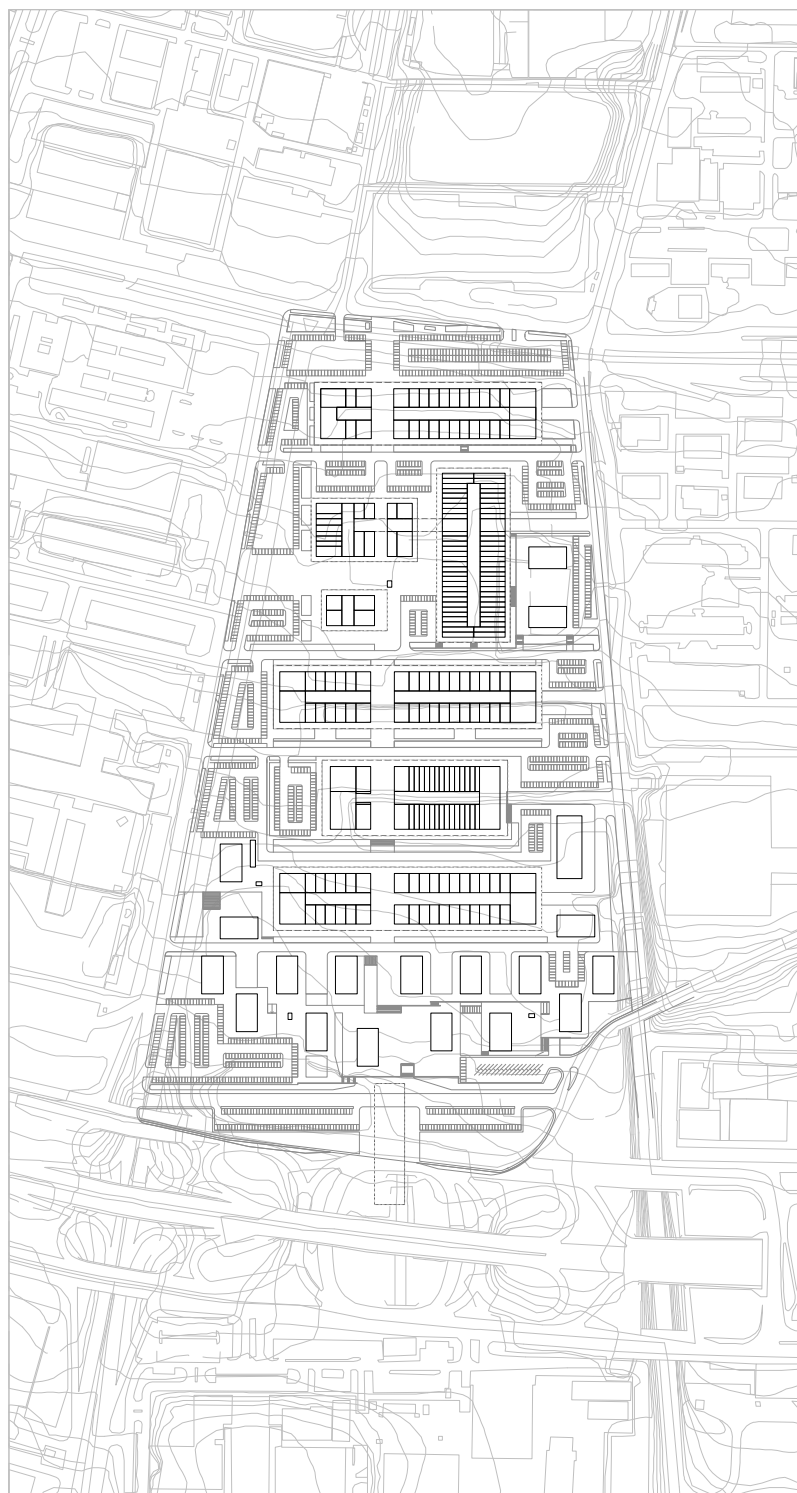
0 50 150m ► N

Anexo 24. Planta de cobertura do Setor Comercial Sul, 1960. Redesenho feito com base nas plantas SCS-2 2.8 (30 mar. 1960) e SCS 2 3.10 (31 mar. 1960).





Anexo 25. Planta do terreno do Setor Comercial Sul, 1960. Redesenho feito com base na planta SCS 2 2.13 (05 nov. 1960).



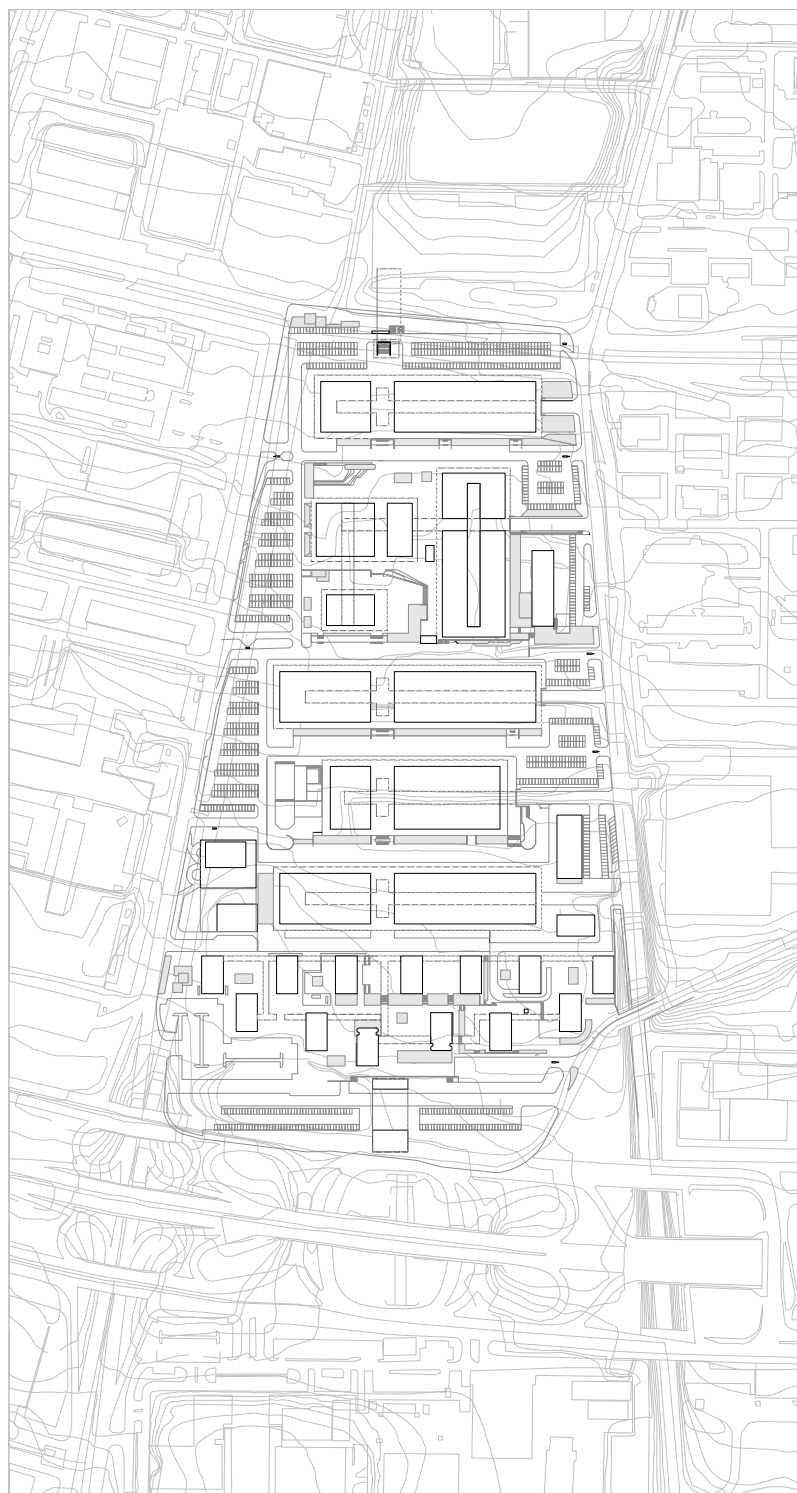
Anexo 26. Planta do terreno do Setor Comercial Sul, 1966-1968. Redesenho feito com base nas plantas SCS PR-20.30 (30 maio 1966), SCS PR-22.2 (19 nov. 1966) e SCS PR-21/3 (11 set. 1968).



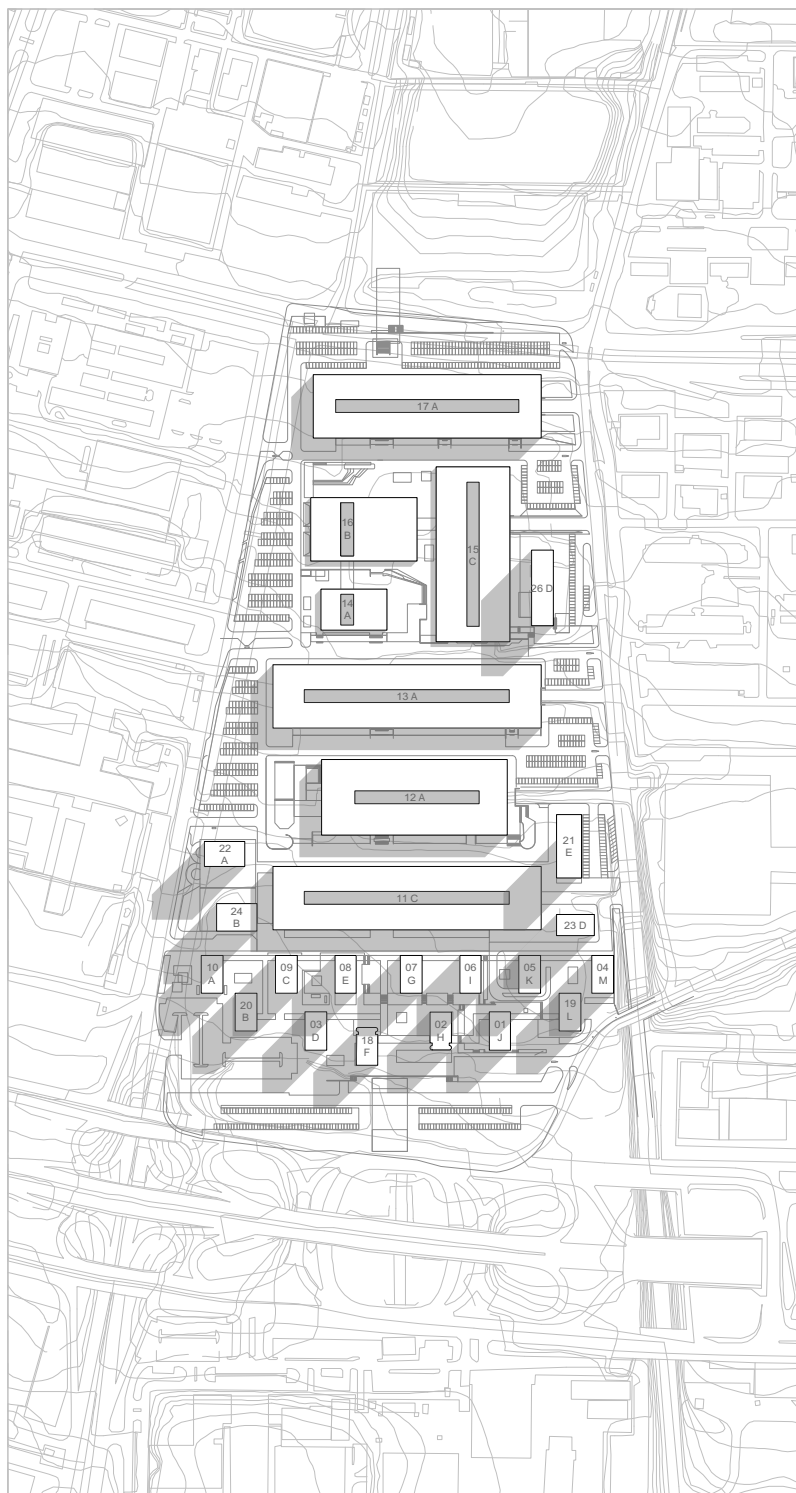
Anexo 27. Planta do térreo do Setor Comercial Sul, 1966-1968. Redesenho feito com base nas plantas SCS PR-20.30 (30 maio 1966), SCS PR-22.2 (19 nov. 1966) e SCS PR-21/3 (11 set. 1968).

Importa observar que os redesenhos das plantas SCS PR-20.30, SCS PR-22.2 e SCS PR-21/3 por cima da Ortofocarta de 2009, torna evidente a diferença de dimensão entre a cidade projetada em 1966 e a cidade atual: o setor foi desenhado mais alongado e ligeiramente mais largo do que aquele de fato implantado. A diferença é visível, sobretudo, na posição da W3.

0 50 150m ►N

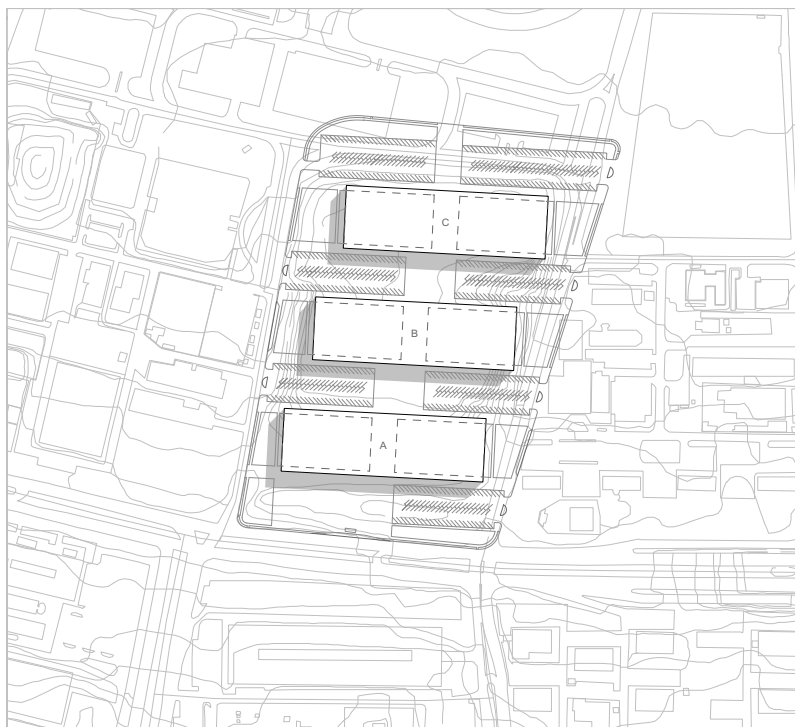


Anexo 28. Planta do terreno do Setor Comercial Sul, 1978. Redesenho feito com base nas plantas SCS PR-39/1 (05 out. 1977) e SCS PR-40/2 (10 mar. 1978).

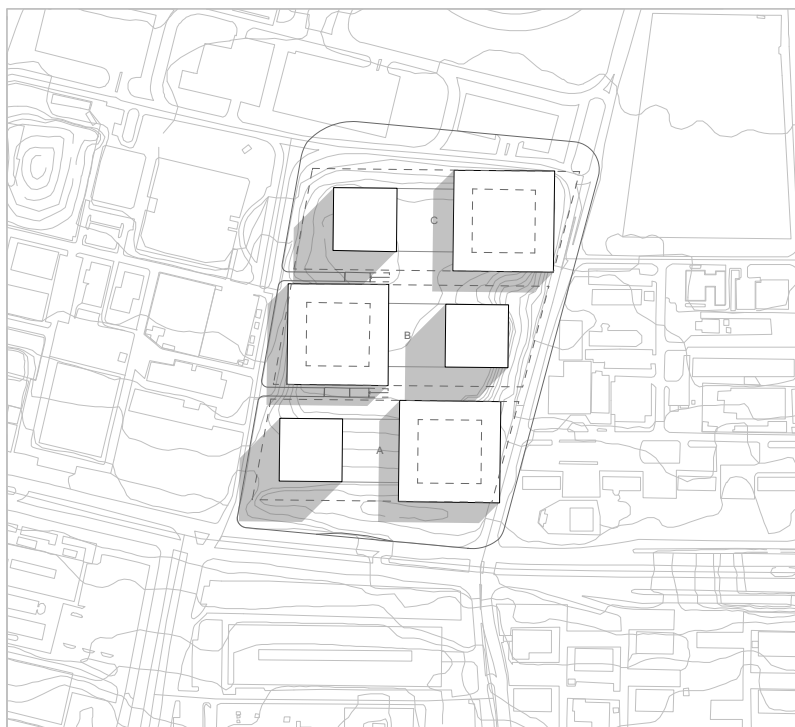


Anexo 29. Planta de cobertura do Setor Comercial Sul, 1978. Redesenho feito com base nas plantas SCS PR-39/1 (05 out. 1977) e SCS PR-40/2 (10 mar. 1978).

Da mesma maneira que nas plantas de 1966, os redesenhos das plantas de 1977, feitos por cima da Ortofotocarta de 2009, também revelam diferenças dimensionais entre a cidade projetada e a atual. Mas, além disso, representam os blocos baixos e fracionados como volumes inteiros: tratam-se de desenhos de paisagem. Como não apresentam contribuição importante à hipótese levantada, essas plantas foram descartadas da narrativa deste texto.

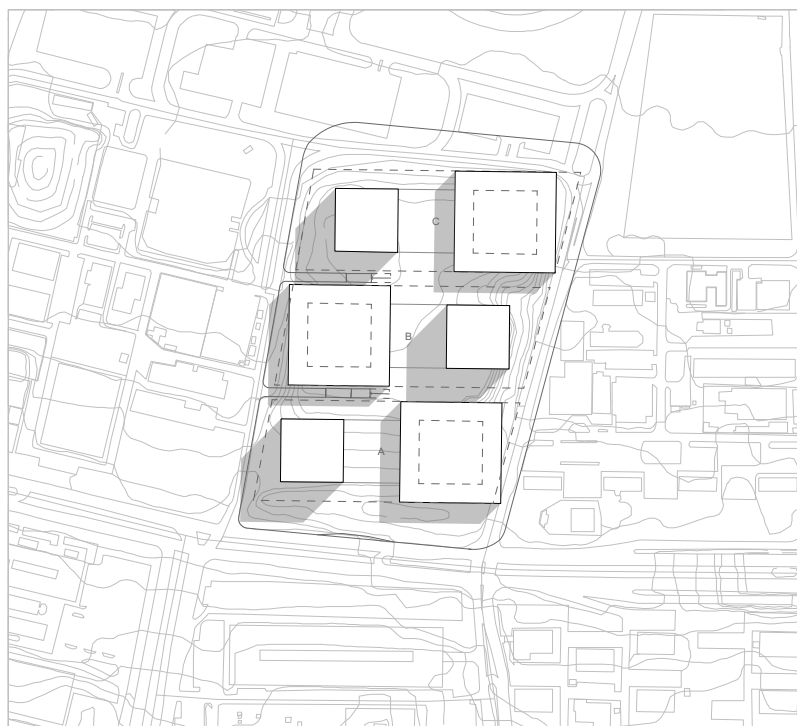


Anexo 30. Planta do Setor Comercial Sul-B, 1966. Redesenho feito com base na planta SCS-B PR-1/2 (21 fev. 1966).



Anexo 31. Planta do Setor Comercial Sul-B, 1973. Redesenho feito com base na planta SCS-B PR-3/1 (09 nov. 1973).

Como no Setor Comercial Sul, os redesenhos das plantas SCS-B PR-1/2 e SCS-B PR-3/1 por cima da Ortofocarta de 2009, expressam diferenças de dimensões entre a cidade projetada em 1966 e 1973 e a cidade atual: o setor foi desenhado mais alongado do que o setor de fato implantado.



Anexo 32. Planta do Setor Comercial Sul-B, 1975. Redesenho feito com base na planta SCS-B PR-4/1 (02 out. 1975).

Não há alterações significativas entre as plantas SCS-B PR-3/1 e SCS-B PR-4/1. Por isso, a planta SCS-B PR-4/1 foi descartada da narrativa deste texto.

0 50 150m ► N